



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANA MARIA MENDES MIRANDA

**FEMINISMO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:
DEBATES TEÓRICO-PRÁTICOS A PARTIR DA
EPISTEMOLOGIA SOCIAL**

Londrina
2024

ANA MARIA MENDES MIRANDA

**FEMINISMO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:
DEBATES TEÓRICO-PRÁTICOS A PARTIR DA
EPISTEMOLOGIA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Adriana Rosecler Alcará

Financiamento:



Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M672f Miranda, Ana Maria Mendes.
Feminismo e competência em informação : debates teórico-práticos a partir da Epistemologia Social / Ana Maria Mendes Miranda. - Londrina, 2024.
411 f. : il.

Orientador: Adriana Rosecler Alcará.
Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Habilidades informacionais - Tese. 2. Acesso à informação - Tese. 3. Feminismo marxista - Tese. 4. Ações de formação da competência em informação - Tese. I. Alcará, Adriana Rosecler. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

ANA MARIA MENDES MIRANDA

**FEMINISMO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:
DEBATES TEÓRICO-PRÁTICOS A PARTIR DA
EPISTEMOLOGIA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a Dr^a Adriana Rosecler Alcará
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a Dr^a Ana Cristina de Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a Marta Leandro da Mata
Universidade Federal do Espírito Santo -
UFES

Prof. Dr. João Arlindo dos Santos Neto
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof^a Dr^a Gabriela Belmont de Farias
Universidade Federal do Ceará - UFC

Londrina, 27 de março de 2024.

Dedico esta pesquisa às mulheres
*Para todas aquelas que pelo trabalho – produtivo, reprodutivo,
do cuidado e intelectual – cimentaram o caminho da história
com condições materiais e imateriais para que esta tese fosse
desenvolvida.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é mais um indício de que conhecimento é antes de tudo social e coletivo. Social, pois as reflexões neste escrito são atravessadas pela minha condição de mulher, filha da classe trabalhadora. Coletivo, na medida em que só nas relações de comunidade é que ele poderia ter sido desenvolvido, visto que só nessas condições eu seria quem sou.

Desta forma, deixo aqui meus agradecimentos primeiramente às mulheres mais importantes da minha vida. A minha mãe, dona Jussimara, por ser o maior exemplo de mulher que eu poderia ter, e por ter me educado para ser empática, humana e justa. Agradeço a minha irmã Susanna, pelo discernimento sempre compartilhado, por me mostrar caminhos teóricos e filosóficos que me colocaram mais próxima desta pesquisa, obrigada por compartilhar comigo a vida, e me inspirar a ser sempre minha melhor versão. A matriarca da minha família dona Madalena, por ter sustentado sozinha todos os pesos do patriarcado, e mesmo assim sempre se colocar ao lado daqueles que mais precisam.

Agradeço também a minha melhor amiga Larissa pelo apoio nos dias difíceis, pelas conversas intermináveis sobre pesquisas, teorias e as Coreias, obrigada amiga por compartilhar comigo os dias na pós-graduação e pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao entender que o conhecimento é coletivo, entendo também que essa pesquisa só é possível graças as mulheres que construíram dia após dia um espaço para esses debates na academia. Desta forma, agradeço a professora Adriana, minha orientadora e amiga, por todo o aprendizado científico, pessoal e humano. Também a professora Ana Cristina, com quem aprendi muito, dentro e fora da universidade, por ser meu exemplo de intelectual, de feminista e de militante.

Agradeço a professora Marta por compartilhar comigo seus saberes e experiências, tanto no enriquecimento desta pesquisa, como nos demais âmbitos profissional, docente e acadêmico. E a professora Gabriela por aceitar o convite de refletir comigo sobre a competência em informação e seu papel na vida das mulheres.

Também estendo meus agradecimentos as duas grandes pesquisadoras da Ciência da Informação que não puderam participar da banca de defesa desta tese. A professora Elizete Vitorino por todas as contribuições realizadas na qualificação e pelo desenvolvimento teórico na competência em informação. E a professora Luciane

Cavalcante, por me acompanhar e incentivar desde a graduação, e pela dedicação aos estudos do feminismo na Ciência da Informação.

Queria agradecer ainda a minha amiga e camarada Nayara Damião, pelas trocas durante o doutorado e pelas conversas sobre feminismo, aborto e Cuba. Ter outra mulher escrevendo e dividindo o processo da tese comigo fez ser um pouco menos denso.

Especialmente, agradeço ao Eduardo por ter compartilhado os fardos dessa vida comigo, por ser meu parceiro e amigo, e por sempre me apoiar incondicionalmente, sobretudo nesses anos de desenvolvimento da tese.

Ao meu pai, seu José Aparecido, por ter me criado sempre olhando para os povos oprimidos dessa terra, e ter sonhado comigo todos os meus sonhos. E ao meu avô Aparecido Miranda (*in memoriam*), que nos deixou horas depois desse trabalho ter sido entregue à banca, mas que enquanto esteve conosco, ensinou a minha família a se colocar do lado daqueles que mais precisam, a sermos justos, honestos e fortes.

Agradeço muito ao meu melhor amigo Felipe, por ter ouvido todas as angústias e dificuldades no desenvolvimento desta pesquisa, por ter sempre aliviado meus fardos com conversas leves sobre o cinema e a vida. Ao meu amigo Dudu, agradeço pelas conversas intermináveis sobre a Ciência da Informação, o conhecimento coletivo e a Epistemologia Social, nossas conversas enriqueceram profundamente o desenvolvimento deste trabalho. Também agradeço ao Igor, por ouvir minhas conversas sobre feminismo, gênero e epistemologia, e me acolher todas as vezes que eu estive em um impasse teórico.

Faço um agradecimento especial ao professor João Arlindo, por fazer parte desta banca, por me acompanhar em toda esta trajetória na universidade, e por ser um grande exemplo de professor e pesquisador para mim.

Agradeço a todos os colegas do doutorado. Em especial, agradeço ao meu grupo de pesquisa Informação e Cognição, principalmente nas figuras da Ana Paula e da Áurea que viveram o ambiente acadêmico sempre em troca tão direta comigo. Agradeço ainda ao Departamento de Ciência da Informação da UEL, e aos meus colegas docentes, principalmente, Juliana Cardoso, Marcos Moraes e Carla Hilário por terem me acolhido e me ensinado tanto nesse pequeno período em que fui doutoranda e docente.

Agradeço a Universidade Estadual de Londrina, que tem sido minha casa há mais de dez anos, obrigada por promover acesso aos recursos, conhecimentos e

peessoas que me ajudaram a construir a pesquisadora e mulher que sou hoje. Também ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UEL) pelo esforço contínuo para aprimorar nossas condições materiais e intelectuais de fazer uma ciência ética e comprometida com as necessidades da sociedade.

Também agradeço, no nome da professora Brígida Cervantes e do professor Rogério Muller, aos seis anos de trabalho desenvolvido nos periódicos Informação&Informação e Informação@Profissões, que me permitiram apreender tanto sobre a nossa área e sobre os processos de compartilhamento do conhecimento científico.

Agradeço aos órgãos de fomento do Governo Federal, no nome da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelas condições materiais para desenvolver e me dedicar a esta pesquisa. Também a Alexandra Elbakyan, por levar as últimas consequências uma proposta de conhecimento para todos, e disponibilizar para estudiosas e estudiosos de todos os lugares uma ferramenta de acesso gratuito e irrestrito a produção científica e filosófica.

Enfim, agradeço a todos que compartilharam comigo a vida, que nada mais é do que esse constante processo de apreender o mundo e transformá-lo.

*“Se o ser humano se visse privado por completo da capacidade de sonhar, se de vez em quando não pudesse adiantar-se a ver, através da sua imaginação, em toda a sua perfeita beleza, a obra que justamente se está formando sob as suas mãos, decididamente eu não poderia imaginar que razão pudesse nos induzir a empreender e levar a cabo os grandiosos e esgotantes trabalhos no campo da arte, da ciência e da prática” -
Lenin*



- Operários, Tarsila do Amaral

*“Na verdade, não existe um feminismo autônomo,
desvinculado de uma perspectiva de classe” -
Heleieth Saffioti*

*“Você tem que agir como se fosse possível
transformar radicalmente o mundo. E você tem que
fazer isso o tempo todo”- Angela Davis*

RESUMO

MIRANDA, Ana Maria Mendes. **Feminismo e competência em informação: debates teórico-práticos a partir da Epistemologia Social**. 2024. 411 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o patriarcado, assim como o racismo, se converte em aliados indispensáveis para a exploração e a manutenção do *status quo*. Nesse contexto, os aspectos informacionais se apresentam como um recurso e fator marcante nas lutas de movimentos políticos e sociais feministas na atualidade. É nesse escopo que o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, somadas ao acesso à informação e conhecimentos, pode auxiliar na compreensão das diversas “amarras” do tecido social, denominado no campo da Ciência da Informação como competência em informação. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a competência em informação sob a perspectiva da Epistemologia Social e suas relações com as teorias feministas. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa teórico-prática descritiva, com abordagem quantiquantitativa. Num primeiro momento, desenvolveu-se uma Revisão Integrativa da Literatura, com delineamento bibliográfico, seguida de uma análise das práticas de competência em informação por meio de pesquisa documental. Com os dados bibliográfico realizou-se uma análise bibliométrica, identificando autorias mais produtivas da temática, e textos e autorias mais referenciadas pelo *corpus* de análise. Posterior a isso, ambas as coletas foram analisadas com base na análise de conteúdo (Bardin, 1977). Foram localizadas 79 pesquisas de 1997 a junho de 2023 em português, inglês e espanhol que relacionam a competência em informação com o feminismo, revelando distintas bases teóricas e uma aproximação com o feminismo interseccional e pós-estruturalista. No que se refere às práticas, mapearam-se 347 ações promovidas por unidades de informação brasileiras relacionadas ao feminismo ou às mulheres, destacando-se rodas de conversa, palestras e clubes de leitura. As categorias temáticas nas quais elas foram organizadas incluem violência doméstica, direitos das mulheres, trabalho, maternidade, saúde, empoderamento, autoestima, arte, literatura, visibilidade e acesso à informação. Compreendendo as características teóricas e as ações práticas da competência em informação relacionadas às mulheres, surge a questão sobre como se dá uma competência sob a perspectiva da Epistemologia Social. Seu maior ponto de encontro está no conhecimento e sua noção coletiva, podendo contribuir para novos olhares da competência em informação sobre um aspecto central de seus estudos. É também nessa perspectiva de conhecimento coletivo que a competência em informação pode se encontrar com a teoria feminista marxista, promovendo a formação das consciências para a transformação da realidade. As unidades de informação, por meio da competência em informação e outras ações voltadas para o acesso à informação, desempenham papel preponderante ao permitirem o compartilhamento e a troca de informações, além de ajudarem na promoção do senso crítico e aplicação ética das informações. Conclui-se que a Epistemologia Social pode contribuir para pensar diversos aspectos da competência em informação, principalmente o conhecimento, e uma competência em informação preocupada com questões coletivas e sociais pode auxiliar na compreensão de meninas e mulheres sobre questões relevantes de sua realidade, contribuindo para o enfrentamento da desigualdade de gênero.

Palavras-chave: habilidades informacionais; acesso à informação; feminismo marxista; ações de formação da competência em informação.

ABSTRACT

MIRANDA, Ana Maria Mendes. **Feminism and information literacy**: theoretical-practical debates from social epistemology. 2024. 411 f. Thesis (Doctorate in Information Science) – State University of Londrina, Londrina, 2024.

With the development of capitalism, patriarchy, as well as racism, becomes indispensable allies for the exploitation and maintenance of the status quo. In this context, informational aspects present themselves as a resource and striking factor in the struggles of feminist political and social movements today. It is within this scope that the development of a set of skills, added to access to information and knowledge, can help in understanding the various “moorings” of the social fabric, known in the field of Information Science as information literacy. This research has the general objective of analyzing information literacy from the perspective of Social Epistemology and its relationships with feminist theories. As for the methodological procedures, it is a theoretical-practical descriptive research, with a quantitative-qualitative approach. Initially, an Integrative Literature Review was developed, with a bibliographic outline, followed by an analysis of information literacy practices through documentary research. With the bibliographic data, a bibliometric analysis was carried out, identifying the most productive authors on the topic, and texts and authors most referenced by the analysis corpus. After that, both collections were analyzed based on content analysis (Bardin, 1977). 79 studies were found in Portuguese, English and Spanish that relate information literacy to feminism, revealing different theoretical bases and an approach to intersectional and post-structuralist feminism. With regard to practices, 347 actions promoted by Brazilian information units related to feminism or women were mapped, highlighting conversation circles, lectures and reading clubs. The thematic categories in which they were organized include domestic violence, women's rights, work, motherhood, health, empowerment, self-esteem, art, literature, visibility and access to information. Understanding the theoretical characteristics and practical actions of information literacy related to women, the question arises about how competence is achieved from the perspective of Social Epistemology. Its greatest meeting point is knowledge and its collective notion, which can contribute to new perspectives on information literacy on a central aspect of their studies. It is also in this perspective of collective knowledge that information literacy can meet Marxist feminist theory, promoting the formation of consciences for the transformation of reality. Information units, through information literacy and other actions aimed at access to information, play a preponderant role in allowing the sharing and exchange of information, in addition to helping to promote critical thinking and ethical application of information. It is concluded that Social Epistemology can contribute to thinking about different aspects of information literacy, mainly knowledge, and information literacy concerned with collective and social issues can help girls and women understand relevant issues in their reality, contributing to tackling gender inequality.

Key-words: informational skills; access to information; genre; Marxist Feminism; information literacy training actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenvolvimento e estrutura da pesquisa.....	32
Figura 2 – Diagrama da configuração dos grupos invernais de caça de 1948-1949, em <i>Northwest River</i>	35
Figura 3 – Marcos históricos e informacionais de emergência da <i>information literacy</i>	60
Figura 4 – Termos para a composição das estratégias em português	148
Figura 5 – Termos para a composição das estratégias em inglês.....	148
Figura 6 – Termos para a composição das estratégias em espanhol	148
Figura 7 – Termos e composição das estratégias de busca de ações para a competência em informação	150
Figura 8 – Procedimentos metodológicos em relação aos objetivos	153
Figura 9 - Unidade de contexto I: competência em informação.....	179
Figura 10 - Unidades de Registro e categorias	180
Figura 11 – Mapa conceitual interações teóricas na unidade de contexto competência em informação.....	206
Figura 12 – Unidade de contexto II: informação e conhecimento.....	209
Figura 13 – Unidade de registro e categorias de informação e conhecimento	210
Figura 14 - Mapa conceitual interações teóricas na unidade de contexto informação e conhecimento	217
Figura 15 – Unidade de contexto III: feminismo	219
Figura 16 – Unidade de registro e categorias do feminismo	220
Figura 17 – Facetas da desigualdade informacional de gênero	236
Figura 18 – Mapa conceitual interações teóricas na unidade de contexto feminismo	238
Figura 19 – Concepções teórico-práticas de competência em informação na pesquisa	292
Figura 20 – Mapa mental relações dos objetivos específicos	311

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases da Revisão Integrativa de Literatura	146
Quadro 2 – Bases de dados para busca sistematizada	147
Quadro 3 – Registro dos resultados na busca sistematizada.....	149
Quadro 4 – Análise de conteúdo	159
Quadro 5 – Produções de competência em informação relacionada ao feminismo em português, inglês e espanhol.....	161
Quadro 6 – Apropriação das instituições para definição da competência em informação	182
Quadro 7 – Ações identificadas na categoria 1 - violência doméstica	246
Quadro 8 – Ações identificadas na categoria 2 - direitos das mulheres	249
Quadro 9 – Ações identificadas na categoria 3 - saúde e maternidade	253
Quadro 10 – Ações identificadas na categoria 4 - empoderamento e autoestima ...	259
Quadro 11 – Ações identificadas na categoria 5 - trabalho	261
Quadro 12 – Ações identificadas na categoria 6 - arte e literatura	263
Quadro 13 – Ações identificadas na categoria 7 - acesso à informação e visibilidade	272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por ano de publicação do <i>corpus</i> teórico de análise	166
Gráfico 2 – Autorias mais presente no <i>corpus</i> de análise	168
Gráfico 3 – Textos mais citados pelo <i>corpus</i> de análise	170
Gráfico 4 – Autorias mais citadas pelo <i>corpus</i> de análise	173
Gráfico 5 – Tipologias de ações voltadas às mulheres identificadas.....	242

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	<i>American Library Association</i>
ACRL	<i>Association of College & Research Libraries</i>
ADH	Atlas do Desenvolvimento Humano
BDTD	Biblioteca de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CI	Ciência da Informação
CBBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMI	Fundo Monetário Internacional
GGGR	<i>Global Gender Gap Report</i>
HIV	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBGE	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IPEA	<i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRS	Teoria da Reprodução Social
CILIP	<i>The Library and Information Association</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	OBJETIVO GERAL	30
1.1.1	Objetivos Específicos	30
1.2	ESTRUTURA DA TESE	30
2	A MULHER NA SOCIEDADE, DA PROPRIEDADE PRIVADA AO MERCADO DE TRABALHO	33
3	A HISTÓRIA, OS CONCEITOS E AS ABORDAGENS EM TORNO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	56
3.1	HISTÓRICO E CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA INFORMATION LITERACY	56
3.2	DEBATES CONCEITUAIS: DA INFORMATION LITERACY À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	68
3.3	VULNERABILIDADE SOCIAL E INFORMACIONAL E AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO PROPOSTA DE AÇÃO	79
3.3.1	Dimensões da competência em informação	86
3.4	DAS CRÍTICAS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO A UMA PROPOSTA DE COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO	92
4	EPISTEMOLOGIA SOCIAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	103
5	DEBATES FEMINISTAS EM TORNO DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	121
6	CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	144
6.1	NATUREZA E TIPOLOGIA DE PESQUISA	144
6.2	ABORDAGEM DA PESQUISA	144
6.3	DELINEAMENTO DA PESQUISA	145
6.3.1	Corpus da pesquisa bibliográfica e documental	147
6.4	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	152
6.5	TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS	153
6.5.1	Análise bibliométrica	153
6.5.2	Análise de conteúdo	157
7	SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	161
7.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS TEÓRICOS	161
7.1.1	Unidade de contexto I: competência em informação	178
7.1.2	Unidade de contexto II: Informação e conhecimento	208
7.1.3	Unidade de contexto III: feminismo	207
7.2	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS AÇÕES DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	239
7.2.1	Tipologias de ações desenvolvidas em unidades de informação	240
7.2.2	Objetivos e temáticas abordadas	246

8	A IDEAÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES ENTRE O FEMINISMO E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	283
8.1	UMA COMPREENSÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO À PARTIR DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL	284
8.2	CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO SOB A LENTE DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL, QUE PAPEL CUMPREM EM UMA TEORIA FEMINISTA MARXISTA?.....	295
8.3	SOBRE O PAPEL DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO E DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA PROMOÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA MULHERES E MENINAS	302
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	312
	REFERÊNCIAS	319
	APÊNDICES	
	APÊNDICE A – Coleta de dados bibliográfica	363
	APÊNDICE B – Coleta de dados documental.....	371

1 INTRODUÇÃO

“A visão materialista da história não nos deu, é verdade, respostas prontas à questão das mulheres, mas nos deu algo melhor: o método correto e preciso de estudo e compreensão da questão.” - Klara Zetkin

Em uma sociedade marcada pela exploração e pela opressão, a desigualdade sobre as mulheres remonta a épocas tão antigas quanto os próprios registros do conhecimento conseguem nos lembrar. Com o desenvolvimento do capitalismo, o patriarcado, assim como o racismo, se converte em aliados indispensáveis para a exploração e a manutenção do *status quo*. É nesse contexto, que a dominação sobre as mulheres se apresenta como aspecto indivisível das estruturas sociais que preservam a apropriação da força de trabalho para acumulação de capital.

Entretanto, apesar das relações inseparáveis que mantém e são mantidas pelo sistema político econômico vigente, Saffioti (1987) argumenta que homens e mulheres não ocupam as mesmas posições na sociedade. Tanto a identidade social do homem quanto da mulher é construída por meio da atribuição de diferentes papéis, os quais a sociedade espera que sejam cumpridos pelas diferentes categorias de sexo¹, delimitando, dessa maneira, em quais pontos a mulher deve atuar, e quais deles são atuação do homem.

No processo de divisão sexual do trabalho, ancorado em argumentos tais como da “natureza feminina”, à mulher é delegado o cuidado com a casa e com os filhos, geralmente, trabalho esse, não remunerado. Além disso, a opressão de classe também recai sobre a mulher, já que com o desenvolvimento do capitalismo e a necessidade de mão de obra feminina, as mulheres proletárias passam a enfrentar jornadas extensivas de trabalho, cuidando da casa e dos filhos e trabalhando em fábricas, comércios ou em casas de outras famílias (Kergoat, 2003).

Para Kergoat (2003, p. 2) as mulheres iniciam seu processo de luta por emancipação

¹ Mesmo entendendo o argumento de diversas feministas que a categoria “gênero” não comporta todos os aspectos relacionados a exploração, apropriação e opressão das mulheres exposta a partir da teoria Marxista. Majoritariamente, nesta pesquisa utilizaremos o termo gênero, visto que esse é o termo com maior incidência no campo da Ciência da Informação, prezamos por uma padronização terminológica. Entretanto, as autoras aqui utilizadas pertencem a linhas teóricas distintas e, portanto, possuem suas próprias terminologias, sendo que “relações sociais de sexo” e “categorias de sexo” serão mantidas quando utilizadas ou debatidas pelas autoras em questão.

[...] a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente 'evidente' que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.

Partindo da reflexão de Kergoat (2003) é possível ponderar que a tomada de consciência é essencial no processo de luta e emancipação das mulheres, e é no reconhecimento das questões relacionadas ao trabalho que as mulheres tomam, em um primeiro momento, consciência da sua condição. Para Aidar *et al.* (2010) é a partir deste momento que diversas lutas foram encampadas no sentido de reconhecer as contribuições das mulheres em diversos âmbitos, inclusive no processo de modificação das relações estabelecidas entre sexo e raça nos setores produtivos.

Nesse contexto, Martins (2015) assinala que além dos aspectos fundantes que são intervenientes às forças materiais, os aspectos informacionais se apresentam como um recurso e fator marcante no que tange às lutas de movimentos políticos e sociais feministas na atualidade. Isso porque a informação se apresenta como relevante nas definições de poder e desigualdade da sociedade contemporânea.

Considerando as transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas e as mudanças na forma de produção do sistema capitalista, a informação se tornou cada vez mais relevante aos sujeitos, seja para desenvolver suas atividades laborais e acadêmicas, ou para sua atuação na sociedade. Salientamos que o impacto da informação nas diversas relações estabelecidas no capitalismo é importante ao se considerar seu valor para esse sistema, desta maneira, cabe refletir que a informação, como parte dessas relações, também está submetida às hierarquias do sistema vigente.

Sobre tal contexto, Schneider e Pimenta (2018) evidenciam que o capitalismo lança mão do acesso desigual à informação e da inaptidão para lidar com ela, condições que impedem o desenvolvimento e apreensão de conhecimento, para converter informações científicas, industriais, financeiras, comerciais, políticas e militares em insumos de alto valor estratégico para a acumulação de capital. Todo esse sistema é sustentado por um regime hegemônico de informação, cujo controle de produção e distribuição de informações se encontra na mão de determinados grupos. Em sentido complementar, Vitorino e Piantola (2009) consideram que a informação é selecionada, organizada e distribuída de forma que determinados grupos sejam favorecidos.

Zandonade (2004) pondera que o comportamento da sociedade em relação à produção, organização, gestão e uso da informação está em mudança decorrente do contexto ora mencionado. Nesse sentido, o acesso realmente amplo à informação não pode se apoiar em velhos princípios paradigmáticos. Para o autor uma epistemologia no campo informacional deve considerar aspectos subjacentes aos processos sociais de aquisição da informação.

A partir dessas posições, compreendemos que a informação se apresenta como parte do desenvolvimento das mais diversas atividades humanas, seja relacionada a aspectos materiais, econômicos ou sociais. Destarte, concebemos que

[...] a informação é um importante recurso em disputa, na medida em que possibilita aos sujeitos a nomeação das diferenças que os assinalam, a apresentação de suas visões de mundo, identidades, demandas, inimigos, o posicionamento e a negociação discursivos nos embates em que se envolvem. Este fato se acentua especialmente nas sociedades que têm se caracterizado pela ampla produção e consumo da informação e pela sua penetração intensa em distintas esferas da vida. (Martins, 2015, p. 8)

Isto posto, inferimos que a informação tem potencialidades distintas dentro do sistema, podendo se apresentar como forma de perpetuação do *status quo* e opressão dos indivíduos marginalizados ou como ferramenta de construção de uma consciência emancipadora dos sujeitos. Referente a isso, é relevante pontuar que mesmo com o aumento das formas de acesso à informação, esta ainda tem sido distribuída de forma desigual, principalmente entre países centrais e periféricos (Theis, 2013). Quanto à informação para emancipação dos sujeitos, esta pode se dar auxiliando na conscientização dos seres humanos sobre sua condição de oprimido e no desenvolvimento de estratégias de luta contra essa opressão. Entendemos, que o acesso à informação se apresenta como um caminho para a conscientização dos sujeitos sobre sua condição na sociedade. Assim, a informação, tal como a educação, a arte e a cultura, podem se tornar essencial na formação de sujeitos mais reflexivos e críticos.

Essa possibilidade, encontra-se nos processos de aprendizagem dos sujeitos, na elevação da educação e no acesso das pessoas na participação pública. Estes fatores podem ampliar as mudanças nos padrões de acesso e controle sobre os recursos materiais, tais como, terra, água, dinheiro, recursos intelectuais (a conhecimento, informação, tecnologia). E aos recursos ideológicos, que se referem às condições de gerar, propagar, sustentar crenças, normas, valores, atitudes, entre

outros. Esses recursos estão presentes nos meios de comunicação, no mercado de trabalho, entre outras estruturas que reforçam e sustentam as relações de poder existentes na sociedade (Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021).

Cabe pontuar que, conforme argumenta Santo (2008), não é possível ignorar que, ainda na atualidade, as questões de gênero permeiam as relações sociais baseadas em desigualdades. Para a autora, é necessário que as ciências, e nesse caso especificamente a Ciência da Informação, “[...] invistam em estudos que possam detectar as desigualdades de gênero, buscando alternativas para modificar esse quadro” (Santo, 2008, p. 327). De acordo com a autora, é essencial para o campo da informação estudar sistematicamente os impactos sociais e culturais dos processos informacionais para as mulheres.

Para Suzanne Lipu (2010, p. 342, tradução nossa) “Precisamos entender, a partir de uma gama de perspectivas feministas, como a informação é central para a vida das mulheres e se e como pode ajudar as mulheres a superar a desigualdade e opressão que enfrentam, em seu próprio mundo e contexto”. Podemos compreender que a informação pode colaborar para a conscientização de mulheres sobre as relações de confronto que permeiam as questões materiais e imateriais de sua realidade.

Desta perspectiva, identificamos um campo profícuo de pesquisa para a Ciência da Informação, na medida em que estudos ligados às teorias feministas podem contribuir para o enfrentamento às desigualdades que perpassam tais relações sociais entre as distintas categorias de sexos. É nesse escopo, que as condições de acesso e uso da informação surgem como possibilidade de ação em equipamentos informacionais para enfrentamento a essas desigualdades.

Ponderamos que entre essas possibilidades encontra-se o desenvolvimento de um conjunto de habilidades que se relaciona ao processo de busca, compreensão, apropriação e uso da informação. Tais habilidades, somadas ao acesso amplo e democrático à informação e ensino dos conhecimentos sistematizados e acumulados como registros do conhecimento, podem auxiliar na compreensão das mais diversas “amarras” do tecido social. Esse conjunto é designado no campo da CI como competência em informação, que é definida como um “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica” (Dudziak, 2001, p. 143).

Mesmo que alguns trabalhos tenham estabelecido relações entre a competência em informação e fatores concernentes à mulher (Fields, 2001; Ottonicar; Furtado; Yafushi, 2019; Salomon, 2017; Tebaldi, 2017) é possível considerar que a questão das mulheres não tem sido muito explorada no campo da informação. Fields (2001) argumentou sobre uma falta de pesquisas voltadas para a competência em informação no contexto de mulheres. Desta forma, ela reflete que é preciso pensar processos de aprendizagem que considerem o desenvolvimento de aspectos informacionais específicos para mulheres, já que existem fatores informacionais que interferem em como elas acessam e usam a informação.

Silva e Olinto (2016) ponderam que preocupações com as diferenças de gênero devem ser consideradas em estudos relacionados à competência em informação, visto que este conceito possui uma série de dimensões e pode ser abordado de diferentes perspectivas. Assim sendo, as compreensões feministas acerca da informação requerem aspectos mais abrangentes, tais como autonomia, autoestima e autodeterminação, fatores menos evidenciados por mulheres ao lidarem com questões tecnológicas, científicas e informacionais. Podemos ainda mencionar a pesquisa de Tebaldi (2017), em que ela reflete que as teorias feministas podem contribuir com o debate sobre políticas educacionais voltadas à formação de habilidades informacionais, garantindo uma participação mais ativa e igualitária para mulheres e demais minorias sociais. Logo, para políticas educacionais que visem a formação de sujeitos mais autônomos no trato com a informação e com questões midiáticas, é essencial que se leve em conta as diversas desigualdades entre os diferentes atores sociais.

Além dessas questões, para Vitorino (2016a) um exemplo de postura crítica em relação à competência em informação pode ser desenvolvido por pesquisas sob o ponto de vista das teorias de gênero ou teorias feministas, questionando quem se beneficia das informações, quais vozes não são representadas, quais categorias são relevantes para esses grupos, como o conhecimento está sendo representado para essas pessoas.

Diante do apresentado, a pergunta que norteou esta pesquisa é: Quais as relações da competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social, com as teorias feministas?

Sobre as premissas teóricas que norteiam a construção desta pesquisa, podemos destacar três concepções principais sob as quais se desenvolveram as

reflexões quanto à questão de pesquisa aqui proposta. A primeira premissa concerne à concepção sobre o campo no qual se dá a exploração e dominação das mulheres. Para Cisne (2020) o trabalho deve ser lido como categoria central e fundante das relações sociais baseadas na divisão entre os sexos. É, portanto, necessário compreender o trabalho em sua totalidade, envolvendo suas divisões, particularidades, antagonismos de classe, sexo e raça, apropriações, explorações, alienações, produção e reprodução.

Para autora, na

[...] centralidade do trabalho na história das diferentes sociedades e de seus fundamentos socioeconômicos e políticos, é possível encontrar as bases materiais para o entendimento das ideologias dominantes, como a patriarcal e a racista, que se imbricam com a relações de classe. (Cisne, 2020, p. 48)

É no campo dessas relações sociais antagônicas que capitalismo, racismo e patriarcado formam um nó indissolúvel, onde o social, o cultural, o político, e o econômico se entrelaçam para dar forma, a partir de suas contradições e determinações, a totalidade social² do nosso tempo histórico (Saffioti, 2016). Em complemento, entendemos a partir de Colette Guillaumin (1972)³ que não há naturalização nas premissas que estruturam o racismo e o sexismo. Para a autora, ambas as relações sociais não podem ser compreendidas como um problema teórico, mental, subjetivo, que possa ser combatido somente no campo das ideias. Mas, pelo contrário, há relações sociais de dominação material e imaterial que são base desses processos, não sendo possível uma análise naturalizante deste fenômeno, ou uma dissolução dessas categorias antagônicas nas relações de classe.

Assim sendo, ponderamos que as relações sociais, quando falamos das categorias de sexo, são de uma "[...] só vez uma relação de dominação simbólica, de opressão física e de exploração material" (Kergoat, 2009, p. 100). Nesse sentido,

² Nos Grundrisse, Marx (2011) define categoria de totalidade e articula as noções de aparência e essência ao pensar a relação do modo de produção capitalista com o movimento histórico geral. Para o método do materialismo histórico-dialético, a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade encontra respaldo apenas na dialética entre singularidade, particularidade e universalidade (Almeida, 2018).

³ Cabe indicar que nos valem aqui das categorias e análises do feminismo materialista francófono, por entender que o uso do materialismo evidencia suas contribuições à compreensão do trabalho como aspecto fundante da opressão da mulher. Porém, reforçamos que as análises feministas aqui empreendidas se sustentam na tradição marxista e na variedade de correntes de pensamento resultantes da relação entre essa tradição e o campo do feminismo.

Cisne e Santos (2018, p. 13) argumentam que uma desigualdade de poder, contradições e antagonismos marcam essas relações, de maneira que elas “[...] não são redutíveis à dimensão das relações intersubjetivas nem à expressão de crenças e ideias vigentes - embora a ideologia cumpra um papel fundamental na reprodução dessas relações.”

Nesse ponto, compreendemos que a informação, no mesmo sentido colocado pelas autoras feministas, também não pode ser entendida apenas como fruto da abstração humana. Martins (2013) pondera que a informação tem destaque na contemporaneidade, visto sua capacidade de significar, nomear e instituir através dos signos a realidade, essas características dão à informação *status* de recurso, pelo qual é desenvolvido um confronto simbólico afim de impor uma concepção hegemônica ao que entendemos como real. Argumentamos, em virtude disso, que a informação “[...] não é um insídio abstrato, embora possa ser tendencioso, principalmente no contexto da dominação e nem definitivamente proposto por um sujeito, mas é o resultado das condições histórico-sociais entre os sujeitos da informação” (Silva, 2014, p. 192).

Partindo dessa compreensão, apresentamos a segunda premissa que permeia esta pesquisa, a Epistemologia Social, se apresentando como base que norteia as concepções e análises teóricas do campo da Ciência da Informação aqui empregadas. Nesse sentido, cabe pontuar que a Epistemologia Social no campo da Ciência da Informação tem grandes contribuições da Biblioteconomia social de Egan e Shera, que garantem os subsídios teóricos para pensar as relações da informação com a sociedade, assim como compreender a interferência da informação no campo das relações sociais (Silva, 2014).

Para Shera (1977) a centralidade das questões epistemológicas não está no processo informacional, mas no processo de comunicação do conhecimento humano, na capacidade de correlacionar os saberes e a ação, de maneira que os estudos da comunicação do conhecimento acumulado, se apresentem como possibilidade de totalidade ao que foi disperso pelo desenvolvimento da complexidade humana.

Reforçamos o argumento de Oddone e Menezes (2010, p. [14]), quando indicam que

A perspectiva material e histórica do conhecimento que está refletida na teoria da Epistemologia Social, disseminada inicialmente por Egan e Shera e que em anos posteriores foi ampliada por outras visões, é uma alternativa válida para alicerçar teoricamente os estudos acerca

das temáticas que a área da Ciência da Informação desenvolve, especialmente referente aos produtos intelectuais e aos processos que compreendem a comunicação e a divulgação das pesquisas científicas.

Nesse aspecto, evidenciamos que as compreensões de uma epistemologia para o campo da informação, a partir das concepções sociais, são as que melhor se aplicam às análises informacionais empreendidas neste trabalho. Visto que amplia as compreensões acerca do papel da Ciência da Informação e da própria natureza, dialética e cultural, da informação no campo das relações sociais, possibilitando a compreensão desta como signo que medeia a realidade.

Sobre a terceira e última premissa que norteia este trabalho, apresentamos a competência em informação, cujas bases são desenvolvidas a partir de uma perspectiva também social. Nesse sentido, Brisola e Romeiro (2018) argumentam que a competência em informação, como uma perspectiva teórica dentro da Ciência da Informação, dá condições para o uso e compartilhamento ético de informações, assim como apropriação de questões ligadas à política e à cidadania, permitindo aos sujeitos “[...] entender os mecanismos hegemônicos que embotam, escondem e distorcem a verdade, é desejável que a pessoa cidadã tenha competência em informação, enfatizando o pensamento crítico, consciência crítica e pensamento reflexivo” (Brisola; Romeiro, 2018, p. 70).

Ainda para as autoras, é necessário construir um contexto informacional em que a competência em informação seja reforçada no que tange aos aspectos éticos dos sujeitos, se apresentando como uma ferramenta de resistência frente às estruturas dominantes, além disso, possibilitará a estes sujeitos perceber as questões informacionais do contexto no qual está inserido e interferir nesse contexto de forma ética e emancipatória. Para Vitorino (2016b, p. 388), o desenvolvimento dessa competência nas pessoas é um dos meios para “[...] minimizar as desigualdades sociais e oportunizar o acesso e uso adequado da informação, promovendo oportunidades semelhantes às comunidades”

Quanto às perspectivas de competência em informação, se faz necessário para nossas investigações uma noção que tenha como finalidade compreender o processo informacional como parte de um contexto e de uma realidade material, e não como condições individuais. Nesse sentido, a relevância das abordagens sociais, sob uma compreensão crítica da competência em informação, com intuito de levar os sujeitos a examinar as construções sociais, e dimensões da informação, tais como a política e

ética, assim como problematizar seu desenvolvimento, seus usos e propósitos, e pensar criticamente acerca das forças que agem sobre o universo informacional, a produção e o compartilhamento do conhecimento (Tewell, 2015).

Podemos evidenciar a competência em informação como uma via de ação dos equipamentos informacionais no sentido de formar sujeitos no trato com a informação. Nesse sentido, comungamos com Gomes e Dumont (2015, p. 99), de que as concepções de competência em informação aqui empregadas, não se voltam para aplicação ao mundo da produção e do mercado, mas estabelecem

[...] as bases para que os indivíduos possam, principalmente, por meio das ações das [unidades de informação] direcionadas a aprendizagem em informação, acessar e usar a informação na construção de novos conhecimentos, não somente para que se torne materialidade simbólica como alvo de disputa e um produto de apropriação privada, e sim como meio que provoque mudanças de comportamento — atitude, conscientização, discernimento e valor — face à participação social e cidadania.

Refletimos, nesse ínterim, que a informação pode contribuir para a conscientização dos sujeitos, de forma que também pode exercer papel de influência no processo de conscientização e emancipação das mulheres. Além dos marcadores teóricos que norteiam a construção e os argumentos desenvolvidos neste trabalho, é importante ressaltar que aqui estabelecemos um movimento dialético ao tentar responder as questões levantadas. Nesse sentido, cabe delimitar que o método do materialismo histórico-dialético aqui evidenciado não se trata pois dos procedimentos metodológicos aplicados no tratamento dos dados, mas antes, da compreensão da realidade que estabelecemos em toda a lógica aplicada aos argumentos desenvolvidos.

Isso significa que as estruturas de pensamento aplicadas durante a pesquisa não partem dos cânones da lógica formal, ou seja, da exclusão dos opostos. Mas em termos dialéticos, onde os polos opostos não se excluem, mas se incluem, se determinando simultaneamente e reciprocamente. Desta forma, consideramos, a partir do método dialético em Marx, que ao invés de partirmos de ideias cartesianas como os homens determinam as circunstâncias, ou são determinados por elas, vemos uma lógica na qual os homens determinam as circunstâncias ao mesmo tempo em que são determinados por elas (Saviani, 2022).

Isto ocorre pois, para Marx,

[...] o mundo dos homens nem é pura ideia nem é só matéria, mas sim uma síntese de ideia e matéria que apenas poderia existir a partir da

transformação da realidade (portanto, é material) conforme um projeto previamente ideado na consciência (portanto, possui um momento ideal). (Lessa; Tonet, 2011, p. 41)

Desta forma, Marx compreende que a realidade objetiva e a consciência são distintas, mas igualmente reais. Nesse sentido, a matéria é anterior à consciência. Entretanto, o ser social só existe como síntese das ideias (da prévia-ideação) em relação dialética com a materialidade natural. Esse processo, gera uma síntese que produz uma nova realidade, ou seja, uma nova esfera objetiva, que realmente existe, tanto quanto uma pedra ou o universo: que é a sociedade humana (Lessa; Tonet, 2011, p. 41).

Assim o materialismo histórico-dialético

[...] caracteriza-se por conceber o mundo dos homens como a síntese da prévia-ideação com a realidade material, típica e elementarmente por meio do trabalho. As dimensões ideal e material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das ideias para a história quanto a sua impotência quando não encontram as condições históricas necessárias para que sejam traduzidas em prática (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos. (Lessa; Tonet, 2011, p. 43)

Nesse tipo de compreensão, aspectos como ideologia, hegemonia, cultura, valores, educação e informação, são determinados pelas condições materiais em uma relação dialética com a consciência dos sujeitos. E, portanto, sofrem influência do movimento dialético, pois ao mesmo tempo que podem determinar aspectos da condição humana, são também determinados por elas. É a partir desse olhar que analisamos os aspectos centrais da competência em informação, da Epistemologia Social e do feminismo.

Nessa direção, nos dedicamos a compreendermos como a competência em informação, enquanto área que estuda aspectos relacionados à busca e ao uso da informação pode se relacionar com as teorias feministas, visando promover uma formação humana e emancipatória. Compreendemos que se trata de um estudo voltado para questões sociais relacionadas aos usuários da informação, já que, conforme argumenta Araújo (2012), o usuário da informação não pode ser visto de forma isolada das relações sociais e do contexto sociocultural no qual está inserido.

Cabe ainda mencionar o Manifesto de Florianópolis, que indica a necessidade de reavaliação de políticas voltadas aos que sofrem intolerância, preconceito, discriminação ou que possuem acesso desigual às condições materiais de existência, principalmente no que se refere ao acesso e uso da informação para fins sociais.

Nesse aspecto, o documento menciona a relevância da competência em informação nos debates e reflexões em torno da luta desses sujeitos (Manifesto..., 2013).

Jacobs (2008) defende que a competência em informação tem possibilidade de se desenvolver em uma perspectiva de transformação, e como uma ferramenta que auxilie os sujeitos a verem o mundo de forma distinta. No entanto, para que isso ocorra, é relevante que se compreenda a competência em informação não apenas como uma maneira de entender a realidade, mas como uma forma de tornar os sujeitos mais humanos, tal como dar-lhes condições de reinventar a realidade.

Levando em conta essas questões, esta pesquisa se justifica por sua colaboração à Ciência da Informação no aprofundamento de estudos sobre os aspectos informacionais, no que tange às relações sociais de sexo no sistema patriarcal. Para Woida (2020, p. 21), estudos relacionados às questões de gênero na Ciência da Informação são relevantes por poderem abarcar as questões informacionais aos debates acerca das categorias nesse campo de estudos, “[...] contribuindo diretamente para o enfrentamento do desequilíbrio de poder instalado, propiciando às mulheres e as pessoas do gênero feminino maior organização, acesso e compartilhamento de informação.”

Lipu (2010) evidencia que a centralidade da mulher em relação à competência em informação exige um aprofundamento desses estudos nas teorias feministas, que podem contribuir para superar abordagens pautadas apenas no gênero, já que segundo a autora, essas não são suficientes, é necessário compreender as relações entre informação e poder no que diz respeito aos aspectos econômicos, culturais, pessoais e sociais.

Compreendemos que refletir acerca da competência em informação, enquanto temática do campo social da Ciência da Informação pode nos proporcionar uma “[...] análise das condições das unidades de informação existentes e a contribuição destas à sociedade, os profissionais que atuam nesses espaços e suas práticas, os sujeitos que buscam por informação e os discursos existentes sobre esse assunto.” (Gomes; Dumont, 2015, p. 100).

Tendo em vista tal argumento, nos debruçamos nesta tese para compreender, a partir de debates teóricos, um possível papel da informação no contexto das diferentes categorias de sexo, e como a competência em informação se relaciona para o enfrentamento às desigualdades colocadas em tais relações. Cabe ressaltar, que esta pesquisa não pretende realizar aplicações práticas, visto que as produções que

abarcam as compreensões aqui propostas ainda são reduzidas nos estudos da Ciência da Informação.

Constatamos que para tanto é necessário mapear iniciativas teóricas e práticas de competência em informação que se voltem para o acesso, compreensão, apreensão e uso de informações que possam auxiliar mulheres a se conscientizarem e agirem sobre suas condições na sociedade. Nesse tocante, é bom ressaltar que o olhar do campo da competência em informação para as minorias sociais é relevante para que os estudos desta área evoluam de modo a atender necessidades informacionais diversas.

Quanto aos impactos sociais esperados, visamos estabelecer um aprofundamento teórico sobre a dominação e exploração das mulheres no sistema atual e como esses processos podem se relacionar com o acesso à informação. Tal como, pretendemos identificar possíveis relações teóricas da competência em informação com as teorias feministas. Ambas as contribuições visam a ampliação de possibilidades voltadas à formação de mulheres mais autônomas em suas buscas informacionais e mais capazes de refletir sobre quais os impactos das informações em seus direitos.

Inserimos ainda, a justificativa da autora, que têm desenvolvido investigações acerca da competência em informação há dez anos, e percebido uma carência nos estudos que coloquem a competência em informação como fator de emancipação dos oprimidos e não como ferramenta de formação para manutenção da lógica capitalista. Ademais, a proponente desta pesquisa, tem estudado e vivido o processo de exploração e opressão sofrido diariamente pelas mulheres, e considera que movimentos teóricos e práticos que visam ampliar o acesso de informação a mulheres e meninas, pode ser relevante em um processo de formação de consciência e de reconhecimento de sua condição de opressão, seja ela de classe, de raça ou sexo.

Partimos do pressuposto que a informação se apresenta como recurso relevante no contexto das relações sociais permeadas pelas questões de sexo e gênero, na medida em que assume um caráter simbólico diante da realidade. Levantamos, dessa forma, a hipótese de que a competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social, entendida como um movimento para promoção de recursos, habilidades e conhecimentos voltados ao acesso e avaliação de informações, pode se relacionar às teorias feministas, assim como contribuir no enfrentamento às desigualdades entre as distintas categorias de sexo.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social e suas relações com as teorias feministas.

1.1.1 Objetivos Específicos

- I. Levantar iniciativas teóricas da competência em informação relacionadas às teorias feministas;
- II. Caracterizar a competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social, nas iniciativas levantadas;
- III. Estabelecer relações da teoria feminista marxista com a competência em informação;
- IV. Mapear práticas da competência em informação relacionadas aos debates feministas;
- V. Identificar a relevância destas iniciativas para a ampliação do acesso à informação por mulheres e meninas.

1.2 ESTRUTURA DA TESE

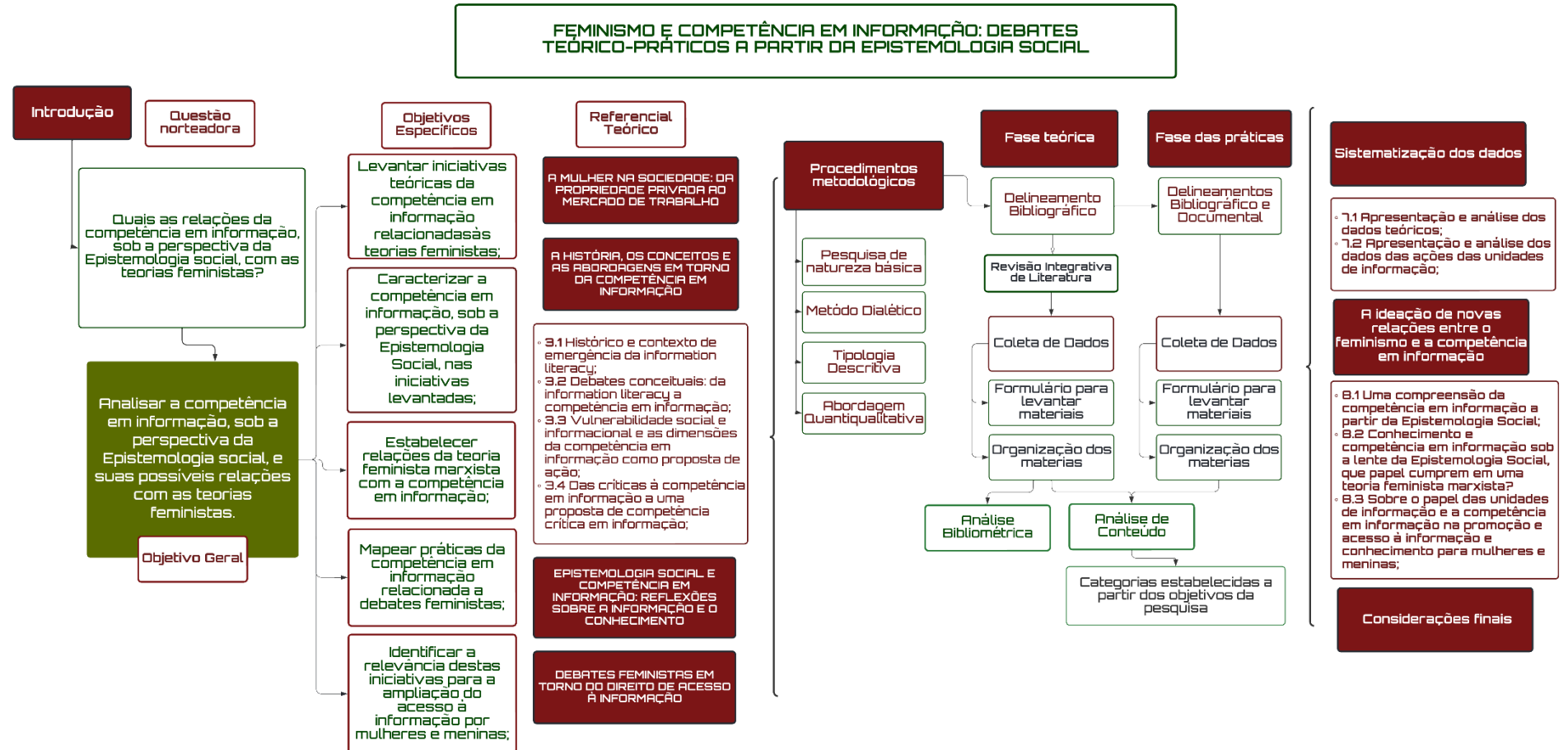
Na sequência da seção introdutória, com o objetivo de estabelecer os conceitos, teorias e abordagens que sustentaram o desenvolvimento desta pesquisa, elaboramos as seções de referencial teórico, conforme segue: Seção 2 “A mulher na sociedade, da propriedade privada ao mercado de trabalho”, em que apresentamos as compreensões da teoria feminista marxista, acerca da opressão e exploração das mulheres na sociedade capitalista; Seção 3 “A história, os conceitos e as abordagens em torno da competência em informação”, com a descrição do histórico e contexto de emergência da *information literacy*, os debates conceituais em torno da competência em informação e as abordagens que sustentam esta pesquisa, sendo elas a abordagem da vulnerabilidade informacional e das dimensões da competência em

informação e da competência crítica em informação; por fim uma breve síntese da atuação dos profissionais da informação para a competência em informação.

A Seção 4 trata da “Epistemologia Social e competência em informação: reflexões sobre a informação e o conhecimento”, em que contextualizamos e evidenciamos uma perspectiva social para o campo da informação e sua influência para pensar o papel da competência em informação. Seção 5, apresenta “Debates feministas em torno do direito de acesso à informação” ponderando sobre a relevância do acesso à informação no contexto das desigualdades de gênero.

Posterior ao referencial teórico, na Seção 6, “Caminhos Teórico-Metodológicos” caracterizamos e descrevemos os percursos metodológicos com os quais realizamos a coleta dos dados, sistematização e análise. A Seção 7 e suas subseções apresentam os resultados da pesquisa bibliográfico e documental, suas análises e o debate com a literatura. Na Seção 8 nos propomos a responder os objetivos específicos deste estudo, gerando uma síntese das reflexões aqui empreendidas. As considerações finais refletem sobre os resultados alcançados e o cumprimento dos objetivos.

Figura 1 – Desenvolvimento e estrutura da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora, na ferramenta Lucidchart (2024)

2 A MULHER NA SOCIEDADE, DA PROPRIEDADE PRIVADA AO MERCADO DE TRABALHO

“Não há mãos ou princípios invisíveis que guiam a evolução humana [...] as causas não são externas e independentes da organização social” - Karen Sacks

A opressão sobre a mulher está presente na sociedade a tempo suficiente para que sua origem não seja facilmente identificada. Frequentemente, o senso comum considera que essa condição de opressão é imanente ao desenvolvimento da raça humana, ou seja, sempre esteve presente na evolução da espécie. Conforme argumenta a antropóloga Leacock (2019, p. 52), em seu livro “Mitos da Dominação Masculina”, a perspectiva dominante que se tem na contemporaneidade é de que “[...] as mulheres têm sido sempre, em algum grau, oprimidas – o termo usual é ‘dominadas’ – pelos homens, porque os homens são mais fortes, são responsáveis pelos combates, é da sua natureza serem mais agressivos.”

Apesar dessas percepções estarem presentes nas pré-concepções de homens e mulheres acerca da opressão exercida de um sexo sobre o outro, pesquisas desenvolvidas desde o século XVIII argumentam que nem sempre a sociedade se baseou em um sistema de opressão de gênero para manter as suas estruturas.

Engels, em “A origem da família, da propriedade privada e do estado” (1884), analisa os apontamentos de Morgan em seu livro “A sociedade Antiga” (1877), nessa obra o autor, entre outras coisas, identificou os aspectos antropológicos iniciais para o regime social que atualmente se compreende como família. Nesse contexto, Morgan analisou os aborígenes iroqueses, da região de Nova York e constatou que as relações familiares se estabeleciam de maneira distinta daquelas apresentadas na sociedade atual, enquanto se assemelhavam às relações de parentesco estabelecidas pelos povos tamilas da região sul da Índia, dos povos das ilhas Sandwich na região do Havaí.

Engels (2019) estabelece que estas relações familiares existentes entre esses e demais povos espalhados pelo globo consiste em uma forma primitiva. As relações familiares grupais se apresentam em diversos povos, a exemplo dos Australianos, cujas relações matrimoniais eram realizadas em massa, o que significa que uma classe inteira de homens, com frequência dispersa pelo continente, estabelecia matrimônio com uma classe inteira de mulheres, de maneira geral também dispersa pelo território.

Uma forma de família posterior a essa também foi identificada, a “família punaluana”, como nomeia Morgan (2014), presente nos estudos antropológicos na região do Havaí, sendo o primeiro tipo familiar a indicar os graus de parentesco, assim como a primeira a excluir as relações entre irmãos. Esses também seguiam a linhagem materna, de maneira que os filhos eram mantidos com a mãe. Neste sentido, Engels (2019, p. 50) argumenta que “[...] em todas as formas de famílias por grupo, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe. Ainda que ela chame de filho todos os da família comum e tenha dever maternais com todos.”

Além destas concepções familiares, Engels (2019) apresenta o conceito de “família sindiásmica”. Segundo o autor, é uma forma de família matriarcal em que o vínculo estabelecido por meio do casamento se dissolve facilmente, isso ocorre, pois, a infidelidade e o divórcio são tolerados, soma-se a isso, o fato de que nesse tipo de família os filhos continuam a pertencer a linhagem da mãe.

Entre esses povos identifica-se a presença de mulheres em processos decisórios como assembleias coletivas, onde homens e mulheres têm poder de decisão semelhantes. Identifica-se também, a responsabilidade coletiva pelas crianças, que pode ser tanto da mãe, quanto de pessoas com grau de parentesco ou até mesmo outros membros das *gens*⁴. Nesse sentido, em alguns desses grupos, era possível identificar mulheres e homens que tratavam também como seus filhos, os filhos de irmãs ou irmãos – a depender da região e grupo em questão – destaca-se que a criação dos filhos, ainda que fossem relacionados a linhagem materna, era responsabilidade compartilhada e coletiva em muitas comunidades antigas.

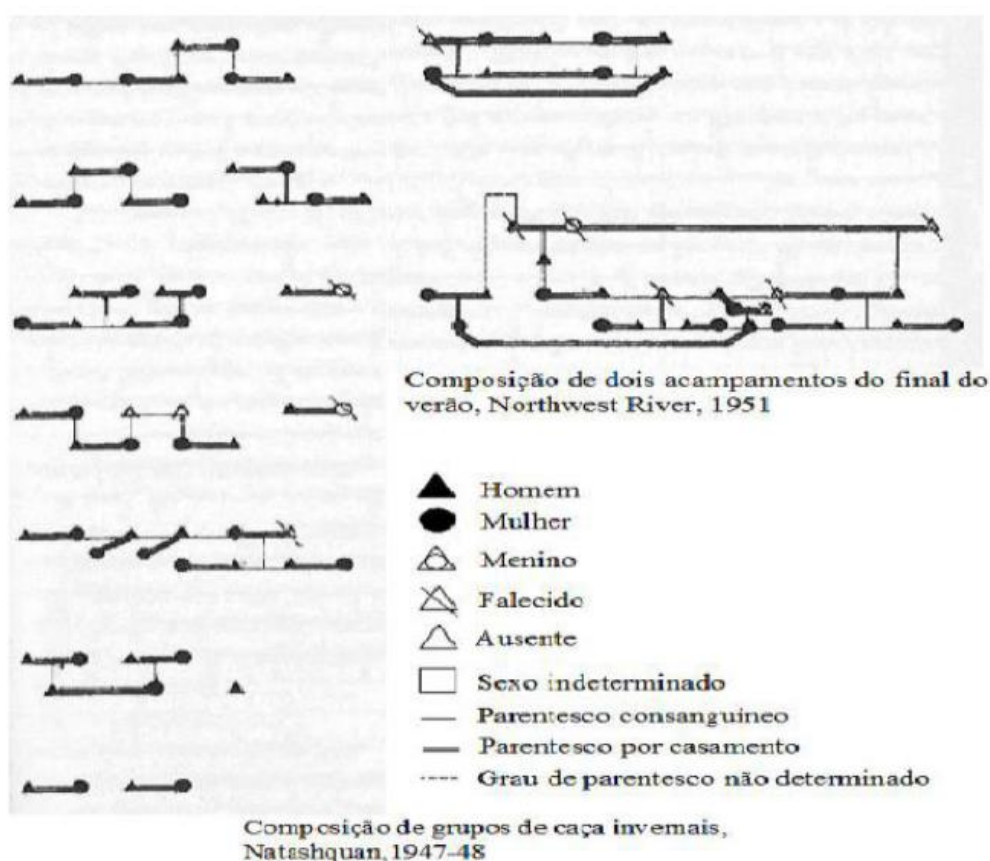
Leacock (2019) analisa aspectos de tribos e comunidades pré-colonização, entre elas os indígenas de Quebec, os Montagnais-Naskapi, do Canadá; os balondas, um dos povos bantus, do Congo. As análises antropológicas de Leacock, somadas a estudos anteriores como de Morgan (2014) e Engels (2019), permitem refletir que os processos de decisão realizados por esses povos não eram patrilineares, é possível, inclusive, encontrar vestígios de linearidade matrilocais, o que indicava um peso do sexo feminino nas construções sociais dessas comunidades.

Dessa forma, Leacock (2019) evidencia que a residência pós-marital poderia ser tanto com a família da mulher como do homem (bilaterais). Ou seja, não existe

⁴ O termo *gens* na Roma Antiga, representava a identidade familiar de um determinado conjunto de famílias, largamente inscritas na aristocracia romana (Frighetto, 2011).

uma obrigatoriedade de que os filhos homens permaneçam com suas famílias de maneira a “herdar” suas terras ou costumes, trazendo consigo sua esposa e os netos de seus pais. Em suma, o diagrama da figura 2, indica que no acampamento de 1948 ainda há grande incidências de casais vivendo com a família da mulher, e assim, apontando para indícios de relações matrilocais entre os povos Montagnais-Naskapi.

Figura 2 – Diagrama da configuração dos grupos inverniais de caça de 1948-1949, em *Northwest River*



Fonte: Leacock (2019)

Nesse sentido, a análise de Leacock (2019) indica que o “[...] princípio da autonomia estendia-se às relações entre homens e mulheres”. Esta autonomia, relacionava-se aos aspectos sexuais, ao casamento, a escolha do cônjuge; o cuidado com as crianças era compartilhado entre homens e mulheres de todas as famílias; a preparação do alimento podia ser realizada tanto por homens como por mulheres, assim como as atividades de caça e pesca podiam também ser compartilhadas pelos diferentes sexos. A autora argumenta que a

[...] ausência de uma clara divisão do trabalho prevaleceu até recentemente no acampamento dos índios de Northwest River. Um homem e sua esposa poderiam voltar juntos da floresta, cada um carregando uma tora de madeira. Um pai e uma filha poderiam serrar

madeira juntos. Um homem poderia segurar no colo uma criança agitada, enquanto a mãe tranquilamente ocupava-se de alguma outra coisa sem ser tomada pela compulsão de assumir o encargo de acalmar aquela criança. Uma família inteira poderia sair numa canoa para recolher as redes de pesca. (Leacock, 2019, p. 74)

As análises realizadas pela antropóloga apontam que relações matrilineares eram bastante expressivas nas escolhas de acampamento, no terreno para caça e moradia, assim como em diversas ocasiões as terras herdadas pelos conjuntos familiares eram recebidas do lado da família materna e não paterna.

Cabe salientar ainda que investigações indicam para a existência de grupos pré-coloniais cujas relações eram, em certa medida, baseadas na patrilinearidade e na patrilocalidade. A partir do argumento da autora, identificamos uma impossibilidade histórica de afirmar que todos os seres humanos (orientais e ocidentais) do sexo masculino foram, por questões físicas e biológicas, considerados aptos a desenvolver determinadas atividades em detrimento de suas parceiras. Assim como podemos refletir que o sistema patriarcal nem sempre foi o sistema vigente no que tange às relações entre as categorias de sexo da raça humana.

Ponderamos a partir disso que, as sociedades antigas, e suas estruturas mais igualitárias, foram mal compreendidas como resultado de um fracasso ao se reconhecer a participação pública de mulheres nestas sociedades. Ao conceituar os bandos coletores e caçadores estabeleceu-se uma coleção pouco conexa de famílias nucleares, nas quais as mulheres são dependentes de um homem individual. Nesse sentido, há uma projeção das relações familiares desses povos com a nossa estrutura social atual. Para a autora, esse

[...] conceito implica uma visão teleológica e unilinear da evolução social, em que nossa sociedade é vista como a expressão completa das relações que estiveram presentes em toda a sociedade [...] As reinterpretções do papel das mulheres nas sociedades de caçadores/coletores revelam que relações qualitativamente diferentes são obtidas. (Leacock, 2019, p. 27)

Em concordância, Bloodworth (2018) argumenta que se acreditava que tais sociedades dividiam-se entre a esfera pública e masculina, e a esfera privada e feminina, entretanto, tais conceitos são associados com a ascensão das sociedades de classes, e dificilmente podem ser aplicados a natureza cooperativa e integrada das comunidades de caçadores/coletores. A autora ainda pondera que por mais incompletos que fossem os estudos sobre estas questões no passado, eles foram úteis para estabelecer as primeiras análises histórico-sociais acerca das origens da

opressão das mulheres.

As perspectivas Engelianas do desenvolvimento do patriarcado, ainda que com alguns argumentos ultrapassados e equivocados, será revisto e mais bem delineado por outras pesquisas no futuro, tais como de Leacock. Mas seu argumento essencial a esta pesquisa, é de que as fêmeas da raça humana não nasceram com uma condição inata de exploração, portanto não há, na natureza ontológica dessa espécie a condição *sine qua non* de exploração de um sexo sobre outro. Tendo em vista essa colocação, é possível argumentar que se não há uma condição biológica de exploração da mulher, essa condição se dá socialmente.

Tendo isto posto, as análises de Engels (2019) e Leacock (2019) se aproximam no que concerne ao argumento de que as primeiras mudanças nas relações familiares ocorrem justamente com as mudanças nas relações de produção e com o surgimento da propriedade privada. As mudanças nos aspectos produtivos fazem com que as tribos repensem sua divisão do trabalho, sua moradia e, conseqüentemente, as relações familiares são modificadas. Estabelece-se a partir daí a necessidade de relações monogâmicas para que as mulheres possam gerar filhos de um único homem, para que esses filhos possam herdar a propriedade privada, as relações comunais entre tribos e *gens* são pouco a pouco dissolvidas e as relações patriarcais surgem, tornando a mulher também propriedade de seus cônjuges. Sobre isso Santos e Oliveira (2010, p. 13) ponderam que

Com o surgimento da propriedade privada, exigindo novas configurações nos agrupamentos familiares, nas relações de trabalho e na organização social, prevalecem novas relações sociais que incidem sobre a vida de homens e mulheres. Para as mulheres, novas tarefas, sobretudo, a de procriar, de ser mãe e esposa sob as exigências do casamento monogâmico, cabendo-lhe, como imposição sumária, o espaço do lar, enquanto, ao homem, restava o trabalho desenvolvido fora do espaço doméstico.

Engels pondera que uma forma de exploração estruturada na desigualdade entre homens e mulheres se deu na divisão do trabalho. Até que mulheres e filhos fossem compreendidos como a primeira forma de propriedade do homem. Engels funda sua análise baseado na exploração de classes, cuja primeira divisão remota é domínio do masculino sobre o feminino. Para o autor “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.” (Engels, 2019, p. 79)

Segundo Bloodworth (2018) pesquisas mais recentes coadunam com os argumentos apresentados por Engels. Para a autora, existe uma relação entre o controle da sexualidade feminina e a comprovação da paternidade, sendo essas mudanças resultado das mudanças nas relações sociais de produção. Isso não significa que Engels não cometeu equívocos, para Bloodworth (2018, local. 25)

Para que o controle do excedente por uma nova classe dominante que vive do trabalho da maioria se tornasse a norma, era necessária a opressão da maioria tanto das mulheres quanto dos homens. A sexualidade das mulheres na elite dominante foi submetida a novos controles para garantir a herança da propriedade por sua classe. Com o tempo, a desigualdade das mulheres se arrastou em todas as classes, dando origem a novas ideias opressivas sobre a 'natureza' das mulheres e a sexualidade em particular, mas de maneiras que impuseram estereótipos também aos homens.

A autora, ainda reforça que as formas como essa opressão se mantiveram através dos séculos varia de sociedade para sociedade, mas que houve majoritariamente uma manutenção independentemente de quais características culturais as circundam (Bloodworth, 2018).

Embora o capitalismo não seja o sistema que deu origem ao modelo familiar atual, nem a opressão das mulheres, ele tem se servido destas construções e divisões de gênero implícitas, explorando a mulher de duas maneiras: de um lado colocando a mulher como dependente dos homens, o capital tem se beneficiado da produção feminina lhe pagando salários inferiores e contribuindo para a desvalorização da força de trabalho; e do outro, se servindo de maneira indireta do trabalho reprodutivo feminino, beneficiando-se das atividades realizadas de forma não remunerada pelas mulheres no âmbito doméstico, podendo assim, também pagar salário menor aos trabalhadores já que parte das atividades físicas e de reposição das condições de trabalho realizadas em sua residência é feita gratuitamente por alguma mulher (Sardenberg, 2015).

Nesse sentido, o sistema sob qual as mulheres sofrem exploração e violência, é resultado de estruturas sociais, as quais podem ser questionadas, analisadas e modificadas através dos embates teóricos, ideológicos e sociais, mas não apenas por eles. A relação apresentada por Engels (2019) e Leacock (2019), entre o surgimento da sociedade de classes e o patriarcado, permite ponderar que as condições estruturais da sociedade de classes estão inexoravelmente relacionadas à manutenção do sistema patriarcal.

Também sobre a relação da opressão e exploração das mulheres com o

surgimento do capitalismo, Federici (2017) considera que a exploração das mulheres desempenhou papel essencial no processo de acumulação primitiva capitalista. A autora evidencia a relevância do controle da reprodução para a acumulação do capital, no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo, e pontua que essa relação se deu na medida em que foram as mulheres também produtoras e reprodutoras da mercadoria essencial a este sistema: a força de trabalho. Nesse contexto, Federici (2017, p. 37) afirma que sem exploração de mulheres na realização do trabalho reprodutivo, na concepção e criação de novos trabalhadores e trabalhadoras, o capitalismo não teria se desenvolvido. Para ela “[...] o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo.”

A autora reforça que é parte da manutenção do sistema capitalista justificar e mistificar as contradições incrustadas nas relações sociais sob a qual ele se sustenta, essa mistificação se dá através da depreciação daqueles que explora - mulheres, descendentes de escravos, imigrantes, colonizados etc. Federici (2017, p. 37) ainda observa que há uma relação simbiótica entre o capital e acontecimentos como a escravidão e a colonização. Assim como entre a acumulação de capital, destruição da força de trabalho e a exploração do trabalho, dos corpos e das vidas das mulheres. Desta forma, enfatiza que na sociedade capitalista o corpo feminino é para as mulheres o que a fábrica é para os trabalhadores, ou seja, o principal terreno da sua exploração e da sua resistência.

Nesse sentido, Saffioti (2013) argumenta que em distintos períodos históricos, os papéis desempenhados por cada uma das categorias de sexo foram diferentes, isso porque a mulher das camadas envolvidas na produção, nunca esteve alheia a esse processo. A autora exemplifica evidenciando que na fase pré-capitalista as mulheres de países como Inglaterra e França trabalhavam ativamente no campo, nas manufaturas, no trabalho doméstico e no comércio. Nessa época o trabalho não relacionava-se diretamente com o lucro, e portanto, era desenvolvido por todo o grupo familiar e a ele pertencia, assim “[...] enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (Saffioti, 2013, p. 62).

Saffioti (2013, p. 67) destaca então que o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista, vai progressivamente empurrando a mulher para a vida doméstica, marginalizando-a do sistema de produção. No entanto, a sociedade não renuncia ao trabalho das mulheres, da classe trabalhadora, “Muito ao contrário, a

inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial.”

Compreendemos que, conforme as mulheres e meninas foram criadas e socializadas em âmbito privado, coube a elas as tarefas domésticas, o cuidado com o marido, com os pais e com os filhos, ficando responsáveis pela ordem reprodutiva da vida e se apresentando como moderadoras da vida social privada e como apaziguadoras de conflitos. Esses aspectos refletem nas tarefas assumidas pelas mulheres nos espaços públicos, que sempre são relacionadas a trabalhos como professoras, enfermeiras, faxineiras, babás, cuidadoras. Esse processo trata da construção social da divisão sexual do trabalho (Antunes, 1999).

Entendemos então, que é com o capitalismo que nasce a figura da mulher dona de casa, pois enquanto o homem vende sua força de trabalho para a produção e busca assim garantir as condições de vida da família, as mulheres das camadas sociais mais baixas além de trabalharem na produção, ainda que de forma distinta que os homens, são também responsáveis pelo trabalho de cuidado e de manutenção da subsistência familiar. Dessa forma, as mulheres atuam principalmente nos espaços de reprodução social da vida, seja cozinhando, limpando, cuidando, dando à luz, amamentando.

Vale nesse debate mencionar as feministas que analisaram e propuseram uma Teoria da Reprodução Social (TRS), sendo uma de suas principais autoras a norte americana Lise Vogel. Não é nossa intenção aqui se delongar nas críticas realizadas por Vogel a obras reconhecidas do movimento feminista marxista, tal como o livro do Engels⁵. Mas é importante mencionar que sustentada por essa crítica e em uma análise mais madura das compreensões do autor e outras feministas (Benston, 1989; Zetkin, 1929), é que Vogel (2013) tenta traçar uma relação mais direta entre a opressão das mulheres e o modo de produção capitalista, assim como responder a partir da teoria do valor-trabalho qual seria a base material para opressão das mulheres.

Para tal, a autora estabelece uma premissa para sua investigação, calcada na produção diária e geracional da força de trabalho, ou seja, nas condições necessárias para manutenção dos seres humanos e de seu trabalho, seja no âmbito da alimentação, vestimenta, limpeza, ou de criação de novos seres humanos, e que

⁵ Para saber mais sobre as críticas de Vogel a obra de Engels, e as construções teórica das feministas socialistas, ver o livro *“Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory”* da mesma autora.

socialmente tem sido naturalizada como parte das atividades das mulheres em âmbito privado. A partir disso, Vogel, constata que o trabalho reprodutivo pode ser identificado historicamente como necessário ao funcionamento do modo de produção vigente.

Nesse sentido, Vogel (2013) relaciona suas concepções com a categoria marxiana de 'trabalho necessário'⁶, sendo esse, o tempo de trabalho realizado por um trabalhador assalariado para a manutenção da sua subsistência. A autora argumenta que esse trabalho necessário a subsistência dos seres humanos possui uma dupla dimensão, social e doméstico. Isto porque, mesmo ao receber o salário que permite ao trabalhador se alimentar, se vestir, se limpar para o próximo dia de trabalho, isso não é suficiente, é necessário para que essas condições de trabalho de fato ocorram, que a comida seja cozida, a roupa lavada, o banho preparado, e etc. Dessa forma, além do trabalho social, desenvolvido na esfera produtiva, é essencial uma dimensão doméstica de trabalho necessário, essa desenvolvida no âmbito da reprodução da vida.

Vogel (2013) evidencia que

O trabalho doméstico é a porção do trabalho necessário que é realizado fora da esfera da produção capitalista. Para a reprodução da força de trabalho acontecer, tanto o componente doméstico como o componente social do trabalho necessário são exigidos. Ou seja, os salários podem permitir que um trabalhador compre mercadorias, mas um trabalho adicional - o trabalho doméstico - deve ser geralmente realizado antes que elas sejam consumidas. Além disso, muitos dos processos de trabalho associados à substituição geracional da força de trabalho são realizados como parte do trabalho doméstico. (Vogel, 2013, p. 159, tradução nossa)

O componente social do trabalho produtivo é necessário para a reprodução da vida, fornecendo o dinheiro que deve então ser trocado por mercadorias, esse se soma ao trabalho reprodutivo para só então possibilitar as condições de vida dos seres humanos. Esse modelo separa o trabalho assalariado do trabalho doméstico, materializando assim a individualização dessas duas formas de trabalho e criando locais especializados para o trabalho reprodutivo, ou seja, o espaço privado. Essa distinção entre as mulheres e os homens em relação aos componentes do trabalho necessário, que geralmente se relaciona com um processo de supremacia masculina,

⁶ "Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho." (Marx, 2017, p. 117).

origina-se como um aspecto histórico de divisões do trabalho em sociedades anteriores. E é fortalecido pela separação particular entre trabalho doméstico e trabalho assalariado gerado pelo modo de produção atual (Vogel, 2013).

Ruas (2021) sinaliza, nesse contexto, que há uma contradição para o modo de produção atual, entre a necessidade do trabalho produtivo – seja por homens ou mulheres – e a necessidade de reprodução da força de trabalho. Forja-se assim uma contradição estrutural entre o trabalho doméstico, do qual depende a reprodução da vida e o trabalho na produção.

Pensando em sentido semelhante, Vogel (2013) já tinha considerado que historicamente essa contradição no modo de produção e entre os dois tipos de trabalho necessário, levam homens, geralmente com grau de parentesco, a se responsabilizar por parte da subsistência de uma mulher, principalmente em períodos como o da gestação. Enquanto isso, essa mulher fica majoritariamente responsável pelos trabalhos de alimentação, cuidado material e psicológico, limpeza, mas sobretudo se responsabiliza pela gestação, parto, lactação e cuidado com a próxima geração.

Em teoria, esses papéis estariam separados apenas no período em que a mulher estivesse impossibilitada de realizar as tarefas produtivas, mas a realidade é que esses papéis assumem uma forma histórica específica na família, gerando assim, uma diferença nas responsabilidades assumidas por homens e mulheres durante toda a sua vida e não apenas relacionada ao momento de gestação. A família, então, com seus papéis definidos, se torna lugar essencial para o funcionamento do modo de produção, visto que lá homens se responsabilizam pela subsistência de pessoas inaptas a trabalhar e mulheres se responsabilizam pela reprodução da vida e pela criação daqueles que futuramente também serão força de trabalho.

Sobre o processo de reprodução da vida, vale trazer a fala de Arruzza (2017), que evidencia que as relações de classe estabelecem fronteiras no interior das quais ocorre a reprodução social e a reprodução biológica. No entanto, carecemos ser precisas quanto a reprodução biológica, pois esta implica na existência de processos ideológicos que atribuem significados específicos ao sexo, sexualidade, reprodução geracional, diferença sexual, etc. Precisamos ter nítido que essa não é uma questão biológica, como evidencia a autora, já que esta não indica nada além da capacidade da maioria das mulheres de gestar e parir, mas “[...] isto, em si, não tem nenhum significado social ou cultural. Esses emergem porque o fato biológico da reprodução

e da diferença sexual efetivam-se no interior de certos modos de reprodução societal e social que têm características específicas.” (Arruzza, 2017, p. 52).

Arruzza (2017, p. 53) complementa que a TRS leva em consideração a reprodução biológica e os distintos papéis que as diferentes categorias de sexo desempenham em nossa sociedade a partir do momento que assumem seus papéis de gênero. Mas, “[...] não porque vê nisto a origem do significado social, mas pela maneira com a qual o capitalismo coloca limites e constrangimentos a eles, em outras palavras, pela maneira específica que a reprodução intergeracional é organizada no interior do capitalismo.”

Sobre isso, Vogel (2013, p. 152) reflete que a TRS compreende os aspectos estruturais que sustentam a divisão sexual do trabalho, e sobre isso pontua

Aqui, então, está uma fonte para a divisão histórica do trabalho de acordo com o sexo que atribui a mulheres e homens papéis diferentes em relação ao trabalho necessário e ao trabalho excedente. Geralmente, as mulheres têm maior responsabilidade pelas tarefas contínuas associadas ao trabalho necessário e, especialmente, pelo trabalho relacionado com as crianças. Os homens, por sua vez, muitas vezes têm maior responsabilidade pelo fornecimento de meios materiais de subsistência, uma responsabilidade que normalmente é acompanhada por seu envolvimento desproporcionalmente maior na produção.

Podemos concluir que a divisão do trabalho entre as diferentes categorias de sexo, se forja em uma separação sistêmica entre dois trabalhos necessários para manutenção da vida e se expande quando falamos do trabalho do cuidado, visto que mais do que trabalho doméstico, mulheres têm sido responsabilizadas por ensinar, educar e proteger crianças, idosos e pessoas com deficiência, sendo elas majoritariamente responsável pelo trabalho de apoio psicológico dentro das famílias. No que tange a essa divisão, ela se dá tanto na esfera privada, onde homens e mulheres assumem responsabilidades distintas, como também na esfera pública.

A divisão sexual do trabalho é relacionada nesta pesquisa com a divisão social do trabalho, adquirindo uma tripla dimensão, de classe, gênero e origem. Vale elucidar que, no que se refere à divisão sexual do trabalho, até o século XIX sua definição era incapaz de abarcar a construção histórica da mulher trabalhadora. Para Alvarenga e Viana (2012) essa construção se relaciona com a configuração que adquire o conceito de divisão sexual do trabalho, o que permite examinar como essa divisão cria uma força de trabalho feminina, sendo essa mão de obra apontada como inferior e barata, de maneira a produzir relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas de

exploração e opressão.

Cabe destacar que para Kergoat (2009, p. 67)

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)

Kergoat considera que estruturação da divisão sexual do trabalho no âmbito do sistema capitalista e a sua imbricação com as relações de produção, apresenta dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização. Isso ocorre porque com a **separação** dos papéis sociais de mulheres/homens e a divisão sexual do trabalho, algumas atividades ficaram sendo majoritariamente realizadas por mulheres, tais como enfermagem, docência, assistência social etc., essa divisão ainda é presente na sociedade, mesmo que se abrande com a luta das mulheres e os movimentos feministas.

Entretanto, é possível compreender que isso não se dá apenas como forma de separar as atividades entre homens e mulheres, mas as **hierarquiza** e as classifica, validando socialmente as atividades ditas masculinas e rebaixando as atividades desenvolvidas majoritariamente pelas mulheres. Assim, hierarquiza essas atividades e as relaciona com o desenvolvimento das forças produtivas de maneira a estabelecer as relações sociais, inclusive de gênero, que serão resultado da forma de produção (Hirata; Kergoat, 2007; Santos; Oliveira, 2010).

Cisne (2012) argumenta que a divisão sexual do trabalho se apresenta como forma central de exploração do capital sobre o trabalho humano. Isso porque essa divisão separa homens e mulheres e hierarquiza trabalhos, subalternizando aqueles considerados naturalmente femininos. Entretanto, não há condicionantes naturais às formas de trabalho ditas femininas, compreendemos, em perspectiva semelhante a de Cisne (2012, p. 109), que a divisão sexual do trabalho resulta “[...] de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão sexual do trabalho confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados.” Acrescentamos a isso, que é através dessa distinção entre trabalho masculino e feminino, que o capital desvaloriza ainda mais a mão de obra, inclusive a masculina, e aplica com maior lucratividade o que Marx vai chamar de mais valia.

No entanto, para Cisne isso se dá, sobretudo, na exploração de mulheres na

realização de trabalho não remunerado, próprio da reprodução da vida em instância privada. A autora, aponta que na “[...] esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor [...]” (Cisne, 2012, p. 109). Nesse contexto, a responsabilidade com as atividades domésticas, o preparo do alimento, a limpeza da casa, a gestação, a amamentação, o cuidado com as crianças e doentes se apresentam como atividades essenciais à reprodução da vida humana, atividades essas realizadas em âmbito privado pelas mulheres, não remuneradas e invisíveis ao patriarcado, e das quais o capitalismo depende para manter a mão de obra trabalhando. Essas atividades são apropriadas pelo capital, isso porque não são vistas como parte da categoria trabalho, mas como concernente ao amor, a compaixão e aos dons femininos, logo, podem ser realizados de maneira gratuita sem adquirir o mesmo status das demais atividades laborais.

Antunes (1999, p.108-109) explana que mulheres em geral realizam atividades de trabalhos dupla ou triplamente, ou seja, trabalham dentro e fora de casa. Aqui chamamos de jornada extensiva de trabalho, pois se estende a diversas esfera da vida social. Dessa forma, as mulheres têm seu trabalho apropriado duplamente pelo capital, isso porque exercem o trabalho produtivo no âmbito das fábricas, comércios, empresas e reprodutivo nos espaços da vida privada. A autora compreende que a mulher desenvolve o trabalho reprodutivo, no qual

[...] consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil. Em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas.

O fato de não conceber o trabalho reprodutivo como trabalho, faz com que muitas mulheres não percebam sua condição de explorada e muitas vezes não se vejam enquanto parte da classe trabalhadora, deixando de construir espaços de luta por seus direitos e melhores condições de vida. Em contraponto, muitas mulheres constroem espaços coletivos, contribuindo com outras mulheres, militando em coletivos, frentes, partidos políticos e movimentos sociais, e somam mais uma jornada de trabalho às suas atividades, encarando muitas vezes jornadas quatro vezes maiores do que a dos homens.

Essa divisão, de acordo com Cisne (2012, p. 113), nos permite perceber nuances “[...] da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, assim como de papéis por elas desempenhados.” Não é possível naturalizar a divisão sexual presente nas relações de trabalho, já que a análise sobre a divisão sexual do trabalho questiona categorias que foram apreendidas pela sociedade como neutras, ou seja, até então sexualmente cegas (Souza-Lobo, 2021). Pelo contrário, é necessário problematizar esse processo, que atribui atividades sociais distintas e desiguais de acordo com o sexo, e que se apresenta como resultado de uma construção sócio-histórica, com caráter de opressão e exploração das mulheres. Para Matthaei (2002, p. 54) o conceito de divisão sexual do trabalho, é “[...] chave para a construção das diferenças de gênero, incluindo os modos 'masculino' e 'feminino' aparentemente naturais de ser humano”.

Para compreendermos mais profundamente as construções de gênero, cabe iniciar com argumento de Simone de Beauvoir (2016, p. 11), no livro *Segundo Sexo*, de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, essa frase reverbera pelos estudos sobre as questões das mulheres e nas compreensões sobre os condicionantes de sexo e gênero na sociedade capitalista. Ainda que Beauvoir não utilize a categoria gênero em seus escritos, suas concepções de mulher enquanto fruto de um processo de socialização que não apresenta condições inerentes à natureza feminina, mas como resultado de aspectos sociais desenvolvidos durante sua formação, vão se apresentar como argumentos estruturantes para pensar as opressões sofridas pelas mulheres e demarcar Beauvoir como uma das mais importantes autoras sobre essa temática.

Seguindo essa compreensão, Alvarenga e Viana (2012) ponderam que não é possível explicar de forma biológica plenamente as diferenças entre homens e mulheres, suas vivências, concepções de mundo, atitudes, sentimentos ou comportamentos. Para Saffioti (1992, p.183)

[...] o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre uma elaboração social, que se pode negligenciar sob pena de naturalizar processos de caráter histórico. Eis porque cabe atentar para o processo de naturalização do significativo elemento da dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres, cuja intensidade varia de sociedade para sociedade e de época para época.

Nesse aspecto, a categoria de gênero se apresenta como contribuição para

desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Essas devem ser compreendidas de maneira histórica e relacional, isso porque essa desigualdade não parte das diferenças inerentes aos distintos seres, homens e mulheres, mas dos diferentes papéis de poder exercidos ou sofridos por cada um deles. Saffioti (2015) complementa que as relações permeadas pela categoria de gênero refletem concepções internalizadas por homens e mulheres, tendo visto que o machismo não é efetivado apenas nas relações entre homens e mulheres.

Para Saffioti (2015), é possível usar categorias de sexo, visando a manutenção de rigor conceitual, para se fazer referências a homens e a mulheres como grupos diferenciados, ainda que gramaticalmente esses possam ser distinguidos por gêneros masculino e feminino. Apesar de o gênero dizer respeito às imagens destes mesmos masculino e feminino construídas pela sociedade.

Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo. Uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico (Saffioti, 2015, p. 117)

No entanto, uma concepção relacional de gênero pode não dar conta da totalidade dos fenômenos relacionados às mulheres, visto que essa questão não pode ser debatida com exclusividade no terreno social, pois se localiza também no campo biológico, visto que o ser humano é constituído por ambos. Desta forma, o “[...] ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível.” (Saffioti, 2015, p. 118)

Nesse sentido, a postura que assumimos nesta pesquisa coaduna com Saffioti (2015), que consiste em considerar sexo e gênero em uma unidade dialética, entendendo desta forma que não há aspectos sexuais biológicos para o ser humano independentes do contexto social.

As relações de gênero não derivam de características inerentes ao macho e à fêmea, que se complementam na cópula procriadora. Concepções de gênero, organicamente construídas, interrelacionam-se dialeticamente, dando, assim, ensejo à superação das contradições nelas contidas, através da prática política. Esta constitui uma razão nuclear para não se fugir do conceito de poder, quando se analisam relações de gênero. Quando não se concebe o gênero como relação social que é, mas como oposições de correntes de traços inerentes aos distintos seres, não é capaz de perceber os diferentes poderes detidos-sofridos por homens e mulheres. (Saffioti, 1992, p. 193).

Os estudos e lutas no campo de estudos de gêneros ou estudos feministas

articulam distintos aspectos da vida social de homens e mulheres, e visam compreender as relações antagônicas entre as distintas categorias de sexo, assim como os fatores históricos que constituíram a dominação masculina, buscando refletir sobre aspectos de poder que extrapolam, as fronteiras entre o subjetivo, o material e o biológico (Santos; Oliveira, 2010).

Para os autores as questões de gênero são construídas historicamente, de maneira que é fundamental analisar como se estruturam as relações sociais, isto porque é no “[...] movimento entre as determinações socioestruturais, as conquistas culturais e as iniciativas dos indivíduos em sua singularidade que se definem formas de ser e agir quanto às relações de gênero.” (Santos; Oliveira, 2010, p. 12). Nesse sentido, vão se construindo e reconstruindo os papéis de homens e mulheres na sociedade. Tomando, nesse contexto, o patriarcado como inseparável dos demais mecanismos de exploração e dominação dos sistemas, não é possível trabalhar as dimensões de gênero, separadas desse contexto. Santos e Oliveira (2010, p. 14) pontuam que a construção social, moldada pelo nosso tempo histórico, do que “[...] é ser mulher e do que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, aqui entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social.”

Saffioti (1987, p. 10) pondera que “É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída.” Considerando esses apontamentos, é possível refletir que nenhuma condição social imposta à fêmea da raça humana é biológica ou natural, as mulheres têm sido condicionadas à padrões sociais de opressão resultantes do sistema patriarcal. Sobre isso, Alvarenga e Viana (2012) argumentam que na sociedade capitalista, o sexismo estrutura-se em uma ordem de gênero patriarcal, cujos resultados são processos históricos que se relacionam a outras relações sociais. Cabe pontuar que o “[...] patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, desta maneira, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres.” (Delphy, 2009, p. 173).

Segundo Damião (2018, p. 20) o patriarcado deve ser entendido como essencial para compreender a dominação-exploração a que as mulheres estão submetidas e para refletir sobre a construção da libertação das mulheres. Nesse sentido, a autora aponta que o patriarcado “[...] não age apenas na cultura, discriminando mulheres pelas características femininas socialmente impostas. [Mas,]

age na estrutura da sociedade e está presente em todas as suas instâncias.”

Para Cisne (2012) amparada nas concepções de Saffioti, o patriarcado é um sistema de dominação e exploração sobre as mulheres, esse sistema é orientado pelo medo e pela desigualdade de poder entre homens e mulheres. No sistema capitalista, o patriarcado recebe contornos até então desconhecido, sendo fundido ao atual modo de produção e tornando ambos os sistemas parte de um todo, assim o sistema patriarcal capitalista se estrutura sobre a exploração intensa da força de trabalho humana, sobretudo do trabalho feminino. Para as autoras, o patriarcado não se calca nos homens simplesmente, mas está enraizado nas relações sociais, que mesmo as mulheres o reproduzem, o tornando algo presente em toda a nossa produção e reprodução da vida (Cisne, 2012; Saffioti, 2015).

Cabe ainda, mencionar Sartore, Santos e Silva (2015) que consideram o patriarcado como um sistema de dominação instaurado também com um processo de colonialismo que sobrevive na atualidade por meio de heranças patriarcais presentes em todas as instâncias das relações sociais, interpessoais, econômicas, políticas, educativas, dentre outras. Sobre essa questão, Sardenberg (2015) argumenta que, as relações de gênero e classe, têm sido articuladas, para produzir ao capital, além de ganhos econômicos, políticos, à medida que os conflitos de interesses entre homens e mulheres têm gerado conflitos entre a classe trabalhadora.

A autora advoga que

[...] se reconhece que, por operarem também como matrizes preponderantes de hierarquização, desigualdade social e subordinação na grande maioria das sociedades contemporâneas, racismo e sexismo, ao lado do capitalismo, produzem diferenças relevantes em termos de gênero e raça na experiência de classe – o que, não raro, pode se traduzir em divergências de interesses entre membros de um mesmo segmento social. (Sardenberg, 2015, p. 58)

Entretanto, Sardenberg (2015) defende que as relações de gênero não podem ser lidas apenas através das relações de produção, isso porque considera-se que há um fator histórico e cultural operando diante de tais questões. Apesar de tais aspectos, é possível perceber tendências concernentes à divisão sexual do trabalho, e trabalho reprodutivo nas sociedades capitalistas, para além das características de formação social próprias. Por consequência, não podemos considerar que o patriarcado se dá como fator único no processo de exploração das mulheres, é importante salientar que tal sistema de exploração, não se encontra isolado de outras formas de opressão.

Saffioti (2016) argumenta sobre esse debate e para tanto se utiliza de um trecho

da obra *Ideologia Alemã* de Marx e Engels, onde eles situam que

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma ‘força produtiva’. (Marx; Engels, 2007, p. 34).

A partir desse trecho, a autora argumenta que para Marx e Engels, e para tradição marxiana, produzir a vida envolve a produção material, ou seja, os meios de subsistência necessários à satisfação das necessidades humanas, e a reprodução dos seres humanos. São então as relações sociais e de produção que permitem à humanidade a produção e reprodução da vida.

Para Saffoti (2016), esse debate ultrapassa as questões meramente materiais, englobando as relações sociais, visto que em última instância

[...] implica a compreensão ampla de força produtiva derivada do duplo caráter de produzir a vida: a relação dos homens com a natureza e a relação dos homens entre si. Logo, as representações que os homens fazem do seu modo de produzir a vida funcionam também como forças propulsoras da produção da vida (Saffoti, 2016, local. 3).

Para a autora não há uma hierarquização da produção sobre a reprodução, visto que ambas apresentam uma dupla dimensão: natural e social. Apesar de a produção e reprodução parecerem separadas em aparência, em essência Saffoti entende que elas não se separam, para ela patriarcado e capitalismo compreendem duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida, pois ainda que o patriarcado seja historicamente anterior ao capitalismo, essa formação social agudiza as contradições no seio de produção e reprodução.

Nesse contexto, Saffoti (2016) coloca a divisão entre esfera produtiva e reprodutiva, através da categoria sexual encontra-se na base da subordinação a mulher ao homem, visto que esse fenômeno localiza a reprodução como subordinado da produção. Tendo isso em mente, a autora evidencia que

a) as relações sociais de produção não se restringem ao domínio do trabalho “público”, invadindo o terreno “privado” das relações sociais de reprodução; b) as relações sociais de reprodução extrapolam o domínio “privado” do lar para penetrar vigorosamente no âmbito da produção “pública”; o antagonismo entre as categorias de sexo não pode ser pensado exclusivamente enquanto fenômeno situado no interior de cada classe social. As contradições entre as classes sociais e entre os sexos não são paralelas, mas cruzadas. (Saffoti, 2016,

local. 4).

Ancorada nesses argumentos, ela pondera que o que tem sido tratado como um sistema de dominação social, cultural, político e econômico apresenta duas dimensões: o patriarcado e o capitalismo. Coadunamos com a perspectiva de Saffioti e entendemos que ela ainda que sem mencionar aproxima sua compreensão da totalidade com aquela apresentada no âmbito da Teoria da Reprodução Social, já mencionada aqui anteriormente.

Vogel (2013) ao refletir sobre a reprodução social, pondera que embora de maneira geral as mulheres se responsabilizem historicamente pelas tarefas domésticas, não podemos considerar que existe uma esfera doméstica universal, que se separa da esfera pública e opera em uma lógica distinta da sociedade. Ao invés de separarmos o patriarcado do capitalismo, como se fossem independentes, e separar a esfera da economia, que corresponderia ao capitalismo, das esferas cultural, política e social, que seria o patriarcado. Ruas (2021) de acordo com Vogel, se direciona a uma visão unitária

[...] ao invés de partir de uma concepção dualista sobre a realidade social (considerar a persistência de um sistema patriarcal pré-capitalista independente e transhistórico que em uma determinada fase de seu desenvolvimento se combinaria com o sistema capitalista), suas raízes podem ser encontradas na busca por uma explicação unitária e sistêmica. (Ruas, 2021, p. 381)

Essa perspectiva unitária se lança à compreensão do sistema capitalista como complexo de relações sociais que também operam em relação a exploração, opressão, dominação e alienação, que atuam de forma integrada (Ruas, 2021). Reforçamos desta forma, que o aspecto mais relevante da teoria da reprodução social, a esta pesquisa, é que o capitalismo é um sistema unitário que opera tanto na produção, quanto da reprodução da vida (Bhattacharya, 2019).

Para Ávila (2003) a separação destas duas esferas da vida, é percebida como um desequilíbrio, não só no que tange a questão de gênero, mas também de raça e classe, e até mesmo no estabelecimento daquilo que tem mais valor para a existência humana. Essa hierarquização, da produção como lugar superior e a reprodução enquanto um lugar inferior, que se manifesta apenas a serviço do primeiro, implica direta e dialeticamente na dicotomia entre o que é público e o que é privado.

Podemos estabelecer então, com base em Saffioti (1987) e Vogel (2013) que estamos em um sistema unitário. O qual Saffioti chama de patriarcal-racista-

capitalista, pois conforme a autora o patriarcado não pode ser considerado apenas um sistema de dominação, cujo modelo é a ideologia machista “[...] Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.” (Saffioti, 1987, p. 50). Refletimos a partir disso que há enlaçamentos entre o patriarcado e as demais formas de opressão na sociedade atual, e principalmente no sistema capitalista.

Para Saffioti (2015, p.115),

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no ‘gênero’ é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.

Ponderamos que não se trata de realizar uma equação das três questões no sistema capitalista, mas de considerar as singularidades que determinam a reprodução de tal sistema, assim como o fato de que essas opressões são modificadas de acordo com as necessidades de manutenção desse mesmo sistema. É importante refletir que as relações de gênero/sexo e etnia/raça com o capitalismo sofrem modificações a depender do momento histórico em que vivemos, de maneira tal que lutar por igualdade entre os gêneros não leva em consideração apenas equidade, ou um novo papel para mulheres, mas o entendimento acerca da necessária igualdade substantiva no seio da própria vida social. Nesse sentido, não podemos desconsiderar que “[...] as significações atribuídas ao feminino e ao masculino são desenvolvidas nas interfaces de relações sociais mais amplas” (Cisne, 2004, p.116; Santos; Oliveira, 2010; Wood, 2003).

Em uma compreensão semelhante Kergoat (2009, p. 10) argumenta que

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais, homens e mulheres não são uma coleção - ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho.

Cabe mencionar, o que Kergoat (2010, p. 94) chama de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. Como já mencionado, as relações sociais são

“[...] uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*].” Compreendendo as relações sociais como, em princípio, uma tensão sobre o campo social, tal tensão produz fenômenos sociais, que giram em torno de uma disputa com interesses antagônicos.

Para a autora as relações sociais são um princípio de tensão que atravessa o campo social, não sendo passível de reificação, essa tensão é responsável por produzir fenômenos sociais, e em torno desses fenômenos constituem-se os grupos com interesses antagônicos. Entre esses grupos, destacam-se os grupos sociais antagônicos, homem e mulher, que como já mencionados, não podem ser confundidos ou igualados ao grupo categorizado biologicamente como machos e fêmeas (Kergoat, 2009). Esses grupos encontram-se permanentemente em tensão, em torno da questão do trabalho e suas divisões.

Nesse sentido, Kergoat (2009, p. 71) apresenta as seguintes proposições em torno dessas relações: “[...] as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema; a divisão sexual do trabalho tem o *status* de *enjeu* das relações sociais de sexo.” Essas últimas são caracterizadas pelas dimensões:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e da mulheres são construções sociais, e não provenientes de causalidade biológica;
- essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- essas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação.” (Kergoat, 2009, p. 71).

Ainda que a autora não mencione o conceito de gênero, entendemos que ressalta a indissociabilidade entre as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho, de maneira que conformam um sistema epistemológico. Enfatizamos, conforme já referido, que as distintas práticas de homens e mulheres são construções sociais, não biológicas. Tais construções se expressam mediante relações sociais de poder, dominação e hierarquia (Alvarenga; Viana, 2012). Kergoat (2010) reflete a necessidade de compreender esses aspectos de maneira não mecanizada, e estabelece, que não há possibilidade de analisar as práticas sociais isoladamente, para a autora

[...] as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (Kergoat, 2010, p. 94, grifo da autora)

É sob este ponto argumentativo que se concebe as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho. Essa percepção é essencial, da mesma maneira que as relações de classe adentram as relações de reprodução da vida, as questões de gênero adentram os aspectos próprios da produção. Nesse sentido, é essencial identificar semelhanças e divergências, no que tange aos aspectos de gênero nas relações de produção, assim como de classe no escopo das relações sociais, já que todas essas relações impregnam e estruturam o tecido social de forma dialética, e não segmentada (Saffioti, 1992).

Tendo esses argumentos sido apresentados, podemos refletir acerca do determinante de sexo e gênero na dinâmica das relações sociais, e para além disso, ponderamos sobre as relações de exploração imanentes ao sistema capitalista que potencializam e se sustentam nas opressões sofridas por populações marginalizadas. A compreensão de tais relações é essencial para estabelecer uma visão ampla do papel da informação nesse contexto. Isto porque, para entender a produção, organização, compartilhamento e apropriação da informação e sua relação com a história de luta das mulheres, é preciso primeiro apreender que assim como os demais aspectos educacionais, culturais e ideológicos, a informação é produzida e compartilhada em um sistema que privilegia o acesso de determinados grupos e que se beneficia da negligência informacional com outros.

Identificamos que as relações de classe, raça e gênero, relacionadas às outras opressões, dificultam o acesso de determinados grupos de mulheres à políticas informacionais, aumentando as desigualdades. E como a formação de habilidades para busca, seleção e apropriação da informação, unidas ao debate em torno de políticas públicas de acesso à informação e conhecimentos para populações em situação de vulnerabilidade informacional pode contribuir para diminuição dessas lacunas informacionais.

De maneira geral, ponderamos sobre a opressão das mulheres, e compreendemos que essa tem dois aspectos centrais a saber:

- I) as questões estruturais ligadas diretamente ao processo de exploração

e expropriação enquanto categoria que desempenha funções específicas na sociedade capitalista, e consequentemente estruturam sua condição sociocultural;

- II) aspectos ideológicos, culturais, simbólicos e psicossociais que permeiam a formação do imaginário social estabelecendo papéis, *a priori*, cumprido pelas diferentes categorias de sexo, e que agem para a manutenção das estruturas materiais.

Tendo essas questões identificadas, compreendemos que os aspectos materiais que permeiam a opressão das mulheres só podem ser alterados mediante mudanças estruturais na atual forma de produção. Entretanto, no que tange ao segundo campo, evidenciamos que agir no combate a ideologias patriarcais que reforçam a lógica machista e misógina da sociedade atual, pode ser uma das vias de ação dos estudos informacionais.

Desta maneira, as mudanças culturais e simbólicas, mediadas pela informação, podem contribuir para o enfrentamento ao sistema patriarcal, sem perder de vista que esse sistema incide e é indissociável de um sistema capitalista, cujo modelo familiar nuclear e a divisão sexual do trabalho são fatores essenciais ao seu pleno desenvolvimento até agora. Compreendidas tais questões, identificamos que é no processo de conscientização das mulheres que a informação pode se apresentar como aspecto relevante, que contribua para o enfrentamento às desigualdades de gênero e às limitações sexuais – heterossexualidade e a cisgeneridade compulsória – que nos são impostas por esse sistema.

3 A HISTÓRIA, OS CONCEITOS E AS ABORDAGENS EM TORNO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

“A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências [...] uma teoria só é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.” - Adolfo Sanchez Vazquez

Como já apresentado na introdução, esta pesquisa debate as relações teórico e práticas entre a competência em informação e as teorias feministas, para que tal objetivo seja cumprido, entendemos como necessário um debate teórico acerca das abordagens, escolhas teóricas e metodológicas aqui estabelecidas, visto a riqueza de vertentes sobre cada uma das temáticas tratadas neste escrito. A próxima seção aborda o contexto de surgimento da competência em informação, seus debates conceituais e suas vertentes de pensamento de maneira a delinear teoricamente o nosso objeto de pesquisa.

3.1 HISTÓRICO E CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA *INFORMATION LITERACY*

As condições socioeconômicas após a Segunda Guerra Mundial (1945 -1970) são caracterizadas por uma suposta prosperidade dos países ocidentais, isso se altera a partir de 1971, com o desmantelamento dos acordos de Bretton Woods⁷, com a crise do petróleo e com a queda da bolsa de valores entre os anos 1973 e 1974 (Villela, 2014).

Para Enright (2013, p. 15) rupturas têm sido característica recorrente do modo de produção capitalista, a crise financeira não é uma exceção, uma “[...] combinação volátil de desvalorização do mercado de ações, execuções de hipotecas, falência de nações inteiras, bem como vastos resgates corporativos patrocinados pelo Estado

⁷ O acordo de Bretton Woods definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda "congelada" ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa. Além disso, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). [...] Esse sistema liberal, que primava pelo mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo. Com sua moeda regendo o mundo e supremacia nos setores industrial, tecnológico e militar, um país foi o grande vencedor: os Estados Unidos. (Barreto, 2009)

[...]” que tem garantido miséria a vastas camadas da população mundial. Por outro lado, esses eventos nos permitem questionar as contradições próprias da lógica do capital, nesse sentido o autor compreende que “[...] a atual crise financeira representa um desafio fundamental à estrutura organizacional básica do capitalismo neoliberal”.

Para além do contexto socioeconômico, podemos mencionar a reestruturação da forma de produção no sistema capitalista, Hirata (1994) indica que os debates abertos no início dos anos 70 avaliavam a desqualificação gradual e progressiva da mão de obra como consequência do aprofundamento da divisão do trabalho no sistema de produção capitalista. Esse paradigma de qualificação é rompido no final da década de 80, com os primeiros debates em torno das consequências resultantes da introdução de novas tecnologias sobre a divisão do trabalho e a qualificação dos trabalhadores. Autores como Kern e Schumann (1980) citados por Hirata (1994) identificaram um processo de requalificação dos operadores, voltados para atuação com as tecnologias industriais em ascensão e o aprofundamento da automatização de base microeletrônica nas indústrias.

Para Hirata (1994) essa requalificação de operadores relaciona-se a adoção de diferentes modelos de organização industrial, que levaria as empresas a adotarem novas formas organizativas, do tipo qualificadoras. Entende-se que há uma superação dos modelos de produção taylorista⁸ e fordista⁹, no qual os indivíduos necessitavam de baixas qualificações e possuíam baixa compreensão do processo produtivo como um todo, por uma organização industrial voltada para as mudanças tecnológicas e a necessidade de maiores graus de especialização e compreensão de aspectos relacionados ao sistema de produção.

Esse rompimento com o modelo de produção fordista e taylorista, e a reestruturação dos moldes de produção capitalista, exigiria, assim, uma massa de conhecimentos e atitudes bastante diferentes das qualificações formais requeridas pelas organizações do trabalho anteriores (Hirata, 2003). Dessa forma, a tecnologia interfere no processo de produção e somada aos avanços da ciência e a

⁸ Frederick Winslow Taylor, nas últimas décadas do século XIX, desenvolveu a ideia de gerência científica do trabalho. Com o aumento do tamanho das empresas, o início da organização monopolista da indústria e a intencional e sistemática aplicação da ciência à produção, o taylorismo surge na cadeia de desenvolvimento como precursor desses métodos de organização do trabalho (Ribeiro, 2015).

⁹ O fordismo é um método de organização da produção e do trabalho complementar ao taylorismo que tem como característica o gerenciamento tecnoburocrático de uma mão de obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados. (Tenório, 2011).

racionalização dos processos produtivos, tornam-se fatores fundamentais para as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, sendo que modelos como “[...] neo-fordismo¹⁰ ou neo-taylorismo¹¹ e pós-fordismo¹² — são peças-chave para o entendimento das mudanças estruturais e conjunturais que influenciam a sociedade na perspectiva econômica, tecnológica e política.” (Gomes; Dumont, 2015, p. 89)

Se dirigindo às mudanças na organização do trabalho com o pós-fordismo, Fisher (2020, p. 61) reflete que enquanto nas organizações anteriores

[...] os trabalhadores podiam aprender um único conjunto de habilidades com a expectativa de assim galgar posições em uma rígida hierarquia organizacional, agora se espera que periodicamente adquiram novas habilidades enquanto pulam de posto em posto, vagando de empresa em empresa.

Ainda conforme Fisher (2020), com base em Marazzi (2010), é possível compreender que a transição do fordismo para o pós-fordismo ocorreu na década de 90¹³, a flexibilização que resultou desse processo foi definida pela desregulamentação do capital e do trabalho, sendo que a partir de então tornou-se cada vez mais comum trabalhos serem precarizados, trabalhos de regime temporário e terceirizados. Essa flexibilização na forma do trabalho, leva os trabalhadores, por medo de ficarem desempregados, a se especializarem cada vez mais, e a cada dia adquirirem novas habilidades e competências exigidas pelo mercado.

Marazzi (2010) reconhece a necessidade de uma cibertização do trabalho, mas esse processo torna cada vez mais turva a visualização da diferença entre aqueles que detém os meios de produção e aqueles que são trabalhadores. É também nesse

¹⁰ O neo-fordismo pode ser entendido como um regime de acumulação flexível. O regime de acumulação especifica a lógica da produção, isto é, o modo dominante de crescimento econômico e distribuição, e o processo de trabalho correspondente, assim como padrões de consumo, e configuração de relacionamentos entre organizações. Um regime de acumulação desenvolve um modo de regulação social composto por um conjunto de formas de estado complementares, hábitos e normas sociais (Peck, 1994; Gottfried, 2000).

¹¹ O neo-taylorismo tem como característica a submissão ao tempo e à estrutura dos softwares, controle racional do tempo e do trabalho por meio da informática, produtividade máxima em detrimento das boas condições físicas e psicológicas dos trabalhadores (Rosenfield, 2007).

¹² O sistema pós-fordista de produção se caracteriza, sobretudo, pela sua flexibilidade, com os mercados cada vez mais volúveis, as empresas enfatizam sua capacidade de reagir e procurar mudanças de mercado. Nesse contexto, a flexibilidade se manifesta de várias formas: em termos tecnológicos, na organização da produção e das estruturas institucionais, no uso cada vez maior da subemprego, na colaboração entre produtores complementares. É possível entender que tal modelo de produção corresponde a uma flexibilização dos mercados de trabalho, das qualificações e das práticas laborais (Boddy, 1990, p. 46 *apud* Tenório, 2011, p. 1162).

¹³ Foi nessa data que o FED, banco central dos Estados Unidos, aumentou a taxa de juros em 20 pontos, preparando terreno para a economia centrada na oferta [*supply-side economics*], que hoje constitui a "realidade econômica" na qual estamos imersos.

processo que Fisher (2020) aponta que a linha de montagem dá lugar ao fluxo de informação, colocando a informação como destaque dessa nova era do capitalismo.

Em virtude desse aprimoramento industrial e tecnológico, surge uma multiplicidade de informações, resultado dos processos e atividades que as mudanças econômicas e as formas de produção passaram a exigir. A esse fenômeno denomina-se “boom informacional”. Além dessas questões relacionadas às novas formas de produção, passou-se a considerar as dinâmicas de aprendizagem ideais aos indivíduos neste contexto de produção, a indústria ganhou novos modelos de controle e avaliação, de padrões e metas, todos esses aspectos a longo prazo exigiram a compreensão dos indivíduos e de sua maneira de interação com a sociedade, sobretudo relacionadas a informação (Silva, 2021).

É nesse contexto, marcado por reorganizações industriais, econômicas e da ordem capitalista que o americano Paul Zurkowski (1974) apresentou o termo *information literacy* no relatório “*The Information Service Environment Relationships and Priorities*”, sinalizando a relevância de um programa universal de educação e de *information literacy* voltadas para o setor industrial, elevando as funções das bibliotecas e dos bibliotecários. Conceitualmente, o termo foi apresentado como um conjunto de habilidades voltados a tornar indivíduos mais autônomos em relação a identificação de necessidade, de busca e de uso de informação na atuação industrial (Silva, 2021).

Entendemos que o contexto de surgimento da competência em informação nos permite analisar muitos aspectos de suas primeiras aplicações, propostas e modelos, entretanto, identificamos também que apenas o contexto social, industrial e econômico não é suficiente para compreendermos os pormenores que se relacionam com a emergência dessa temática, assim apresentamos na figura 3, um compilado de aspectos históricos e informacionais que se apresentam como fatores que influenciaram no desenvolvimento dos estudos acerca da competência em informação.

Figura 3 – Marcos históricos e informacionais de emergência da *information literacy*

1915—1929

A **Primeira Guerra Mundial** e a depressão econômica em grande escala causaram extrema turbulência nas funções do governo dos EUA.

Para lidar com os problemas da crise financeira e da guerra, novas agências federais foram sendo criadas quase que diariamente.

1930—1939

As **bibliotecas americanas** se fortalecem como agentes apoiadores dos esforços de guerra e como local de educação de adultos.

1940—1949

1942: O presidente dos Estados Unidos da América, Roosevelt, assinou a primeira reforma legal sobre a coleta de informações e papelada oficial, na forma da **Lei Federal de Relatórios**.

1950—1959

Reformulação da **American Library Association (ALA)**.

1960—1969

1960: Gabinete de Orçamento recomenda a **simplicificação dos relatórios**, única maneira de reduzir os custos com tratamento de informações governamentais.

1960: **Forester Woody Horton Jr.** assume as atividades da Comissão de avaliação dos papéis federais.

1966: Publicada a lei federal norte-americana de acesso à informação por meio do **Freedom of Information Act**, uma lei que dá acesso, com algumas exceções, aos documentos e registros sobre as funções, procedimentos, políticas, decisões e operações dos depts. do governo federal e agências.

1966: Presidente Lyndon Johnson nomeou uma **Comissão Nacional Consultiva de Bibliotecas**. Essa Comissão tinha por objetivo realizar um estudo detalhado e uma avaliação do papel das bibliotecas como provedoras de recursos para as atividades acadêmicas, como centros para a disseminação do conhecimento, e como componentes dos sistemas nacionais de informação em evolução.

1968: Criação da **Information Industry Association (IIA)**.

1969: **Evan Farber** iniciou um programa de orientação bibliográfica na pequena faculdade em que atuava.

1970—1979

1970: Recomendações da Comissão Consultiva Nacional foram incorporadas à legislação, com a criação da **Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciência da Informação – National Commission on Libraries and Information Science** –, uma agência permanente, independente do governo federal dos Estados Unidos.

1970: Um movimento nacional em grande escala voltado à orientação bibliográfica teve início, baseado no ímpeto de bibliotecários mais jovens que não ocupavam cargos elevados nas bibliotecas.

1970: Horton foi contratado como consultor independente pela **Information Industry Association (IIA)**.

1971: Fundada a **Library Orientation Exchange (LOEX)**.

1974: Zurkowski publica o relatório **The Information Service Environment Relationships and Priorities**.

1976: **Major R. Owens**, bibliotecário, ativista afro-americano e senador, publica o artigo intitulado "State Government and Libraries" 19, onde destaca, entre outras coisas, a importância da competência em informação para a democracia.

1977: Criada a **Library Instruction Round Table (LIRT)** da ALA, voltada à defesa da instrução no uso das bibliotecas.

1979: o artigo intitulado "**Information and Economy**" de **Zurkowski**, retoma as discussões e pontua que está em curso uma revolução da informação, capaz de mobilizar a sociedade e a economia a tal ponto, que seria comparável à Independência.

1979: **Robert S. Taylor** estabeleceu o vínculo definitivo entre os bibliotecários e a competência em informação ao publicar o artigo "Reminiscing About the Future".

1980—1989

1983: A publicação do relatório **A Nation at Risk** serviu como um divisor de águas para fins da reforma pedagógica nos Estados Unidos. O documento defendia a ideia da "sociedade de aprendizagem" (learning society) em uma "era da informação".

1985: A **National Commission on Libraries and Information Science** realizou uma reunião informal com um pequeno grupo de convidados. O grupo foi convocado para discutir maneiras de definir, desenvolver e promover um programa educacional em biblioteca, voltado ao ensino de habilidades de informação a crianças e jovens.

1987: Carol Kuhlthau publica a obra **Information Skills For an Information Society: A Review of Research** onde apresenta as características da *information literacy* como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes direcionado pela necessidade de informação, integrado ao currículo por meio do aprendizado baseado em recursos e distinto da alfabetização no uso de computadores.

marcos históricos e informacionais

1987: Constituição do **Presidential Committee on Information Literacy**

1989: Relatório Final do Presidential Committee on Information Literacy



Fonte: compilado de Dudziak (2016)

No compilado de informações apresentado na figura 3, podemos identificar que diversos fatores influenciaram o surgimento da competência em informação, os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial marcaram como as bibliotecas americanas poderiam ofertar mais serviços do que aqueles até então propostos por bibliotecários. Esse fator, somado a expansão tecnológica e científica promovida como resultado dos esforços de guerra, modificam a forma de compreender a informação, que agora se torna um advento estratégico e essencial à gestão do estado americano e dos próprios resultados da guerra.

Esse acúmulo informacional começa a exigir iniciativas governamentais de tratamento e gestão da informação, a criação de agências e comissões na década de 60 e 70 coincide com os primeiros debates sobre uma ciência para tratar informações, hoje conhecida como Ciência da Informação. Tais movimentações em torno da informação faz com que jovens bibliotecários se movimentem no sentido de tornar as bibliotecas espaços que extrapolam os livros, utilizando-se das orientações bibliográficas para tal.

Em paralelo a tais acontecimentos, Horton Jr., ex-general do exército e responsável pela Comissão de Avaliação de Papéis Federais, é contratado pela *Information Industry Association*, associação criada em 1968 e sob responsabilidade do Paul Zurkowski, que em 1974, como já mencionado, publicou um relatório sobre a importância da formação dos trabalhadores para atuação na indústria, espaço que sofreu mudanças nos processos de organização da produção (Dudziak, 2016).

Sobre os acontecimentos que estruturaram o caminho de emergência da competência em informação, alguns aspectos precisam ser destacados. Horton Jr. se tornou, após os esforços em agências informacionais americanas, combatente na Guerra do Vietnã. É relevante demarcar tal contexto, isto porque para além de Horton Jr., ponderamos a partir dos dados apresentados por Dudziak (2016), que os esforços de criação da competência em informação são resultados do contexto de guerra vivenciados na primeira metade do século XX.

Além disso, podemos evidenciar a relação que a competência em informação tem com a reorganização do processo industrial, a superação do fordismo e do taylorismo, conforme mencionado por Hirata (1994). Esses fatores são reforçados ao retornarmos aos argumentos de Zurkowski sobre a necessidade de formação de mão de obra qualificada para atuação na indústria. No relatório Zurkowski (1974, p. 27, tradução nossa) diz que a prioridade do programa de competência em informação é

organizar esforços e financiamento maciço para treinar e aumentar a capacidade de todos os cidadãos norte-americanos no manuseio das “[...] ferramentas de informação agora disponíveis, bem como nos estados de desenvolvimento e teste, [este] esforço necessariamente criaria muitas novas oportunidades, algumas das quais seriam apropriadas para o mercado e outros para subsídio do mesmo.”

Também neste relatório, conforme argumenta Whitworth (2012), Zurkowski apresenta uma postura liberal ao sustentar que o papel do governo se situava em garantir a livre concorrência de mercado, isso se torna mais preocupante a medida que a informação, naquele momento, estava assumindo formas onde uma minoria da população não tinha condições de integralmente acessá-la e utilizá-la. O autor entende que a competência em informação é a ferramenta que vai dar a esses sujeitos condições de produzir melhor, de maneira a aumentar a competitividade econômica da nação e o liberalismo. Todos esses aspectos ficam ainda mais explícitos ao percebermos que Zurkowski não faz nenhuma menção a aprendizagem, enquanto a educação ou os aspectos educacionais são brevemente mencionados no relatório.

Além disso, a ênfase de Zurkowski em "bancos de informação" enevoa a natureza mais ampla dos cenários de informação e o reconhecimento de que as habilidades para a competência em informação podem e devem ser aplicáveis a estoques de informações mantidos fora desses bancos de dados, em formas orais, incorporadas ou culturais. E, finalmente, Zurkowski não faz menção à capacidade do indivíduo de julgar a relevância, filtrar informações, estar ciente da propriedade intelectual e dos direitos autorais e assim por diante [...]. (Whitworth, 2012, p. 32).

Outro ponto possível de ser mencionado, é a compreensão que Zurkowski (1974, p. 17) tem da informação, quando ele argumenta que ela pode ser vista como um “[...] recurso que não se esgota, e, de fato, o seu uso aumenta o seu valor para os usuários, bem como para as empresas de publicação de informações”. A informação vista nessa perspectiva, desconsidera aspectos simbólicos e sociais relacionados à informação e a coloca em um patamar de mercadoria, cuja finalidade é potencializar o alcance de objetivos ou ganhos financeiros de determinadas parcelas da sociedade. Para Whitworth (2012, p. 30, tradução nossa) o relatório indica que a motivação de formar as pessoas para encontrar e processar a informação é o lucro, seja de forma direta, ou indiretamente através de “ecossistemas de serviços de informação”, a informação se torna essencial para potencialização do sucesso econômico contínuo da indústria.

É possível ponderar que há um complexo contexto informacional, econômico, social e político no qual a competência em informação emerge, e ela surge em primeiras instâncias para resolver problemas que não extrapolam o mercado de trabalho, ao contrário disso, o bojo teórico que sustenta os argumentos para seu surgimento, também incide em condições de trabalho ainda mais degradantes para aqueles que não possui acesso ou habilidades informacionais. Ainda que o próprio Zurkowski, já tenha mudado suas compreensões sobre a competência em informação e reconhecido a responsabilidade social de pesquisadores e profissionais da informação quanto a essa temática (Zurkowski, 2014), a trajetória dessa área e os debates subsequentes ao seu surgimento ficaram marcados por esses argumentos que reforçam perspectivas neoliberais no campo da informação. Todos esses aspectos nos permitem compreender com mais profundidade porque a competência em informação, principalmente em âmbito internacional, sofreu e ainda sofre severas críticas acerca de seu agenciamento pelo neoliberalismo.

Enright (2013, p. 17) sugere que

[...] a competência em informação surge em um momento sócio-histórico específico na reconstituição das relações sociais capitalistas. [E] que esse momento de reconstituição está ocorrendo em uma base planetária onde as relações sociais de exploração e mercantilização são expandidas para novas áreas da vida social sob os auspícios do neoliberalismo.

É importante evidenciar que para Harvey (2005) o neoliberalismo¹⁴ age como uma teoria de práticas político-econômicas cujo argumento consiste que a única forma de promover o bem estar humano é não restringir o desenvolvimento livre das capacidades e liberdade de produção empresariais e industriais dos indivíduos, sendo que os quadros institucionais reforçam direitos de propriedade privada e livre comércio, sendo o papel do Estado criar e preservar o quadro institucional adequado para o desenvolvimento dessas práticas.

Dessa forma, não é papel primordial do Estado o desenvolvimento de políticas públicas visando justiça social ou condições menos desiguais de vida para os diferentes grupos sociais, mas torna-se o estado um mediador das práticas empresariais que em tese levaria a sociedade a viver condições mais dignas. Apesar

¹⁴ “O neoliberalismo é mais bem entendido como um conjunto de ideias e práticas que asseguram a perpétua reorganização e intensificação das relações sociais capitalistas ao mobilizar o Estado para construir as relações de mercado ao longo da vida cotidiana. Ao afirmar a primazia do capital, o neoliberalismo subverte formas políticas, estruturas sociais e arranjos econômicos ao subordinar todas as áreas da vida social ao domínio do capital.” (Enright, 2013, p. 19, tradução nossa)

de argumentos tais, as últimas décadas cujo neoliberalismo foi hegemônico, não se viu, pelo menos em países marginais do capitalismo, os avanços indicados, muito pelo contrário, estudo realizado por uma organização não-governamental britânica baseado em dados do banco *Credit Suisse* indicam que a riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes (OXFAM, 2016).

Levando em conta esse contexto, Enright (2013) defende que uma compreensão sócio-histórica de desenvolvimento da competência em informação pode relacioná-la no contexto de expansão do liberalismo, isso se dá, de acordo com o autor, na tentativa de reconceituar a relação entre educação e formação. A competência em informação surge então como uma tentativa neoliberal de individualizar questões relacionadas ao desenvolvimento político, econômico e social dos sujeitos, convergindo, em princípio, com uma abordagem de capital humano para a educação, transformando os sujeitos sociais em “competentes” e, consequentemente, em ideal neoliberal.

Sobre tais aspectos, Gregory e Higgins (2013, p. 192, tradução nossa) advogam que

[...] os processos pelos quais um indivíduo determina informações adicionais são necessários para uma determinada tarefa e as habilidades para acessar, avaliar criticamente e sintetizar informações, também são afetadas pelo neoliberalismo e suas forças sociais e econômicas relacionadas. As barreiras ao uso eficaz da informação podem ser culturais, socioeconômicas, políticas, e devido à crescente corporatização das informações, podem ser distorcidas ou simplesmente não acessíveis.

Nesse sentido, Enright (2013) pondera que tem se visto poucos debates dessa natureza no campo da competência em informação, o autor compreende que é relevante abordar as dificuldades de formação da competência em informação, levando em consideração aspectos das realidades materiais dos sujeitos na vida social capitalista, o qual a competência em informação está, concorde ou não seus pesquisadores, relacionada.

No entanto, conforme argumentam Gregory e Higgins (2013) quando ponderamos sobre um sistema econômico, tal qual o capitalismo, podemos identificar que ele limita as possibilidades e escolhas de determinadas parcelas da sociedade que não possuem poder material para estabelecer trocas dentro deste sistema, cujo átomo é a mercadoria.

Dessa forma, é possível perceber a limitação de escolhas para determinadas classes e grupos, ainda que o neoliberalismo venha sendo amplamente relacionado com ideias de liberdade individual e democracia. Ao contrário disso, os anos de neoliberalismo renderam um grande acúmulo de poder e recursos, tais como a mídia, o transporte, a energia etc., na mão de poucos. Com efeito, tais fatores não são distintos quando falamos da informação, “[...] nossas escolhas e liberdade quando se trata de informação estão muitas vezes relacionadas ao mercado, que restringe o que está disponível através da consolidação e do privilégio da riqueza.” (Gregory; Higgins, 2013, p.190, tradução nossa).

É possível compreender com base em Enright (2013, p. 24) que “[...] o discurso da sociedade da informação¹⁵ não apenas reafirma as ideias do neoliberalismo, mas as informatiza.” Nesse sentido, o autor considera que

[...] se o neoliberalismo visava reestruturar radicalmente as relações entre capital, trabalho e Estado tanto “libertando” o mercado da regulação governamental quanto impondo relações de mercado na vida cotidiana, o modelo de organização social possibilitado pela tecnologia de rede tornou essa emancipação possível, bem como legitimou o mercado vis-à-vis e a tecnologia de rede como instrumentos ideais para a regulação e administração da reprodução social. (Enright, 2013, p. 24, tradução nossa)

Esse papel proeminente que assume a informação no contexto neoliberal, se relaciona com a reorganização econômica baseada na ampla difusão da informação e as tecnologias a elas relacionadas, e em vários aspectos as questões da informação se cruzam, se entrelaçam e se fundem com as necessidades neoliberais, com exemplo na promoção da sociedade da informação, com a desintegração das instituições centralizadas e a proposta de uma sociedade radicalmente descentralizada, que teoricamente todos tem condições de exercer poder por meio da tecnologia, da informação e das redes.

Dessa maneira, apesar de um apelo para que a competência, tal como suas propostas de surgimento, sejam as bases de formação humana na sociedade contemporânea, precisamos compreender quais interesses tem movido esses esforços. Nesse contexto, Enright (2013) fala sobre a importância de compreendermos por exemplo a influência profunda que a conceituação da informação dentro das ciências econômicas teve na forma como entendemos a

¹⁵ “[...] o conceito Sociedade da Informação compreende a sistematização de um conjunto de transformações científicas e tecnológicas impulsionadas pelo desenvolvimento da microeletrônica, da informática e de suas tecnologias associadas, notadamente a partir do desencadeamento da Segunda Guerra Mundial.” (Arruda; Alves, 2019, p. 118)

informação atualmente. O autor complementa que até a nossa compreensão de informação relaciona-se com preceitos fundamentais do neoliberalismo que reconfiguraram a organização material da sociedade ao longo dos últimos anos.

Gregory e Higgins (2013) ainda ponderam que os profissionais da informação, sobretudo os bibliotecários, precisam estar preocupados com as relações da competência em informação e o neoliberalismo, visto que seus valores profissionais fundamentais como livre acesso à informação, democratização do conhecimento e responsabilidade social, agem em sentido oposto, voltando-se à justiça social e ao desenvolvimento crítico de profissionais e usuários. É preciso pensar em alternativas distintas da nossa economia atual, e de um sistema que

[...] molda não apenas como a informação é produzida e disseminada, e quem ou o que está por trás desses processos, mas também como a ideologia neoliberal influencia a qualidade da informação e o alcance das perspectivas disponíveis para apoiar ou reforçar a opressão. (Gregory; Higgins, 2013, p. 192)

O problema dessa relação profunda da competência com o neoliberalismo, está particularmente no foco que se dá ao valor econômico dos processos de aprender, um conceito neoliberal de aprendizagem tal como a competência foi idealizada para favorecer os valores mercadológicos e as necessidades corporativas, e começa a se sobrepor a outros objetivos educacionais e/ou informacionais, de maneira a prejudicar perspectivas de uso do processo de aprendizagem como ferramenta de emancipação humana. Nesse sentido, Giroux (2004, p. 159) ressalta “A educação não é apenas sobre questões de trabalho e economia, mas também sobre questões de justiça, liberdade social e capacidade de agência, ação e mudança, bem como as questões relacionadas de poder, exclusão e cidadania.”

Sobre a educação e competência neste contexto, Harvey (2005) argumenta que os sujeitos provavelmente aceitam discursos neoliberais nos quais os ideais de dignidade e a liberdade individual foram cooptados para efeitos de condução do capitalismo de livre mercado. Dessa forma, em nome da liberdade, o neoliberalismo “[...] procura criar um indivíduo que seja empreendedor e competitivo. É nesse formato que o neoliberalismo hoje forma a base da realidade social, a episteme” (Kaščák; Pupala, 2011, p. 148).

Ohmann (1985, p. 675) afirma que o processo de alfabetização massiva coincide com o desenvolvimento do capital monopolista, é importante nos lembrarmos que não podemos reduzir os processos de alfabetização ampla a um efeito do

capitalismo, entender a relação entre a expansão da alfabetização e o concomitante fortalecimento do capitalismo pressupõe compreender também que “[...] as questões de alfabetização e tecnologia são inextricáveis das questões políticas de dominação e igualdade”.

Vale pontuar que, conforme indicado por Belluzzo (2013, p. 68), a competência em informação tem bases teóricas nas “[...] teorias da ciência da informação (com foco centrado no uso da informação), da educação, dos estudos de comunicação e na sociologia.” Podemos, no entanto, compreender, que o seu contexto de surgimento também incide sobre seu desenvolvimento, assim a competência em informação “[...] tem suas raízes nas modificações sociais advindas de uma forte reestruturação dos meios de produção, o que implica em possíveis mudanças educacionais, impactando dessa forma, os espaços tradicionais de acumulação e disseminação da informação [...]” (Gomes; Dumont, 2015, p. 95).

Assim como não podemos colocar sobre a alfabetização o estigma de reforço do capitalismo, o mesmo não deve ser feito com a competência em informação, precisamos pelo contrário agir no sentido de construir uma formação informacional que promova a justiça social e a mudança da realidade, principalmente daqueles que se encontram às margens do sistema capitalista. E profissionais do campo da informação entenderem que as “[...] pessoas da classe trabalhadora como um todo são historicamente excluídas de usufruir da riqueza social criada por seu trabalho. Assim, o sistema cria uma classe que é automaticamente excluída da riqueza, poder, educação e informação” (Durrani, 2008, p. 145).

Essa hierarquia entre classes reflete-se também nos debates sobre a divisão da informação ou do conhecimento, o acesso à informação e a produção de conhecimento depende em grande parte de aspectos socioeconômicos, resultado de onde e em qual família alguém nasceu, que determina também o acesso às instituições educacionais de alto escalão. Sendo assim, a classe em que alguém se encontra determina também os recursos disponíveis em sua biblioteca, e a riqueza de sua nação, em parte determina, seu acesso a dados e fontes de informação para pesquisa e desenvolvimento. De maneira semelhantes, são as condições econômicas que determinam os meios de produção de dados, informações e conhecimento. Em resumo, em um sistema econômico capitalista, o capitalismo de livre mercado, no qual alguns possuem os meios para serem usados na produção, divulgação e acesso de dados e informações, enquanto outros não, é essencial que usemos uma lente crítica

de análise a esse sistema, e fomentemos uma competência em informação que extrapole tais aspectos (Gregory; Higgins, 2013).

Cabe pontuar a importância de reconhecer a influência que o contexto de emergência da competência em informação tem sobre seus debates e defesas, não podemos exercer uma ciência neutra diante das tendências neoliberais e capitalistas presentes nas pesquisas sobre essa temática. É essencial que concepções contra hegemônicas sejam desenvolvidas enfocando necessidades informacionais que extrapolam o mercado de trabalho, que prezam por debates em torno de justiça social, que exerçam uma crítica ao sistema capitalista e suas ferramentas ideológicas de uso da informação para manutenção do *status quo* e ampliação das desigualdades sociais e que por fim voltem-se para minorias sociais, tais como a comunidade LGBTIA+¹⁶, pessoas racializadas, em situação de vulnerabilidade informacional, pessoas em situação de rua, pessoa com deficiência, refugiados e mulheres.

Nesse contexto, algumas abordagens alternativas às perspectivas tradicionais de competência em informação surgem para tentar mitigar os efeitos ideológicos até então presentes nos estudos e práticas relacionadas a essa temática, algumas destas abordagens serão apresentadas nesse capítulo. Antes, julgamos ser necessário um debate mais aprofundado sobre as questões conceituais em torno da competência em informação, que será apresentado na seção a seguir.

3.2 DEBATES CONCEITUAIS: DA INFORMATION LITERACY À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Information Literacy é o termo em inglês cunhado por Paul Zurkowski em 1974, e se referia à ideia de que os problemas que surgiam na instituição em que este atuava deveriam ser resolvidos por meio dos recursos informacionais. Para tanto, era necessário que os indivíduos desenvolvessem habilidades que os permitissem utilizar as ferramentas informacionais nesse contexto (Dudziak, 2001).

¹⁶ A população LGBT+ diz respeito ao movimento de pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual e com identidade de gênero que não seja a cisgênera, formam a população de lésbicas, gays, bissexuais, trans – travestis, transexuais, transgêneros –, intersexuais e outras possibilidades. Há debates sobre variações da sigla, que não é foco da nossa pesquisa, dessa forma usaremos LGBT+ como padrão amplamente aceito pela militância institucionalizada.

O termo *information literacy* é traduzido frequentemente no Brasil como competência em informação¹⁷, mas conforme Gasque (2012, p. 29) “[...] expressões como letramento informacional, alfabetização informacional, habilidade informacional e competência em informação são utilizadas para se referir, em geral, à mesma ideia ou grupo de ideias.” Os estudos relacionados à competência em informação chegaram no Brasil por volta de 2000, tendo entre as precursoras, as pesquisas de Caregnato (2000), Belluzzo (2001), Dudziak (2001) e Hatschbach (2002), e têm sido debatidos por diversos pesquisadores e profissionais, sobretudo aqueles ligados à Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia.

A competência em informação pode ser definida como a “[...] capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação.” (Gasque, 2013, p. 5). Ou seja, se dá em um processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades para a compreensão da informação e de fatores relacionados a ela, assim como para a geração de novos conhecimentos e de possibilidades para seu uso (Belluzzo, 2005).

Ainda sobre as conceituações em âmbito internacional, a *American Library Association* (ALA), em 1989 publicou o documento *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report* no qual apresentava critérios para avaliar se um indivíduo era ou não competente em informação, assim como para visualizar o possível processo de aprendizagem no sentido de formar as habilidades necessárias. Nesse contexto, compreendia-se que uma pessoa competente em informação era “[...] capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...]” (ALA, 1989, p. 1).

Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas (ALA, 1989, p. 1).

Podemos observar que, diferentemente de Zurkowsky nos primeiros relatórios sobre a competência em informação, onde ele argumentava que era essencial

¹⁷ Terminologia utilizada com base em uma proposição apresentada quando da realização do XII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU, na cidade de Natal. No Seminário Competência em Informação: cenários e tendências, realizado no âmbito do XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, na cidade de Maceió, na ocasião, promulgando-se a Declaração de Maceió sobre a competência em informação. E III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências, realizado na cidade de Marília, do qual resultou o documento Carta de Marília.

analisar aspectos cognitivos dos indivíduos, tal como seus instrumentos práticos de execução de tarefas nos ambientes de produção. Com o desenvolvimento dos debates e os documentos produzidos pela ACRL/ALA esses aspectos se somam a outros argumentos importantes, como por exemplo questões sociais, culturais e comportamentais que impactam na formação da competência em informação (Correa; Castro Junior, 2018).

Apesar da atualização do conceito de competência no documento da ALA (1989), com o passar dos anos e a evolução dos estudos acerca da temática pelo mundo, novas perspectivas surgem sobre o processo de formação da competência, as habilidades necessárias e as definições apresentadas no cenário teórico. A partir dessas evoluções a *Association of College & Research Libraries (ACRL)* apresenta em 2016, o documento *Framework for information literacy for higher education* que tem como finalidade abordar a competência em informação no ensino superior, e traz debates até então pouco desenvolvidos nos documentos anteriores. Esse documento apresenta a competência em informação como um

[...] conjunto de habilidades integradas que abrange a descoberta reflexiva de informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, o uso de informação na criação de novos conhecimentos e a participação ética nas comunidades de aprendizagem. (ACRL, 2016, p. 03, tradução nossa).

A definição proposta pela ACRL (2016) abrange questões relacionadas à aprendizagens acadêmicas e sociais, bem como propõe que a competência em informação é mais do que os aspectos operacionais de busca e uso da informação, mas percepções acerca do valor e da produção da informação, questões essas essenciais aos sujeitos no uso da informação para ações coletivas e sociais. Entretanto, evidenciamos que as questões relacionadas à emancipação dos indivíduos são pouco exploradas no documento da ACRL.

Battista *et al.* (2015) ponderam que a estrutura se destina de fato a ser flexível, adaptável e não prescritiva, de forma a ser aplicada em contextos locais, no entanto se o objetivo era contribuir para o enfrentamento aos desafios de desenvolvimento da competência em informação pelos profissionais da informação, é preciso ressaltar que aqueles profissionais preocupados com questões relativas à justiça social podem não encontrar respostas neste documento. Para os autores ainda que o *Framework* “[...] reconheça que as informações emergem de contextos variados que refletem distribuições desiguais de poder, privilégio, e autoridade, está faltando uma

declaração convincente que conecte a competência em informação à justiça social.” (Battista *et al.*, 2015, p. 112, tradução nossa).

Há, por consequência, uma preocupação de que o *Framework* não articule explicitamente como as questões de justiça social se cruzam com a formação da competência em informação. Questões como inclusão social, acesso à informação, consciência crítica, contextualização cultural, histórica e socioeconômica, assim como questões de participação social, poderia ter sido ganchos para trazer à tona debates sobre a competência em informação e sua relação com a transformação social (Battista *et al.*, 2015).

Os autores também argumentam que processos de inclusão social ocorrem a partir do acesso das comunidades à participação em questões sociais, econômicas e políticas, entretanto isso não fica explícito quando esse debate é realizado no documento. Eles enfatizam que isso pode dificultar que os profissionais o compreendam, se tornando um obstáculo para o desenvolvimento de ações nesse sentido (Battista *et al.*, 2015).

Outro exemplo dado por Battista *et al.* (2015) é o debate sobre o valor da informação, em que os aprendizes devem compreender que alguns grupos podem estar sub-representados ou sistematicamente marginalizados dentro dos sistemas que produzem e disseminam informações. Também é importante que sejam incentivados a examinar as próprias informações e como tiveram acesso a elas, assim como compreender que sistematicamente alguns detêm o poder sobre a informação e capacidade de impedir o acesso de determinadas parcelas da população. Entendemos que tais enfoques poderiam estar mais nitidamente relacionados com a justiça social e possíveis ações de competência em informação.

Por fim, Battista *et al.* (2015, p. 115-116, tradução nossa) indicam que sem essa relação nítida no documento, educadores que tenham propostas mais críticas, e se engajem em debates políticos e sociais, terão que extrapolar a estrutura se quiserem de fato “[...] desafiar o *status quo* e se envolver com suas comunidades de maneiras que levem à mudança. Entendendo que a ação, ou a participação, é vital para um maior envolvimento em questões de justiça social.”

Além destes debates teórico-conceituais realizados em documentos, declarações e manifestos, é importante identificar quais aspectos permeiam o que entendemos por competência em informação, ainda que a compreensão de que se trata de habilidades, conhecimentos e atitudes no trato com a informação. É

importante ponderar que tais aspectos se relacionam, de maneira complexa e dinâmica gerando um processo multifacetado que considera diversos fatores contextuais, psicossociais e materiais.

Tocante a esses debates, Borges *et al.* (2012) advogam que a competência em informação se relaciona com questões como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para eles as alternativas permitidas pela internet no que se refere ao acesso e uso da informação para participação em questões sociais impeliram discussões acerca de suas possibilidades e limitações. Do ponto de vista de participação social, as redes digitais podem apresentar vantagens como a variedade de informação, a capacidade de envolver distintos grupos de pessoas em diferentes recursos e a possibilidade de troca de mensagens diretas. Complementamos que também pode se apresentar como desvantagem à medida que os sujeitos precisam filtrar as informações relevantes, reconhecer de maneira mais autônoma a atuação dos distintos atores sociais.

O fato é que as tecnologias, assim como as informações, permeiam nossas atividades, isso demanda que os sujeitos desenvolvam habilidades técnicas, cognitivas e sociais para agir nesse universo, impactando não só em suas atividades acadêmicas ou de trabalho, mas em suas relações com a sociedade, com os demais sujeitos e com as instituições. A relação destas habilidades com a coletividade pode se voltar também para a emancipação e igualdade social, uma vez que a disposição das tecnologias para a informação e a comunicação, propicia para uma parte da sociedade o acesso, no sentido espacial, conceitual e temático aos conhecimentos e culturas, auxiliando sua relação com o mundo (Borges *et al.*, 2012).

Entendemos que o processo de acesso e apropriação das TIC é dinâmico, não se relaciona apenas com as questões de técnica e de hardware, mas com a avaliação e análise de informações e conteúdo que são disponibilizados por meio dessas tecnologias. Desse modo, ao pensarmos sobre acesso, é preciso pensar nas condições que os sujeitos têm de se conectar com as tecnologias e acessar as informações disponíveis, assim como de se apropriar e utilizar essas informações para atuação na sociedade.

Borges *et al.* (2012) argumentam nesse sentido que as pessoas combinam distintas habilidades que as permitem navegar no universo informacional, desta forma, a competência em informação tem relação com as habilidades operacionais, digitais e técnicas que permitem ao sujeito utilizar as plataformas digitais e as fontes de

informação; tem relação ainda com as habilidades cognitivas que diz respeito ao potencial crítico de mobilizar conhecimentos prévios afim de avaliar, selecionar e compreender os aspectos que envolvem a informação; e, a capacidade comunicativa e social, que tem relação com a potencialidade de comunicar e utilizar as informações para ações, resoluções de problemas ou mudanças no contexto desses sujeitos. Para os autores, essas habilidades formam uma espiral, que agem mutuamente para o desenvolvimento da competência em informação, de maneira que não se manifestam isoladamente, mas agem em sentido conjunto para dar aos sujeitos condições necessárias para acesso, apropriação e uso das informações.

Essas colocações são relevantes para ampliar a percepção de que a competência em informação não pode ou não deve ser vista de maneira unicamente instrumental, entendemos que os aspectos técnicos e instrumentais são essenciais para a formação das habilidades básicas que vão dar aos sujeitos condições de se desenvolverem no universo informacional, mas não podemos limitar a compreensão de competência em informação a elas. Pelo contrário, é preciso ir além quando falamos em um universo informacional complexo, cujas relações informacionais extrapolam o campo operacional e agem em âmbitos econômicos, políticos e sociais.

É relevante ponderarmos que a informação disponibilizada na internet nem sempre passa por padrões de confiabilidade, segurança, controle e filtros, de maneira que se torna papel dos usuários saber filtrar, selecionar e avaliar as informações levando em consideração todos os aspectos que se relacionam a sua criação, disseminação e impacto. Livingstone (2004) se atenta para o fato de que o processo de avaliação não é uma habilidade simples, pelo contrário, a avaliação crítica exige um corpo substancial de conhecimentos com relação ao contexto social, cultural, econômico, político e histórico. A capacidade de mobilizar esses conhecimentos para realizar um processo de avaliação da informação, para distinguir informação de opinião, e ter um conhecimento mais amplo sobre a questão apresentada, de maneira a tomar decisões mais concisas, deve considerar aspectos informacionais como utilidade, validade, pertinência, relevância, confiabilidade, correções, cobertura e veracidade. Desta forma, o processo crítico e reflexivo de avaliação da informação é parte fundamental da competência em informação (Borges *et al.*, 2012).

Sobre esse aspecto Jacobs (2008) menciona que a competência em informação está relacionada com fatores políticos e sociais, e seu desenvolvimento e sua aplicação não se dão separados dos contextos aos quais os indivíduos estão

submetidos. Assim, é parte de um contexto político, social e ideológico, de forma que esses fatores não podem ser ignorados quando se pensa uma competência em informação que extrapola as questões operacionais, mas que justamente entenda aspectos contextuais políticos e sociais inerentes a ela.

No que se refere às questões comunicativas, estas têm relação com as habilidades informacionais adquiridas pelos sujeitos para que esses possam interagir com a sociedade utilizando-se da linguagem, com o desenvolvimento de novas ferramentas de comunicação, abrem-se possibilidades de interação entre os sujeitos, mas exige-se uma formação para seu uso, sob o risco de excluir as pessoas que não souberem se comunicar através das TIC (Borges *et al.*, 2012).

A comunicação também é um processo relevante no que tange a construção de novos conhecimentos, visto que o processo de busca, seleção, avaliação e organização da informação pode resultar na compilação de novas abordagens e perspectivas sobre um assunto. O processo de comunicação envolve o registro de conhecimentos e a capacidade dos sujeitos em compartilhar seus aprendizados e descobertas.

A esse respeito, evidenciamos que a competência em informação se trata de um processo contínuo e cíclico de aprendizagem (Spudeit, 2016), que não envolve descartar as habilidades e conhecimentos previamente desenvolvidos pelos sujeitos, mas atender novas demandas informacionais em um processo de criação de novos conhecimentos voltados para a atuação na sociedade.

Para Dudziak (2011) a consciência de quais informações são necessárias, a mobilização dos conhecimentos e habilidades, que auxilia na elaboração da estratégia de busca, seleção, reflexão, análise e uso da informação, até a compreensão de determinado aspecto da realidade não compreendida ainda, assim como aplicação desses conhecimentos para benefício da coletividade, constitui a competência em informação.

Podemos compreender ainda, a competência em informação como “[...] uma prática social que emerge das interações informacionais de uma comunidade [...]”, a partir de tal compreensão, é essencial que nos coloquemos a questionar e explorar valores e pressupostos ligados a informação e que têm sido encobertos quando estabelecemos padrões e modelos de competência em informação (Hicks, 2018, p. 74).

Em outras palavras, quando assumimos que existe um único

entendimento de competência em informação, podemos ser vistos como simplesmente impondo o entendimento de um grupo específico a outros. Essas ideias correm o risco de negligenciar a 'riqueza e variedade' das práticas de formação da competência em informação, ao negar diversidade cultural e linguística, e uma consideração mais completa de ações informacionais que estruturam a prática social. (Hicks, 2018, p. 75)

Para Correa e Castro Junior (2018) desde o surgimento do termo *information literacy* e das primeiras pesquisas sobre a temática, nós caminhamos de uma perspectiva baseada nas teorias cognitivas, cuja compreensão é que o indivíduo competente em informação seria aquele com condições de utilizar as tecnologias e os conhecimentos na resolução de problemas no ambiente de trabalho, para uma perspectiva, que além das habilidades operacionais e técnicas, entende que o desenvolvimento da competência em informação é resultado de ações coletivas que estruturam os conhecimentos, os valores e as crenças por meio da interação social.

Podemos visualizar essas mudanças ao compararmos as definições e conceitos apresentados nesses 50 anos de estudos sobre a competência em informação no mundo todo. Nesse sentido, Addison e Meyers (2013) agruparam as definições de competência em informação em três categorias a saber: I) um conjunto de habilidades; II) uma maneira de pensar ou; III) um fenômeno ou prática social. Tais categorias permitiram visualizar a progressão das definições e conceitos da competência em informação de 1974 até 2013. Os autores identificam que as primeiras definições se baseavam em habilidades, e na sequência pela introdução de modelos cognitivos, que influenciaram na mudança das definições, passaram de um conjunto de habilidades, para a competência em informação como uma forma de pensar. A inclusão da Teoria Crítica em conjunto com os debates das teorias sociais, trouxeram definições da competência em informação como prática social, cada uma dessas abordagens trouxe novos olhares e aspectos a serem pesquisados no campo da competência em informação, porém de acordo com os autores nem todas as pesquisas podem ser limitadas a essa categorização.

Em uma perspectiva mais crítica, Elmborg (2012) conceitua a competência em informação como um conjunto de práticas móveis, flexíveis e maleáveis que se relacionam em um contexto de fluxo de informações. Logo, a competência em informação não está em um único lugar, ou deve ser desenvolvida por um único profissional, ela se apresenta em diferentes contextos e pode ser promovida por diferentes instituições ou profissionais. Em sentido semelhante, tendo por base a

proposta da *The Library and Information Association* (CILIP) é possível conceituar a competência em informação como

[...] a capacidade de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontrarmos e usarmos. A competência em informação pode nos formar como cidadãos para alcançar e expressar pontos de vista informados e se envolver plenamente com a sociedade. (CILIP, 2018, p. 3, tradução nossa)

Analisando por esse panorama, a competência em informação compreende a incorporação de um conjunto de habilidades e conhecimentos que precisamos para realizar tarefas que se relacionam com o contexto informacional, tais como a descoberta da informação, seu acesso, interpretação, análise crítica, gerenciamento, criação, comunicação, armazenamento e compartilhamento de informação. Mas podemos considerá-la de forma muito mais holística, pois envolve a incorporação e aplicação de habilidades, atributos e confiança necessários para interpretar de maneira criteriosa e realizar o melhor uso da informação. Incorpora nessa perspectiva o “[...] pensamento crítico e consciência, e uma compreensão tanto das questões éticas, quanto de questões políticas associadas ao uso da informação.” (CILIP, 2018, p. 3, tradução nossa).

Vitorino e Piantola (2009) refletem que a competência em informação, considerando aspectos mais críticos e reflexivos, pode ser considerada importante na construção de uma sociedade que dê aos sujeitos mais condições de traçarem o curso de suas vidas. Para Silva (2021, p. 53) sujeitos cuja competência em informação foi desenvolvida, podem ser mais

[...] conscientes de seu papel social e, como atores sociais, identificam necessidades informacionais para suas ações, sendo criativos no ato de desvencilhar os nós que impedem o acesso e o compartilhamento da informação e a geração de conhecimento novos.

Complementar a isso, podemos evidenciar que a competência em informação ajuda a entender questões éticas e legais associadas ao uso da informação, assim como questões de privacidade, proteção de dados, liberdade de informação, acesso aberto e propriedade intelectual. Dessa maneira, com uma perspectiva mais crítica e ativa de aprendizagem informacional, ela vai além das questões mecânicas e contribui para a compreensão de elementos factuais e descritivos do próprio conteúdo, de maneira que o aprendiz ao dominar as primeiras habilidades, passa a ter melhores condições para “[...] investigar aspectos de nível superior, como fonte, grau de

autoridade, possibilidade de viés, e o que isso significa em um contexto mais amplo.” (CILIP, 2018, p. 5, tradução nossa)

Podemos refletir que o potencial da competência em informação extrapola então o mero desenvolvimento de habilidades, alcançando contribuições mais amplas “[...] com possibilidades de redução de incertezas, de amenizar situações de vulnerabilidade social, de facilitar o preenchimento de lacunas do conhecimento, multiplicar o acesso à informação e melhorar a qualidade de vida das pessoas [...] (Silva, 2021, p. 53).

Para Zaatar (2020) a competência em informação pode ser compreendida como uma prática sociotécnica que permite ao sujeito identificar suas necessidades informacionais, saber como localizar a informação desejada, avaliar, se apropriar, compartilhar tais informações e agir de maneira informada levando em conta aspectos éticos e críticos. Pode ser identificada então como ação complexa e contínua no universo informacional e base para ações de transformação da realidade.

De outro modo, significa dizer que abrange as experiências solidárias e coletivas vivenciadas nas dinâmicas de aprendizagem que acontecem em diferentes contextos e temáticas no curso das atividades da vida. Para isso, enfatiza a importância do acesso à informação, da avaliação e do uso de forma responsável e crítica, sob uma perspectiva que incorpora todos os tipos de formatos, suportes e conteúdos informacionais, nas dimensões da vida pessoal, profissional, educacional e social. Dessa forma, o pensamento crítico estimulado pela competência em informação não significa desacreditar em tudo, pelo contrário, significa que devemos distinguir entre opinião e fato (evidência). (Zaatar, 2020, p. 8)

É importante refletir ainda que a competência em informação não está isolada, nem do contexto de seu desenvolvimento, nem do desenvolvimento de outros campos, tais como alfabetização digital, alfabetização acadêmica e alfabetização midiática. Não se trata de um conceito que age de maneira autônoma, mas está alinhado a outros processos de formação e aprendizagem que abrangem outras áreas do conhecimento a parte da informacional (CILIP, 2018, tradução nossa).

É importante como pesquisadores da competência em informação, compreendermos que seus constructos devem extrapolar a mobilização de aspectos individuais, nesse sentido, entendemos que a competência em informação não se trata apenas das questões inerentes à formação cognitiva dos sujeitos, mas está entrelaçada com fatores amplos que impactam o acesso à informação e ao conhecimento e processos de alfabetização e escolarização. Nestes termos, não

basta que, como profissionais da informação advoguemos apenas pela formação de habilidades de maneira isolada, é preciso compreender que a defesa da democratização da informação e do conhecimento e da educação humanística, pública e gratuita devem ser bandeiras constantes em nossas pesquisas.

Para concebermos uma competência em informação de maneira contextualizada, conforme proposto em uma série de pesquisas e documentos, é essencial que estejamos cientes de que a criação e o compartilhamento da informação ainda encontram-se na mão de pequenos grupos, sendo inacessível para maior parte da população, e que o acesso ao conhecimento de maneira estruturada e organizada ainda têm sido majoritariamente desenvolvido nas instituições educacionais, cujo acesso também é negado a grande parte da população brasileira. Nesse cenário de descaso com fatores importantes da formação dos sujeitos, a competência em informação não pode ser plenamente desenvolvida, visto que sozinhos os profissionais da informação e demais educadores, não têm condições de suprir todos os aspectos essenciais à formação e desenvolvimento crítico dos sujeitos.

Sobre isso Vitorino (2016a) indica que concepções alternativas de competência em informação têm sido desenvolvidas, visando identificar e compreender as práticas de informação imbricada aos contextos ambientais, sociais, ideológicos, econômicos e culturais no qual a informação é utilizada. Essas abordagens, segundo a autora, promovem uma compreensão mais ampla de competência em informação “[...] como fundamentada em uma compreensão das comunidades e práticas das quais os usuários são uma parte. Além disso, ressalta a importância de se considerar os contextos sociais, institucionais e culturais de práticas de informação que procuram.” (Vitorino, 2016a, p. 428).

As abordagens de competência em informação que extrapolam as perspectivas operacionais propostas nos primeiros documentos sobre o tema, são diversas. Algumas voltam-se para a formação de usuários em bibliotecas escolares, outras refletem sobre aspectos mais subjetivos do processo de desenvolvimento de habilidades informacionais, aqui enfocaremos duas dessas abordagens, sendo elas essenciais para olhar as questões informacionais postas em nossa pesquisa.

A primeira trata-se da abordagem desenvolvida por Vitorino (2018) e Vitorino e Piantola (2009), que trata da vulnerabilidade informacional e a compreensão da competência sob quatro dimensões a saber: técnica, estética, ética e política. A segunda, advinda da escola de Frankfurt e dos preceitos da Pedagogia Crítica, aborda

sobre uma competência em informação que desvela aspectos da ideologia dominante a fim de transformar a realidade (Jacob, 2008; Tewell, 2012; Bezerra, 2015). Ambas serão apresentadas nas sessões 3.3 e 3.4 respectivamente.

3.3 VULNERABILIDADE SOCIAL E INFORMACIONAL E AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO PROPOSTA DE AÇÃO

Levando em conta que a competência em informação envolve habilidades, conhecimento e atitudes para lidar com a informação, mas que supera questões operacionais e relaciona-se com questões mais amplas e contextuais acerca da produção e compartilhamento da informação, passando por uma série de fatores materiais e subjetivos que podem afetar a busca, seleção e uso da informação, compreendemos que há condicionantes sociais, políticos, éticos, econômicos, entre outros que demarcam o seu campo e desenvolvimento.

Righeto, Vitorino e Muriel Torrado (2018, p. 84) apontam que um dos grandes desafios da sociedade contemporânea está na compreensão das diferenças em esfera global, visto que em “[...] determinados locais do mundo, pessoas morrem de fome e de doenças, enquanto em outros locais as pessoas adoecem por excesso de comida.” Podemos dizer que essas diferenças impactam na vida das pessoas e as condições de acesso ao básico, como alimentação, saúde, educação e informação. Esse cenário faz com que alguns grupos de pessoas não tenham as mesmas condições do que os outros e, portanto, se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Podemos entender a vulnerabilidade social como um estado de suscetibilidade a algum dano por excesso de exposição a algo, ou falta de acesso, ou à mudanças relacionadas às questões ambientais e sociais e a dificuldade de adequação a essas condições (Adger, 2006). Nesse contexto, a vulnerabilidade social se estabelece como produto das transformações societárias, ou seja, das construções sociais, assumindo desta maneira, distintos formatos de acordo com condicionantes históricos. A partir desta compreensão, a vulnerabilidade é compreendida em uma relação dialética entre o externo e interno, sendo que o primeiro diz respeito as questões contextuais, e o segundo, relaciona-se com características básicas de sujeitos, grupos, lugares e ou comunidades (Monteiro, 2011).

Para Monteiro (2011, p. 35)

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos.

Para Righeto, Vitorino e Muriel Torrado (2018) vulnerabilidade social também pode ser compreendida como uma situação em que um indivíduo, família ou conjuntura social se encontra no que diz respeito a controlar e/ou agir sobre as forças que exercem influência em seu bem-estar. Dessa forma, se trata de ter a “[...] posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade” (Brasil, 2007, p. 16).

Estar em estado de vulnerabilidade relaciona-se com a falta de acesso a esses ativos, que segundo Monteiro (2011, p. 34) podem ser entendidos como um “[...] conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social.” Os ativos físicos correspondem aos meios essenciais para manutenção de condições de vida dignas; já os ativos financeiros são os instrumentos financeiros formais e informais, de acesso a crédito, poupança, conta bancária, etc.; os ativos humanos se referem ao trabalho, saúde, educação; e os ativos sociais que dizem respeito à redes de reciprocidade, de contatos, de confiança e de acesso à informação. Nesse sentido, a vulnerabilidade associa-se com a inserção e estabilidade dos sujeitos na sociedade, seja no mercado de trabalho, na escola, nas relações sociais e comunitárias ao seu redor, e a condição de acesso de forma regular à serviços públicos ou demais formas de proteção social (Brasil, 2007; Righeto; Vitorino; Muriel Torrado, 2018).

A princípio é possível dizer que há na literatura conformidade de que a vulnerabilidade social é resultado da desigualdade social, relacionada diversas vezes com questões como pobreza, idade, raça, sexo e classe social. Tocante a isso, podemos considerar duas perspectivas relacionadas a esse tema, a primeira vê a vulnerabilidade como alguém que está exposto a algo, e a segunda que entende essa questão de maneira mais complexa, que é a condição social de abordar danos. Dessa forma, não são apenas indivíduos que podem estar em situação de vulnerabilidade,

mas grupos, organizações, comunidades e nações também podem estar vulneráveis (Mendes, 2015; Righeto; Vitorino; Muriel Torrado, 2018).

Por outra via, Adger (2006, p. 268) pondera que

O conceito de vulnerabilidade tem sido uma ferramenta analítica poderosa para descrever estados de suscetibilidade ao dano, impotência e marginalidade de sistemas físicos e sociais, e para orientar a análise normativa de ações para melhorar o bem-estar por meio da redução do risco.

Para o autor, esta pode ser considerada “[...] à suscetibilidade às circunstâncias de não ser capaz de sustentar a subsistência”, sendo que esse conceito geralmente é aplicado para ações de assistência ao desenvolvimento e a combate à pobreza (Adger, 2006, p. 272). Vitorino (2018) analisa que tradições teóricas antigas vinculam as teorias de vulnerabilidade a falhas no direito e a situações de perigo. É possível ainda relacionar outras questões ao contexto de vulnerabilidade: a exposição, em que os sujeitos ou sistemas estão suscetíveis ao perigo; condição social, envolvendo a capacidade de resistir e se adaptar aos riscos; e a integração das exposições potenciais e condição social como um foco específico de lugares e ou regiões (Adger, 2006; Vitorino, 2018).

Vitorino (2018) evidencia que a vulnerabilidade, de maneira mais comum, se apresenta na literatura para identificar pessoas, ou grupo de pessoas, em situações de risco. Mas também age na contramão do desenvolvimento humano. Segundo sua colocação “[...] a vulnerabilidade, condição na qual o risco, o perigo e a exposição, seja no contexto, seja como resultado, desfavorecem o desenvolvimento humano, de tal modo a gerar insegurança e a falta de direitos relacionados à vida [...]” (Vitorino, 2018, p. 73). Nesse contexto, a autora entende que a competência em informação parece ir no sentido de enfrentamento à vulnerabilidade social, e em direção ao desenvolvimento humano, visto que a primeira se relaciona também com a necessidade básica de acesso à informação, ativo essencial para reconhecimento e luta por direitos dos mais diferentes grupos sociais.

Podemos inferir que há distintas concepções de vulnerabilidade social, para Monteiro (2011) algumas estão mais voltadas para questões individuais dos sujeitos, que se preocupam em olhar o indivíduo vulnerável, submetendo-o a condição de vulnerável, essa concepção acaba sendo reducionista, e gera uma percepção estigmatizada do que seria vulnerabilidade social. Outras concepções, são mais contextuais e consideram elementos da realidade social enquanto condicionantes do

processo, estabelecendo uma compreensão relacional e conjuntural sobre a população em vulnerabilidade.

Segundo a autora, existem vários conceitos-base que permitem uma apreensão do que é vulnerabilidade social, com distintas compreensões de acordo com cada grupo de atores sociais. Essas leituras podem implicar em como se darão as mediações necessárias para suprir as necessidades dos grupos socialmente vulneráveis, assim, Monteiro (2011, p. 38) reforça que “[...] os conceitos interpretados de diferentes maneiras possibilitam desdobramentos distintos na execução da política, o que pode comprometer a garantia de direitos.”

Cabe salientar que esse panorama do marco conceitual da vulnerabilidade social, apresenta diferentes e contraditórias matrizes teóricas. Logo, podem servir de base para que distintos projetos societários e profissionais sejam colocados em prática. Essa imprecisão, ou compreensão isolada da vulnerabilidade social, seja adjetivada ao sujeito, seja atrelada à perspectiva do risco, desconecta da análise das estruturas da sociedade capitalista podem conduzir à manutenção *status quo* da ordem capitalista. (Monteiro, 2011, p. 37)

É possível compreender, neste cenário, que a concepção de vulnerabilidade que “[...] não considera o caráter estrutural da sociedade capitalista, não problematiza a superação das suas contradições, na medida em que não as considera como produto das desigualdades sociais.” Tende a desenvolver ferramentas de enfrentamento dentro da lógica sistêmica, sem confrontá-la (Monteiro, 2011, p. 37).

Monteiro (2011) ainda coloca que é importante compreendermos que não podemos conformar as políticas sociais às questões de vulnerabilidade apenas. É preciso considerar a proteção e ação social como uma universalidade na cobertura de direitos e não apenas a promoção de ações e políticas que agem sobre o aspecto de vulnerabilidade de um grupo. Para autora, as políticas sociais precisam levar em consideração que nos encontramos em “[...] uma sociedade direcionada por uma lógica hegemônica de concentração e expansão de relações fetichizadas pelo domínio do mercado e do lucro [...]” (Monteiro, 2011, p. 38). E com essa compreensão, buscar promover mais do que as condições mínimas que mantém os sujeitos fora das vulnerabilidades, mas voltar-se a “democratização da riqueza socialmente construída pelo conjunto dos trabalhadores, que tem [consequentemente] ações de proteção social [...]” (Monteiro, 2011, p. 38).

Vale mencionar que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu atlas compreende que as

[...] vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos, contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir; e cujos rumos, só o Estado, através de políticas públicas, tem condições de alterar. Assim, [a vulnerabilidade social] diz respeito à ausência ou insuficiência de ativos que podem em grande medida ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. (IPEA, 2017, local. 2).

O IPEA elaborou um Atlas da Vulnerabilidade Social no Brasil, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 – 2010, para tanto utilizou em sua metodologia 16 indicadores da Plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela; II- o Capital Humano dos domicílios deste território; e III - a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios.

A dimensão sobre Infraestrutura Urbana visa refletir as condições de acesso à serviços, como abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território; bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho, pela população ocupada de baixa renda, do território em tela. Já a dimensão sobre Capital Humano analisou variáveis que refletem a presença atual destes ativos nos domicílios, como taxa de mortalidade infantil, educação formal, acesso à escola para crianças. Dessa forma, também analisou as possibilidades de sua ampliação pelas gerações mais jovens. Na dimensão sobre Renda e Trabalho agrupou-se os indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias, no momento da coleta dos dados, vale pontuar que configuram um estado de insegurança de renda das famílias: a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, assim como a presença de trabalho infantil (IPEA, 2017).

Com essa análise o Atlas visa evidenciar para a sociedade, assim como informar órgãos públicos sobre as áreas com maior vulnerabilidade social, sendo basilar para atuação da união, estados e municípios nas ações que visam mitigar de forma coletiva e sistematizada essas condições. Vale evidenciar que a metodologia aplicada pelo IPEA, entende que a dimensão de formação humana, principalmente em espaços formais de aprendizagem, se configura em dimensão relevante para redução da vulnerabilidade social, sobretudo para gerações futuras.

Em direção semelhante, Vitorino (2018) compreende que a relação entre a vulnerabilidade e a competência em informação tem impacto positivo no desenvolvimento de ambas as temáticas, pois permite o desenvolvimento de pesquisas com concepções mais amplas, tais como: competência em informação e cidadania, competência em informação e minorias sociais, competência em informação e falta de informação, competência em informação e protagonismo social, competência em informação e resiliência, entre outras. Compreendemos que as pesquisas de competência em informação que debatem de alguma forma a vulnerabilidade social e ou informacional, são aquelas voltadas a grupos considerados vulneráveis, tanto no acesso à informação, como no acesso às políticas sociais de forma geral.

Para além da relação entre a vulnerabilidade e a competência em informação, a “vulnerabilidade em informação” tem sido temática de pesquisas relacionadas à competência e à Ciência da Informação. Compreendemos assim, que vulnerabilidade em informação diz respeito à falta de informação, quando as pessoas não possuem acesso à dados, produtos e serviços voltados ao universo informacional, ou ao risco, quando a pessoa reproduz informações sem realizar maiores reflexões sobre elas (Garcia *et al.*, 2017, p. 118).

Paiano *et al.* (2017, p. 97), ainda entendem que

[...] é possível conceituar vulnerabilidade em informação como a condição de fragilidade e susceptibilidade à perda de autonomia e cidadania experienciada por um indivíduo ou corpo social, ocasionada pela carência de informação útil para a trajetória de vida. Podemos afirmar que o conceito se relaciona diretamente à fragilidade e ao perecer pela falta de conhecimento útil para a tomada de decisões no dia-a-dia.

Ainda, a vulnerabilidade em informação pode ser entendida como a adversidade dos sujeitos em ter acesso ao conhecimento, impossibilitando que desenvolvam diversas atividades relacionadas a sua vida pessoal, profissional, interpessoal, civil, e dificultando a atuação coletiva para mudança da sua condição (Leal *et al.*, 2017). Esses mesmos autores mencionam que a vulnerabilidade no campo informacional está diretamente interligada com a condição socioeconômica das pessoas, sendo que pessoas desfavorecidas socialmente ou em desigualdade social possuem menos acesso à informação por não estarem amparadas por políticas governamentais, habitarem áreas de risco, não terem acesso à saúde, educação ou escolaridade.

Nesse contexto, a vulnerabilidade em informação se relaciona diretamente com a impossibilidade de acesso à informação por indivíduos ou grupos sociais, tais como pessoas com deficiência, pessoas com problemas cognitivos e psicológicos, idosos, pessoas doentes, grupos socialmente excluídos, como pessoas em situação de rua e população LGBTIA+, refugiados, entre outros. “[...] para esses sujeitos, a informação não é democrática, pois é distribuída de forma desigual em detrimento daqueles que não possuem tais condições.” (Leal *et al.*, 2017, p. 74).

Desse modo, Righeto, Vitorino e Muriel Torrado (2018) advogam que o debate “[...] sobre o desenvolvimento da competência em informação no âmbito da vulnerabilidade social é fundamental para analisar o atendimento às necessidades de informação de pessoas ou grupos socialmente vulneráveis.” Righeto, Vitorino e Muriel Torrado (2018) também enfatizam que entre esses grupos, podemos destacar os idosos, as crianças e adolescentes, a população em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoa com sofrimento mental, comunidade LGBTIA+, imigrantes, grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas racializadas, de distintas orientações religiosas e mulheres. A esses grupos, de maneira geral se sobressai a exploração de seu trabalho, a falta por condições dignas de vida, falta de acesso à bens e serviços, a submissão à violências físicas e/ou psíquicas e a violação de direitos, todos esses fatores incidem em uma marginalização desses grupos sociais.

Cabe reforçar que mulheres cis, mulheres trans e meninas encontram-se no grupo de vulnerabilidade social e também se encaixam nas conceituações de vulnerabilidade em informação, visto que muitas têm seu direito de acesso à informação negado, seja de informações estruturalmente negadas, tais como informações sobre aborto e contraceptivos, ou ainda pela dificuldade de sair de casa, por questões como violência doméstica, desigualdade de acesso à educação básica, limitações religiosas e etc.

Garcia *et al.* (2017) ponderam sobre a vulnerabilidade em informação, indicando que essa falta de acesso à informação pode ser minimizada com o desenvolvimento da competência em informação, especialmente quando relacionada às dimensões técnica e ética, esse processo pode incentivar e potencializar a mobilização dos sujeitos para a mudança da realidade por meio de mobilizações sociais.

Entendemos, desta forma, que a relação entre a competência em informação e debates de vulnerabilidade estão na possibilidade de intervenção. Autores como

Vitorino e Piantola (2009), Correa e Castro Junior (2018) argumentam que uma das características da competência em informação está na indissociabilidade da ação. Isto porque, à medida que uma pessoa desenvolve a competência em informação, maiores são suas possibilidades de participação ativa como cidadão ou agente de mudanças na sua realidade. Nesse contexto, quando pensamos na relação da competência em informação com populações marginalizadas, é importante refletir também sob quais aspectos a competência pode agir para contribuir na mudança da realidade, não apenas desses grupos, mas da realidade que faz com que esses grupos sejam marginalizados.

Considerando essa percepção mais ampla e complexa de ação por meio da competência em informação para a transformação social, Vitorino e Piantola (2009) desenvolvem uma proposta na qual a competência em informação vai além das habilidades informacionais, dos conhecimentos e das atitudes necessárias, mas é constituída de maneira transversal por quatro dimensões¹⁸, sendo que estas dimensões em conjunto podem favorecer o desenvolvimento da competência voltada à diferentes contextos sociais.

3.3.1 Dimensões da competência em informação

A dimensão técnica proposta pelas autoras diz respeito às habilidades operacionais e técnicas utilizadas para o desenvolvimento de uma ação. Esta dimensão possui um caráter mais prático e objetivo, mas exige dos sujeitos o vínculo com as demais dimensões de maneira a poder agir no contexto informacional. Para Oliveira e Vitorino (2016) a dimensão técnica apresenta como base as habilidades de busca, avaliação e uso da informação; é nessa dimensão que se encontra o suporte, ou seja, ela dá base para o desenvolvimento de outras dimensões. Trata-se da ação voltada para a resolução de um problema. Portanto, a técnica pode sim ser considerada uma dimensão cujas funções de operação estão presentes, mas extrapola habilidades como o domínio das tecnologias para acessar a informação.

Para Oliveira e Vitorino (2016, p. 55, grifo do autor)

A **dimensão técnica** da competência em informação requer o equilíbrio entre sentimentos, razão, e desejo, alinhados ao alcance de um fim: obter a informação para a necessidade pessoal. Demanda

¹⁸ Construção baseada em Rios (2006) - RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ensino, experiência, prática, tempo e reflexão.

Desta forma, os autores argumentam que a dimensão técnica é a ação que tem como fim a resolução de um problema, necessidade e ou oportunidade, e ocorre “[...] por meio do equilíbrio das virtudes morais (éticas) e intelectuais (racionais), as quais se orientam por ‘boas ações’ na medida certa à necessidade informacional.” (Oliveira; Vitorino, 2016, p. 62). Neste contexto, a técnica ocorre através de etapas processuais que demandam mais do que as habilidades, mas julgamento e decisões reflexivas por parte dos sujeitos. Ou seja, a cada atividade do processo de busca informacional o sujeito se depara com questões sobre “o que fazer”, “como fazer”, “qual a melhor forma de localizar aquelas informações”, para responder tais questões é necessário fazer julgamentos que vão impactar nas decisões que indicam a localização da informação (Oliveira; Vitorino, 2016).

Deste modo, o indivíduo diante de situações informacionais mobiliza a dimensão técnica, isto é, põe em prática o seu conhecimento para “o fazer informacional”, sustentado por julgamentos e decisões. O sentido da técnica, como uma das dimensões da competência em informação, se materializa na “justa medida” entre educação, experiência, prática, tempo e reflexão. (Oliveira; Vitorino, 2016, p. 62)

Consideramos que a técnica, não é então uma dimensão menor da competência em informação, pelo contrário, seu desenvolvimento é condição *sine qua non* para que as outras dimensões sejam aplicadas. Ela também é a dimensão que será desenvolvida inicialmente, potencializando o acesso à informação e conhecimentos, e permitindo aos sujeitos, a partir disso, desenvolver pensamento crítico e reflexivo. Podemos dizer que há uma relação intrínseca entre a dimensão técnica e as demais, mas salientamos que ela se relaciona de maneira ainda mais próxima com a dimensão estética, pois é preciso criatividade, sensibilidade e subjetividade também para dominar questões operacionais presentes nesta dimensão.

Refletindo sobre a dimensão estética, essa diz respeito à criatividade e à sensibilidade ligadas à informação, ela se refere à subjetividade humana relacionada a questões reais dos sujeitos. Neste contexto, a dimensão estética apresenta-se como uma forma dos sujeitos lidarem criativamente com a informação e podendo usá-la para agir em seu contexto informacional (Vitorino; Piantola, 2009).

Ward (2006, p. 396) advoga que para a competência em informação, não nos basta olhar analiticamente para a informação, nos é exigido também “[...] que

saibamos gerir a informação de forma mais criativa e significativa.” Isso, porque o crescimento e o autoconhecimento podem ser considerados tão relevantes ao desenvolvimento da competência em informação quanto seus demais aspectos, de modo que se complementam. O autor entende, que recebemos tantas informações que não percebemos que também usamos nossa sensibilidade, emoção, subjetividade, intuição e criatividade para lidar com ela; essa questão estética está no processamento da informação, seja de forma individual ou coletiva.

De maneira geral, Ward (2006) compreende que além de questões analíticas, críticas, filosóficas e reflexivas sobre a informação, muitas coisas também vão se dar no campo do subjetivo, na sensibilidade do sujeito em reconhecer e lidar com a informação e seu entorno. Dessa maneira, a competência em informação, teria uma dimensão que se relaciona com a capacidade de entender e criar aspectos informacionais mais subjetivos.

Para Farias e Vitorino (2009, p. 7) quando colocamos a experiência estética em relação à competência em informação “[...] não se trata de uma sensibilidade ou de uma criatividade quaisquer, mas de um movimento na direção da beleza, aqui vista como algo que está próximo do que se necessita para o bem social e coletivo.” Dessa forma, ao falar da estética nos referimos ao desenvolvimento intelectual em sua totalidade, tal qual sua relação com a racionalidade, mas também com a sensibilidade humana; pode ser vista ainda como a forma de apreender o mundo através do sensível (Orelo; Vitorino, 2012). À vista disso

[...] se o homem é um ser social, que vive em comunidade e todas as experiências vividas se dão no contato com o outro, entende-se que a Estética está relacionada, também, à sensibilidade social, ou seja, se reflete na cidadania, na solidariedade, na generosidade e no bem-estar do indivíduo e do coletivo. (Orelo; Vitorino, 2012).

A estética, quando em relação com a competência em informação, se vincula com a forma de construir conhecimento a partir da percepção acerca do mundo. Ou seja, estabelece uma atenção sobre aspectos intrínsecos do ser humano, por meio de suas experiências individuais e/ou coletivas, que podem resultar em maior sensibilidade no uso criativo da informação, e no impacto ao outro (Orelo; Vitorino, 2012). Sob uma perspectiva estética, o sensível, criativo e inovador, junto a autonomia são instigados e, em relação com as demais dimensões, promovem o pensamento crítico, em relação a posturas mais éticas, humanas e sociais frente à informação (Vitorino, 2018).

Orelo e Vitorino (2012, p. 41) argumentam que a dimensão estética se relaciona diretamente com a dimensão ética, pois “[...] contribui de forma significativa para o desenvolvimento dos indivíduos, preparando-os para exercerem a cidadania com responsabilidade e criticidade.” Assim, como contribui para questões de justiça social e consolidação da democracia.

No que se refere à dimensão ética, esta é a capacidade dos sujeitos de desenvolverem ações em benefício do bem comum, ou seja, ações capazes de ajudar o coletivo e dar condições de vida a outros sujeitos de uma comunidade. Pode-se dizer que a dimensão ética se relaciona com a análise crítica dos sujeitos frente à informação, e autonomia para tomar suas decisões; ela perpassa ainda o uso das informações de maneira a não causar impactos negativos sobre a sociedade (Vitorino; Piantola, 2009). Sobre a ética informacional, Silva (2014) advoga que essa tem seu limite no universo informacional e tudo que nele existe, de maneira que não se separa a compreensão ética da informação do próprio sujeito, muito menos do meio em que o sujeito se insere, desta forma a ética informacional incide tanto em sistemas humanos, quanto não humanos que interagem entre si e produzem valores. Dessa forma, a ética informacional parte de contexto amplos, mais gerais e vai no sentido de contexto mais locais, visando partir de compreensões mais amplas da realidade objetiva, até contextos informacionais mais específicos, com vistas a atender necessidades informacionais.

Quando refletimos sobre a ponderação de Silva (2014) é preciso ter em conta que os aspectos éticos em torno da informação não incidem apenas nos sistemas humanos. É importante pensar que uso ético da informação também envolve respeitar outros sistemas que interagem com a nossa realidade. Para tanto, uma dimensão ética da competência em informação deve considerar se a informação não é prejudicial a outras formas de vida, a ecossistemas naturais, a agrupamentos de outras espécies que não seja a nossa, e se o compartilhamento, reprodução e disseminação dessa informação contribuem para preservação e manutenção do meio ambiente.

Neste caso, a ética informacional produz uma característica essencial de verificar como a informação ajuda na produção de sentidos e comportamentos morais dos sujeitos, assim como é preciso considerar a associação direta entre sujeitos (ser) e ente (meios tecnológicos) como fenômenos de ação, interação e alterações sócio cognitivas, sendo esta associação pressuposto vital para pensar como a

informação (através de seus meios tecnológicos digitais) interfere na ação moral dos sujeitos da informação. (Silva, 2014, p. 409)

Outro aspecto a ser considerado sobre a dimensão ética da competência em informação é que esta não pode ser vista como boa, nem má, não cabe esse juízo de valor sobre ela, mas seu desenvolvimento e como é utilizada pode se apresentar como fator de transformação da realidade ou manutenção do *status quo* (Menezes; Vitorino, 2014). Nesse sentido, não podemos nos furtar a crítica às abordagens da competência em informação que tem reforçado conceitos que corroboram com o capitalismo. Como pesquisadores da temática, devemos nos considerar responsáveis em promover uma competência em informação direcionada para a mudança social, ainda que pequena, sobretudo de pessoas marginalizadas pelo sistema capitalista.

É possível entender que a dimensão ética da competência em informação é relativa à ação humana, baseada em princípios que orientam para a boa conduta dos sujeitos, perpassa as outras dimensões na medida em que norteia a ação dos sujeitos, de tal maneira que ao se apoiar na dimensão ética o sujeito utiliza-se da informação para agir em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim sendo, envolve questões como o uso ético da informação, como questões relacionadas a propriedade intelectual, *copywriting*, direito autoral, plágio etc., também possui princípios éticos, a exemplo de respeito, justiça, solidariedade, compromisso, e a reflexão crítica sobre a ação e uso da informação, visado o bem comum e o ganho coletivo da sociedade (Pellegrini; Vitorino, 2015).

No que tange à dimensão política, esta diz respeito à predisposição dos indivíduos para exercer seu papel na sociedade, e que possam utilizar a informação como condição para lutar por seus direitos, ter consciência histórica e se colocar à frente desse processo histórico, de maneira a serem ativos sobre sua própria condição na sociedade. Dessa maneira, a dimensão política é relevante para que os sujeitos possam tomar decisões e serem ativos coletivamente, e compreender a informação relacionada aos diversos discursos que movem a sociedade (Vitorino; Piantola, 2009).

Nessa dimensão, o homem é compreendido como ser social e parte de uma coletividade, portanto, as informações não impactam apenas suas vidas individualmente, mas podem impactar todos ao seu redor. No tocante a isso, autoras como Dudziak (2008), De Lucca (2019) e Vitorino e Piantola (2011) entendem que a dimensão política está na esfera das relações sociais, que envolve a ação social, a cidadania e atuação coletiva. Nesse contexto, tem relação com o estado, governo,

movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, entre outros atores coletivos que se propõem a participação em nossa sociedade.

De Lucca (2019) explica que a dimensão política da competência em informação compreende aspectos como: o reconhecimento da informação para orientação da atuação durante a vida, a busca por interações sociais que auxiliem na solução de necessidades informacionais, a obtenção de liberdade e autonomia para a práxis informacional, compartilhamento de informação e de experiências com sujeitos parte do mesmo contexto social, a apropriação da informação para compreensão de direitos e deveres, e a construção da cidadania de forma coletiva, participativa e solidária, entre outras. A autora ainda pondera que a dimensão política da competência em informação volta-se para uma atuação cidadã, criativa e consciente por parte dos sujeitos, essa atuação está relacionada com a capacidade do sujeito de agir de maneira participativa em seu contexto político-social.

Vale ainda ponderar que, de acordo com Vitorino (2018), tentativas teóricas ou práticas de desenvolvimento da competência em informação nos mais distintos contextos devem se calcar em uma dimensão política como instrumento de emancipação. A autora ainda reforça que a dimensão política trata de envolvimento com o contexto ao seu redor, o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre temas socialmente relevantes, a compreensão de coletividade, a capacidade de ser flexível, compreendendo distintas demandas de grupos sociais diferentes (Vitorino, 2016c).

Assim, a “dimensão política diz respeito ao compromisso político, ou seja, à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres, indica uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades concretas do contexto social.” (Vitorino, 2016c, p. 394). Indica dessa forma uma visão crítica acerca das necessidades de ações e compromisso social em todas as esferas da vida. No escopo da dimensão política da competência em informação é possível evidenciar a participação dos sujeitos na transformação da realidade, e diz respeito necessariamente sobre o uso da informação, em uma perspectiva coletiva e, portanto, política, para alcançar essa transformação (Souza; Bahia; Vitorino, 2020).

Ainda sobre estas dimensões, é válido pontuar que há diversas habilidades, conceitos e atitudes ligadas às distintas dimensões da competência em informação. Reforçamos que os constructos teóricos da competência em informação não devem se limitar às pesquisas que visem a formação dos sujeitos para atuação em setores

específicos da sociedade, já que a informação é parte dos seus diferentes papéis desenvolvidos na sociedade, e a competência em informação pode ser relevante na formação de indivíduos capazes de utilizar essa informação para atuação social, política, econômica, entre outras.

A competência em informação consiste em um conjunto processual de práticas de aprendizagem, cujo desenvolvimento promove às pessoas condições de compreensão da realidade, que requerem distintos pontos de vista, que possam questionar com base em informações as suposições e ortodoxias, inclusive as suas, e que por fim possam atuar de forma comprometida e ativa na sociedade. Trata-se de um processo que contribui para combater a exclusão social, fornecendo aos grupos marginalizados ou vulneráveis melhores condições de agir para transformação de suas realidades (CILIP, 2018; Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021).

Conforme colocado por Oliveira e Vitorino (2016), as dimensões técnicas, estética, ética e política apresentam individualmente suas características principais e relevância próprias, de maneira a, em uma relação de equilíbrio e coexistência, serem as bases para o desenvolvimento da competência em informação nos sujeitos. Vitorino (2016c) ainda complementa que a sintonia entre o individual e o coletivo deve ser considerada aspecto essencial para que de fato se estabeleça uma formação da competência em informação.

Em síntese, é possível considerarmos que as dimensões da competência em informação devem ser fomentadas, tendo em vista a formação multidimensional dos sujeitos, de maneira a lhes dar condições de agir sobre suas histórias. Sendo desse modo, fator chave no que tange à formação do pensamento crítico e reflexivo e, conseqüentemente, no combate à vulnerabilidade social e de informação, dando aos grupos marginalizados ferramentas potenciais de ação para a mudança social.

3.4 DAS CRÍTICAS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO A UMA PROPOSTA DE COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

Vitorino e Piantola (2009) quando apresentam as dimensões da competência em informação, tratadas na sessão anterior, também fazem menção a uma abordagem com foco na perspectiva crítica para a competência em informação. Essa é a primeira menção que se tem conhecimento da *critical information literacy* em documentos brasileiros. Nessa oportunidade, as autoras apontam que “muitos desses

estudos baseiam-se na vertente da teoria crítica, que postula a educação emancipatória e a experiência formativa.” Elas também apresentam as bases teóricas que sustentam uma perspectiva crítica da competência em informação, sendo elas a Pedagogia Crítica de Paulo Freire, e a teoria crítica da sociedade.

Posterior a essa publicação, a *critical information literacy* aparece novamente em publicações brasileiras em 2015, em um texto desenvolvido por Bezerra, apresentado no Enancib, utilizando pela primeira vez o termo “competência crítica em informação” (CCI). Nesse texto o autor indica que o uso do termo competência utilizado no trabalho se refere “[...] aos conhecimentos, capacidades e aptidões que habilitam os indivíduos para a pesquisa, a formação de opinião, o debate e a tomada de decisão nas mais diferentes esferas da vida, e não apenas no ambiente profissional” (Bezerra, 2015, p. [4]).

No mesmo sentido, ele aponta que “a competência em informação é uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade livre e democrática, na qual os indivíduos possam fazer escolhas mais conscientes que ampliem a autonomia do curso de suas vidas.” No entanto, é essencial que para que a competência alcance seu status, pesquisadores e profissionais identifiquem fatores ideológicos na produção e disseminação da informação, abrindo espaço para vozes dissonantes (Bezerra, 2015, p. [14]).

A competência crítica em informação se utiliza do aparato teórico apresentado internacionalmente pela *critical information literacy* e aqueles da pedagogia crítica de Paulo Freire. Além destes, a competência crítica em informação no Brasil, diferente da sua equivalente estrangeira, se apoia também nas análises empreendidas no campo da Teoria Crítica, corrente de pensamento em que os maiores representantes são os filósofos e sociólogos da Escola de Frankfurt como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin, entre outros.

Bezerra e Beloni (2019) nos lembram que o pensamento crítico tem sua origem na antiguidade clássica registrada no pensamento de Sócrates, a etimologia da palavra crítico vem do grego *kritikos* (κριτικός), que significa as condições de julgamento e discernimento. Essa concepção crítica vai ser central na tradição da filosofia alemã, com o desenvolvimento do pensamento de Kant, que em 1781, em seu livro *Crítica da Razão Pura* “[...] desenvolve uma teoria do conhecimento em que a ‘crítica’ é personificada em uma espécie de juiz, a arbitrar sobre as potencialidades e limitações da capacidade humana de conhecer.” (Bezerra; Beloni, 2019, p. 218)

O desenvolvimento desta concepção crítica desagua nas postulações desenvolvida pelos Frankfurtianos. Max Horkheimer, em 1937, publica aquele que é considerado o documento inaugural da Teoria Crítica, “*Teoria tradicional e teoria crítica*”. Neste texto, Horkheimer (1980, p. 136) aponta que a função da Teoria Crítica

[...] torna-se clara se o teórico e a sua atividade específica são considerados em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma.

No Brasil, Bezerra e Beloni (2019) argumentam que o movimento crítico se manifesta nas obras do educador Paulo Freire, através da Pedagogia Crítica. Freire, além de propor um método para alfabetização de trabalhadores, estabelece um diagnóstico das contradições educacionais no Brasil, e indica quais obstáculos impedem a educação brasileira de se apresentar como projeto de emancipação social.

Leckie, Given e Buschman (2010) organizam quatro princípios da teoria crítica tal como se apresenta na contemporaneidade, são eles: I) a história é feita pelas pessoas e ao mesmo tempo modela suas vidas produzindo resultados imprevistos e não-intencionais; II) o modo de produção, como ele existe nas diferentes sociedades, está impregnado em todos os aspectos da sociedade (e vice-versa) e não pode ser analisado independente da cultura; III) O conhecimento é socialmente construído e só pode ser entendido em seu contexto sociocultural; IV) A crítica deve fazer uma análise dos fenômenos sociais ao mesmo tempo que reconhece não ser nem neutra nem estar acima da realidade social analisada.

Na Ciência da Informação as contribuições da Teoria Crítica, conforme argumenta Bezerra (2015), são relacionadas a teoria da práxis, e do campo cultural como espaços simbólicos de organização das diferenças sociais. Para o autor essas são questões fundamentais para pensar sobre o campo da informação, tal como o conceito de regime de informação, que destacam questões econômicas, política, de produção, circulação e utilização da informação. Na mesma medida, pode contribuir com a construção de habilidades relacionadas à busca e apropriação da informação, que também devem considerar esses aspectos para que possam de fato compreender a realidade e agir de maneira informada sobre ela.

Segundo Borges (2022) um movimento pela *critical information literacy*, no cenário internacional, começa a se desenvolver no início dos anos 2000, este estabelece uma crítica às concepções de ensino e à prática da competência em

informação, que teria um caráter instrumental que se direcionava para o desenvolvimento de habilidades técnicas e operacionais. Em contrapartida, uma perspectiva crítica, voltava-se para o desenvolvimento da prática informada pela teoria, em um círculo de retroalimentação, como uma forma dos sujeitos irem além de uma reflexão crítica, mas “[...] rompam ativamente com os modos de produção de informação dominantes, a fim de desafiar as estruturas de poder opressoras”. (Downey, 2016, p. 18).

Em sentido semelhante, Vitorino e Piantola (2009) falam de uma concepção crítica para a competência em informação, que vai desde saber como usar as tecnologias de informação, passando pelo acesso à informação, até uma reflexão mais profunda sobre a natureza da informação, os aspectos que a estruturam, assim como seu contexto, impacto social, cultural filosófico, “[...] que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente” (Vitorino; Piantola, 2009, p. 138).

Nesse escopo identificamos uma incidência de uma concepção crítica no terreno da competência em informação, para Elmborg (2006) a competência crítica em informação envolve tanto a compreensão de como os sistemas de produção, organização e compartilhamento da informação funcionam, como a exploração de como eles podem criar e perpetuar categorias que representam, a realidade. Dessa forma, é importante que os aprendizes compreendam os sistemas informacionais, mas não necessariamente aceitem sua visão de representação da realidade, mas a questionem.

Segundo Tewell (2015, p. 36) a competência crítica em informação leva o sujeito a examinar a “[...] construção social e dimensões políticas da informação, e problematiza seu desenvolvimento, usos e propósitos com a intenção de [...] pensar criticamente sobre essas forças e agir com base nesse conhecimento”. Dessa maneira, uma concepção crítica extrapola o processo de busca da informação, tratando também de uma análise da informação que considere aspectos como sua criação, compartilhamento, aplicação, levando em conta os aspectos sociais, políticos e econômicos envolvidos, tais como, as relações implícitas e explícitas de poder, as condições sob as quais essa informação pode ser acessada, a quem ela é destinada, quais perspectivas teóricas e filosóficas essa informação se baseia, quais grupos se beneficiam ou são prejudicados por ela.

Para Gregory e Higgins (2013) a prática da competência crítica em informação se baseia na teoria crítica e diz respeito a uma abordagem teórica que explora aspectos específicos de questões históricas, culturais e ideológicas relativa às condições sociais. Esses aspectos envolvem “[...] (1) romper o lugar-comum, (2) interrogar múltiplos pontos de vista, (3) focar em questões sociopolíticas e (4) agir e promover a justiça social [...]” e podem se aplicar também à competência crítica em informação (Lewison; Flint; Sluys, 2002, p. 382).

Schneider (2019, p. 80) reflete que a competência crítica em informação pode ser definida como

[...] a faculdade sociocognitiva que orienta nossa atenção e seleção informacionais, com base no conhecimento acurado e autorreflexivo de nossas próprias demandas [...] Essa atenção e essa seleção devem articular de modo eficiente a compreensão de nossas próprias necessidades informacionais – ou de outra ordem, mas para cuja satisfação a informação é imprescindível – com a identificação da informação capaz de supri-las, destacando-a da massa de informação relativamente irrelevante que a cerca.

A partir dessa definição é possível entender que a competência crítica em informação apresenta mais do que o desenvolvimento de habilidades para busca, seleção e uso da informação, mas uma condição cognitiva que se entrelaça com aspectos sociais, políticos e econômicos, tais como, os regimes de informação, a distribuição de informação e conhecimento no capitalismo, e o desenvolvimento do gosto autorreflexivo pela informação. Dessa forma, a competência crítica em informação, se funda como proposta crítica à competência em informação no Brasil, formulando uma proposta de práxis informacional baseada na compreensão e intervenção no real.

É possível identificar duas vertentes que se desenvolveram no campo da competência crítica em informação, a primeira visa refletir acerca de aplicações mais críticas do conceito, tal como expor condicionantes políticos, sociais, econômicos, culturais de produção e compartilhamento da informação, estabelecer uma abordagem educacional menos funcionalista, ou propostas que se proponham a questionar o processo educacional centrada na lógica do capital. Já a segunda vertente, tem como princípio estabelecer um movimento crítico aos padrões e aplicações do conceito de competência em informação (Tewell, 2015; Doyle, 2017).

Enright (2013) ressalta que mesmo com aplicação do termo crítico e seus derivados, a maioria das pesquisas ainda se furtam de formular críticas explícitas às

relações sociais capitalistas. Essa dificuldade para o autor, resulta em pesquisas que não relacionam as restrições reais da vida cotidiana das pessoas, com os aspectos informacionais emergentes impulsionados pelo capital e suas relações sociais.

Evidenciamos então, que a competência em informação, sob uma perspectiva crítica deve levar em conta que ela também se encontra em um “[...] contexto sociopolítico e, portanto, politicamente carregado. Quando limitamos seus potenciais a resultados e padrões, corremos o risco de minimizar sua localização complexa, diminuindo – se não negando – sua inerente natureza política.” (Jacobs, 2008, p. 258, tradução nossa)

Partindo dessa compreensão, Bezerra (2015) entende que a teoria crítica da sociedade tem grande contribuição para pensar questões da competência em informação, não só por desvelar as disputas sociais em torno da informação, mas por questionar as contradições do modo de produção e compartilhamento da informação na nossa sociedade. Compreendemos assim, que debates sobre produção, compartilhamento e acesso da informação, e seu desnivelamento para determinadas parcelas da população podem se somar aos debates realizados pela competência crítica em informação. Doyle (2018, p. 27) apresenta a competência crítica em informação como uma linha de estudos que:

- a) critica visões, pesquisas ou projetos ideologizantes de competência em informação; b) integra elementos da teoria crítica da sociedade e da pedagogia crítica (de Paulo Freire) em suas reflexões e práticas, e;
- c) se propõe a combater os efeitos nefastos do capital sobre a circulação de informação na sociedade.

Integrando esses três aspectos, o conceito de competência crítica em informação engloba a reflexão, a crítica e a ação. E se propõe a subsidiar ações de transformação da realidade, para além de dar condições para que os sujeitos se adaptem às exigências do capitalismo. Mas lhe oferecer condições de compreender o seu entorno, e através dessa compreensão agir para modificá-lo.

Cabe mencionar ainda a proposta de sete níveis para a competência crítica em informação proposto por Schneider (2019), que mais tarde são complementados por Bastos (2020) com um oitavo nível, e por Brisola (2021) com os níveis nove e dez, estabelecendo então 10 níveis da competência crítica em informação, sendo eles:

1. Concentração ou suspensão da cotidianidade, cujo movimento é o foco em um determinado problema, abstração da espontaneidade, do imediatismo, dos juízos provisórios, das generalizações, dos preconceitos etc.;

2. Competência instrumental, se refere aos conhecimentos dos recursos informacionais e domínio técnico das tecnologias de informação;

3. Reflexão sobre as necessidades ou gostos informacionais, o questionamento sobre as necessidades informacionais, uma reflexão sobre o quão efetivamente necessárias seriam essas “necessidades”, seguida por um exame de sua hierarquia e de suas condições concretas de satisfação;

4. Atitude questionadora diante da informação em si e sua relevância: diz respeito a um questionamento sistemático da relevância da informação e da própria noção de relevância, bem como dos mecanismos e critérios sociotécnicos de atribuição de relevância aos enunciados;

5. Atitude questionadora diante das fontes de informação: realizar um questionamento sistemático da credibilidade das fontes de informação e dos produtores de dados e metadados, critérios sociotécnicos de atribuição de credibilidade às fontes, e aos produtores de dados e metadados;

6. Estudo da ética em informação na acepção profunda do termo: reflexões sobre o bem ou o mal, resultantes dos usos da informação, com ênfase nos problemas articulados da mentira, da opressão e do sofrimento, numa perspectiva intercultural, sem perder de vista as contradições entre o singular, o particular e o universal;

7. Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação: articulação de todos os níveis anteriores em uma perspectiva emancipatória realista, bem como da própria noção de realismo (Schneider, 2019);

8. Política e de engajamento: perspectiva de engajamento que compreende a forma de inserção do sujeito na realidade, que se apresenta a partir da totalidade material e cuja aparência está impregnada de ideologia (Bastos, 2020)

9. Gênero, Feminismos e Sexualidade: construção da CCI para o fortalecimento e embasamento das lutas feministas, relacionadas a gênero e sexualidades, bem como para a emancipação e transformação social;

10. Relações Étnico-Raciais: compreender as forças hegemônicas que imperam na informação e “mascara” a informação advinda de etnias orientais, não brancas e ancestrais não eurocêntricas (Brisola, 2021).

A partir do postulado desses dois autores e uma autora, compreendemos que os níveis da competência crítica em informação consideram fatores como a ideologia dominante, conhecimentos políticos e filosóficos, preconceitos, opressões, necessidades, vontades, entre outros pontos relevantes para pensar um processo

informacional mais complexo e dinâmico. Evidenciamos que debates realizados na sessão anterior, sobre populações vulneráveis, dimensões ética, política e estética também são apresentados pela CCI, ainda que com bases teóricas e conceitos distintos, o que nos direciona para compreender preocupações mais amplas dessas abordagens para com o processo informacional.

Essa ponderação nos permite identificar que o sentido da crítica no contexto da competência em informação trata-se de olhar a informação sob uma concepção mais crítica e reflexiva, levando em conta aspectos mais complexos para além da busca e uso da informação, mas também de estabelecer uma crítica às vertentes tradicionais de competência em informação.

De Lucca (2019) pondera que a *critical information literacy* trata-se de uma crítica à compreensão da competência em informação como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para a maximização da produção. Dessa forma, entende-se que o modelo tradicional de competência em informação desenvolve uma missão capitalista, de “[...] maximizar a produtividade e criar força de trabalho competitiva no século vinte e um” (Elmborg, 2012, p. 87, tradução nossa), assim como reforça o discurso hegemônico no sistema capitalista (Tewell, 2015).

Em compreensão semelhante, Doyle (2018) entende que os estudos tradicionais da competência em informação, tal como foram desenvolvidos, em grande parte são reforços da ideologia dominante. Isso porque tem, de forma sistemática, desconsiderado aspectos como as realidades materiais da produção de informação, e sendo utilizados para formar usuários majoritariamente para fatores relacionados ao mercado de trabalho e a produção.

Entende-se que a competência em informação, sob sua alcunha crítica, se difere de definições, padrões e modelos, na medida em que considera “[...] os sistemas sociais, políticos, econômicos e corporativos que têm poder e influência sobre a produção de informação, disseminação, acesso e consumo.” É possível compreender que há uma limitação da competência em informação quando seu potencial se relaciona apenas com resultados, padrões e modelos prontos, correndo o risco de minimizar aspectos complexos que agem sobre o universo informacional e independem de características individuais dos sujeitos (Gregory; Higgins, 2013, p. 4).

A crítica envolve um processo complexo de questionamento coletivo no que se refere aos processos informacionais, desenvolvendo uma consciência sobre a informação, tornando assim a aprendizagem um “[...] processo essencialmente

humanístico de engajar e resolver problemas significativos no mundo” (Elmborg, 2006, p. 198). É possível compreender que a competência crítica em informação abrange aspectos como ideologias sociopolíticas que fazem parte da economia da informação e suas ideias (Kapitzke, 2003).

De maneira geral, ainda que o termo “crítico” seja aplicado com frequência no Brasil e em outros países, a opção pelo termo nem sempre se relaciona com uma abordagem teórica contextualizada à teoria ou à pedagogia crítica, com exceção de alguns artigos estrangeiros voltados para a Pedagogia Crítica de Paulo Freire. Bezerra e Beloni (2019) identificaram que o termo crítico aparece, majoritariamente, nas pesquisas mais citadas no campo da competência em informação, referindo-se às questões como pensamento crítico e orientações para avaliar criticamente a informação, sem maiores reflexões sobre a natureza filosófica e científica de uma concepção crítica. Os autores compreendem que de maneira geral o sentido da “crítica” adotada no campo da competência se assemelha ao denotativo de julgamento.

Não obstante, entendemos que o sentido crítico aliado à competência em informação deve apresentar mais do que formulações teóricas gerais, indicando critérios e propondo ferramentas e estratégias para tal avaliação crítica. Para tanto, importa a produção de diagnósticos a respeito das formas e canais pelos quais a informação circula, seus condicionantes sociais (econômicos, culturais e políticos) e os obstáculos que se impõem contra a autonomia dos indivíduos no regime de informação vigente. É desse modo que a perspectiva de uma competência *crítica* em informação pode impulsionar a reflexão teórica e a práxis emancipatória que lhe conferem sentido. (Bezerra; Beloni, 2019, p. 220-221)

Torna-se nesse contexto, importante demarcar as correntes de pensamento adjacentes ao conceito da crítica, desta forma indica-se que os teóricos da competência crítica em informação voltam-se para a mudança da realidade, e nesse sentido concedem à competência em informação um papel social como ferramenta “[...] na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas.” (Vitorino; Piantola, 2009, p. 136).

Nesse mesmo sentido, Bezerra, Schneider e Saldanha (2019) ponderam acerca da competência crítica em informação, que visa superar perspectivas tradicionais que se voltam para uma formação eminentemente instrumental de seus

conceitos e aplicações, e estabelece o aprendizado como aquisição de habilidades, muitas vezes de maneira maquínica, operacional e voltada sobretudo para atuação no mercado de trabalho.

Compreendemos a partir de Doyle (2017) que o desenvolvimento de uma perspectiva crítica para a competência em informação não diz respeito apenas ao relacionamento dos sujeitos com a informação, mas envolve, em certa medida, todos os aspectos da vida social, cultural, política e econômica. Dessa maneira, a competência crítica em informação se apresenta como uma proposta divergente dos modelos e padrões tradicionais presentes majoritariamente nessa temática.

As construções teóricas realizadas baseadas na Pedagogia Crítica e Teoria Crítica moldam, em parte, a concepção que esses autores têm do mundo, e de como a informação impacta a vida dos sujeitos. Inferimos a partir do debate realizado aqui, que a crítica proposta pelos diversos autores não diz respeito apenas ao pensamento crítico, ou uma crítica à própria competência em informação, mas se trata de correntes teóricas e filosóficas, cuja proposta também consiste em estabelecer uma crítica sobre o sistema capitalista. Entendemos a partir desse ponto, que é sustentado sobre essa crítica que os autores realizam propostas de intervenção da competência crítica em informação para desvelar os condicionantes ideológicos relacionados à informação.

Por fim, evidenciamos que os debates sobre a competência em informação, principalmente em suas abordagens mais recentes, figuram o campo do compartilhamento da informação e do conhecimento, e refletem sobre questões pertinentes ao campo da CI. Entendemos que pensar sobre a informação, suas características, formas de busca e acesso e seu papel na sociedade é essencialmente campo de debate da Ciência da Informação, é nesse campo de debate, que a competência em informação se apresenta, como possibilidade de pensar os processos informacionais, sobretudo a partir das unidades de informação e sua capacidade de agir sobre tais questões.

Ponderamos, que conforme evidenciado por Miranda (2020, 2022) a Teoria das Competências não é algo específico da Ciência da Informação, entendemos, no entanto, que há especificidades teóricas e históricas da competência no campo da informação, essa especificidade está não apenas na compreensão do que é competência, mas na compreensão do que é informação e, conseqüentemente, nas reflexões em torno do objeto de estudo da Ciência da Informação. Pensando nisso, o próximo capítulo visa apresentar a Epistemologia Social no campo da Ciência da

Informação, e as especificidades de pensar uma competência em informação a partir dessa perspectiva.

4 EPISTEMOLOGIA SOCIAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

“É, pois, o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” - Dermeval Saviani

Depois da Segunda Guerra Mundial, novas técnicas relacionadas a informação se tornaram parte da atuação de bibliotecários estadunidenses, voltando as investigações para a recuperação da informação. O desenvolvimento das tecnologias de informação impactou consideravelmente a profissão do bibliotecário, além desses aspectos, o montante informacional levou a comunidade científica a se reunir em Londres em 1948 para a *Royal Society Scientific Information Conference* e em Washington em 1958 para a *International Conference on Scientific Information*, identificando a necessidade de direcionar atenção de bibliotecários e agências informacionais para a informação científica (Zandonade, 2004).

É nesse contexto que Egan¹⁹, e principalmente Shera²⁰, passaram seus anos de investigação. Em 1952, Egan e Shera publicaram o artigo intitulado “*Foundations of a Theory of Bibliography*”, onde debatem os fundamentos para uma teoria da bibliografia e identificam uma lacuna no cenário disciplinar desse campo, cujo preenchimento seria realizado com uma nova disciplina, a qual eles dão o nome de “Epistemologia Social” (Egan; Shera, 1952).

Cabe estabelecer que a palavra “epistemologia” relaciona-se a gnosiologia, teoria do conhecimento e a filosofia da ciência. Ou seja, trata de estudar as questões que se relacionam com o conhecimento. Já a palavra “social” remete aquilo que pertence à sociedade, ou seja, sua estrutura e condições, e, também diz respeito a

¹⁹ Margaret Elizabeth Egan foi uma bibliotecária e pesquisadora, estadunidense nascida em 14 de março de 1905, em Indianápolis. Egan, trabalhou como consultora de leitores na Biblioteca Pública de Cincinnati, se pós-graduou no Departamento de Estudos Gerais da Universidade de Yale e no *Graduate Library School* (GLS) da Universidade de Chicago, atuou como docente na GLS, e na Escola de Biblioteconomia da *Western Reserve University em Cleveland*. Egan morreu de ataque cardíaco em janeiro de 1959, aos 53 anos. Durante seu tempo atuando na GLS, Egan foi colega de sala de Jesse Shera.

²⁰ Jesse Hauk Shera, foi um bibliotecário e cientista da informação norte-americano, se formou na Universidade de Yale, com mestrado em língua e literatura inglesa. Trabalhou como catalogador assistente na Biblioteca da Universidade de Miami e como bibliógrafo e assistente de pesquisa na Fundação Scripps de Miami. Shera frequentou a GLS de Chicago como estudante de doutorado, graduando-se com Ph.D. em 1944. Posteriormente serviu em Washington, DC, como chefe do Projeto de Censo da Biblioteca do Congresso e, posteriormente, no Escritório Federal de Serviços Estratégicos. Quando retornou a Chicago, foi nomeado como diretor de bibliotecas da universidade, e professor na GLS. Em 1952, Shera foi nomeado reitor da Escola de Biblioteconomia da Western Reserve, e anos depois Egan se juntou a ele como docente da instituição. Shera faleceu 23 anos após Egan, em 1982.

análise ou estudo de questões da sociedade (Abbagnano, 2007). Em termos gerais, é possível entender que a Epistemologia Social, trata-se então de uma compreensão do conhecimento relacionado a sociedade.

Egan e Shera (1952), no texto inaugural, relacionam a Epistemologia Social com a economia, sociologia, psicologia, e epistemologia tradicional, eles entendem que tal qual o campo de estudos da economia surgiu como resultado da complexificação da produção e distribuição de produtos materiais. A Epistemologia Social surge como uma disciplina, como resultado da complexificação da produção, distribuição e utilização de produtos intelectuais. Os autores, indicam que a, assim chamada Epistemologia Social, compreende o estudo dos

[...] processos pelos quais a sociedade como um todo busca alcançar uma relação perceptiva ou compreensiva com o meio ambiente total. mental-físico, psicológico e intelectual. A derivação do termo é facilmente perceptível. A epistemologia é a teoria ou ciência dos métodos e do conhecimento, especialmente no que diz respeito aos limites e validade do conhecimento; e por meio dela o filósofo busca uma compreensão de como o indivíduo alcança uma relação perceptiva ou de conhecimento com seu ambiente. A Epistemologia Social simplesmente eleva a disciplina da vida intelectual do indivíduo para a da sociedade, nação ou cultura. (Egan; Shera, 1952, p. 132)

Para os autores, essa nova disciplina seria fundamentada por quatro suposições básicas (Egan; Shera, 1952, p. 132-133):

- 1) o indivíduo pode entrar em uma relação de saber sobre o seu ambiente imediato, ou parte da totalidade de seu ambiente com o qual ele possui contato;
- 2) que os registros do conhecimento desenvolvidos pela humanidade permitem que o indivíduo possua aproximadamente um mesmo tipo de relação com a parte do ambiente total que está além da sua experiência imediata, mas é capaz de compreendê-la, pois os símbolos culturais e linguísticos presentes nos registros permitem que essa experiência não imediata também se torne sua experiência. Podemos entender assim, que os seres humanos são capazes de realizar um síntese intelectual de seu ambiente, e esse ambiente através dos registros pode incluir a experiência imediata e a experiência mediada pelos signos;
- 3) coordenando distintos conhecimentos de um conjunto de indivíduos, a sociedade pode conhecer mais do que o indivíduo sozinho, ou a soma de seus conhecimentos com os demais;
- 4) a ação social, refletindo a ação intelectual coletiva, consegue ultrapassar a ação individual, pois os seres humanos encontram-se em um ambiente amplo e

complexo, que não pode ser totalmente compreendido individualmente.

Conforme argumenta Vieira (2019) a Epistemologia Social, ainda pode ser

[...] para a Biblioteconomia compreendida como ciência e de tal forma defendida pelos teóricos da Escola de Chicago. Assim, os bibliotecários que comumente eram apenas categorizados como técnicos, deveriam se inserir no campo científico, refletindo, promovendo e fomentando discussões acerca de um fazer biblioteconômico voltado a suprir as demandas sociais de informação. Por meio da Epistemologia Social, Shera e Egan conseguem promover teoricamente uma vertente pragmatista nos pilares da Biblioteconomia contemporânea.

Egan e Shera propunham que a Epistemologia Social se direcionasse para uma ação social inteligente, de maneira a possibilitar que sistemas bibliográficos fossem planejados e implementados em nível coletivo, de modo que componentes individuais sejam coordenados e integrados, visto que “[...] a ação coletiva, e não individual, é cada vez mais a força determinante vital no mundo para a formação da sociedade contemporânea” (Egan; Shera, 1952, p. 134, tradução nossa).

Para tanto, eles propõem duas áreas de investigação para o desenvolvimento desse novo campo, sendo elas a análise situacional e a análise da unidade de informação, sendo que a segunda se divide entre: a) analisar unidades separadas de informação e; b) compilação de estatísticas contínuas para índices de produção, fluxo e consumo do conteúdo bibliográfico.

É possível argumentar nesse sentido, que a análise situacional é “[...] uma análise completa dos tipos de informação, conhecimento e insights desenvolvidos por todas as ciências ou disciplinas que contribuem e são aplicadas em cada um dos muitos pontos focais da atividade humana.” (Egan; Shera, 1952, p. 135, tradução nossa). Para Furner (2004), hoje podemos chamar a análise situacional proposta pelos autores, de análise das necessidades de informação, na qual metodologias são desenvolvidas para classificar situações com base nas necessidades de informação apresentadas pelos sujeitos.

Já no que refere-se à análise da unidade de informação, esta envolve “[...] técnicas para a descrição precisa das muitas ‘unidades de pensamento’ que compõem o fluxo de informação, assim como a criação de um método para identificar classes dessas unidades, através do uso de símbolos.” (Egan; Shera, 1952, p. 136). Conforme aponta Furner (2004) esse entendimento dos autores é o que hoje poderíamos entender como organização do conhecimento. Isto porque Egan e Shera entendem que “[...] os resultados desse tipo de análise são essenciais não apenas para o

desenvolvimento de sistemas automatizados de recuperação de informações, mas também para a compilação de estatísticas sobre a produção, distribuição e utilização de documentos.”, sendo esses métodos o que hoje chamaríamos de bibliometria (Furner, 2004, p. 794).

Dessa forma, Furner (2004) evidencia que Egan e Shera, explicitam o objetivo da atuação bibliotecária, ou seja, a ação social informada. E os produtos intelectuais cuja produção, distribuição e utilização são os objetos de análise da nova disciplina. Nesse cenário, a estrutura teórica da epistemologia social é uma proposta para o “estudo do comportamento de busca da informação, organização do conhecimento e bibliometria, definindo o cenário para o tratamento subsequente dessa estrutura como base teórica para Biblioteconomia e Ciência da informação.” (Furner, 2004, p. 794).

Bozzetti e Saldanha (2017) colocam que a Epistemologia Social como base gnosiológica para a Biblioteconomia, para a Documentação e para a Ciência da Informação, onde Shera (1973) chama a atenção para o processo e modo de constituição social do campo. Sob esse prisma, indica-se que Egan e Shera compreendiam os documentos como os meios através dos quais os atores conhecem situações que se encontram além de sua experiência perceptiva imediata, enquanto a bibliografia é entendida como os meios através dos quais o conhecimento da sociedade é coordenado e integrado de maneira que todos possam apreendê-lo. Nesse interim, é possível ponderar que a bibliografia sobre o conhecimento é produto intelectual cuja produção, distribuição e utilização são os objetos de análise da nova disciplina (Furner, 2004). Diante disso, é possível ponderar que a Epistemologia Social seria uma filosofia da ciência, que estuda o conhecimento e sua relação com a estrutura social e com a construção coletiva (Bozzetti; Saldanha, 2017).

Silva (2014) argumenta que a constituição da Epistemologia Social como nova disciplina, pretende reduzir a distância entre o pensamento e a ação, a teoria e a prática, a intuição e o empirismo, a fundamentação técnica e a social. De maneira que seja possível investigar os sistemas sociais em sua plenitude intelectual e psíquica, visando assim, o desenvolvimento de concepções para construção do conhecimento. Sobre isso, o autor disserta que a Epistemologia Social

[...] levanta a hipótese relacional entre experiência – ser socialmente – historicidade considerando que a partir das experiências humanas atuais e anteriores é possível estabelecer interações que permitam a formação de um conjunto mais consistente para construção do conhecimento. Uma grande contribuição de Shera, é dar a Biblioteconomia e a CI subsídios para pensar as relações entre

informação e sociedade no sentido de compreender como a informação pode interferir nas relações sociais e, por conseguinte, nas construções e classificações mentais de saberes. (Silva, 2014, p. 175)

Dessa maneira, o entendimento da Epistemologia Social é a análise da prática informacional a partir de uma justificação social. Mesmo que ações como catalogar, classificar, representar, sejam vistas como tarefas técnicas, essas são atividades institucionalizadas por aspectos filosóficos visando a resolução de problemas sociais. A partir da Epistemologia Social esses fatores são subprodutos teóricos, já que os “[...] fenômenos, inclusive os de natureza técnica, só podem ser compreendidos em sua condição de transformação, em sua realidade viva e mutável, em sua experiência.” (Bozzetti; Saldanha, 2017, p. 85).

Além das contribuições realizadas por Egan e Shera, em torno de uma Epistemologia Social direcionada ao conhecimento e a bibliografia, outros pensadores também desenvolveram debates sobre a temática. O tema surgiu como tal na área epistemológica em 1987, quando a revista *Synthese, An International Journal for Epistemology, Methodology and Philosophy of Science*, publicou um número sobre “*Social Epistemology*”.

Para Schmitt (1998, p. 828 *apud* Zandonade, 2004)

A Epistemologia Social é o estudo conceitual e normativo da relevância para o conhecimento das relações sociais, interesses e instituições. Deve, portanto, ser distinguido da sociologia do conhecimento, que é um estudo empírico das condições sociais contingentes ou causas do que é comumente considerado conhecimento. A Epistemologia Social gira em torno da questão de saber se o conhecimento deve ser entendido individualista ou socialmente.

Goldman (2001, local. 3) olha para a Epistemologia Social como um “estudo das dimensões sociais do conhecimento ou da informação.” Segundo o autor, não há consenso sobre o que compreende o termo conhecimento e qual alcance a perspectiva social possui nesse contexto, desta forma, ele argumenta sobre um obstáculo para compreender o propósito desse campo de estudos. Ele ainda complementa que alguns pesquisadores entendem que a Epistemologia Social “[...] deveria manter a mesma missão geral da epistemologia clássica, renovada no reconhecimento de que a epistemologia clássica era muito individualista.” Outros, no entanto, argumentam que essa disciplina “[...] deveria ser um afastamento mais radical da epistemologia clássica, uma disciplina sucessora que substituiria a epistemologia como tradicionalmente concebida.” (Goldman, 2001, local. 3).

É no contexto destes debates do campo da epistemologia, que Fuller inicia suas reflexões acerca de uma Epistemologia Social. Para o autor, a Epistemologia Social seria um

[...] movimento intelectual de ampla proveniência interdisciplinar que tenta reconstruir os problemas da epistemologia uma vez que o conhecimento é considerado intrinsecamente social. Muitas vezes é visto como política científica filosófica ou a ala normativa dos estudos científicos. Com origem em estudos de produção de conhecimento acadêmico, a Epistemologia Social passou a abranger o conhecimento em ambientes multiculturais e públicos, bem como a conversão do conhecimento em tecnologia da informação e propriedade intelectual. (Fuller, 1999, p. 801 *apud* Zandonade, 2004, p. 827)

A concepção de Epistemologia Social de Fuller pode ser dividida em quatro afirmações e uma questão final: (Zandonade, 2004, p. 824-825).

- I. Muitos seres humanos buscam o conhecimento.
- II. Cada ser humano trabalha em um corpo de conhecimento mais ou menos definido.
- III. Cada ser humano está equipado com aproximadamente as mesmas capacidades cognitivas imperfeitas.
- IV. Os seres humanos têm vários graus de acesso aos conhecimentos epistêmicos das atividades uns dos outros.

Diante dessas proposições, como deve ser organizada a busca do conhecimento? Na perspectiva de Fuller (1987) essa questão pode ser investigada através de abordagens da sociologia do conhecimento e outras ciências do campo social, e por meio dos resultados gerados a epistemologia pode descrever como os seres humanos costumam buscar o conhecimento, estabelecendo assim concepções para a busca do conhecimento.

Além desses fatores relevantes no campo da epistemologia, algo nos é essencial na obra de Fuller. O autor entende a Epistemologia Social como um desenvolvimento filosófico desde Kant e a relaciona com a “sociologia do conhecimento”. Nesse contexto o autor fala sobre uma confusão entre o termo conhecimento nas línguas anglófonas. Isto porque, para as principais línguas europeias, as palavras inglesas *know* e *knowledge* cobrem, conforme argumenta Fuller (2001), um campo semântico muito amplo para propósitos filosóficos, ou seja, a palavra inglesa '*knowledge*' refere-se aos objetos da consciência e da ciência. Russell reconheceu esta questão quando distinguiu entre 'conhecimento por contato' e 'conhecimento por inferência'.

Retrospectivamente, é irônico que Russell tenha extraído apoio retórico a partir dos rigores positivistas lógicos contra a reificação da

linguagem natural. Um falante de alemão ou francês poderia facilmente ver que somente um anglófono como Russell poderia ser enganado pelo uso homônimo de 'knowledge', para concluir que 'knowledge by acquaintance' e 'knowledge by inference' devem ter algo em comum, que é captado pela palavra 'knowledge'. Mas o que é confuso em inglês é claramente sinalizado em alemão e em francês – para não falar em latim e grego. As distinções relevantes entre conhecimento por contato e conhecimento por inferência são Erkenntnis/Wissenschaft, connaissance/savoir, cognitio/scientia, nous/episteme. Em outros termos, a palavra inglesa 'knowledge' deve cobrir os objetos tanto de consciousness quanto de science. No entanto, a primeira está normalmente concentrada no espaço mental de um indivíduo, enquanto a segunda está distribuída numa comunidade de colaboradores. (Fuller, 2001, p. 155)

Para pensar sobre tal questão, Fuller propõe duas estratégias acerca do conhecimento, que diferenciam suas noções individuais e coletivas. A estratégia A, estrutura-se em uma afirmação de que conhecemos melhor aquilo que mais tem contato conosco, ou seja, nossa mente. A partir disso questiona, como eu determino se outras coisas existem se eu não posso conhecê-las tal como conheço minha mente?

A estratégia B parte da compreensão de que os seres humanos têm experiência semelhantes vivendo no mesmo mundo, ainda assim as pessoas articulam suas próprias compreensões. A partir dessa afirmação, o autor questiona: o que explica as diferenças no acesso à realidade comum, e o que possibilita ignorá-las visto que nosso próprio acesso é compartilhado?

A partir dessas estratégias, Fuller (2001, p. 2) compreende que o primeiro caso está diretamente relacionado à mente humana e sua capacidade de conhecer e de apreender o conhecimento do mundo. O segundo caso, é a compreensão de que os aspectos do mundo, em um primeiro momento impactam o que a gente conhece. Ou seja, na estratégia A “[...] o problema torna-se uma questão de sair do lado de fora da própria cabeça (isto é, envolver-se num ato de conhecer)”. Já na estratégia B, se apresenta como “[...] uma questão de administrar certos produtos e processos (isto é, ter acesso ao conhecimento)”.

Tendo essas ponderações, Fuller (2001, p. 3 - 4) indica que

A Epistemologia Social pode ser entendida como operando em dois níveis ao mesmo tempo. Não somente adota a Estratégia B, mas também enquadra a diferença entre a Estratégia A e B daquele ponto de vista. Incluso aqui se situa o naturalismo da Epistemologia Social, ou seja, a idéia de que o conhecimento não pode ser sobre o mundo, a menos que esteja claramente situado no mundo (Fuller, 1992).

Contrariamente às aparências, as epistemologias não são criadas num vácuo a partir de primeiros princípios, mas em resposta àquilo que já está acontecendo.

Os debates epistemológicos de Fuller acerca da compreensão do conhecimento são relevantes para pensar aspectos teórico-epistemológicos desenvolvidos no campo da Ciência da Informação, ademais o posicionamento da Epistemologia Social nessa compreensão também se apresenta como fator chave para pensar debates epistemológicos, metodológicos e práticos relacionados ao objeto da área. Para Zandonade (2004) esse debate terminológico realizado por Fuller, pode contribuir para as reflexões da Ciência da Informação sobre a distinção entre informação e conhecimento.

Nesse aspecto, Shera também traz debates relevantes, já que é inflexível em posicionar a distinção entre conhecimento e informação. Para ele a informação é o estímulo que percebemos através dos nossos sentidos, é essa entidade intelectual que recebemos, o bloco para construção do conhecimento (Shera, 1972). Já o conhecimento é mais do que um objeto da cognição, ele tem sido submetido a um tipo de filtragem através de um sistema de valores da sociedade, em outras palavras, é considerado significativo através de algum processo socialmente acordado (Shera, 1977). O autor evidencia que a

A palavra informação é um substantivo coletivo para uma parte da soma total do que pode ser conhecido e, em nossa opinião, é um mau uso empregá-la para representar a totalidade do conhecimento [...] o conhecimento, por outro lado, é aquilo que um indivíduo, um grupo ou uma cultura 'sabe'. (Shera, 1972, p. 117)

As múltiplas concepções científicas da Ciência da Informação, podem ser visualizadas a partir da pluralidade teórico conceitual do objeto da informação estabelecido pela literatura da área. Os conceitos, nesse contexto, são representações simbólicas da ideia do objeto “informação” e significam constructos elaborados intencionalmente à luz de um marco teórico e, portanto, expressam a perspectiva teórica, filosófica e ideológica de uma configuração científica em específico (Rabelo, 2008; De Lucca; Vitorino, 2020).

Em torno do debate sobre informação, evidenciamos que este é constante no campo da Ciência da Informação. Buckland (1991) no artigo “*Information as thing*” reflete sobre essa temática, refletindo que qualquer coisa material ou imaterial poderia ser considerada informação, pois tudo por ser assimilado pelos seres humanos, em meio a tal argumento ele destaca três concepções de informação no campo da Ciência da

Informação.

- I. Informação-como-processo: o ato de informar, comunicação do conhecimento ou novidade de algum fato ou ocorrência;
- II. informação-como-conhecimento: o conhecimento comunicado que é apreendido e assimilado pelos sujeitos;
- III. informação-como-coisa: a informação é entendida como aquilo que pode ter caráter informativo, para além do intangível também no campo tangível.

O autor ainda complementa indicando as condições de observação da informação, sendo assim a informação como evidência e informação por consenso. Na primeira, a relaciona com as informações assimiladas de um evento ou objeto, e a segunda, com um consenso compartilhado coletivamente que valida determinada informação em um determinado contexto. Refletindo sobre a terceira proposição de Buckland, Frohmann (2009) debate o documento, e destaca que a informação se relaciona com seu contexto e às práticas políticas, sociais e culturais, de maneira tal que o conceito de informação, somado a essas práticas se materializa no documento. Para Martins (2015, p. 15) a informação na perspectiva social da CI, pondera que a informação, como

[...] objeto da Ciência da Informação, não se apresenta, portanto, como dado objetivo ou ‘coisa’, mas como construção social e simbólica, como interpretação da realidade, operada em situações concretas e demarcada pelas dinâmicas históricas, as quais são assinaladas por antagonismos e contradições.

A autora entende que ao estabelecer, teórica e epistemologicamente, a informação no campo da construção social de sentidos, que organizam a realidade, temos condições de caracterizá-la enquanto forma simbólica a partir da qual se compreende os processos de valorização econômico e social que atuam sobre distintas esferas da vida (Martins, 2015). Silva (2013, p. 45) argumenta ainda que “[...] a informação enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação está condicionada a tríplices processos - individuais, sociais e ambientais - historicamente contextualizados, no tempo e no espaço.” Ainda sobre o conceito de informação, Araújo (2014) entende que o que tem sido identificado como “informação”, aquilo que é obtido na interação entre dado e conhecimento, não é definida unicamente pelo sujeito individual, isolado, destacado do mundo e do contexto. Mas, ao contrário os contextos específicos, as realidades históricas, políticas, econômicas, culturais, são

preponderantes no processo informativo.

Sistematizando uma concepção social no campo da informação, Cardoso (1994), indica que o objeto da Ciência da Informação tem caráter dialético, sendo que para apreendê-lo é preciso considerar: a) a **historicidade** dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis os coloca em uma relação culturalmente determinada; em uma interação de produção de sentidos; b) a **totalidade** dos fenômenos sociais, enquanto totalidade entende-se a sociedade como uma estrutura orgânica, na qual o conjunto dá sentido ao fragmento, não sendo possível estudar qualquer fenômeno social isolado do contexto de sua ocorrência; c) a **tensionalidade** constante que está presente na sociedade, determinando as relações, e a produção de sentido sobre elas, entre os diversos grupos, segmentos e classes sociais que fazem da cultura – valores, crenças, práticas, conhecimentos e informações – o terreno de disputa pela hegemonia.

Partindo desses pressupostos, entendemos com base em Cardoso (1994) que uma concepção social no campo da informação, visa situar a informação cultural e historicamente em uma perspectiva socioantropológica, compreendendo nesse o trabalho de produção e compartilhamento do conhecimento como um compromisso ético que supõe a intervenção sobre o real para sua transformação. Martins (2015) advoga nesse escopo que a compreensão da informação a partir da Epistemologia Social, passa pela compreensão de sua natureza dialética e cultural, que nos permite percebê-la como parte dos processos de conflito que permeiam a construção de sentidos sobre a realidade.

Essa relação permite uma compreensão da informação para além de dado, e manifesta nesse contexto, sua ordem simbólica, que é socialmente estruturante e estruturada, atribuindo sentido, ela também, a realidade social. Em complemento, a informação, em sua dimensão de signo linguístico, carrega ideologias que refletem as estruturas sociais, desta forma, é válido compreender a informação enquanto agente simbólico de construção de sentido, que opera no âmbito da produção e reprodução social, implica levar em conta que ela não reflete a realidade, mas dialeticamente a compõe (Martins, 2015).

Assim, a informação pode ser entendida como resultado dos modos de produção de sentido que operam no contexto das representações da realidade (Martins, 2013). Mas para além disso, a informação se apresenta enquanto signo que medeia dialeticamente as relações entre aspectos da estrutura e superestrutura, entre

realidade material e realidade simbólica, entre produção e reprodução. Agindo assim, como movimento que estabelece nossa totalidade social, seja ela material ou imaterial.

Para Martins (2013, p. [8]) como

[...] forma simbólica, a informação articula, em sua processualidade linguística, arranjos de sentidos sociais que atuam na nomeação, interpretação e significação dos sujeitos frente ao real, por meio das práticas discursivas que perpassam o cotidiano e que se referem ao próprio jogo de sentidos.

A partir das reflexões empreendidas por Martins (2015, 2013) entendemos que toda informação é, em um primeiro momento, determinada pelas suas condições de produção – que por sua vez são marcadas por suas formações ideológicas – e pelas relações assimétricas de poder, removendo assim condições de neutralidade da informação. A partir desse entendimento, a informação enquanto aspecto simbólico, pode ser entendida como processo contextual, histórico, ideológico e estruturalmente forjado.

Retornando a questão do conhecimento nesse contexto, Shera (1977, p. 10) pondera que “[...] o conhecimento e linguagem são inseparáveis, pois a linguagem é a estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável e o instrumento através do qual o conhecimento é comunicado.” Assim, a linguagem enquanto signo, pode agir tanto sobre conhecimento em sua concepção individual, quanto coletivo.

Sobre tais análises acerca do conhecimento, Shera (1972) advoga que nem a epistemologia tradicional, nem a psicologia pensaram em um campo que trate de “[...] um corpo de conhecimentos sobre o próprio conhecimento [...], sobre as forças intelectuais que modelam as estruturas e as instituições sociais.” (Shera, 1972, p. 111-112). Desta forma, a Epistemologia Social, conforme proposta pelo autor pretender compreender os processos pelos quais a cultura, a sociedade ou um grupo atinge coletivamente um estado de conhecimento. Para Silva (2014), Shera visa compreender como o conhecimento de sujeitos individuais e grupos sociais, alteram as estruturas e instituições sociais e estabelecem novos conhecimentos.

Nesse sentido, a Epistemologia Social,

[...] promove uma fundamentação de cunho teórico ao processo de produção do conhecimento que interliga o conhecimento individual/físico e o conhecimento social/institucional que modificam estruturas e instituições sociais como forma de compreender a superação da percepção gnosiológica à fundamentação epistemológica do conhecimento [...]. (Silva, 2014, p. 177)

O autor, ainda adiciona que é exatamente por essa compreensão de forças intelectuais na produção, circulação e uso do conhecimento que a Epistemologia Social se caracteriza como um campo do conhecimento sobre o próprio conhecimento, pois preocupa-se por um lado com o conhecimento científico produzido, e pelo outro com “[...] o conjunto de conhecimento gnosiológicos – materiais e sociais – que regem as relações sociais e promovem base epistemológica a produção do conhecimento constituindo um viés teórico-empírico.” (Silva, 2014, p. 177)

A Epistemologia Social, nesse contexto, tem como intuito elevar os estudos sobre aspectos intelectuais, dos processos individuais para os coletivos, relacionados a uma sociedade, nação, cultura e como elas compreendem a totalidade dos estímulos que agem sobre elas. O foco da nova disciplina, esta na “produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado em todo o tecido social. De tal disciplina deve emergir um novo corpo de conhecimento e um novo sistema de interação entre conhecimento e atividade social.” (Shera, 1972, p. 112).

Vale salientar que Shera argumenta que o bibliotecário, e aqui estendemos aos demais profissionais da informação,

[...] deve preocupar-se não apenas com o que é conhecido, mas também com a condição intelectual ou estado de saber. Essa condição é tanto pessoal quanto social, e o bibliotecário deve viver em dois mundos ao mesmo tempo, o microcosmo do indivíduo e o macrocosmo da cultura em que o indivíduo deve residir e com a qual deve estabelecer uma relação harmoniosa. (Shera, 1972, p. 119)

Nesse interim, a Epistemologia Social no campo da informação, caminha na direção de compreender o conhecimento não a partir de modelos cognitivos individuais, mas de considerar tais processos a partir de suas condições culturais, coletivas e simbólicas, na qual o conhecimento desenvolve papel relevante no sentido de mediar as condições da realidade para a compreensão humana, tanto imediata quanto não imediata.

Quanto à competência em informação, nesse debate epistemológico é vista por De Lucca e Vitorino (2020, p. 22) como um “[...] movimento social e científico, que investiga os processos referentes à busca, ao acesso, à avaliação, à comunicação e ao uso da informação”, enquanto movimento científico, a competência em informação é investigada, sobretudo, no campo da Ciência da Informação, emergindo a partir do

problemas relacionados à busca e seleção de informações, em fontes formais e informais, em um contexto de sobrecarga informacional. Tais aspectos são evidenciados quando se busca mutuamente compreender, descrever ou analisar situações informacionais individuais ou coletivas.

As autoras também entendem que há relações entre o desenvolvimento da competência e da Ciência da informação, sendo que ambas se relacionam à revolução tecnológica, à sobrecarga informacional, nesse contexto, as investigações realizadas no âmbito da competência em informação, em grande parte do seu desenvolvimento científico, sofreram influências teórico-epistemológicas da CI, que desde sua origem tem realizado um profundo debate sobre seus aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos (De Lucca; Vitorino, 2020).

De Lucca e Vitorino (2020) se baseiam em Capurro (2003) e Araújo (2003) para identificar três vertentes nas quais as pesquisas em competência se baseiam, sendo elas: a vertente cognitiva, com aproximações funcionalistas e positivistas, a vertente social e a vertente crítica. Sendo que essas aproximações epistemológicas orientam as investigações nesse campo.

As autoras ainda ponderam que, embora Araújo (2003) identifica, no campo epistemológico da CI, uma corrente crítica da informação, Capurro (2003) entende que a perspectiva crítica é parte elementar do paradigma social. Para Capurro (2003) ainda que as teorias das vertentes crítica e social tenham divergências – que incluem aspectos relacionados à compreensão do espaço social –, ambas manifestam “o caráter fundamentalmente interpretativo do conhecimento” (Capurro, 2003, local. 4).

Para Correa e Castro Junior (2018) uma análise epistemológica permite identificar que os estudos da competência em informação evoluíram de abordagens mais centradas no indivíduo pautadas em teorias de aprendizagem e teorias cognitivas, para abordagens sociológicas pautadas no pragmatismo e construtivismo social. Os autores ainda indicam que, conforme Hjørland e Albrechtsen (1995), é preciso diferenciar as teorias cognitivistas de cunho mais positivista e a abordagem sociocultural, baseada em domínios específicos, como da perspectiva sociocultural.

A abordagem cognitivista tem como prioridade o entendimento das necessidades de informação do indivíduo de forma isolada, explicando o processo da aprendizagem mediante aspectos psicológicos; já a segunda perspectiva, analisa as necessidades de informação sob uma sob a lente do sociocultural, com base em teorias cognitivas socioculturais, pragmáticas e realistas. Uma abordagem

sociocultural, privilegia as interações sociais em comunidades discursivas como elemento indispensável à construção do conhecimento, construção essa, que se dá coletivamente, levando em conta a influência dos contextos social, econômico, cultural e afetivo.

Ambos os debates, realizados por Correa e Castro Júnior (2018) e De Lucca e Vitorino (2020), são importantes para as compreensões que vamos fazer a partir desse ponto. Isso porque, ao compreendermos o argumento de Capurro (2003), de que a concepção de uma linha epistemológica social e crítica não se distancia completamente, o mesmo evidenciamos no que concerne à competência em informação e a abordagem da temática utilizada nesta pesquisa. Já as colocações de Hjørland e Albrechtsen (1995) nos permitem identificar que de maneira geral a competência em informação ainda pauta grande parte de suas pesquisas em uma abordagem cognitivista, o que distancia essas pesquisas da perspectiva epistemológica defendida aqui. Soma-se a isso o fato de que a compreensão de conhecimento é divergente nas abordagens cognitiva e sociocultural, fenômeno que também impacta a competência em informação.

Nesse contexto, buscamos o argumento de Anderson e Johnston (2016, p. 132), quando mais uma vez realizamos uma diferenciação entre epistemologia tradicional e Epistemologia Social, isso, porque a “[...] epistemologia clássica concebe as questões envolvidas no nível do indivíduo e a relação entre o conhecedor e o que pode ser conhecido. Em particular, como o indivíduo adquire conhecimento e chega a um conjunto de crenças verdadeiras”. Em contrapartida, a Epistemologia Social preocupa-se com como deve ser garantido o acesso a aquisição de conhecimento socialmente acumulado e validado, garantindo que os sujeitos possam acessar concepções relevantes, entre a enorme quantidade de material registrado que está agora à disposição da sociedade (Anderson; Johnston, 2016).

Em paralelo, De Lucca e Vitorino (2020, p. 36) indicam que a competência em informação envolve “[...] as habilidades (relacionadas ao acesso), conhecimentos (relacionados à avaliação), atitudes (relacionados à aplicação da informação no dia-a-dia), e, ainda, já a incorporação de, a agregação de valores relacionados com a utilização da informação [...]”

A concepção de competência em informação apresentada pelas autoras tem lastro teórico por grande parte dos estudos brasileiros sobre a temática (Vitorino; Piantola, 2020), baseadas na definição apresentada por Dudziak (2001, p. 143) e já

mencionada nesta pesquisa, de que a competência em informação é um “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica”.

Entendemos, conforme as construções teóricas realizadas neste capítulo, a importância de diferenciar as concepções do que é conhecimento para cada corrente de pensamento. Na competência em informação, podemos identificar uma forte tendência a compreensão do conhecimento como aspecto individual, que trata do processo de internalização de conceitos pela estrutura cognitiva dos sujeitos. Indicamos que essa compreensão tem fortes relações com as próprias teorias efervescentes no campo da Ciência da Informação durante o final do século 20, momento em que a competência em informação tinha seus debates ampliados. Evidenciamos a relevância desses estudos para compreender processos de aprendizagem dos sujeitos frente à informação.

No entanto, considerando as abordagens mais contemporâneas no campo da competência em informação, e os debates realizados a partir da Epistemologia Social, podemos considerar que há outras compreensões de conhecimento que podem figurar o cenário de estudos da competência em informação. Interpretar o conhecimento como fator coletivo e social, conforme proposto por Egan e Shera, e entender o campo da Ciência da Informação como aquele responsável pela compreensão desse conhecimento e dos caminhos que ele percorre dentro da sociedade, coloca a competência em informação em um patamar mais amplo de reflexão acerca de seus processos.

Podemos entender a competência em informação, não como somatória de aspectos cognitivos, individuais e subjetivos apenas, mas como um movimento que direciona esses fatores para o acesso ao conhecimento socialmente construído e organizado, ampliando o papel do profissional da informação, como aquele que auxilia na construção das condições necessárias para busca, seleção e apreensão de informações e conhecimentos em um universo amplo e complexo, cujo acesso a esses recursos não são equitativos.

Dessa forma, entendemos que quando mencionamos que a competência em informação tem como parte a “internalização de conceitos”, sendo esse aspecto relacionado ao “conhecimento”, devemos levar em consideração as duas concepções de conhecimento indicadas por Fuller:

- I) A internalização é um processo cognitivo e individual, que ocorre na mente dos sujeitos, esse processo reflete na alteração das estruturas cognitivas ao se entrar em contato com uma informação;
- II) Os conceitos, para serem internalizados por um sujeito, precisam ser registrados, organizados e compartilhados, em forma de conhecimento socialmente construído e validado.

Essas duas formas podem exprimir a compreensão dúbia do termo conhecimento em nossa língua, mas entendemos que ambas são essenciais para uma plenitude dos estudos no campo da competência em informação. Ademais, amarramos a segunda concepção ao papel social historicamente reconhecido das unidades e profissionais da informação, sobretudo bibliotecas e bibliotecários, que, antes mesmo do surgimento da Ciência da Informação, ou da competência em informação, já se colocavam como defensores da democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

Em reforço a nosso argumento, recorreremos novamente a Shera (1972) quando pondera que a invenção da imprensa, e o “[...] crescimento do ideal democrático tornaram o problema do conhecimento e sua relação com o processo de comunicação muito mais complexo, complexidade esta que foi intensificada pelo crescimento do próprio conhecimento.” (Shera, 1972, p. 114). De acordo com o autor, é nosso papel, como profissionais e pesquisadores do campo da informação, nos preocuparmos com um corpo de conhecimentos sobre o próprio conhecimento. Visto que a maneira como o conhecimento se desenvolveu e foi ampliado, tem se apresentado como objeto de estudo há muito tempo. Mas as formas como o conhecimento é coordenado, integrado e colocado em funcionamento ainda se apresentam como um campo de investigação pouco explorado (Shera, 1972).

Para Nord (2019), a Epistemologia Social nos oferece um envolvimento com questões que também são preocupações de algumas vertentes da competência em informação. Principalmente no que tange ao reconhecimento do trabalho dos profissionais da informação ser de cunho social e democratizante. O autor entende, no entanto, que um maior olhar para a Epistemologia Social pode contribuir para ações teóricas e práticas no âmbito da competência em informação.

Nesse tocante, Anderson e Johnston (2016) evidenciam que o processo de formação dos sujeitos não passa apenas pela formação de habilidade relevantes, mas é preciso ter condições de compreender uma gama de fatores sociopolíticos que se

imbricam em nossa realidade. Tais questões trazem debates essenciais à luz da Epistemologia Social, tais como o processo de escolarização formal, domínio de categorias conceituais, aplicação de conceitos abstratos e etc.

Nessa direção, Silva (2014) pondera que a Epistemologia Social pode contribuir no debate acerca de políticas científicas, levando em conta temáticas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, tais como: o processo de comunicação científica em eventos e periódicos científicos; o uso de tecnologias em instituições de educação; formação e estruturação de bibliotecas, arquivos e museus; políticas de acesso livre em periódicos científicos; proposições para o aprimoramento das bibliotecas consideradas de cunho essencialmente educativo, como públicas, escolares e universitárias; propostas de acesso público à informação de pessoas e instituições; políticas de acesso à informação em comunidades carentes que contemplem ações modificadoras referentes ao acesso de bens básicos como saúde, saneamento, prevenção de doenças, entre outras possibilidades.

Além destes fatores, Bozzetti e Saldanha (2017) ponderam que a Epistemologia Social se torna um mecanismo conceitual que auxilia na compreensão dos embates epistêmicos da construção dos discursos científicos no campo da Ciência da Informação. Tendo em vista as disputas epistemológicas dos limites do campo da informação, a Epistemologia Social traz uma reflexão crítica sobre seus riscos e possíveis equívocos, tais como o abandono de premissas teóricas e sociais.

Para os autores

A Epistemologia Social deve fornecer as disciplinas de informação, como os sistemas bibliográficos, com o pressuposto de que as construções da mediação da informação partem de construções sociais, e devem abranger o problema da cognição, ou como o homem aprende; o problema da cognição social, ou como a sociedade aprende; e a história e filosofia do conhecimento existente em diferentes culturas, ou como a sociedade transformou seu conhecimento em memória, e como essa mesma sociedade interpreta seu conhecimento resguardado. (Bozzetti; Saldanha, 2017, p. 85).

Por fim, a Epistemologia Social pode ser entendida como conhecimento sobre conhecimento, ou seja, os meios pelos quais o registro do conhecimento pode ser entendido dentro de seu contexto. É a ação em torno do registro gráfico de tudo o que a sociedade sabe sobre si mesma e seu mundo. Incluindo aquilo que o organismo social aprendeu, tais como seus valores, sua história, sua cultura, suas imagens e sua realidade (Shera, 1968). É possível refletir que a Epistemologia Social se reflete no passado, presente e futuro do campo informacional, estabelecendo a necessidade de

uma concepção sociocultural, e afirmando, a partir de uma abordagem social para a Ciência da Informação, a relevância da dialética na relação entre “ciência e sociedade”, estabelecendo assim uma demarcação do social-informacional (Bozzettie; Saldanha, 2017).

Tendo em vista esse panorama, identificamos que a competência em informação sob uma perspectiva da Epistemologia Social, pode considerar fatores relacionados à distribuição e acesso do conhecimento, na mesma medida em que pondera sobre questões relacionadas às habilidades individuais. Entendemos ainda, que além dos debates sobre a natureza do conhecimento, essa abordagem contribui para a compreensão da informação enquanto aspecto signatário que faz parte da mediação entre aspectos estruturais e superestruturais da realidade, nos auxiliando a compreender o papel da informação nas relações sociais desiguais a qual estamos submetidos.

No mais, advogamos que a Epistemologia Social abre caminhos teóricos que nos permitem vislumbrar possíveis contribuições da competência em informação para a concepção social do campo da informação. Podemos inferir, que tal contribuição se relaciona com o acesso à informação e ao conhecimento e se calca em uma concepção coletiva e humanista do campo, que nos viabiliza superar concepções cognitivistas e individualistas sobre o processo de interação com a informação, projetando compreensões teórico epistêmicas da informação enquanto registros socioculturais.

5 DEBATES FEMINISTAS EM TORNO DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

“Mas permanece o fato de que a posse de conhecimento e restrições drásticas à sua comunicação foram meios importantes pelos quais os governantes [...] controlaram os governados, e classe social manteve seu domínio sobre classe social.” - Jesse Shera

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de acesso à informação é um direito humano fundamental. Nesse sentido, a condição de acesso à informações de caráter público e/ou social, deve ser garantida por órgãos governamentais e instituições. Além de ser considerada um direito em si, compreendemos que esse direito alcança caráter instrumental, visto que é ferramenta cotidiana para ações dos sujeitos na sociedade. Conforme argumenta a Organização Artigo 19²¹ (2015, p. 4) o direito à informação pode “[...] ser compreendido como parte de um grupo mais amplo de direitos civis e políticos, [mas também como] instrumento essencial para a proteção dos demais direitos humanos, inclusive dos direitos econômicos, sociais e culturais.”

A despeito desse discurso, que tem sido hegemônico na “sociedade da informação”, de que na contemporaneidade a informação seria direito e, portanto, acessível a todos, a informação pode ser compreendida como bem material disponível apenas para algumas parcelas da sociedade. Estas parcelas, tratam-se geralmente daqueles que possuem recursos para adquiri-la, na mesma medida em que ela é negada aos marginalizados do sistema capitalista.

Destacamos que apesar da ampliação de acesso à informação promovida a partir do século XV, os grupos minoritários têm acesso restrito às informações. Para Pinheiro (2011) desde o surgimento da imprensa de Gutenberg o acesso à materiais tem acontecido de maneira lenta e seletiva, isso porque mesmo após sua invenção era necessário ao sujeito passar pelo processo educacional. Esses fatores se mostram ainda mais perceptíveis em relação às mulheres trabalhadoras, as quais se somavam a desigualdade de classe a desigualdade de gênero de maneira que “[...] apenas às mulheres abastadas era permitido o acesso ao mundo das letras” (Pinheiro, 2011, p. 67).

²¹ “A ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.” Disponível em: <https://artigo19.org/sobre/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

Ainda que, conforme já mencionado, o acesso à informação seja um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos como essencial no que tange ao desenvolvimento de outros direitos socioeconômicos e políticos básicos, em diversos países esse direito, e seus possíveis benefícios, não alcançam plenamente metade da população, tal situação é agravada quando se considera questões de classe, populações indígenas e áreas rurais (Neuman, 2016).

Vale evidenciar que conforme colocado por McCreadiea e Rice (1999), o acesso à informação pressupõe acesso a outros fatores, tais como:

a) Conhecimento: entendimento que o acesso à informação pode ser categorizado como acesso a conhecimento, ou também pode ser entendido como o acesso à criação ou distribuição de informações. Os exemplos mais familiares de acesso ao conhecimento incluem documentos impressos como livros e periódicos, citações a documentos, bases de dados de citações e dados. Estas são representações do conhecimento e, quando colocadas em uso, potenciais blocos de construção para novos conhecimentos;

b) Tecnologia: o acesso à informação requer acesso à tecnologia, mas pode se estender para além do ponto de interação com o sistema tecnológico. É uma suposição comum, mas equivocada, que o acesso à tecnologia é igual ao acesso à informação, mas a tecnologia não é suficiente para fornecer acesso por si só. O acesso à tecnologia às vezes significa acesso a uma variedade de mídias, como filmes, jornais, livros, revistas, música, desempenho acadêmico, televisão e internet.

c) Comunicação: O acesso à informação às vezes é visto como acesso à comunicação, particularmente se a comunicação for entendida como criação de sentido ou movimento através do tempo/espço para dar sentido ao mundo. Essa compreensão ocorre quando a comunicação é relevante para o indivíduo que busca informações, usuário ou membro da audiência. A competência de comunicação é necessária para a participação nas esferas social, econômica e política da sociedade.

d) Controle: O acesso à informação pode ser entendido como acesso ao controle de participação e de conteúdo, pode implicar o controle sobre quem obtém acesso a quais informações em benefício de quem. As instituições de mídia às vezes são vistas como controladoras da agenda social ou política, visto que podem contribuir para a construção de consenso em apoio a esses construtos ou, ao determinar o que cobrir, eles definem a agenda de interesse entre os espectadores.

e) Bens e produtos: O acesso à informação pode ser entendido como o

acesso a bens ou mercadorias econômicas ou sociais, assim o acesso pode trazer consigo custos, benefícios e valor, tais como influenciar na redistribuição de renda, riqueza ou status. Como bem público, a produção de informação é frequentemente subsidiada pelo governo, tais como pesquisas disponibilizadas quase sempre por meio de bibliotecas governamentais. Já, o acesso à informação como um bem ou mercadoria traz consigo implicações para o desenvolvimento de políticas governamentais, e isso se manifesta nas pesquisas, atualmente compartilhadas em plataformas privadas, as quais muitas bibliotecas não conseguiram pagar o preço de compra. Um movimento em direção à privatização das fontes de informação pode limitar a consideração do valor social auxiliar, o valor adicional de uso da informação para a sociedade.

f) **Participação:** A sociedade democrática é construída sobre o pressuposto de uma cidadania informada que se relaciona com acesso à informação. É implícito que acesso à informação leva ao acesso a certos direitos e a falta de acesso à informação pode impedir o acesso a esses direitos. A informação é, portanto, um requisito para o direito de participação no processo político. A gama de direitos nem sempre é conhecida e as informações necessárias sobre locais e procedimentos são muitas vezes difíceis de obter se o acesso não for comum entre os membros da rede social.

Podemos identificar com base nos autores, que o acesso à informação está submetido ao alcance de outros fatores como a vida em sociedade, a direitos humanos, a bens, produtos, tecnologia e conhecimento. Desta forma, esses são fatores determinantes que auxiliam no processo de acesso e democratização da informação, visto que permitem e dão condições mais amplas de acesso aos sujeitos. No entanto, o acesso à informação também pode contribuir para que os sujeitos alcancem diversos desses fatores, como participação social, acesso aos direitos, educação formal e etc. Tocante a isso, compreendemos que o acesso à informação relaciona-se diretamente com a vida em sociedade, e tanto é subsidiada por ela, como a subsidia de volta, em uma relação dinâmica entre prover condições e ser provido por elas.

Além destas questões McCreedia e Rice (1999), também evidenciam seis categorias de fatores que podem influenciar e ou restringir o acesso à informação, tornando mais fácil, ou mais difícil esse processo.

1. **Influências físicas:** podem ser **geográficas/ democráticas** que dizem respeito às dificuldade de acesso que alguns grupos possuem por conta de sua localização; diz respeito ainda ao **ambiente** visto que o acesso físico pode ser influenciado pelo ambiente em que se opera, entende-se que o arranjo físico do ambiente pode regular a distribuição e o acesso à informação; o **espaço** pode se referir a influência física quanto as dimensões de distância e proximidade, abertura e segurança e clareza ou obstrução, visto que o que está mais próximo no espaço, especialmente se for visível, tem mais probabilidade de ser acessível; a **exibição** reflete na forma em que as informações são exibidas ou trocadas, e se essas correspondem às necessidades e domínio do usuário em potencial.

2. **Influências cognitivas:** as influências cognitivas envolvem aspectos como a **compreensão** visto que a primeira tarefa para se ter acesso à informações é identificar uma necessidade de informação e o nível de compreensão que se tem sobre o assunto em questão, situação ou problemática; o **conhecimento** é essência para obter acesso à informação, já que o sujeito deve estar ciente de que os meios de abordar a situação estão disponíveis, a consciência inclui o conhecimento das fontes, canais e meios de abordar a situação, assim como os próprios direitos e prerrogativas no que diz respeito ao acesso a essa informação; a **alfabetização** é uma porção significativa para utilizar fontes de informação, é provável que o nível de leitura ou alfabetização de uma pessoa influencie o acesso à informação; outro fator é o **nível de habilidade** com os sistemas de informação provavelmente influenciarão a capacidade de buscar de informações de acessar informações; a **correspondência** entre sistema e usuário é necessária ao longo de outras dimensões de influência cognitiva, por exemplo, as necessidades do usuário e as ofertas de um sistema devem corresponder no que diz respeito ao conteúdo e ao idioma.

3. **Influências afetivas:** enquanto influências afetivas, as **atitudes** refere-se as ações frente a fonte de informação, e podem influenciar na chance de ter sucesso na busca, aqueles que são inseguros podem não esgotar todas as possibilidades busca; essa influência relaciona-se com a **confiança**, que diz respeito a se sentir apreensivo em um processo de busca por não ter tido

sucesso em momentos anteriores, o que pode prejudicar o acesso à informações futuras; em sentido semelhante **conforto/desconforto** é o fator que influencia no acesso à informação, visto que os sujeitos são mais propensos a sentir conforto em um ambiente e usar um sistema ou protocolo familiar ou ao lidar com uma situação.

4. **Influências econômicas:** os **benefícios** referem-se a um processo de ponderação dos benefícios previstos do acesso em relação aos custos do acesso, esses benefícios podem assumir muitas formas, como lucratividade, ou formas mais abstratas, como obter acesso à informações que são usadas para abordar ou buscar uma solução para uma situação problemática; os **custos** são explicitamente monetários, esses custos podem ser absorvidos pelo sistema, compensados por mecanismos como a venda de tempo ou espaço publicitário, ou repassados ao usuário; o **valor** é a ponderação dos custos contra os benefícios potenciais.

5. **Influências sociais:** as **normas culturais** dizem respeito a dois grupos sociais, um que possui acesso privilegiado e tem o poder de significar termos do debate, e o outro que envolve aqueles que devem lutar para ter acesso; a **filiação de classe e antecedentes** também é um fator interveniente, visto que a pertença a uma classe tem o potencial de atuar como uma influência social ou restrição ao acesso à informação, essa classe também determina o tipo de informação a que se tem acesso. As **redes sociais** das quais uma pessoa faz parte influenciam quem tem acesso a quais informações ou tecnologias; a **educação**, ou a formação educacional de uma pessoa inclui aprendizado, nível de habilidade e competência, bem como escolaridade formal que influenciam suas condições de acesso à informações, a **competência** refere-se a consciência dos meios de abordar e o direito de abordar a situação, aqueles com competência em expressar sua necessidade de informação são mais propensos a obter acesso; a **experiência** e especialização de uma pessoa serão específicas da situação e do domínio, impactando no acesso à informações daquele domínio e nos demais domínios.

6. **Influências políticas:** essas influências possuem fatores como o **poder**, que refletem na política, como ela é desenvolvida e a quem ela favorece, um

cidadão informado está em uma posição mais forte para combater aqueles que desenvolveriam políticas injustamente; o **controle** diz respeito às políticas e restrições no acesso à informação, que podem ser usadas para controlar a informação, como por meio de leis, sistemas de informação e o controle do mercado, que pode influenciar o acesso à informação por meio do controle das instituições culturais, midiáticas, etc; a **equidade e participação** faz referências ao acesso equitativo a aconselhamento, análise, interpretação e debate, bem como a alguns bens e serviços que são recursos necessários para a cidadania; a equidade e a participação requerem não apenas o acesso à informação, mas também o acesso ao direito e aos meios de informar os outros.

Levando em conta os fatores que podem influenciar o processo de acesso à informação, entendemos que o acesso a determinados recursos sociais impacta diretamente nessas condições. Podemos inferir nesse sentido, que minorias sociais podem ser particularmente afetadas de maneira negativa pelos fatores de influência, assim como podem ter um conjunto maior de barreiras para o acesso. Quando falamos sobre populações que são atravessadas por dois ou mais aspectos sociais minoritários, isso pode se tornar ainda mais impeditivo, a exemplo de mulheres negras, imigrantes, indígenas, lésbicas, trans e etc.

Sobre a desigualdade de gênero especificamente, o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em parceria com a Artigo 19, indica que o direito de mulheres e meninas de acesso à informação tem sido especialmente ameaçado. Assim, a desigualdade de gênero gera distorções na efetivação do direito de acesso à informação, que apesar de garantida em documentos tais como a Carta Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal do Brasil ainda é desproporcional no que se refere às mulheres e demais grupos sociais vulneráveis (Artigo 19, 2016).

Mesmo com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) o acesso de minorias sociais à informação é desigual, sendo que as mulheres ainda possuem condições de acesso desniveladas quando comparadas aos homens (CEPAL, 2013). Uma pesquisa realizada por Berrío-Zapata *et al.* (2019) estabelece que apesar da expansão dos estudos de gênero na América Latina, os debates relacionando esse aspecto com a exclusão digital têm sido escassos. Os autores também apontam que estudos desenvolvidos em outros continentes indicam

que a redução na desigualdade de acesso às TIC não é a resolução para os problemas de exclusão digital de gênero, mas se mostra como o princípio de um processo mais complexo de localizar as desigualdades no âmbito informacional.

Neuman (2016) salienta que apesar do número crescente de pesquisas relacionadas à ampliação da participação e atuação feminina, o acesso à informação foi menos evidenciado como aspecto relevante para o enfrentamento à desigualdade de gênero ou para que mulheres possam exercer seus direitos. Ela ainda evidencia que os empecilhos informacionais não afetam exclusivamente as mulheres, já que afetam de maneira geral as diversas minorias. Entretanto, podemos enfatizar que em países subdesenvolvidos e na relação com outras opressões, a assimetria de gênero se torna mais crítica, diminuindo ainda mais as condições de mulheres utilizarem informações para exercício de seus direitos e para uma atuação social.

Em diversas partes do globo, a autora, identifica uma falha ao relacionar políticas informacionais com questões de gênero, não considerando fatores culturais arraigados em nossa sociedade e que geram obstáculos específicos às mulheres e meninas, tais como analfabetismo, responsabilidades domésticas, imobilidade, e falta de consciência, fatores que desempenham papel relevante quando falamos nas assimetrias de gênero no exercício do direito à informação. Em paralelo a esses aspectos intervenientes, que afetam o acesso de mulheres às políticas informacionais, compreendemos que as mulheres são parte dos grupos que mais necessitam de informação. Dessa maneira, os fatores mencionados por Neuman (2016) são também resultado da falta de informação desse mesmo grupo, criando um ciclo de desigualdade informacional de gênero.

Artigo 19 (2016) ainda estabelece em seu relatório que a informação é essencial para questões como emprego, educação e saúde das mulheres. Mas também se apresenta como aspecto relevante para a tomada de decisões de mulheres em relação aos seus direitos, para participação na vida pública, para a tomada de consciência sobre violências de todos os tipos e para cobrança de seus direitos. Dessa forma, a informação colabora para eliminar lacunas de gênero, melhorando oportunidades das mulheres, poder econômico e dando-lhes condições de agir sobre a hierarquia de poder masculino na sociedade.

Isto porque, ainda que o desenvolvimento de políticas públicas seja uma forma de democratizar o acesso à informação, tais esforços não têm sido suficientes para superar a histórica diferença causada por anos de negação escolar e informacional às

mulheres e meninas. Nesse aspecto, o documento produzido pela Artigo 19 (2016, p. 8) evidencia que

[...] práticas discriminatórias da nossa sociedade têm dificultado que as mulheres busquem e demandem informação pública. problemas como falta de acesso à educação, baixo nível de poder econômico, restrições no acesso à tecnologia, além de outras barreiras sociais, acabam prejudicando o exercício do direito das mulheres de obter informação livremente. Muitas mulheres sequer sabem que podem buscar e demandar informações de interesse público, e onde essas informações estariam disponíveis.

Para Zanela (2018, p. 380) é preciso ir além da legislação, visto que na prática “O acesso à informação tem cor, identidade sexual/de gênero e poder aquisitivo”. A autora reflete que o acesso à informação não se dissocia da tríade classe-gênero-raça, e é essencial levar em conta tais questões quando pensamos em compartilhamento e democratização da informação, visto que é essencial compreender as necessidades e contextos que permeiam essas categorias oprimidas. Ainda sobre a informação, é válido evidenciarmos que existem relações de poder, no modelo social capitalista, que são mediadas pelo conhecimento, de maneira que as diferenças nesse acesso incidem sobre as desigualdades sociais nesse sistema (Ghiso, 2001).

A partir desse entendimento, ponderamos que a luta das mulheres por igualdade, acesso à saúde, integridade física, isonomia salarial, equidade na política e etc., garantiu alguns avanços legislativos que permitem uma maior autonomia, entretanto

[...] o estereótipo que perdura da mulher, é a de dona de casa a simbolizar o espírito do lar e o alicerce da instituição familiar. As questões a se considerar, são as horas de trabalho da mulher “não pagas” dedicadas ao lar que são vistas como inerentes a sua natureza. (Viola; Schneider, 2018, p. 3652)

Neuman (2016) reforça que a informação é fator relevante na responsabilidade política, na participação na sociedade e na atuação cidadã, é por isso que as mulheres necessitam de informação, não apenas como direito teórico e ou legal, mas como aspecto presente na prática diária dessas pessoas, que possa de fato melhorar as suas condições de vida. Mas em muitas partes do mundo as mulheres enfrentam um complexo emaranhado de adversidades, embora várias ferramentas sejam aplicadas, a informação tem sido pouco enfocada como aspecto relevante. A autora entende que ao ter acesso à informação seria possível proporcionar às mulheres ferramentas que

contribuam para a superação das disparidades de gêneros, assim como de limitações tradicionais que historicamente as mantiveram destituídas de poder e privadas de seus direitos (Neuman, 2016). Entretanto, fatores como dinheiro, confiança, cultura, trabalho doméstico e falta de creches são desafios diários para que essas mulheres possam de fato acessar a informação.

No que tange ao acesso à informação no contexto da saúde e sexualidade de mulheres, muitos temas têm sido debatidos, principalmente aqueles pertinentes à contraceptivos, planejamento familiar, direito ao aborto, parto humanizado, saúde da gestante, entre outros. Coliver (1995) pondera que o direito à informação se conecta de maneira indivisível com as questões de escolhas, sexualidade e saúde reprodutiva. Dessa maneira, a autora entende que esse grupo de direitos está diretamente relacionado a outros, tais como o direito à informação, à liberdade de expressão, à igualdade e não discriminação, direitos à vida e à saúde, integridade física e dignidade humana, assim como o direito de tomar decisões livres e informadas sobre aspectos fundamentais da vida familiar, incluindo se e quando ter filhos.

Entretanto, há desafios para que de fato as mulheres possam acessar informações sobre essa temática. Empecilhos políticos, econômicos, religiosos impactam nas informações que mulheres possuem sobre direito reprodutivo e saúde reprodutiva. Podemos entender, nesse sentido, que o acesso à informação se relaciona com a possibilidade de obter direitos sexuais e reprodutivos por parte das mulheres.

Além desses aspectos, Manivannan (2015) argumenta que o acesso à informações sobre saúde pode auxiliar na prevenção de doenças transmissíveis, evitando que se transformem em epidemias, se estabelecendo enquanto estratégia preventiva. A autora coloca que campanhas de informação em saúde realizadas pelo estado e pela sociedade, têm historicamente, contribuído para prevenir doenças transmissíveis tais como Ebola e o HIV. Entretanto,

[...] as discrepâncias na capacidade de homens e mulheres de acessar informações – que decorrem em parte das desigualdades de gênero na alfabetização e na educação formal – e o fornecimento inadequado de informações sensíveis ao gênero continuam a representar ameaças para acabar com a proliferação de doenças. (Manivannan, 2015, p. 2-3)

Essa desigualdade no acesso ou acesso inadequado à informação sobre saúde voltada às mulheres, pode aumentar ainda mais o risco de contração de doenças transmissíveis e exacerbar a disparidade de gênero nas infecções (Manivannan,

2015).

Os debates em torno da justiça sexual e reprodutiva também ocorrem em alguns dos textos, Adekannbi e Adeniran (2016) estudaram as informações acerca de planejamento familiar, que é uma das temáticas relacionadas à justiça sexual e reprodutiva. Os autores apontam que esse debate emerge como uma questão crítica em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, desempenhando um papel vital nos setores de saúde e economia. Planejamento familiar envolve uso de contraceptivos e outros métodos de controle de natalidade para regular o número, o tempo e o espaçamento dos nascimentos humanos. Tal prática permite que os pais, em especial as mães, planejem suas vidas sem estarem excessivamente sujeitos a imperativos sexuais e sociais.

Os autores evidenciaram que as principais fontes de informação sobre planejamento familiar para as mulheres do estudo foram o rádio e os centros de saúde. As mulheres relataram adquirir informações sobre planejamento familiar a partir destas fontes, particularmente durante as visitas pré-natais ao hospital e através de programas de rádio. Isto realça a importância da utilização destes canais para a divulgação de informações sobre planejamento familiar nas comunidades rurais. As mulheres que fizeram parte da entrevista, também indicaram que acabavam não adotando o planejamento familiar por indisponibilidade de instalações e recursos nas suas comunidades, efeitos secundários e complicações decorrentes da utilização de procedimentos de planejamento familiar, e desaprovação dos maridos que acreditavam que as suas esposas os usariam como uma desculpa para se envolver em casos extraconjugais. Além disso, algumas mulheres acreditavam que o planejamento familiar não se destinava às que ainda queriam mais filhos. Estes fatores realçam a necessidade de um maior acesso à informação e aos recursos, bem como de campanhas de educação e sensibilização para abordar conceitos errados e preocupações sobre o planejamento familiar.

Sobre isso Ferreira, Costa e Melo (2014) evidenciam que a falta de políticas públicas de saúde voltadas para o acesso à informação por parte das mulheres e suas famílias, favorece a não efetivação do planejamento familiar²². Para as autoras as políticas não devem ser voltadas apenas “[...] aos métodos contraceptivos, mas também proporcionar acolhimento, informação e acompanhamento das/os

²² O planejamento familiar entendido enquanto livre decisão do homem, da mulher ou do casal de controle ou aumento do número de filhos configura-se enquanto um direito reprodutivo (Brasil, 1996).

usuárias/os, além de favorecer sua autonomia[...]” sobre suas possibilidades de escolha familiar.

Para Coliver (1995) as informações acerca do planejamento familiar são cruciais para reduzir gestações indesejadas, espaçar os partos, proteger contra infecções sexualmente transmissíveis, promover a saúde materna e infantil e dar às mulheres mais tempo, energia e capacidade de exercer controle sobre suas vidas. Sobre esse tema, Solano (2015, p. 124) em sua pesquisa sobre acesso à informação e saúde sexual e reprodutiva, identificou que suas entrevistadas consideravam informações sobre saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar importantes, reconhecem que essas informações ajudam “[...] no momento de decidir a quantidade de filhos que querem ter e como isso pode ajudar no sustento da família, e reconhecem que quanto mais filhos mais necessidades se devem cobrir.”

A autora também identificou que geralmente as mulheres só recebiam essas informações depois de engravidarem ou estarem com sintomas de gravidez, além disso na maioria das vezes a “[...] informação que têm recebido sobre o tema está relacionada à maternidade e não ao pleno desfrute de sua sexualidade com responsabilidade” (Solano, 2015, p. 124). Compreendemos que informações sobre planejamento familiar podem sofrer diversas influências sociais, culturais, políticas, religiosas, e pode ser impactado principalmente pela falta de políticas públicas que de fato tornem informações sobre esse assunto acessíveis.

As barreiras econômicas, sociais e culturais podem impedir que mulheres busquem e acessem informações sobre saúde. Entre essas barreiras podemos salientar “[...] a falta de educação e alfabetização, consciência de como acessar informações públicas, confiança para buscar informações e tempo, devido aos papéis de gênero na criação dos filhos e no trabalho doméstico.” Diante desse cenário, cabe ao estado fornecer as informações necessárias, estabelecendo programas e ações que garantam a essas mulheres informações relacionadas a sua saúde e da sua família, promovendo um ambiente informacional que favoreça o trabalho de profissionais da saúde, jornalistas e outros profissionais interessados em divulgar informações relevantes (Manivannan, 2015, p. 2-3).

Ainda nesse contexto, Neuman (2016, p. 89) argumenta que o acesso à informação pode contribuir para que mulheres tomem decisões sobre sua própria saúde de maneira mais consciente, permitindo tomar escolhas mais condizentes com suas necessidades e exercer poder sobre seu próprio corpo. A autora ainda reflete

que, a “[...] saúde sexual e reprodutiva depende, pelo menos em parte, de comportamentos que são afetados pelo acesso à informação.” A exemplo disso, podemos mencionar que são necessárias informações médicas e científicas confiáveis sobre métodos contraceptivos visando dissipar mitos e rumores, principalmente em populações vulneráveis (Coliver, 1995). Kuhl (2003) pondera que em muitos países as mulheres têm se utilizado de medicamentos contraceptivos sem informações adequadas e/ou prescrição médica, fato que pode gerar sérios problemas a sua saúde e não permitir que o medicamento tenha o efeito desejado.

No que se refere à questão do aborto, a declaração de Pequim orienta que esse procedimento não seja utilizado como planejamento familiar, mas que as instituições governamentais devem se engajar para lidar com questões relacionadas ao aborto, principalmente os impactos do aborto inseguro. Esta declaração foi subscrita sem reservas pelo Brasil²³, o que indica que embora não seja uma afirmação de que o aborto deva ser legalizado para ser de fato um alcance dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, trata-se ao menos de um avanço no reconhecimento da questão como saúde pública (Almeida; Silva, 2019).

A *American Library Association* considera que os sujeitos têm direito “de buscar e receber informações de todos os pontos de vista, sem restrições.” (ALA, 2007, local. 1), assim procedimentos que prejudicam o acesso à informação sobre aborto violam direitos de médicos e pacientes de obterem acesso à práticas mais informadas, e impedem que tanto as mulheres, quanto os profissionais de saúde tomem decisões conscientes sobre essa questão. Compreendemos que o acesso das mulheres às informações confiáveis, claras e completas sobre aborto e saúde sexual ainda encontra muitos obstáculos.

É nesse contexto que o relatório “Acesso à informação e aborto legal: mapeando desafios nos serviços de saúde”, publicado pela organização Artigo 19 (2019, p. 33), identificou que as “[...] obstruções ao acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva - desde métodos contraceptivos até aborto legal - impedem a efetivação de direitos da mulher [...]” Na pesquisa realizada pelo Artigo 19, com 176 estabelecimentos brasileiros que oferecem aborto legal, de acordo com os permissivos da legislação, identificou-se uma grande dificuldade de acesso à informação sobre o procedimento, e

²³ BRAZIL. RUTH CARDOSO. *Statement by Dr Ruth Cardoso Head of the Brazilian Delegation to the IV Conference on Women*. **UNDP**. Pequim. set. 1995. Disponível em: <https://www.un.org/esa/gopher-data/conf/fwcw/conf/gov/950906123226.txt>. Acesso em: 13 ago. 2022.

falta de preparo das equipes de saúde para responder dúvidas e questionamentos sobre o processo.

Cabe lembrar que em território brasileiro, conforme disposto no Art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de acesso à informação, cabe aos órgãos e entidades do poder público, garantir

- I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
- II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
- III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
- IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;
- V - **informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;** (Brasil, 2011, grifo nosso)

Entendemos dessa forma, que o direito de acesso à informação sobre o abortamento é garantido mediante legislação federal, que, no entanto, ainda não têm sido cumprido pelas instituições de saúde responsáveis por tais procedimentos.

Apesar da importância de estar informadas sobre questões relativas ao aborto, é essencial que órgãos responsáveis pelo acolhimento dessas mulheres também se preparem para promover acesso à tais informações. É fundamental que secretarias de saúde e de política voltadas para mulheres informem o público sobre seus direitos, trabalhem na sociedade para compartilhar informação sobre o aborto legal, e que as unidades de saúde possam prover informações e preencher lacunas informacionais que aumentam a desigualdade de gênero e colocam em risco a vida das mulheres (Artigo 19, 2019).

A exemplo disso, é possível mencionar que em países cujo percentual de acesso à informação adequada sobre sexualidade e reprodução chega a menos de 40% das adolescentes, a maioria não sabe como obter anticoncepcionais eficazes, as mulheres também estão em maior risco de ter infecções sexual transmissíveis. Nesse sentido, um melhor acesso à informação para mulheres poderia ter um impacto positivo na redução da transmissão sexual infecções, assim como aumento de ações conscientes em torno de outros aspectos informacionais tais como o modelo de parto, cuidados com a saúde família, informações sobre amamentação etc. (Neuman, 2016).

Carvalho (2020), em sua pesquisa sobre o impacto das TIC nas escolhas sobre

o parto, afirma que o acesso à informação pode se apresentar como aspecto essencial no reconhecimento das mulheres sobre sua saúde, direito ao próprio corpo e escolhas durante o período gestacional. A autora ainda identifica, que as TIC se apresentam como fator relevante para diminuir as desigualdades de acesso à informação por gestantes, isso porque, entre os dados do seu estudo, é possível identificar que gestantes com maior nível de escolaridade e poder aquisitivo, possuem mais acesso à informação do que os demais grupos gestacionais.

Ainda sobre as contribuições das TIC para as gestantes, Goetz *et al.* (2017) indicam que as gestantes buscam essas ferramentas para se apropriar de informações e conhecimentos sobre sua saúde e dos seus filhos e para se preparar melhor para o período gestacional, trabalho de parto, parto e amamentação. Segundo eles muitas mulheres têm se utilizado dessas informações para complementar aquelas realizadas pelos profissionais de saúde, que nem sempre estão atualizados sobre questões recentes e muitas vezes repassam informações ultrapassadas ou que não contemplam todas as suas dúvidas durante o pré-natal.

Carvalho (2020) ao analisar esse processo, indica que as mulheres identificam dúvidas que surgem durante o acompanhamento pré-natal, procuram as TIC para complementar essas informações, podem se sentir confusas com a quantidade de informações dispostas nessas ferramentas, procuram profissionais de saúde que possam auxiliar na compreensão dessas informações, e por fim se sentem mais seguras para identificar e planejar o parto que desejam. Podemos identificar a partir dos dados trazidos por Carvalho, que o processo de busca, avaliação e apropriação da informação, assim como sua aplicação em uma situação real – pressupostos da competência em informação – estão presentes quando se trata de informações sobre a gestação.

Entendemos que profissionais da informação, como o bibliotecário, podem mediar a descoberta e uso de informações relativas à gestação e ao parto “[...] através de ações educativas como encontro com gestantes, utilizando os recursos que a biblioteca possui como livros com informações sobre parto, utilizando da sala multimídia caso a possua para filmes/documentários sobre o assunto.” (Antunes; Silveira, 2017, p. 5)

Carvalho (2020) ainda identifica que o processo de busca de informações por gestantes tem contribuído na aquisição de conhecimento pela parturiente, garantindo escolhas mais seguras e conscientes sobre o processo de gestação, parto e

amamentação. Apesar da relevância das TIC nesse processo, a autora reforça que existem outros fatores limitantes no que tange ao autoconhecimento e aquisição de informação por parte desse grupo, visto que essas informações obtidas através de plataformas digitais, isoladamente, e sem um atendimento humanizado e políticas governamentais de saúde “[...] não são suficientes para promover o protagonismo das mulheres nos cuidados durante a gestação, parto e nascimento.” (Carvalho, 2020, p. 63).

Além das questões relativas à saúde, outro tema bastante relevante é o acesso à informação e a violência doméstica, conforme argumenta Carvalho, Cortes e Silva (2021) se viver livre de violência é um direito de todos os seres humanos, então por que as mulheres são vítimas de violência exatamente em seus ambientes familiares e domésticos? Em resposta a essa pergunta, é possível apresentar as reflexões de Saffioti (2015), em seu livro “Gênero, Patriarcado e Violência”, quando argumenta que fundamentalmente os direitos humanos, foram pensados a partir do universalizante masculino, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, para além desse fator é importante mencionar que Olympe de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1792, por escrever a versão feminina dos direitos humanos – Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

Nesse sentido, é essencial a compreensão da violência contra mulher, não enquanto aspecto universalizante, a partir do argumento que viver sem violência é direito de todos, e não apenas das mulheres. Mas, como uma violência específica mediada pela condição de fazer parte da categoria mulher em uma sociedade patriarcal. Assim, Saffioti (2015, p. 18) compreende a violência como “[...] ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.”

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força, potência e dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. (Saffioti, 2015, p. 79)

De acordo com a lei nº 14.149, a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher é “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2021).

Sobre a questão da violência, Saffioti (2015) ainda pondera que há um debate

sobre a violência de gênero, violência familiar e violência doméstica, sobre tais debates, a autora entende que a violência de gênero abarca aspectos mais amplos relacionados a ações de violência no campo das relações sociais entre homens e mulheres, já a violência familiar trata daquelas impetradas no seio da família nuclear ou extensa. A autora ainda pondera que a violência doméstica se trata daquela realizada no âmbito do território do patriarca, seja o território físico como o domicílio, ou simbólico. A violência doméstica, é então aquela que melhor expressa a relação de poder entre homens e mulheres e, portanto, será adotada como padrão nesta pesquisa.

Nesse sentido, a violência doméstica possui características marcadas, pois acontece no seio das relações de afeto, o agressor tem conhecimento sobre aspectos pessoais da vida da vítima, tais como seus hábitos e costume, a violência doméstica se torna rotineira e é naturalizada pelos sujeitos que a realizam e aqueles que sofrem, visto que é normalizada pelo estrutura patriarcal que entende que os homens tem direito de exercer sobre “suas” mulheres ações de coerção e violência, controlando assim sua vida e autonomia (Carvalho; Cortes; Silva, 2021; Saffioti, 2015).

Carvalho, Cortes e Silva (2021, p. 93) evidenciam que a violência doméstica “[...] é um fenômeno transversal, que perpassa as diferentes classes sociais, os graus de escolaridade, a religião e a raça/etnia, e cuja prática se associa às profundas relações de poder entre mulheres e homens nas sociedades patriarcais.” Quando se trata de território brasileiro, a violência doméstica ainda precisa ser combatida, conforme ponderam Soares e colaboradores (2021), visto que durante a pandemia da Covid-19 iniciada em 2020, que manteve parte população em isolamento social por meses, as mulheres em situação de violência tiveram os riscos agravados. Ainda no primeiro semestre de 2020, segundo relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), as taxas de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril de 2020 em 12 estados do país. Isso ocorre porque as vítimas passaram a conviver integralmente com seus agressores, aumentando os riscos de sofrerem violência sem poder realizar denúncia (Bueno, 2020; Soares *et al.*, 2021).

À vista destas questões, a Lei Maria da Penha, indica medidas integradas de prevenção a violência doméstica, como no artigo 5º e 8º:

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos Direitos Humanos das mulheres; [...] VIII

- a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; (Brasil, 2021, cap. 1, art. 8)

Ainda sobre a Lei Maria da Penha, uma pesquisa do Data Senado (2017) questionou mulheres sobre seu conhecimento acerca da lei, apesar de todas as respondentes dizerem ter ouvido falar sobre a lei, 77% delas disseram que ainda conhecem pouco sobre seu texto.

Compreendemos nesse tocante, que o acesso à informação pode ser relevante para a tomada de decisão, no que concerne aos direitos civis e sociais das mulheres em situação de violência doméstica. Entendendo que a informação pode se apresentar não só da perspectiva instrumental, permitindo às mulheres conhecerem seus direitos, mas também pode auxiliar para questionarem e problematizarem a sua realidade, identificando a problemática da violência presente (Andrade; Lima, 2015).

Em consonância a isso, Carvalho, Laguardia e Deslandes (2021, p. 1277) analisaram produções acerca de Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres e identificaram que a informação pode ser instrumento essencial no que tange ao enfrentamento à violência doméstica, sobretudo a organização de dados estatísticos sobre a caracterização, natureza e magnitude deste fenômeno. “Ademais, os autores são unânimes em afirmar que a informação é condição para orientar o planejamento, a implementação e a avaliação das ações e políticas públicas nesse campo.”

Nesse sentido, compreendemos que políticas públicas no campo da informação são

[...] sobremaneira importantes e que é preciso reforçar campanhas e estratégias de informações sobre órgãos de atendimento, legislações e direitos das mulheres, condizentes com suas necessidades informacionais, para que possam se apropriar de informações e conquistar sua autonomia e a igualdade de gênero. (Carvalho; Silva; Cortes, 2021).

A informação é uma poderosa ferramenta para agir no combate à violência doméstica. Sendo que seu acesso pode contribuir nas medidas de prevenção indicadas pela Lei Maria da Penha (Soares *et al.*, 2021). Evidenciamos ainda, a relevância que mulheres, além do acesso à informação, tenham habilidades desenvolvidas para entender o impacto destas informações em suas vidas, como podem auxiliar para que alcancem seus direitos e auxiliá-las a agir em situações de violência doméstica, familiar e/ou de gênero.

Em concordância, Neuman (2016) pondera que com um acesso equitativo às informações, mais mulheres estariam conscientes de como proteger seus direitos, como viver livre de violência, tomar decisões de saúde informadas, e defender a proteção de seus direitos trabalhistas. Também auxiliaria para que mulheres tenham condições de agir frente à violências e abusos. Entretanto, é importante ressaltar, segundo a autora, embora essas ações sejam válidas e contribuam para o enfrentamento à violência doméstica, as ações decisivas nesse sentido, devem sempre estar ligadas às autoridades do estado, que podem agir mais incisivamente nesses casos.

Além dos fatores mencionados, Côrtes, Alves e Silva (2015) ainda avaliam que a informação pode atuar no processo de produção de novos conhecimentos para desenvolver, criar e ressignificar práticas que visam prevenir e enfrentar a violência doméstica e a desigualdade de gênero. Nesse sentido, o acesso às informações sobre direitos das mulheres, a legislação e a desnaturalização da violência podem contribuir para enfrentar o desnivelamento entre homens e mulheres. Deste modo, os autores consideram que os debates acerca da informação em relação à violência doméstica devem ser potencializados no âmbito da CI, entendendo que o acesso e apropriação de informações permitem fomentar novas compreensões sociais e produzir novos sentidos sobre esse fenômeno. Para tanto, “[...] os (as) profissionais da CI devem produzir estudos e criar espaços dialógicos e reflexivos sobre esse problema [...]” compreendendo que o papel social da informação se relaciona também com um mundo menos desigual para as mulheres (Carvalho; Cortes; Silva, 2021, p. 116).

Além das questões já mencionadas, a informação se faz presente na atuação das mulheres, seja no seu processo de escolarização e educação formal, na sua atuação profissional ou na sua atuação como parte da sociedade. Nesse sentido, o acesso à informação negado a elas, age no sentido de reduzir suas potencialidades de atuação na sociedade.

No que tange à educação, segundo dados publicados pela UNESCO (2021), existe uma grande disparidade de gênero no acesso à educação, e apesar do progresso realizado nos últimos 20 anos, as meninas têm mais probabilidade, do que os meninos, de nunca chegarem a uma sala de aula. A isso, se soma que meninas possuem dados piores quando falamos de desempenho de aprendizagem e continuação da educação. Segundo dados desse relatório, 16 milhões de meninas nunca vão dar início a sua educação formal, as mulheres também representam dois

terços dos 750 milhões de adultos sem habilidades básicas de alfabetização. Alguns dos aspectos que influenciam nessa desigualdade são pobreza, isolamento geográfico, status de minoria, deficiência, casamento e gravidez prematuros, violência de gênero e atitudes tradicionais sobre o status e o papel das mulheres.

Relativo à atuação das mulheres no mundo do trabalho, uma análise da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) aponta que as desigualdades no mercado de trabalho ainda são grandes, quando pensamos nas questões de gênero. A análise realizada em dados de 115 países mostra que mulheres possuem, de maneira geral, média salarial 14% menor que os homens, e se considerarmos as áreas de atuação masculina, essa diferença aumenta muito. O mesmo relatório indica que ainda há um longo percurso a se percorrer quando falamos de equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, isso porque as mudanças em relação à educação de mulheres e meninas não apresentam reflexos tão positivos quando falamos da desigualdade de atuação profissional. As mulheres mais jovens com idade entre 15 e 24 anos possuem mais probabilidade de ficarem desempregadas do que homens na mesma faixa etária, o mesmo ocorre com a inatividade, o percentual de mulheres desempregadas é maior do que de homens com a mesma idade.

No campo da política, essa lacuna se repete, segundo dados do *Global Gender Gap Report* (2021) em 156 países as mulheres representam menos de 27% dos assentos parlamentares e menos de 23% de ministérios. Em cerca de 81 desses países nunca houve uma mulher chefe de estado. Os dados estimam que com a taxa de progresso atual, levará mais de 145 anos para atingir a paridade de gênero na política. É importante evidenciar, conforme Biroli e Miguel (2014), os limites das instituições políticas vigentes, que em contradição com suas perspectivas democráticas e igualitárias, naturalizam e reproduzem assimetrias e relações de dominação entre as categorias de sexo. Esse fator, pode ser evidenciado em grande parte das teorias políticas tradicionais, que tendem a distinguir sem reflexões mais aprofundadas, a diferença entre as esferas públicas e privadas, se tornando cega a relevância da política para as questões de gênero.

Os autores ainda apontam que de maneira ampla toda teoria feminista é política, na medida em que fundamenta o feminismo, e compreende que os limites convencionais da política são insuficientes para analisar a dinâmica do real. Dessa forma, entendemos que pensar uma política sob uma perspectiva feminista refere-se a dialogar com temas do pensamento político e deslocar a centralidade desses

pensamentos para a categoria de gênero.

Podemos argumentar que a dicotomia patriarcal entre o público e o privado, relegando às mulheres espaços privados, enquanto aos homens o espaço público, faz com que a exclusão das mulheres da esfera pública seja naturalizada, principalmente no que tange aos debates políticos.

Cabe pontuar que ao encontro do argumento de Biroli (2010), evidenciamos que a atuação da mulher no campo reprodutivo, somada muitas vezes a jornadas de trabalho também produtivo, distancia essas mulheres de condições reais, como tempo e dinheiro, para se dedicar às questões políticas. Além disso, a socialização de meninas, muitas vezes desincentiva que estas se identifiquem como lideranças sociais, populares ou políticas.

Neuman (2016) pondera que mulheres são mais suscetíveis aos resultados de políticas desiguais e corruptas, e que a informação pode auxiliar as mulheres a identificar e agir sobre essas medidas que as desfavorecem. No mais, podem se apresentar como essenciais para mulheres de camadas mais desfavorecidas, auxiliando na conscientização de como são afetadas pelo sistema vigente. Dessa forma, só a democratização real da informação, que leve em conta as desigualdades entre homens e mulheres, diferenças raciais e a divisão de classes, pode auxiliar as mulheres a tomarem decisões conscientes sobre a política, sua educação, sua saúde, produção, sexualidade e etc.

Apesar dessa importância, os preconceitos de gênero também são reproduzidos na vida política, colocando as mulheres à margem dos processos decisórios sobre suas próprias condições. Sem acesso à informação, mulheres acabam tendo menos condições de cobrar políticas governamentais que dêem conta de suas reais necessidades e acabam não participando dos processos decisivos, que fracassam na resolução das desigualdades de gênero (Neuman, 2016).

Ainda sobre questões políticas, mas agora voltadas para uma atuação cidadã e na luta por direitos, Zanela (2018) identifica que a informação pode auxiliar pessoas transexuais e travestis a colocarem em prática sua cidadania. Ela argumenta que a informação auxilia a conhecer melhor os direitos; o acesso à informação auxilia mulheres transexuais e travestis a se perceberem como parte da sociedade, tal como permite o conhecimento sobre as questões de gênero e suas dissidências. Nesse sentido, a autora indica que a informação pode contribuir para a diminuição das desigualdades econômicas, sociais, discriminação racial e violência de gênero, visto

que pode auxiliar a quebrar preconceitos e melhorar as oportunidades de trabalho, educação e atuação.

No que tange à inclusão de comunidade trans e travesti, a democratização de informações sobre gênero pode contribuir para a conscientização e para a equidade de gênero, assim como pode melhorar as condições de pessoas transexuais e travestis de exercerem sua cidadania (Zanela, 2018).

A respeito da educação, Neuman (2016) aponta que com a informação as mulheres podem se engajar na educação de forma mais plena, e identificar oportunidades educacionais para si e seus filhos, assim como entender e lutar por sua formação e escolaridade. Também é o acesso à informações que pode auxiliar mulheres para desenvolver formação técnica e orientação para atuação no mercado de trabalho.

Neves (2020, p. 110) reflete especificamente sobre educação de meninas no contexto da surdez, evidencia dessa forma, que tanto os homens quanto as mulheres surdas possuem acesso restrito às informações sobre educação, o que influencia de maneira negativa em seu processo de aprendizagem e socialização. No entanto, ela reforça que no processo de educação formal, meninas surdas foram ainda mais prejudicadas, visto que por muito tempo não tiveram acesso às escolas e institutos para a educação de crianças surdas. A ideia de que a educação de surdos era voltada para sua atuação no trabalho, retirava das meninas o direito de aprendizagem formal, visto que essas não eram consideradas futuras trabalhadoras, o que prejudicou seu acesso à educação fora de casa.

A autora menciona Nadiéjda Krúpskaia (2017) quando argumenta que a socialização do trabalho doméstico é essencial para que mulheres possam enfim se responsabilizar por outras coisas que não apenas o trabalho reprodutivo. Dessa forma, ela compreende que a “[...] luta das mulheres surdas também se alinha a todas essas lutas, embora haja outra luta que deve ser travada diariamente. A luta por acesso à informação e ao conhecimento, a luta por igualdade linguística” (Neves, 2020, p. 116). A autora complementa que,

Cidadania e informação são inseparáveis, portanto, para que a mulher surda conheça seus direitos. Ela necessita de acessar os conteúdos, participar do debate, contribuir a partir de sua perspectiva e desenvolver junto à coletividade estratégias de resistência. (Neves, 2020, p. 110)

E reforça que grande parte da informação e conhecimento não está disponível

em língua de sinais, criando uma barreira de acesso à educação e também à informação acadêmica.

Benedito, Ribeiro e Woida (2021, p. [7]) identificaram que mulheres que atuam no campo da política institucional, tal como deputadas e senadoras, têm sofrido altos índices de violência nas redes sociais. Os xingamentos realizados contra essas mulheres agem de maneira a “[...] desqualificar o trabalho da mulher, em virtude do desconforto de ver o sexo feminino rompendo com as barreiras de estereótipos, e conseqüentemente, ascendendo profissionalmente e politicamente.” Os autores compreendem que a mediação da informação pode servir como uma ferramenta para combater esse tipo de ação realizada nos ambientes virtuais, conscientizando usuários e auxiliando no compartilhamento de informações e dados sobre a violência de gênero.

Benedito e Woida (2020) ponderam sobre uma série de impedimentos na atuação de mulheres no âmbito público, muitas vezes essas mulheres são discriminadas e excluídas nesses ambientes, sendo seu acesso à informação dificultado. Para as autoras esse debate é permeado não só pelo debate de gênero, mais atravessado também por questões de raça, classe, sexualidade, que são reforçadas pela estrutura política afastando grupos minoritários da atuação pública.

Viola e Schneider (2018, p. 3562) argumentam que “A sua presença no mercado de trabalho e na política é, por vezes, a denúncia das desigualdades e indulgências com o patriarcado dominante.” E evidenciam que a possibilidade de enfrentamento à desigualdade de gênero pode ser relacionada com uma maior atuação de mulheres nos centros de decisão político-econômico dos países. De tal maneira que a atuação política da mulher se torna uma possibilidade de ingresso nos processos decisórios, e de mobilização para cumprimento de normativas nacionais e internacionais, assim como pode permitir desenvolvimento de propostas que corroborem com as reivindicações das mulheres.

As iniciativas mencionadas nos permitem compreender que há, no Brasil, uma tentativa de ampliação de acesso à informação para mulheres, isso porque profissionais, pesquisadores e militantes que atuam nesse campo político têm empreendido esforços para ampliar esse acesso. Contudo, a diversidade de fontes de informação, conteúdos informacionais, dados disponíveis e a descontinuidade de publicações podem dificultar que mulheres, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade, possam encontrar as informações necessárias. Cabe nesse sentido,

pensar o papel da Ciência da Informação, das unidades e profissionais da informação no desenvolvimento de ações que visem a ampliação do acesso à informação para mulheres e meninas.

Entendemos, nesse sentido, que campos da CI, tais como a competência em informação, a mediação da informação, a difusão arquivística, entre outras podem se converter em aliados no que tange ao compartilhamento de informações sensíveis às questões de gênero. A partir desse contexto, e tendo em vista os objetivos desta pesquisa, entendemos a relevância de compreender qual o papel da competência em informação no compartilhamento e apropriação de informações, que agem no sentido de minimizar as desigualdades de gênero.

6 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

“Eis por que a humanidade jamais levanta problemas que ela não pode resolver, pois [...] o próprio problema não surge senão onde as condições materiais para resolvê-lo já existam ou, pelo menos, estão em vias de emergir.” - Karl Marx

Nesta seção descrevemos o percurso metodológico e os procedimentos adotados no desenvolvimento desta pesquisa.

6.1 NATUREZA E TIPOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa pode ser considerada de natureza básica, pois visa gerar conhecimentos novos, voltados ao avanço do campo da Ciência da Informação e, conforme ponderam Gerhardt e Silveira (2009), esse tipo de pesquisa não necessita de uma aplicação prática prevista dos conhecimentos desenvolvidos, mas volta-se para compreensão de aspectos de um universo maior.

Podemos ainda considerar esta pesquisa como descritiva, pois conforme aponta Gil (2021), estas pesquisas têm como objetivo principal a descrição das características de um fenômeno ou população e o estabelecimento de relações entre variáveis distintas. Nesse sentido, pode ser considerada descritiva, pois visa descrever qual o papel da informação no que tange às questões de gênero, com vistas a investigar as relações teórico-prática com a competência em informação. Cabe salientar, que uma das características de uma pesquisa descritiva está no uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (Gil, 2021).

6.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

Quanto à abordagem da pesquisa, é quantiquantitativa ou abordagem mista, nessa abordagem o pesquisador coleta e analisa dados ou realiza inferências usando abordagens tanto quantitativas, quanto qualitativas em um único estudo (Tashakkori; Creswell, 2007). Vale lembrar que pesquisas quantitativas são consideradas aquelas que se utilizam de amostras numéricas, em que os dados são quantificáveis, ou seja, são traduzidos em números as opiniões e informações identificadas, a fim de classificá-las e analisá-las. Essa abordagem requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas que vão permitir a quantificação dos dados (Silva; Menezes, 2005).

Lakatos e Marconi (2019) complementam que, a partir desses dados o pesquisador procura relações entre as variáveis obtidas e os resultados, evidenciando a relação entre diferentes elementos. Esta abordagem é considerada mais direta e precisa e permite olhar os dados com maior objetividade.

Quanto a pesquisa qualitativa, visa analisar e interpretar aspectos mais profundos do objeto de pesquisa. Lakatos e Marconi (2019) apontam que por meio da abordagem qualitativa é possível realizar uma análise mais detalhada do conteúdo psicossocial, de atitudes, hábitos e tendências dos indivíduos. Nesse mesmo sentido, Minayo, Deslandes e Gomes (2008) consideram que a pesquisa qualitativa pode responder a questões particulares, atendendo a um nível da realidade que não pode e nem deve ser quantificado, e, portanto, trabalha com significados, como os motivos, as crenças ou valores e as atitudes.

Gil (2021) evidencia que as abordagens qualitativas se distinguem apenas pela natureza de seus dados, mas principalmente pelo enfoque interpretativo que se diferenciam daqueles utilizados nas abordagens quantitativas. Esse aspecto interpretativo acerca dos dados diz respeito a compreensão de que o mundo e a sociedade podem ser analisados a partir da inferência daqueles que o vivenciam. Dessa forma, a abordagem “[...] qualitativa passou a ser reconhecida como importante para o estudo da experiência vivida e dos complexos processos de interação social.” (Gil, 2021, p. 62-63)

A abordagem mista segundo Creswell (2007) surgiu da necessidade de reunir dados quantitativos e qualitativos em um mesmo estudo, com a inclusão de métodos mistos de observação e, portanto, análise, buscando compreender os dados de forma mais ampla e profunda. Vale indicar, que nesta pesquisa a análise quantitativa dos resultados bibliográficos foi aporte para a análise qualitativa, sendo que esta última tem mais peso nos processos de inferência, visto que se aplica a todos os dados e pode atender melhor aos objetivos elencados aqui.

6.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto ao delineamento da pesquisa, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008, p. 50), parte de materiais já elaborados, como artigos científicos, livros e monografias. Esse método de pesquisa permite “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que

aquela que poderia pesquisar diretamente.” A pesquisa bibliográfica teve como intuito levantar artigos, teses e dissertações que estabeleceram relações entre a competência em informação e os debates de gênero.

Para tanto, utilizamos uma Revisão Integrativa de Literatura, que de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103-104), “[...] determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto.” Cabe ainda argumentar, conforme Broome (2000), que a revisão integrativa pode ser definida como aquela em que pesquisas são realizadas a partir de conclusões gerais de muitos outros estudos. Pompeo, Rossi e Galvão (2009) indicam uma estrutura de seis fases para a realização de uma Revisão Integrativa de Literatura. O quadro 1 apresenta tais fases no processo de desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 1 - Fases da Revisão Integrativa de Literatura

Fase		Descrição
1	Identificação do tema e seleção da hipótese	A competência em informação, como um movimento para promoção de recursos, habilidades e conhecimentos voltados ao acesso e avaliação de informações, pode se relacionar aos estudos da teoria feminista marxista, assim como contribuir no enfrentamento às desigualdades de gênero.
2	Critérios para inclusão de estudos	Documentos em língua portuguesa, espanhola e inglesa. Publicados entre até junho de 2023 e avaliados pelos pares.
	Critérios para exclusão de estudos	Documentos sobre feminismo e relações sociais de sexo no contexto da Ciência da Informação que não se voltem para busca, acesso, uso, compartilhamento da informação e demais questões relacionadas à competência em informação.
3	Informações a serem extraídas dos estudos selecionados	Natureza; objetivos; conceitos; teorias; metodologias; resultados.
4	Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa	Contempla os objetivos da pesquisa; tratando sobre informação e competência em informação no contexto das relações sociais de sexo e/ou gênero.
5	Interpretação dos resultados	Análise Bibliométrica e Análise de conteúdo
6	Apresentação da síntese	Os resultados foram apresentados de acordo com o estabelecimento de algumas categorias definidas com a aplicação da análise de conteúdo

Fonte: Elaborada pela autora com base em Pompeo, Rossi e Galvão (2009).

Em um segundo momento, foi desenvolvida uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental utiliza-se de materiais produzidos por terceiros e que não foram tratados de forma analítica e, portanto, podem ser

analisados buscando atender os objetivos desta pesquisa.

6.3.1 *Corpus* da pesquisa bibliográfica e documental

O *corpus* desta pesquisa na etapa bibliográfica foi constituído de livros, artigos, teses e dissertações em língua inglesa, espanhola e portuguesa. A escolha das línguas se justifica, pois o português é a língua na qual a pesquisa foi desenvolvida e utilizada nas produções nacionais, a língua espanhola por ser idioma predominante no território da América Latina e o inglês por se constituir em idioma no qual as produções científicas em Ciência da Informação e competência em informação são expressivas. As bases e repositórios para realização da pesquisa incluem buscas em um ou mais idiomas, conforme mencionados, e foram selecionadas visto a possibilidade de recuperação de materiais do campo da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e ou Museologia. Na sequência, no quadro 2, estão as bases de dados para o levantamento bibliográfico e o modelo de busca sistematizada.

Quadro 2 – Bases de dados para busca sistematizada

Língua	Tipologia	Base
Port.	Teses e Dissertações	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
		Catálogo de Teses e Dissertações CAPES
	Artigos/trabalhos de eventos	Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
		Brapi
		Periódicos nacionais da Ciência da Informação (Qualis A)
Ing.; Esp.	Artigos e capítulos de livros	Scopus
		Emerald
		Periódico <i>Communications in Information Literacy</i>
Ing.; Pot.; Esp.	Artigos e Livros	Scielo
		Google Scholar
		Portal de Periódicos da Capes.

Fonte: elaborada pela autora

Sobre as estratégias de busca utilizadas nestas bases, consideramos pesquisas dentro do escopo da competência em informação e suas variantes terminológicas nas três línguas (inglês, português e espanhol), e as palavras relacionadas às teorias feministas (mulher, gênero, sexo, feminismo), também suas variações nas três línguas. As figuras 4 a 6 listam os termos que foram utilizados em língua portuguesa, inglesa e espanhola. Os operadores booleanos AND e OR, foram aplicados nas bases conforme as possibilidades, para interseccionar os termos e possibilitar maior precisão das buscas. Além disso, as buscas não foram realizadas com uma delimitação temporal, mas os resultados identificados foram de 1997 a junho

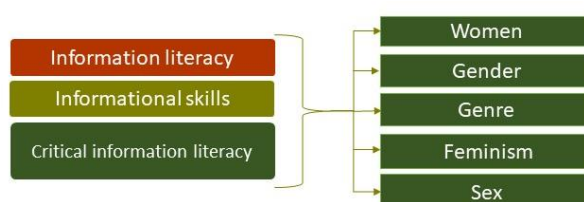
de 2023, sendo que a última data se refere ao período de levantamento para esta pesquisa.

Figura 4 – Termos para a composição das estratégias em português



Fonte: elaborado pela autora

Figura 5 – Termos para a composição das estratégias em inglês



Fonte: elaborado pela autora

Figura 6 – Termos para a composição das estratégias em espanhol



Fonte: elaborado pela autora

Após a localização dos materiais, realizamos a leitura dos resumos, selecionamos os trabalhos a serem lidos na íntegra e a partir destes estabelecemos

um *corpus* de análise para registro no formulário de coleta de dados. O quadro 3 ilustra cada um dos resultados obtido nesse processo:

Quadro 3 – Registro dos resultados na busca sistematizada

Fonte de Informação	Inclusão/ Recuperados	Após primeiro parâmetro de exclusão	Após segundo parâmetro de exclusão	Após terceiro parâmetro de exclusão
Scopus	13	6	2	2
Emerald	27	9	4	4
Scielo	47	1	1	1
Portal de Periódicos Capes	52	17	8	5
Google Acadêmico	68	50	38	29
CIL	3	2	2	2
Redalyc	6	2	2	2
BDTD	13	8	8	7
BTD	7	3	3	3
Periódicos Nacionais	76	27	16	9
Brapi	18	10	10	10
Benancib	8	5	5	5
Total	346	140	99	79

Fonte: elaborado pela autora

Quanto aos parâmetros de inclusão e exclusão, eles foram aplicados da seguinte forma:

- 1) Os termos apresentados nas figuras 4, 5 e 6 foram combinadas e aplicadas as bases de dados selecionadas, esse processo resultou em 346 textos recuperados;
- 2) O primeiro parâmetro de exclusão foi a leitura dos resumos e identificação das temáticas tratadas, assim como da natureza das publicações, foram selecionados apenas trabalhos que tinham alguma relação com os temas abordados nesta pesquisa, sendo que desse montante restaram 140 publicações;
- 3) O segundo parâmetro de exclusão foi a partir da leitura integral dos materiais, e teve como critério a adequação aos objetivos da pesquisa;
- 4) E o último critério de exclusão tratou-se apenas da remoção de trabalhos duplicados, estabelecendo assim um *corpus* de análise de 79 publicações nas três línguas.

Vale indicar que além da parte teórica, esta pesquisa também fez um mapeamento das práticas dos profissionais da informação no terreno da competência em informação direcionado a mulheres e meninas, para tanto utilizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. Para a fase documental, realizamos uma busca em sites, fóruns, blogs, redes sociais, e portais de notícias brasileiros relacionados à Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, com intuito de identificar ações de formação realizadas por unidades informacionais nos últimos cinco anos e que auxiliem no desenvolvimento de habilidades informacionais em mulheres.

Quanto aos critérios excludentes nessa etapa, estabelecemos que atividades que não foram realizadas por profissionais da informação ou unidades de informação e que não trataram especificamente de ações voltadas para as mulheres não foram incluídas neste *corpus* de análise. Selecionamos, com base na literatura disponível, exemplos de ações educativas mais utilizadas por bibliotecários, museólogos e arquivistas e que podem figurar o campo da competência em informação. Essas ações foram compostas com palavras-chave relacionadas às temáticas feministas, identificadas durante a construção dos capítulos 2 e 5, de forma a estabelecer palavras-chave que permitiram a busca das ações em território nacional.

Figura 7 – Termos e composição das estratégias de busca de ações para a competência em informação



Fonte: elaborado pela autora

Vale nesse ponto indicar que quatro documentos foram basilares para a construção dos dados documentais. No contexto das bibliotecas públicas, nos baseamos nos dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas,

por meio do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas²⁴. A partir do cadastro mantido pela entidade mapeamos as bibliotecas públicas brasileiras, posteriormente realizamos a identificação de sites e redes sociais dessas instituições, vale indicar que a maioria das instituições não possuíam site próprio e tinham suas informações básicas sítadas no site das prefeituras. Identificados as instituições que possuíam redes sociais e site, foi realizado o levantamento de ações publicadas nesses espaços que tivessem sido desenvolvidas entre 2019 e 2023 e fossem voltadas para mulheres ou meninas. Além disso, identificamos através do Ministério de Educação²⁵, instituições públicas de ensino superior no Brasil, e a partir disso localizamos seus sites e rede sociais no intuito de levantar também nas bibliotecas universitárias públicas as ações promovidas.

Desta forma, foram inicialmente analisadas 5221 instituições, com objetivo de localizar suas redes sociais e sites. Posterior a essa etapa, foram selecionadas as bibliotecas que tinham páginas de Instagram ou Facebook atualizadas desde 2019, e sites que tivessem informações relevantes para essa pesquisa, como agenda, atividades, etc. De maneira que, considerando o número extenso de dados, não foram analisados os sites que tinham somente informação de funcionamento, localização e contato. Assim, foram analisados sites e redes sociais de 1272 bibliotecas entre públicas municipais, estaduais e universitárias públicas.

No que concerne ao ambiente dos museus, tivemos acesso ao relatório gerado pelo Ibermuseus²⁶, que é uma entidade de apoio a museus Ibero-americanos. Localizamos nessa entidade um registro de museus de toda a América Latina, selecionamos os museus brasileiros, e a partir das informações do formulário (Apêndice B) navegamos em cada site ou redes sociais disponibilizadas visando localizar ações voltadas para as mulheres. Vale mencionar, que dos 2157 museus apresentados na planilha, 1143 já continham as informações de site e redes sociais, de forma que analisamos apenas estes.

No âmbito dos arquivos fizeram parte do levantamento as unidades arquivísticas e documentais presentes na consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas no Conselho Nacional de Arquivos²⁷. Foram

²⁴ Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

²⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes>. Acesso em: 20 jul. 2023.

²⁶ Disponível em: <http://www.rmiberoamericanos.org/>. Acesso em: 13 dez. 2022

²⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 17 fev. 2024.

levantadas as redes sociais de todas as entidades e partir disso fizemos uma busca. Após análise das instituições selecionamos as ações que tinham relações com gênero, feminismo e mulheres, para isso foram consideradas atividades que tivessem informações necessárias ao preenchimento do formulário (Apêndice B), como objetivo, biblioteca responsável, tipologia de atividade, etc. Foram identificadas 347 ações atendendo esses aspectos e promovidas, ou em parceria, com arquivos, bibliotecas e museus.

6.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

No que concerne à coleta de dados, Gil (2021) pondera que muitas são as formas realizadas nas pesquisas sociais. Para ele a pesquisa bibliográfica pode ter informações obtidas em textos elaborados com a finalidade de serem lidos. Já os dados documentais podem ser obtidos mediante consulta a arquivos, análise de documentos ou artefatos físicos. Para o autor, o documento possui uma compreensão ampla e pode ser visto como qualquer suporte que incorpora algum tipo de informação.

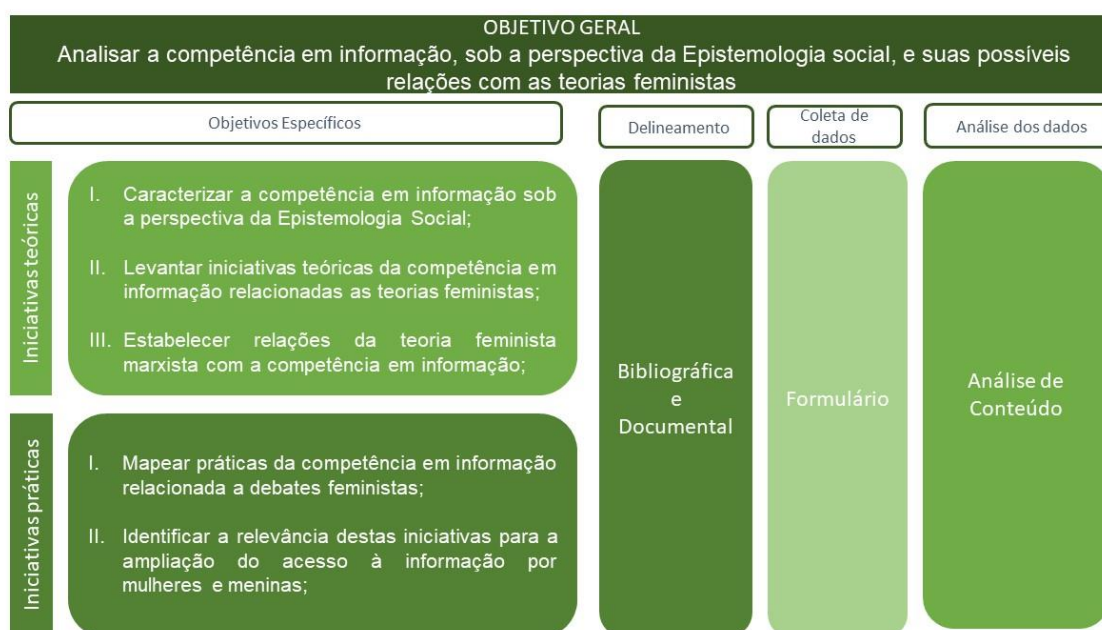
Desse modo, a coleta de dados, tanto na etapa bibliográfica, quanto documental, foi realizada por meio de um formulário (Apêndices A e B). Para Gil (2002), formulário é o instrumento em que o pesquisador estabelece previamente questões ou informações relevantes a serem coletadas e ele mesmo anota as respostas. O formulário pode ser utilizado tanto para pesquisa com pessoas, como para sistematizar informações em pesquisas documentais e bibliográficas.

Sobre a aplicação do formulário em pesquisas bibliográficas e documentais, indicamos que após o levantamento dos materiais e o estabelecimento das estratégias de inclusão e exclusão e o estabelecimento do *corpus* desta pesquisa, foi realizada a leitura completa dos materiais selecionados e alguns aspectos coletados para a análise dos dados, tais como, título, autoria, objetivos, observações, entre outros (Apêndice A e B). A extração desses aspectos estabeleceu os dados para etapa posterior de análise.

6.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Nesta pesquisa nos valem de técnicas de análise sendo elas a bibliometria e a análise de conteúdo. Para isso a pesquisa foi dividida em três distintos momentos de análise. 1) o *corpus* teórico, cuja pesquisa foi bibliográfica e passou por uma análise bibliométrica; 2) esse mesmo *corpus* foi submetido a análise de conteúdo, conforme as categorias determinadas *a priori* e *posteriori*; 3) análise das práticas de competência em informação o *corpus* documental passou por uma análise categorial, conforme categorias definidas de acordo com o objetivo desta pesquisa. A figura 8 organiza visualmente nossas escolhas metodológicas:

Figura 8 – Procedimentos metodológicos em relação aos objetivos



Fonte: elaborado pela autora

Na sequência, apresentaremos as técnicas de análise dos dados e suas aplicações nesta pesquisa.

6.5.1 Análise bibliométrica

Os estudos métricos englobam a bibliometria, infometria e cientometria, e envolvem a avaliação da informação produzida, especialmente a científica, em diversos formatos, utilizando ferramentas quantitativas de análise. Fundamentados em disciplinas como sociologia da ciência, ciência da informação, matemática, estatística e computação, esses estudos têm uma natureza teórico-conceitual quando

contribuem para o avanço do conhecimento na área, propondo novos conceitos e indicadores, além de reflexões e análises pertinentes. Eles também possuem uma natureza metodológica ao oferecerem suporte aos trabalhos teóricos na área de aplicação. (Oliveira; Grácio, 2011).

O termo bibliometria surgiu da junção das palavras gregas *biblion*, que significa livro, e *metrikos*, que significa mensuração. A bibliometria, dessa forma, se refere a um processo de mensuração no contexto dos livros e documentos (Moraes, 2020). Em 1969 Pritchard definiu a bibliometria como “[...] a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação.” E evidenciou a importância do uso explícito do termo em pesquisas no campo da Ciência da Informação (Pritchard, 1969, p. 349). De acordo com Moraes (2020) a bibliometria utiliza-se de uma série de abordagens científicas baseadas em regras estatísticas, que visam através da mensuração compreender aspectos da comunicação científica. A análise bibliométrica pode apresentar abordagens que vão desde a contagem das publicações, até aplicação de métodos estatísticos mais sofisticados.

Vale nesse contexto mencionar Price (1963), para quem a bibliometria é o estudo quantitativo da atividade científica. Essa caracterização teve como ponto de partida a percepção de que certas leis econométricas, especialmente aquelas relacionadas ao cálculo da mão-de-obra no mundo do trabalho, poderiam também explicar o comportamento da literatura científica. Baseando-se nesta perspectiva, o autor afirmou que os dados quantitativos sobre revistas e artigos científicos seguem regras estáveis, configurando-se como indicadores do estado da ciência.

Para Moraes (2020) entre as diversas possibilidades de análises métricas evidencia-se a aplicação de indicadores, os quais podem ser determinados conforme os objetivos da pesquisa e fontes de informação utilizadas. Sobre esses indicadores, Grácio (2020, p. 46) diz que eles têm contribuído para “[...] identificar, descrever e analisar os diversos campos do conhecimento, temáticas e domínios, nos diversos níveis de agregação, que se destacaram no decorrer do desenvolvimento científico, assim como para visualizar as relações estabelecidas durante este processo.” Eles subsidiam tanto estudos históricos e sociológicos da ciência, quanto aqueles que obtêm estimativas para inferências de futuras perspectivas para o campo científico. A autora considera dessa forma, que um indicador é uma medida, geralmente quantitativa, que se destina a operacionalizar um conceito abstrato e expressa de maneira empírica um aspecto ou

mudanças na realidade social, de maneira a oferecer aporte metodológico às análises em pesquisas científicas.

Nesta pesquisa, como resultado dos objetivos elencados utilizamos dois grupos de indicadores bibliométricos para as análises, especificamente os de produção e de citação, a partir da análise das referências, tomando-se por base os dados levantados na pesquisa bibliográfica de cunho teórico.

Sobre os indicadores de produção, Moraes (2020, p. 52) aponta que

[...] **indicadores de produção** refletem os produtos da ciência, medidos pela contagem dos trabalhos e pela tipologia das fontes citadas, como livros, artigos, eventos e relatórios, e podem ser gerados por diversas unidades, como instituição, publicação, área de conhecimento e país de origem. O indicador básico é o número de publicações, que procura refletir características da produção ou do esforço empreendido, mas não mede a qualidade delas.

Para Oliveira e Grácio (2011, p. 20) “O indicador básico de produção é constituído pela contagem do número de publicações do pesquisador, que busca, por meio de sua produtividade, refletir o impacto junto à comunidade científica a qual pertence.” Nesta pesquisa, identificamos em artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos as autorias que mais publicaram sobre temáticas feministas no campo da competência em informação, bem como analisamos o comportamento quanto ao tipo de fonte bibliográfica, idioma e origem geográfica.

As citações em trabalhos acadêmicos são utilizadas quando se deseja fazer menção a um estudo já realizado, seja para reforçar seu argumento, refutar, apresentar definições, entre outras possibilidades. As citações podem refletir aspectos da produção de um pesquisador ou do conjunto de pesquisadores e sinalizam os fundamentos teóricos de um campo, as contribuições e pesquisadores significativos adotados. Nesse contexto, a citação se apresenta como um registro de ideias apresentadas em um texto advindas de outros textos. A partir disso, consideramos que a citação se liga a outro recurso científico que é indissociável a ela, a referência. Que se trata do registro da fonte de onde foram apreendidas as citações (Moraes, 2020; Silveira; Bazi, 2009).

Sobre isso Silveira e Bazi (2009, p. 6) apresentam que

[...] as unidades de análise dos estudos de citação são, na verdade, em sua maioria, as referências arroladas no final de uma pesquisa e/ou contribuição científica. Daí surge a *indissociabilidade* entre citação e referência, pois esses recursos representam o reconhecimento de ideais e o conhecimento de fontes de informações, respectivamente.

Grácio (2020) considera que ao estabelecer as relações entre seu trabalho e os documentos anteriores, o pesquisador se reporta a fundamentos teórico-metodológicos presentes em seu campo científico. Dessa forma, a análise das referências de um texto ou de um conjunto de produções em um campo pode indicar os principais interesses e o aspectos científicos centrais desse campo. Assim, conforme um pesquisador produz novas pesquisas, o conjunto de autorias que ele referencia, principalmente aquelas reincidentes em suas obras, estabelece uma identidade teórica e científica para aquele pesquisador.

Tendo esses debates em vista, nesta pesquisa analisamos as referências de cada artigo presente no *corpus* de análise, desta maneira, não trabalharemos com as medidas de citações, mas sim com a lista de referências produzida a partir das citações realizadas. Isto porque, a partir da análise dos trabalhos citados na pesquisa, identificamos linhas teóricas presentes no *corpus* analisado. Dessa maneira, por meio das referências estabelecemos as autorias mais citadas pelo conjunto de produções analisadas.

As análises empreendidas se utilizam do princípio da Lei de Price, que estabelece que a raiz quadrada do número total de autores em um determinado campo produzirá, no mínimo, metade de todos os artigos publicados por essa população de autores. Sobre isso, o autor coloca que “A metade dos artigos científicos do mundo é escrita por aqueles que escrevem mais de vinte artigos em toda sua vida, e o número desses autores altamente produtivos é aproximadamente a raiz quadrada do total dos autores” (Price, 1963, p. 41). Desta forma, as autorias mais produtivas, quanto os textos e autorias mais referenciados partiram desse parâmetro para análise.

Este estudo não se trata, no entanto, de um estudo métrico, mas as técnicas de análise da bibliometria nos permitiram uma maior compreensão do *corpus* analisado, tendo em vista que considerando o tamanho desse *corpus* a análise de conteúdo seria insuficiente para traçar determinadas compreensões. Vale por fim ponderarmos, com apoio de Grácio (2020), que estudiosos do campo de métricas resguardam sobre a afirmação de que o indicador métrico constitui expressão parcial da realidade científica retratada e não pode, portanto, ser considerado uma verdade absoluta desta realidade. Partindo também dessa preocupação, nos valem de outro método de análise, que visa ampliar e complementar as análises bibliométricas utilizadas, buscando uma compreensão mais profunda do *corpus* analisado.

6.5.2 Análise de conteúdo

Os dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica e documental foram analisados através da técnica de análise de conteúdo. Tal técnica de análise consiste em descrever, sistematizar e interpretar os conteúdos contido em todas as classes de documentos e textos, podendo ser ainda conduzida à descrições sistemáticas qualitativas, ajudando a reinterpretar mensagens e atingir uma compreensão de seus significados além da leitura tradicional (Moraes, 1999).

Segundo Gil (2021) a análise de conteúdo inicialmente voltava-se para o estudo dos meios de comunicação de massa e identificava a presença de palavras, conceitos, temas, frases presentes no enunciado. Com o passar do tempo, essa técnica foi se ampliando e seu sentido se modificando, com a adoção de procedimentos de natureza qualitativa passou a considerar contextos sociais, econômicos, políticos em suas análises. A partir disso, passou a possibilitar que o pesquisador realize inferências acerca de aspectos relacionados ao enunciado, mas também sobre a sociedade, a cultura, etc. Com essas mudanças, a análise de conteúdo passou a ser utilizada em diversos campos das ciências sociais, “[...] sobretudo em campos difíceis de pesquisar mediante procedimentos de observação ou de interrogação, como os que envolvem questões de gênero, ideologia política, estratégia de negócios e convicções religiosas.” (Gil, 2021, p. 71).

Conforme define Bardin (1977, p.42), a análise de conteúdo pode ser compreendida como um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Vale pontuar que a análise de conteúdo não visa a compreensão de aspectos da língua ou da linguagem comunicada apenas, mas visa analisar a superfície dos textos, ou seja, o que eles dizem e tenta também identificar fatores que possam determinar essas características (Bardin, 2010).

Triviños (2012) indica que é necessário realizar três etapas para aplicação da análise de conteúdo, sendo elas: a) pré-análise, que constitui na organização inicial dos dados coletados; b) descrição analítica, em que os dados serão codificados, classificados e categorizados, e; c) interpretação inferencial, na qual os dados serão

interpretados, exigindo reflexão e estabelecimento de relações com outras pesquisas ou conhecimentos.

A pré-análise, como já mencionado, trata da organização dos materiais, seu objetivo é tornar operacional e sistematizar ideias iniciais, conduzindo a um esquema preciso de como se desenvolverão as operações que caracterizarão o plano de análise. Essa fase envolve a escolha e exploração dos documentos que vão fazer parte da análise, a formulação das hipóteses que serão norteadoras do processo de análise e a elaboração de indicadores que vão fundamentar a interpretação final (Bardin, 2010).

A descrição analítica trata-se de um processo sistemático e objetivo de descrição do conteúdo, torna-se desta maneira um tratamento da informação contida nos documentos. Porém, conforme pondera Bardin (2010), a análise não se limita ao conteúdo, ainda que essa seja uma fase essencial, mas pode ser empregada como uma análise dos significados (análise temática) ou dos significantes (análise léxico procedimental). Cabe evidenciar que esta pesquisa visa trabalhar com a análise dos significados, ou seja, com a valoração teórica, política, prática dos conteúdos analisados.

A interpretação e inferência dos dados é a fase final, nessa fase os resultados são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações de sistematização podem permitir a elaboração de figuras, tabelas, diagramas que colocam em relevo informações importantes identificadas pela análise. A inferência é a condição de a partir dos dados evidenciar outros conteúdos de natureza psicológica, sociológica, histórica, econômica, a depender dos objetivos do pesquisador. Nessa fase, significamos os dados identificados e podemos estabelecer novos saberes, conhecimentos ou pressupostos das categorias previamente estabelecidas.

No que tange às categorias, Bardin (2010) coloca que as categorias de fragmentação devem levar em conta alguns aspectos, tais como:

- a) homogêneas: deve ser uniforme, sem sedimentações;
- b) exaustivas: esgotar a totalidade do texto;
- c) exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
- d) objetivas: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais;
- e) adequadas: isto é, adaptadas ao conteúdo e aos objetivos da pesquisa.

Dessa forma, indicamos que os dados coletados foram analisados considerando a

priori as categorias: **Teóricas:** a) teorias feministas balizadoras; b) concepções de competência em informação; c) bases epistemológicas da ciência da informação nos estudos da competência em informação no contexto das mulheres; d) compreensão da informação no contexto das mulheres. **Práticas:** a) ações voltadas para a competência em informação; b) temáticas do feminismo; c) objetivos das ações; d) público-alvo.

Quadro 4 – Análise de conteúdo

Pré-análise	Descrição Analítica	Interpretação Inferencial
Selecionar e organizar os trechos conforme sua contribuição para cada uma das categorias	Descrição sistemática dos debates teóricos e iniciativas práticas presentes nas fontes de informação	Interpretação dos dados relacionando-os com a literatura

Fonte: elaborado pela autora

No desenvolvimento do processo de análise de conteúdo, optamos pela utilização de duas formas de análise de conteúdo, que foram estabelecidas seguindo a categorização *a priori*, mas que no decorrer do processo de análise sintetizaram-se em novas categorias, conforme delineado a seguir.

Na análise do *corpus* teórico, tendo em vista sua densidade levamos em consideração suas **unidades de contexto**. Bardin (1977, p. 107) explica que a unidade de contexto “[...] serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo. Essa unidade permite a compreensão mais acurada do sentido que as unidades de registo compõem, permitindo entender o significado do registo.

Já a unidade de registo, corresponde aos segmentos dos conteúdos, e, portanto, pode ser codificada visando a categorização. Sobre isso Bardin (1977, p. 104) fala que “A unidade de registo pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Reina uma certa ambiguidade no concernente aos critérios de distinção das unidades de registo.” Essa unidade de registo, permite uma categorização, que vai ser estabelecida tendo em conta questões semânticas e linguísticas relacionadas ao registo, as definições dessas unidades e categorias neste escrito serão apresentadas juntamente aos resultados na seção seguinte.

Já referente aos dados documentais, esses foram organizados conforme categorização temática. Para Bardin (1977) a análise temática consiste em identificar

os "núcleos de sentido" presentes na comunicação ou no material analisado, que podem fornecer insights sobre padrões, tendências ou preocupações relevantes. Esse processo envolve a identificação, codificação e agrupamento de unidades de registro em categorias ou temas, seguido pela exploração, interpretação e relato dos resultados. Desta forma, o tema, conforme indica a autora, "[...] corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas." (Bardin, 1977, p. 106).

Entendido essa questão, nossa reflexão se dará aqui sobre a recorrência de determinadas temáticas entre as ações identificadas, dando a esse conjunto relevância para análise dos dados como um todo. Tendo isto posto, a seção a seguir visa apresentar e analisar os dados levantados, e para tanto apresentaremos as categorias estabelecidas também *a posteriori*.

7 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e analisados, tanto os dados teóricos desta pesquisa, quanto o mapeamento das ações práticas desenvolvidas no âmbito das unidades de informação. Para isso, seguimos duas propostas de análise de Bardin (1977), que consiste nos passos previamente apresentados nos procedimentos metodológicos.

7.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS TEÓRICOS

“O conhecimento é o processo pelo qual o pensamento se aproxima infinita e eternamente do objeto. O reflexo da Natureza no pensamento humano deve ser compreendido não de maneira “morta”, não “abstratamente”, não sem movimento, não sem contradição, mas sim no processo eterno do movimento, do nascimento das contradições e sua resolução.” - Lenin

Conforme mencionado anteriormente os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa são resultantes das buscas nas bases dados, bibliotecas digitais, periódicos e eventos relacionados à Ciência da Informação e à competência em informação. Após a leitura dos resumos foi realizada a exclusão de materiais repetidos, produções didáticas, editoriais científicos, textos com temáticas distintas àquelas da pesquisa. Após essa filtragem o *corpus* ficou constituído de 79 textos, sendo eles 38 em inglês, 31 em português e 10 em espanhol, contemplando um período de 1997 a junho de 2023. Quanto a natureza das pesquisas, 54 são artigos de periódicos, 11 textos publicados em anais de eventos, 9 são produções monográficas de conclusão de curso e 5 são livros ou capítulos de livros. Esses materiais após a seleção e realização da primeira leitura são apresentados no quadro 5.

Quadro 5 – Produções de competência em informação relacionada ao feminismo em português, inglês e espanhol

	Ano	Autoria	Título
1	1997	Volman	Gender-related effects of computer and information literacy education
2	2003	Nascimento	Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense
3	2005	Hull e Preston	Social class and gender as predictors of information literacy skills report of a research in progress
4	2006	Gundu	The Impact of the level of literacy on access to information by urban black women in Zimbabwe: A case for Kariba town

5	2009	Baro e Fyneman	Information literacy among undergraduate students in Niger Delta University
6	2011	Carmona	Brecha digital. Notas desde una perspectiva de género
7	2011	Eckerdal	Young women choosing contraceptives Stories about information literacy practices related to evaluation and use of information sources
8	2012	Fernández	La alfabetización informacional (ALFIN) y las mujeres: aprender a aprender
9	2012	Liu e Sun	Gender Differences on Information Literacy of Science and Engineering Undergraduates
10	2013	Fountain	Critical Information Literacy Beyond the University: Lessons From Service in a Women's Health Interest Group
11	2013	Papen	Conceptualising information literacy as social practice: a study of pregnant women's information practices
12	2014	Pérez Pais e Picallo Martínez	Las nuevas tecnologías al servicio de la igualdad: análisis de las páginas web de las unidades de igualdad de las universidades españolas
13	2014	Clemente	Alfabetización informacional de madres de familia: una experiencia de inclusión digital
14	2015	Caribé, Pinto e Djones	Necessidades de informação do gênero mulher no Distrito Federal, Brasil: resultados de um survey
15	2015	Solano	Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural (Brasília – DF)
16	2016	Martínez-Abad, Rodríguez-Conde, Calvo e Torrecilla-Sánchez	Assessment, training and innovation in information literacy in secondary education Mediation and moderation techniques in gender studies
17	2016	Park, Kim e Lee	Proficiency level and Gender Difference in Computer and Information Literacy
18	2016	Adekannbi e Adeniran	Information literacy of women on family planning in rural communities of Oyo State Nigeria
19	2016	Mudhai, Wright e Musa	Gender and critical media information literacy in the digital age: Kenya, South Africa and Nigeria
20	2016	Punter, Meelissen e Glas	Gender differences in computer and information literacy: Na exploration of the performances of girls and boys in ICILS 2013
21	2016	Padma e Ramasamy	Seven Pillars of Information Literacy Skills: A Gender-Based Evaluation
22	2016	Silva e Olinto	Gender Differences in ICT Use and Information Literacy in Public Libraries: A Study in a Rio de Janeiro Public Library
23	2017	Tebaldi	Contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os debates sobre alfabetização midiática e informacional
24	2017	Zapata, Arraiza, Silva e Soares	Desafíos de la Inclusión Digital: antecedentes, problemáticas y medición de la Brecha Digital de Género
25	2017	Salomon	Prática informacional e competência em informação: um estudo dos filtros na busca e recuperação sobre violência doméstica contra a mulher
26	2017	Chege, Njoroge e Mankone	An evaluation of information Literacy Skills of Parliamentarians in Kenya: A Case Study of County Women Representatives
27	2017	Taylor e Dalal	Gender and Information Literacy: Evaluation of Gender Differences in a Student Survey of Information Sources

28	2018	Belluzzo	Competência em informação (ColInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea
29	2018	Pegues	Engendering Social Justice in First Year Information Literacy Classes
30	2018	Agúndez-Soriano e Cerveró	Alfabetización informacional para mujeres reclusas: una experiencia en la comunidad de Madrid
31	2018	Farné	Alfabetización informacional con perspectiva de igualdad y justicia social: una experiencia docente para documentación informativa
32	2018	Cananéa, Rocha e Targino	Maternidade em pauta: reflexões sobre ativismo digital e sua relação com a competência em informação
33	2018	Romeiro, Silva e Brisola	A página arrumando letras como um espaço para a desconstrução da dominação do patriarcado
34	2019	Gebhardt, Thomson, Ainley e Hillman	Gender Differences in Computer and Information Literacy An In-depth Analysis of Data from ICILS
35	2019	Pinto, Sales e Fernández-Pascual	Gender perspective on information literacy: An interdisciplinary and multidimensional analysis within higher education settings
36	2019	Fevrier e Garcez	Competência em informação para atuação política e social na Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma análise da produção científica produzida por mulheres sobre o tema
37	2019	Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares	Mulheres e mães do Bolsa Família: acesso à informação, empoderamento e cidadania em três comunidades de Sergipe
38	2019	Melo	Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba
39	2019	Melo, Alves e Brasileiro	Práticas Informacionais das mulheres negras: construindo competência crítica em informação
40	2020	Viola e Schneider	Direitos das mulheres e a encontrabilidade da informação no portal da câmara dos deputados: perspectivas brasileiras rumo à Agenda 2030 das Nações Unidas
41	2020	Singh e Kumar	An empirical assessment of information literacy competency of social science researchers: a gender perspective
42	2020	Doyle	Paridade bibliográfica-conceitual: resistências de gênero nos estudos críticos da informação
43	2020	Douglas	Moving from Critical Assessment to Assessment as Care
44	2021	Brisola	Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas
45	2021	Kassim e Ndumbaro	An assessment of health information literacy among women in rural Lake Zone, Tanzania
46	2021	Doyle	Competências em informação, mídias e tecnologias Digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero: Práticas de ensino críticas
47	2021	Doyle e Olinto	Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero
48	2021	Melo, Alves, Rocha e Brasileiro	As práticas informacionais e os estudos contemporâneos sobre competência em informação

49	2021	Pellegrini e Vitorino	Competência em informação de mulheres rurais: primeiras impressões com base nos estudos publicados em periódicos internacionais
50	2021	Pellegrini, Vitorino e Herrera	Competência em informação e empoderamento feminino: delimitações teóricas para a área de Ciência da Informação
51	2021	Guaraldo, Santos e Avelino	Desenvolver competências na universidade e sociedade: o enfrentamento à violência contra a mulher
52	2021	Kuhnen e Vitorino	Vulnerabilidade em informação e mães solo: possibilidades à competência em informação
53	2021	Pellegrini, Vitorino e Herrera	Competência em informação e empoderamento de mulheres
54	2021	Pérez e Acebal	La brecha digital en materia de género: características y acciones al respecto
55	2021	Jeyshankar e Nachiappan	Study on Gender Differences in Information Literacy Skills among Research Scholars of Alagappa University, Karaikudi, Tamil Nadu
56	2021	Mahmood, Batool e Ahmmad	Investigating digital information literacy in relation with demographic factors: a case of women in Pakistan
57	2021	Hassan e Masoud	Online health information seeking and health literacy among non-medical college students: gender differences
58	2021	Nierenberg e Dahl	Is information literacy ability, and metacognition of that ability, related to interest, gender, or education level? A cross-sectional study of higher education students
59	2021	Zhang, Wang Ouyang e Redding	Survey on medication information literacy and influencing factors among pregnant Chinese women
60	2021	Mahmood. Batool, Rafiq e Safdar	Examining digital information literacy as a determinant of women's online shopping behavior
61	2022	Brisola e Viola	Dimensão da competência crítica em informação de gênero e feminismos: um aprofundamento necessário
62	2022	Doyle e Brisola	Dois dedos de prosa sobre competência crítica em informação
63	2022	Pellegrini	Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento
64	2022	Doyle e Olinto	Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais
65	2022	Melo, Alves e Brasileiro	A competência crítica em informação e o enfrentamento às desigualdades de gênero
66	2022	Miranda e Alcará	Debates iniciais sobre o papel da competência em informação no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos
67	2022	Silva e Gomes	Movimentos antifeministas e desinformação: uma análise dos discursos promovidos no Instagram
68	2022	Camarero, Herrero-Diz e Varona-Aramburu	Desinformación de género en Honduras: medios de comunicación y jóvenes frente a las noticias sobre violencia contra las mujeres
69	2022	Mateus, Mangué e Ortiz-Repiso	La alfabetización digital de mujeres hacia la inclusión digital y el cumplimiento de la agenda 2030: una comparación entre las políticas públicas de inclusión digital en Mozambique y España
70	2022	Anwar, Oliver, Frings-Hessami, Sah e Sarker	Collective aspects of information literacy in developing countries: a Bangladeshi case

71	2022	Atikuzzaman, Yesmin e Karim	Measuring health information literacy in everyday life: a survey among tribal women in a developing country
72	2022	Ossai	Gender Differences in Information Literacy Self-Efficacy among Academic Librarians in Federal University Libraries in South-East Nigeria
73	2022	Rao e Shokeen	Health information literacy among rural women of panchkula district of haryana
74	2022	Selvi e Ganesan	Exploring the university research scholars' information literacy competency: a focus on the knowledge and skills
75	2022	Jones e Procter	Young peoples' perceptions of digital, media and information literacies across Europe: gender differences, and the gaps between attitudes and abilities
76	2023	Keränen e Enwald	Everyday Energy Information Literacy and Attitudes towards Energy-Related Decisions: Gender Differences among Finns
77	2023	Doyle e Moura	Leitura reflexiva para igualdade de gênero: um relato de experiência
78	2023	Li <i>et al.</i>	Development and psychometric properties of a medication information literacy scale for Chinese pregnant women
79	2023	Ling Ling	Gender Influence on Information Literacy Skills in Completing Group Discussion Assessment Among Semester One Students at Selected Polytechnics in Malaysia

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Sobre a análise métrica empreendida nesta pesquisa, ela não tem por finalidade esgotar as possibilidades de análises dos dados coletados, mas trata-se tão somente de uma metodologia de apoio que nos permite visualizar, para além do que nos permite a análise de conteúdo, quais correntes teóricas têm se sobressaído quando debatemos questões feministas na competência em informação. Desta maneira, ainda durante o desenvolvimento deste trabalho, refletimos sobre outras análises que podem ser desenvolvidas através dos dados coletados, e que podem contribuir para a natureza de outros debates da competência em informação. Para esse escrito no limitamos em desenvolver as análises que melhor atendiam ao nosso objetivo e os limites desta tese.

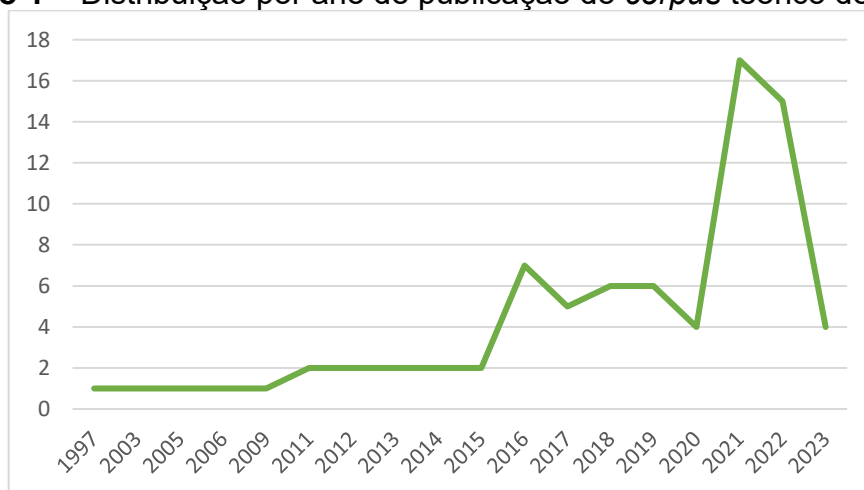
Estabelecendo uma compreensão geral das pesquisas apresentadas no quadro 5, é importante mencionar que há uma diferença considerável na natureza dos textos recuperados. Conforme já mencionado, em sua maioria trata-se de artigos de periódicos, seguido por trabalhos publicados em anais de eventos, trabalhos monográficos e capítulos de livros. Vale indicar que os textos monográficos são majoritariamente publicações em português resultados de pesquisas brasileiras, sendo esses trabalhos aqueles com maior aprofundamento teórico, tendo em vista sua natureza e características de pesquisa. Ainda é relevante indicar as diferenças entre publicações em língua portuguesa e espanhola e aquelas publicadas em língua

inglesa, isso porque as publicações em língua inglesa possuem uma natureza mais experimental, geralmente apresentando uma revisão de literatura menos extensa e debatendo menos os conceitos teóricos presentes na pesquisa. Já as publicações em português e espanhol, mesmo em artigos científicos curtos tendem a apresentar antes dos dados uma revisão de literatura mais pormenorizada, debatendo conceitos e abordagens relevantes aos dados.

Essas considerações impactam diretamente nas análises empreendidas aqui, pois nesta seção da pesquisa nos debruçamos sobre os debates teóricos e conceituais referente aos estudos de gênero e a competência em informação no contexto da CI, de maneira que os dados apresentam um desnivelamento entre esse desenvolvimento teórico em diferentes países e natureza das produções. Desta forma, majoritariamente as contribuições aqui apresentadas são resultadas dos debates realizados em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Moçambique, Chile, Cuba e Espanha.

No que se refere ao período de publicações, nenhum dos levantamentos realizados teve recorte temporal, de maneira que todas as publicações foram consideradas até o mês da coleta, como é possível visualizar no gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição por ano de publicação do *corpus* teórico de análise



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Podemos identificar que pesquisas refletindo sobre os processos de busca e uso da informação relacionadas às questões de gênero iniciaram ainda no século XX, no entanto foram pouco exploradas nas primeiras décadas do século XXI. Entendemos que é só com a ampliação dos debates feministas, a popularização das redes sociais, surgimento dos debates relacionado a minorias sociais na competência em informação e uma virada social da Ciência da Informação, que temos um aumento

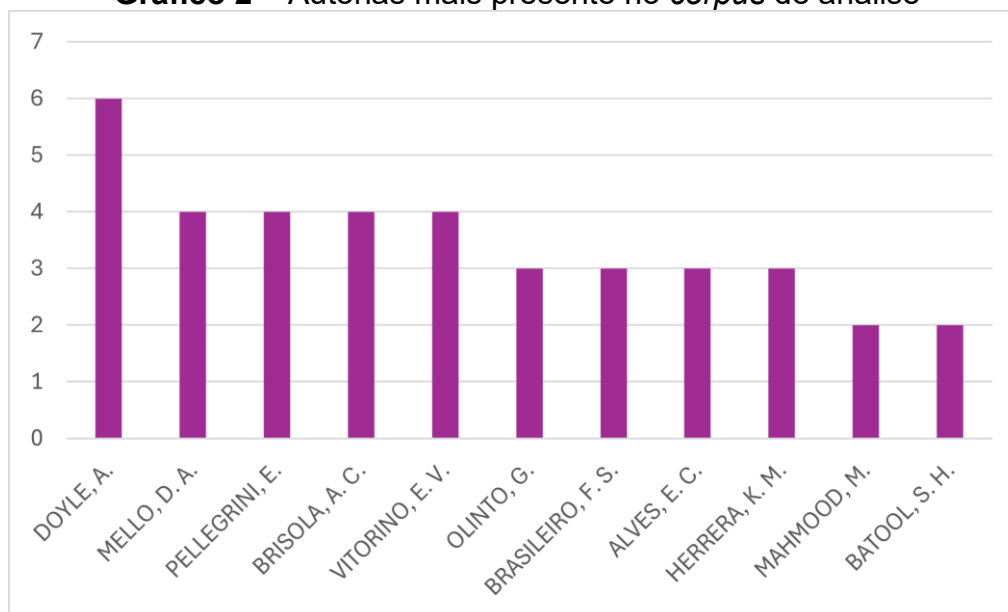
de pesquisas relacionadas a este debate. No entanto, é só em 2021 que há um aumento considerável de produções sobre a temática, sobretudo nas produções brasileiras. Esse aumento reflete o amadurecimento de teses e dissertações com temáticas relacionadas à minorias sociais na competência em informação resultantes de mestrados e doutorados voltados às reflexões feministas e de gênero.

Esses dados vão ao encontro do que têm acontecido com a própria Ciência da Informação. Siciliano, Souza e Meth (2017) identificaram um crescimento de pesquisas relacionadas às questões de gênero nas últimas décadas, sobre esses dados as autoras inferem que pode resultar do desenvolvimento de políticas públicas ao redor do mundo, que visam contribuir com a diminuição das disparidades de gênero, assim como fomentar debates em torno deste domínio.

No tange à análise métrica, após o levantamento dos 79 textos que compuseram o *corpus* teórico de análise desta pesquisa, os dados foram tabulados no processador de dados Microsoft Excel em planilhas com o intuito de identificar: autorias que têm publicado sobre essa temática; autorias e as obras mais referenciadas no *corpus* analisados e, a partir dessas informações, identificar quais linhas teórico epistemológicas têm embasado as pesquisas sobre competência em informação no contexto do feminismo, assim como delimitar as influências da Epistemologia Social e do feminismo marxista nestes debates em andamento.

Vale desta forma indicar quais pesquisadores possuem, conforme evidenciado no gráfico 2. Cabe mencionar que das 148 diferentes autorias do *corpus* analisado, 134 possuem apenas uma publicação, desta forma, apresentamos no gráfico as 12 autorias consideradas mais produtivas²⁸, e destacamos os nove primeiros, por possuírem três publicações ou mais, e serem responsáveis pela autoria ou coautoria de 24% das publicações analisadas.

²⁸ Esse corte foi realizado considerando a Lei de Price de que o número de autores mais produtivos é aproximadamente a raiz quadrada de total de autores. Apesar desse uso, a lei também indica que essas autorias seriam os responsáveis pela publicação de cerca da metade dos artigos publicados, dados não evidenciados nesta pesquisa nem no gráfico 2, nem nos percentuais de autoria principal, desconsiderando coautores, em ambos os casos as autorias mais produtivas são responsáveis por cerca de 25% da produção sobre a temática.

Gráfico 2 – Autorias mais presente no *corpus* de análise

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Entre as pesquisadoras que mais estão presentes no *corpus* de análise, se destacam a Andréa Doyle (Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; atualmente professora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR), Daniela Mello (Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de João Pessoa - UFPB), Ana Brisola (Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro), Eliane Pellegrini (Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), Gilda Olinto (Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Fellipe Sá Brasileiro (Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba), Elizete Vitorino (Professora da Universidade Federal de Santa Catarina), Edvaldo Carvalho Alves (Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba) e Karolyna Marin Herrera (Professora da Universidade Federal de Santa Catarina)²⁹. Vale destacar o protagonismo das escolas de pensamento do Rio de Janeiro e de Florianópolis nas produções dedicadas a essas temáticas.

Tanto a escola do Rio de Janeiro, parceria da UFRJ, com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), como a escola de Florianópolis com as pesquisas desenvolvidas na UFSC, são reconhecidas nacionalmente pela influência nos debates da competência em informação, sobretudo com olhares

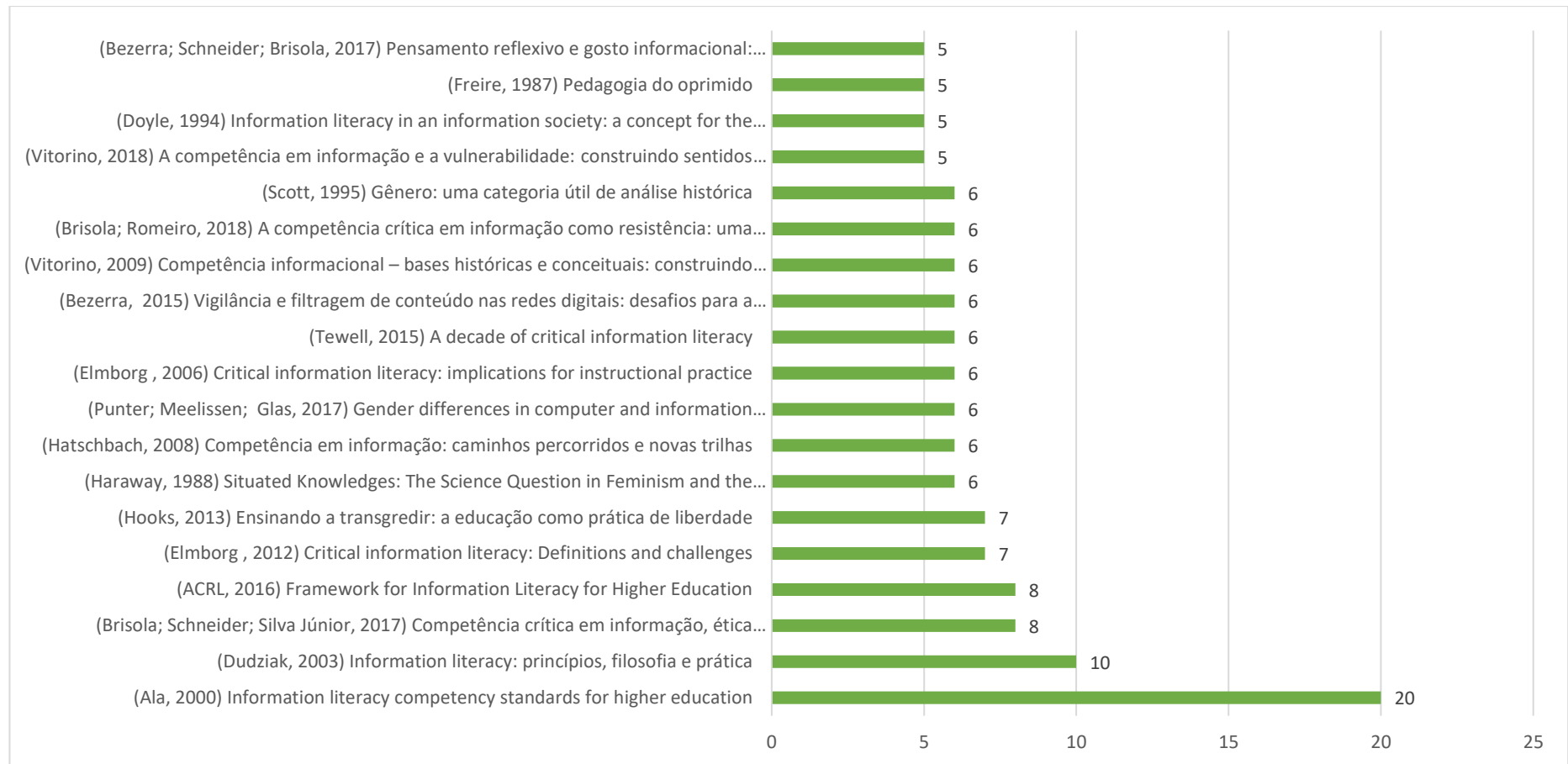
²⁹ Informações retiradas da plataforma Lattes dos autores.

voltados às minorias sociais. Ainda podemos indicar as relações de coautoria entre orientadores e orientandos, visto que Doyle, Melo e Pellegrini publicam majoritariamente com seus orientadores (Gilda Olinto; Edivaldo Carvalho Alves e Elizete Vitorino, respectivamente) e coorientadores. No caso de Melo o coorientador da dissertação é Fellipe Sá Brasileiro, e a coorientadora da tese de Pellegrini é Karolyna Marin Herrera.

Entendemos que a representatividade dessas escolas no *corpus* de análise, impactam os debates teóricos empreendidos nesta pesquisa, visto que pesquisadoras como Andrea Doyle e Ana Brisola, encontram-se relacionadas ao movimento pela competência crítica em informação, enquanto Pellegrini, vai desenvolver sua tese a partir de conceitos centrais dos estudos de sua orientadora – Elizete Vitorino, sobre vulnerabilidade e dimensões da competência em informação. Essas relações teóricas das autoras com essas escolas de pensamento vão impactar os resultados da pesquisa, aumentando debates relacionados as suas perspectivas.

As 79 publicações levantadas apresentaram um total de 3590 referências e 4144 responsabilidades, além de 3054 obras distintas foram referenciadas. Vale mencionar que 2.730 textos foram referenciados apenas uma vez, e outros 303 textos foram referenciados duas ou três vezes, indicando uma grande dispersão da literatura utilizada. Tendo em vista a visualização dos dados e a dispersão da literatura, consideramos para o gráfico 3 os 2,5% textos mais referenciados.

O gráfico 3 apresenta os textos mais referenciados pelo *corpus* de análise, onde desconsideramos materiais que tratavam de metodologia da pesquisa, visto que não eram ponto de interesse dos objetivos aqui estabelecidos. Desta forma, o gráfico 3 apresenta os 19 textos mais utilizados pelos autores do *corpus* para embasar teoricamente suas pesquisas.

Gráfico 3 – Textos mais citados pelo *corpus* de análise

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Entre os textos mais citados, estão os ligados à própria competência em informação, com destaque para os documentos da ALA, visto que o de 2000 é o documento mais referenciado no *corpus*, e o de 2016, que está em quarto lugar. Dentre esses textos, ainda vale destacar os materiais relacionados à competência crítica em informação, que são representados tanto com textos e autores nacionais, quanto internacionais, evidenciando Paulo Freire como único intelectual da educação presente entre os mais citados, e que é conhecido como criador da Pedagogia Crítica, linha teórica que sustenta a competência crítica em informação. Quanto aos autores de outras áreas, além de Freire, podemos destacar as autoras relacionadas ao feminismo e debates de gênero, como Joan Scot, Dona Haraway e bell hooks.

Scot, sendo uma precursora dos debates históricos de gênero, têm em sua publicação mais citada uma importante compreensão da relação entre gênero e poder, constitutivo das relações sociais baseadas em sexo. Para Buarque de Hollanda (2019, p. 11) a historiadora

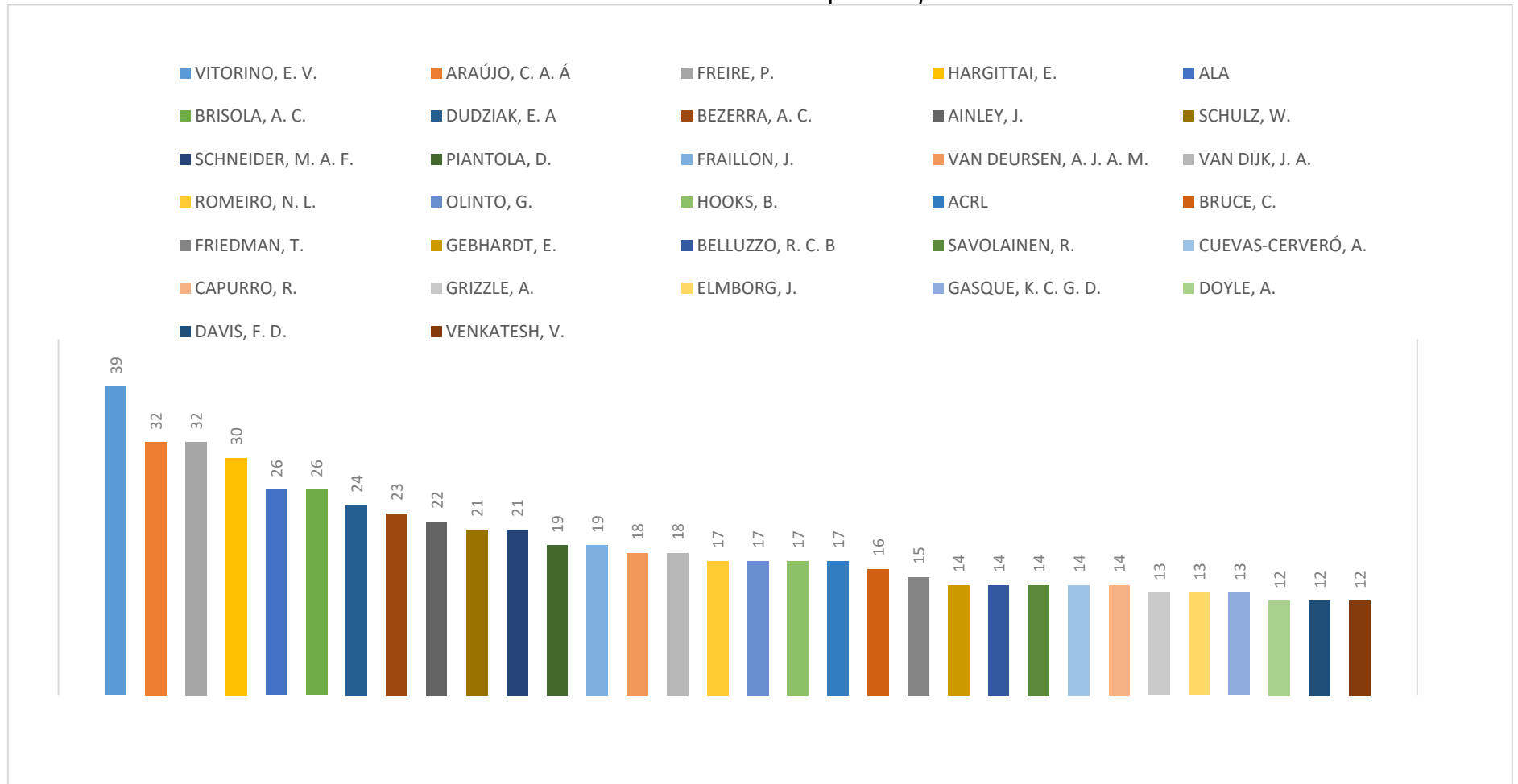
[...] atribui ao feminismo a missão de definir a condição de opressão feminina em termos materialistas, demonstrando que a categoria mulher é uma categoria de classe, o que significa que “mulher” assim como “homem” são fundamentalmente categorias políticas e econômicas.

O texto de Haraway mais citado, “*Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*”, desenvolve argumentos sobre conhecimentos situados e perspectivas parciais na ciência e no feminismo. Seus estudos partem de uma corrente pós-estruturalista, para questionar a produção de ciência e a produção de conhecimento científico, entendendo que estas não são universais; sua proposta de saber localizado age no sentido de compreender e reposicionar essas produções para o campo de feminismo (Verona, 2021). A terceira autora que integra essa lista, também é a única entre os autores mais citados (gráfico 4). bell hooks (2013) aparece com o texto “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”, nesse livro a autora lança ensaios sobre sua história de vida e relação com o feminismo, o racismo e as classes sociais, a partir desse olhar interseccional vai estabelecendo uma proposta de pedagogia anticolonialista, crítica e feminista para uma prática de liberdade.

Evidencia-se que mesmo os textos mais tradicionais no âmbito da competência em informação possuem um número relativamente baixo de citações, o que pode indicar uma baixa adesão da comunidade científica aos referenciais teóricos. Esses

dados podem se justificar pelo amplo espectro de publicações nas três línguas e indicar um resultado mais proeminente advinda do *corpus* brasileiro.

Além dos textos, levantamos também as autorias mais referenciadas. Nesse sentido, vale indicar que das 4143 diferentes autorias identificadas, 3338 foram referenciadas apenas uma vez e 456 apenas duas vezes. No gráfico 4, apresentamos as autorias, considerando a raiz quadrada do total de 4143 autorias, entendemos que os 200 autores mais citados são aqueles considerados mais relevantes para o *corpus*, considerando questões de visualização dos dados optou-se por apresentar no gráfico 4 as autorias com mais de 10 referências.

Gráfico 4 – Autorias mais citadas pelo *corpus* de análise

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

No gráfico 4 é possível ver as autorias que tiveram mais de 10 referências identificadas no *corpus* analisado, que foram 32 autorias no total. Destas autorias estão as referências a *American Library Association (ALA)*, e a sua divisão *Association of College and Research Libraries (ACRL)*, que foram mantidas nas análises visto a sua relevância na publicação de documentos sobre a competência em informação, e sua influência no desenvolvimento teórico da área. Além disso vamos apresentar brevemente os demais autores que ficaram entre aqueles mais referenciados. Se sobressaem entre as mais referenciadas autorias que possuem relação com a competência em informação como Elizete Vitorino, Ana Brisola, Marco Schneider, Adriana Dudziak, Arthur Bezerra, Daniela Piantola, Gilda Olinto, Cristine Bruce, James Elmborg e Kelly Gasque. Se destacam ainda aqueles que têm se dedicado aos estudos informacionais de maneira geral, como Reijo Savolainen, Carlos Ávila Araujo e Rafael Capurro.

Advindo da pedagogia Paulo Freire, como já mencionado nesta pesquisa, é o fundador da Pedagogia Crítica, e reconhecido pesquisador brasileiro. Seus estudos enfocaram, sobretudo na análise do sistema educacional e a proposição de um modelo de educação emancipador para os oprimidos, por sua proposta crítica para educação, têm sido utilizado como principal base teórica para os debates da competência crítica em informação, que também é a linha teórica seguida por autores como Ana Brisola, Marco Schneider, Arthur Bezerra, James Elmborg. Além disso, no desenvolvimento de pesquisas sobre feminismo temos Andréa Doyle e Natália Romeiro, pesquisadoras brasileiras da Ciência da Informação, ambas desenvolveram suas pós-graduações vinculadas a Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), pesquisadoras que investigam sobre redes sociais, mídias e competência crítica em informação relacionada às questões de gênero.

Bell hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkins, é a única pesquisadora exclusivamente do feminismo que aparece como destaque entre os autores mais utilizados. Ela foi uma autora, professora, teórica feminista e ativista antirracista estadunidense. Debruçou-se sobre o feminismo e suas intersecções de raça e classe, desenvolvendo uma teoria anticapitalista para pensar essas problemáticas. A autora também foi influenciada pelos estudos de Paulo Freire, e em muitas de suas pesquisas traça propostas educacionais feministas para a superação da condição de opressão

das mulheres.

Eszter Hargittai é uma socióloga Húngara que se dedica a estudar as tecnologias de informação e comunicação e sua relação com as desigualdades sociais. Eveline Gebhardt é uma pesquisadora australiana que estuda o impacto das habilidades em tecnologias relacionadas às questões de gênero.

John Ainley, Wolfram Schulz, Tim Friedman e Julian Fraillon são um grupo de pesquisadores que têm conjuntamente produzido debates para o uso de tecnologias de comunicação e informação e, portanto, são citados sobretudo conjuntamente. Alexander Van Deursen e Jan Van Dijk são pesquisadores da Ciência da Comunicação e estão interessados no papel da tecnologia nos processos de comunicação humana e em garantir que o desenvolvimento de tecnologia esteja a serviço das pessoas. Alton Grizzle têm desenvolvido suas pesquisas no âmbito das Nações Unidas e pesquisa a mídia e seus impactos na sociedade. Fred D. Davis é afiliado a Universidade do Arkansas e desenvolve pesquisa sobre aprendizagem com tecnologias de informação. Viswanath Venkatesh é pesquisador do Instituto Virginia Tech, foca suas pesquisas em trabalho com tecnologia de informação com destaque para área da saúde em países em desenvolvimento.

Destacamos a presença de pesquisadores cujo temas se relacionam à tecnologia. Esse resultado pode se justificar pelas pesquisas estrangeiras que relacionam a *information literacy* ao domínio das tecnologias de informação e comunicação e, principalmente entre os textos analisados encontram-se muitos estudos empíricos para tentar mapear habilidades desenvolvidas para o domínio dessas tecnologias e como o gênero têm afetado esse processo.

Observamos também autores brasileiros que ficaram entre os mais citados. Esse resultado pode se dar pelo fato de as pesquisas brasileiras terem uma maior convergência teórica, sendo que autores como Elizete Vitorino é citada em quase todos os trabalhos do *corpus* de análise publicados no Brasil, visto a relevância de seus textos para entender questões como a vulnerabilidade informacional, por exemplo. Já Andréa Doyle e Ana Brisola, são expoentes do debate de gênero relacionado à competência em informação no Brasil, se tornando referência em diversas pesquisas.

Enfatizamos a relevância de pesquisadoras mulheres na competência em informação. Essa preponderância se expressa de duas formas no *corpus* de análise, sendo que a primeira é na presença majoritária de pesquisadoras que são autoras no

corpus analisado, mas também sua maioria dentre aquelas mais citadas. Vale nesse ponto indicar que a temática feminista nas pesquisas pode ser um aspecto interveniente na grande presença de mulheres nos dados recuperados, embora outras pesquisas já identificaram a alta produção de mulheres sobre a temática competência em informação, sobretudo no Brasil.

Bufrem e Nascimento (2012, p. 211) ao encontrarem resultados semelhantes em estudos sobre a presença de debates de gênero em pesquisas da Ciência da Informação, evidenciam que o interesse de mulheres por temáticas de gênero e feminismo pode se relacionar com o reconhecimento das estruturas científicas, que permitiriam uma melhor inserção nessas comunidades. Além disso, as autoras inferem que maioria é composta por mulheres, “[...] não só devido à prioridade de origem das discussões sobre gênero, relacionada ao movimento feminista, mas também pelo fato de que a CI é historicamente uma área feminina, talvez pela sua forte ligação com a Biblioteconomia [...]”.

Ainda relacionado a estas reflexões Fevrier e Garcez (2019) analisaram a produção científica de mulheres sobre competência em informação para atuação política e social na Biblioteconomia e Ciência da Informação e concluíram que há um aumento considerável na participação feminina na produção científica. Essa constatação evidencia o papel fundamental das mulheres no avanço do desses campos no Brasil. Além disso, as pesquisadoras buscam promover a comunicação da ciência sobre competência em informação em periódicos brasileiros de prestígio, que possuem grande aceitação e procura pelo público interessado no tema. Por fim, o estudo identificou pesquisadoras que se destacam na produção científica sobre competência em informação para atuação política e social na Biblioteconomia, como Elizete Vieira Vitorino, Regina Célia Baptista Belluzzo, entre outras. Essas conclusões ressaltam a significativa contribuição das mulheres nesse campo específico, evidenciando seu papel ativo e relevante na produção científica relacionada à competência em informação.

Também relacionado, Silva e Olinto (2016) refletem que embora as mulheres tendam a atingir níveis educacionais mais elevados do que os homens e representem a maioria dos estudantes universitários em vários países, elas ainda estão concentradas em algumas áreas de Ciência e Tecnologia (C&T) e têm menos oportunidades de desenvolvimento de carreira e liderança. A desigualdade de gênero na profissão de tecnologia da informação é outro aspecto destacado por alguns

estudos: no Brasil, assim como em outros países, apenas cerca de 20% das mulheres optam por essa área de estudo, percentual que parece permanecer inalterado ao longo do tempo. Processos culturais e discriminatórios parecem contribuir para essas diferenças de gênero e perpetuar os limites da participação das mulheres na sociedade contemporânea.

É válido nesse contexto trazer a compreensão de Vieira e Karpinski (2022), que observam que na Ciência da Informação, assim como em diversas áreas científicas, há uma escassez de trabalhos dedicados às pesquisadoras da área. Isso não se deve à ausência de mulheres que desempenharam papéis significativos na história do campo científico, mas sim à cultura que, ao longo dos séculos, tem invisibilizado a contribuição feminina. Conforme Passos (2019) mesmo pesquisadores não conseguem se isentar plenamente das influências do ambiente sócio-histórico, desta forma, a construção do campo teórico foi moldada por fatores que favorecem predominantemente a voz de indivíduos do sexo masculino.

Uma análise realizada em 2020 revelou que apenas 10 mulheres foram mencionadas como figuras importantes na construção desse campo científico, abrangendo um período que vai de 1545 até os dias atuais. Esse resultado reforça a tese de que as mulheres têm sido negligenciadas pela sociedade científica nesse campo, indicando a necessidade de uma investigação mais aprofundada nas dinâmicas de gênero que permeiam esse contexto (Vieira; Karpinski, 2022).

Esses dados de citação podem indicar uma dispersão de bases teóricas do *corpus*, que pode se justificar pelas diferenças linguísticas, das naturezas dos trabalhos e de desenvolvimento da área científica em cada país. Apesar disso, é possível refletir sobre alguns padrões, principalmente, relacionado à pesquisas brasileiras, que mostram através de suas escolhas teóricas delineamentos epistemológicos para suas reflexões.

Além das análises métricas iniciais, durante a leitura e coleta dos dados, foi possível identificar alguns debates nos textos, que foram previamente identificados permitindo a criação de categorias de análise conforme os objetivos desta pesquisa. A partir das categorias previamente definidas estabelecemos três unidades de contexto, que foram desmembradas em unidades de registro e deram origem a novas categorias que se relacionam com aquelas estabelecidas *a priori*.

Como a pesquisa trata de temáticas do feminismo relacionada a competência em informação sob uma perspectiva da Epistemologia Social, as categorias principais

da tese olharam para os debates feministas presentes no *corpus* analisado, os debates e linhas epistêmicas e as compreensões teóricas e abordagens da própria competência em informação. Essas categorias nos permitem visualizar um panorama das pesquisas sobre gênero e feminismo no âmbito da competência em informação. As categorias foram organizadas em três unidades de contexto, a saber competência em informação; informação e conhecimento; e feminismo, que são apresentadas nas seções a seguir.

7.1.1 Unidade de contexto I: competência em informação

A unidade de contexto da competência em informação³⁰, congrega os debates que compreendem as diversas noções terminológicas, históricas e epistemológicas sobre o surgimento, desenvolvimento e concepções de competência em informação, sendo que a representação destas variações pode ser identificada na figura 9. Esses debates nos permitem estabelecer reflexões que se relacionam ao objetivo de caracterizar a competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social, nas iniciativas levantadas.

³⁰ Na análise dos resultados os termos que são equivalentes à competência em informação em outras línguas será apresentado em português.

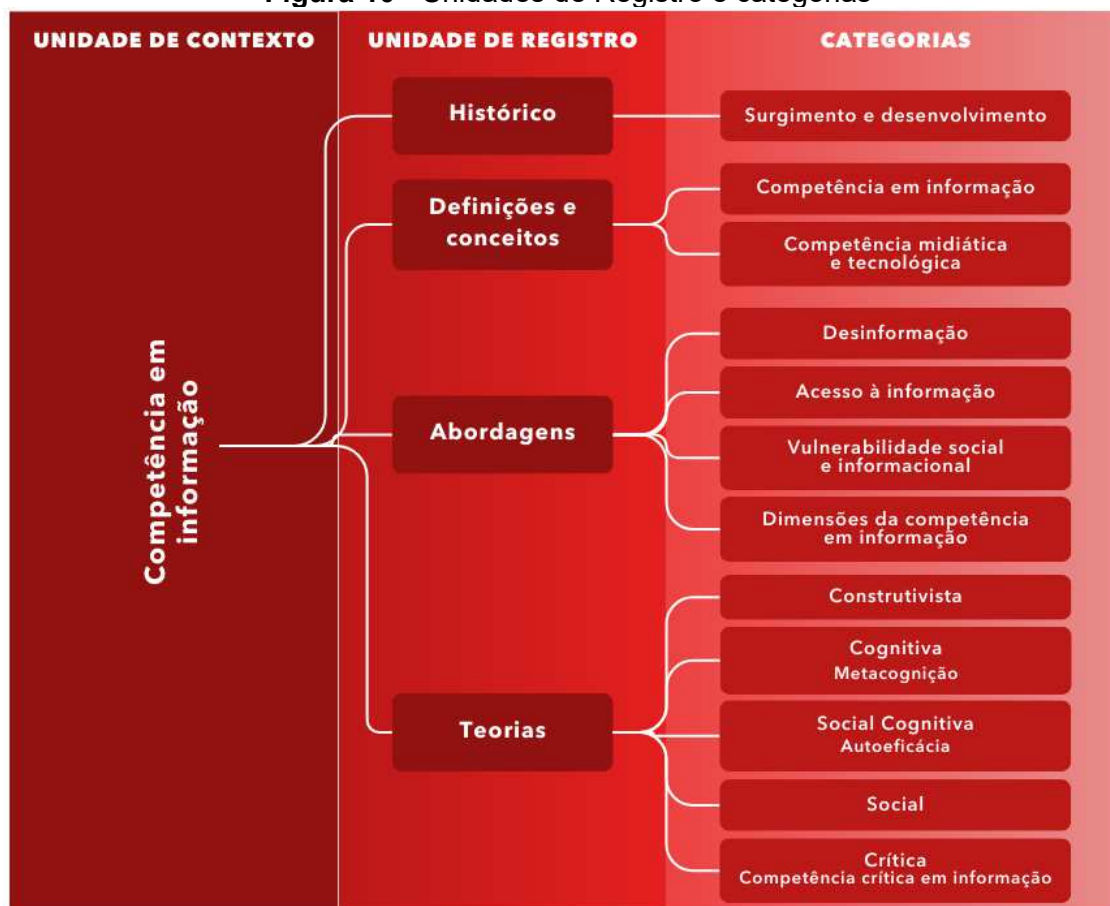
Figura 9 - Unidade de contexto I: competência em informação



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Tendo em vista a pluralidade de compreensões acerca desses debates, a competência em informação se apresenta nas unidades de registro que tratam sobre histórico, definições, abordagens e bases teóricas da competência em informação seguida de suas categorias, conforme a figura 10.

Figura 10 - Unidades de Registro e categorias



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Indicamos que a partir das unidades de registro, conseguimos identificar os debates sobre o **surgimento e desenvolvimento** da competência em informação. Nesse sentido, vale dizer que alguns textos, sobretudo teses e dissertações, realizam um trabalho de retomar historicamente o desenvolvimento do termo e dos estudos da competência em informação. Nesse sentido, é ponto pacífico que os estudos emergem em 1974 com o estadunidense Paul Zurkwoski, conforme já apresentado nesta pesquisa. Além disso, os textos apresentam definições, documentos, modelos e padrões que evidenciam perspectivas teóricas e históricas das produções levantadas.

As raízes históricas da competência em informação, remontam às primeiras aparições do termo "*information literacy*" na década de 1970, quando Zurkowski foi um dos primeiros a conceituá-lo, buscando conferir cientificidade aos processos de busca, recuperação e uso da informação. Além disso, as origens da competência em informação estão associadas ao contexto pós-Primeira Guerra Mundial e à grande depressão, quando agências federais dos EUA estimularam a coleta de informações

estatísticas, fortalecendo as bibliotecas como espaços de apoio aos esforços de guerra. A evolução da competência em informação também se relaciona à necessidade de as pessoas pesquisarem, organizarem e utilizarem informações de forma eficiente e eficaz. Tais eventos históricos contribuíram para a consolidação e evolução da competência em informação como um campo de estudo e prática (Brisola, 2021).

Em meio a esse debate, quatro elementos são compreendidos por Brisola (2021) como fundacionais da competência em informação, sendo eles: 1) a Sociedade da Informação, que exige uma visão acurada das práticas informacionais, usando a informação como insumo; 2) os profissionais da informação, que têm na informação a matéria-prima de suas práticas; 3) as Tecnologias da Informação e Comunicação como elemento propulsor da ideia de competência em informação; 4) a Teoria Construtivista, que influencia a competência em informação, especialmente no desenvolvimento de modelos de busca de informação e na aplicação em ambientes digitais.

No que concerne aos aspectos conceituais relacionados a esse surgimento, Melo *et al.* (2021) entendem que competência em informação emerge inicialmente vinculada ao paradigma cognitivo, referindo-se ao indivíduo habilitado, e posteriormente se desenvolve sob a ótica do paradigma social, incorporando abordagens que contemplam o domínio social e cultural da informação. A investigação sobre o que hoje entendemos como competência em informação está diretamente relacionada ao surgimento do termo "*information literacy*".

Sobre essas definições, podemos dar destaque aos documentos desenvolvidos pela ALA e pela ACRL. A identificação da ALA como uma das autorias mais citadas no *corpus* analisado pode relacionar-se com seu pioneirismo no âmbito da competência em informação. Desta forma, diversos textos, ao narrar o percurso de desenvolvimento da competência e seus conceitos, apresentam a definição da ALA de 1989 como um demarcador temporal de desenvolvimento e ampliação dos conceitos e teorias desenvolvidas em torno dos estudos. Podemos visualizar essa apropriação das definições no quadro 6:

Quadro 6 – Apropriação das instituições para definição da competência em informação

Autores que usaram os documentos	Instituição	Definição
Hull; Preston, 2005; Liu; Sun, 2012; Fernández, 2012; Fountain, 2013; Salomon, 2017; Ossai, 2022; Padma; Ramasamy, 2016; Melo, 2019; Pellegrini (2022); Ling (2023)	ALA (1989)	Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. [...] Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (American Library Association, 1989, p. 1)
Romeiro, Silva e Brisla (2018); Melo, Alves e Brasileiro (2019); Doyle (2021); Melo <i>et al.</i> (2019); Melo, Alves e Brasileiro (2022); Pellegrini (2022);	ALA (2000)	A competência em informação é um conjunto de habilidades que requerem dos indivíduos que "reconheçam quando as informações são necessárias e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias". Competência em informação, é também, cada vez mais importante no ambiente contemporâneo de rápidas mudanças tecnológicas e de proliferação dos recursos de informação (American Library Association, 2000, p. 2, tradução nossa).
Baro e Fyneman (2009)	ACRL (2005)	(1) Standard one. The information literate student determines the nature and extent of the information needed; (2) Standard two. The information literate student accesses needed information effectively and efficiently; (3) Standard three. The information literate student evaluates information and its sources critically and incorporates selected information into his or her knowledge base and value system; (4) Standard four. The information literate student, individually or as a member of a group, uses information effectively to accomplish a specific purpose; (5) Standard five. The information literate student understands many of the economic, legal, and social issues surrounding the use of information and accesses and uses information ethically and legally. (ACRL, 2005, p. 8)
Hull e Preston (2005), Fernandez (2012) e Padma e Ramasamy (2016)	SCONUL	1. The ability to recognise a need for information; 2. The ability to distinguish ways in which the information 'gap' may be addressed; 3. The ability to construct strategies for locating information; 4. The ability to locate and access information; 5. The ability to compare and evaluate information obtained from different sources; 6. The ability to organise, apply and communicate information to others in ways appropriate to the situation; 7. The ability to synthesise and build upon existing information, contributing to the creation of new knowledge (SCONUL, 1999, p. 6).
Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021); Miranda e Alcará (2022)	CILIP (2018)	A competência em informação é a capacidade de pensar criticamente e formar opiniões fundamentadas sobre qualquer informação que encontramos e usamos. Permiten-nos, como cidadãos, alcançar e expressar opiniões informadas e envolver-nos plenamente com a sociedade. A competência em informação inclui um conjunto de competências e habilidades que todos nós precisamos para realizar tarefas relacionadas à informação: por exemplo, como descobri-la, acessá-la, interpretá-la, analisá-la, gerenciá-la, criá-la, comunicá-la, armazená-la e compartilhá-la. isto. Mas é muito mais do que isso: refere-se à aplicação das habilidades, qualidades e confiança necessárias para utilizar a informação da melhor forma possível e interpretá-la criteriosamente. Inclui pensamento crítico e consciência crítica, bem como compreensão dos aspectos éticos e políticos relacionados ao uso da

		informação. (Chartered Institute of Library and Information Professionals, 2018, p. 2).
Viola e Schneider (2020); Brisola (2021); Kuhnen e Vitorino (2021); Doyle e Brisola (2022)	ACRL (2016)	Competência em Informação é um conjunto abrangente de habilidades, que englobam a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida, valorizando o uso da informação na criação de novos conhecimentos e a participação ética nas comunidades de aprendizagem. (ACRL, 2016, p. 3, tradução nossa).
Doyle (2021) Doyle e Brisola (2022)	UNESCO (2020)	A Alfabetização Midiática e Informacional reconhece o papel primário da informação e da mídia em nossas vidas cotidianas. Se posiciona no centro da liberdade de expressão e de informação - visto que busca empoderar cidadãos a compreender as funções das mídias e outros provedores de informação, a avaliar criticamente seus conteúdos e a tomar decisões informadas como usuários e produtores de informação e mídias (UNESCO, local. 1, 2020, tradução e grifos nossos).
Pellegrini e Vitorino (2021)	IFLA (2011)	La Alfabetización Informacional y Mediática engloba el conocimiento, las actitudes y la suma de habilidades necesarias para saber cuándo y qué información es necesaria, donde y cómo obtener esa información, cómo evaluarla críticamente y organizarla una vez encontrada; y cómo usarla de manera ética. El concepto se extiende más allá de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) abarcando el aprendizaje, el pensamiento crítico y las destrezas de comprensión que cubran y superen las fronteras profesionales y educativas. La Alfabetización Informacional y Mediática incluye todo tipo de fuentes de información: oral, impresa y digital. (IFLA, 2011, p. 1)

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Dentre os textos recuperados nestas pesquisas, diversos autores mencionaram a definição da *American Library Association* de 1989, que se tornou material basilar para pesquisas desenvolvidas sobre competência em informação no mundo todo. Esse documento vai levar em conta concepções como sociedade da informação relacionado a uma concepção pós-moderna, mudanças nas TIC, e as necessidade informacionais de pessoas e empresas, se propondo a aproximar todas essas questões a partir de um modelo de educação informacional baseado em competências (Dudziak, 2016).

Dudziak (2016) comenta que não podemos ignorar a história como variável explicativa relevante para as questões informacionais, políticas e sociais de maneira geral. A institucionalização da competência em informação nos Estados Unidos é resultado da participação de profissionais e instituições. Nesse contexto, a *American Library Association* e seus princípios possuem grande influência no desenvolvimento de relatórios, modelos e documentos que impactaram a disseminação da competência em informação, como conhecemos pelo mundo. A proposta de competência em informação inicialmente apresentada pela instituição visava superar uma compreensão de educação de usuários ligada ao pensamento moderno e estruturado,

cuja ênfase estava nas estruturas conceituais e estratégias de pesquisa. Mas uma competência em informação representava uma abordagem pós-moderna, centrada no indivíduo e em seu processo de aprendizado.

A autora ainda complementa indicando que a competência em informação surgia para atender a demanda de jovens das décadas de 90, que ao contrário daquele das décadas de 70 e 80, não estavam buscando questionar o *status quo*, mas se ligavam aos preceitos do liberalismo econômico e, portanto, careciam de uma compreensão educacional e informacional que atendesse essa demanda (Dudziak, 2016). Nesse sentido, entendemos que, apesar das mudanças operadas nas compreensões de competência em informação apresentadas pela ALA e sua divisão, a ACRL, as primeiras compreensões cujo cerne era a indústria e o liberalismo econômico, também são resultado de seu papel nessas primeiras publicações e conceituações sobre a área.

Indicado os aspectos que se relacionam ao seu surgimento e estabelecimento como campo de estudos, mapeamos as **definições e conceitos de competência em informação** utilizadas pelos textos analisados. Nesse sentido, Singh e Kumar (2020) entendem que a competência em informação é considerada como conjunto de competências e habilidades que permite aos usuários da informação determinarem e articular suas necessidades informacionais, identificar e localizar locais e fontes de informação apropriados para atender as necessidades, analisar e avaliar a sua adequação e confiabilidade e, em seguida, usar a informação de forma ética. Isso também permite que os usuários tomem decisões informadas, façam julgamentos e produzam novas informações, ou seja, que estejam aptos a identificar, através de qualquer canal ou meio, informações bem ajustadas às necessidades de informação, levando ao uso consciente e ético da informação na sociedade. Tendo em conta essa percepção, podemos identificar que a filosofia da competência em informação tornou-se uma pedagogia informacional, voltada para a aprendizagem ao longo da vida.

Adekannbi e Adeniran (2016, p. 1) defendem que a competência em informação, além das definições já recorrentes, não se restringe a uma disciplina específica, mas é aplicável a todas as disciplinas e aspectos da vida, estabelecendo-se como a base fundamental para a aprendizagem ao longo da vida. Em sentido semelhante, podemos compreender que os sujeitos

[...] cuja competência em informação foi desenvolvida, contribuem para a melhoria da qualidade de vida na sociedade, tanto de forma

geral quanto academicamente. A competência em informação auxilia em atividades cotidianas, como comprar uma casa, escolher uma escola, realizar investimentos, votar nas eleições, entre outras. As habilidades de competência em informação são de importância primordial para alcançar os objetivos acadêmicos de todos. A competência em informação é a base da sociedade democrática. Uma sociedade capaz de acessar, avaliar, utilizar e comunicar informações de maneira eficaz e eficiente é denominada uma sociedade competente em informação. Quando educamos nossas crianças com as habilidades necessárias de competência em informação, consequentemente, a sociedade se torna competente em informação. (Ranaweera, 2010 *apud* Jeyshankar; Nachiappan, 2021, p. 2)

Belluzzo (2018) retoma em seu artigo diversas abordagens em relação à competência, sendo notáveis as seguintes:

- a) abordagem de atributos pessoais: considera competência como uma coleção de atributos pessoais;
- b) abordagem de resultados observados/obtidos: vincula o conceito aos resultados observados ou obtidos, relacionados aos processos ou atividades realizados;
- c) abordagem dialógica de competência: propõe a noção de competência dialógica, originada na combinação de atributos pessoais para a realização de ações em contextos específicos, visando atingir determinados resultados.

Belluzzo (2018) propõe o uso da abordagem dialógica da competência em informação, que reconhece e considera a história das pessoas e das sociedades nos seus processos de reprodução ou transformação dos saberes e valores, que legitimam os atributos e os resultados esperados numa determinada área. No contexto de ensino/aprendizagem, as pessoas aprendem a identificar e descobrir conhecimentos, mobilizando-os de forma contextualizada. Ser competente vai além da assimilação de conhecimentos suplementares, compreendendo a construção de esquemas que permitem mobilizar conhecimentos na situação certa e com discernimento. Esses esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação sustentam interferências, antecipações, generalizações e apreciações de probabilidades a partir de decisões ou buscas por informações pertinentes. Ao construir competências, considera-se o contexto de aprendizagem, a implicação do sujeito na tomada de decisão, a resolução de situações problemáticas e o processo de acesso e uso inteligente da informação para a construção de conhecimento e sua aplicação à realidade.

Além disso, a autora reforça que os estudos voltados para competência em

informação buscam a construção de modelos teóricos, desenvolvimento de padrões e diretrizes catalisadores, aplicação prática desses padrões, e articulação das melhores práticas e fatores críticos com base em experiências bem-sucedidas. Esses estudos se baseiam em correntes teóricas, como a visão americana, francesa e integradora, que fundamentam seus princípios com perspectivas diferenciadas dependendo de suas origens.

Nesse sentido, a competência em informação desempenha um papel crucial na compreensão plena do conceito e conteúdo da informação, facilitando seu uso adequado. Levando esse debate em consideração, alguns autores apresentam abordagens da competência em informação, e como relacioná-la ao contexto de suas pesquisas. A exemplo disso, Pellegrini (2022) utiliza a perspectiva evolutiva, aberta e contextual proposta por Gómez-Hernández e Saorín Pérez (2015), que se relaciona com a competência em informação e o empoderamento de várias maneiras. Ao explicar esta perspectiva, a autora explica que a perspectiva evolutiva sugere que a competência em informação está em processo de constante evolução, que se desenvolve ao longo do tempo e em resposta às mudanças nas necessidades socioculturais. Isso implica que as habilidades e conhecimentos em informação devem ser continuamente aprimorados para atender às demandas em evolução da sociedade, contribuindo assim para o empoderamento das pessoas.

Já a abordagem aberta reconhece a diversidade de contextos e experiências das pessoas, enfatizando a importância de adaptar as práticas de competência em informação e empoderamento para atender às necessidades específicas de diferentes grupos e comunidades. Isso implica que as estratégias para desenvolvimento da competência em informação devem ser flexíveis e sensíveis às particularidades de cada contexto, promovendo assim o empoderamento em diversas situações. A perspectiva contextual destaca a influência do ambiente e das circunstâncias, isso significa que as práticas de competência em informação devem ser contextualizadas e adaptadas às realidades específicas de cada comunidade, levando em consideração fatores como cultura, acesso à informação e desafios locais (Pellegrini, 2022).

Por sua vez, Solano (2015, p. 44) utiliza-se da macrodefinição proposta por Uribe-Tirado (2009), de que a competência em informação como processo de ensino-aprendizagem que busca que um indivíduo ou um coletivo, com o acompanhamento profissional de uma instituição educativa ou bibliotecária, empregue diferentes

estratégias didáticas e ambientes de aprendizagem, alcance competências em tecnologia, comunicação e informação. Isso lhes permitirá, após identificar suas necessidades de informação, e usar diferentes formatos, meios e recursos físicos, eletrônicos ou digitais, localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar informações de maneira adequada e eficiente, com uma posição crítica e ética, a partir de suas potencialidades cognitivas, práticas e afetivas, bem como conhecimentos prévios em outras alfabetizações.

O objetivo é alcançar uma interação apropriada com outros indivíduos e coletivos em diferentes papéis e contextos, como níveis educacionais, pesquisa, desempenho no trabalho ou profissional, visando, finalmente, a obtenção e compartilhamento de novos conhecimentos e a base de uma aprendizagem permanente para benefício pessoal, organizacional, comunitário e social diante das exigências da sociedade contemporânea (Uribe-Tirado, 2009).

Além dessas compreensões, Salomon (2017), Solano (2015) e Pellegrini (2022) apresentam alguns modelos de competência em informação, como o *Information Search Process* (ISP) desenvolvido por Carol Kuhlthau, baseado na teoria construtivista da aprendizagem (especialmente nas teorias de Jerome Bruner e John Dewey) e na teoria afetiva (de George Kelly). Esse modelo abrange três dimensões do processo de aprendizagem mediante a busca e uso da informação: a dimensão cognitiva, a dimensão afetiva e a dimensão física. Dentro dessas dimensões, encontram-se seis processos que são identificados no desenvolvimento da competência em informação. Também apresentam o modelo de Doyle (1992) que identifica certos atributos que as pessoas devem possuir para ter acesso à informação e modelo de Bruce (1997) que indica sete categorias ou concepções para a competência em informação. Tal proposta sugere que qualquer fenômeno abstrato, como a competência, pode ser descrito pela análise das relações entre sujeito e objeto, revelando a natureza do objeto por meio dos procedimentos analisados.

Apesar de muito estudados nas últimas décadas, os modelos de competência em informação têm apresentado diversos limites no que tange ao seu alcance da realidade, isso porque, de forma geral são necessárias adaptações às necessidades e demandas do público e da realidade a qual se destinam, o que em alguns casos não acontece.

Eckerdal (2011, p. 20) aponta que as evidências empíricas e teóricas em relação à competência em informação indicam de forma convincente que essa

competência deve ser compreendida dentro de um contexto específico. Ela argumenta que as definições gerais e os padrões de competência em informação têm sido criticados por não considerarem adequadamente esses contextos diversos. Essa crítica emana de várias perspectivas teóricas que compartilham uma forte ênfase na natureza social da aprendizagem e, por conseguinte, da competência em informação. Isso ocorre porque a aprendizagem se desenrola quando a competência em informação é aplicada, e essas práticas são intrincadas, envolvendo a busca, avaliação e utilização de informações.

É possível indicar ainda os textos que tratam da competência em informação, relacionada à competência **midiática e tecnológica**. Nesse contexto, Jones e Procter (2022) evidenciam a relevância de investigar mais do que as habilidades informacionais, mas ampliar nossos olhares e incorporar outras literacias, a exemplos das digitais e midiáticas.

Sobre isso Tebaldi (2017) debate a influência da informação na formação social, com base em Flávia Biroli (2011) argumenta que uma parcela substancial da crítica feminista em relação às representações midiáticas origina-se de uma concepção que atribui à mídia um papel central na construção do contexto social, bem como na perpetuação de estereótipos que tendem a legitimar as imagens da mulher como confinada à esfera privada ou reduzida à condição de objeto sexual. Contudo, a autora defende que para atingirmos uma compreensão mais aprofundada, é imperativo romper com os dualismos - mídia direcionada à superação e mídia direcionada à propagação. Biroli argumenta que essa influência deve ser entendida como

[...] artefatos morais e ideológicos que exercem influência na perpetuação das relações de poder [...], mas em diferentes direções: seja ratificando essas relações, seja demonstrando que as perspectivas daqueles em posição de desvantagem podem não coincidir com as dos poderosos (Biroli, 2011, p. 80-81).

Tal compreensão implica na rejeição de uma perspectiva centralizada no poder, evidenciando que os discursos dominantes coexistem com a produção de discursos alternativos, mesmo que as condições de produção e circulação sejam desiguais. Biroli (2011) ressalta a necessidade de se atentar ao fato de que a mídia nesse contexto ganha maior influência na ausência de uma análise crítica, isso ocorre em um contexto de significativa dependência cognitiva em relação aos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Como destaca a autora, a

centralidade dos meios de comunicação na sociedade contemporânea está intrinsecamente ligada ao fato de que grande parte de nossa experiência é mediada por dispositivos técnicos que disseminam conteúdo de forma ampla. A possibilidade de acesso à informações sobre eventos que não vivenciamos pessoalmente e o compartilhamento de referências entre indivíduos desconhecidos, mas que compartilham acesso aos mesmos conteúdos midiáticos, constituem elementos centrais da experiência social contemporânea (Tebaldi, 2017).

Sobre isso, Doyle e Olinto (2021) apresentam uma revisão conceitual sobre a competência em informação, em mídia e em tecnologia digital, buscando identificar seus diferentes olhares, suas vizinhanças acadêmicas e suas dimensões críticas. Além disso, o texto destaca a importância da alfabetização midiática e informacional como uma forma de agrupar e socializar os esforços das áreas vizinhas, como a Ciência da Informação, Comunicação Social, Computação e Educação, para promover uma educação voltada ao relacionamento consciente e responsável com a informação, as mídias e as tecnologias digitais, cujo objetivo é a justiça social. Elas também mencionam a ideia de transliteracias, entendidas como um processo de trânsito entre as diversas literacias e destacam a importância da competência em informação como fundamental para as pessoas do século XXI.

Doyle (2022) aponta que a competência midiática se refere à aptidão de compreender, analisar e produzir mensagens midiáticas, bem como de refletir criticamente sobre o papel das mídias na sociedade. Já a competência digital, pode ser entendida como a capacidade de lidar com tecnologias de informação e comunicação como computadores, *smartphones* e *tablets*, assim como ferramentas e demais recursos da web. Tebaldi (2017) advoga que a competência midiática abrange um conjunto de habilidades essenciais que permitem compreender o papel e as funções da mídia em sociedades democráticas. Isso inclui a capacidade de avaliar criticamente o conteúdo midiático em relação às funções da mídia, bem como a habilidade de criar conteúdo através de diferentes meios de comunicação. Já a competência em informação, refere-se à capacidade de identificar e articular necessidades de informação, localizar, acessar, organizar e comunicar informações de maneira ética, utilizando tecnologias da informação e comunicação para processar informações. A autora entende que a convergência cada vez maior entre diferentes formas de mídia ressalta a necessidade de abordar essas duas habilidades de forma integrada, uma vez que ambas são cruciais para a participação democrática eficaz.

Vale ainda reforçar que diversas compreensões de competência midiática compartilham pontos em comum, tais como incluir o reconhecimento de que os meios de comunicação têm uma ampla gama de impactos sobre os indivíduos, tanto a nível individual quanto estrutural, e que a influência midiática pode ocorrer mesmo quando as pessoas são passivas, uma vez que essa influência é contínua e muitas vezes sutil (Tebaldi, 2017).

Nesse íterim, Doyle e Olinto (2022) destacam a importância de promover um relacionamento crítico com a informação e o enfrentamento às desigualdades de gênero. Além disso, apresentam práticas de ensino que visam desconstruir estereótipos de gênero por meio do ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais. As práticas analisadas incluem oficinas de leitura e produção crítica de fotografia, debates sobre relações étnico-raciais, gênero e sexualidades e o uso de equipamentos para a redação de guias de usuários que problematizam a vigilância. Essas práticas demonstram como as questões de gênero estão implicitamente atreladas à tecnologia e como o ensino de competências informacionais, digitais e midiáticas pode contribuir para a reflexão e a desconstrução de estereótipos de gênero. Doyle e Brisola (2022) também reforçam que essas competências não devem ser vistas como separadas, mas como complementares, e são essenciais para promover o acesso igualitário à informação e aos meios de comunicação.

Nesse contexto midiático, a **desinformação** também se torna espaço de atuação e reflexão da competência em informação. Camarero, Herrero-Diz e Varona-Aramburu (2022) e Silva e Gomes (2022) entendem que a desinformação se refere à disseminação de informações falsas, enganosas ou incorretas com a intenção de induzir ao erro, confundir ou manipular. Isso pode incluir notícias falsas, boatos, desinformação intencionalmente criada para causar dano, informações descontextualizadas, manipuladas ou mal interpretadas. A desinformação pode ser disseminada através de vários meios, incluindo mídias sociais, meios de comunicação tradicionais e boca a boca. O fenômeno da desinformação tem sido objeto de crescente preocupação devido ao seu potencial impacto na sociedade, na política e na percepção da realidade.

No contexto desta pesquisa, os estudos identificaram que a desinformação pode afetar a vida das mulheres de várias maneiras, visto que muitas vezes perpetua estereótipos de gênero prejudiciais, reforçando papéis tradicionais e expectativas

sociais que podem limitar as oportunidades das mulheres e reforçar desigualdades de gênero. Além disso, a desinformação pode minimizar ou justificar a violência contra as mulheres, contribuindo para a normalização de comportamentos abusivos e prejudiciais. Também pode levar à disseminação de notícias falsas sobre questões relacionadas às mulheres, incluindo violência de gênero, direitos reprodutivos e igualdade de gênero, o que pode distorcer a percepção pública dessas questões. (Camarero; Herrero-Diz; Varona-Aramburu, 2022).

Vale nessa perspectiva olhar para desinformação, entendendo que do ponto de vista discursivo nenhuma informação é passiva de neutralidade ou imparcialidade informativa. Para Silva (2023, p. 147) a defesa de argumentos como a neutralidade, trata-se antes de tudo, de uma posição ideológica em relação aos discursos produzidos por essas instituições. Para o autor, toda ação midiática possui um “[...] fundamento das construções discursivas, sua historicidade, ideologia, lutas de classes sociais, atuação do poder econômico, político e social.”

Partindo desse sentido amplo do papel das mídias na conformação das ideias de um tempo, Guimarães (2023, p. 200), ao falar da desinformação relacionado a ideologia, entende que esse é

[...] um processo muito mais sofisticado e estrutural do que uma mera mentira, falsidade ou manipulação. Se serve de instrumento para a naturalização interessada de ideias invertidas, parciais, generalizantes, é porque expressa uma ordem econômico-social ela própria invertida (pelo processo de alienação) e assentada sobre a crença e os esforços de parecer universal e eterna, apesar de ser apenas uma experiência histórica e particular entre muitas outras formas sociais que já existiram e que ainda podem existir.

Mauro Iasi (2007) ao refletir sobre a ideologia, indica que ela possui momentos de crise, que podemos entender como um abalo de correspondência entre as ideias e a realidade material da qual elas são a expressão. Partindo disso, Guimarães (2023) argumenta que nesse contexto, se entendemos que o conhecimento, os valores e as concepções de mundo são processos sociais e coletivos, identificamos também, que o ponto central dessa crise não se dá sobre os indivíduos isoladamente, mas sobre as instituições e seus agrupamentos sociais. Assim ao olharmos para a problemática da desinformação sobre a lente da categoria marxista de ideologia, constatamos que os problemas relativos à desinformação não podem ser resolvidos a nível individual.

Em paralelo, Silva e Gomes (2022) indicam que a competência em informação desempenha um papel crucial no contexto da desinformação. Ela pode preparar os

usuários a avaliar criticamente as informações que encontram, identificar possíveis viéses e fontes duvidosas, e buscar fontes confiáveis e verificadas. Relacionando as posições dos autores anteriormente citados delineamos que a competência em informação, entendida sobre uma perspectiva coletiva e contextual, pode contribuir para compreender aspectos mais profundos que permeiam a análise da informação e a identificação da desinformação, assim como seu impacto na realidade.

No que tange ao debate sobre o **acesso à informação**, ele figura em textos como Gundu (2006), Pellegrini e Vitorino (2021), Solano (2015) e Miranda e Alcará (2022). As autoras compreendem o direito de acesso à informação como elemento nevrálgico entre os direitos humanos, pois quando adequadamente empregado pode contribuir para o alcance dos demais. Como já mencionado nesta pesquisa, o direito de acesso à informação é considerado um direito humano fundamental, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, podemos afirmar que o direito de acessar a informação engloba a capacidade de obter acesso a arquivos, registros e documentos públicos e a liberdade de escolher o meio pelo qual se deseja obter, seja por leitura, audição ou observação. No que diz respeito ao direito de informar, este envolve as liberdades de expressão e imprensa, bem como a criação de empresas e organizações de mídia.

Além disso, o direito de ser informado abrange a capacidade de receber informações objetivas e oportunas, que devem ser completas, garantindo o acesso a todas as notícias. Esse direito tem um caráter universal, o que significa que as informações devem ser disponibilizadas a todas as pessoas, sem exceções. Além de um direito em si, o direito de acesso à informação pode ser entendido como fator instrumental, se apresentado como ferramenta cotidiana para que os sujeitos alcancem seus demais direitos (Artigo 19, 2015, p. 4).

Solano (2015) destaca que a relevância do acesso à informação se estende para a compreensão que os sujeitos possuem de seu papel na sociedade. Isso porque, conforme Cardoso (1996) a informação exerce uma capacidade de influenciar e moldar a cultura, desvelando alternativas que podem ser consideradas e incorporadas às práticas culturais existentes. Para Vitorino (2020, p. 53) "[...] o acesso à informação e ao conhecimento é fundamental para o exercício da cidadania em um contexto democrático", embora isso também dependa da capacidade das pessoas de interpretar a realidade e construir significados. Sobre Pellegrini e Vitorino (2021) também refletem que a relação entre o acesso à informação e sua apropriação e uso

é complexa e pode ser acompanhada por incertezas, ansiedades, manipulações, desinformação e outros fenômenos que extrapolam a disponibilização da informação.

O imperativo consiste em promover a democratização do acesso à informação para comunidades, grupos, categorias e regiões socioeconomicamente desfavorecidos, com uma ênfase particular na disponibilização de informações relacionadas ao gênero. Para alcançar essa democratização, é essencial tornar a Internet amplamente acessível, permitindo um acesso facilitado a novos conhecimentos. Isso, por sua vez, contribuirá para o empoderamento e conscientização das mulheres, capacitando-as a exercer plenamente sua cidadania com dignidade (Nascimento, 2003).

Compreendemos a partir de Gundu (2006) que a competência em informação também é um desafio de acesso à informação. E para agirmos nesse sentido, é preciso ter em mente que aspectos como classe, raça, etnia, gênero e sexualidade também interferem no acesso que as pessoas possuem à informação. Dervin (1977) indicou que o status social influenciou consideravelmente o quão bem-informadas são determinadas mulheres, isso porque mulheres com determinado grau de autoridade ou influência em sua comunidade possuem condições de acesso à informação mais amplas, enquanto mulheres cujas relações sociais e culturais estão enraizadas no patriarcado e na submissão costumam ter acesso mais restrito às informações, muitas vezes se informando principalmente através de familiares homens.

De acordo com os princípios da competência em informação, o acesso à informação está intrinsecamente relacionado ao reconhecimento, por parte das pessoas, de sua necessidade por informações. Isso envolve a capacidade de identificar fontes de informação pertinentes e empregar estratégias eficazes para localizá-las. Nesta investigação, o indicador primordial reside no grau de reconhecimento, por parte dos indivíduos sujeitos das suas necessidades informacionais para questões cotidianas da vida. Além disso, busca-se avaliar a capacidade dessas pessoas para identificar fontes confiáveis de informações e examinar a percepção que possuem sobre a confiabilidade das informações recebidas (Solano, 2015).

Solano (2015) indica que o acesso à informação é particularmente relevante no contexto da sexualidade e da reprodução, pois permite que as pessoas tomem decisões sobre aspectos relevantes de sua vida de maneira informada e segura. Nesse contexto o acesso à informação está intrinsecamente relacionado a uma série

de outros direitos, como liberdade de expressão, integridade pessoal, proteção à família, vida privada e liberdade de viver sem violência e discriminação.

O acesso à informação voltado para a saúde foi um destaque entre os debates apresentados no *corpus* da pesquisa, isso porque diversos autores apresentaram a informação à luz deste debate. Atikuzzaman, Yesmin e Karim, (2022) e Gundu (2006) refletem que as questões relacionadas com a saúde são essenciais na vida quotidiana de todas as pessoas, e as desigualdades informacionais são ainda mais latentes neste contexto. Li *et al.* (2023) e Rao e Shokeen (2022) advogam que o acesso à informações sobre saúde contribui na tomada de decisões a própria saúde, saúde das crianças, de familiares e progressão socioeconômica da comunidade. Miranda e Alcará (2022) e Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares (2019) destacam que para além das condições dos sujeitos buscarem informações de maneira autônoma, as instituições governamentais possuem responsabilidade na garantia de acesso à informação, sendo que os espaços públicos como ambientes de saúde, assistência social, educacionais e informacionais devem também desenvolver esforços para compartilhar informação científica e fidedigna para a população.

Por fim, compreendemos com base em Kassim e Ndumbaro (2021) que o acesso à informação em saúde e aos serviços de saúde pertinentes desempenha um papel fundamental para as mulheres tomarem decisões informadas acerca de sua saúde. Por outro lado, a ausência dessas informações aumenta a probabilidade de que as mulheres tenham decisões de saúde inadequadas, o que pode resultar em impactos negativos na sua saúde e daqueles que estão sob seus cuidados.

Podemos indicar também a **vulnerabilidade social e informacional**, enquanto situações para a atuação da competência em informação. Neste contexto, nos deparamos com uma abordagem complementar, que entende que vulnerabilidade social e em informação integram a mesma categoria. Pellegrini e Vitorino (2021) entendem a vulnerabilidade em informação como um estado de suscetibilidade a danos causados às pessoas devido ao excesso de exposição à informação ou à falta de acesso à informação, bem como às tensões associadas a esse fenômeno na sociedade. Além disso, destacam que a vulnerabilidade em informação está relacionada à ausência de resiliência no desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação.

Em sentido semelhante, Kuhnen e Vitorino (2021) usam como ferramenta de análise em seu trabalho as dimensões do IVS, segundo o IPEA (Brasil, 2015), que

configuram a vulnerabilidade social em três tipos: Infraestrutura Urbana; Capital Humano; Renda e Trabalho. Os autores avaliam que a vulnerabilidade vai além de aspectos materiais e econômicos, abrangendo questões culturais e sociais, que levam a exclusão. A concepção de vulnerabilidade também é relacionada à multideterminação de sua gênese, não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas também às fragilidades de vínculos afetivos e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos.

Já no que concerne às **dimensões da competência em informação**, elas aparecem para uma análise mais profunda da competência em informação direcionada às pessoas em vulnerabilidade. A exemplo disso, Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021ab) partem das dimensões da competência em informação, mas não apenas eles, esses debates sobre questões técnicas, éticas, estéticas e políticas perpassam a maioria dos trabalhos presente no *corpus* de análise. Sobretudo, ao pensar as questões de gênero como um aspecto estrutural e social basilar nas pesquisas estudadas.

Sobre as dimensões, Pellegrini e Vitorino (2021) entendem que a competência em informação é um processo contínuo que se desenrola ao longo do desenvolvimento humano, abrangendo as dimensões técnica (saber fazer, ação), estética (sensibilidade, criatividade, inovação), ética (realização adequada do dever, bem comum) e política (aspectos sociais, coletivos). Este processo visa aprimorar a ação, sensibilidade e aspectos coletivos e éticos daqueles que buscam desenvolver competência em informação, garantindo um equilíbrio entre essas dimensões.

Ainda sobre as dimensões, vale destacar um questionamento de Doyle (2021) em relação aos debates éticos da competência em informação. A autora reflete que o *Framework for Information Literacy for Higher Education* (ACRL, 2016), um dos documentos fundamentais na organização do campo da competência em informação, destaca a importância de compreender a "Autoridade Como Construída e Contextual". Isso implica reconhecer que a produção de conhecimento científico não ocorre de forma isolada, mas sim por meio de um diálogo constante entre comunidades, que interagem com conhecimentos anteriores e entre si, avançando gradualmente para uma compreensão mais profunda do mundo. Uma ideia central é que a informação reflete a reputação de quem a produziu, sendo essa reputação validada pela sociedade, desta maneira quando se afirmar que a autoridade é construída e contextual, compreende-se que cada comunidade valoriza certas autoridades com

critérios próprios. O desafio para intelectuais feministas é não apenas questionar a autoridade tradicional do intelectual, mas também apresentar novos critérios que sustentem a atribuição de novas autoridades.

Isso significa, ir além de aplicar processos de avaliação das autoridades informacionais, mas refletir sobre os critérios utilizados para construir essa avaliação. O modelo societal que estabelece os padrões do que é verdade ou mentira, e quem são os sujeitos aptos a dar informações fidedignas, é ainda um modelo societal estruturado no modo de produção capitalista e no patriarcado, desta forma temos que questionar se nossas maneiras de estabelecer autoridades não é também uma maneira de apagar as vozes dissidentes desse sistema.

Cabe-nos aqui questionar, se os preceitos éticos são sempre aqueles regidos pela lei local. Para Bezerra e Sanches (2018), diversas vezes a dimensão ética da informação é confundida com aspectos legais e de ordenamento jurídico e apesar de semelhantes essas duas questões não podem ser equiparadas. Para os autores “[...] as dimensões jurídicas e ética aparecem sempre próximas uma da outra, praticamente como sinônimos, sem muita distinção conceitual entre elas – ou mesmo uma explicação do porquê parecem ser, basicamente, a mesma coisa” (Bezerra; Sanches, 2018, p. 2).

Ainda que ações contra os direitos intelectuais e ações contra os direitos de propriedade, acabem se caracterizando como violação de direitos autorais, não é possível considerar as coisas como semelhantes. Uma pessoa que comete plágio, falseamento de informações e/ou falsa atribuição de autoria a um documento ou texto, não se enquadra exatamente na mesma questão de quem consegue acesso, por vias gratuitas, a um artigo científico pago, a fim de finalizar um trabalho (Bezerra; Sanches, 2018). Precisamos, ao fazer essa análise nos lembrar que as informações se encontram sob domínio de grupos midiáticos ou de editoras online, que cobram para publicar e disponibilizar conteúdos muitas vezes essenciais ao desenvolvimento de pesquisas ou a informação do público em geral. Ainda precisamos levar em conta que nos encontramos em um país subdesenvolvido, cujas condições de acesso à informação estão à mercê de grandes corporações de países do centro do capitalismo, que visam lucrar em cima da produção de conhecimento e desenvolvimento científico, quase sempre cobrando para que tenhamos acesso aos seus resultados, e acessando nossas pesquisas de maneira gratuita.

Levando em conta essa realidade, não podemos equiparar a ética informacional até aqui apresentada como essa que se volta para a promoção do bem comum, e a lógica jurídica, que prevê e alicerça a defesa da propriedade privada em uma sociedade capitalista e desigual.

Entendemos que as dimensões ética e legal não são a mesma coisa; mais do que isso, vemos que muito do campo jurídico é construído em torno de valores e práticas que uma sociedade desenvolve dentro de sua cultura (levando em conta todas as lutas de poder que acompanham esse processo). A conclusão da pesquisa é que o julgamento moral que permeia as novas práticas culturais tende a se consolidar antes de ser contemplado pelo ordenamento jurídico, e que, portanto, o uso ético da informação nem sempre estará de acordo com seu uso legal. (Bezerra; Sanches, 2018, p. 6)

Com esse entendimento entre as diferenças de ético e legal, reforçamos a importância de os sujeitos atribuírem créditos às ideias originais de outros através das devidas citações, compreenderem questões de propriedade intelectual, direitos autorais e uso justo da informação, assim como conceitos como de acesso aberto e domínio público de informações. Mas, principalmente, entenderem o papel de instituições na apropriação do conhecimento, entendido nessa pesquisa como bem coletivo e social.

Outra categoria de análise são as teorias que embasam o desenvolvimento da competência em informação até aqui. Como já indicado a competência em informação surge relacionada a teoria **Construtivista**, considerada por diversos autores como base para a Teoria das Competências. Perrenoud (1999) citado por Guaraldo, Santos e Avelino (2021, p. 4) apresenta a competência como a capacidade de agir de maneira eficaz em uma situação específica, envolvendo diversos recursos cognitivos complementares, como a representação da realidade e os conhecimentos adquiridos em nossa experiência de vida. Permitindo que os indivíduos se apropriem de informações para desenvolver o autoconhecimento e adquiram as habilidades necessárias para a convivência social.

Vale mencionar que um dos principais modelos concebidos sobre processos de busca e uso da informação como ISP, desenvolvido por Carol Kuhlthau é embasado na teoria construtivista da aprendizagem, especialmente inspirada por Jerome Bruner e John Dewey, e também incorpora elementos da teoria afetiva de George Kelly. Reconhecido pela sua relevância, o modelo ISP é amplamente empregado por pesquisadores no campo das Ciências da Informação.

Anwar *et al.* (2022) com base em Todd (2017), refletem sobre como as

pesquisas em competência em informação têm se preocupado pouco em estabelecer bases teóricas e epistemológicas para suas proposições. Para o autor poucas pesquisas apresentam estruturas conceituais já estabelecidas pela Biblioteconomia, Ciência da Informação ou Educação, segundo ele isso têm dificultado um corpo teórico consistente que permita evidenciar a relevância dos processos de aprendizagem relacionados à informação. O autor ainda reflete que falta uma compreensão profunda de que os estudos da competência em informação têm se pautado, sobretudo, em perspectivas cognitivas de processamento de informação, que sustentaria o modelo das competências enquanto processo de ensino e aprendizagem.

Para Todd (2017) a Ciência da informação apresenta teorias que contribuem para refletir sobre os aspectos cognitivos de processamento da informação, como Brookes, Dervin e Kuhlthau, teóricos que nem sempre são suscitados ao debate da competência em informação. Apesar dessa não expressão dos autores cognitivistas ou construtivistas nos estudos de competência em informação, podemos mapear uma forte presença destas concepções dentre o *corpus* analisado.

Adiantamos que é essencial superar abordagens voltadas apenas as questões comportamentais, cognitivas e que considerem somente os aspectos individuais de aprendizagem. Para além dessas coisas, consideramos que é essencial olhar sobre a ótica da aprendizagem situada em um contexto, e sob condições de acesso e uso de recursos materiais e imateriais específicos, assim como entender as estruturas de poder que emanam externamente aos sujeitos informacionais.

Para além das abordagens mais influentes no desenvolvimento da competência em informação, abordagens teóricas cognitivas, tais como a **metacognição**, também é citada pelos autores analisados e aparece para debater resultados empíricos de pesquisas de campo realizados com sujeitos. Vale mencionar que a metacognição é um termo cunhado por Flavell (1979, p. 232) e pode ser entendido como

[...] o conhecimento que cada um tem dos seus próprios processos e produtos cognitivos ou de qualquer aspecto com eles relacionados; envolve monitoramento ativo e conseqüente regulação desses processos em relação à cognição, usualmente no serviço de algum objetivo concreto.

De forma geral, a metacognição é entendida como uma capacidade superior de monitorar aspectos cognitivos de maneira consciente, permitindo a autoregulação. Nesse contexto, Nierenberg e Dahl (2021) abordam a importância da metacognição

no contexto da competência em informação dos estudantes do ensino superior. Eles discutem como a metacognição, que inclui a capacidade de refletir sobre os próprios pensamentos, é crucial para avaliar o que sabemos e para julgar com precisão o que lemos. Além disso, o artigo menciona que a falta de habilidades metacognitivas pode levar a erros significativos e limitar a consciência das necessidades de aprendizado. Também é discutido o "Efeito Dunning-Kruger", que destaca como indivíduos com habilidades baixas tendem a superestimar suas habilidades, enquanto aqueles com habilidades altas tendem a subestimá-las. Essas questões são importantes para entender como os estudantes percebem suas próprias habilidades de competência em informação e como isso pode afetar seu aprendizado e uso de informações.

Sobre isso, os resultados da pesquisa indicam que os homens tendem a estimar pontuações mais altas e mais precisas do que as mulheres em relação à sua habilidade de competência em informação. Isso sugere uma relação entre gênero e metacognição, indicando que pode haver diferenças na forma como homens e mulheres percebem e avaliam suas próprias habilidades. Essa descoberta é relevante para entender como fatores como gênero podem influenciar a percepção e a consciência metacognitiva dos estudantes em relação às suas habilidades de competência em informação.

Cabe também evidenciar que a metacognição têm apresentado bastante influência nos estudos de competência em informação na contemporaneidade. O documento proposto pela ACRL (2016) baseia-se significativamente no conceito de *metaliteracy* ou metacompetência. Este novo conceito refere-se à capacidade de reconhecer e lidar com as próprias competências, relacionando-se a fatores comportamentais, afetivos, cognitivos e metacognitivos dentro do ecossistema informacional. O foco na metacognição e na autorreflexão crítica é destacado como uma das ideias centrais do documento, visando tornar as pessoas mais aptas no contexto informacional atual.

Jacobson e Mackey (2013) enfatizam que a abordagem da *metaliteracy* expande a noção de competências para um modelo mais abrangente, que visa auxiliar no desenvolvimento de pensamento de ordem superior, promover o pensamento crítico e reflexivo, ensinar os indivíduos a produzir informações, além de apenas consumi-las, e permitir que estabeleçam conexões e distribuam informações como aprendizes independentes. Assim, além das habilidades informacionais, os autores propõem habilidades mais complexas e metacognitivas, que não apenas permitam

avaliar a informação localizada, mas também reflitam sobre aspectos mais amplos relacionados à informação e à própria competência em informação.

A outra teoria que tem destaque nos estudos analisados é a Teoria Social Cognitiva (TSC), sobretudo a teoria da **autoeficácia**. A TSC, desenvolvida por Albert Bandura (2005), é uma abordagem que enfatiza a interação entre fatores pessoais, comportamentais e ambientais. Ela destaca a importância dos processos cognitivos, tais como a observação, a modelagem e a autorregulação, na aprendizagem e no desenvolvimento humano. Essa teoria também enfatiza a noção de agência humana, que se refere à capacidade das pessoas de influenciar ativamente seu próprio funcionamento e as circunstâncias de suas vidas de maneira intencional. A Teoria Social Cognitiva tem sido aplicada em diversos campos, incluindo psicologia, educação, saúde e contribuído significativamente para a compreensão do comportamento humano e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção.

A teoria da autoeficácia, por sua vez, se constitui como elemento central da TSC, também proposta por Bandura, ela refere-se à crença de uma pessoa em sua capacidade de executar com sucesso uma tarefa específica ou de lidar eficazmente com uma situação particular. Assim, a autoeficácia representa a confiança de um indivíduo em suas próprias habilidades e competências para alcançar determinados objetivos. Essa crença influencia fortemente o comportamento, a motivação e a resiliência das pessoas, afetando sua capacidade de enfrentar desafios, superar obstáculos e persistir diante de dificuldades. A teoria da autoeficácia tem sido amplamente aplicada em contextos como educação, saúde, psicologia clínica, esportes e ambiente de trabalho, e tem demonstrado ser um fator crucial na promoção do bem-estar e no alcance de realizações significativas (Bandura, 2005).

Ossai (2022) apresenta a autoeficácia como a crença de um indivíduo em sua capacidade de realizar com sucesso uma tarefa específica ou alcançar um determinado objetivo em um contexto particular. No contexto da competência em informação, a autoeficácia refere-se à confiança dos sujeitos em suas habilidades para localizar, avaliar e utilizar efetivamente recursos de informação, bem como para instruir e apoiar os usuários em suas necessidades de informação. A teoria da autoeficácia, quando relacionada a competência em informação, destaca a importância das crenças de autoeficácia e motivação, no desempenho e na resiliência diante dos problemas informacionais.

Gebhardt *et al.* (2019) evidencia que as principais descobertas da análise sobre

as diferenças de gênero relacionado às competências digitais incluem o fato de que as estudantes do sexo feminino demonstraram níveis mais elevados de competência em informação e digital do que os estudantes do sexo masculino, desafiando a crença anterior de que os estudantes do sexo masculino tinham vantagem nessa área. Além disso, as estudantes do sexo feminino se saíram relativamente melhor em tarefas que envolviam comunicação, design e criatividade, enquanto os estudantes do sexo masculino se saíram relativamente melhor em tarefas mais técnicas. O estudo ainda identificou que os estudantes do sexo masculino demonstraram mais confiança em sua capacidade de realizar tarefas especializadas em TIC.

Park, Kim e Lee (2016) indicam que as estudantes do sexo feminino apresentaram percentuais mais altos de respostas corretas do que os estudantes do sexo masculino em aspectos como "Criar informações" e "Compartilhar informações", enquanto as diferenças de gênero foram relativamente pequenas em aspectos como "Usar informações de forma segura". Além disso, o estudo observou que as diferenças entre os gêneros variavam de acordo com os níveis de proficiência. Keränen e Enwald (2023) analisam a competência em informação ligada às decisões relacionadas a energia com foco nas diferenças de gênero entre os finlandeses. Os autores identificaram que as mulheres têm menos confiança em seu conhecimento, especialmente em informações numéricas, em comparação com os homens. No entanto, apesar dessa menor confiança, as mulheres exibem atitudes mais positivas em relação a escolhas de estilo de vida sustentável. Elas parecem estar mais abertas a aconselhamento e orientação em relação à energia, e valorizam conselhos práticos sobre economia de energia no dia a dia. Além disso, as mulheres expressam preocupações sobre a confiabilidade das informações e suas fontes, o que pode refletir incertezas ao acessar informações relacionadas a energia.

Podemos indicar que perspectiva como da metacognição e TCS avançam nas perspectivas de competência em informação, isso porque os debates trazem compreensões mais dinâmicas e holísticas para a competência em informação. Nesse sentido, além dos processos cognitivos, questões mais profundas e subjetivas são consideradas no processo de busca e uso da informação, no contexto de gênero, essas teorias permitem compreender, mais do que as habilidades informacionais, mas como questões intersubjetivas afetam a percepção de mulheres sobre suas relações com o universo informacional.

Ainda podemos evidenciar que alguns autores reivindicam uma **perspectiva**

social para a competência em informação. Sobre isso, Melo *et al.* (2021) ponderam que, inicialmente, a competência em informação estava fortemente ancorada no paradigma cognitivo da Ciência da Informação, sendo diretamente ligada ao conceito de comportamento informacional. Essa concepção era individualista e cognitivista, destacando a ideia de um indivíduo capaz ou, alternativamente, uma visão construtivista na formação dessas competências. Em consenso, Eckerdal (2011) argumentou que novos olhares para a competência em informação têm afastado a compreensão de esta ser uma temática unicamente baseada em abordagens construtivista e individuais, para uma compreensão mais ampla e mais social das práticas informacionais.

No entanto, sob a perspectiva do paradigma social, uma vertente da pesquisa em competência em informação adota uma abordagem interpretativa, associada às correntes subjetivistas e fenomenológicas. Esses estudos consideram a competência em informação como um fenômeno subjetivo e complexo, buscando uma análise mais aprofundada da realidade dos usuários da informação (De Lucca; Vitorino, 2020). A abordagem da competência em informação, a partir de uma perspectiva social, transcende as tradicionais visões individualista e avança em direção aos estudos que consideram o domínio social e cultural da informação (Melo *et al.*, 2021).

Anwar *et al.* (2022) descrevem uma abordagem social para a competência em informação, enfatizando a importância de compreender o contexto social e cultural em que a informação é acessada, avaliada e usada. Os autores argumentam que a competência em informação está incorporada nas atividades de determinados grupos e comunidades. Destacam também o papel da coletividade e da comunidade na definição das práticas de informação e sugerem que as investigações neste contexto devem mudar o seu foco para dimensões orientadas para a sociedade e coletividade. Já Jones e Procter (2022) fornecem informações valiosas sobre o desenvolvimento da competência digital, midiática e informacional dos jovens, oferecendo uma análise abrangente do tema.

Papen (2013) propõe uma abordagem para a competência em informação, não apenas como uma habilidade, mas como uma prática social intrinsecamente vinculada a contextos específicos. A autora compreende que a habilidade de buscar e identificar fontes de informação e conhecimento seja um componente central do que entendemos como competência em informação. No entanto, sua compreensão é de que o cerne da competência reside na determinação do que é considerado

conhecimento em contextos sociais particulares. O ponto central é que apenas o conhecimento aceito e validado socialmente pode funcionar como uma fonte válida de compreensão em determinados contextos. A questão de em qual conhecimento confiar torna-se especialmente crucial em situações em que as pessoas se deparam com informações contraditórias e precisam tomar decisões impactantes. Ainda que a competência em informação tenha sido tradicionalmente concebida como uma habilidade cognitiva ou o objetivo de intervenções pedagógicas tenha sido quase que exclusivamente para aprimorar essas habilidades relacionadas à informação, pesquisas recentes têm enfatizado a natureza social e contextual da busca e uso da informação.

A compreensão e aplicação da competência em informação devem ser sensíveis ao contexto, reconhecendo que a natureza da informação pode variar amplamente. As práticas de competência em informação também devem considerar como as pessoas interagem com a informação em seu ambiente. Isso implica entender as dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas que moldam a busca, avaliação e uso da informação (Anwar *et al.*, 2022; Todd, 2017). Entendemos a partir dos autores que uma abordagem eficaz da competência em informação deve ser flexível e adaptável aos diferentes contextos nos quais a informação é encontrada e utilizada. Ao reconhecer a natureza variada da informação e as interações específicas das pessoas com ela, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para promover a competência em informação em diversas situações.

Muito próxima aos estudos que defendem uma abordagem social para a competência em informação, enfatizando os aspectos humanistas e sociais dos problemas informacionais (Araújo, 2018), estão aqueles cuja bases se aportam em uma Teoria Crítica da Informação e, conseqüentemente, uma **competência crítica em informação** (CCI). Doyle e Brisola (2022) defendem que a CCI se concentra nas interações entre ações informacionais mediadas por suportes comunicacionais e atores sociais, nos comportamentos sociais, contextos sociais e cultura. Tal abordagem aparece como escolha teórica em diversos trabalhos tais como Melo (2019), Melo, Alves e Brasileiro (2019), Silva e Gomes (2022), Brisola (2021), Doyle e Brisola (2022), Fountain (2013), Mudhai, Wright e Musa, (2016), Jones e Procter (2022).

Autoras como Romeiro, Silva e Brisola (2018), Doyle e Brisola (2022), Doyle (2020) defendem que a CCI reexamina esses conceitos e adota uma abordagem

freiriana para a aprendizagem contínua ao longo da vida, destacando a importância das trocas dialógicas e do ensino formal como fontes de aprendizado mútuo. A competência crítica em informação, nesse contexto retoma o legado de Paulo Freire, visando uma educação direcionada a mudança social, ao rompimento com as estruturas de opressão e conscientização acerca das relações de poder, Brisola (2021) entende que a competência crítica se conecta epistemologicamente com o autor, e incorpora o tripé Teoria Crítica, competência em informação e Pedagogia Crítica.

A competência crítica em informação assume desta forma um papel voltado ao empoderamento e emancipação, caracterizando-se de acordo com suas principais autoras, como fundamental para os cidadãos contemporâneos, auxiliando-os a lidar e avaliar de forma crítica o volume incessante de informações que recebem diariamente. Uma das diferenças mais marcantes entre competência em informação e competência crítica em informação está enraizada em suas teorias geradoras, que estabelecem as bases epistemológicas para cada abordagem.

A origem das *literacys* é o ponto de partida de um entendimento epistemológico realizado por Brisola (2021). Para Doyle e Brisola (2022) a competência em informação emerge da proposta de Zurkowski (1974), cujo esforço estava voltado para a promoção da educação da população, visando o desenvolvimento de habilidades e técnicas necessárias para a utilização eficaz de uma ampla gama de ferramentas de informação e fontes primárias no desenvolvimento do trabalho na indústria. Desta forma, a ênfase da competência em informação, segundo as autoras, recai sobre o aspecto pragmático, com o objetivo de aumentar a eficiência e eficácia no manuseio da informação, bem como abrir portas para o desenvolvimento de produtos informativos.

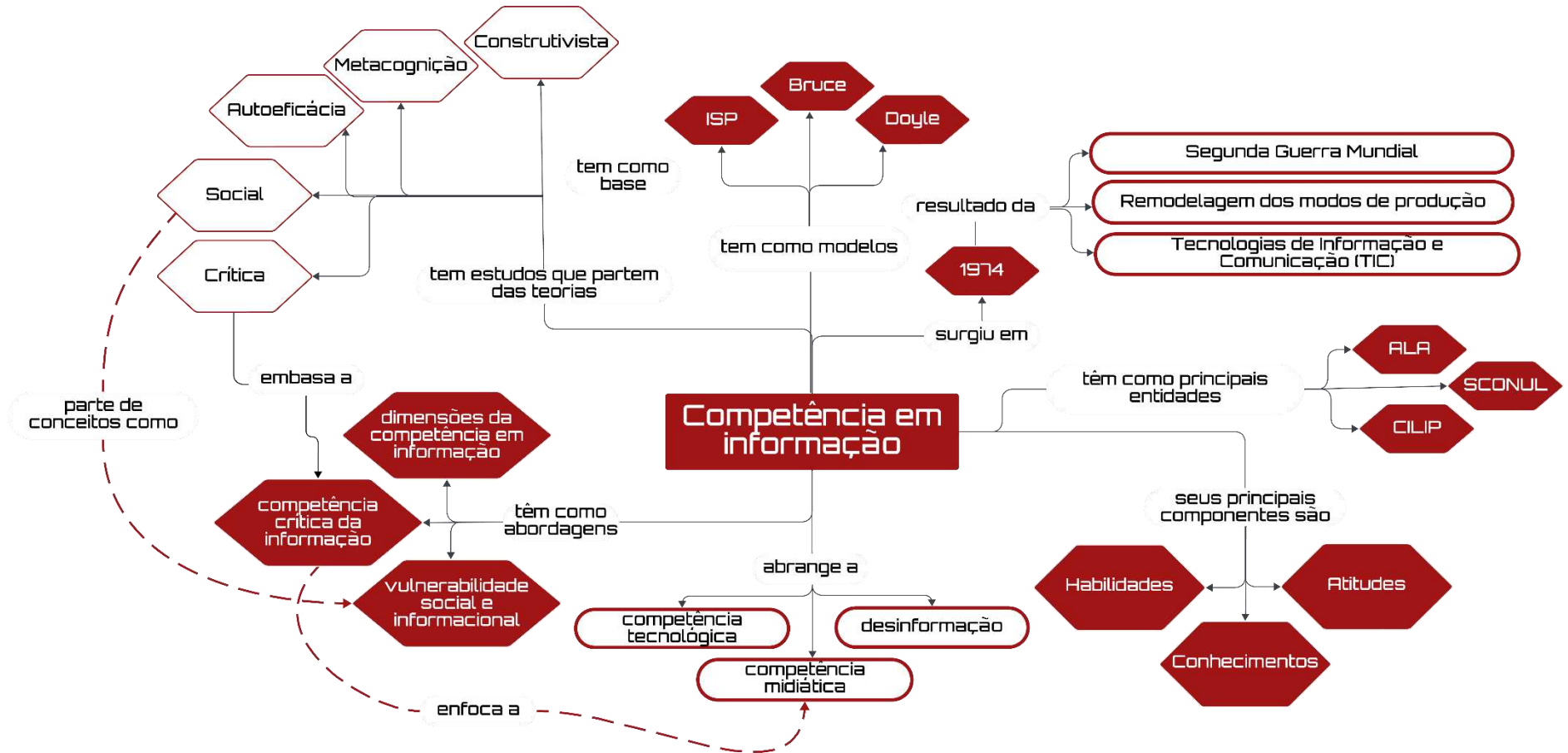
A competência crítica em informação, por sua vez, tem suas raízes em dois aspectos centrais, inicialmente ela é desenvolvida a partir das críticas à abordagem tecnocêntrica que a competência em informação tradicionalmente adotou, especialmente a partir da década de 80. Posteriormente a competência crítica encontra respaldo na perspectiva da Teoria Crítica, conforme proposta por Horkheimer (1983). Esta visão da informação, a partir da teoria crítica, reconhece que ela é influenciada pela condição humana, social e histórica, percebendo-a como um fenômeno intersubjetivo, cujo significado é construído e relacional, com um papel ativo desempenhado pelos sujeitos. Alinhada à Pedagogia Crítica de Freire, a competência

crítica busca a emancipação dos sujeitos, e suas bases teóricas se fundamentam no diálogo e na promoção da consciência crítica, buscando superar as opressões e promover a justiça social.

Sobre isso, Mudhai, Wright e Musa (2016) indicam que o uso da competência crítica em informação, relaciona-se com a compreensão de que tal processo vai além da competência midiática e informacional, mas incentiva um pensamento crítico, reflexivo e questionando inclusive acerca de conteúdos de determinadas agendas e suas ideologias. Melo, Alves e Brasileiro (2019) também destacam a importância da competência crítica em informação como uma ferramenta essencial para a construção e manutenção de uma sociedade livre e verdadeiramente democrática. A competência crítica em informação é vista como uma habilidade que permite aos indivíduos lidar com os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, e fazer escolhas mais conscientes e efetivamente determinar o curso de suas vidas.

A seguir, na figura 11, apresentamos um mapa conceitual que reúne os debates desta seção.

Figura 11 – Mapa conceitual interações teóricas na unidade de contexto competência em informação



Fonte: elaborado pela autora, na ferramenta Lucidchart (2024)

A partir das reflexões nesta seção, traçamos uma rede de relação da competência em informação com diversos conceitos, definições e abordagens. Identificamos que a competência em informação tem seu aporte, sobretudo, em debates relacionados a aquisição de habilidades e a assimilação de conhecimentos relacionados ao universo informacional, neste *corpus* a influência das teorias construtivistas são evidenciadas no surgimento dos estudos nesta área. Entretanto, com o desenvolvimento de compreensões mais profundas acerca da competência, entendemos que há o surgimento de novas reflexões sobre questões subjetivas e contextuais, como questões relacionadas à metacognição, *metaliteracy* e as crenças de autoeficácia, que permitem considerar aspectos sociais acerca de como os sujeitos desenvolvem seus processos mentais.

Além disso, despontam também pesquisas que entendem que estas questões cognitivas, subjetivas e contextuais, se ancoram em aspectos estruturais, permitindo compreender novos fatores intervenientes à aprendizagem dos sujeitos, como as relações de poder na mídia, a desinformação, o acesso à informação, vulnerabilidade informacional e o desenvolvimento de reflexões sobre a multidimensionalidade da competência em informação, e sua necessidade de pensamento crítico e reflexivo.

Vale ainda comentar, que em paralelo com a abordagem de Capurro (2003), o desenvolvimento de diversas abordagens da competência em informação reflete a incidência de compreensões paradigmáticas da Ciência da Informação, que impactam a organização e estruturação dos conceitos de competência em informação. Entendemos que não há um rompimento completo, nesse desenvolvimento, mas que antes disso, essas mudanças refletem um conflito científico e metodológico-operacional contínuo, o que possibilita rupturas específicas em termos de aplicação. De acordo com Smit (2012), o paradigma físico enfoca o objeto, o cognitivo destaca o sujeito, enquanto o social considera o sujeito contextualizado em sua relação com o objeto-informação. Desta forma, os paradigmas físico e cognitivo compartilham uma concepção de informação baseada em transferência e transmissão, o paradigma social representa uma ruptura teórica mais marcante, ainda em processo de consolidação na CI. Este último precisa demonstrar de maneira mais consistente percepções teóricas, pragmáticas e metodológicas que justifiquem sua distinção dos paradigmas anteriores (Silva, 2017).

Entendemos a partir do argumento de Silva (2017) que ainda que pesquisas em competência em informação relacionadas as mulheres, reivindicuem uma

abordagem social sobre essas temáticas, é no entendimento que fazemos de conceitos centrais para a Ciência da Informação – como informação e conhecimento - que identificamos as alterações científicas na área, tendo em vista seu objeto de estudo.

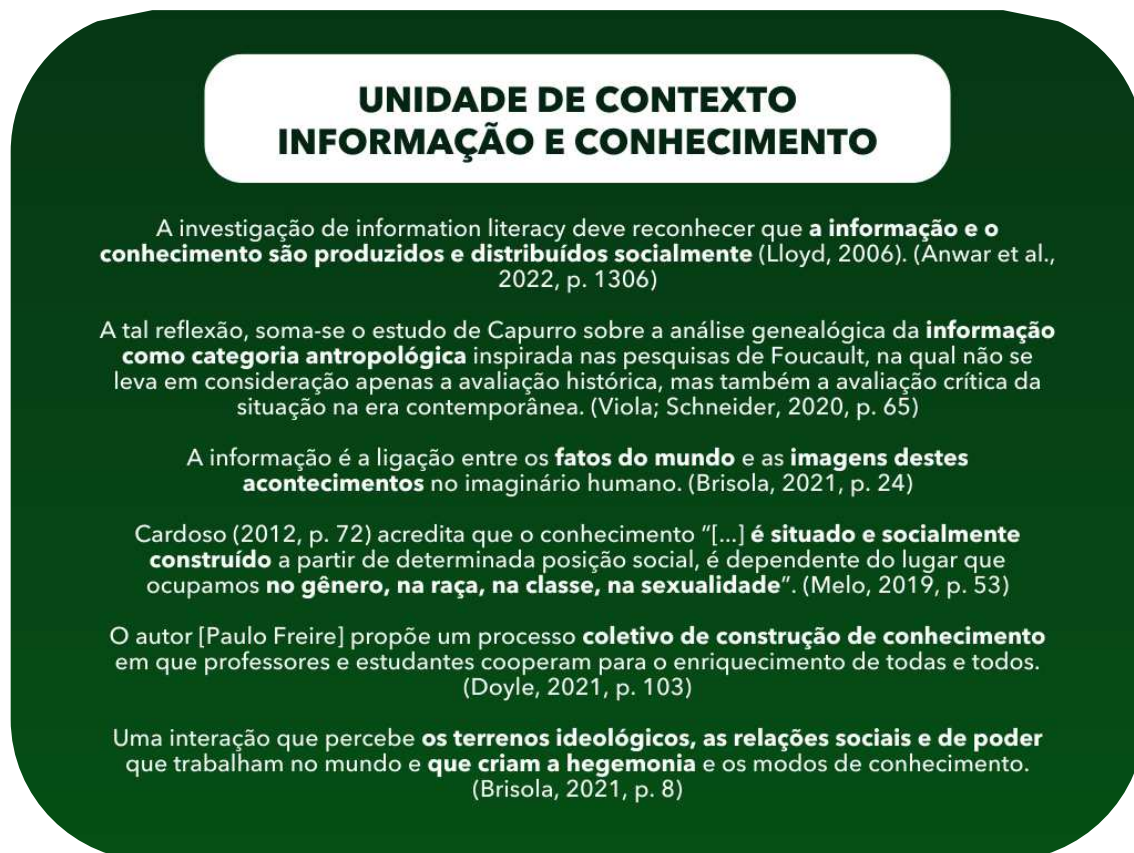
A partir disso, vale ponderar a incidência da perspectiva construtivista no entendimento de conhecimento, e o reforço, nas pesquisas em competência em informação, de que esse é um processo individual, argumento que caminha na contramão de diversos autores da própria Ciência da Informação.

Sobre isso reforçamos as reflexões de Todd (2017), quando indica que a pesquisas em competência em informação, não têm se preocupado em estabelecer suas bases teóricas epistemológicas em estudos empreendidos pela Ciência da Informação. E muitas vezes não têm apresentado com nitidez suas estruturas epistemológicas basilares, dificultando a compreensão da própria comunidade científica de compreender profundamente a natureza de seus estudos. É partindo disso, que pretendemos nos debruçar, na seção a seguir, sobre os debates de informação e conhecimento desenvolvido nas pesquisas levantadas, visto que esta não pode se apartar desses conceitos intransponíveis para os estudos da informação.

7.1.2 Unidade de contexto II: Informação e conhecimento

A segunda unidade de contexto, trata da identificação de debates epistemológicos nos estudos levantados, com intuito de mapear quais perspectivas epistemológicas da CI têm sido utilizadas para embasar debates da competência em informação no contexto de gênero, contribuindo para o alcance do objetivo específico de estabelecer relações entre a competência em informação e o feminismo. O primeiro ponto que deve ser ressaltado é que um conjunto pequeno de textos recuperados apresentou debates relacionados a questões como informação e conhecimento. Geralmente essas abordagens se encontravam em materiais monográficos, cujo desenvolvimento é mais profundo. Essa unidade de contexto pode ser melhor apresentada na figura 12.

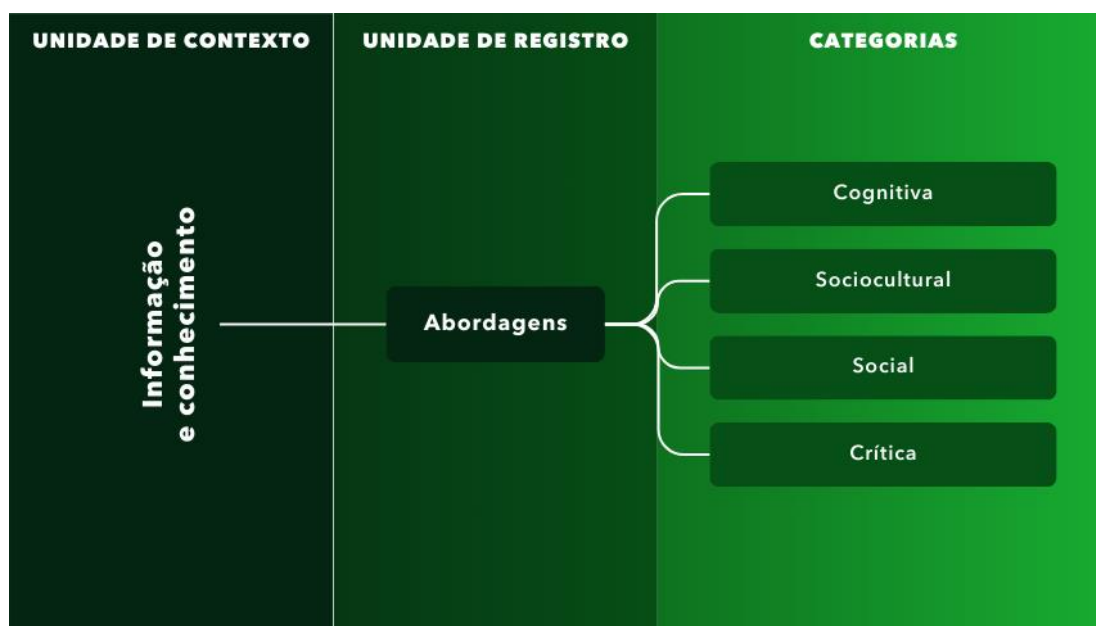
Figura 12 – Unidade de contexto II: informação e conhecimento



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Podemos destacar algumas pesquisas que trazem contribuições para pensar a natureza da informação enquanto objeto da Ciência da Informação, mas também como compreensão teórica basilar da própria competência em informação. Na figura 13, organizamos as unidades de registro e categorias que compõem essa unidade de contexto.

Figura 13 – Unidade de registro e categorias de informação e conhecimento³¹



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Neste sentido, destacam-se as pesquisas que compreendem a informação como aspecto **cognitivo**, relacionada as condições individuais dos sujeitos. A Ciência da Informação tem sido uma disciplina em constante evolução, que tem acompanhado o desenvolvimento e a complexidade dos conceitos e ideias relacionados aos seus objetos. Dentre esses conceitos, notáveis são os de acesso à informação, uso da informação, necessidade de informação, comportamento de busca de informação e canais de comunicação. Esses conceitos coexistem em um sistema de relações intrincadas e interdependentes (Gundu, 2006).

Gundu (2006) faz um estudo pormenorizado de definições e conceitos relacionado às questões informacionais. A partir de Belkin e Pao (1989 *apud* Gundu, 2006, 30) indica que a informação pode ser compreendida como resultado do processo de manipulação e organização de dados, com o propósito de enriquecer o conhecimento daqueles que a recebem. A demanda por informação é uma necessidade universal, uma realidade que abrange todos os cantos do mundo, independentemente do nível social. A satisfação eficaz dessas necessidades é influenciada pela disposição individual, ou seja, contexto e às características pessoais

³¹ Vale mencionar que diferente das demais unidades de contexto e registro as categorias acerca da informação e conhecimento possuem unidades de registro mais dispersas, tendo em vista que o foco das pesquisas analisadas não está nos debates epistemológicos em si. Desta forma, cada abordagem informacional apresentada pode figurar diversas unidades de registro que espelham as categorias escolhidas.

de um indivíduo, bem como à situação em que ele se encontra.

Esses fatores incluem idade, nível educacional, motivação, tarefas desempenhadas, papéis desempenhados e desafios enfrentados. Pao (1989) argumenta que esses elementos determinam a natureza das necessidades individuais, que podem ser de natureza cognitiva, emocional, social, espiritual ou física. Essas necessidades moldam a busca por informações, resultando em um comportamento de busca de informações, no qual uma pessoa decide se deve buscar informações externas ou resolver um problema internamente. O acesso às informações relevantes que possam auxiliar na resolução de problemas ou na tomada de decisões leva ao uso efetivo da informação e, por conseguinte, à satisfação das necessidades informacionais.

Fazemos um paralelo dessa abordagem descrita por Gundu com as críticas realizadas por Frohman (2008, p. 21)

Considero conceito mentalista abstrato aquele no qual a informação é concebida como algo que está presente na mente em estado de compreensão, seja essa compreensão proveniente da leitura de um documento ou de outros meios. Essa idéia privilegia os estudos da informação focados nos indivíduos como agentes de atividades e práticas do interesse dos estudos da informação. Mas em geral os indivíduos não são os agentes primários dos processos do interesse dos estudos dos aspectos sociais, públicos, econômicos e culturais da informação.

O autor ainda complementa, que esse conceito abstrato e mental delimita a reflexão sobre os agentes não individuais que impulsionam esses processos. Uma maneira alternativa de expressar essa ideia é compreender que a ênfase no conceito de informação como algo imaterial, presente na mente, implica uma restrição nas investigações sobre os efeitos dos regimes de informação, e se voltam apenas a mudanças na consciência individual. Segundo essa perspectiva, os efeitos sociais e coletivos dos sistemas de informação ficam vinculados à quantidade de indivíduos afetados (Frohman, 2008).

No contexto da competência em informação, Elmborg (2012, p. 84) entende que a informação não é tangível certamente, mas advinda do verbo informar, ela se releva pelos aspectos materiais que nos informam. Para o autor a “[...] informação é, portanto, literalmente, aquela substância que o material informativo transmite ao informado.” Ele entende que encarar as coisas unicamente nesta perspectiva nos leva a uma abstração metafísica não muito útil para avançar em debates necessário sobre a informação. Em complemento, ele indica que “[...] embora a informação seja

inteiramente abstrata como conceito, podemos tratá-la como uma realidade material em alguns casos. Na verdade, a ciência da informação como campo intelectual faz precisamente isso.” (Elmborg, 2012, p. 84)

Apesar dos ganhos desenvolvidos pela CI ao olhar para a informação de uma perspectiva materializada, proposta inclusive do próprio Frohman, é preciso ter clareza que não estamos de fato tratando dos aspectos tangíveis da matéria, como o papel ou o computador, mas entendendo que em certa medida é essa materialidade que nos permite aplicar todos os recursos desenvolvidos em nossa ciência, sem, no entanto, perder de vista que os aspectos que tratamos com frequência como classificação, organização, representação, apropriação e compartilhamento da informação são aspectos não aplicáveis ao tangível, mas especialmente ao intangível, que antes de tudo é influenciado por construções históricas e sociais (Elmborg, 2012).

Apresentando abordagens que olham para a informação de uma perspectiva **sociocultural**, os autores advogam que as maneiras pelas quais indivíduos e grupos identificam e expressam suas necessidades são influenciadas por fatores sociais e culturais, como padrões familiares, língua e religião, entre outros. Embora o conceito de competência em informação seja aplicável em todas as culturas, qualquer esforço de desenvolvimento centrado na informação deve considerar as diferenças sociais e culturais moldadas por esses fatores (Anwar *et al.*, 2022). Lloyd e Wilkinson (2019) argumentam que a competência em informação é impulsionada pela necessidade de atender aos requisitos socioculturais de um contexto específico, através da interação entre práticas sociais e recursos materiais. Isso implica considerar as normas, valores e convenções culturais na utilização e avaliação da informação, para Zheng (2005) os aspectos socioculturais que impactam a informação também são parte fundamentais da competência em informação, visto que ambas se relacionam intrinsicamente. Sobre isso, Dorner e Gorman (2006) refletem também, que a informação é intrinsecamente ligada ao contexto em que se encontra, e não compreender essa relação equivale a uma falta de compreensão da própria informação, tornando-se difícil utilizá-la de forma eficaz na criação de conhecimento.

Em paralelo a isso Araújo (2018, p. 91) comenta que

[...] são os papéis, isto é, a tipificação dos desempenhos dos indivíduos. Os papéis posicionam as pessoas na sociedade e também definem seu lugar na distribuição social do conhecimento (a definição do que é relevante para uma pessoa, e que pode não ser para outra). Assim são definidos socialmente os interesses, as necessidades, as demandas e os critérios de relevância.

Destacamos as considerações de Anwar *et al.* (2022), quando utilizam-se do aporte de Lloyd (2006), para argumentar que devemos reconhecer que a informação e o conhecimento são produzidos socialmente, as práticas informacionais se relacionam com aspectos sociais, físicos e contextuais. Nesse sentido, a competência em informação só pode emergir de práticas, processos e interações que considerem o complexo contexto social e informacional que permitem o acesso ou não aos conhecimentos. Ou seja, a informação não pode ser compreendida como um aspecto neutro, que não sofre com a interferência de questões culturais, políticas, sociais ou históricas que vão permear sua possibilidade de acesso.

Lloyd (2006) evidencia a compreensão da informação como um fator sociocultural, imbricado a questões contextuais e produzido coletivamente, possuindo uma forte dimensão social que é indissolúvel dos seus processos de produção, apropriação e uso. Desta forma, compreendemos que o significado da informação é criado através do encontro entre pessoas, práticas e ferramentas. Sobre isso, entendemos com base em Frohman (2008) que em contrapartida às abordagens mentalistas de informação, uma compreensão de materialidade proporciona um entendimento mais rico do caráter. Na visão do autor, a materialidade é um conceito central, pois grande parte do caráter social da informação depende dele. Dessa forma, o autor encerra que sem considerar essa abordagem muitas das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão relevantes para os estudos da informação, ficam obscurecidas.

Encontram-se também nos textos, o entendimento da informação como o elemento mais amplo de todos, a primeira unidade de sentido, a forma mais básica de organização do caos e da variedade. Debate identificado pode Doyle e Brisola (2022) como concernente ao paradigma **social** da Ciência da Informação, entendendo a informação não como algo exclusivamente objetivo (contido em um suporte, externo) ou subjetivo (cognitivo, acontecendo dentro da mente do indivíduo, interno), mas acontecendo na intersubjetividade das relações entre registros, sistemas e regimes de informação, pessoas e seus distintos contextos. Para Silva (2017) essa dimensão social destaca o papel central do conceito de informação na sociedade contemporânea, demandando uma abordagem exclusiva para investigar suas diversas nuances.

Fountain (2013), com aporte de Elmborg (2006), entende que a nossa área

traduz as relações sociais dos sujeitos com o conhecimento. Desta forma, o conhecimento conforme coloca Elmborg, é situado e contextual, entendido desta forma torna-se um campo sempre em disputa, que nunca apresenta uma verdade absoluta, mas é construído a partir de valores, individuais ou coletivos. Compreender tais aspectos, é essencial para que os alunos analisem criticamente e utilizem a informação de forma mais fidedigna. Assim como avaliam questões de valor e a relevância dos registros do conhecimento, considerando grupos de interesse em distintos contextos, estabelecendo um equilíbrio entre fatos e retórica, a disseminação de informações, a mudança na definição de informações confiáveis e os valores que determinados grupo tentam, por meio da informação, promover (Fountain, 2013; Elmborg, 2006).

Melo (2019) se apropria do conceito de informação conforme delineado por Marteleto (1987, p. 179), sob uma abordagem dialética

[...] tomam-no no contexto das relações sociais, seja como condição para a criação de condições de diálogo entre cidadãos (agir comunicacional), entre as instâncias científica e política (agir racional), ou entre cientistas e grande público, seja como fator para a elaboração de uma nova hegemonia pelas classes populares, dentro de um projeto cultural e político. Aqui, a informação é tomada como um fator de mudança e não de manutenção de estruturas. Portanto, como um processo contraditório, que tanto pode servir para a manutenção das relações sociais de produção, quanto para a estimulação da contradição no seio dessas mesmas relações. Por ser um fenômeno social, possui dimensões políticas, econômicas e históricas, necessitando, portanto, ser analisada no plano social de comunicação entre indivíduos que vivem uma prática social concreta.

Segundo a autora, essa compreensão se difere das demais ao situar o fenômeno da informação no contexto das relações sociais, onde atua como um elemento catalisador de mudanças. Nesse sentido, a informação é encarada como um agente de transformação, capaz de promover diálogo entre cidadãos, entre instâncias científicas e políticas, ou entre cientistas e o público em geral. Além disso, ela é vista como um fator essencial na elaboração de novas hegemonias por parte das classes populares, dentro de um projeto cultural e político. Essa perspectiva reconhece a informação como um processo contraditório, que pode tanto contribuir para a manutenção das estruturas sociais existentes quanto para a estimulação da contradição dentro dessas mesmas estruturas. Por ser um fenômeno social, a informação possui dimensões políticas, econômicas e históricas, exigindo uma análise situada no contexto das práticas sociais concretas vivenciadas pelos indivíduos.

Em proximidades às colocações das autoras supracitadas, podemos indicar também a influência da **Teoria Crítica** e da Pedagogia Crítica nesses debates, visto que ambas se encontram presentes em vários dos textos recuperados. Doyle (2020) reflete que a epistemologia crítica, conforme descrita por Bachelard (1974), engloba uma reflexão histórica realizada pelos cientistas sobre os pressupostos, resultados, utilização, lugar, alcance, limites e significados socioculturais de sua atividade científica (Japiassú, 1977). Para autora a epistemologia crítica, ao explorar os pressupostos e os condicionamentos socioculturais da atividade científica, incentiva os cientistas a empreenderem uma atividade que pode ser denominada de "crítica". Essa abordagem não busca negar a especificidade da ciência, mas sim demonstrar que ela não existe como um domínio isolado, separado do contexto social, onde os cientistas buscam apenas o "saber desinteressado". Em vez disso, a ciência deve ser situada em seu contexto temporal e compreendida dentro de sua historicidade. Nesse contexto, enfatiza a falta de neutralidade na ciência, ressaltando que o discurso científico não pode ser compreendido fora de seu contexto histórico e social.

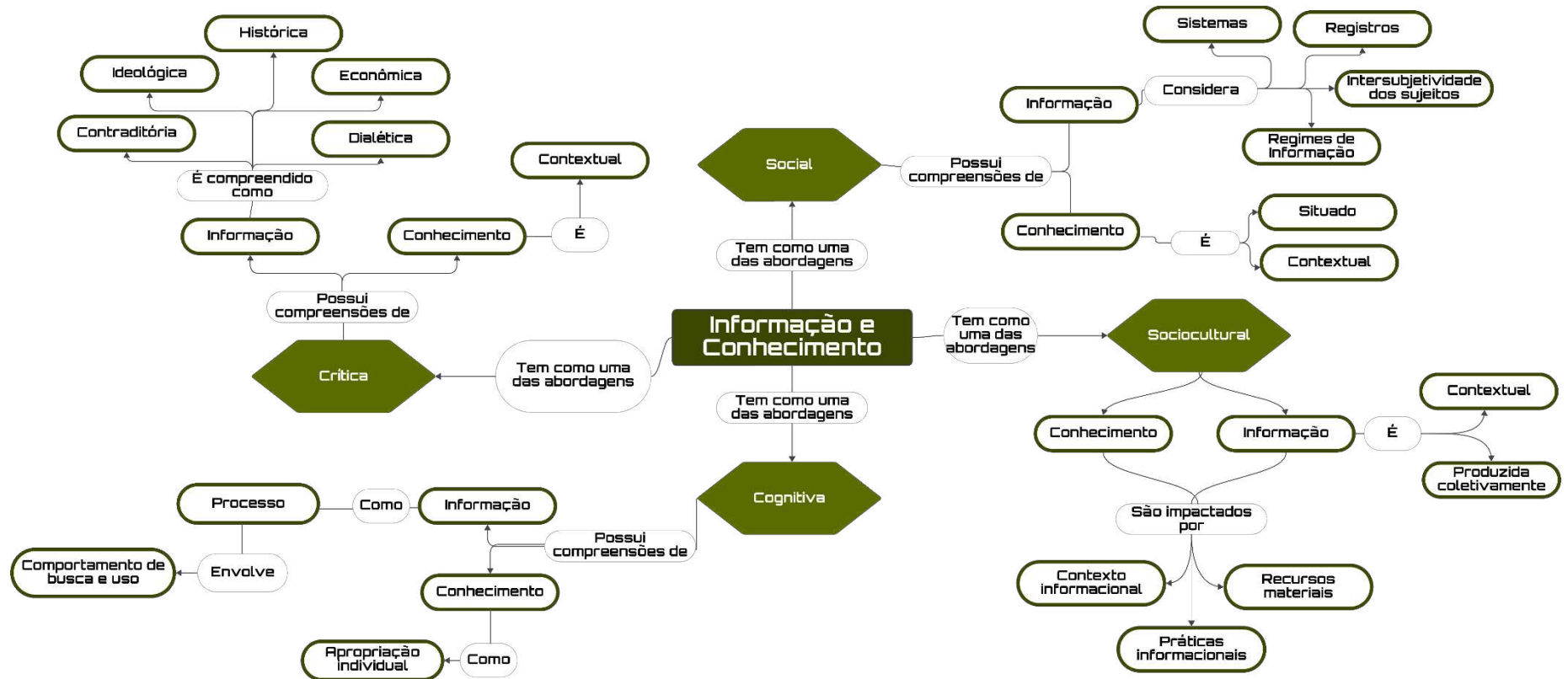
A proposição de Doyle (2020) caminha com pressuposto da Teoria Crítica, desenvolvida na Escola de Frankfurt, nesse contexto, Max Horkheimer, acrescenta a ideia de que a ciência, desde Descartes, incorporou o conceito de teoria das ciências naturais nas ciências humanas e sociais sem questioná-lo. A partir disso Horkheimer (1983) enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica que comece por questionar a própria ciência, suas premissas, métodos e objetivos. Dessa forma, a teoria crítica se torna uma crítica da teoria tradicional, enquanto a epistemologia crítica se configura como uma crítica da epistemologia convencional.

Nesse sentido, a teoria crítica da sociedade busca, portanto, uma transformação das condições de dominação histórica, para isso compreende que há uma necessidade de extrapolar os espaços intelectuais e acadêmicos e forjar uma relação com a classe oprimida de maneira que a os aspectos teóricos permitam o desenvolvimento de uma prática. Doyle e Brisola (2022) evidenciam que esta pode ser compreendida como uma herança hegeliana ao pensamento de Marx, destacada pela ênfase na rejeição do idealismo em favor do materialismo histórico, que propõe uma associação direta e dialética entre as pessoas e suas reais condições materiais de existência. Horkheimer (1983) sublinha que a relação entre os aspectos teóricos e materiais não é restrita ao âmbito ultracientífico, visto que para a teoria marxista há uma relação dialética entre os aspectos teóricos conceituais e a realidade material.

Brisola (2021) destaca a intrínseca ligação entre a informação e as construções sociais, históricas, culturais e educacionais. A longo prazo, essa interação molda normas, valores, condutas e pensamentos, muitas vezes contribuindo para a manutenção das opressões de classe, gênero, sexualidade, raça e etnia. A autora ressalta a visão de Gramsci sobre a consciência dos conflitos estruturais no campo das ideologias, sublinhando seu caráter gnosiológico, indo além do âmbito psicológico e moral. Tanto Gramsci quanto Freire percebem a educação como uma peça fundamental nesse processo, considerando-a um meio para a construção de uma nova hegemonia. Ambos abordam a educação formal como parte integrante do direcionamento à hegemonia dominante, com os aparatos estatais e privados de hegemonia trabalhando para manter o *status quo*. Contrapondo-se a isso, os espaços de educação formal, informal e não formal podem ser explorados para promover uma interação crítica com a informação.

Por fim, entendemos que a fundamentação teórica da informação na CI é discutida em um diálogo contínuo com os fundamentos sociais, tecnológicos e empíricos, considerando a estrutura de gestão, processos, fluxos e tecnologias de informação. Destaca-se a importância de compreender as multiplicidades empíricas da área para a construção dos fundamentos teórico-histórico-epistemológicos (Silva, 2017). Essas interações, não são estáticas e auto excludentes, de maneira a poderem ser facilmente representadas. A figura 14 sintetiza algumas das interações teóricas de informação e conhecimento no *corpus* analisado.

Figura 14 - Mapa conceitual interações teóricas na unidade de contexto informação e conhecimento



Fonte: elaborado pela autora, na ferramenta Lucidchart (2024)

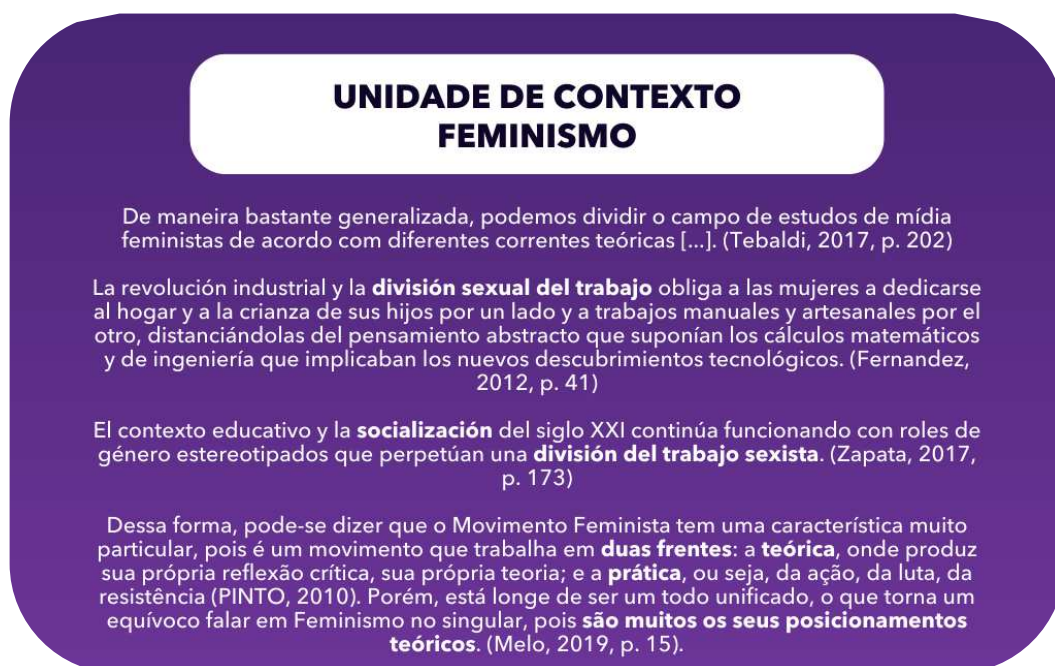
Nessa seção, nos preocupamos em mapear contribuições teóricas para compreender a competência em informação sobre a concepção da Epistemologia Social. Vale a partir disso indicar que a Epistemologia Social não figura entre os aportes teórico dos textos analisados, sendo que mesmo menções a Egan e Shera são escassas entre as pesquisas analisadas. Apesar disso, entender as compreensões de informação e conhecimento e suas distintas perspectivas nos permite reconhecer possíveis caminhos para uma compreensão a partir da Epistemologia Social para o conhecimento na competência em informação.

7.1.3 Unidade de contexto III: feminismo

É preciso começar indicando que a maioria dos textos que compõem esse *corpus* de análise foi publicado em língua inglesa, e, portanto, possuem algumas características distintas das publicações realizadas em fontes brasileiras ou latino-americanas. Na grande maioria dessas pesquisas não há um debate teórico conceitual aprofundado sobre o termo gênero, sendo que este termo é utilizado para indicar que as pesquisas vão separar resultados sobre habilidades informacionais de homens e mulheres.

É válido ressaltar que nossa pesquisa visa identificar aspectos conceituais relacionado às teorias feministas com intuito de responder quais as possíveis relações dessas teorias com os aspectos informacionais, sobretudo a competência em informação. Para concretizar essa proposta, a unidade de contexto III é o feminismo (figura15), enquanto um movimento teórico e social, que se desenvolve a partir de múltiplas compreensões da realidade e possui diferentes correntes teóricas.

Figura 15 – Unidade de contexto III: feminismo



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Quanto às unidades de registro (figura 16), elas têm como base as reflexões históricas sobre as teorias feministas e suas correntes de pensamento, as teorias desenvolvidas para explicar ou confrontar a opressão sofrida pelas mulheres, e a abordagem informacional utilizada nos textos analisados. Essas unidades de registro, conceberam as seguintes categorias: patriarcado, movimento feministas, empoderamento, divisão sexual do trabalho, socialização, gênero e desigualdade informacional de gênero³², conforme pode ser visualizado na figura 16.

³² Foram consideradas teorias apenas debates que perpassam diversas correntes.

Figura 16 – Unidade de registro e categorias do feminismo

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Iniciando pelos textos que trouxeram uma compreensão histórica e cultural a partir da categoria **patriarcado**, Pellegrini (2022) apoia-se em Saffioti (2014) e Berth (2019), por exemplo, para indicar que o sistema patriarcal representa uma das estruturas sociais fundamentais nas sociedades contemporâneas. Este sistema confere ao patriarca o domínio e a legitimidade para comandar, enquanto concede aos subordinados e subordinadas a liberdade de agir, seja cooperando no processo ou minando suas bases. Nesse contexto, a opressão das mulheres não deve ser interpretada como uma carência de poder, mas muitas vezes, com uma imersão na realidade opressiva, que impede uma percepção clara de sua condição enquanto oprimidas. Pellegrini salienta, com base em Saffioti, que o poder pode ser compartilhado democraticamente, gerando liberdade ou exercido discricionariamente, resultando em desigualdades. Quando ocorrem desigualdades nas relações de poder, estas tendem a aprofundar outras disparidades sociais e a promover a discriminação com base em características como classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, entre outras.

Para Romeiro, Silva e Brisola (2018), o patriarcado pode ser entendido como o poder exercido pelos homens por meio dos papéis sexuais. Isso implica uma estrutura de dominação baseada nas diferenças de gênero, que se manifesta em distintos contextos históricos e sociais. As autoras compreendem que a dominação patriarcal se associa à industrialização capitalista, onde as mulheres foram inicialmente

excluídas da economia dominante. Nesse cenário, o trabalho masculino era valorizado e predominante, levando as mulheres a serem economicamente dependentes de seus cônjuges, à medida que a ideologia capitalista se desenvolveu, com foco no lucro e no consumo, mulheres e crianças passaram a ocupar espaços de trabalho, recebendo salários menores por funções semelhantes. Com a necessidade de educar a população, mulheres assumiram postos educacionais, já relacionados ao seu papel nas tarefas do cuidado.

Doyle (2021) discute como as ideias deterministas e positivistas impactaram na compreensão da história. Para a autora a universalidade contida na ideia de um homem branco europeu civilizador, impôs sobre o mundo uma noção única do que era ser pessoa. Nesse contexto, o homem adquire um caráter de universal relegando às mulheres a categoria de outros. Doyle entende que esse movimento reforçou e naturalizou a compreensão cultural de patriarcado, naturalizando a hegemonia do que é ser mulher e seus papéis na sociedade.

Mudhai, Wright e Musa (2016) estabelecem uma relação entre a noção de patriarcado e a forma como as questões de gênero são enquadradas nos meios de comunicação social. Para eles, a grande mídia permite quadros comunicacionais como o patriarcado, que retrata as mulheres como o sexo mais fraco e que as confina à cozinha, perpetuando as normas patriarcais e reforçando a desigualdade de gênero. Eles destacam o papel do patriarcado na perpetuação da desigualdade de gênero e a necessidade de desafiar as normas patriarcais nos meios de comunicação social e na sociedade em geral.

Nesse contexto, Romeiro, Silva e Brisola (2018) abordam a importância das mídias sociais na desconstrução da dominação patriarcal. Elas destacam que as discussões nas mídias sociais podem colaborar significativamente com a competência crítica em informação, despertando o gosto pela informação e contribuindo para a inclusão social e colaboração com uma sociedade mais democrática, equilibrada, justa e consciente. As autoras enfatizam que as mídias sociais desempenham um papel crucial na formação de uma sociedade mais igualitária e consciente. Em contrapartida Tebaldi (2017) indica que a desconstrução como estratégia de luta e empoderamento precisa de maiores teorizações, visto que ainda sofre com a falta de perspectivas normativas, já que esta perspectiva ainda se encontra distante dos interesses concretos de grupos marginalizados

Esses e demais debates teóricos sobre a opressão das mulheres, surgem em

parte incentivado pelas primeiras iniciativas de lutas feministas voltadas a obtenção de direitos para as mulheres. Para Melo, Alves e Brasileiro (2019) o **Movimento Feminista** atua simultaneamente em duas esferas distintas: a teórica, onde desenvolve sua própria reflexão crítica e elabora sua teoria interna; e a prática, englobando a ação, a luta e a resistência. Os autores ressaltam que a multiplicidade de posicionamentos teóricos no âmbito do feminismo, invalidando uma concepção unívoca do termo. Doyle (2021) adota uma compreensão de feminismo como filosofia, teoria e prática. Para ela, o feminismo é uma luta humanitária que busca a igualdade. A feminista bell hooks (2000, p. 1), mencionada pela autora, sintetiza o significado do feminismo como "[...] o movimento para acabar com o sexismo, com a exploração e opressão sexista".

Brisola e Viola (2022) apresentam ainda aspectos históricos relevantes aos debates aqui empreendidos. As autoras argumentam que entre as mulheres nas primeiras lutas feministas, surgiram distinções notáveis entre os pleitos predominantemente intelectuais, brancas e pertencentes à burguesia, que almejavam independência em relação aos homens quanto ao casamento, voto, trabalho, estudos e finanças. E as mulheres da classe trabalhadora, que contribuíam para o sustento de suas famílias com seus salários e, portanto, enfrentavam realidades distintas. Tais mulheres recebiam salários menores, tinham pouco controle sobre o dinheiro, os filhos e as propriedades, que muitas vezes eram propriedade do homem - marido ou pai. Em casos de separação ou rejeição pelos maridos, a guarda dos filhos frequentemente ficava com o pai - o proprietário. Cada grupo de mulheres estava envolvido em lutas por questões específicas (Colling, 2000; Serro, 2010).

Elas ainda complementam, que além das diferenças relacionadas às classes sociais, raças e etnias eram frequentemente desconsideradas no movimento feminista. Embora a divisão de classe afetasse a vida dessas mulheres, a opressão se manifestava de maneira contundente em ambos os grupos. A mulher burguesa estava sujeita às normas patriarcais, mesmo em sua suposta posição privilegiada, enquanto a mulher proletária e pobre enfrentava opressões de gênero e classe, além de discriminações étnicas e raciais (Brisola; Viola, 2022; Colling, 2000; Serro, 2010). Essa diversidade entre as mulheres deu origem a conflitos internos dentro do movimento feminista, nos quais mulheres negras, indígenas, mestiças, de classes sociais mais baixas, trabalhadoras e lésbicas reivindicavam uma "diferença dentro da diferença". Para elas, o movimento não as representava adequadamente. Essa

demanda impulsionou o fortalecimento do Feminismo Negro, que, por meio do conceito de interseccionalidade, questionou a centralidade da análise de gênero, explorando sua interconexão com outras categorias, como classe e raça. (Melo; Alves; Brasileiro, 2019). Melo, Alves e Brasileiro (2019) destacam a importância do Feminismo Negro como uma nova organização de mulheres que veio questionar a primazia das categorias analíticas de gênero e classe social, que até então constituía grande parte da produção teórica do feminismo hegemônico, e descentralizar a versão masculinizada do negro.

A ideia de interseccionalidade começou a ser trabalhada pelas feministas negras norte-americanas na década de 1980, com o objetivo de entender os sistemas de dominação formados a partir da interligação entre raça, classe, sexualidade e gênero. A abordagem interseccional tem a função de permitir o enfrentamento das discriminações de forma mais eficiente e, ao mesmo tempo, orientar as demandas por políticas públicas inclusivas baseadas nas necessidades reais das mulheres a serem por elas beneficiadas. A utilização dessas categorias tem como objetivo oferecer ferramentas analíticas que possibilitem apreender a articulação de várias diferenças e desigualdades. (Melo; Alves; Brasileiro, 2019, p. 2)

Para Pellegrini (2022) este entendimento encontra fundamentação na proposição teórica de Lugones (2008, 2014), que busca uma compreensão da interseccionalidade entre gênero, classe, raça e sexualidade nos processos de resistência dos grupos socialmente oprimidos. A perspectiva interseccional, refere-se a uma teoria transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de uma abordagem integrada. Esta perspectiva se contrapõe ao enclausuramento e à hierarquização dos principais eixos de diferenciação social, a saber, as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnia, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional transcende a mera identificação da multiplicidade dos sistemas de opressão associados a essas categorias, postulando, em vez disso, a interação entre eles na produção e reprodução das desigualdades sociais (Hirata, 2014; Pellegrini, 2022).

A abordagem delineada destaca a interconexão entre os conceitos de raça, etnia e gênero na construção das identidades, destacando-os como marcadores simbólicos que legitimam relações de submissão/opressão. A análise de Pereira (2017) enfatiza a perigosa justificação dessas relações por meio da naturalização biológica, que perpetua a crença na imutabilidade e inatismo de características

atribuídas a determinados grupos, como sexo, classe, raça e gênero. O reconhecimento de que essas relações são socialmente construídas e não biologicamente determinadas, é crucial para questionar e transformar as estruturas de poder subjacentes. A Sociologia desempenha um papel fundamental ao revelar que as relações de submissão/opressão são construções sociais criadas para legitimar hierarquias sociais e impulsionadas por juízos de valor atribuídos a diferentes grupos. Ao compreender essas situações como problemas sociais e não como inerentemente biológicos, abre-se espaço para questionamento e transformação (Pereira, 2017).

A ênfase recai não apenas nas diferenças entre grupos, mas nas desigualdades resultantes dessas diferenças, com alguns grupos ocupando posições mais privilegiadas e outros mais desfavorecidos na sociedade. Apesar de raça/etnia e gênero não serem, em si, fontes de desigualdade social, os autores entendem a partir da interseccionalidade, que onde há diferença, surge a tentativa de dominação de um grupo sobre outro. Esse processo de diferenciação para fins de dominação é alimentado pela ideia de superioridade, seja inata ou historicamente construída (Melo; Alves; Brasileiro, 2019).

Além destas distintas correntes do feminismo, os trabalhos presentes no *corpus* da pesquisa trouxeram diferentes propostas. Tebaldi (2017) apresenta diversas defesas do feminismo pós-estruturalista, que questiona as concepções essencialistas e universalistas do sujeito e enfatiza a importância da diversidade e da complexidade das experiências individuais e coletivas. A autora menciona que o feminismo pós-estruturalista critica várias das estratégias preconizadas tanto por feministas liberais quanto por feministas radicais e socialistas, pois para ela seus entendimentos sobre o processo de comunicação seriam muito simplificados e unilaterais. O feminismo liberal é criticado por enfatizar a igualdade formal entre homens e mulheres, sem levar em conta as desigualdades estruturais e as diferenças culturais que afetam as experiências das mulheres.

Segundo o texto, o feminismo pós-estruturalista valoriza a perspectiva subordinada e a posicionalidade na construção do conhecimento e na transformação social, reconhecendo a importância das vozes individuais e das perspectivas subalternas. Além disso, o feminismo pós-estruturalista enfatiza a importância da diversidade e da complexidade das experiências individuais e coletivas na construção do conhecimento e na transformação social, o que contrasta com a abordagem universalista e essencialista do feminismo liberal.

Romeiro, Silva e Brisola (2018) entendem a partir dessa análise, que conceitos como de performance³³, desenvolvido pela autora Judith Butler, e de posicionalidade³⁴, proposto por Alcoff, têm se mostrado relevantes para a compreensão de aspectos como a identidade de gênero e da luta contra a dominação patriarcal. A performance de gênero é vista como uma construção cultural e discursiva, realizada por indivíduos, o que é relevante para a competência midiática, pois está ligada à capacidade de agência dos sujeitos em uma cultura midiática participativa.

Cabe mencionar que é possível entender o pós-estruturalismo é uma corrente teórica que questiona a ideia de que a realidade social é determinada por estruturas fixas e imutáveis. Em vez disso, o pós-estruturalismo enfatiza a importância da linguagem e dos discursos na construção da realidade social, mostrando como as relações de poder são produzidas e reproduzidas por meio de práticas discursivas (Peters, 2005).

Nesse contexto, Tebaldi (2017) e Doyle (2021) trazem à tona debates como de Donna Haraway acerca de uma compreensão da parcialidade como uma condição inerente a todo o conhecimento humano. Além disso Haraway advoga pela necessidade de as mulheres se tornarem proficientes em tecnologias como uma estratégia para se envolverem com o novo sistema de dominação tecnicamente construído e desafiá-lo, considerando a tecnologia como um meio de empoderamento. No entanto, essa abordagem foi criticada por simplificar a ideia dos sistemas tecnológicos como meros instrumentos, negligenciando seu contexto histórico de

³³ O conceito de performance, como desenvolvido por Judith Butler, é um conceito pós-estruturalista e antiessencialista de identidade que descreve o gênero como uma performance cultural ou prática discursiva realizada por cada indivíduo. Segundo Butler, o gênero não é uma característica inata ou biológica, mas sim uma construção social que é repetida e reforçada por meio de práticas discursivas e culturais. A performance de gênero não é uma escolha livre e consciente do indivíduo, mas sim uma imposição social que limita as possibilidades de expressão e de identificação. A performance de gênero pode ser subvertida e transformada por meio de práticas de resistência e de subversão, que buscam questionar e desestabilizar as normas de gênero e as hierarquias de poder que as sustentam. O conceito de performance é relevante para a alfabetização midiática e informacional, pois se relaciona com a capacidade de agência dos indivíduos em uma cultura midiática participativa, oferecendo oportunidades para a realização própria de formas hegemônicas ou variacionais e tipos específicos de atividades de alfabetização midiática podem incentivar (ou desencorajar) a variação performativa (Tebaldi, 2017).

³⁴ Posicionalidade é um conceito proposto pela filósofa Linda Alcoff que busca superar as concepções essencialistas e universalistas do sujeito. Segundo Alcoff, a identidade do sujeito é construída a partir de sua posição social, cultural e histórica, o que implica reconhecer a diversidade e a complexidade das experiências individuais e coletivas. A posicionalidade é importante para as teorias feministas e para a pedagogia feminista, pois reconhece a importância das vozes individuais e das perspectivas subordinadas na construção do conhecimento e na transformação social (Tebaldi, 2017).

produção e uso. Outras críticas direcionaram-se à aparente falta de consideração em relação a uma grande parcela de mulheres que não têm acesso às tecnologias e provavelmente não terão no futuro próximo. Isso levanta preocupações sobre o elitismo subjacente a essa corrente, destacando a importância de considerar as disparidades de acesso às tecnologias ao formular estratégias para empoderamento feminino (Consalvo, 2002 *apud* Tebaldi, 2017).

Além disso, Doyle (2021) se propõe a apresentar em sua tese uma leitura feminista a partir da teoria crítica do Horkheimer. Constrói, desta maneira, um debate com Estelle Ferrarese (2017), que propõe uma visão dialética e faz uma (re)leitura feminista da teoria crítica, compreendendo que o feminismo tem contribuições relevantes sobre a participação, a reificação, o capitalismo, a crise e até mesmo os processos de subjetivação em geral. A teoria crítica feminista se recusa a abandonar o enfoque geral, mesmo considerando que as mulheres foram frequentemente excluídas desse âmbito.

Ferrarese (2017) acredita firmemente que o feminismo pode e deve influenciar o gesto crítico, exercendo-se sobre o patriarcado e a dominação masculina. A pensadora argumenta que o arcabouço teórico feminista é aplicável à discussão de qualquer tema social, não se limitando apenas às questões de gênero, pois entende que o feminismo oferece perspectivas valiosas para analisar, observar e criticar qualquer questão social. Ela também destaca a possibilidade de diálogo entre as questões feministas e aquelas relacionadas ao marxismo/frankfurtianismo, ou seja, uma crítica à sociedade patriarcal no primeiro caso e uma crítica à sociedade capitalista no segundo, que poderiam convergir para uma crítica da sociedade patriarcal-capitalista. Essa é a interpretação do que seria o interesse/objetivo de uma teoria crítica feminista.

Apesar de compreendermos os argumentos das diferentes autoras ao escolher distintas correntes feministas, evidenciamos que nenhuma delas atende plenamente os debates empreendidos nesta tese, na qual para além de pensar o conhecimento, as relação entre classe, gênero e raça e evidenciar o aspectos social das diferenças que emanam da sociedade patriarcal, é nosso papel como feministas marxistas alocar o centro no debate naquilo que entendemos que materialmente conforma a condição de opressão da mulher no capitalismo, que é a o trabalho reprodutivo.

Tendo isso posto, a partir dos dados identificamos que essa compreensão de feminismo quase inexplorada em relação à Ciência da Informação, e também à

competência em informação, abrindo espaço na presente pesquisa para debates iniciais de convergência dessas questões, que serão abordadas mais à frente.

Quanto aos debates de **gênero** presentes no *corpus* analisado, ele está presente em muitas publicações, sobretudo aquelas em português e espanhol. Sobre isso destacamos os trabalhos de Gundu (2006), Fernandez (2012), Doyle (2021), Brisola (2021) e Pellegrini (2022). Vale começar indicando a definição apresentada por Gundu (2006) de que gênero, trata-se de uma identidade sexual, especialmente em relação aos papéis atribuídos pela sociedade ou cultura.

Já Brisola (2021) se reporta a Romeiro (2019) para elucidar as compreensões sobre gênero, entendendo que sexo e gênero estão imbricados social e historicamente. Assim como é uma construção histórica e social que as hierarquias e estruturas de poder incidem sobre as questões de sexualidade e gênero. Desta maneira, as autoras entendem que existem algumas categorias que descrevem o gênero na sociedade: a) gênero como sinônimo de mulher (utilizado como um eufemismo para abordar os estudos feministas em uma perspectiva política); e b) gênero como sinônimo da relação homem x mulher (baseia-se na existência de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, diferenciando o corpo, o sexo e os aspectos socioculturais da história do gênero). Embora o gênero possa ser entendido como um conceito mais abrangente e complexo do que essas categorias, elas são fundamentais para compreender o gênero como um instrumento de análise que transcende a dicotomia "sexo x gênero", considerando também aspectos como classe e raça/etnia (Scott, 1995 *apud* Romeiro, 2019, p. 42-43).

Conforme argumenta Carloto (2001, local. 1)

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma.

Em complemento, Carloto destaca as proposições de Lauretis (1994, p. 212) quanto à construção do gênero enquanto produto e processo, assim o sistema sexo-gênero é concebido como uma construção sociocultural e, ao mesmo tempo, um aparato semiótico. Trata-se de um sistema de representações que confere significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social,

etc.) aos indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são entendidas como posições sociais que carregam significados distintos, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino implica a totalidade desses atributos sociais.

As reflexões realizadas por Pellegrini (2022) ponderam que gênero é empregado para denotar as diferenças entre homens e mulheres e representa uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder. Com base em Praun (2011, p. 65) a autora argumenta que gênero também é o "resultado de diferentes aprendizagens que o indivíduo acumula, a partir de suas relações interpessoais, ao longo de suas experiências de vida dentro de um contexto histórico, político e social".

Além Praun, Pellegrini se baseia nos debates de Nancy Fraser (2010; 2012) para construir os argumentos em torno desta categoria. Sobre isso Fraser propõe uma noção de justiça social como "paridade de participação". Para tal, ela se vale de uma interpretação tridimensional que envolve redistribuição, reconhecimento e representação, abrangendo dimensões econômicas, culturais e políticas. A redistribuição, o reconhecimento e a representação são considerados como "facetas da justiça analiticamente distintas, nenhuma das quais pode ser reduzida às outras, embora estejam intrinsecamente entrelaçadas" (Fraser, 2010, p. 365 *apud* Pellegrini, 2022, p. 55).

Pellegrini (2022) entende a partir dessa proposta, que na contemporaneidade a superação das vulnerabilidades e/ou desigualdades sociais requer um ambiente democrático com condições equitativas de participação econômica, cultural e política entre os gêneros. Nessa proposta, gênero, assim como raça, classe e sexualidade, é uma categoria que abrange simultaneamente dimensões econômicas, culturais e políticas. Dessa forma, o gênero desponta como um princípio elementar da estruturação da economia política. O gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho remunerado "produtivo" e trabalho não remunerado doméstico e "reprodutivo", atribuindo às mulheres a responsabilidade primária por este último. Além disso, o gênero também estrutura a divisão do trabalho remunerado entre as ocupações profissionais, dominada pelos homens, e manufatureiras, dominada pelas mulheres. Indicando que a injustiça de gênero se correlaciona com a uma injustiça econômica, e exige, de um, perspectiva de justiça, uma correção redistributiva.

Ainda relacionado ao gênero, Melo, Alves e Brasileiro (2019) refletem que o movimento feminista questiona pressupostos como a naturalização biológica, que

colaboram com a manutenção das relações de submissão/opressão. De acordo com a teoria do papel de gênero, os estereótipos de gênero prevalecentes são expectativas culturalmente compartilhadas para comportamentos apropriados de gênero. Mulheres e homens aprendem os comportamentos e atitudes apropriados da família e da cultura geral com a qual crescem e, portanto, as diferenças de gênero não físicas são um produto da socialização.

A socialização em termos antropológicos e educacionais, é entendida como a ação de

[...] criar um ambiente no qual ela possa aprender uma língua, regras de pensamento conceitual, algo da história da comunidade a que pertence, hábitos práticos necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento, regras morais que regem relações com outros membros da comunidade (Bottomore, 1988, p.536).

Assim, os indivíduos trazem consigo várias disposições potenciais inerentes à condição humana desde o nascimento. No entanto, sem a interação apropriada com membros de uma comunidade social, durante fases específicas do crescimento, essas disposições permaneceriam em estado latente e, eventualmente, se dissipariam. O desenvolvimento humano depende crucialmente da atualização das capacidades fundamentais, como comunicação, raciocínio, atividade criativa e cooperação em contextos de jogo e trabalho. Sem essa interação adequada, uma criança não seria capaz de se transformar plenamente em um ser humano, perdendo assim a oportunidade de manifestar suas capacidades e talentos mais pessoais, singulares e ocultos (Bottomore, 1988).

Para Zapata (2017) no cenário de socialização do século XXI, persistem papéis de gênero estereotipados, contribuindo para uma divisão sexual do trabalho. O tempo das mulheres dedicado às questões informacionais e tecnológicas muitas vezes é consumido por atividades domésticas e responsabilidades maternas, afastando-as da vida profissional. Isso resulta em uma lacuna que se reflete em defasagem tecnológica. Além disso, esses papéis sociais são reproduzidos entre as crianças, com as meninas frequentemente envolvidas precocemente em tarefas domésticas, enquanto os meninos se dedicam ao uso de computadores ou consoles de videogame. Neste contexto, há pesquisas (Liu; Sun, 2012) que evidenciam que os meninos tendem a ter um desempenho melhor do que as meninas em testes cronometrados, competitivos e externos, e as meninas funcionam melhor em avaliações cumulativas, não competitivas e baseadas em aprendizagem.

Sobre a **divisão sexual do trabalho**, o *corpus* teórico desta tese reforça esse argumento, Fernandez (2012) reforça que movimentos sociais como a revolução industrial e a divisão sexual do trabalho obrigaram as mulheres a dedicarem-se ao trabalho privado e do cuidado, por um lado, e ao trabalho manual e artesanal, por outro, distanciando-as do pensamento abstrato envolvido no desenvolvimento de novas descobertas tecnológicas. Tais tecnologias, para a autora, permitem uma organização do trabalho diferente, mais flexível, focada no tempo e no espaço, possibilitando compensar e complementar outras tarefas.

Para Carloto (2001) a divisão sexual do trabalho tem sido outro conceito crucial para compreender o processo de formação das práticas sociais³⁵ permeadas pelas construções de gênero, a partir de uma base material. Souza-Lobo (2021) entende que a divisão sexual do trabalho assume formas contingentes e históricas, constituindo-se como uma prática social. Em alguns momentos, ela conserva tradições que delineiam tarefas específicas para homens e mulheres na indústria, enquanto em outros cria modalidades distintas para a divisão de tarefas entre os gêneros. A subordinação de gênero, as assimetrias nas relações de trabalho entre homens e mulheres, tornam-se evidentes não apenas na alocação de tarefas, mas também nos critérios que definem a qualificação das atividades, nos salários e na disciplina laboral. A divisão sexual do trabalho não é meramente uma consequência da distribuição de tarefas por setores de atividade, mas é também o princípio organizador da desigualdade no ambiente laboral.

Assim, a divisão sexual do trabalho não apenas cria a subordinação e desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas também recria uma subordinação que está presente em outras esferas sociais. Esta categoria está intrinsecamente ligada à divisão sexual da sociedade, com uma clara interconexão entre o trabalho de produção e reprodução. A justificação biológica legitima essa articulação, na qual o âmbito privado, é considerado lugar da mulher por excelência na sociedade, e a esfera pública, seja por meio do trabalho ou de outras práticas sociais e políticas, será também marcada por esse conjunto de representações do feminino (Brito; Oliveira 1997).

³⁵ O termo "práticas sociais" é utilizado como uma noção indispensável que possibilita a transição do abstrato para o concreto, permitindo pensar simultaneamente o aspecto material e simbólico. Isso busca devolver aos atores sociais o sentido de suas práticas, evitando que o sentido seja imposto de fora por um puro determinismo.

Em consequência Zapata *et al.* (2017) refletem que as mulheres têm menos tempo para explorar a tecnologia e o ciberespaço devido às desigualdades de gênero na divisão do trabalho e nas responsabilidades familiares. Isso porque as mulheres tendem a ter uma maior carga de trabalho doméstico e cuidados familiares do que os homens, deixando-lhes menos tempo para explorar e desenvolver competências tecnológicas. Além disso, o texto menciona que a opção pela maternidade continua a ser uma responsabilidade central assumida pelas mulheres, o que põe em risco o seu desempenho profissional. Em síntese, o texto salienta que a divisão do trabalho e as responsabilidades familiares desiguais afetam as mulheres, limitando o seu acesso e utilização efetiva das tecnologias e pondo em perigo o seu desempenho pessoal e profissional.

O termo "**Brecha Digital de Gênero**" (BDG), mencionado pelos autores, refere-se a um fenômeno que contribui para a exclusão das mulheres em diversas atividades relacionadas ao conhecimento. Isso ocorre ao naturalizar a suposta "incapacidade" feminina de dominar ferramentas tecnológicas, as quais desempenham um papel central na mediação dos fluxos de informação na sociedade atual (Zapata *et al.*, 2017). Para Fernandez (2012) a BDG trata-se de diferenças socioeconômicas de acesso às tecnologias de informação e comunicação para as mulheres.

Sobre isso, Fernandez (2012) apoia-se em Nielsen, para estabelecer três etapas da desigualdades digitais, sendo elas: 1) desigualdade econômica: refere-se às possibilidades que o usuário tem de adquirir tecnologias de informação e comunicação; 2) desigualdade de acesso: refere-se às condições de uso das informações e tecnologias ao seu favor; 3) desigualdade de empoderamento: que se relaciona com a condição de uso significativo que será dado as essas tecnologias, possibilitando alterações reais nas condições estabelecidas para esses sujeitos. Quando falamos dessas desigualdade, vemos que as mulheres enfrentam uma disparidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação em comparação com os homens. Essa discrepância é influenciada por fatores socioeconômicos, culturais e educacionais, entre outros.

A exclusão das mulheres é influenciada por diversos fatores, tais como capacidade econômica, disponibilidade de tempo, conhecimento, habilidades, experiência com tecnologias, antecedentes de socialização e antecedentes culturais. Esses elementos, moldados por estruturas de gênero, raça, etnia e cultura, acabam

impondo às mulheres papéis considerados incompatíveis com a apropriação da tecnologia. Esse cenário resulta em lacunas sociais e educacionais, causando desequilíbrios no acesso, uso, produção, design e governança da tecnologia digital. A perspectiva apresentada pelos autores possibilita a análise dos elementos de exclusão de gênero enraizados na socialização e na educação das meninas (Castaño Collado, 2010; Zapata *et al.* 2017).

Fernandez (2012) compreende que o acesso às tecnologias melhorou para as mulheres na última década, no entanto emerge o que é conhecido como uma segunda lacuna, relacionada ao desenvolvimento de habilidades e competências para buscar, selecionar, avaliar e utilizar informações na tomada de decisões do dia a dia. A aquisição de habilidades torna-se central para superar a segunda etapa da lacuna digital, isso porque essa lacuna evolui constantemente com a introdução de novas tecnologias. "Historicamente, a mulher ocupa uma posição social secundária, ajustando seu comportamento às regras socioculturais e sociolinguísticas específicas e complementares às dos homens." Os diferentes processos de socialização vividos pelas mulheres levam suas atenções e destrezas a estarem focadas em outras áreas do conhecimento Fernandez (2012, p. 40).

Volman (1997) destaca ambivalência e contradições nos significados de gênero quando relacionado à habilidade com os computadores, especialmente quando as diferenças de gênero são discutidas. Apesar da ideia de que o computador não é exclusivamente associado à masculinidade, há o reconhecimento de que a popularidade nesse campo ainda pode ser menos valorizada quando associado às mulheres. Os autores entendem que há nessa percepção uma contradição entre a crença na igualdade de gênero e a persistência de estereótipos de gênero relacionados à computação. Embora os estudantes afirmem que as diferenças de gênero não existem mais, a análise dos resultados do estudo sugere que os repertórios ligados ao gênero desempenham um papel significativo na interpretação das experiências na sala de aula. Notavelmente, as meninas parecem ser mais sensíveis aos sinais negativos sobre suas habilidades, enquanto os meninos são mais sensíveis aos sinais positivos durante o curso. Essa dinâmica ressalta a importância de considerar as percepções individuais e os estereótipos de gênero na interação dos alunos com as tecnologias de comunicação e informação.

Uma revisão de estudos realizados entre 1995 e 2007 conduzida por Meelissen (2008) concluiu que a desvantagem das meninas em termos de atitudes

em relação aos computadores tornou-se menos evidente. Nem todos os estudos evidenciaram diferenças significativas de gênero nas atitudes, e onde foram encontradas disparidades, as meninas frequentemente não demonstraram atitudes negativas, mas sim atitudes (ligeiramente) menos positivas em relação aos computadores.

As diferenças de gênero têm um impacto significativo nas atitudes e capacidades em matéria de competência digital, mediática e informacional entre os jovens, conforme destacado no estudo de Jones e Procter (2022). Para os autores existem diferenças de gênero nas pontuações de capacidade percebida, com os homens pontuando em 13 das 25 competências, enquanto as mulheres tiveram pontuações mais altas em 12 competências. Especificamente, o estudo identificou lacunas de atitude-capacidade, que são as diferenças entre atitudes e capacidades reais em determinadas áreas. Por exemplo, as cinco principais lacunas entre atitudes e capacidades das mulheres estavam relacionadas com a consciência crítica das fontes, a utilização de ferramentas digitais, a consciência ética e a segurança online. Por outro lado, as cinco principais lacunas de atitude-capacidade para os homens estavam associadas ao acesso à informação em bibliotecas e arquivos, à utilização das redes sociais para fins de aprendizagem, à criação de identidades digitais e pegadas digitais aceitáveis, à referência de trabalho que não é o próprio e o reconhecimento do bullying online.

Estas conclusões indicam que as diferenças de gênero desempenham um papel na formação tanto das capacidades como das atitudes percebidas dos jovens em relação à literacia digital, mediática e informacional. Nesse contexto, Punter, Meelissen e Glas (2016) evidenciam que diversas teorias foram propostas para explicar as desvantagens percebidas das meninas em atitudes e competências relacionadas aos computadores, duas teorias frequentemente citadas são a "teoria da socialização" e a "teoria da atribuição".

A teoria da socialização sugere que meninas e meninos são ensinados por seu ambiente a valorizar os computadores de maneira diferente. Os computadores são frequentemente associados a uma imagem masculina devido a uma conexão passada com matemática, ciência e tecnologia. Isso pode tornar os computadores menos atraentes para as meninas, enquanto os meninos se sentem mais encorajados a explorar várias utilizações dos computadores, aumentando assim seu conhecimento e confiança. Já a teoria da atribuição descreve um efeito da percepção masculina dos

computadores. Durante o trabalho com computadores, as meninas tendem a atribuir a si mesmas os erros e a atribuir o sucesso a causas externas, como a simplicidade da tarefa ou a sorte. Por outro lado, os meninos tendem a encontrar causas externas para o fracasso e a se vangloriar de seus sucessos no uso de computadores. Esse comportamento específico de gênero também pode explicar as diferenças frequentemente encontradas na autoeficácia em relação às habilidades de computação. Essas teorias oferecem perspectivas sobre como as atitudes, crenças e comportamentos em relação aos computadores podem ser influenciados pelo gênero, contribuindo para as diferenças de desempenho em literacia em informática e computação (Lau; Yuen, 2015; Punter; Meelissen; Glas, 2016).

Clemente (2014) também reflete sobre uma brecha digital de gênero promovida por padrões de comportamento moldados em torno de diferenças culturalmente estabelecidas entre os gêneros nos âmbitos do trabalho, da vida doméstica, educacional, formal e informal. Esses estereótipos, socialmente estabelecidos afetam o uso das tecnologias, visto que às mulheres é imposta uma barreira primária para se aproximarem das TIC desde jovens. Para Carmona (2011) é preciso refletir sobre a relevância de eliminar essa desigualdade digital de gênero, reconhecendo que os meios de comunicação, sobretudo a televisão e a Internet, narram a realidade por meio de representações e explicam, na medida em que possuem capacidades, considerando suas limitações técnicas e expressivas - por meio de seus recursos e linguagem específica. Em síntese, há uma complexidade no que refere-se às atitudes dos participantes da pesquisa em relação às diferenças de gênero na área da tecnologia, revelando um conflito entre a percepção de igualdade e a persistência de estereótipos de gênero. Essa ambivalência destaca a necessidade contínua de abordar questões de gênero de maneira crítica e reflexiva no contexto da educação relacionada as tecnologias (Volman, 1997).

Zapata *et al.* (2017) indicam que a exclusão digital resulta de limitações físicas ou econômicas no acesso às tecnologias de informação e comunicação, além de déficits de competências e habilidades para o uso eficaz dessas ferramentas, incluindo barreiras socioculturais. A exclusão digital é vista como uma manifestação das diferenças sociais, culturais, étnico-raciais e econômicas existentes na sociedade. Nesse contexto, a disparidade digital em relação ao gênero somado à falta de políticas públicas para reduzir essas barreiras, juntamente com a escassa representação

feminina nos espaços relacionados às tecnologias, contribui para a manutenção BDG (Zapata *et al.*, 2017).

Aqui vamos estabelecer uma nova compreensão acerca da BDG, isso porque esse termo têm sido amplamente empregado em pesquisas em língua espanhola. Entendemos nesta pesquisa que uma tradução para o português adequada ao que os autores chamam de brecha de gênero, é o que entendemos como desigualdade de gênero. Assim, vale evidenciar que as desigualdades sociais

[...] se originam na ocupação de posições diferentes no que diz respeito à organização social do processo de produção e, conseqüentemente, ao acesso a bens cuja disponibilidade é escassa (3). As desigualdades sociais têm sido descritas como ocorrendo em todas as sociedades conhecidas, embora com padrões e causalidades variáveis. (Silva; Barros, 2002, p. 375)

Partindo desse entendimento, indicamos que a desigualdade nesse contexto não se dá mediante as diferenças entre homens e mulheres, e também não se desenvolve somente ancorada no contexto da educação e da cultura. Mas antes disso, como argumenta Cisne (2018, p. 214/225), “O entendimento crítico da cultura e da educação hegemônicas e dos símbolos e representações que as permeiam são indispensáveis, posto que reproduzem a ideologia patriarcal.” Na mesma medida “cada uma das particularidades estruturantes da classe — sexo-“raça”/etnia, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas desigualdades e opressões.”

Quando falamos de desigualdade no contexto da informação, estamos tratando especificamente da disparidade no acesso às TIC, às fontes de informação, à educação formal e aos ambientes de entreterimento e cultura. Nesse sentido, as pesquisas demonstram que existe uma disparidade entre meninas e meninos no acesso à tecnologia, e em uma cultura de entreterimento através de objetos tecnológicos. Além disso, ainda que os números de presença de mulheres e meninas na educação formal estejam cada vez mais altos, essas meninas, pela divisão sexual do trabalho quase sempre possuem menos tempos para estudar e ou se divertir, do que meninos da mesma idade (Ferreira, 2018). Somado a tudo isso, meninas têm menos espaço e autonomia para frequentarem sozinhas cinemas, bibliotecas, museus e centros culturais (Silva; Olinto, 2016), afastando-as das formas culturais de nossa sociedade e prejudicando seu acesso à informação.

Figura 17 – Facetas da desigualdade informacional de gênero

Fonte: elaborado pela autora

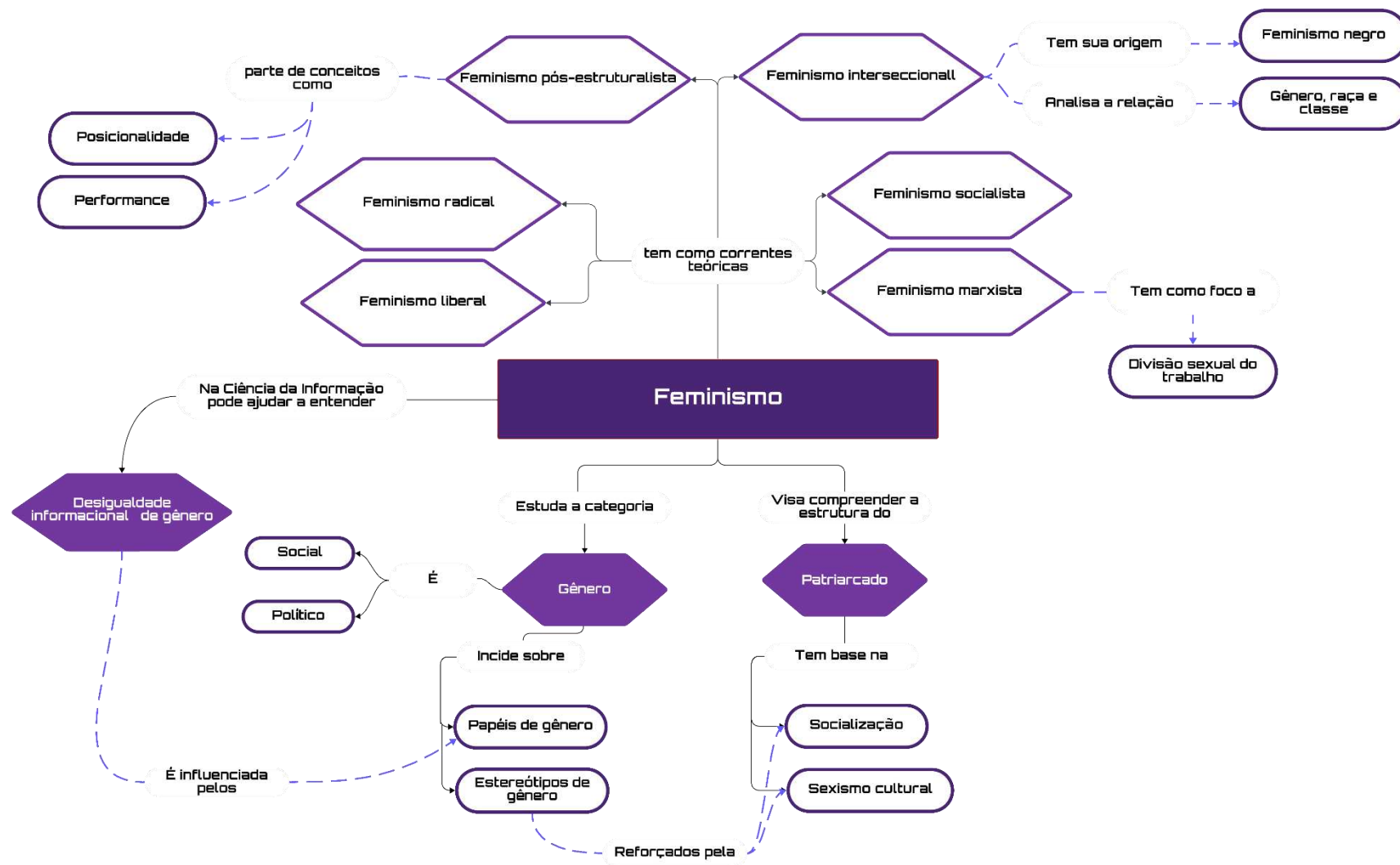
Assim, ainda que as desigualdades no âmbito digital sejam uma grande faceta da desigualdade informacional de gênero, a partir dos debates realizados na seção 5 desta pesquisa sobre questões de acesso à informação. Entendemos que apenas o acesso às tecnologias não é suficiente para mitigar todos os efeitos do patriarcado sobre o contexto informacional de meninas e meninos. Ponderamos, que as pesquisas sobre desigualdades digitais são centrais no que tange ao enfrentamento as desigualdade informacionais de gênero. No entanto, essas últimas se sustentam também em diferenças econômicas, educacionais, culturais e sociais que impactam na possibilidade de mulheres e meninas terem acesso equitativo à informação em suas comunidades.

Compreender essas diferenças é crucial para educadores e decisores políticos na adaptação de intervenções e estratégias educativas para responder às necessidades e desafios específicos enfrentados por jovens de diferentes gêneros no desenvolvimento dessas literacias essenciais. No geral, as percepções a partir do nosso estudo sobre as diferenças de gênero nas atitudes e habilidades fornecem informações relevantes para a concepção de intervenções específicas e programas educativos para promover a competência digital, midiática e informacional, principalmente levando em conta as necessidades específicas de gênero.

Tendo os dados sido apresentados, mapeamos aqui uma variedade de correntes de pensamento do feminismo e abordagens diferentes para questões

centrais desses estudos como gênero, patriarcado e como agir para acabar com as desigualdades entre homens e mulheres. Essa pluralidade, visualmente representada na figura 18, é resultado dos próprios estudos feministas, que possuem uma natureza diversa, onde o mesmo aspecto social pode ser encarado por diferentes lentes. Acentuamos novamente que os estudos levantados não compartilham da abordagem teórica escolhida nesta pesquisa, mas incidem em debates relevantes, como a divisão sexual do trabalho, a socialização e patriarcado, que também são temas tratados nas teorias feministas marxistas. Conforme demonstrado no mapa da figura 18.

Figura 18 - Mapa conceitual interações teóricas na unidade de contexto feminismo



Fonte: elaborado pela autora, na ferramenta Lucidchart (2024)

7.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS AÇÕES DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO

“Todo indivíduo tem uma prática, mas não tem uma clara consciência teórica desta prática que, no entanto, é um conhecimento do mundo, na medida em que transforma o mundo.” - Antônio Gramsci

Os dados apresentados nesta seção são resultado do levantamento de ações desenvolvidas em bibliotecas, arquivos e museus direcionadas às mulheres ou aos debates feministas e de gênero. Conforme já mencionado nos procedimentos metodológicos, essas ações foram identificadas em sites, notícias e redes sociais das unidades de informação, sendo que fizeram parte do levantamento unidades arquivísticas e documentais presentes na consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas no Conselho Nacional de Arquivos. As bibliotecas presentes na lista disponibilizada pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, por meio do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, e das bibliotecas de instituições de ensino superior públicas também integraram o levantamento, assim como os museus registrado no IberoMuseus, sendo que foram selecionadas apenas as instituições brasileiras.

Estabelecidas as instituições, foram localizados seus sites e/ou redes sociais para identificar atividades ou ações que pudessem contemplar os debates de gênero no âmbito da competência em informação. Foram integradas a amostra então, ações realizadas de 2019 a 2023 que tratassem de temáticas como feminismo, mulher e gêneros ou debates correlatos, que foram desenvolvidas pelas unidades de informação ou em parceria com elas.

Posterior a identificação das ações que atendiam aos objetivos desta pesquisa, estas foram analisadas e as informações relevantes a pesquisa foram registradas no formulário, destacando dados como ano de realização da ação, título da ação, unidade de informação promotora, público-alvo, objetivo, metodologia utilizada para realização e temática tratada, além do link de acesso (Apêndices B).

Foi possível identificar que as bibliotecas têm desenvolvido diversas ações voltadas para as mulheres, tanto as bibliotecas universitárias, quanto as públicas. Apresentaram uma diversidade de ações e projetos em prol de debates centrais relacionados às mulheres. Os dados também indicam que diversos museus, sobretudo de arte, têm se preocupado em trazer debates feministas em suas exposições e intervenções. No entanto, dos museus analisados, a minoria era

direcionada a arte, sendo a maioria de instituições ambientais, zoológicas, físicas etc. que ainda não têm aberto espaço para debates desta natureza. Quanto aos arquivos, essas instituições, por seu caráter mais corrente e intermediário, apresentaram ações mais esporádicas voltadas às mulheres.

Apesar do debate sobre qual o papel de arquivos, bibliotecas e museus no desenvolvimento da competência em informação perpassar nossos estudos, nosso foco aqui encontra-se nas tipologias e temáticas utilizadas por essas instituições para promover ações voltadas para as questões de gênero e feminismo. Dessa forma, iniciamos na seção a seguir identificando as tipologias utilizadas nas ações propostas.

7.2.1 Tipologias de ações desenvolvidas em unidades de informação

Dentre as ações levantadas se destacam diferentes tipologias a depender do objetivo, público-alvo e unidade de informação. Vale mencionar que entendemos neste estudo que as ações de competência em informação não são apenas aquelas tradicionalmente realizadas na formação de usuários (cursos, oficinas de normalização, palestras sobre plágio, etc.), mas vemos conforme evidência Mata (2014), as ações voltadas à educação informacional se constituem em atividades de ensino-aprendizagem sobre o universo informacional e as fontes de informação. Essas podem ser consideradas as ações de desenvolvimento da competência em informação. Com base na autora, consideramos ações de competência em informação, aquelas cujo desenvolvimento permite a aprendizagem e apropriação da informação por parte dos sujeitos.

Assim a competência em informação não se restringe às ações direcionadas à apropriação de ferramentas de busca e uso da informação. Sobre essas possibilidades de ações, Vitorino (2008) elucida que a vivência de outras práticas, tais como a participação em oficinas e a prática da leitura são fundamentais para o desenvolvimento da competência em informação e permitem uma ampliação dos conhecimentos do profissional, sendo que este é um elemento relevante para os profissionais na sua formação inicial e continuada.

Podemos compreender a partir disso que o profissional da informação não precisa se limitar às orientações de usuários sobre fontes de informação e uso de tecnologias de informação, ainda que esses sejam recursos importantes para ensinar. Eles podem ampliar as formações, criando possibilidades para que aprendizes

compreendam aspectos informacionais mais complexos e se desenvolvam enquanto estudantes, professores, profissionais e cidadãos, assim como potencializem suas habilidades para compreender e utilizar as informações encontradas, promovendo então ações de competência em informação em uma perspectiva mais reflexiva, crítica e social.

Ainda é importante indicar que nem todas as ações aqui identificadas receberam o nome de competência em informação. Podemos refletir sobre isso, já que a coleta de dados foi realizada em ambientes de uso do público que podem não estar convencionado com essas nomenclaturas e, portanto, as unidades de informação podem evitar utilizá-las nesses espaços. Cabe ainda refletir que as áreas de arquivos e museus ainda têm se apropriado pouco das proposições da competência em informação e, portanto, não utilizam essa terminologia. No entanto, vale indicar que na compreensão de competência em informação aplicada nesta pesquisa, não entendemos a formação dos sujeitos de forma limitada ao desenvolvimento de habilidades técnicas. Reforçamos que a formação dos sujeitos pode reivindicar ações múltiplas de acesso à cultura, entretenimento e reflexões, que são majoritariamente as propostas aqui identificadas.

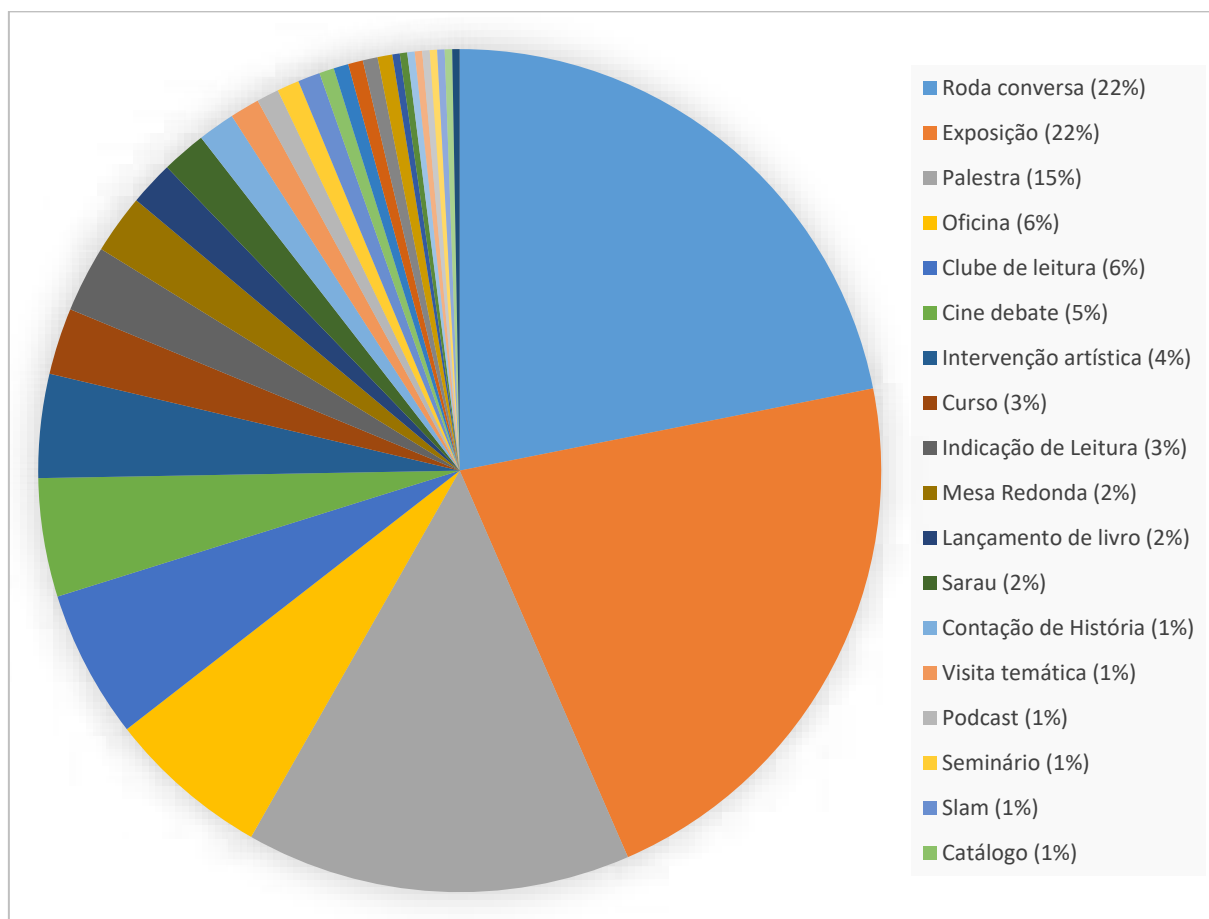
Desta maneira, entendemos que a competência em informação pode figurar em fazeres mais tradicionais dos profissionais ou em novas abordagens. Em ambos os casos, é importante salientar que mesmo as atividades mais tradicionais, como visitas guiadas, treinamentos em base, oficinas de normalização, figuram atividades que auxiliam na competência em informação, ainda que a formação desta não se limite a isso. Essas atividades de formação de habilidades operacionais e técnicas são essenciais para que os sujeitos possam desenvolver questões mais amplas relacionadas ao universo informacional. No entanto, é importante que independentemente da ação ou do público, as atividades precisam incentivar os usuários ao pensamento reflexivo, questionamentos sobre as fontes de informação, análise dos aspectos intervenientes ao processo informacional.

Tendo essas colocações em vista, entendemos que as mais diversas ações podem figurar no terreno da competência em informação, desde ações voltadas à busca e avaliação de fontes de informação, oficinas de normalização e escrita, até as demais atividades voltadas à promoção de conhecimento, cultura e arte, sobretudo para minorias sociais, as quais esse acesso tem sido estruturalmente negado.

Quanto ao tipo de ações realizadas, conforme apresentado na gráfico 5, essas

se apresentaram de maneira variada, tais como palestras, exposições, catálogos, cursos, contação de histórias, boletins, bate-papo, oficinas, painéis, café, mesa de autógrafos, performances artísticas, feiras, mostra de filmes, clube de leitura, lançamentos de livros, indicações de leitura e sarau.

Gráfico 5 – Tipologias de ações voltadas às mulheres identificadas



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Considerando as ações identificadas, podemos destacar algumas tipologias que foram majoritariamente utilizadas para abordar questões de gênero e feminismo em bibliotecas, arquivos e museus. Entre elas podemos evidenciar as rodas de conversa ou bate-papo, que foram muito utilizadas para o desenvolvimento de debates relacionados a direitos da mulheres, para debater o papel das mulheres na história, na arte e os condicionantes do feminismo negro, além de ser uma metodologia que abre um espaço de escuta para essas mulheres, que além de ter acesso a debates relevantes sobre temas de interesse, ainda encontra nas unidades de informação, principalmente bibliotecas, espaços de escuta e acolhida para as angústias e questões específicas da sua condição na sociedade.

Além destas, evidenciamos exposições como uma tipologia de ação muito utilizada entre as unidades de informação para promover visibilidade à mulheres relevantes da nossa história, literatura e arte. A exposição se destaca também nas ações realizadas por arquivos e museus, isso pode se justificar pelas diferentes abordagens dessas unidades de informação em relação às bibliotecas. Nesse cenário, as exposições têm se apresentado de diferentes formas e tamanhos, se adequando às possibilidades e público de cada unidade de informação e se tornando assim uma ferramenta chave no acesso à informação relacionada às mulheres.

Além das exposições, as palestras e webconferências também são tipologias bastante aplicadas. Esse resultado tem mais destaque se considerarmos que a coleta dos dados teve como recorte de 2019 a 2023, isso indica que muitas das atividades identificadas aconteceram em momento de pandemia do SARS-Cov-2, que colocou o mundo em isolamento, e proliferou iniciativas remotas. Desta forma, as palestras e webconferência se mostraram ferramentas relevantes em um momento em que unidades de informação estiveram fechadas ao público, e permitiram que essas ações fossem realizadas mesmo a distância. Além destas ações, evidenciamos os clubes e indicações de leitura, cujas iniciativas têm repercutido positivamente ao propor leitura de autoras mulheres e aumentar a demanda no mercado editorial, assim como promover debates locais sobre as obras em questão.

Sobre as atividades realizadas, Santos, Almeida Junior e Belluzzo (2015) evidenciam que as unidades de informação têm a oportunidade de oferecer atividades educacionais por meio da mediação da informação, estabelecendo uma relação estreita com o desenvolvimento e aprimoramento da competência em informação. No contexto da mediação e da competência em informação, o profissional da informação, atuando como mediador e educador, desempenha o papel de facilitador e transcende suas funções meramente técnicas e direciona suas atividades para a função social destas unidades de informação.

Isso não significa que ações de mediação da informação, rodas de conversa, palestras ou clubes de leituras, sejam as únicas formas de desenvolver a competência em informação. Isso porque, se entendemos a competência em informação de uma forma ampla, dinâmica e multidimensional e também múltiplas atividades podem contribuir com seu desenvolvimento.

Sobre isso Souza e Spudeit (2019, p. 16) reiteram que as bibliotecas, e aqui estendemos a todas as unidades de informação, podem, em aderência com a agenda

2030 da ONU, prover espaços democráticos de aprendizagem, acolhendo grupos marginalizados e em vulnerabilidade informacional e social “como os imigrantes, os refugiados, as minorias, os povos indígenas e pessoas com deficiência, além do acesso equitativo à informação que promova a inclusão social, política e econômica.” Desta forma, ações voltadas ao debate e a promoção do respeito e inclusão são essenciais quando pensamos em abordar questões como gênero, sexualidade, raça, religião, cor, entre outros fatores que muitas vezes são usados de forma discriminatórias e precisam ser combatidos para promover a igualdade. A exemplo disso, as autoras citam “Oficinas, encenações teatrais, cine-debates, palestras, exposições, entre outras atividades devem ser promovidas com essa finalidade dentro e fora dos espaços tradicionais de atuação dos bibliotecários.” (Souza; Spudeit, 2019, p. 17).

Nesse sentido, Elmborg (2012) concebe a competência em informação não como uma entidade estática, mas sim como um conjunto complexo de práticas interligadas. Essas práticas são fluidas, flexíveis e adaptáveis, permeando diversos contextos e em constante evolução. Além disso, tais práticas não se limitam a um único local ou indivíduo, mas são compartilhadas por uma variedade de atores, incluindo usuários da informação (como estudantes e professores), profissionais que trabalham com informação (como bibliotecários e equipes de TI), e produtores de informação (como autores, provedores de bancos de dados e editores). Cada um desses papéis envolve pessoas, valores e culturas institucionais que influenciam as práticas relacionadas à competência em informação.

Confrontando os dados das práticas de atuação, com a literatura mapeada, vale relacionar a reflexão de Doyle (2021, p. 169), quando apresenta ações de aprendizagem relacionadas aos estereótipos de gênero, a autora aponta que

[...] uma prática, para ser considerada crítica e feminista deve atentar para seu ponto de vista inicial, fazer uma contínua autocrítica, ser colaborativa, promover a desconstrução de discursos opressores, empoderar pessoas e buscar promover o bem viver na sociedade.

A autora ainda indica que para atuar por meio da competência em informação para desconstruir estereótipos de gênero, é necessário “[...] atividades de leitura, de reflexão crítica, de análise de estereótipos e de contranarrativas de desconstrução, a partir de processos colaborativos de luta contínua por justiça social e felicidade.” (Doyle, 2021, p. 172). Entendendo esse papel de destaque da competência em informação na educação dos sujeitos informacionais, alguns debates relacionam-se à relação da competência em informação com abordagens pedagógicas e processos de

aprendizagem.

Douglas (2020) enfatiza que uma forma de romper com modelos de aprendizagem acríticos é a proposta de bell hooks (1994) em uma "abordagem holística para a aprendizagem" e sua defesa de uma "pedagogia engajada". Esta abordagem vai além das práticas críticas ou feministas convencionais, enfatizando o bem-estar tanto do professor quanto do aluno. O autor destaca a importância de trazer a totalidade de si mesmo para a sala de aula, reconhecendo que não há uma divisão entre mente e corpo, e que tanto os professores, quanto os alunos, trazem consigo seus sentimentos e experiências para o ambiente educacional. Nessa abordagem, estabelece-se uma relação entre os processos de educação em ensino com a prática do cuidado.

Nesse contexto, Jeyshankar *et al.* (2021) identificam que para obter sucesso no desenvolvimento de processos de aprendizagem relacionados à competência em informação, é importante considerar as seguintes estratégias: a) identificar as necessidades específicas: compreender as necessidades de competência em informação dos alunos, incluindo suas habilidades atuais, lacunas de conhecimento e áreas de melhoria; b) desenvolver programas personalizados: criar programas de treinamento e workshops que atendam às necessidades específicas de competência em informação dos sujeitos, oferecendo orientação prática e recursos relevantes; c) integração curricular: integrar a competência em informação em disciplinas acadêmicas, de modo que os alunos possam aplicar suas habilidades de pesquisa e avaliação de informações em contextos reais; d) avaliação contínua: implementar mecanismos de avaliação para medir o progresso dos alunos em relação às habilidades de competência em informação e identificar áreas que necessitam de mais atenção; e) apoio institucional: garantir que a instituição forneça suporte adequado, incluindo acesso a recursos de informação, orientação de bibliotecários e oportunidades de desenvolvimento profissional. Ao adotar essas estratégias, as instituições podem promover efetivamente a competência em informação entre os alunos, capacitando-os a se tornarem usuários críticos e eficazes de informações em suas áreas de estudo.

Esse cenário pode, de acordo com Santos, Simeão e Belluzzo (2019) chamar os bibliotecários, e aqui somamos os arquivistas e museólogos, para a participação em redes colaborativas voltadas para o compartilhamento de conhecimento, com ênfase na formação de sujeitos para o desenvolvimento do pensamento crítico e

reflexivo ao longo de suas vidas. Nesse contexto, a competência em informação emerge como um elemento fundamental a ser cultivado e aprimorado nos diferentes estágios da vida. É importante ressaltar que o protagonismo do profissional da informação está relacionado ao progresso social, fundamentado em princípios éticos, morais e de racionalidade.

Além de identificarmos as tipologias de ações desenvolvidas, a partir dos objetivos das ações realizamos uma categorização temática das pesquisas, apresentada na seção a seguir.

7.2.2 Objetivos e temáticas abordadas

Nesta seção vamos apresentar e debater as ações realizadas nas bibliotecas, arquivos e museus. Para isso separamos essas ações por categorias temáticas, conforme proposto por Bardin (1977), a partir dos dados documentais coletados organizamos em quadros que subsidiam nossa análise, que visam relacionar dados práticos, com os dados teóricos desta pesquisa e literatura sobre as temáticas levantadas. As sete categorias identificadas foram: violência doméstica, saúde e maternidade, empoderamento e autoestima, direitos das mulheres, mulher e trabalho, arte e literatura, acesso à informação e visibilidade.

Sobre as ações relacionadas ao debate de violência doméstica (quadro 7) foram realizadas em parceria com setores como a delegacia da mulher, e de forma geral têm como objetivo apresentar serviços relacionados à proteção de mulheres contra violência doméstica, ou debater os diferentes tipos de violência doméstica e como identificá-las. Vale pontuar, que essas ações não estão apenas relacionadas a palestras, mas também ocorrem por meio de exposições, que apresentam uma abordagem mais subjetiva e estética dessa temática, auxiliando na reflexão sobre questões que assolam mulheres em uma sociedade patriarcal.

Quadro 7 - Ações identificadas na categoria 1 - violência doméstica

	Ano	Título	Unidade	Objetivo
1	2019	Coletivo de Mulheres falando da Violência Contra Mulheres	Biblioteca Municipal e na Praça Dr. Gama	Debater as consequências da violência doméstica
2	2019	A Violência Doméstica contra a Mulher	Biblioteca Municipal Birigui	Debater e lutar contra a violência doméstica
3	2019	Documentário - As Mil Mulheres	Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa.	Debater a violência contra mulher a partir do comentário.
4	2019	Poderia ser Rosa	FCS - Fundação Clóvis Salgado	Refletir sobre a violência contra mulher.
5	2019	Direitos das mulheres em debate	Museu Municipal de Varginha	Debater a sobre a aplicação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, e

				trouxeram relatos de mulheres vítimas da violência doméstica.
6	2019	Mulheres Contra a Cultura da Violência	Centro Cultural São Paulo	Debater o impacto da violência contra mulheres e meninas sob a perspectiva do racismo, visto que a violência de gênero atinge muito mais gravemente as mulheres negras.
7	2020	Mês da mulher	Biblioteca Municipal José Sarney, São Luís	Informar essas mulheres sobre seus e direitos e ofertar formações para que consigam conquistar a própria renda.
8	2020	Palestra sobre a Violência contra a mulher	Biblioteca Sousândrade - Timon! – MA	Refletir sobre a influência da violência doméstica na vida das mulheres
9	2020	Precisamos falar sobre violência	Biblioteca Pub. Mário Quintana - Alegre/RS	Refletir sobre formas de realizar o enfrentamento a violência contra as mulheres.
10	2020	Museu Amazônico festeja o dia da Mulher em: 06 de março de 2020	Museu Amazônico	Diálogo descontraído, mas afirmativo, sobre as questões que envolvem as lutas das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos na sociedade.
11	2020	Terça dos jovens na biblioteca	Biblioteca Pública Municipal de Itanhém – BA	discutir a escalada de ódio contra as mulheres, contra a cultura estrangeira e contra as bibliotecas
12	2021	Como a violência doméstica te afeta?	Biblioteca UFG	Promover algumas reflexões sobre violência doméstica na nossa sociedade.
13				
14	2022	Violência contra mulher – Diálogos	CEU Parque	Apresentar redes e serviços abordando as principais leis que protegem as mulheres.
15	2022	Palestra Violência doméstica	Biblioteca Pública de São José dos Campos	Apresentar o que é violência doméstica e quais são as formas de violência – física, psicológica, verbal, entre outras.
16	2022	Violência contra mulher – Diálogos	CEU Parque	Apresentar prevenção, atenção, enfrentamento, redes e serviços abordando as principais leis que protegem as mulheres, como forma de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
17	2022	Palestra Violência doméstica	Bibliotecas Públicas de São José dos Campos	Apresentar o que é violência doméstica e quais são as formas de violência – física, psicológica, verbal, entre outras.
18	2022	o lugar da mulher é onde ela quer estar	Biblioteca Municipal Victor Lima Barreto	Incentivar o debate e acesso à informações sobre os direitos da mulheres e melhores condições de vida.
19	2022	Fala aí, Julieta!	Biblioteca da Uefs	Debater a violência doméstica
20	2022	Campanha de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher	Biblioteca Barreiros Filho – Florianópolis	Conscientizar mulheres pelo fim da violência, além de oferecer serviços importantes relacionados ao tema.
21	2023	Tramarias: libertando-se das tramas	Biblioteca Pública Malba Tahan	Discute a questão da violência doméstica – que para além da violência física, abrange a violência moral, psicológica, patrimonial, sexual e simbólica –, buscando evidenciar comportamentos naturalizados do cotidiano.
22	2023	Chega de Fiufiu	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	A obra mostra, por meio de imagens coletadas por câmeras escondidas, o dia a dia de três mulheres, destacando como a violência de gênero é constantemente praticada no espaço público urbano.
23	2023	Então eu vou te cortar a cabeça, Maria Chiquinha	Biblioteca Municipal De Toledo/PR	Apanhado histórico sobre violência contra as mulheres no Brasil e possíveis enfrentamentos.
24	2023	O Respeito às gurias	Biblioteca Pub. Mario Quintana	Trabalhar a potencialidade feminina e as formas de se prevenir de todo e qualquer tipo de Violência Contra a Mulher.
25	2023	Doce Final - Até onde vai a doçura de um homem?	Bibliotheca Pública Pelotense	Causar reflexão e discussão acerca da problemática do machismo e violência contra a mulher.
26	2023	Mensagens Tecidas: Vozes Contra a Violência	Biblioteca Orlando Lobo e Comdim – Pará	Tecer mensagens contra a violência e promover a conscientização sobre a importância do respeito e da igualdade de gênero.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados da pesquisa

Sobre essa temática Carvalho, Cortes e Silva (2021) ponderam que a violência doméstica se trata de um fenômeno abrangente que atravessa diversas classes sociais,

níveis de escolaridade, religiões e raças/etnias, estando intrinsecamente ligado às profundas relações de poder entre mulheres e homens nas sociedades patriarcais. À vista destas questões, a Lei Maria da Penha, indica medidas integradas de prevenção a violência doméstica, como nos artigos 5º e 8º que indicam o desenvolvimento de ações educativas direcionadas a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, por exemplo, a difusão da legislação e demais instrumentos de proteção aos Direitos Humanos das mulheres, assim como promovam o debate sobre “[...] valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia” (Brasil, 2021, cap. 1, art. 8).

A violência doméstica ou violência de gênero também aparece como debate relevante em parte dos textos recuperados. Brisola (2021) reflete sobre a pesquisa de Romeiro (2019) que, embasada em Beauvoir, Saffioti e Bourdieu, analisa o patriarcado, destacando a violência e a dominação masculina. A violência perpetrada contra a mulher é considerada por Romeiro como um reflexo cultural da dominação patriarcal, sendo abordada a noção socialmente normalizada de poder que o patriarca detém sobre a mulher, incluindo o direito de posse que permite o controle sobre seus corpos. A autora associa essa concepção à ideia de dominação masculina, entendida como uma forma de violência simbólica naturalizada socialmente, muitas vezes vivenciada pelas vítimas de maneira inadvertida.

Nesse contexto, a dominação masculina é compreendida por Brisola (2021) e Romeiro (2019) como uma forma de violência simbólica que se manifesta nos comportamentos sexuais, especialmente em situações em que a mulher se encontra submissa diante do homem. Essa opressão do masculino sobre o feminino é também evidenciada nos escritos de Beauvoir (2014), que, segundo Romeiro (2019, p. 26), delinea a mulher como socialmente categorizada como o segundo sexo, destacando uma clara distinção entre homens e mulheres, com o primeiro sendo percebido como superior e a segunda como o "Outro".

É válido reconhecer que a violência de gênero pode assumir diversas formas, dificultando a criação de uma resposta padrão para todos os casos, é importante destacar que a definição de violência contra a mulher abrange atos de natureza física, sexual ou psicológica, fundamentados no gênero. No contexto brasileiro, a Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial. As estatísticas do Ministério da Saúde indicam

que a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por um homem no Brasil (Guaraldo; Santos; Avelino, 2021).

Guaraldo, Santos e Avelino (2021) destacam que apesar das leis e regulamentações destinadas a proteger as mulheres, a pesquisa do Instituto DataSenado destaca uma lacuna significativa no conhecimento das mulheres sobre a Lei Maria da Penha, com cerca de 79% das entrevistadas conhecendo pouco ou nada sobre a legislação que as protege. Essa falta de conhecimento destaca a importância de desenvolver estratégias educacionais e informativas para capacitar as mulheres a reconhecerem a violência e tomarem medidas para interrompê-la. Os aspectos informacionais se apresentam como cruciais para enfrentar esse problema e proteger as vítimas de violência doméstica.

No que tange às parcerias realizadas para o desenvolvimento dessas ações, vale mencionar que Anaeme (2012) e Melo (2020) indicam que as bibliotecas podem colaborar com outras instituições e organizações feministas. Através de parcerias estratégicas com grupos de mulheres, coletivos feministas e entidades de defesa dos direitos das mulheres podem fortalecer as ações em prol da igualdade de gênero. Essas parcerias podem envolver projetos em conjunto, compartilhamento de recursos e a realização de eventos colaborativos, ampliando o alcance das ações e proporcionando um impacto mais significativo.

Na categoria de direitos das mulheres (quadro 8), cujas ações foram direcionadas à meninas e mulheres com intuito de debater a importância de ocupar espaços públicos, políticos e de poder para colocarem em prática seus direitos, inclui os debates feministas com a comunidade LGBTQ+, seus direitos e visibilidade na sociedade atual.

Quadro 8 - Ações identificadas na categoria 2 - direitos das mulheres

	Ano	Título	Unidade	Objetivo
1	2019	Mulheres do Amanhã	Museu do Amanhã	Debater sobre o quanto é preciso avançar e quanto longe as mulheres já foram. E queremos reforçar o direito das mulheres, de todas as idades, de ser, estar e ir aonde elas quiserem.
2	2019	As Sufragistas	Biblioteca Pública Municipal Roberto Santos	Compreender e debater o movimento pelo sufrágio feminino
3	2020	Empoderamento da mulher negra no século XXI	Museu Temporal	Promover um bate papo a respeito do passado, presente e futuro dos direitos e qualidades dessas mulheres na sociedade.
4	2020	Mulheres com Deficiência nas Artes e na Ciência	Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência - BCH – UFC	Proporcionar visibilidade as mulheres com deficiência.
5	2021	Evidências das Culturas Negras: Mobilidade Ativa	Museu do Amanhã	Debate com vozes de mulheres ativistas, pautando a conversa sobre mobilidade através de falas de corpos pretos e femininos nos diferentes territórios.
6	2021	Mulheres nas Migrações Internacionais	Observatório das Migrações em São Paulo	Destaque a importante participação das mulheres nos movimentos migratórios
7	2021	Reclusas	Biblioteca Pública Milton	Problematizar as possíveis distinções de corpos

			Santos	negros no ambiente de aprisionamento, suas diferenças tanto no campo prático, como em relação a suas existências subjetivas, refletindo sobre seus afetos, ou mesmo a negação dos mesmos.
8	2021	Casamento LGBTQI+	Biblioteca Anne Frank – SP	Refletir sobre os mitos por trás dos casamentos lésbicos e as dificuldades encontradas nessas viências
9	2021	Elas que amam elas: convida brisa flow	Biblioteca Anne Frank – SP	bate-papo com as convidadas artistas LGBTQI+ onde expressarão para além do afeto das relações, a resistência no amor diante de uma sociedade alienada, homens invasivos e política pública sem cuidado.
10	2022	Quais são as mulheres que te inspiram?	Museu da Diversidade Sexual	Trazer a visão sobre ser uma mulher lésbica, negra, e que expressa uma outra feminilidade diferente da imposta.
11	2022	Meninas que pensam no amanhã	Biblioteca Orlando Lima Lobo – Pará	Meninas falando sobre mudanças e melhorias, que desejam ver na sociedade para que as mulheres vivam com mais respeito, dignidade e valorização.
12	2022	História de Mulheres e de Mulheridades	Biblioteca Francisca Nogueira - Alto Santo	reúne textos de trezes autoras, entre acadêmicas, intelectuais e ativistas políticas, que se dedicam a relatar e analisar o processo de conquista do sufrágio feminino.
13	2022	2º Festival Mulheridades	Biblioteca Pública Estadual do Ceará	promoção de pautas de interesse das mulheres, pessoas com deficiência, população negra e LGBTQI+.
14	2022	Cativas: Presas Pelo Coração	Biblioteca Pública do Paraná	Busca conectar a comunidade com os realizadores locais e contribuir na formação de repertório do público.
15	2022	Contação de Histórias – “Malala e seu lápis mágico	Biblioteca do IFSC	Debater a importância de lutar pelos seus próprios direitos.
16	2023	Clube de Leitura do ALB	Arquivo Lésbico Brasileiro	Promover obras de autoras lésbicas ou que abordem a lesbianidade.
17	2023	Mães no imaginário da arte	Museu Afro Brasil Emanoel Araujo	celebra as variadas representações e sentidos da figura materna em toda a sociedade.
18	2023	Maternidades e representações na arte africana e na arte diaspórica	Museu Afro Brasil Emanoel Araujo	Compartilhar experiências e pontos de vista sobre os processos de deslocamento, desafios e projetos migratórios.
19	2023	Femininos Transversais	Museu da Língua Portuguesa	A ação é um convite à reflexão sobre as pluralidades das identidades femininas a partir da palavra travesti.
20	2023	Líderes Comunitárias e o Fazer Culinário Presente	Museu do Seringal	Incentivar a valorização das raízes e da cultura local, trazendo este fator através da culinária, do artesanato e da arte como um todo.
21	2023	Mulheres em Cena	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Reconhecer e celebrar o protagonismo das mulheres na luta por territórios afetivos, plurais, justos e de oportunidades.
22	2023	Mulheres e Moradia	Biblioteca Padre José de Anchieta	Discutir a importância da articulação entre mulheres nos movimentos populares por moradia.
23	2023	Mulheres pela Educação	Biblioteca Padre José de Anchieta	Conversaremos sobre as lutas e, também sobre o protagonismo feminino nos movimentos pela educação
24	2023	Fadas de Black	Biblioteca Pública Marcos Rey	Fadas de Black, vem do imaginário popular onde fadas com mulheres pretas tem em seus cabelos a força e a magia.
25	2023	A Fabulosa Saga de Cangica Espirulina D'Esbaratina	Biblioteca Pública Municipal Camila Cerqueira Cesar	O espetáculo aborda, de forma lúdica e cômica, a pauta da visibilidade lésbica e luta das mulheres por direitos.
26	2023	Mulheres e Crianças Com Autismo: Troca de Experiências	Biblioteca Interativa de Inclusão Nogueira – Diadema	Objetivo dessa roda de conversa é o compartilhamento das experiências em relação a luta, desafios, cuidados e criação de crianças com Transtorno do Espectro Autista!
27	2023	Março Mais Mulher	Biblioteca Pública de Ceilândia - Brasília	Visa dar assistência jurídica e psicológica para mulheres da comunidade, assim como conversas sobre temas importantes relacionados.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados da pesquisa

Sobre a relevância de ações voltadas ao reconhecimento de direitos das mulheres de ocupar espaços da sociedade, é importante refletir que a dicotomia

patriarcal entre o público e o privado, relega às mulheres espaços privados, enquanto aos homens o espaço público, isso faz com que a exclusão das mulheres da esfera pública seja naturalizada principalmente no que tange aos debates políticos. Biroli (2010, p. 274) pondera que a atuação de mulheres em espaços públicos e políticos “[...] confrontam-se com práticas e valores patriarcais que se atualizam, tendo como um de seus eixos a afirmação do desinteresse feminino pela política, o silêncio sobre a atuação pública das mulheres e, no limite, a reprodução de estereótipos de gênero.”

Nesse contexto, Neuman (2016) evidencia que mulheres acabam se tornando mais suscetíveis aos resultados de políticas desiguais e corruptas, e que a informação pode auxiliar as mulheres a identificar e agir sobre essas medidas que as desfavorecem. No mais, podem se apresentar como essenciais para mulheres de camadas mais desfavorecidas, auxiliando na conscientização de como são afetadas pelo sistema vigente. Nessa categoria também tratamos da relação entre os debates feministas e as deficiências. Neves (2020) em seu estudo sobre mulheres surdas identifica que as lutas das mulheres PcD's³⁶ também se alinham às lutas de todas as mulheres, embora existam especificidades no que tange à possibilidade de acesso à informação e conhecimento dessa comunidade, visto que as mulheres PcD's possuem ainda mais empecilhos no acesso a esses recursos e, conseqüentemente, aos seus direitos.

Sobre os direitos de mulheres LGBTI+, Santos (2018) em sua pesquisa sobre os Centros de referência LGBT, indica que esses espaços podem oferecer serviços e atividades que visam atender às necessidades informacionais e culturais desse público específico. Esses serviços são acesso à informação, produção de dados, informações e conhecimento sobre a comunidade LGBT, disseminação seletiva da informação, campanhas informativas direcionadas ao público LGBT e manutenção de arquivos atualizados e a organização de documentação relevante para a comunidade. Vale enfatizar, que são serviços com os quais as unidades de informação também podem colaborar. Além disso, essas instituições podem abrir espaços de debates políticos, legislativos e culturais relativos a esse público.

Considerando que essa categoria também reuniu alguns debates relacionado às mulheres imigrantes, compreendemos a partir de Silva, Nogueira e Neves (2010) as desigualdades enfrentadas pelas mulheres imigrantes, que muitas vezes são

³⁶ Pessoas com Deficiência

direcionadas para empregos precários e mal remunerados, como os setores de cuidados, devido à discriminação no mercado de trabalho. Essas mulheres enfrentam vulnerabilidades como pobreza, desemprego e dificuldades na conciliação entre trabalho e família, devido a longas horas de trabalho e falta de acesso a serviços de cuidados adequados. É uma realidade que também aparece refletida em outros debates, como direito à moradia e a cidade.

Para Helene (2019) as dificuldades de acesso à moradia no Brasil afetam de forma desproporcional as mulheres, especialmente as mulheres negras, devido a diversos fatores, como a feminização da pobreza, visto que mulheres, em geral, possuem rendimentos menores do que os homens, sendo ainda mais acentuada a disparidade salarial entre mulheres brancas e negras. Mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos, são mais suscetíveis ao desemprego e compõem o maior contingente de empregadas sem carteira assinada. Isso as coloca em situações de maior vulnerabilidade econômica e social. Assim como, a divisão e hierarquização sexual do trabalho, já que mulheres, especialmente as negras, tendem a ocupar empregos de menor prestígio e com más condições de trabalho, caracterizados pela instabilidade e vulnerabilidade. Mulheres também são mais impactadas pela precariedade urbana e ambiental em áreas periféricas, onde a falta de saneamento básico, poluição e condições insalubres afetam diretamente suas vidas e atividades diárias. Esses fatores combinados contribuem para acentuar as dificuldades de acesso à moradia para as mulheres, em especial as mulheres negras, tornando-as mais vulneráveis a situações de precariedade habitacional e insegurança residencial.

As unidades de informação, como arquivos, bibliotecas e museus podem auxiliar no enfrentamento aos desafios relacionados ao acesso à moradia para as mulheres, relacionado às populações LGBTI+ e as mulheres imigrantes, por meio da disponibilização de informações relevantes, promoção da conscientização sobre questões de gênero, formações e educação sobre direitos e políticas habitacionais, direitos dos imigrantes e LGBTI+, e atuação como defensoras dos direitos das mulheres, contribuindo para a busca por igualdade e justiça social nesses contextos.

Relacionamos ainda, essa categoria com a dimensão política da competência em informação, que pode ser entendida como às ações dos sujeitos na sociedade, isso exige que estes tenham conhecimento de seus direitos e das formas de lutar para garanti-los, tenham consciência histórica, assim como tomem frente do processo histórico, tendo condições de agir em prol da sociedade e tomar as rédeas de seus

próprios destinos. Destarte a

[...] dimensão política contempla o exercício da cidadania, a participação das pessoas nas decisões e nas transformações referentes à vida social, e a capacidade em ver além da superfície do discurso; nesta dimensão se considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico. (Vitorino; De Lucca, 2020, p. 07-08).

Assim, ponderamos que a promoção de serviços e recursos que apoiem as mulheres em busca de informação e conhecimento são parte da missão das bibliotecas nesse contexto. Para Anaeme (2012) as bibliotecas podem oferecer orientação sobre direitos das mulheres, fornece informações sobre serviços de apoio, disponibilizar materiais internacionais e locais existentes, promover material audiovisual sobre questões de direitos das mulheres, ampliar o acesso à legislação e litígios sobre questões que afetam esses direitos e agir contra a discriminação de gênero por meio do fornecimento de materiais jurídicos atuais sobre o assunto.

Na categoria relacionada a autoestima e maternidade (quadro 9), as ações são desenvolvidas a partir de dinâmicas, oficinas, boletins e palestras, que visam debater aspectos específicos da saúde da mulher, a exemplo da saúde mental e saúde da gestante.

Quadro 9 - Ações identificadas na categoria 3 - saúde e maternidade

	Ano	Título	Unidade	Objetivo
1	2019	Outubro Rosa - Arquivo Histórico Estadual promove evento em campanha contra o câncer de mama	Arquivo Histórico de Goiás	O evento oferece palestras sobre a saúde da mulher e direitos especiais das pessoas com câncer.
2	2019	Mês da Mulheres	Bibliotecas Públicas Herbênia Gurgel e Cristina Poeta – Fortaleza	Ofertas de serviços, palestras, dinâmicas e exposição refletindo questões relacionadas as mulheres.
3	2019	Tarde das gurias	Biblioteca Comunitária Girassol	Refletir sobre a saúde da mulher e sexualidade
4	2019	A Mulher e o Câncer do Colo do Útero	Museu da República	A exposição conta com 20 painéis ilustrados e traz informações para que a população conheça melhor a doença e suas formas de enfrentamento ao longo da história até os dias de hoje.
5	2020	Noções Básicas de Computação: Informática como Recursos Terapêutico	Biblioteca Municipal de Domingos Martins, no Espírito Santo	Curso de informática para mulheres que lutavam contra a depressão. As aulas serviram como um recurso terapêutico e contribuíram muito para melhorar a autoestima das participantes.
6	2020	Maternidade e a Mulher	Biblioteca Parque de Niterói	Reforçar a importância da mulher ocupar os espaços.
7	2020	A saúde das mulheres negras	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Refletir sobre as formas que a violência de raça e gênero tem se manifestado na realidade dessas mulheres a partir da fala de nossas convidadas.
8	2020	Mulher e o envelhecimento	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Continuidade às discussões sobre o envelhecimento das mulheres e seus desdobramentos.
9	2020	Conversas a partir da arte	Maes perto	Com base em intelectuais negras, serão analisadas produções de discursos e de imagens em ações pedagógicas, curatoriais e artísticas nas artes visuais, que buscam gerar cuidado e cura – individuais e coletivos –, dos sofrimentos causados pelo racismo entrecruzado com discriminações de gênero, classe, território, entre outras.

10	2020	Noções Básicas de Computação: Informática como Recursos Terapêutico	Biblioteca Municipal de Domingos Martins, no Espírito Santo	Desenvolvemos um curso de informática para mulheres que lutavam contra a depressão. As aulas serviram como um recurso terapêutico e contribuíram muito para melhorar a autoestima das participantes.
11	2021	Atualização sobre o câncer de mama	Biblioteca Rio das Ostras – UFF	Promover o diálogo e troca de saberes sobre o câncer de mama entre profissionais da saúde e estudantes.
12	2021	MãeSÓlos	Biblioteca Pública Municipal Cora Coralina – São Paulo	Discute o mãeísmo em nossa sociedade, na busca de um feminismo materno com valores comunitários ancestrais e decoloniais.
13	2022	Covid-19 e gestantes	Rede de Bibliotecas Fiocruz	Levantamento de artigos que tratam do grau de ansiedade das gestantes na época da pandemia, passando por características laboratoriais das gestantes comparadas a mulheres não grávidas infectadas com o vírus Sars-CoV-2.
14	2022	Comemoração dia da mulher	Biblioteca Pública de Dracena	A importância da saúde mental na qualidade de vida das mulheres
15	2022	Oficina Artemísia	Biblioteca Sinhá Junqueira	Promover saúde mental para mulheres, através da arte. A partir do resgate e a expressão artística de emoções reprimidas, é possível ressignificar traumas e desenvolver novos pontos de vista.
16	2022	Especial dia das Mulheres	Biblioteca Menotti Del Picchia	Debater os efeitos da pandemia nas mulheres.
17	2022	Roda de mulheres: reconexão com o ser	Biblioteca Menotti Del Picchia	Despertar o feminino, trabalhando todos os aspectos do ser: corpo, mente e alma
18	2022	Outubro-se de Janeiro a Janeiro	Museu da Imagem e do Som – PR	A mostra propõe um diálogo entre cada fotografia e os conceitos considerados essenciais para a prevenção, saúde e qualidade de vida para as mulheres, à medida que reforça que a conscientização não se limita apenas ao mês de outubro.
19	2022	Mulheres entre pinturas, fotografias espelhos e balanças	Museu de Arte Sacra de São Paulo	Refletir sobre a historicidade da beleza e também daquilo que é considerado feiura e que devia ser combatida através dos usos e abusos de: cosméticos, espartilhos, dietas, drogas lícitas e ilícitas entre outros artifícios divulgados pelos discursos hegemônicos a favor da beleza feminina.
20	2023	Saúde Mental e motivação: um desafio	Biblioteca Argentina Lopes Tristão - ES	Refletir sobre a saúde mental das mulheres do campo
21	2023	Sarau 60+	Biblioteca Municipal de Itaquaquecetuba Professor Aroldo de Azevedo	Debate sobre saúde, ciclos femininos e menopausa.
22	2023	Mulheres em rede, homens heróis: o que a luta antimanicomial nos ensina sobre a luta feminista	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Dar visibilidade a luta antimanicomial realizada por mulheres e apagadas da história
23	2023	Os papéis da mulher na sociedade	Biblioteca de Piracicaba	A palestra aborda os desafios da mulher contemporânea, sobre a violência contra a mulher, o fortalecimento, reconhecimento, representatividade e ativismo feminino, tratando dos desafios de cuidar da saúde física e mental
24	2023	Mulheres na roda da vida	Biblioteca Hans Christian Andersen – São Paulo	Roda de conversa sobre questões da vida das mulheres com mediação de psicólogas
25	2023	Saúde da Mulher	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Debater sobre o movimento pela saúde em Perus, sobretudo a luta pela implantação de UBS - Unidade Básica de Saúde no Recanto dos Humildes. Também estará em pauta, a disponibilidade de especialidade médicas dedicadas ao atendimento de mulheres em áreas periféricas
26	2023	A mulher e o câncer de mama no Brasil	Biblioteca Universitária - UFC	Conscientização sobre o câncer de mama
27	2023	Mães: a maternidade e sua influência na sociedade	Biblioteca Nuto Sant'Anna	O objetivo deste encontro é não só propor uma reflexão, como também um espaço aberto para o desabafo e acolhimento de igual pra igual. Juntas somos mais fortes.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados da pesquisa

Evidenciamos no contexto da saúde que barreiras econômicas, sociais e culturais podem impedir que mulheres busquem e acessem informações sobre saúde. Entre essas barreiras podemos salientar “[...] a falta de educação e alfabetização,

consciência de como acessar informações públicas, confiança para buscar informações e tempo, devido aos papéis de gênero na criação dos filhos e no trabalho doméstico.” Diante desse cenário, cabe ao estado fornecer as informações necessárias, estabelecendo programas e ações que garantam a essas mulheres informações relacionadas a sua saúde e da sua família, promovendo um ambiente informacional que favoreça o trabalho de profissionais da saúde, jornalistas e outros profissionais interessados em divulgar informações relevantes (Manivannan, 2015, p. 2-3).

Nesse contexto, Miranda e Alcará (2022) ao mapearem práticas de bibliotecas relacionadas aos direitos e saúde sexual e reprodutiva identificaram ações como o desenvolvimento de materiais informativos, a parceria com outros profissionais, ações relacionadas a mediação da informação, ações direcionadas a avaliação de fontes de informação, atuação como defensores da informação para as mulheres. As autoras entendem que, ainda que as bibliotecas não possam ser as únicas responsáveis pelo acesso de mulheres e meninas à informação sobre seus corpos e sua saúde, o desenvolvimento de habilidades informacionais nesse contexto pode impactar na compreensão que elas possuem de seus direitos e de sua mobilização individual e coletiva.

Apesar dessa possibilidade de contribuição de profissionais da informação, reforçamos que os governos e instituições possuem responsabilidade em tornar acessível informações sensíveis aos direitos sexuais e reprodutivos, tais como informações sobre aborto legal, contraceptivos considerando sua forma de utilizar benefícios e malefícios, disponibilizar em larga escala possibilidades de planejamento familiar, possibilitar um parto informado e humanizado às mulheres, lhes dando todas as informações possíveis sobre esse processo e o puerpério, assim como informações sobre preservativos e infecções sexualmente transmissíveis.

Sobre as mulheres em contextos rurais, evidenciando as barreiras sociais e culturais que limitam seu acesso à informação e seu poder de decisão em questões de saúde, especialmente em relação ao planejamento familiar. Shabi (2012 *apud* Pellegrini; Vitorino, 2021) destaca o contexto específico da Nigéria, onde as mulheres rurais enfrentam não apenas a subordinação social, mas também práticas socioculturais prejudiciais, como leis de herança, práticas de viuvez, mutilação genital e a incapacidade de negociar sexo seguro. Esses fatores contribuem para que essas mulheres sejam mais vulneráveis a questões de saúde, incluindo a disseminação do HIV.

A autora argumenta que a competência em informação desempenha um papel crucial no empoderamento das mulheres rurais. Ao fornecer habilidades informacionais, as mulheres são capacitadas a buscar ativamente informações sobre saúde, incluindo questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Isso não apenas aumenta o conhecimento delas, mas também lhes dá a capacidade de tomar decisões informadas sobre sua saúde. É possível reforçar a interconexão entre acesso à informação, competência em informação e empoderamento das mulheres em contextos rurais. As barreiras identificadas incluem não apenas restrições físicas ao acesso, mas também desafios sociais e culturais que exigem abordagens sensíveis e adaptadas ao contexto para promover o acesso igualitário à informação e fortalecer as mulheres rurais em sua busca por saúde e empoderamento (Pellegrini; Vitorino, 2021).

Eckerdal (2011) investigou questões informacionais relacionadas ao uso de contraceptivos e identificou que as práticas relacionadas à competência em informação das mulheres jovens desempenham um papel crucial no uso de contraceptivos. O estudo descobriu que o medo de efeitos colaterais indesejados e o conhecimento limitado sobre fertilidade eram razões para não usar anticoncepcionais. Ao escolher um contraceptivo, a busca por informações acerca do medicamento começa com pessoas próximas e de confiança, como amigos, familiares e parceiros. Parteiras e médicos também são entendidos como fontes confiáveis devido à sua formação profissional e atitude positiva em relação à sexualidade. Oyeronke (2012) entende que as bibliotecas podem contribuir realizando atividades formativas e programas educacionais, assim como auxiliando na promoção de informações sobre direitos sexuais e reprodutivos. Exemplificando essa possibilidade, a autora cita bibliotecas como a de Nova York que organiza eventos de saúde em parceria com hospitais locais, centros de saúde e outras organizações, além de contar com profissionais da saúde em seu corpo de trabalhadores.

Esse tipo de ação, assim como a conscientização sobre questões de saúde reprodutiva por meio de várias mídias, como cartazes ilustrados, folhetos, outdoors, etc. (ILO *et al.*, 2021) podem ser atividades promovidas por bibliotecas e demais unidades de informação auxiliando o acesso de suas usuárias a informações sobre questões de sexualidade, autonomia sobre o próprio corpo e saúde.

Para compreender a informação sobre a contracepção, os seus riscos e benefícios, as mulheres jovens precisam de ter habilidades voltadas à avaliação e

utilização de fontes de informação. Elas precisam ser capazes de distinguir entre fontes confiáveis e não confiáveis, avaliar criticamente as informações que recebem e tomar decisões informadas com base nas informações que reuniram. O estudo sublinha a importância de desenvolver habilidades para a competência em informação fora dos ambientes educativos tradicionais, como bibliotecas e locais de trabalho, para melhor apoiar as mulheres jovens na tomada de decisões informadas sobre a sua saúde sexual.

Falando sobre saúde sexual e reprodutiva, destaca-se a pesquisa de Solano (2015) que tratou sobre acesso à informação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) que constitui em um aspecto de interesse e influência no desenvolvimento pessoal, emocional e profissional das mulheres. Mesmo que progressivamente venha deixando de ser um tabu esse tema continua a afetar meninas, adolescentes, jovens e mulheres adultas, que, por não receberem formação e informação adequada sobre sexo seguro, não podem eleger com segurança os métodos anticoncepcionais convenientes às suas especificidades pessoais, nem tampouco podem abordar temas mais complexos, como as decisões sobre um aborto (Solano, 2015).

Nesse contexto, mulheres e meninas enfrentam riscos graves durante a gravidez ou pouco depois de dar à luz, devido à falta de informação necessária, atenção adequada nos centros de saúde e acesso aos medicamentos necessários. Isso se dá pela falta de acesso aos serviços de saúde adequados e, conseqüentemente, falta de acesso à informações sobre esse tema. Isso impacta mulheres de diversas formas, estagnando a redução de taxas de gravidez na adolescência, aumentando riscos de problemas gestacionais e de violência obstétrica e prejudicando o uso adequado de métodos anticoncepcionais entre mulheres mais pobres e sem educação.

Além disso, a OMS indica (2009 *apud* Solano 2015) que doenças relacionadas à sexualidade e à reprodução permanecem entre as principais causas evitáveis de morte, deficiência e sofrimento, especialmente entre mulheres em países em desenvolvimento. Nesse contexto, a atenção pré-natal, tocologia, puerperal e neonatal, a prestação de serviços de qualidade em planejamento familiar e infertilidade, a eliminação do aborto perigoso e a prevenção e tratamento de infecções de transmissão sexual, incluindo o HIV e o câncer de colo de útero, são apontados como pontos-chave na agenda de saúde reprodutiva. No entanto, as desigualdades sociais e econômicas precisam ser abordadas primeiro para garantir avanços nessa

área.

Cabe destacar ainda, os debates que incidiram com bastante destaque nas pesquisas, sobretudo aquelas em língua inglesa, que tratam de análises das discrepâncias de gênero nas habilidades digitais e informacionais, tema que tem sido objeto de diversos estudos, contudo, há uma quantidade significativamente menor de pesquisas relacionadas às habilidades digitais e midiáticas. Esses estudos sobre diferenças de gênero, geralmente dão enfoque para as discrepâncias nas habilidades percebidas ou reais (Jones; Procter, 2022).

Cabe ainda mencionar os debates feministas concernentes à maternidade, que surgem entre os textos analisados. Sobre isso, Carnanéa, Rocha e Targino (2018, p. 22) se apoiam em Berger e Luckmann (2004) para dar destaque a uma certa aversão da sociedade, frequentemente implícita e/ou sugerida nas entrelinhas, que persiste no século XXI em relação às mulheres que priorizam suas carreiras. Notavelmente, quando são mães e optam, por exemplo, por enviar seus filhos mais cedo para berçários, contradizem as expectativas tradicionais associadas à figura da mulher-mãe, incumbida do cuidado com o lar, o esposo e os filhos. Para essas mulheres, são atribuídos adjetivos condicionados pela estrutura social. Para realizar reflexões teóricas sobre a maternidade, Carnanéa, Rocha e Targino (2018) se apoiam nos escritos de Badinter, nos quais a pensadora reflete que o amor maternal, em sua essência, é primariamente uma construção cultural permeada por mitos, adotando a perspectiva de que é um sentimento conquistado.

Nesse contexto, questionam de que maneira as mulheres com filhos experienciam o fortalecimento e a ampliação dos debates sobre a maternidade por meio do uso de plataformas digitais? Postulam que o ativismo digital materno representa uma estratégia valiosa para a transformação da imagem da mulher-mãe. No ambiente virtual, a maternidade tem sido objeto de discussões relevantes, com mulheres provocando diálogos significativos sobre diversas questões, como o conceito da maternidade em si, a interação entre maternidade e trabalho, a divisão de tarefas no âmbito familiar, entre outros tópicos. Nesse contexto, torna-se imperativo que as ativistas, que lideram tais discussões, possuam competência para manejar informações de forma apropriada, visando aprimorar a gestão do fluxo informacional e do conhecimento no futuro. (Carnanéa; Rocha; Targino, 2018).

Nas redes sociais a problematização da maternidade ganha destaque e conquista espaço, as mulheres ganham espaço em um novo campo de batalha para

fortalecer suas demandas. Isso não se restringe apenas ao âmbito privado, mas amplia-se para questões antes relegadas ao espaço doméstico, como família, sexualidade, trabalho, divisão de responsabilidades em casa, cuidados com as crianças, oferta de creches para filhos pequenos, entre outros. Essas temáticas resgatam antigas reivindicações e indicam uma reconfiguração na postura da mulher (Carnanée; Rocha; Targino, 2018).

Sobre a categoria empoderamento e autoestima (quadro 10) aqui foram alocadas as ações voltadas para reflexão de aspectos mais individuais da percepção das mulheres sobre elas mesmas. Como reflexões sobre autoimagem, autoaceitação, amor-próprio e compartilhamento de experiências e vivências pessoais.

Quadro 10 - Ações identificadas na categoria 4 - empoderamento e autoestima

Quadro 10 – Ações identificadas na categoria 4 – Empoderamento e autoestima				
	Ano	Título	Unidade	Objetivo
1	2019	Eu, Mulher! – Teatro e Empoderamento no Noroeste Paulista	Biblioteca Municipal Birigui	Refletir sobre a Mulher no Teatro Brasileiro
2	2019	Curso de Iluminação Cênica para Mulheres	Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães	Promover o empoderamento dos termos técnicos na prática artística.
3	2020	II Ciclo de Pensamentos Contemporâneos	Biblioteca Pública Estadual "Dr. Isaias Paim" - MS	Debater machismo, empoderamento e a mulher na educação e na ciência.
4	2020	Livroterapia	Biblioteca Municipal de Itapetininga - SP	trabalhará autoestima e autoafirmação femininas através de obras literárias.
5	2021	Dicas de Leitura – Empoderamento feminino	Sistema Municipal de Bibliotecas - São Paulo	Contribuir para o fortalecimento do tema igualdade de gênero e dar exemplo de força e determinação para adultos e crianças.
6	2021	Livros sobre o protagonismo feminino	Rede de Bibliotecas do Sesc Santa Catarina	Pensar e dimensionar a complexidade de ser mulher.
7	2021	Case-se consigo mesma	Biblioteca Castro Alves - SP	propõe uma reflexão sobre os desafios de autoaceitação que os desafios que as meninas dessa faixa etária enfrentam.
8	2022	Empoderamento feminino: buscando o melhor de si	Biblioteca Pública Municipal Santa Maria de Jetibá	Promover o empoderamento feminino, utilizando-se de todo o potencial que a literatura traz, reunido mulheres de diversas profissões e faixas etárias.
9	2022	Dia da Mulher: Empoderamento Feminino	Biblioteca Pública Municipal de Eldorado do Sul/RS	Levar a Biblioteca além do seu espaço
10	2023	A Força das Mulheres Reais	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Trabalho de multilinguagem que foca na autoestima e o empoderamento das mulheres periféricas.
11	2023	Roda de memórias oral	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Circuito de contação de histórias orais, cada participante contará a sua história.
12	2023	Mulher: Potência Criativa	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Debate sobre empreendedorismo e mundo dos negócios.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados da pesquisa

Entendemos ações desse tipo importantes para dar as mulheres percepções sobre suas potencialidades e afasta-las de um papel secundário na sociedade. Nesse sentido, Pellegrini e Vitorino (2021) ponderam que apesar de suas origens, o termo "empoderamento" na contemporaneidade tem sido empregado para representar uma ampla gama de conceitos, tais como autonomia, agência, status e poder econômico, com ênfases nem sempre claramente demarcadas, além dessa polissemia, diferentes narrativas sobre o desejo de empoderar as mulheres coexistem, nem sempre

referindo-se à sua origem emancipatória (León 2001; Malhotra; Schuler; Boender, 2002 *apud* Pellegrini, 2022, p. 63).

As autoras compõem os dados teóricos analisados nesta pesquisa onde buscam fazer uma compreensão profunda do conceito de empoderamento. Pellegrini (2022) argumenta com aporte de Baquero (2012) que a origem do termo é emancipatória, tendo como suas raízes a reforma protestante, de Martinho Lutero no séc. XVI um movimento protagonizado pela luta por justiça social. Sua popularização na Europa ocorre em meados da década de 60, relacionado a ebulição dos movimentos sociais emancipatórios de época.

Uma das contradições que envolvem os argumentos em defesa do empoderamento feminino apontado por Pellegrini, é relativo às últimas décadas, vindas de instituições, órgãos e corporações internacionais de desenvolvimento, tendem a exaltar o desejo de capacitar as mulheres para realizar seu potencial, caracterizando o que é conhecido como "empoderamento light". A autora, se baseia em Cornwall (2018) e reflete que essa proposta corporativa de empoderamento fica aquém dos confrontos próprios das relações sociais e de poder subjacentes a nossa sociedade e que geram desigualdades sociais e materiais. Essas narrativas simplistas e influenciadas pelo neoliberalismo, tendem a integrar as mulheres nas estruturas sociais e de gênero existentes, direcionando-as para contribuir para o desenvolvimento do modelo social e de produção, ao invés de encampar um movimento que efetivamente as beneficie. Esta interpretação de empoderamento, focalizada predominantemente no aspecto econômico, cria, do ponto de vista da justiça social uma visão limitada da emancipação na sociedade globalizada (Fraser, 2010, 2012) e desemboca em outro ponto de divergência, que reside no debate entre empoderamento individual e coletivo (León, 2001).

Pellegrini (2022) indica ainda que para aqueles que o aplicam ao indivíduo, com destaque nos processos cognitivos, o empoderamento se restringe ao senso de autoconfiança e controle pessoal, uma visão individualista que negligencia as relações entre estruturas de poder e as práticas diárias dos indivíduos e grupos. Essa visão individualista pode ser ilusória se não estiver conectada ao contexto e não estiver relacionada à ações coletivas dentro de um processo político.

Para Pellegrini e Vitorino (2021), conforme observa Berth (2019) e Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento individual e coletivo, são componentes inseparáveis do mesmo processo, uma vez que uma coletividade empoderada requer

a participação consciente de indivíduos nos processos de empoderamento. Portanto, é essencial, compreender o processo de empoderamento como um movimento dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. Para fins didáticos e avaliativos, pode ser compreendido em três níveis interdependentes de dimensões da vida social: psicológica ou individual, grupal ou organizacional, e estrutural ou política.

Ainda, sobre o empoderamento Melo (2019) destaca a importância da informação para o empoderamento feminino, ela enfatiza que as mulheres consomem informações para formar opiniões e interagir socialmente, desta maneira o acesso à informação é uma condição fundamental para o empoderamento das mulheres. Com base em Abath e Ireland (2002), Melo explica que o empoderamento feminino está ligado à melhoria do status em três dimensões: econômica, política e social. Para os autores, essas dimensões convergem em um ponto de intersecção, que podemos compreender como a informação e o conhecimento. Desta forma, para alcançar o empoderamento, é crucial que as mulheres tenham acesso à informações relevantes e conhecimentos que possam impactar positivamente essas diferentes esferas de poder em suas vidas. Essa perspectiva ressalta a necessidade de promover o acesso igualitário à informação para mulheres, reconhecendo-a como uma ferramenta fundamental para capacitação e autonomia em diversas áreas da vida.

A categoria trabalho, apresentada no quadro 11, contou com o desenvolvimento de palestras, exposições e cine debate, que tratam principalmente dos desafios das mulheres no mercado de trabalho, a desigualdade de gênero e a opressão sofrida por mulheres nesse contexto.

Quadro 11 - Ações identificadas na categoria 5 - trabalho

	Ano	Título	Unidade	Objetivo
1	2019	Filme "Que horas ela volta"	Biblioteca do CPNA - UFMS Nova Andradina	Debate sobre trabalho, saúde e opressão da mulher na sociedade atual.
2	2019	Trabalhadoras domésticas em cena: Direitos e desafios	Biblioteca Parque Rio de Janeiro	Ressalta a importância do papel das trabalhadoras e as dificuldades enfrentadas.
3	2019	Elas por Elas	Fundação Pró-Memória São Caetano do Sul	As imagens expostas nos levam ao universo do trabalho de 48 mulheres que residem ou trabalham em São Caetano.
4	2020	Semana da Mulher	Fundação Catarinense de Cultura	Debates sobre mercado de trabalho e saúde da mulher, seguido de apresentação de curta-metragem. Para finalizar, haverá ainda uma visita guiada pelo Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), com foco nas obras de artistas mulheres.
5	2020	Sonhar o Mundo	Museu Casa de Portinari	Entender como é o processo de construção da mulher empreendedora, desafios da jornada de trabalho tripla feminina, a conquista da confiança do mercado e a importância da constante atualização.
6	2021	Mulheres Protagonistas	Museu Casa de Portinari	Compartilhar informações sobre rotina, preconceitos enfrentados, vitórias adquiridas e sonhos ainda almejados.

7	2021	Colcha de retalhos: mulheres e trabalhos	Museu Antropológico	Debater o trabalho não formal das mulheres nas suas múltiplas dimensões: olhar o trabalho feminino, que ora é visto como contribuição para a construção da autonomia das mulheres, ora é percebido como fator de continuidade das desigualdades entre os gêneros; dar visibilidade ao trabalho feminino; reconhecer a ampliação da participação da mulher no mundo do trabalho.
8	2022	Apoio e Atuação das Mulheres no Movimento Sindical	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Vamos discutir sobre o apoio que as mulheres deram aos sindicalistas, a sua sindicalização e atuação enquanto sindicalistas.
9	2022	Mulheres: História e Trabalho	Fundação Pró-Memória	A palestra teve uma fala de cunho histórico sobre o percurso feminino ao longo dos anos até chegar em questões contemporâneas e os desdobramentos dessa jornada e, assim, uma reflexão sobre a importância dessa fatia da população muitas vezes subestimada ou subalternizada na vida cotidiana.
10	2022	O papel da mulher e o trabalho	Biblioteca Pública de Dracena	Conscientizar sobre a luta das mulheres por igualdade de direitos e oportunidades na sociedade, além de homenagear as conquistas femininas ao longo da história.
11	2022	Mulheres Trabalhadoras	Biblioteca Municipal “Jorge Guilherme Senger	A mostra tem como objetivo exaltar a força, a sensibilidade, a luta e a altivez da mulher negra latina, americana e caribenha
12	2023	SEBRAE DELAS - Formação para Mulheres	Biblioteca Menotti Del Picchia	Formação para mulheres interessadas em dar o primeiro passo no empreendedorismo ou que já tem uma ideia de negócio.
13	2023	Liderança Feminina, Trabalho e Crescimento Econômico para as Comunidades	Biblioteca Municipal José Sarney - MA	Debater sobre a mulher e o mercado de trabalho.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados da pesquisa

As ações presentes nessa categoria foram principalmente direcionadas a atuação de mulheres no mercado de trabalho e os desafios vivenciados. É válido lembrar que em uma sociedade cujo modelo vigente é o capitalismo patriarcal racista, as mulheres têm sua carga de trabalho ampliada, isso porque mulheres em geral realizam atividades de trabalhos dupla ou triplamente, ou seja, trabalham dentro e fora de casa (Antunes, 1999). Dessa forma, é possível compreender que as mulheres possuem uma jornada extensiva de trabalho, que se estende a diversas esferas da vida social sendo realizadas no ambiente público, mas também o trabalho doméstico desenvolvido em ambiente privado, podendo assim, serem duplamente afetadas pela falta de acesso à informação nesse contexto.

Conforme as mulheres e meninas foram criadas e socializadas em âmbito privado, coube a elas as tarefas domésticas, o cuidado com o marido, com os pais e com os filhos, ficando responsáveis pela ordem reprodutiva da vida e se apresentando como moderadoras da vida social privada e como apaziguadoras de conflitos. Esses aspectos refletem nas tarefas assumidas pelas mulheres nos espaços públicos, que sempre são relacionadas a trabalhos como professoras, enfermeiras, faxineiras, babás, cuidadoras. Esse processo trata da construção social da divisão sexual do trabalho, que relega às mulheres trabalhos com menor remuneração, assim como as tornam mais propensas a trabalhos degradantes e ao desemprego (Antunes, 1999; OIT, 2020).

Levando em conta a relevância dos debates sobre trabalho reprodutivo e

trabalho do cuidado, nesta pesquisa, entendemos que, apesar de não figurar propriamente dito entre as ações identificadas é possível relacioná-lo com o trabalho doméstico. O trabalho doméstico é entendido como um conjunto de tarefas relacionadas ao trabalho do cuidado e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal e parentela. É um trabalho gratuito executado essencialmente por mulheres, mas que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e saída das mulheres para o mercado de trabalho, passou a ser terceirizado (Pinheiro, 2017). Essa mudança ainda manteve as mulheres como principais responsáveis por essas tarefas, condicionando o trabalho doméstico remunerado sobretudo a mulheres sem escolaridade, pobre e negras.

A relevância destes debates perpassa tanto o espaço para ouvir demandas da categoria de mulheres que atuam como domésticas de forma remunerada e que desempenham uma função reconhecida legislativamente, pela Lei Complementar nº 150 (Brasil, 2015), e que possuem direitos trabalhistas que nem sempre são cumpridos, até pela natureza da relação do trabalho doméstico. Mas também, ações relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado, e como essa tem sido uma tarefa historicamente desempenhada por mulheres, sendo quase sempre extensivamente somadas aos trabalhos produtivos, de cuidado e mental.

Esse pode ser um exemplo de como tornar as unidades de informação espaços de conhecimento, debate e compreensão desses mecanismos de desigualdade de gênero, se configurando em uma importante estratégia para contribuir na compreensão das mulheres sobre sua condição na sociedade e somada a outras iniciativas promover processo de mudança nessas relações.

Na categoria de arte e literatura (quadro 12) foram categorizadas as ações que tivessem como abordagem o uso de linguagens artísticas para reflexão, cuja temática eram mulheres artistas, mulheres na arte, ou ações relacionadas a literatura. Considerando a natureza das unidades de informação investigadas foi encontrado um número significativo de ações desta natureza, principalmente, em bibliotecas.

Quadro 12 - Ações identificadas na categoria 6 - arte e literatura

	Ano	Título	Unidade	Objetivo
1	2019	Biblioterror: as mulheres no terror	Biblioteca Pública Municipal Álvaro Guerra – Pinheiros	Proporcionar visibilidade as mulheres que trabalham com terror em São Paulo
2	2019	Leia mulheres Lages	Biblioteca Carlos Dorval Macedo	Além de fortalecer a literatura feita por escritoras de todos os lugares do mundo, o clube atua ativamente à diminuição da desigualdade entre homens e mulheres no mercado editorial (e também na sociedade).
3	2019	Leia Mulheres Sertãozinho	Biblioteca Pública Municipal "Dr. Antônio Furlan Jr. – Sertãozinho	Dar mais visibilidade a livros escritos por mulheres.

			– SP	
4	2019	Vou repetir até que escutem	Bibliotheca Pública Pelotense	Tem como temas a desconstrução do mito da beleza e de mitos relacionados à tradição, a relação com o corpo, o escancaramento do assédio cotidiano, as relações do feminino e da natureza a partir da metáfora sobre uma flor extinta
5	2019	Estamos aqui!	Museu de Arte Contemporânea do Paraná	Pensar um corpo social e político; o corpo da superfície, da linguagem e cosmos; visual mas também tátil.
6	2019	Histórias feministas: depois de 2000	MASP	exposição reúne 30 artistas e coletivos que emergiram no século 21 e que trabalham com base em perspectivas feministas, ampliando um debate que ganhou visibilidade nas artes visuais entre os anos 1960 e 1980, mas que segue cruzando lutas, narrativas e conhecimentos.
7	2019	Histórias feministas: artistas até 1900	MASP	Histórias das mulheres destaca trabalhos para além das categorias tradicionais das belas artes, procurando oferecer perspectivas mais amplas e mais plurais.
8	2019	Sala de vídeo: Anna Maria Maiolino	MASP	tratar de temas como a migração e o feminismo, com uma visão reflexiva sobre o corpo e a vida cotidiana.
9	2019	Mulheres em Foco	Museu de Antropologia do Vale do Paraíba	Tem a função de instigar o público feminino enquanto criadoras, abrindo um mundo de possibilidades.
10	2019	Histórias das mulheres: artistas até 1900	Museu de Arte de São Paulo – MASP	Olhar para as artistas dessa época, hoje, nos ajuda a estabelecer genealogias feministas. O encontro com essas várias precursoras — nomeadas ou anônimas, famosas e desconhecidas — nos convida, assim, a repensar as hierarquias da história tradicional, que costuma celebrar a arte como uma atividade de homens brancos e europeus.
11	2019	Histórias feministas: artistas depois de 2000	Museu de Arte de São Paulo – MASP	Esta exposição reúne 30 artistas e coletivos que emergiram no século 21 e que trabalham com base em perspectivas feministas, ampliando um debate que ganhou visibilidade nas artes visuais entre os anos 1960 e 1980, mas que segue cruzando lutas, narrativas e conhecimentos.
12	2019	Tarsila Popular	Museu de Arte de São Paulo – MASP	Tarsila popular não busca esgotar os debates, que levam em conta também questões de raça, classe e colonialismo, mas apontar para a necessidade de estudar essa artista tão fundamental em nossa história da arte a partir de novas abordagens.
13	2019	Mulheres Negras na Biblioteca	Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato – São Paulo	Conhecer os cordéis de Jarid Arraes, que contam as histórias das nossas heroínas brasileiras, mulheres negras que marcaram o Brasil.
14	2019	Elas – Memórias e Conquistas	Biblioteca Municipal de Belém	Retrata o universo feminino mediado pela história e impresso em folhas de jornais, onde será possível encontrar um espaço interativo com mulheres paraibanas que fizeram história, a exemplo de Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Zabé da Loca, entre outras.
15	2019	BPSC 165 anos: bate-papo destaca a importância da mulher na literatura de SC	Biblioteca Pública de Santa Catarina	Contribuições das mulheres para a literatura catarinense
16	2020	Clube de Leitura- "Pequeno Manual Antirracista"	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	reflexão para aprofundar a percepção sobre discriminações racistas estruturais.
17	2020	Literaturas feministas	Biblioteca Municipal Maria Geaquinto - ES	Conhecer literaturas que todas as mulheres deveriam ler para reconhecer sua voz, seu espaço e sua importância no mundo.
18	2020	Leia Mulheres Negras	Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais	Estimular a leitura de obras produzidas por mulheres negras.
19	2020	Leia Mulheres Jundiá	Biblioteca Municipal de Jundiá	incentivando a leitura de autoras contemporâneas e clássicas, de diversos gêneros e o debate sobre temas tão significativos e importantes para as mulheres.
20	2020	Dia Nacional da Mulher	Biblioteca Municipal de Marília	Exposição de obras literárias, biográficas e de escritoras, mostrando suas conquistas.
21	2020	Mulheres Incríveis	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Contar a trajetória de 3 mulheres com pouca visibilidade social ou política: Mãe Beata de Iemanjá, mãe Arlene do Katendê e D.Aparecida.
22	2020	Exposição Vozes de Mulheres	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva	Visibilidade as obras literárias produzida por mulheres

			Alvarenga - Campo Grande	
23	2020	Discriminação e abuso de mulheres na cena Hip Hop	Biblioteca Pública Municipal Jovina Rocha Álvares Pessoa	Debater a discriminação e abuso de mulheres na cena Hip Hop.
24	2020	Vozes Periféricas - Mulheres e Literatura	Biblioteca Adelpha Figueiredo	A intervenção poética tem como plano de fundo o debate sobre a visibilidade das mulheres na literatura.
25	2020	Mulheres plurais: talentosas, de poesia potente, política e transformadora	Biblioteca Pública Marcos Rey	Pensar sobre a questão da negritude, de ser mulher e também sobre afetividade e amor entre os nossos.
26	2020	Café Literário	Biblioteca Orlando Lima Lobo – Pará	lançamento do coletivo de mulheres escritoras e leitoras, um encontro de mulheres participantes do Clube de Escrita Criativa as “Ycamiabas”.
27	2020	Mulheres Modernas	Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo	apresenta um conjunto de pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e esculturas que permite identificar mudanças no campo da arte. São mulheres autoras e retratadas por artistas do fim do século XIX a primeira metade do século XX.
28	2020	Design por Mulheres II	Museu de Arte da UFC – Mauc	busca, na sua essência, dar visibilidade à mulher designer e almeja chegar a todos que se permitirem fluir pelas trajetórias apresentadas em forma de exposição, relevando e revelando nomes cunhados ou em avançado processo de reconhecimento.
29	2020	Meninas do Rio	Museu de Arte da UFC – Mauc	É uma proposta/guia de uma caminhada pelo ambiente encantador da lavadeira, em que cores e formas se apresentam como balsamo ao olhar. Revelador de um percurso inexplorado pelo qual podemos ampliar os modos de ver e sentir o tema, inferindo, desse modo, em suas tessituras poéticas.
30	2020	Mulher e à produção literária e acadêmica feminina	Bibliotecas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	trazer ao conhecimento do público o acervo de autoras femininas presentes nas bibliotecas das duas Casas, pretende ainda promover a fala, a escuta, o protagonismo e o empoderamento feminino.
31	2020	RPG para elas	Gibiteca Municipal de Santos	Aborda a necessidade de criação de espaços seguros para mulheres na cultura pop e geek
32	2021	Mulheres e Consciência Negra	Biblioteca Municipal de Marília	A mostra mescla fotos de mulheres negras e obras de escritoras negras de diversas nacionalidades.
33	2021	Encontro Marcado	Acervo de Escritores Mineiros	Objetivo de fomentar o debate público acerca de temas caros ao universo da literatura brasileira contemporânea, bem como contribuir para a formação de leitores literários.
34	2021	Mulheres negras: quatro biografias e um cordel	Biblioteca Nacional de Brasília	Conhecer sobre a história e produções de mulheres negras influentes da literatura brasileira.
35	2021	Mulheres que fazem história na mala do livro	Biblioteca Pública de Brasília	Homenagem e reflexão com as mulheres que se dedicam à democratização do acesso à arte, à cultura e à leitura.
36	2021	Clube de leitura: a literatura estranha escrita por mulheres nas américas	Biblioteca Pública Municipal de Araçatuba-SP	estimulará a discussão e o levantamento de impressões sobre a leitura de sete contos contemporâneos de países e autoras latino-americanas, que trazem vieses diferentes do que pode ser considerado “terror”, “estranho”, “fantástico” e “insólito”, na literatura e no nosso mundo.
37	2021	Mulheres na Cultura Pop	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	olhares femininos sobre as mulheres nas HQ's e Cinema, discutindo questões de gênero, configurações estéticas e estereótipos.
38	2021	Hip hop mulher na rua	Biblioteca Sinhá Junqueira	Fortalecer as minas na cena HIP HOP da cidade, nas batalhas, nos <i>slams</i> e nas ruas.
39	2021	Hip hop e mães	Biblioteca Sinhá Junqueira	Proliferar a cultura Hip-Hop, seus ideais e seus talentos diante de uma sociedade que ainda não enxergam mulheres como protagonistas de suas histórias, à frente de um movimento cultural.
40	2021	Academia Internacional de Poetas Pretas	Biblioteca Pública Municipal Alceu Amoroso Lima - SP	Reflexão, escritas, música, performance e subjetividades poéticas oriundas das trajetórias de militâncias ligadas ao hip-hop e das culturas negras tradicionais.
41	2021	Cine Minas	Biblioteca Pública Érico Veríssimo – São paulo	O podcast trará discussões e assuntos do universo cinematográfico, com aquele olhar feminino. Com temas semanais diversos, serão abordadas discussões que estão em torno da “imagem” que as grandes produções reproduzem em relação a mulher, trazendo percepções pessoais em como certos padrões são repetitivos quando se trata da

				estereótipos femininos.
42	2021	Oficina de Teatro das Oprimidas	Biblioteca Pública Érico Veríssimo – São paulo	Teatro das Oprimidas é um teatro social e popular, tem como objetivo tornar acessível o fazer teatral e que nós possamos contar nossas próprias narrativas, nos tornando multiplicadoras do Teatro das Oprimidas em nossos territórios e espaços ocupados.
43	2021	Mulheres indígenas: conexões, potências e ciclos	Biblioteca Pública Municipal Helena Silveira – São Paulo	Um ciclo de encontros e conversas entre mulheres indígenas, ligando suas vivências e sabedorias à força dos cinco elementos da natureza, que estão presentes em toda forma de vida.
44	2021	Live com as escritoras da Coletânea "Oito histórias que vão dar o que falar"	Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato – São Paulo	Conhecer as histórias escritas por oito mulheres que fazem parte do Coletivo "Elas na LIJ".
45	2021	Canções e Poesias Para celebrar o Feminino	Biblioteca Menotti Del Picchia	Propõe a apresentação de canções e poemas de mulheres artistas brasileiras de todos os tempos.
46	2021	Negras Cabeças	Biblioteca Pública Milton Santos	Projeto de exposição gamificada, uma experiência que, através de 8 artes criadas por illi, focadas nos cabelos e penteados de mulheres das etnias Betsimisarak, Mangbetu, Suri, Mursi, Mwila, Mblantu, Fulani e Himba.
47	2021	Sarau Pretas Peri	Biblioteca Pública Milton Santos	Experiência de mulheres no hip hop.
48	2021	<i>Slam</i> Delas: Brasil x África	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	O objetivo principal é, além de unir culturas, aproximar poetas que antes da pandemia estavam afastados pelo espaço e a distância, mas que hoje se aproximam, dividem experiências e saberes.
49	2021	Leia Mulheres Farroupilha	Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac – Farroupilha/RS	Estimular a leitura de obras produzidas por mulheres.
50	2021	Cartografia Afetiva da Pampulha	Museu de Arte da Pampulha	consiste em um processo de mediação e escuta de memórias femininas.
51	2021	Sete Véus	Museu Municipal de São Caetano	Refletir sobre questões de representação de identidade e gênero e autoconhecimento através da reprodução de cenários oníricos e narrativas pictórica
52	2021	Clube do Audiolivro - Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	pensar a sociedade como um todo, promovendo a reflexão sobre direitos civis, preconceito e violência.
53	2021	Mulheres e Resistência	Museu de Arte da UFC – Mauc	a exposição busca discutir as diversas as diversas condições no qual as mulheres estão submetidas diariamente no ambiente doméstico, e que se intensificaram com a pandemia do corona vírus.
54	2022	Catálogo de obras femininas	Biblioteca da (ESMPU)	Dar uma visão geral dos materiais bibliográficos e da maior parte dos subtemas relacionados as mulheres.
55	2022	Livros: a voz da mulher contando o mundo	Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará	homenagem às grandes escritoras e personagens femininas.
56	2022	Biografias Femininas	Biblioteca Alberto Sousa – Santos	Retratar memórias da vida de grandes autoras brasileiras e da região da Baixada Santista.
57	2022	Sarau Cartas na Manga	Biblioteca Municipal Ernesto Simões Filho – BA	Lançamento do livro "A chuva que cai no mar não o torna doce"
58	2022	Leitura e Escrita Feminina: um debate necessário	Biblioteca Pública Municipal Leonardo Mota	Conversar sobre obras de autoras femininas e a importância de sua escrita e voz durante a história.
59	2022	Leia Mulheres Bragança	Biblioteca Pública Municipal de Castro e Souza - Pará	O projeto estimula a leitura e diálogo sobre livros escrito por mulheres
60	2022	Leia Mulheres Botucatu	Biblioteca Municipal Emilio Pedutti – Botucatu/SP	ampliar seu contato com a produção de mulheres na literatura.
61	2022	Leia Mulheres Diadema	Biblioteca Interativa de Inclusão Nogueira – Diadema	Promover debate e reconhecimento em torno da literatura produzida por mulheres.
62	2022	Exposição Dia Internacional da Mulher	Biblioteca Municipal de Marília	Promover divulgação de obras literárias produzidas por mulheres.
63	2022	Estante temática leia mulheres	Biblioteca João Luiz Alvarenga	O objetivo do projeto é dar visibilidade, valorizar determinados temas, por meio dos livros e também incentivar a prática da leitura.
64	2022	Leia Mulheres Bragança	Biblioteca Municipal de Castro e Souza - Pará	O projeto incentiva a leitura de escritoras femininas e a discussão de suas obras pelos leitores de forma presencial ou on line.

65	2022	Elas Entrelinhas	Biblioteca Epiphânio Dória – Sergipe	Idealizado para que mulheres possam compartilhar um pouco das suas vivências
66	2022	Mulherismo e Resistência	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	debater sobre os desafios da resistência histórica nos vários campos da cultura, do trabalho, da subjetividade e da vida das mulheres.
67	2022	Falatório Transeunte – vozes das mulheres	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Refletir sobre as produções poéticas e performáticas de Stella do Patrocínio que pretende investigar a força e mover das palavras nas vidas de mulheres que diariamente circulam pelos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro
68	2022	Oficina de Escrita Criativa	Biblioteca Sinha Junqueira	Ações formativas nas linguagens audiovisual e literária, tendo como protagonistas figuras femininas e suas trajetórias de representatividade e influência na construção da história local e regional.
69	2022	Escrevivências de Conceição Evaristo e o cotidiano de artistas das periferias	Biblioteca Amadeu Amaral	As palestrantes vão trazer histórias de suas vivências como mulheres e artistas pretas e periféricas, dialogando com a leitura de textos da homenageada, Conceição Evaristo.
70	2022	<i>Slam</i> das Minas SP - Homenagem a Carolina Maria de Jesus	Biblioteca Pública Municipal Cora Coralina – São Paulo	Para além da batalha a coletiva busca experimentar - se acessando outros espaços como música, teatro, formação, etc. A poesia promove a formação, troca e diálogo. A <i>Slam</i> trabalha para que mulheres descubram e explorem essas ferramentas.
71	2022	Leia Mulheres Tarumã	Biblioteca Pública de Tarumã – SP	Dar mais visibilidade a livros escritos por mulheres.
72	2022	Leia Escritoras Negras	Biblioteca Pub. Mário Quintana - Alegre/RS	Uma oportunidade para ampliar o repertório literário conhecendo um pouco mais de escritoras nacionais e internacionais.
73	2022	Do fio à trama:  Mulheres tecendo Arte	Biblioteca Pública Pelotense	Reflexão entre a ancestralidade da mulher, sua conexão com a natureza e o ato de tecer e fiar.
74	2022	O lugar do feminino no modernismo brasileiro	MAV Unicamp	Apresenta uma sequência de quatro palestras virtuais entre os meses de março e abril que instigam e alimentam nosso interesse pela arte e cultura moderna brasileira e por suas reverberações até o tempo presente.
75	2022	Afinidades II – Elas	Museu Oscar Niemeyer	A mostra reúne dez artistas brasileiras, com a intenção de ser uma celebração da arte feita por mulheres.
76	2022	Imersão no gênero feminino	Museu de Arte da UFC – Mauá	oferece um território às mulheres artistas para finalmente compensar a falta de representação feminina mesmo nas mostras que se pretendem universais, mas que, na verdade, expressam majoritariamente a perspectiva masculina
77	2022	Narrativas Do Feminino	Museu Julio de Castilhos – RS	Trata da construção sociocultural do feminino e apresenta reflexões sobre a vinculação da mulher ao ambiente privado.
78	2022	Múltiplos Olhares - Mulheres Artistas nas Coleções FUNARJ	Casa da Marquesa de Santos - Museu da Moda Brasileira	reúne 150 obras de uma centena de mulheres artistas constantes nos acervos dos espaços da FUNARJ
79	2022	Narrativas e reflexões sobre mulheres	Fundação Catarinense de Cultura	O objetivo é trazer ao público, por meio de proposições de pesquisadoras, algumas reflexões, problematizações e questionamentos a respeito de temas que envolvem o gênero feminino e seus desdobramentos e transbordamentos na atualidade.
80	2022	Sagrado Feminino	Museu de Arte Sacra (MAS)	O público verá em 31 imagens feitas por fotógrafas paraenses muito da emoção que transborda em todas as romarias.
81	2022	Fora das Sombras: Novas Gerações do Feminino na Arte Contemporânea	Museu Oscar Niemeyer	Por meio de um conjunto de obras, muitas inéditas, essas potentes artistas questionam a situação da mulher numa história da arte dominada pelos homens. A resistência é expressada pelo processo criativo de cada uma delas, formando um conjunto inquietante e questionador.
82	2022	Tudo sobre funk: histórias e trajetórias femininas	Biblioteca Municipal Birigui	Esta palestra visa destacar a historicidade do movimento funk, além de ressaltar a importância das mulheres e das crianças dentro desta cultura.
83	2022	Roda de Literatura Feminina: Poesia fora da margem	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	promover a visibilidade da produção literária feita por mulheres no Brasil, resgatando-as do silenciamento histórico e trazendo para estudo e debate a literatura contemporânea feminina, sobretudo do Estado do Rio de Janeiro.
84	2022	Mulherio das Letras	Biblioteca Municipal Centenário, Minas Gerais	Congregação, integração, revelação e apoio a mulheres ligadas às letras como escritoras, editoras e acadêmicas

85	2022	A Menina que nasceu sem cor	Biblioteca Castro Alves	Busca trazer ao palco a experiência versada da jovem mulher negra que é, com suas lutas, dores e paixões.
86	2023	Leia Mulheres Duque de Caxias	Biblioteca Municipal Gov. Leonel de Moura Brizola – Rio de Janeiro	objetivo celebrar as mulheres na Literatura e incentivar que mais pessoas leiam mulheres.
87	2023	Segundas Intenções: Lubi Prates	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	oportunidade única para os presentes mergulharem na rica e instigante jornada literária e pessoal de Lubi Prates, uma autora que desafia limites, expande horizontes e provoca reflexões essenciais sobre identidade, representatividade e linguagem na contemporaneidade.
88	2023	Maria Firmina e a Consciência Negra: a trajetória inspiradora da primeira romancista do Brasil	Biblioteca Municipal José Sarney – MA	Refletir sobre vida e obra de Maria Firmina, e sua atuação na literatura brasileira.
89	2023	Mulheres da Música	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Conhecer mulheres influentes da música brasileira.
90	2023	Exposições bibliográficas de autoras maranhenses	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Conhecer as mulheres da literatura maranhense;
91	2023	Exibição de documentários e falas sobre a Mulher	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Conhecer as mulheres da literatura maranhense;
92	2023	Exposição Literária Espelhos da Vida	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Conhecer as mulheres da literatura maranhense;
93	2023	Angela Davis	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Conhecer a obra da pensadora e feminista Angela Davis
94	2023	Encontro Regional das Letras: Mulheres Escritoras do Centro-Oeste	Biblioteca Nacional de Brasília	Intuito de visibilizar a produção literária de autoras nacionais contemporâneas e promover a igualdade de gênero no universo literário.
95	2023	Leia Mulheres Capanema	Biblioteca de Capanema/PA	Debater o livro Feminismo em Comum para todas, todes e todos e às várias perspectivas do pensamento feminista da autora Márcia Tiburi.
96	2023	Encontro de escritoras	Biblioteca Nacional de Brasília	Iniciativa tem como objetivo incentivar e dar visibilidade às mulheres na literatura
97	2023	Elas e Eu - Reflexões sobre o feminino	Biblioteca Municipal de Bauru – SP	reflete sobre a importância de considerar que a ausência ou a pequena participação da mulher relatada na história até metade do século XX é consequência da forma como os fatos foram narrados.
98	2023	Frida Kahlo - uma mulher à frente de seu tempo	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Itapetininga – SP	Destaca traços, cores, formas, olhares e expressões poéticas de cada artista, refletindo sobre a vida e legado da Frida Kahlo.
99	2023	A Arte da Feminilidade - O Sagrado Feminino	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Promove um espaço para trocas de experiências entre mulheres, através da dança, literatura, música e performances artísticas.
100	2023	Exposição MINA – Mulheres Ilustres da Nona Arte	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Apresenta uma retrospectiva do cenário fluminense de histórias em quadrinhos da última década contada através de páginas, tiras, charges, ilustrações e artes originais produzidas inteiramente por mulheres.
101	2023	Mulher Maria Firmina dos Reis	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Debater vida e obra de Maria Firmina dos reis no contexto sociocultural do Brasil, ontem e hoje.
102	2023	Diretoras no Oscar	Biblioteca de Piracicaba	Divulgação de obras premiadas de diretoras.
103	2023	Mulheres e Quadrinhos	Gibiteca Municipal de Santos	Refletir sobre a história das mulheres nos quadrinhos e suas dificuldades.
104	2023	Sarau DI Rainha	Biblioteca Pública Municipal Alceu Amoroso Lima - SP	Promover o protagonismo feminino nas artes.
105	2023	Luzia Rosa Canto e Cena de Carolina Maria de Jesus	Biblioteca Pública Municipal Alceu Amoroso Lima - SP	Apresentação combina música e cena para trazer à vida, as histórias e mensagens da obra de Carolina Maria de Jesus.
106	2023	As Clês contam Chiquinha Gonzaga	Biblioteca Amadeu Amaral	O propósito da circulação é enaltecer a narrativa de mulheres que fizeram parte da composição historiográfica do nosso tempo, bem como fortalecer vozes femininas, mostrando seu protagonismo na transformação social do país e do mundo.
107	2023	Mulheres & escritas do corpo	Biblioteca Anne Frank – SP	Propõe a escrita criativa como mecanismo de retomada política no contexto feminino a partir da pesquisa poética e acadêmica de Laura Redfern Navarro, poeta e autora de "O Corpo de Laura"

108	2023	Mulheres que Poetizam o Mundo	Biblioteca Pública Municipal Clarice Lispector – São Paulo	Apresentam ao público autoras do mundo todo. A poesia feminista pode vir como forma de manifesto, narrativa, diálogo ou até canção.
109	2023	Literatura Viva	Biblioteca Jayme Cortez	A autora Elizandra Souza conversa com o público sobre a sua trajetória e criação literária, a publicação dos seus livros e o panorama da literatura negra feminina.
110	2023	Nossas Rainhas do Cordel	Biblioteca Menotti Del Picchia	Um encontro para conversar sobre mulheres indígenas e negras, por meio da arte literária do Cordel.
111	2023	Mulheres na Cultura	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Conversa sobre cultura, arte, empoderamento e igualdade de gênero
112	2023	Leia Mulheres Toledo	Biblioteca Municipal De Toledo/PR	Objetivo de dar visibilidade às escritoras, principalmente as periféricas, pouco conhecidas e pouco divulgadas e/ou que tratam temas considerados importantes pelo grupo para a busca de conhecimento sobre a igualdade de direitos para as mulheres na sociedade.
113	2023	Segundas literárias: as escritoras da ABL	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	Apresentar as escritoras da Academia Brasileira de Letras
114	2023	Mulheres Negras e o Cinema – conhecer o presente e inventar o futuro	FCS - Fundação Clóvis Salgado	propõe uma investigação acerca do olhar do cinema para mulheres negras, suas construções estéticas e as invenções dessas mulheres sobre si.
115	2023	Educação Museal e Feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial	Museu das Bandeiras	Compreender os diálogos entre feminismo e os espaços museais.
116	2023	Mulheres no samba	Museu da Língua Portuguesa	Destacar a presença feminina, sobretudo das mulheres negras, na criação e no desenvolvimento de um dos gêneros musicais determinantes para a formação da identidade do povo brasileiro.
117	2023	Mulheres que mudaram 200 anos	CAIXA Cultural Brasília	reconhecer a relevância da produção de artistas contemporâneas, que, em seus processos criativos e pesquisas, propõem diferentes olhares sobre ser mulher.
118	2023	Histórias de Mulheres Fortes	Biblioteca Brito Broca	Contos de tradição oral de diversas culturas e que ressaltam virtudes femininas são narrados de forma lúdica, envolvente e interativa
119	2023	Procurando mulheres que sonham futuros	Biblioteca Brito Broca	Provocar reflexões e trocas entre mulheres no espaço público da cidade, lugar muitas vezes negado ao gênero feminino. Também pretende problematizar o que seria arte, já que essa experiência de conversar é uma experiência que não pertence à arte, mas sim à vida cotidiana.
120	2023	Leia Mulheres Ribeirão Preto	Biblioteca Sinhá Junqueira	Estimular a leitura de obras produzidas por mulheres
121	2023	A Voz das Mulheres Negras na Literatura Brasileira	Biblioteca Municipal de Bauru – SP	busca explorar a literatura escrita por mulheres negras, promovendo leituras, análises sociológicas e literárias das obras, além de exercícios de escrita.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados da pesquisa

Essa categoria apresentou diversas atividades relacionadas à música, teatro, cinema, poesia, e *slam*³⁷. Nos valemos nesse ponto das análises de Oliveira (2015) de que a arte desempenha um papel crucial como meio de comunicação e expressão, permitindo a reprodução de aspectos culturais de uma sociedade, mas também possibilitando a superação de conflitos e contradições na medida em que pode ser desenvolvida como forma de resistência e expressão política. Além disso, as

³⁷ A história do *slam* remonta à década de 1980, com suas raízes profundamente entrelaçadas com a cultura hip-hop nos Estados Unidos. O *slam poetry*, ou simplesmente "*slam*", é uma forma de expressão artística que combina elementos de poesia, performance teatral e competição. (Corrêa de Sá, 2021).

produções culturais, incluindo o *slam*, o rap e o hip-hop, desvelam as relações de poder estabelecidas e buscam incidir no mundo, promovendo mudanças sociais significativas. A arte, nesse contexto, torna-se uma ferramenta importante para debates sobre questões históricas, econômicas e sociais da nossa sociedade.

Refletindo sobre o movimento do hip-hop, Matias-Rodrigues e Araújo-Menezes (2014, p. 713) ao realizar uma pesquisa com o movimento do Hip Hop em Recife e suas relações com os debates de gênero, evidencia que

A presença das mulheres no movimento tem desestabilizado a dicotomia público/privado, as questões de gênero se apresentam como pontos de tensão entre os participantes do Movimento uma vez que, por ser um movimento caracterizado como da rua, causa estranhamento a participação das mulheres, já que a elas foi historicamente destinado o espaço privado do lar. Além disso, no contexto do Movimento, as mulheres não são apenas público receptor, mas são ativas produtoras culturais que contribuem de forma significativa para a construção da cultura Hip Hop.

Já relativo ao *slam*, Corrêa de Sá (2021) pondera que especialmente o *Slam* das Minas, desempenha um papel político significativo para as mulheres ao proporcionar um espaço seguro e livre de opressões para expressão artística e atuação política. As mulheres e pessoas trans que participam desses eventos utilizam a poesia falada como uma ferramenta de resistência, denunciando questões sociais, violências de gênero e estruturas de poder coercitivo. Essas manifestações artísticas não apenas promovem a cura e a libertação das vozes silenciadas, mas desafiam normas e estereótipos, reivindicando visibilidade e protagonismo nos espaços públicos. Através da performance poética, as mulheres no *Slam* das Minas buscam expressar suas vivências e desafios, assim como promover a conscientização, a solidariedade e a transformação social.

Além das ações relacionadas à rima e poesia, vale destacar nesta categoria o projeto Leia Mulheres, que é identificado em diversas unidades de informação, em diferentes cidades e estados. Vale evidenciar que o projeto Leia Mulheres é considerado o maior clube de leitura sem fins lucrativos no Brasil. Ele foi idealizado por Juliana Leunroth, Michelle Henriques e Juliana Gomes em 2015, com o objetivo de promover a leitura de obras de autoras mulheres. O projeto consiste em círculos de leitura organizados por mediadoras em diversas cidades, onde são discutidas e compartilhadas obras literárias escritas por mulheres. O Leia Mulheres busca ampliar a visibilidade das escritoras femininas e promover a diversidade de vozes no cenário literário (Rossi; Brignol, 2020).

Rossi e Brignol (2020) em uma pesquisa com as mediadoras nacionais do projeto, identificaram que a mediação de leitura nos clubes Leia Mulheres é influenciada por diversas dificuldades enfrentadas por muitos leitores no Brasil. Apesar dessas adversidades, incluindo o acesso limitado à Internet, o uso das redes sociais possibilitou a formação de uma rede colaborativa, que trabalham em conjunto para promover a literatura escrita por mulheres.

Além disso, Santos e Pedrosa (2019) entendem que a biblioteca, como instituição de ensino por si só, desempenha um papel crucial na promoção do ato da leitura e no desenvolvimento social das comunidades urbanas e rurais. Incentivar o acesso e o uso efetivo do acervo bibliotecário constitui uma estratégia fundamental para esse fim. Além disso, tal abordagem poderia trazer à biblioteca o reconhecimento da sociedade quanto ao seu potencial transformador nas comunidades.

A formação humana integral, omnilateral e politécnica pressupõe uma educação que viabilize a plena participação dos sujeitos nos processos produtivos, sem que lhe seja negado o acesso aos conhecimentos e aos bens culturais produzidos historicamente pela sociedade. Aos jovens e adultos devem ser asseguradas as oportunidades educativas que favoreçam a realização de seus projetos de vida. A biblioteca é uma instituição essencial no processo ensino/aprendizagem, já que não se pode conceber ensino sem a utilização de bibliotecas possibilitando o acesso à informação, tal acesso é imperativo para a aquisição de conhecimento e produção de novos. (Santos; Pedrosa, 2019, p. 08)

Ações relacionadas a expressão de mulheres na literatura foi a mais proeminente entre os dados coletados, aspecto que se assemelha a pesquisa de Mallmann, Olinto e Lamas (2022) que analisaram a desconstrução de gênero na literatura infantil. As autoras identificaram que as biografias têm se destacado entre os textos que propõem uma literatura feminista para crianças, segundo elas esses dados demonstram “[...] uma tentativa de resgatar nomes de mulheres marcantes em diferentes esferas da sociedade, que não são mencionadas nos livros de história e de literatura tradicionais, ficando à sombra dos homens, que são retratados como protagonistas da história.” (Mallmann; Olinto; Lamas, 2022, p. 12)

Doyle e Moura (2023) narram um projeto de leitura, com uma proposta voltada para a competência crítica em informação através de práxis feminista. Para isso, a abordagem pedagógica do projeto envolveu a leitura crítica de textos sobre questões de gênero, visando o desenvolvimento da capacidade de questionamento e compreensão, favorecendo o empoderamento individual e coletivo.

Ângela Davis (2017, p. 167) ao falar sobre a potencialidade da arte na transformação da realidade, nos diz, que a arte progressista tem o potencial de não apenas informar as pessoas sobre as forças objetivas em ação na sociedade em que vivem, mas também de destacar o caráter profundamente social de suas vidas interiores. Em última análise, ela pode inspirar as pessoas em direção à emancipação social. Embora nem toda arte progressista precise lidar explicitamente com questões políticas – de fato, uma canção de amor pode ser progressista se demonstrar sensibilidade em relação à vida dos trabalhadores –, sua capacidade de transmitir mensagens sociais e promover a conscientização pode ser significativa.

Além disso, evidenciamos que ações pautadas na música, poesia, hip-hop e etc. possuem uma relação com a dimensão estética da competência em informação, entendida como aquela que visa incentivar o sujeito ao pensamento crítico e compreensão da realidade através de um olhar sensível e criativo. Orelo e Vitorino (2012) ponderam que a dimensão estética da competência em informação pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais direcionada à solidariedade, isso porque visa olhar para os problemas de forma mais humana, sensível e reflexiva, extrapolando uma compreensão mecânica do mundo. Para os autores, a sensibilidade, a imaginação e a criatividade são características humanas valorizadas pela dimensão estética da competência em informação.

No que se refere às ações voltadas ao acesso à informação e visibilidade (quadro 13), as ações dessa categoria visam romper com a invisibilidade de mulheres acadêmicas ou figuras históricas de diversos setores da sociedade, a exemplo do futebol, do setor energético e da Biblioteconomia. Para tal, propõe ações direcionadas à promoção do acesso à informação sobre essas mulheres, de maneira a torná-las conhecidas do público.

Quadro 13 - Ações identificadas na categoria 7 - acesso à informação e visibilidade

	Ano	Título	Unidade	Objetivo
1	2019	Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais	Biblioteca Mário de Andrade	Debater os conceitos fundamentais do feminismo e relembrar sua própria trajetória nesse movimento, iniciada na década de 80.
2	2019	Bate-papo Resistência e Representatividade	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	Reflexões acerca da mulher preta na sociedade. A trajetória para superar e ocupar todos os espaços
3	2019	Arquivo em Cartaz festival internacional de cinema de arquivo	Arquivo Nacional	A iniciativa busca valorizar e dar visibilidade ao trabalho de mulheres cineastas, diretoras, produtoras, roteiristas e profissionais de arquivo.
4	2019	Professoras Primárias: profissionalização e feminização do magistério capixaba	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	A obra relata os resultados da pesquisa da autora sobre o histórico de inserção das mulheres na docência pública e seus desdobramentos.

		(1845-1920)		
5	2019	Sergipanidades e gênero: Mulheres, resistência e a cultura sergipana	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Refletir o que nós somos e o que temos, deliberando vivenciar as ruas das cidades sergipanas, suas manifestações culturais e outros aspectos que revelam a identidade do povo de Sergipe.
6	2019	Mjiba	Biblioteca Pública Milton Santos	Apresentam e discutem de maneira lúdica os problemas enfrentados pelas mulheres negras na sociedade.
7	2019	Sarau itinerante	Biblioteca Pública Narbal Fontes	Sarau é uma tentativa de resgate e reverência ancestral, pensando em escritoras pretas contemporâneas trazendo à memória, as escrevivências de mulheres pretas que viveram em outros tempos.
8	2019	Mulheres Negras	Museu Afro Brasil Emanuel Araújo	Destacar a presença de mulheres negras na exposição de longa duração do Museu Afro Brasil.
9	2019	Mulheres, desobediência e resiliência	Museu do Futebol	A mostra reúne jogos femininos espalhados pelo país nas décadas de 50, 60 e 70, em seus respectivos contextos, como eventos beneficentes, através de imagens e manchetes de jornais da época, chegando à liberação da modalidade e sua primeira regulamentação em 1983.
10	2019	Lea Campos, a primeira árbitra	Museu do Futebol	A exposição mostra que ela destacou em todas as áreas que se propôs a atuar, desde concursos de beleza à política, até conseguir o tão sonhado diploma de arbitragem.
11	2019	Mulheres no Esporte	Museu do Amanhã	Se propõe a discutir temáticas relacionados ao universo feminino e ao empoderamento de mulheres na sociedade.
12	2019	Ciências às Seis e Meia Sem mulheres, a ciência fica pela metade	Museu do Amanhã	Como chegamos até aqui e o que poderia ser feito serão alguns dos pontos da discussão. O encontro também coloca em pauta a participação de mulheres jovens e meninas na ciência.
13	2019	Mulheres que conquistaram o Espaço	Museu do Amanhã	Lembrar a história de grandes mulheres que conquistaram o Espaço.
14	2019	Djanira: a memória de seu povo	Museu de Arte de São Paulo - MASP	A exposição tenta trazer um pouco essa diversidade de maneiras e imagens que ela criou sobre o país.
15	2019	Bonecas Pretas	Museu vivo de São Bento	Esforço realizado na direção de um registro que assegure maior visibilidade para as trajetórias femininas militantes e para as atuações de mulheres comuns que, de alguma forma, provocaram debates ou estabeleceram denúncias acerca das injustiças sociais vividas no território local.
16	2019	Seminário sobre racismo e machismo	Museu Udo Knoff	Sobre o olhar feminino, sob a perspectiva da psicologia, acerca das lutas contra o racismo e machismo nos dias atuais.
17	2019	O feminismo é para todo mundo	Museu do Amanhã	O encontro tem como objetivo estimular os participantes a discutirem mais a fundo os temas presentes na programação do Museu.
18	2019	Rastros das Marias	Biblioteca Pública Narbal Fontes	Contribui para a afirmação da identidade da mulher negra brasileira, valorizando sua luta e sua história.
19	2019	Feminismo em movimento: é pela vida das mulheres	Biblioteca Hans Christian Andersen – São Paulo	Promover espaço de debate sobre questões feministas ligadas a classe, raça, arte e autonomia.
20	2019	A representatividade nas HQs	Biblioteca Pública Municipal Professor Ernesto Manoel Zink - Campinas	Debater temas como feminismo, gênero, LGBTQ+, poesia e monstros, através dos Hqs.
21	2020	Arquivos de mulheres memória e representatividade	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Discutir a presença feminina nas instituições arquivísticas.
22	2020	Luz sobre as Mulheres	Memória da Eletricidade	discutirá a carreira e atuação feminina em três setores fundamentais do setor de energia: academia, indústria e governança.
23	2020	Luz sobre as Mulheres	Memória da Eletricidade	Debater a participação feminina no setor.
24	2020	Arquivos de mulheres e memória audiovisual	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Debater memórias femininas e apresentar os arquivos de mulheres depositados no CPDOC.
25	2020	Semana da Mulher no APES	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Expor, fotografias, livros e o histórico sobre a vida da professora emérita, escritora e pesquisadora

				sergipana.
26	2020	Grandes personalidades: Mulheres, escritoras e suas obras	Biblioteca Iraci Heringer Lisboa, do IFNMG-Campus Salinas	Dar visibilidade as obras produzidas por mulheres
27	2020	Força Feminina: A Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres no Butantã	Biblioteca Pública Municipal Camila Cerqueira Cesar	Debater a série que aborda a relação da Feira com a Cultura Reggae e outros temas, como Agroecologia, Feminismo e Economia Solidária.
28	2020	Grita Mulher	Museu da Diversidade Sexual	Buscando estratégias em conjunto, pensaremos lutas de mulheres LGBTI+ através da elaboração de cartazes.
29	2020	Mulheres da Ponte	Museu do Recolhimento dos Humildes	Promover visibilidade para as particularidades da vida de mulheres quilombolas do Recôncavo da Bahia, para seus desafios, suas formas de resistência, para sua cultura, bem como aponta para a ausência de políticas que atuem na garantia de seus direitos fundamentais.
30	2020	Mulheres nos Acervos	Museus de Arte Contemporânea do Dragão do Mar e do Rio Grande do Sul	Falar sobre esse projeto e comentar as experiências do MAC-RS relacionadas à presença de mulheres artistas nos acervos de arte contemporânea.
31	2020	Arte por elas	Museu de Arte Moderna	Aulas sobre a produção e atuação de artistas e colecionadoras mulheres em contextos históricos, sociais, políticos e econômicos distintos.
32	2020	Gostem ou não — Artistas mulheres no acervo do MARGS	Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)	Exposição apresenta obras de artistas mulheres que consolidaram suas carreiras através de instâncias de legitimação ou autolegitimação em diferentes períodos da história da arte.
33	2020	Nossas curvas não se curvam	Museu Tempostal	Promover a reflexão a respeito dos direitos e qualidades da mulher negra plus size na sociedade. Incentivá-las a ocuparem os seus lugares de fato e a serem protagonistas de suas próprias histórias, lutando contra o preconceito e valorizando-se
34	2020	A mulher nos tempos atuais, mas com velhos desafios.	Biblioteca Municipal Maria do Socorro Rocha - MA	O objetivo foi discutir em grupo, não somente as conquistas, mas também os tabus e preconceitos ainda vivenciados por mulheres na sociedade atual.
35	2020	Deve-se queimar Beauvoir?	Biblioteca Anne Frank - SP	Debate sobre a construção filosófica da autora.
36	2020	Escritoras Sergipanas	Biblioteca Epiphany Dória - Sergipe	Promover as mulheres sergipanas e sua escritas.
37	2021	Quilombos, Mulheres e as diversas invisibilidades	Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica - UFC	Propomos ressaltar a riqueza cultural, as articulações políticas e as demandas atuais de políticas públicas que envolvem a temática. Com enfoque na trajetória dessas mulheres na construção e na história dos Quilombos.
38	2021	Mulheres e seus arquivos privados	Arquivo Nacional	Tratará das histórias dessas mulheres, assim como de seus arquivos e de suas decisões de doá-los ao AN.
39	2021	Imagens da mulher brasileira	Arquivo Nacional	A exposição a contar uma história da mulher dentro de um universo marcadamente masculino. Afinal, uma história das mulheres é também uma história de homens e de como se distinguem e se misturam papéis, poderes, silêncios e palavras.
40	2021	Mulheres escritoras: arquivos literários e feminismos na América Latina	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	De discutir a contribuição das mulheres intelectuais para o pensamento social, assim como para pensar os feminismos na América Latina.
41	2021	Dilma Rousseff e a representação feminina na política brasileira	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Refletir até que ponto o gênero da primeira mulher presidente do Brasil teve um papel nos eventos de seu mandato – incluindo o impeachment.
42	2021	Museologia, Arquivologia e Feminismo	Rede Arquivos de Mulheres	A organização dos arquivos e a invisibilização das mulheres nos acervos. E museu e a memória social das mulheres.
43	2021	Mulheres artistas indígenas: questões de gênero na produção e reconhecimento	Pinacoteca de São Paulo	
44	2021	Presentes! Artistas mulheres no acervo da Pinacoteca – segunda metade do século 20	Pinacoteca de São Paulo	Propõe a tomar o novo rearranjo da exibição do acervo como referência, para sublinhar alguns nomes, apontar alguns lapsos, e questionar conexões.

45	2021	Mulheres indígenas: conexões, potências e ciclos	Biblioteca Pública Aureliano Leite	Um ciclo de encontros e conversas entre mulheres indígenas, ligando suas vivências e sabedorias à força dos cinco elementos da natureza, que estão presentes em toda forma de vida.
46	2021	INSUBMISSAS - Mulheres na ciência.	Biblioteca Pública Municipal Camila Cerqueira Cesar	Parte de um questionamento do grupo sobre a falta de exemplos femininos na história das ciências.
47	2021	Segue o Samba	Biblioteca Pública Cassiano Ricardo Tatuapé - SP	Um projeto musical que homenageia mulheres no samba, com intervenções poéticas e mistura do samba de raiz com o samba contemporâneo e autoral
48	2021	Protagonismo da mulher na área técnica	Biblioteca Lenyra Fraccaroli	O projeto foi pensado como uma maneira de refletir a respeito do lugar das mulheres cis e transvestigeneres nas formações técnicas-práticas desenvolvidos nos equipamentos culturais pelo Programa Jovem Monitor Cultural e analisar quais motivos as distanciam das áreas técnicas.
49	2021	Negras Palavras A palavra da mulher em movimento e memória	Museu Afro Brasil Emanuel Araujo	Debate sobre o papel e o lugar da voz africana e afro-diaspórica em diferentes manifestações culturais, como a produção literária e suas diversas formas de difusão.
50	2021	Mulheres, arte e a cidade	Museu Afro Brasil Emanuel Araujo	Reflete sobre as participações, presenças, protagonismos e usos que mulheres fazem das artes no espaço público, especialmente da cidade de São Paulo.
51	2021	Diários de Viagem de Damiana da Cunha	Museu das Bandeiras	Lembrar e refletir sobre essa mulher indígena Caiapó que viveu na Província de Goiás, na passagem do século XVIII para o século XIX
52	2021	Duhigó é a primeira mulher indígena do Amazonas no acervo do Museu de Arte de São Paulo (MASP)	Museu de Arte de São Paulo (MASP)	A artista apresenta em suas obras aspectos da memória e do cotidiano de etnias indígenas da Amazônia, como uma forma de preservar sua ancestralidade e garantir que as futuras gerações possam conhecer a cultura amazônica e indígena por meio da arte.
53	2021	Mulheres Varzeanas	Museu do Futebol	Debater a Liga Feminina de Futebol Amador e as perspectivas do futebol feminino no Brasil.
54	2021	Exposição com obras de mulheres	Museu do Índia	A exposição reúne 150 obras de uma centena de mulheres artistas constantes nos acervos dos espaços da Funarj, vindas de várias partes do Brasil e selecionadas por suas contribuições históricas à arte brasileira.
55	2021	Mulheres transformam os museus no museu afro brasil: histórico, balanço e horizontes	Museu Afro Brasil	Configurar uma cartografia contemporânea de boas práticas sobre as questões da memória através do protagonismo feminino e narrativas de comunidades, por meio da análise das práticas museológicas, educacionais e artísticas envolvidas com os territórios, promovendo a equidade de gênero e os direitos humanos em contexto ibero-americano.
56	2021	Histórias Brasileiras - Maria Martins	MASP	Maria Martins: Desejo Imaginante celebra essa artista fundamental na história do modernismo brasileiro e no panorama do surrealismo internacional.
57	2021	As mulheres que estão no mapa	Museu Antropológico	Aborda a visibilidade e representação feminina no contexto das ruas de Ijuí.
58	2021	Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história	Biblioteca Central, na Unicap	Apresentar fotografias e registros relacionados à história da ativista, uma importante personalidade na luta pela igualdade racial no Brasil no ativismo do feminismo negro.
59	2021	Mulher dos povos originários	Biblioteca Orlando Lima Lobo - Pará	Debater o papel das mulheres dentro das comunidades indígenas
60	2021	O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação	Biblioteca UFMG	Refletir sobre a mulher como sujeito intelectual e ativista.
61	2022	Oficina Online de Uso de Fontes Históricas em Sala de Aula – Arquivos de Mulheres	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	A concepção, debate e produção de materiais didáticos a partir do uso de fontes históricas do acervo de arquivos de mulheres da FGV CPDOC.
62	2022	Arquivos e mulheres: memórias a contrapelo?	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	Tem o intuito de debater a presença, ou a não presença, a visibilidade ou a invisibilidade de mulheres nos arquivos.
63	2022	Mulher Chapecoense: possibilidades de estudos a partir de documentos arquivados no CEOM	Ceom Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	Pretende-se demonstrar as possibilidades do estudo das desigualdades de gênero, no contexto Chapecoense, a partir das fontes históricas arquivadas no CEOM/Unochapecó.

64	2022	O protagonismo feminino no Brasil "independente" - A contribuição de Beatriz Góis Dantas para a História de Sergipe	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Refletir sobre o processo histórico, social, político e cultural da Independência do Brasil, os seus 200 anos, as rupturas e continuidades desse processo, a participação dos grupos sociais que compõem o território brasileiro.
65	2022	Conhecendo Intelectuais Negras Brasileiras	Biblioteca Parque Villa-Lobos- SP	O objetivo é romper com a invisibilidade e apresentar a genialidade de intelectuais negras ainda pouco conhecidas e seu protagonismo nos processos históricos.
66	2022	Mulheres Negras que fazem a história	Biblioteca Pública de Araraquara- SP	visibilizar a luta de mulheres que diuturnamente são apagadas da história e têm seus direitos violados.
67	2022	Por mais mulheres pretas na política: porque representatividade importa	Biblioteca Pública de Araraquara- SP	visibilizar a luta de mulheres que diuturnamente são apagadas da história e têm seus direitos violados.
68	2022	Contação de história, jogos e brincadeiras	Biblioteca Municipal Ernesto Simões Filho - BA	A atividade buscou, de maneira lúdica, exaltar a beleza da mulher negra latino-americana, dentro de uma proposta de educação antirracista.
69	2022	O protagonismo feminino no Maranhão no séc. XIX e início séc. XX	Biblioteca da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX do Tribunal de Contas do Maranhão	Refletir sobre o protagonismo feminino na história do Maranhão.
70	2022	Exposição sobre Elza Soares	Biblioteca Pública Municipal Professora Vera Maria Gauss	Dar visibilidade a carreira da cantora Elza Soares
71	2022	A mulher como transmissora do conhecimento para novas gerações	Museu Índia Vanuïre	compartilhar com o público sua experiência sobre os conhecimentos adquiridos de seus ancestrais e transmitidos para novas gerações.
72	2022	A mulher na luta pela preservação da cultura tradicional indígena	Museu Índia Vanuïre	Refletir sobre a mulher na preservação da cultura tradicional indígena.
73	2022	Roda de Conversa Mulher Negra	Museu Índia Vanuïre	um diálogo sobre o empoderamento da mulher negra, os desafios para sua autoafirmação e outros aspectos relativos à temática.
74	2022	Mulheres em Movimento	Museu da Imigração	Apresentar um panorama da presença feminina nas migrações, partindo das experiências vivenciadas tanto no âmbito da Hospedaria de Imigrante do Brás e do atual Museu da Imigração, quanto de um contexto mais amplo da história de São Paulo, desde o final do século XIX até o presente.
75	2022	Mulheres além das fronteiras	Museu da Imigração	Debates sobre as mulheres migrantes, seus direitos e suas vivências.
76	2022	Visita Virtual Mulheres	Museu Afro Brasil Emanuel Araujo	Esta visita propõe diálogos e reflexões acerca das produções artísticas de mulheres, por meio das obras do acervo do Museu Afro Brasil.
77	2022	Negras Palavras Mulheres, Ancestralidade e Ciência	Museu Afro Brasil Emanuel Araujo	um encontro sobre a experiência de mulheres na ciência e na relação com suas ancestralidades.
78	2022	Mulher Cientista na fronteira do conhecimento.	Museu Ciência e Vida	Conversar sobre possíveis caminhos para prover a representatividade das mulheres na ciência, o papel da Divulgação Científica neste processo e muito mais.
79	2022	Oceano e Gênero	Museu do Amanhã	Nos inspira a convidar educadoras, mulheres, pesquisadoras e professoras para juntas investigar, refletir e se conectar.
80	2022	Mulheres do Ayê: saberes ancestrais através das ervas	Centro Cultural São Paulo	Participar do processo de desconstrução do racismo estrutural que violenta corpos historicamente e evidenciar as construções coletivas potentes no campo de disputa de narrativas e protagonismo preto.
81	2022	Mulheres: Identidade e resistência	Museu da Imagem e do Som	Objetivo de democratizar a arte fotográfica. Além disso, de ampliar o acesso aos bens culturais do museu na sua pluralidade. Assim, o objetivo é criar novos olhares e releituras, contribuindo para o maior uso do espaço museológico pela comunidade.
82	2022	Berta Ribeiro	Museu Nacional dos Povos Indígenas	Berta representa, para o museu, uma referência para a recuperação da história da política indigenista e da antropologia brasileiras. O conjunto documental e etnográfico reunido pela cientista registra a trajetória dos povos indígenas do Brasil e sua cultura material, com ênfase para o artesanato.

83	2022	Palavras de uma mulher preta	Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica	A obra traz em seu conteúdo reflexões sobre a construção da identidade da mulher negra, entre outras percepções acerca da temática negra.
84	2022	Oficinas comemorativas do dia da mulher	Museus do Ipac	Refletir e se conscientizar sobre as desigualdades de gênero e a importância da mulher na sociedade.
85	2022	Dandara, A Guerreira Quilombola	Biblioteca Pública Aureliano Leite	Narrar a partir de relatos e lendas populares sobre a história de Dandara, a guerreira negra rainha do Quilombo dos Palmares.
86	2022	Memória da Resistência	Biblioteca Anne Frank - SP	A mostra, com curadoria de Alecsandra Matias, aborda temas como feminismo, racismo, ambientalismo e causa LGBTQIA+ por meio de registros fotográficos, documentos e depoimentos
87	2023	As mulheres nas instituições de memória	Arquivo Nacional	Presença e a atuação das mulheres em instituições de memória, como pesquisadoras ou responsáveis pelo tratamento técnico e disponibilização dos acervos ao público.
88	2023	Arquivo e visualidade de mulheres: relatos de experiência	Arquivo Nacional	Espaço de troca de experiências e produção de reflexões sobre os arquivos de mulheres e as mulheres nos arquivos.
89	2023	Mulheres no Mercado em Transição	Memória da Eletricidade	A iniciativa que preza pela maior integração de homens e mulheres no setor.
90	2023	Mulheres atrás das câmeras: FOTOGRAFIA	Rede Arquivo de Mulheres (RAM)	Uma sessão com duas fotógrafas que farão um relato de suas experiências profissionais e conversarão sobre o papel da fotografia enquanto um instrumento que reflete questões sociais – como protestos, eventos religiosos, comemorações e festejos, e o cotidiano da cidade.
91	2023	Mulheres, cultura e política: novos olhares dos acervos	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Com o objetivo de discutir a atuação de mulheres na política e na cultura a partir de seus arquivos pessoais
92	2023	Novos Olhares Sobre o Arquivo	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Criar um espaço de discussão e reflexão sobre as relações entre a linguagem audiovisual, história e memória, e viabilizar a realização de documentários a partir da temática proposta.
93	2023	Mulheres no Arquivo: Reflexões sobre o trabalho com os arquivos de Luiza Erundina e Alba Zaluar no CPDOC (FGV)	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Discute os desafios encontrados durante a organização dos arquivos de Luiza Erundina e Alba Zaluar.
94	2023	exposição virtual em homenagem à Lícia Mônaco Perin	Arquivo Público e Histórico de Rio Claro	Ver e relembrar um pouco da atuação dessa grande cidadã rio-clarense.
95	2023	Regina Parra: Pagã	Pinacoteca de São Paulo	Reflexão sobre o corpo feminino, seu prazer, liberdade e insubordinação.
96	2023	Representação de mulheres negras no acervo da Pinacoteca	Pinacoteca de São Paulo	O objetivo do curso é tecer reflexões críticas, debates teóricos e perceber novos olhares sobre os modos de representar essa parte da população brasileira.
97	2023	Entre tramas e brechas: conquistas das mulheres negras nas artes e na sociedade	Pinacoteca de São Paulo	Reflexões e compartilhamentos sobre conquistas e trilhas percorridas pelas mulheres negras nas artes e na sociedade.
98	2023	O feminino e a comida campeira na região do Alegrete	Biblioteca Municipal De Toledo/PR	Reflete sobre as memórias femininas em torno da comida campeira
99	2023	Roda de conversa com geocientistas	O Instituto de Geociências USP apresenta	O encontro tem como objetivo principal apresentar vivências, histórias e divulgar rede de apoio a mulheres dentro da universidade.
100	2023	Histórias não contadas: sacerdotisas voduns e Rainhas do Rosário	Museu da Inconfidência	Traz em sua edição especial do bicentenário da independência um resgate das histórias não contadas e que foram apagadas da memória nacional.
101	2023	Múltiplas vozes femininas	Museu Afro Brasil Emanuel Araujo	Trouxe ao público produções de 28 artistas presentes no acervo da instituição.
102	2023	Rainhas de Copas	Museu do Futebol	O público poderá conhecer as trajetórias das rainhas do futebol feminino do Brasil, que marcaram para sempre a história da modalidade, como Sissi, Marta, Cristiane e Formiga, entre outras.
103	2023	Linha, Cor, Ação	Museu de Arte de Blumenau	A exposição disponibiliza 17 gravuras que evidenciam a riqueza e a importância da produção artística de mulheres gravadoras, tanto para a história da arte, como em especial para a história da gravura no Brasil.

104	2023	Pioneiras: Militares que Marcaram a História da Mulher na Marinha do Brasil	Museu Naval	O livro aborda a jornada das mulheres na Força Naval, destacando a carreira de militares pioneiras em atividades que, até então, eram realizadas somente por homens.
105	2023	Retrato Reencanto	Museu da Imagem e do Som de Alagoas	Para valorizar a cultura popular alagoana e proporcionar um reencontro com as tradições.
106	2023	Mulheres: histórias e conquistas	Centro Cultural Câmara dos Deputados	Destacar os avanços e conquistas das mulheres desde a luta por direitos no final do século XX.
107	2023	Fora das Sombras: Novas Gerações do Feminino na Arte Contemporânea	Museu Oscar Niemeyer	Questionam a situação da mulher numa história da arte dominada pelos homens.
108	2023	Meninas e Mulheres na Ciência	Museu Ciência e Vida	Sobre sua carreira como mulher, mãe e pesquisadoras e tantas outras camadas que a compõe.
109	2023	Semana da Mulher Indígena	Museu Índia Vanuïre	Contar a histórias de mulheres indígenas do Oeste de São Paulo, destacando iniciativas e desafios enfrentados por elas ao longo dos anos.
110	2023	A representatividade da mulher indígena	Museu Índia Vanuïre	Trazer ao público os objetos que fazem parte do acervo da instituição e que foram confeccionados ou utilizados por mulheres indígenas de diversos povos.
111	2023	Contra-ataque: As mulheres do futebol	Museu de esportes	Exposição apresenta a história de resistência das mulheres brasileiras que foram proibidas por Lei de jogar bola, entre 1941 e 1979, e driblaram as dificuldades para manter o esporte vivo como sonho de mulheres e meninas das gerações atuais.
112	2023	As escriturências que nos aproximam	Fundação Casa de Rui Barbosa	Trazer através de autoras negras uma outras perspectivas de Brasil.
113	2023	Exposição Cidade Mulher	Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica	busca visibilizar suas ações e intervenções urbanas, que apontam caminhos para cidades melhores para todas as pessoas.
114	2023	Pergunte à cientista	Biblioteca Pública Érico Veríssimo – São paulo	apresentar mulheres que trabalham em diversas áreas da ciência e que respondem perguntas, feitas por crianças, sobre sua área de trabalho.
115	2023	FRONT - Mulheres em Luta	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Traz elementos visuais que direcionam os holofotes para lideranças femininas atuantes em diversas áreas no território de Perus.
116	2023	Margarida: para você lembrar de mim	Biblioteca Brito Broca	Para conhecer mais da jornada dessa heroína
117	2023	Sarau Cultural Dia Internacional das Mulheres	Biblioteca Municipal “Prof. Fausto Ribeiro de Barros”	objetivo de provocar a reflexão sobre a importância do Dia Internacional das Mulheres, destacando a história de lutas sociais, políticas e econômicas das mulheres.
118	2023	As mulheres e suas conquistas em diversas áreas do conhecimento	Casa de Cultura Josué Montello - MA	Através de obras literárias e científicas são discutidas e mostradas as transformações ocorridas no papel das mulheres diante de diversos cenários: nas artes, na história, nas questões de gênero, nas letras, na ciência, na política e na religião.
119	2023	Mulheres negras apagadas: As sete rainhas e a cidade	Biblioteca Municipal de Bauru - SP	Heroínas negras apagadas da história, expondo pinturas feitas em materiais reciclados, lonas de marquises de lojas e prédios públicos.
120	2023	Mulheres do Além-Mar	Biblioteca Pública de Santa Catarina	A exposição tem o intuito de resgatar e valorizar o papel feminino exercido pelas mulheres de origem açoriana que participaram ativamente da história da colonização do litoral catarinense e marcaram sua presença, e depois por suas descendentes guardiãs da cultura.
121	2023	Vivência sobre as mulheres indígenas	Biblioteca Sinhá Junqueira	Exibição do Doc Mãri Hi - A árvore do sonho e debate sobre Expressividades Indígenas.

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados da pesquisa

Vale mencionar que, essa categoria reúne grande parte das ações promovidas por museus, isso porque essa instituição tem tido papel relevante no que concerne à visibilidade de mulheres, pelas suas distintas contribuições na sociedade. Além disso, movimentos como do Guerrilla Girls³⁸ têm desenvolvido intervenções artísticas,

³⁸ “As Guerrilla Girls são ativistas artísticas anônimos que usam manchetes disruptivas, visuais ultrajantes e estatísticas matadoras para expor o preconceito de gênero e etnia e a corrupção na arte,

instalações e projetos gráficos com objetivo de questionar a ausência de pintoras mulheres e feministas nos espaços museais.

Ainda, sobre a visibilidade das mulheres, principalmente negras, Joana Flores (2015) problematiza o lugar das memórias femininas e suas relações com raça, classe e região nesses espaços. Para a autora as mulheres negras são frequentemente representadas nos museus de Salvador de forma estereotipada e marginalizada. Flores (2015) reflete que as mulheres negras são muitas vezes retratadas como personagens secundárias, associadas a papéis de cuidadoras, mães pretas ou amas de leite, reforçando estereótipos e limitando sua representação a funções específicas. A presença dessas mulheres nas exposições museológicas é restrita a seus corpos, que são utilizados como suportes artísticos, sem explorar sua diversidade e individualidade. A partir disso, é possível entender que essa forma de representação contribui para a perpetuação de estereótipos e para a invisibilização da diversidade e da riqueza cultural das mulheres negras na sociedade e na história. A reflexão crítica sobre essas representações é essencial para promover uma abordagem mais inclusiva e respeitosa nos espaços museológicos.

Apesar da relevância sobre a visibilidade nesse contexto, Aida Rechená (2011) indica que a maioria dos museus perpetua uma narrativa sobre as mulheres que reflete a categorização social dominante, utilizando os bens patrimoniais existentes em seus acervos. Ao simplesmente expor os objetos sem questioná-los ou problematizá-los, os museus permitem que as obras transmitam as categorias predefinidas de mulher nelas contidas, ao mesmo tempo em que permitem que o espectador decodifique as obras com base nas representações sociais dominantes, que tendem a desvalorizar o papel da mulher e a manter as hierarquias de gênero. Além disso, os discursos expositivos são geralmente afirmativos e dogmáticos, o que dificulta a possibilidade de interpretações alternativas. Para a autora, não

[...] se verifica nas exposições estudadas o aproveitamento das imagens de mulheres existentes nos acervos e nas exposições para refletir sobre a situação atual das categorias de mulheres ali presentes: mães, donas de casa, operárias, trabalhadoras do meio rural, fadistas, atrizes. Este facto merece-nos uma observação: se os museus estivessem previamente a trabalhar com a categoria gênero, teriam representado estas mesmas categorias de mulher, mas teriam incluído uma análise da sua relação com os homens, do seu papel na

no cinema, na política e na cultura pop. Acreditamos em um feminismo interseccional que luta pelos direitos humanos para todas as pessoas. Nós minamos a ideia de uma narrativa dominante, revelando o sub-bosque, o subtexto, o negligenciado e o francamente injusto.”

sociedade, teriam personalizado determinadas mulheres em vez de abordar a categoria de maneira uniforme, universal e definitiva. (Rechena, 2011, p. 353).

A partir da fala das autoras, entendemos que a visibilidade de mulheres nos espaços museais, e em arquivos e bibliotecas, pode ser compreendida de uma dupla maneira. A primeira é que esses espaços de destaque e reconstrução das narrativas hegemônicas são essenciais para lançarmos novos olhares sobre o papel das mulheres na sociedade. A segunda, é que para que de fato isso ocorra é necessário um esforço no sentido de desenvolver ações que ultrapassem o mero “gabinete de curiosidades” ou exibição de uma realidade fragmentada, mas que essas ações se movam no sentido de dar condições aos sujeitos de a partir do proposto desenvolver análises sobre distintos aspectos que permeiam a vida das mulheres na sociedade.

Entendemos que a promoção de obras e produções de mulheres, assim como a visibilidade de sua trajetória, história e trabalho agem na desconstrução dos estereótipos de gênero. Isto porque de acordo com Doyle (2021) os estereótipos de gênero são um conjunto de ideias que uma pessoa ou grupo social possui sobre as características associadas a homens e mulheres. Guacira Louro (1997 *apud* Doyle, 2021) acrescenta que, mais do que as próprias características, é o valor atribuído a elas que desempenha um papel crucial na perpetuação das desigualdades. Em sua pesquisa de doutorado, Doyle enfoca a discussão no impacto dos estereótipos da mulher como frágil, ligada ao lar, passiva, emotiva, carinhosa, e cuidadora, entre outros, em praticamente todos os aspectos da vida social. Essa imagem associada a mulher, acaba as distanciando de espaços públicos, políticos e de poder.

A autora ainda identificou quatro grandes categorias de produções sobre estereótipos de gênero: aqueles que estudam sua formação na primeira infância, os que apontam os mecanismos de reprodução social desses estereótipos (negação, invisibilização, objetificação), os que focalizam suas consequências (teto de vidro e violência simbólica e física) e os que apresentam ações de desconstrução. A autora reforça a prejudicialidade dos estereótipos de gênero na vida das mulheres, tendo em perspectiva que esses são passados culturalmente de geração em geração desde a infância e integrados às nossas próprias identidades e, portanto, tornam-se persistentes na vida social.

Para desconstrução desses estereótipos, Doyle propõe ações educacionais relacionadas à competência em informação e midiática baseadas na pedagogia crítica

de Paulo Freire (1987), que visam valorizar os conhecimentos prévios das pessoas, incentivá-las a serem sujeitos de sua própria aprendizagem e de bell hooks (2019) feminista que adota debates sobre misoginia, racismo e outras formas de violência em suas salas de aula, criando comunidades de aprendizado baseadas na escuta, empatia e afeto.

É importante reforçar que, nesta pesquisa, entendemos que o acesso à recursos informacionais se apresenta como aspecto essencial ao desenvolvimento da competência em informação. Dessa forma, a promoção de atividades em prol da divulgação e do acesso à informação sobre questões de gênero e debates feministas é parte dos esforços para a formação de habilidades, conhecimentos e atitudes para mulheres e meninas. Esse argumento se vincula a essa categoria cinco, que propôs aglutinar ações voltadas ao acesso à informação e formação de habilidades digitais.

Sobre o acesso à informação é possível mencionar um relatório da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) de 2017, que indica que as bibliotecas têm menores índices de desigualdade de gênero do que demais espaços de acesso à informação. Segundo esse relatório, em países menos desenvolvidos, as bibliotecas se mostram mais acessíveis às mulheres do que outros recursos, isso porque as bibliotecas são tidas como espaços seguros, confiáveis e acessíveis. Esses espaços têm um impacto positivo especialmente alto para mulheres e meninas que participam de programas elaborados para desenvolvimento e ampliação de habilidades voltadas para a competência em informação. O documento indica também que mulheres podem se beneficiar com a ampliação e democratização do acesso à informação, tanto para ocupar espaços na vida econômica e política, quanto para realizar atividades em suas famílias e comunidades. É possível refletir que em “[...] sociedades dominadas por homens, as bibliotecas podem de fato ser o único local onde [as mulheres] podem acessar a tecnologia e os treinamentos necessários [...]” para utilizar informação no sentido de agir sobre a sua realidade (IFLA, 2017, p. 8, tradução nossa).

Vale também destacar o estudo desenvolvido por Abilock (1997) que indica a relevância da pluralidade no desenvolvimento do acervo da biblioteca. A autora entende que a biblioteca deve prezar na disponibilização de diferentes gêneros textuais e incentivar a leitura dessa pluralidade de gênero por meninos e meninas, dispor de livros de ficção que retratam mulheres em papéis não estereotipados, assim como discussões com alunos, pais e professores podem abordar diretamente os estereótipos em obras

literárias. Ela também propõe como prática, promover contações de história e clubes do livro que tenham como protagonista mulheres, e oferecer treinamentos que considerem as necessidades informacionais de mulheres em sua especificidade.

Sobre os resultados identificados, podemos considerar que arquivos, bibliotecas e museus já têm desenvolvido ações no sentido de promover debates sobre questões relacionadas às mulheres. Cabe mencionar e reforçar a possibilidade de desenvolvimento de ações ligadas a criação de coleções e recursos com enfoque na igualdade de gênero, organização de eventos, palestras e oficinas relacionadas aos debates do feminismo, implementação de programas de formação e capacitação para mulheres, promovendo habilidades tecnológicas, literárias e de pesquisa, disponibilização de informações e recursos sobre direitos das mulheres e questões de gênero, estabelecimento de parcerias com organizações feministas ou que promovam a igualdade de gênero, criação de espaços seguros e inclusivos para mulheres e demais minorias sociais, promoção de literatura feminista e escritoras mulheres, realização de campanhas de conscientização sobre questões de gênero relacionadas à violência doméstica, saúde da mulher, direitos sexuais e reprodutivos, treinamento e sensibilização da equipe bibliotecária visando garantir que o atendimento e os serviços sejam prestados de maneira respeitosa e empática e incentivo à participação feminina em atividades de pesquisa, leitura e liderança na comunidade em que a unidade de informação está inserida.

Tendo sido apresentado e debatido dados teóricos e práticos desta pesquisa, visamos agora sintetizar como esses dados, para além de um panorama da relação entre feminismo e competência em informação, pode contribuir para responder nossos objetivos, conforme a seção a seguir.

8 A IDEAÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES ENTRE O FEMINISMO E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

“Não é, portanto, a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” – Karl Marx e Friedrich Engels

A partir dos dados teóricos e práticos levantados neste trabalho, tínhamos como intuito analisar quais as relações da competência em informação com teorias feministas. Com esses dados pudemos mapear a presença de debates relevantes relacionados ao feminismo interseccional e pós-estruturalista, assim como compreender outras teorias basilares para a competência em informação neste debate, como a teoria construtivista, a teoria crítica e social. Esses dados oferecem um panorama do que se realizou até o período de coleta quando se trata de estudos de competência em informação relacionado ao feminismo. No entanto, dois aspectos são basilares para esta tese, olhar a competência em informação a partir da Epistemologia Social proposta por Egan e Shera, e compreender quais relações esses olhares permitem com uma teoria feminista marxista. Além disso, tendo esses pontos como base, cabe-nos compreender o papel das unidades de informação no que concerne a democratização do acesso à informação para mulheres e meninas.

Cabe lembrar que neste trabalho partimos de três premissas teóricas, sendo a primeira delas o feminismo marxista, e a centralidade da categoria trabalho nessa teoria, assim como o entendimento de que a estrutura do capitalismo, racismo e patriarcado, permeiam a opressão e exploração das mulheres em uma relação entre os aspectos materiais e imateriais. A segunda premissa, é o arcabouço teórico da Ciência da Informação, que se sustenta a partir das compreensões da Epistemologia Social que focam em uma proposta de conhecimento social e coletivo, e fornecem a base teórica para investigar as relações entre a informação com a sociedade, bem como compreender a influência da informação no âmbito das interações sociais.

A terceira premissa é aquela vinculada ao nosso objeto, que é a competência da informação. Entendemos que durante todo o desenvolvimento dos estudos da competência em informação no Brasil e no exterior, algumas teorias têm se proposto a questionar as bases hegemônicas sobre as quais a teoria da competência em informação se sustenta. É a partir destas abordagens, e sobretudo, suas reflexões em pesquisas brasileiras é que situamos nossa proposta de competência em informação. Nesse sentido, propomos uma competência que extrapola a aplicação de habilidades,

e se volta para o acesso aos conhecimentos coletivamente acumulados pela sociedade, entendendo sua relevância para aprendizagem informacional.

8.1 UMA COMPREENSÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO À PARTIR DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL

Em um contexto de crise econômica do sistema capitalista e reorganização na esfera da produção, despontaram em âmbito acadêmico uma série de debates trazendo um potencial para a perspectiva marxista ao repertório teórico como lente de análise das condições econômicas, sociais e produtiva do nosso tempo (Enright, 2013). Cabe mencionar que Eric Hobsbawm (2011) evidencia que, para compreendermos de maneira adequada a natureza do sistema capitalista na contemporaneidade, é essencial fazermos as mesmas perguntas que Marx fez.

Sob essas lentes, podemos evidenciar que perspectivas tradicionais de competência em informação têm sido moldadas para atender as demandas do mercado de trabalho e desenhadas para produzir respostas para demandas específicas do setor produtivo, de maneira que competências e habilidades se tornaram uma expressão de valor no mercado. Para Enright (2013, p. 30) as práticas de competência em informação, muitas vezes promovidas, se manifestam não como trabalho voltado à subsistência humana, mas como “[...] estratégias de investimento consciente destinadas a maximizar o capital humano no mercado.” Essas práticas materiais e cotidianas de competência em informação, desenvolvidas por unidades de informação, têm contribuído para construir o sujeito neoliberal.

Para Doyle e Brisola (2022) enquanto a competência em informação busca promover interações que enfatizam a aprendizagem contínua ao longo da vida, é possível questionar a maneira como o capital cooptou esses termos, utilizando-os para impulsionar ideologias centrais no atual neoliberalismo, como a prosperidade, competitividade, empreendedorismo, inovação e sucesso na economia global, sem questionar as desigualdades que essas práticas perpetuam. Nesse interim, o neoliberalismo pode ser encarado como mais que uma doutrina econômica, mas podemos considerar também seu poderoso papel em todos os aspectos da vida social.

Entendemos, com base em Enright (2013) que o neoliberalismo se utiliza dos discursos de liberdade, empoderamento e autonomia para mobilizar novas formas de

identidade e subjetividade, tendo mobilizado o mercado na tentativa de destruir formas coletivas de identidade. Nesse cenário, o sujeito neoliberal individualizado por meio de suas escolhas, é responsável por suas vitórias e fracassos, apartando-o do contexto das contradições enraizadas na estrutura do capital.

Para a construção desses modelos de pensamento, o capital tem cooptado com frequência teorias educacionais e sociais, construindo sobre elas camadas de um ideário alienante, com objetivo de tornar cada vez mais distante a compreensão da realidade. Entre essas tentativas, destacamos a estreita relação entre a competência em informação e os enfoques construtivistas e pensamentos pedagógicos que explicam através da experiência a forma de aprendizagem humana (Lau, 2007). Para Lloyd (2006) citada por Anwar *et al.* (2022), essas práticas de competência em informação tradicionais têm reforçado compreensões cartesianas do processo de aprendizagem, que tem prevalecido na prática educacional ocidental, na qual a educação só é bem-sucedida se houver uma mudança na estrutura cognitiva, que tiraria os sujeitos de um estado de ignorância – ou em paralelo com Dervin, um estado anômalo do conhecimento. Para Lloyd (2006) padrões como da ALA, ACRL e ANZIL, em muitas medidas reforçam essa centralidade dos processos cognitivos na aprendizagem. Sobre isso, Solano (2015, p. 44) argumenta que o desenvolvimento da competência em informação apoia-se em uma sequência lógica e natural dos processos de aprendizagem, sendo ela então parte das teorias construtivistas.

Vale mencionar nesse contexto a crítica de Ramos (2003, 2006), que delineia três tendências analíticas para a origem teórica da noção de competência: a primeira relacionada ao condutivismo; a segunda que supera o condutivismo com a incorporação da Psicologia Cognitiva e as mudanças no mundo do trabalho; e uma terceira que entende a competência como algo novo e alinhado às transformações socioeconômicas da era contemporânea. Apesar dessas perspectivas, a autora defende que a competência tem sua origem na psicologia do desenvolvimento, seja na vertente condutivista/ construtivista.

Como já destacamos, a competência em informação não se confunde com a Teoria das Competências em si. Já que na área da informação, Belluzzo (2013, p. 68) argumenta que a competência tem suas raízes em teorias da ciência da informação, educação, estudos de comunicação e sociologia. Contudo, precisamos reconhecer que o surgimento e a evolução da competência em informação não ocorreram independentemente das noções de competência desenvolvidas em outras disciplinas.

Dessa forma, ponderamos que apesar das diferenças, existe uma estreita relação da competência em informação com teorias construtivistas de aprendizagem.

Mas especificamente acerca do construtivismo, Duarte (2010) reflete que esta é, em síntese, uma abordagem pedagógica que tem como referência central a epistemologia genética de Jean Piaget. Nessa perspectiva, a gênese e o desenvolvimento do conhecimento humano são promovidos pelo esforço de adaptação do organismo ao meio ambiente. Os esquemas de ação e de pensamento, bem como as estruturas da inteligência, desenvolvem-se pela interação entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento, através da assimilação e acomodação.

Entendemos nesta medida, que a compreensão desses processos individuais pode promover *insights* para entender aspectos relevantes da aprendizagem dos sujeitos. No entanto, evidenciamos que alguns aspectos complexos sobre a realidade e a própria relação da informação com a sociedade requerem estudos que enfoquem em sistemas sociais, e considerem as disputas de poder imbuídas as questões informacionais e à própria aprendizagem.

Somado a isso, Anwar *et al.* (2022) consideram que a abordagem construtivista pode não ser inteiramente adequada para o desenvolvimento da competência em informação em países em desenvolvimento. Argumentam que muitos dos modelos existentes estão baseados contextualmente nas estruturas sociais e intelectuais ocidentais e que existem diferenças entre os contextos dos quais estes modelos derivam e os contextos em que estão sendo aplicados. Os autores sugerem que as variáveis contextuais que afetam como e por que os indivíduos aprendem são importantes na exploração da competência em países do sul global. Eles também defendem a consideração da gama de variáveis contextuais, como a construção social e a autoridade cultural do conhecimento, que afetam como e por que os indivíduos aprendem. Portanto, sugerem que é necessária uma abordagem mais sensível ao contexto nos países do sul global.

Dadzie (2007) também levanta que

Muitos pesquisadores questionam a adequação de derivar a competência em informação apenas a partir da abordagem do 'conjunto de habilidades', enquanto outros questionam a tendência de aceitar os pressupostos básicos sobre informação e como ela se torna conhecimento (Dadzie, 2007 *apud* Anwar *et al.*, 2022, p. 1307)

Aqui vale mencionar que, enquanto as concepções educacionais da competência em informação postulam em suas definições que a informação e o

conhecimento são acessíveis através da obtenção de um conjunto sistemático de habilidades ou competências, esse modelo de pensamento acaba silenciando outros pontos de acesso à informação e compreensões de conhecimento, além de reforçar um pensamento dominante do que é a competência em informação (Lloyd, 2005). Para Ramos (2002), essas mudanças são fundamentadas na necessidade de alinhar a formação dos indivíduos às demandas das racionalidades técnico-científicas. Isso resultou em uma constante síntese, na forma de competências, das categorias relacionadas ao trabalho e à educação.

A autora destaca a adesão marcante ao construtivismo piagetiano e à Teoria da Equilibração, que enfoca a reorganização do pensamento diante de situações desconhecidas, levando a um nível mais elevado de aprendizado. Nesse contexto, as competências seriam estruturas ou conjuntos de esquemas mentais que permitem a interação dinâmica entre os conhecimentos prévios do indivíduo, formados através de experiências, e o conhecimento formalizado (Ramos, 2003). É relevante observar que a perspectiva piagetiana considera a aprendizagem como uma adaptação à realidade, impulsionada pela coordenação de ações e objetos, bem como pela construção de estruturas mentais. Esse modelo de pensamento estabelece uma relação entre conceitos biológicos com processos sociais (Klein, 2005).

Sob essa lente, o conhecimento resulta das atividades e experiências individuais, restringindo-se ao âmbito mental. No entanto, tal abordagem desconsidera muitas vezes as condições reais às quais os indivíduos estão submetidos, independentemente de suas capacidades cognitivas, uma vez que são influenciados por estruturas socioeconômicas externas (Carvalho, 2001).

Nesse contexto, podemos evidenciar a fusão de categorias subjetivas e objetivas, bem como a interação entre o caráter ontológico e histórico do conhecimento. A perspectiva centrada na experiência individual do sujeito tende a substituir noções de totalidade e universalidade por particularidades individuais. Essa abordagem levanta a questão da aprendizagem, que, ao não partir da realidade, mas sim das condições cognitivas individuais para a adaptação, muitas vezes desconsidera as condições sociais e econômicas reais que afetam os indivíduos.

Entendemos que as estruturas conceituais da pedagogia das competências têm relações com o desenvolvimento da competência em informação no Brasil. Ambas compartilham pontos teórico-práticos que se assemelham, incluindo o contexto de surgimento, as abordagens teóricas sobre aprendizagem, a relação com o mercado

de trabalho e a conexão com o neoliberalismo. Embora não tenham se desenvolvido da mesma forma, suas propostas possuem similitudes marcantes. Isso sugere que concepções limitadas de competência têm sido usadas para justificar políticas neoliberais que focam na formação utilitarista e enfatizam o papel do mercado na definição do que os indivíduos devem aprender.

Quando propomos aqui uma compreensão para a competência em informação a partir da Epistemologia Social, tiramos o foco das habilidades individuais dos sujeitos, e seguindo uma proposta social do próprio campo da Ciência da Informação, indicamos que a aprendizagem pela experiência não pode ser considerada a regra.

Sobre esse ponto, Smith (1973, p. 1 *apud* Gundu, 2006, p. 21) evidencia que uma grande parcela do nosso conhecimento sobre a sociedade contemporânea é intermediada por diversos tipos de documentos. Pouco do que sabemos acerca de indivíduos, eventos, dinâmicas sociais e poderes provém de experiências diretas. Declarações baseadas em fatos, seja na forma de notícias, dados, informações ou equivalentes, representam uma realidade que não está acessível de forma imediata, mas sobretudo de forma mediada. Práticas de documentação e registro, organizadas socialmente, trabalham para transformar eventos e acontecimentos reais em um formato documentado. A construção de fenômenos sociais, apresentados em formas reconhecíveis e familiares, é largamente influenciada pelos processos de relato e registro, que são conduzidos por organizações formais. Essas organizações, de diversas maneiras, desempenham um papel significativo na determinação de como a sociedade é administrada e percebida.

Consonante a isso, Barité (2001, p. 45) argumenta que a

[...] construção do conhecimento é um fenômeno individual, mas seu resultado, que também é chamado de “conhecimento” pode ser socializado. O conhecimento, portanto, também pode ser definido como ‘a acumulação social do saber humano em todas as suas expressões, isso é, o saber ou conhecimento efetivamente socializado’.

Essa compreensão impulsiona o entendimento acerca da relevância do conhecimento neste processo, isso relaciona-se com o argumento que ainda que habilidades sejam relevantes para buscar, localizar e selecionar informações, assim como as atitudes a mobilização do sujeito para utilizar de forma consciente a informação. É o acesso à produção social de conhecimento construído pela humanidade e disponibilizado de maneira desigual no sistema capitalista, que auxilia

no desenvolvimento de condições cognitivas e intelectuais. É desta forma, o acesso que vai possibilitar ao sujeito analisar e agir sobre aspectos mais complexos da sociedade, tais como questões políticas, éticas, sociais e econômicas.

Sobre essa questão, Oddone (2007), ao falar da Epistemologia Social na Ciência da Informação, argumenta que todo o aparato de aspectos organizativos já criados pela humanidade, como os parágrafos, enumeração e capítulos, a ordem alfabética, os gráficos, a classificação, as listas bibliográficas e todos esses ordenamentos que auxiliam na organização do conhecimento, permitiu que a leitura e a escrita fossem moldadas de forma a ampliar as chances da sua reprodução, reduzindo assim a dificuldade de aprendizado pelo ser humano. Para a autora “[...] todos esses artefatos, técnicas e procedimentos disciplinam nosso pensamento e reduzem o caleidoscópico universo de agentes virtualmente cognitivos que nos rodeia, conformando a maneira como desenvolvemos e aplicamos nossos raciocínios.” (Oddone, 2007, p. 109).

Dessa forma, quando o aprendiz busca aprender algo, esse conhecimento não está mais fragmentado, múltiplo e mutante, ele é filtrado, organizado, padronizado e formalizado em currículos, programas, planos, cartilhas, livros, bibliografias, etc. Todas essas tecnologias e artefatos intelectuais traduzem e limitam a amplitude do conhecimento para que a sociedade cada vez mais possa ter domínio sobre ele e, conseqüentemente, sobre a natureza e nossas formas organizativas (Oddone, 2007).

Oddone (2007, p. 109) finaliza o argumento ponderando que

[...] antes de acreditar que nossa maior ou menor capacidade de aprender e de criar se deve principalmente às habilidades cognitivas que nos são inatas, é preciso reconhecer que na verdade essa capacidade decorre primeiramente do trabalho daqueles que, antes de nós, em uma sequência gradual e crescente de complexidade, inventaram e disponibilizaram modos e técnicas eficazes de pensar, de estudar, de usar essas habilidades cognitivas para guardar – em nossa memória, em nossos hábitos ou em repositórios de recursos que trazemos sempre à mão – conhecimentos que nos ajudem a dominar nosso meio ambiente e a sobreviver com tranquilidade.

Desse modo, as atividades cognitivas são mediadas por ações históricas e socialmente construídas, tal qual por um conjunto de artefatos aperfeiçoados com o passar do tempo. A disponibilidade ou não desses artefatos ou dessas condições sociais afetam a quantidade e qualidade daquilo que o indivíduo pode apreender. Assim, mais do que aspectos individuais que dependem apenas do nosso intelecto, nossa intenção, vontade, atitude e deliberação, conhecer e aprender são ações

sociais, ou ainda, ações socialmente constituídas e determinadas (González de Gómez, 1999, 2004; Oddone, 2007).

Indicamos também que os processos de aprendizagem formal, ou seja, o acesso ao conhecimento e a formação de habilidades são majoritariamente desenvolvidos em instituições como escolas e bibliotecas, instituições essas que têm condições desiguais – a depender de sua localização, país, público alvo, repasses estatais — de ofertar acesso aos recursos educacionais, culturais e tecnológicos, condicionando o processo de aprendizagem a fatores sociais, políticos e econômicos que permitem ou não acesso a esses recursos.

Entendemos que o conhecimento se solidifica através dos processos sociais e coletivos daqueles que vieram antes de nós. Sobre isso, Marx (2011) reflete que com o modo de produção especificamente capitalista e a subsunção do real, há uma aplicação do conhecimento, como resultado da ciência – esse produto geral do desenvolvimento social – à produção, apresentando esse também como uma força produtiva do capital. Para Marx nas sociedades capitalistas, a classe dominante controla os meios de produção e, como resultado, tem o poder de influenciar e moldar a ideologia que prevalece na sociedade. Isso ocorre porque a classe dominante tem interesse em manter o *status quo* e preservar seu poder econômico e social. Portanto, a ideologia dominante em uma sociedade capitalista quase sempre serve para legitimar a exploração e a desigualdade, fazendo com que as pessoas aceitem e internalizem as normas e valores que sustentam esse sistema.

Sobre isso, a teoria Marxista compreende que os aspectos ideológicos da sociedade moldam uma concepção de mundo, um conjunto de ideias, crenças, valores e concepções que uma sociedade tem sobre si mesma e sobre sua estrutura social. É um fenômeno que se origina das relações sociais de produção e reprodução da vida, e nas estruturas econômicas de uma sociedade.

Considerando esse contexto, não podemos propor uma competência em informação que não considere o sistema capitalista, racista e patriarcal a que estamos submetidos, assim como as desigualdades no acesso à informação, cultura e conhecimentos em países subdesenvolvidos e como essas condições, eminentemente relacionadas a acumulação de capital, interferem na formação e aprendizagem de sujeitos nos mais diversos aspectos. Precisamos ter como base uma compreensão de competência em informação cujo questionamento aos modelos sociais, econômicos e políticos hegemônicos estejam presentes, visto que tais

modelos têm influência direta no processo de produção e compartilhamento da informação. O universo informacional não se aparta do mundo real, sendo que age e sofre ação do outro. A interferência de desinformação em processos eleitorais no mundo³⁹, na contenção à pandemia do SARS-CoV-2⁴⁰, na recusa por parte da população à vacinação⁴¹ e na xenofobia resultante desse cenário⁴², são exemplos recentes do impacto que a informação pode ter nos cenários políticos, econômicos e sociais.

Então, uma competência em informação que se proponha a compreender esses aspectos, deve desafiar, confrontar e romper concepções errôneas, inverdades e estereótipos que levam à desigualdade estrutural e à discriminação com base em raça, classe social, gênero, etnia, sexualidade e outras diferenças sociais e humanas. Para isso, é preciso fornecer aos aprendizes recursos necessários para aprender com todo o seu potencial, considerando bases críticas e reflexivas de avaliação e questionamento; aproveitar os talentos e pontos fortes que os aprendizes trazem para a sua formação, e criar um ambiente de aprendizagem que promova o pensamento crítico e apoie a ação para a mudança social (Gregory; Higgins, 2013).

Reforçamos, que nosso olhar para a competência em informação entende inicialmente que, independentemente de suas habilidades individuais, o acesso aos conhecimentos socialmente construídos e organizados, tal como acesso amplo, irrestrito e democrático à informação, são aspectos essenciais para que de fato os sujeitos possam buscar e se apropriar da informação. Nesse sentido, nos utilizamos do argumento de Saviani (2019) de que o conjunto dos conhecimentos de base científica e filosófica, mais do que apenas as competências e habilidades, assumem papel essencial na formação dos sujeitos.

Brisola e Romeiro (2018, p. 77) ponderam sobre a competência em informação,

³⁹ “Desinformação em processos eleitorais um estudo de caso da eleição brasileira de 2018” (FERREIRA, 2019).

⁴⁰ “O excesso de informações imprecisas gera pânico, negacionismo e afrouxamento das medidas de prevenção, o que prejudica diretamente o combate à pandemia.” (Falcão; Souza, 2021. p. 68).

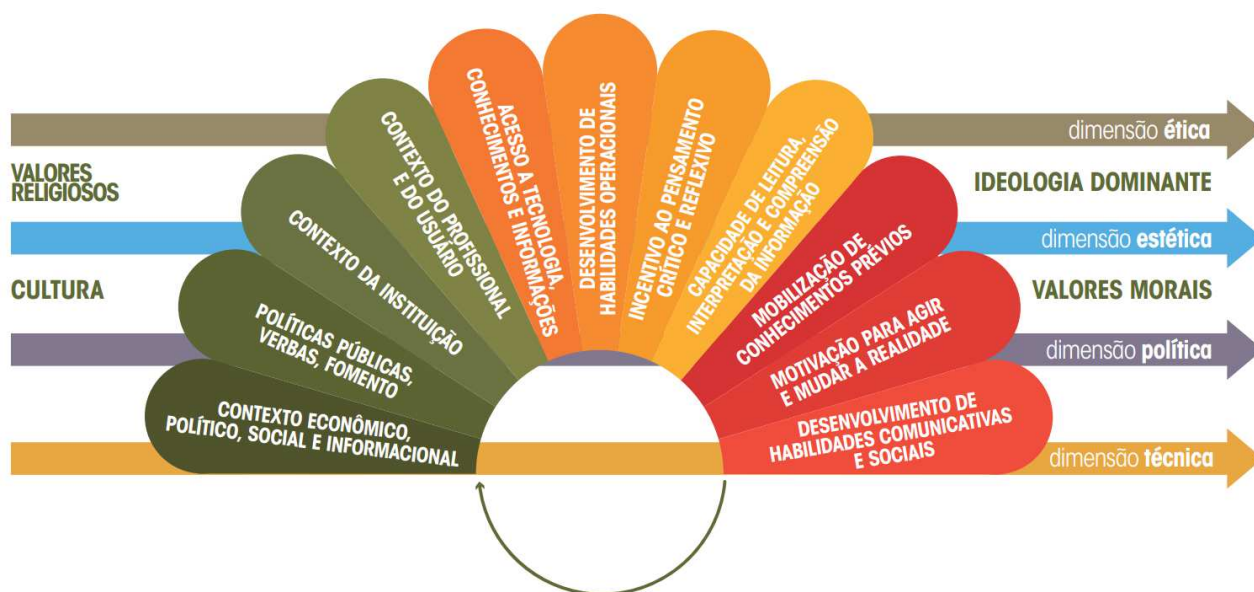
⁴¹ “Desinformação alimenta dúvidas sobre vacinas contra a COVID-19, afirma diretora da OPAS” (OPAS, 2021).

⁴² “A pandemia da COVID-19, doença grave causada pelo SARS-CoV-2, afeta as pessoas de forma indistinta, porém, devido a sua origem (China) [...] há uma série de incidentes racistas contra povos da Ásia Oriental na Anglosfera, onde existem grandes grupos minoritários asiáticos, que afetaram indivíduos como estudantes e profissionais, mesmo os da área de saúde, que têm atuado no combate ao SARS-CoV-2. Outros relatos de xenofobia foram reportados na Colômbia, em Bangladesh e na Índia.” (Khalil; Caetano Junior, 2021, p. 132).

que a “[...] inserção da crítica só existe na relação dialética entre objetividade e subjetividade.” Podemos relacionar a fala das autoras a uma menção de Ramos (2003), que considera que o processo de aprendizagem totalizante possui duas dimensões: uma subjetiva, relacionada aos próprios processos de mobilização e articulação de conhecimentos, habilidades e valores para a ação sobre situações concretas; e uma objetiva, voltada ao acesso e apreensão do conjunto de conhecimento e relações que estruturam e explicam a realidade. Sobre essas dimensões, reforçamos que a primeira se associa às características intervenientes aos sujeitos e, incentivadas pelo meio, podem ser direcionadas a ação, e a segunda diz respeito aos conhecimentos necessários para compreensão do real.

Tendo essas questões em mente, apresentamos a figura 19, cuja tentativa é apresentar uma concepção de competência em informação que dê conta desse aparato mais amplo.

Figura 19 – Concepções teórico-práticas de competência em informação na pesquisa



Fonte: elaborado pela autora

Primeiramente é importante especificar que a figura 19, não tem como pretensão ser um modelo da competência em informação, nem delimitar as possibilidades de compreensões dessa temática. Esse esquema, tem como finalidade sintetizar as ideias debatidas até o momento nesta pesquisa. Dessa forma, visa apresentar de maneira visual os aspectos teóricos e conceituais da nossa compreensão de competência em informação. Ao mesmo tempo, esse esquema de compreensão, visa mostrar fatores intervenientes do processo de desenvolvimento da

competência em informação, considerando que um dos objetivos específicos aqui elencados se relaciona com a atuação de profissionais da informação para o desenvolvimento de habilidades informacionais sensíveis às desigualdades de gênero.

Nesse ponto, elucidamos então que nossa perspectiva de competência em informação não compreende que essa se limita à construção de habilidades técnicas, informacionais e comunicativas, ainda que esse seja o cerne das ações e programas de formação, visto sua possibilidade de aplicação, essas ações pressupõem aspectos ainda mais amplos, que vão desencadear em como entendemos a informação. Na imagem, as pétalas apresentadas em verde permitem compreender que existem aspectos contextuais que devem ser levados em conta quando falamos de formação humana, seja as políticas governamentais atuais, os regimes de informação, os contextos do profissional e do usuário da informação. Esses são aspectos que já foram evidenciados em outros momentos deste escrito como relevantes para se pensar a informação e as habilidades relacionadas a ela.

As pétalas laranjas apresentam fatores que podem ser efetivamente promovidos pelas instituições educacionais e informacionais, visto que o acesso à informação, conhecimento e tecnologia são fatores centrais para que os sujeitos possam formar suas habilidades e ter uma compreensão da realidade. Disponibilizar esses recursos, ou seja, socializar tecnologias, conhecimentos e informações é o primeiro passo para garantir que as habilidades informacionais sejam desenvolvidas, visto que grande parte das populações marginalizadas do sistema capitalista não tem acesso constante a esses recursos.

Quanto ao último conjunto de pétalas, em cores vermelhas, representa aqueles aspectos mais subjetivos, éticos, críticos e motivacionais, que serão desenvolvidos pelos sujeitos durante o processo de acessar e se apropriar da informação, compreendendo-a como ferramenta para a mudança da realidade, para atuação na sociedade, para compreensão do mundo para além do universo informacional. É a partir dessas questões que o sujeito vai produzir novos conhecimentos, questionar crenças e dogmas antigos, rever correntes de pensamento e analisar com novos olhos a realidade, e a partir daí construir novas possibilidades de compreensão e ação sobre o meio.

Todos esses aspectos são perpassados por dimensões éticas, técnicas, políticas e estéticas que permeiam todo o processo da competência em informação,

desde a compreensão do contexto até a revisão de concepções preconceituosas, por exemplo. Além dessas dimensões, cada um desses processos interage com aspectos que são pano de fundo da nossa sociedade, como os valores morais e religiosos com os quais fomos criados, a ideologia dominante do nosso tempo histórico, aspectos culturais e étnicos que permearam nossa formação.

Guimarães (2023, p. 193) se baseia em Gramsci para entender esse pano de fundo como senso comum. Para a autora, os “[...] ‘insumos’ que compõem o senso comum não são fruto de uma escolha individual e sim de todo um ambiente social que formata e limita o universo de conhecimentos, opiniões e concepções de mundo que se pode ter.” Dessa forma, os valores, a ideologia, a religião e a cultura resultam em uma teia plural de insumos que consolidam uma leitura de mundo para os sujeitos, e do qual parte sua compreensão das demais informações com as quais esse sujeito terá contato.

Além disso a autora reforça que

[...] é preciso não ignorar que a construção do conhecimento, visões e concepções de mundo é um processo necessariamente coletivo, que, portanto, se traduz a partir de categorias socialmente construídas e compartilhadas (como moralidade e imoralidade, tradição e mudança, esquerda e direita, Estado e mercado, direito e meritocracia, entre várias outras). (Guimarães, 2023, p. 193-194).

Entendemos então a partir de Guimarães (2023, p. 195) que os equipamentos informacionais, enquanto aparelhos de hegemonia, conforme entendido por Gramsci, se por um lado podem contribuir para a produção desses insumos ora mencionados, de outras formas pode também reunir esforços para a “superação dialética do senso comum na sua forma fragmentária e desagregada, como parte da disputa de hegemonia.”

Isso significa que a competência em informação não se desenvolve apartada de questões como a ideologia, a religião, a cultura, muito pelo contrário, todo o processo de interagir com a informação é permeado por esses aspectos, cuja interação pode refutar conceitos já presentes no sujeito e na sociedade, ou reforçar esses conceitos, de maneira que a informação tanto influencia quanto é influenciada por eles. Realizamos o esforço de sintetizar aqui os aspectos que podem ser considerados por pesquisadores e profissionais quando falamos da competência em informação e seu desenvolvimento, sem, no entanto, delimitar quais os alcances dessa temática.

Ponderamos que a competência em informação, no seu sentido teórico e prático, é um movimento para promoção de recursos, habilidades e conhecimentos voltados ao acesso e avaliação de informações, cuja finalidade é a consciência de fatores contextuais intervenientes ao processo informacional, como o valor da informação, da sua produção, disseminação e os interesses implícitos a esses fenômenos. Esse desenvolvimento é subsídio para que os sujeitos compreendam a realidade e desempenhem uma atuação ética e política em suas comunidades.

Por fim, evidenciamos uma competência em informação mais holística, capaz de abarcar diversos aspectos da vida humana, ou seja, mais histórica e social, pautada nas diferentes realidades e que possibilite aos sujeitos não apenas utilizar informações para compreender a realidade, mas que possam se conscientizar de seu papel enquanto atores principais do processo de transformação da sociedade. Pensando nessa competência em informação proposta, abrimos a seção seguir nos questionando.

8.2 CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO SOB A LENTE DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL, QUE PAPEL CUMPREM EM UMA TEORIA FEMINISTA MARXISTA?

O ponto de destaque nesta pesquisa é que o trabalho figura como central quando estamos refletindo acerca da opressão das mulheres, entendemos que essa é a categoria fundante que interpela uma compreensão marxista da sociedade. Como esse escrito parte de uma posição assumidamente feminista marxista, ponderamos que, para além dos conceitos levantados pelas autoras dos textos que analisamos, consideramos também as raízes patriarcais profundas apontadas na seção 2, e, portanto, importante indicar que esta estrutura social, cujas relações dialéticas são mantidas com o modo de produção vigente, dão à informação e ao conhecimento características específicas.

Tendo isso posto, podemos partir de dois aspectos já estabelecidos nesta pesquisa, o primeiro deles é que a informação é um recurso simbólico em disputa constante, visto sua capacidade de nomear e descrever a realidade, assim como de mediar o concreto através do conceitual. E o segundo, é que o conhecimento pode ser entendido como o acúmulo social e coletivo daquilo que a sociedade aprendeu durante o desenvolvimento de sua história, e que são sistematizados e ordenados para dar condições de acesso aos novos indivíduos.

Assim refletimos, com base em Shera (1972), que individualmente o processo de conhecer faz parte do desenvolvimento humano, e permite aos sujeitos lembrar e ordenar sua experiência, e a partir disso projetar inferências do futuro. Em um nível coletivo o conhecimento é usado por cada grupo humano para abstrair dados dessas experiências e usá-los para orientar aspectos sociais e coletivos. Desta forma, o conhecimento como proposto pela Epistemologia Social ultrapassa apenas o acesso aos recursos, mas também não se limita às condições individuais de apreensão das informações. O conhecimento se apresenta como um movimento da sociedade de construir em cada sujeito a compreensão daquilo que entendemos como sociedade.

Dito isso, a Epistemologia Social parte da ideia de que o acúmulo conceitual desenvolvido pela sociedade, é a forma mais avançada de conhecimento e entendimento da realidade. Dando destaque, nesse sentido, ao papel do conhecimento socialmente construído no contexto da aprendizagem informacional. É nesse cenário que a competência em informação se encontra, sendo apresentada aqui como um movimento prático e científico no sentido de dar as pessoas condições para apreender o universo informacional.

O segundo princípio já indicado nesse texto, é sobre a opressão das mulheres, que conforme indicado na seção 2, apresenta dois aspectos centrais: I) existem questões estruturais diretamente ligadas ao processo de exploração e expropriação, uma vez que as mulheres desempenham funções específicas na sociedade capitalista, moldando assim sua condição sociocultural; e, II) existem também aspectos ideológicos, culturais, simbólicos e psicossociais que permeiam a formação do imaginário social, estabelecendo papéis predefinidos para as diferentes categorias de sexo e atuando na manutenção das estruturas materiais.

Ao compreendermos que é no segundo ponto que agem os aparatos informacionais, entendemos também que é nesse segundo ponto que conformam as relações dos estudos informacionais com as teorias feministas. Vale, no entanto, esclarecer que não há uma separação entre os pontos I e II, essa separação é didaticamente estabelecida a fim de dar condições de nos deter aos aspectos informacionais que são o ponto de interesse central deste trabalho. Assim, é essencial considerar que

[...] as ideias não flutuam no vazio, logo, são as relações sociais, concretas e historicamente determinadas, que condicionam a consciência dos seres humanos (seu conhecimento, suas concepções de mundo etc) e não o contrário. Na elaboração clássica da 'Ideologia

Alemã' [...] é possível perceber ainda um desdobramento dessa constatação materialista: se as ideias de cada tempo são expressões das relações sociais em vigor, e se a sociedade capitalista se caracteriza por uma divisão em classes, prevalecem os valores e concepções dominantes que são vivenciados na vida social (Guimarães, 2023, p. 200).

Se como identificamos anteriormente, diante do modo de produção capitalista a informação e conhecimento alcançam *status* de recurso, e são negados a parcelas específicas da população, essa realidade não se exprime de forma diferente quando falamos das mulheres. Seu papel subjugado no processo produtivo, a relegação de inferior do trabalho reprodutivo e do cuidado, e a hegemonia das formas patriarcais, tornam as condições de acesso aos acúmulos culturais, filosóficos e científicos da humanidade ainda mais difícil para essa categoria.

Interpretamos que justamente pela organização de um modelo capitalista racista e patriarcal que temos esse desnivelamento, partindo da compreensão que a manutenção das mulheres em posição de desigualdade informacional, cultural e econômica garante o sucesso dos processos de acúmulo de capital através da expropriação do trabalho, como explicado a partir da Teoria da Reprodução Social. Mas, como nossa compreensão aqui não é unilateral, e ao contrário do que advogam os críticos do materialismo histórico dialético não temos uma compreensão economicista de história e das relações sociais, indicamos que a informação e conhecimento surgem com um papel central na capacidade de influenciar a consciência do indivíduo para além das hegemonias.

Quando traçamos um paralelo entre esse papel e nossa compreensão sob a perspectiva da Epistemologia Social, de que o conhecimento é esse aglomerado coletivo de fatos, teorias e cultura, e que esses processos ordenados e estruturados possuem determinada capacidade de estabelecer valores que conformam os sujeitos, aquilo que vamos compreender como um reflexo da realidade, é possível traçar um paralelo desse papel como uma compreensão de conhecimento em Marx.

Desta forma, advogamos que para compreendermos mais profundamente o papel do conhecimento e, conseqüentemente, da competência em informação, em uma teoria feminista marxista, precisamos partir do entendimento de Marx de que o conhecimento é parte do processo de apropriação e objetivação da realidade. Sobre isso ele entende que a principal objetivação do ser social se dá através do trabalho. Em um primeiro momento Marx explica esse trabalho, enquanto processo de

modificação da natureza para a subsistência de nossa espécie, que a cada ocorrência gera uma mudança, tanto no ambiente, quanto no próprio homem.

Sobre isso, Marx e Engels (2007, p. 39-40), em *A ideologia alemã*, afirmam que

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poderem 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. [...] O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico.

Sobre esse trecho, Duarte (2008, p. 24) reflete que é a noção dialética de Marx entre objetivação e apropriação que sintetiza na obra do autor a dinâmica essencial do trabalho e, em consequência, a dinâmica de produção e reprodução da cultura humana, cultura essa transmitida através dos registros tangíveis e intangíveis do conhecimento. Nessa compreensão inicial, o ser humano pela sua atividade do trabalho apropria-se e transforma a natureza, incorporando a ela uma prática social. Concomitante a esse processo “[...] o ser humano produz uma realidade objetiva que passa a ser portadora de características humanas, pois adquire características socioculturais, acumulando-se a atividade de gerações de seres humanos.” Essa alteração gera necessidades novas de apropriação, que agora já não se trata mais de apenas apropriação da natureza, mas também dos “[...] produtos culturais da atividade humana, isto é, apropriação das objetivações do gênero humano (entendidas aqui como os produtos da atividade objetivadora)” (Duarte, 2008, p. 24).

Lessa e Tonet (2011) compreendem nessa medida que, ao objetivar o mundo, os seres humanos também se constroem, pois ao transformar a realidade, o homem também transforma a si mesmo, adquire novos conhecimentos e desenvolve novas habilidades. Essa nova realidade, que é objetiva, mas também subjetiva, faz com que surjam novas necessidades e condições de resolução impulsionando o indivíduo a desenvolver novas prévias-ideações, que se seguirão a novas objetivações, que darão origem a novas situações e assim o mundo e os seres humanos vão se fazendo.

Para Lessa e Tonet (2011) o resultado da objetivação relaciona-se sempre com uma transformação da realidade, assim toda objetivação produz novas condições reais, pois a realidade já não é mesma, visto que foi transformada, mas os seres humanos também não são mais os mesmos uma vez que aprenderam algo com

aquela ação. Ou seja, é só a partir dessa nova realidade objetivada que os seres humanos mudam sua consciência a ponto de estabelecer novas abstrações. Entendemos assim, que a apropriação e a consciência da realidade, em todos os seus condicionantes, dão a humanidade a força motriz de organização da ação humana para a objetivação dessa nova realidade.

Nesse sentido, é válido refletir que os processos de conhecer, estão sempre em certa medida ancorados em questões materiais. Desta forma, Lessa e Tonet (2011, p. 48) argumentam que “[...] a consciência deve refletir a realidade para ser capaz de produzir conhecimento adequado. Por isso, ao investigar a realidade, é da máxima importância que a consciência possa construir uma ideia que reflita o real do modo mais fiel possível.”

Com o passar do tempo e a complexificação dessas relações, esse processo adquire características múltiplas, pois agora o homem também objetiva aspectos que não se relacionam diretamente com a transformação da natureza e a subsistência de sua espécie. Vazquez (1977) pondera que a produção de conhecimento, da forma que entendemos hoje, como um processo ascendente do abstrato ao concreto, ocorre no pensamento e consiste na reprodução espiritual.

Apesar disso, a dinâmica própria da atividade humana de associação entre apropriação e objetivação, é efetivada por meio da produção de instrumentos, pela linguagem e pelas relações entre os seres humanos. Essa dinâmica apropriação-objetivação ocorre em condições que são históricas, assim, para que os sujeitos se objetivem como seres humanos, é preciso que se insiram na história. Esta inserção se dá através da apropriação de objetivações realizadas pelas gerações passadas, é nesse processo que o ser humano constrói sua genericidade, de maneira tal que a vida individual e a vida coletiva se encontram imbricadas uma na outra (Duarte, 1993).

Há desta forma, uma relação entre objetivação e apropriação, que se realiza sempre em condições determinadas pela realidade. Nenhum indivíduo pode se objetivar sem a apropriação das objetivações existentes antes dele. Ou seja, nenhum sujeito pode conhecer, viver ou transformar a natureza, sem antes apreender aquilo que antes dele foi realizado. É dessa forma que todo indivíduo realiza seu processo de inserção na história (Duarte, 2008). Entendendo essa defesa, ponderamos que é no processo de apropriação, sobretudo dos conhecimentos acumulados e registrados pela humanidade, que se encontram as formas de objetivar uma nova ordem societal.

Sobre isso, Cisne (2013, p. 55) complementa que a consciência não se trata

apenas uma de introjeção do mundo externo. A autora diz que “Não devemos, portanto, compreender a consciência como algo apenas subjetivo, tampouco, apenas como uma introjeção do mundo objetivo, mas como uma síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade.”

A proposição da autora lança mão de um argumento dialético, pois na mesma medida que nos apropriamos de todas as condições culturais, filosóficas e científicas antes de nós, carregamos conosco todas as suas falhas, preconceitos e ideologias. É também na apropriação desses aspectos culturais, científicos e filosóficos que construímos os processos para uma nova objetivação. Desta forma, só se pode propor um mundo cujas estruturas sociais são outras, na apropriação/superação constante das estruturas sociais vigentes. E só é possível criar uma superação das estruturas de produção e exploração capitalista, ao objetivar essas novas condições sociais por meio da apropriação e formação da consciência.

Para isso precisamos entender que essa formação da consciência

[...] está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. (Marx; Engels, 2007, p. 93-94)

Assim, finalmente começamos a delimitar o papel do conhecimento nesta estrutura, é preciso ponderar que, o conhecimento enquanto resultado da atividade teórica transforma nossa concepção do mundo, da sociedade ou do ser humano, mas não altera diretamente ou imediatamente nada concreto. Por si só, a teoria – seja neste contexto ou em qualquer outro – não modifica o mundo. Ela pode contribuir para a transformação, mas para isso é necessário que vá além de si mesma e, em primeiro lugar, seja assimilada por aqueles que serão agentes da mudança, ou seja, apenas seus atos reais e efetivos podem operar as transformações. Nesse processo, entre teoria e prática encontra-se um trabalho de educação das consciências, organização dos meios materiais e elaboração de planos concretos de ação, essenciais para o desenvolvimento de ações reais e efetivas. Nesse contexto, uma teoria se torna prática somente na medida em que concretiza, por meio de uma série de mediações, o que antes existia apenas de forma ideal, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação, a isso damos o nome de práxis (Vasquez,

1977).

No entanto, Netto e Braz (2006, p. 29) ponderam que

[...] A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo - mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas. [...] A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores - um mundo social, humano, enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano.

Partindo disso, podemos compreender a práxis como uma atividade material, transformadora e orientada a objetivação. Na mesma medida, a atividade teórica não se materializa, portanto, é puramente espiritual. Entretanto, ao partirmos das compreensões dialéticas de apropriação e objetivação já apresentadas, entendemos que: não existe a práxis como uma atividade puramente material, ou seja, sem a produção de finalidades e conhecimentos característicos da atividade teórica. Nessa medida, a práxis se dá nessa relação permanente entre teoria e prática, de forma tal que também não podem se desenvolver isoladamente.

Nessa compreensão, é só na apropriação das objetivações que transformamos o mundo, não porque a informação e o conhecimento detêm o poder de mudar a realidade, mas por que só em uma relação dialética entre teoria e prática, só se apropriando das representações mais próximas da realidade, e a compreendendo, é que podemos objetivar uma nova realidade, que apesar de produzida pela consciência humana, só se completa ao mudar o mundo material, ou seja, na alteração daquilo que estrutura nossa totalidade social, que para nós aqui trata-se do modo de produção e reprodução da vida.

Em uma teoria feminista marxista, o conhecimento, e consequentemente, todas as formas de acesso e apropriação dele (como a mediação da informação, a competência em informação, a mediação pedagógica, etc.) atingem um caráter específico, de garantir as formas de apropriação e objetivação do real, desvelando os seres humanos daquilo que aliena sua consciência da realidade, e permitindo que com isso possam objetivar um novo mundo.

Sendo a exploração do trabalho reprodutivo uma questão fundamental para nós, as práticas feministas de aprendizagem identificadas tanto nos dados teóricos como práticos desta pesquisa, cumprem justamente o papel de desvelar onde sedimenta-se a exploração das mulheres, e com isso dar-lhes as condições teóricas

– políticas, científicas, culturais, filosóficas, artísticas, etc. – de objetivar um mundo novo onde a divisão social do trabalho, seja ela sexual ou não, não mais exista. Dessa forma, considerando que a informação é socialmente construída em contextos específicos através de diversas práticas sociais, a compreensão da informação como impulsionadora de transformações e inclusão social das mulheres é essencial (Dias; Lima, 2013; Melo, 2019). Nessa medida, a produção, disseminação e acesso à informação são fundamentais para possibilitar essa transformação.

8.3 SOBRE O PAPEL DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO E DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA PROMOÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA MULHERES E MENINAS

Ao compreendermos essas colocações à luz da Epistemologia Social, podemos refletir que a estrutura de conhecimento se modifica conforme a sociedade muda, dessa forma, ainda que o bordão “conhecimento/informação é poder” seja usado de maneira banal, e não compreenda a realidade da sociedade em que vivemos, o acesso à informação e ao conhecimento ainda são considerados aspectos relevantes que interferem na organização social e no domínio de uma classe sobre a outra (Shera, 1972). Esse contexto, converte as unidades de informação em espaços chaves no processo de democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

Nesse cenário, as unidades de informação, como arquivos, bibliotecas e museus, são espaços centrais na promoção do acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, e as ações de promoção, seja de acesso aos recursos, às fontes de informação ou às habilidades necessárias, podem ser desenvolvidas mediante ações e programas de competência em informação.

Em complemento, Lama (2007) entende que Shera e Egan ao utilizarem o termo Epistemologia Social acabam, sobretudo, destacando uma responsabilidade social relacionada ao fazer informacional e uma relação indivisível entre a biblioteca, e aqui adicionamos o arquivo e o museu, o conhecimento, a cultura e a sociedade. Nesse sentido, Budd (2002) advoga que Shera propõe uma articulação entre a teoria, essa concepção de conhecimento em relação à sociedade, e a ação, o que fortalece uma compreensão crítica e racional sobre o conhecimento como práxis.

Desta forma, enfatizamos a responsabilidade social dos profissionais da informação o desenvolvimento de ações que envolvem a competência em informação, sobretudo com grupos de minorias sociais. Essa ação com responsabilidade social,

sustenta-se principalmente na ética profissional (Serafim; Freire, 2012), que vai desde a disposição de ferramentas para busca, avaliação e seleção de informações, até a compreensão de aspectos sensíveis e relevantes para determinadas comunidades, assim como fatores essenciais à inclusão e ação social.

Nesse mesmo sentido, Dudziak (2005, p. 4) considera que

Envolver-se com a comunidade é a chave do sucesso dos programas de competência em informação. Estabelecer parcerias e coresponsabilidades, estar disponível e ter tempo para o diálogo, saber ouvir e ouvir realmente. Assumir que todos os processos têm altos e baixos. Perguntar, responder, fomentar a dúvida, contextualizar, explicitar contradições, pedir comparações, desenvolver habilidades, não dar receitas prontas, indicar caminhos, criar oportunidades, cultivar sua totalidade humana (conhecimentos, sentimentos, crenças, valores, habilidades).

É plausível refletir que a biblioteca, o arquivo, o museu e os profissionais da informação se apresentam como fator fundamental na disponibilização e democratização de acesso à informação para as mulheres. Para Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021), o debate em torno das desigualdades sociais e, consequente, desigualdade de acesso, apropriação e uso da informação, impulsionaram a aproximação da competência em informação dos debates sobre a emancipação das minorias sociais e de justiça social.

Vale neste contexto, mencionar o objetivo 5 da Agenda 2030⁴³, volta-se especificamente para igualdade de gênero e acesso a recursos por parte das mulheres e meninas de todos o mundo. Publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 foi criada em 2015 e integra 193 países membros. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados a efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento sustentável, que incorporam e dão continuidade aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a partir de subsídios construídos na Rio + 20 (ONU BRASIL, 2015).

Apesar do ODS 5 estar diretamente relacionado a igualdade de gênero, diversos outros ODS são perpassados por metas voltadas a ampliação das condições de mulheres e meninas e ao combate à desigualdade nesse contexto, visto que mulheres estão entre os grupos considerados vulneráveis pela Agenda. Portanto, a ONU Mulheres (2022) lançou a iniciativa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, um compromisso de mais de 90 países de

⁴³ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 15 jun. 2022.

construir um planeta com menos desigualdade de gênero. Esse movimento orienta que mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação desenvolvam ações de maneira determinada, concreta e sistemática para eliminar as desigualdades de gênero.

Evidenciamos que o acesso à informação e recursos informacionais, habilidades e competências para lidar com essas informações também podem figurar nesse cenário, conforme disposto na meta 16.10 do ODS 16, que reflete sobre o acesso público à informação e proteção as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais, e na meta 4.7 do ODS 4, sobre a garantia que todos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

Vale ainda lembrar que, para Vitorino e Piantola (2009, p. 136), uma perspectiva crítica da competência em informação age como uma “[...] ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas”. Corroborando com isso, Brisola e Romeiro (2018) consideram relevante o desenvolvimento de uma competência em informação baseada em uma leitura crítica da informação, possibilitando às pessoas serem autônomas e criativas para interferir na realidade, ampliando a participação cidadã dos sujeitos, visando a construção de uma sociedade mais justa e consciente, que possa ampliar suas produções para além das perspectivas hegemônicas capitalistas de produção de informação e do conhecimento.

Em consonância com tal argumento, Melo (2019), em sua pesquisa com mulheres negras, identificou que a informação tem papel essencial no desenvolvimento da identidade de mulheres e meninas. Nesse sentido, o acesso desigual a essas informações pode impactar em seu desenvolvimento social e subjetivo, potencializando as “[...] consequências da submissão/opressão que as marcações simbólicas lhes impõem [...]” (Melo, 2019, p. 97). Nesse aspecto, a autora compreende que a competência em informação, sob uma abordagem crítica, possui um papel social relevante, podendo se apresentar como ferramenta para minimizar os impactos do patriarcado, racismo e capitalismo sobre as mulheres.

Sobre a contribuição da competência em informação no enfrentamento às relações de submissão e opressão das mulheres, Melo (2019, p. 97) indica algumas

habilidades iniciais identificadas:

[...] a reflexão sobre suas necessidades informacionais; o desenvolvimento de um senso crítico informacional, no que diz respeito às informações e às situações que essas mulheres são submetidas; e o uso da informação construída como forma de empoderamento individual e coletivo.

Segundo a autora, é possível identificar que habilidades informacionais já se apresentam no desenvolvimento das construções coletivas e emancipatórias de grupos de mulheres. Entretanto, a pesquisa só permite compreender os contextos específicos de mulheres, sendo que tais resultados não podem ser generalizados. As pesquisas e iniciativas de bibliotecários, cientistas da informação e demais profissionais ligados ao campo informacional ainda são insuficientes para compreender as desigualdades de gênero no acesso à informação, ou as habilidades informacionais exigidas para mudar esses contextos.

A compreensão do papel social das unidades de informação pode ser desenvolvida por diversas ações de profissionais da informação, visto que nenhum dos processos de representação, classificação, organização, compartilhamento da informação é neutro, assim uma perspectiva social, se estende por todo o fazer informacional. No que tange aos processos educativos promovidos por essas instituições, entendemos que a competência em informação é uma das possibilidades. Assim, a competência em informação, como uma possibilidade conjugada de ações educativas e culturais, “[...] é central para os profissionais da informação, pois eles criam, realizam curadoria e permitem o uso de diversos tipos de informação de maneira ética.” (CILIP, 2018, p. 7).

Tewell (2015) ao falar do processo de desenvolvimento da competência em informação, pondera que os profissionais não devem se limitar ao que é considerado tradicional no âmbito da formação, mas refletir sobre aspectos importantes para seus aprendizes, assim abordando assuntos que de fato figurem o cotidiano de seus usuários. Para ele a concepção crítica da competência em informação pode possibilitar debates direcionados aos problemas sociais e os profissionais podem se esforçar para compreender essas questões e quais abordagens usar para inseri-las entre suas ações.

Em perspectiva semelhante, Furtado e Silva (2020) entendem que a competência em informação tem destaque também na atuação dos arquivistas, principalmente envolvendo questões éticas e políticas. Para as autoras, as funções

empregadas pelos arquivistas vão de acordo com aspectos relevantes da competência em informação, sobretudo no que se refere a organização e disseminação da informação, mas também na promoção da cidadania e na garantia de defesa dos direitos humanos.

Ainda sobre a atuação do arquivista neste contexto, ele pode atuar como mediador da informação arquivística, sendo que essa atividade ocorre principalmente no serviço de referência, mas pode ser compreendida em todo o fazer desse profissional. Quanto ao serviço de referência, este pode ser tanto nos modelos tradicionais de atendimento ao pesquisador e ao estudante, como pode incorporar novas práticas, sejam elas de atendimento remoto, de disponibilização de materiais online ou no desenvolvimento de novas estratégias direcionadas ao atendimento de públicos diversos (Vaz; Venâncio, 2018).

Esses processos contribuem para a formação do usuário, tanto no que tange ao acesso a conhecimento, como contribuem no desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o uso de fontes e documentos históricos e arquivísticos. Para Vaz e Venâncio (2018), essas habilidades quando desenvolvidas desde cedo podem ser estratégias para preparar futuros estudantes, trabalhadores, pesquisadores e cidadãos mais habilitados para realizar processos de busca, seleção, avaliação e uso de informações, assim como de construção de conhecimento. No entanto, para que os arquivistas possam desempenhar essas ações com crianças ainda em idade escolar, é essencial a parceria com escolas, educadores e pedagogos, dessa maneira o profissional arquivista precisa

[...] elaborar as atividades, selecionar o material a ser trabalhado no contexto do arquivo, mas sempre com a participação do professor, que será o responsável por levar a atividade para dentro da sala de aula. A atividade desenvolvida durante a ação educativa não deve limitar-se ao cenário arquivístico, deve contribuir no processo de formação escolar do aluno. (Vaz; Venâncio, 2018, p. 14).

Entendemos, a partir das colocações dos autores, que o arquivo pode ser um espaço educativo ou ainda de desenvolvimento da competência em informação, visto que essas ações proporcionarão o contato dos sujeitos com documentos históricos e arquivísticos, que auxiliarão os sujeitos a compreender diferentes aspectos da realidade que os cerca, assim como apreender como localizar essas informações quando necessário.

No que se refere ao papel das bibliotecas foi possível identificar nesse trabalho

diversas ações realizadas por bibliotecas brasileiras para promover às mulheres o acesso à informação, desenvolvimento de habilidades, senso crítico e reflexivo. Ainda que tenhamos identificado falta de debates relacionados ao trabalho doméstico, a saúde sexual e aos direitos reprodutivos, que consideramos ser essenciais para mulheres, destacamos a relevância de debates sobre arte, cultura, saúde, violência doméstica e literatura, que já demonstram como as bibliotecas têm aberto espaço para a ampliação dos debates relacionados às mulheres.

Sobre isso, Fields (2001) argumenta que uma importante contribuição dos bibliotecários para reduzir as desigualdades de gênero no ambiente informacional, é testar novas estratégias de ensino para desenvolver a competência em informação em mulheres. Dessa forma, é possível inferir que a competência em informação se apresenta como ferramenta que amplia condições de busca e uso da informação e como possibilidade nas ações promovidas para ampliar o acesso de mulheres e meninas.

Apesar desses pontos, associações de bibliotecários e demais profissionais da informação precisam atuar como defensores da informação para as mulheres, incluindo ingressar em organizações de direitos das mulheres, auxiliar no *lobby* em políticas sobre essas temáticas e apoiar grupos feministas. Os profissionais da informação podem trabalhar com profissionais da saúde, assistentes sociais, trabalhadores de direitos humanos e organizações de mulheres, para que as unidades de informação desenvolvam papéis mais ativos na defesa de informações sobre saúde reprodutiva, educação relevante nas escolas públicas e programas de educação comunitária (Kuhl, 2003). Ilo *et al.* (2021) entendem que campanhas e programas que se voltem para a competência em informação podem auxiliar no processo de educação sexual, ajudando a reduzir taxas de desinformação sobre questões de reprodução e sexualidade, e melhorando o acesso à informação sobre saúde reprodutiva.

Ainda que a responsabilidade não seja exclusiva dos profissionais da informação, evidenciamos que a formação de habilidades informacionais direcionadas à debates feministas, questões de gênero e direitos sexuais e reprodutivos, podem contribuir para que meninas e mulheres desenvolvam maiores possibilidades de acesso à informação sobre tais temáticas, lhes dando condições de exigirem seus direitos, de se mobilizarem coletivamente e de saberem onde buscar ajuda, de maneira que a competência em informação e ação das unidades de informação se apresentem como relevantes nesse contexto.

É importante entender a informação como essencial na consolidação dos direitos das mulheres, assim como a falta de informação pode levar à criação de políticas públicas inadequadas, restringir o desenvolvimento de pesquisas nessa área e comprometer o trabalho de organizações que visam a implementação dos direitos já conquistados (Artigo 19, 2016). Portanto, a competência em informação se apresenta como um dos meios para realizar o enfrentamento a essas desigualdades. Isto porque seu desenvolvimento, de maneira contínua, crítica e ética, pode auxiliar a “[...] minimizar as desigualdades sociais e oportunizar o acesso e uso adequado da informação, promovendo oportunidades semelhantes às comunidades” (Vitorino, 2016c, p. 388).

Isso também pode ser aplicado aos museus. Segundo Lemos (2014), nas últimas décadas houve um processo de ressignificação do papel dos museus, caracterizada principalmente por uma participação mais ativa da sociedade. Esse processo, relaciona-se principalmente com as mudanças na função clássica do museu, que vai de “[...] gestor de coleção de objetos patrimoniais para espectadores passivo, para território de ocupação de sujeitos intervenientes dos processos identitários através dos quais se desenvolve trabalhos sociais voltados a uma experiência educacional emancipadora.” (Lemos, 2014, p. 51).

Em sentido semelhante, Sampaio e Oliveira (2013) advogam que a Museologia é um campo do saber, que se articula como geradora de conhecimento a partir de pressupostos históricos na constituição dos museus, que são dotados de acervos estabelecidos sócio-culturalmente. Ainda é possível constatar que as instituições museais não são estáticas, tendo como função a responsabilidade de compreender e problematizar a história, representar a memória de grupos ou comunidades, através de distintas expressões culturais.

No que concerne ao patrimônio cultural, Lemos (2014) sugere uma relação interativa com a comunidade por meio da função educativa e emancipadora dos museus, promovendo ao público um trânsito de visitantes passivos para interventores do processo de significação da memória e da cultura. Sobre isso, Sampaio e Oliveira (2013) complementam que a partir dessa perspectiva social, os museus oferecem subsídios para a preservação da memória, apresentando-se como guardiões e disseminadores dessas memórias.

De maneira tal que a ampla gama de informações contida nos objetos museais demonstram complexidades específicas, que podem contribuir na identificação

simbólica de um sujeito ou de uma dada comunidade. Lemos (2014) ainda reflete que ao propor o desenvolvimento de práticas museológicas a partir de uma perspectiva social e não das coleções, a museologia deposita seu olhar em uma distinta forma de patrimonialização, a possibilidade de fazer da representação da memória coletiva um meio de emancipação social. Compreendemos, com base nos autores, que é indispensável que as instituições museológicas se tornem espaços dinâmicos culturais e educacionais voltados à sociedade, tendo um papel social de incentivo à conscientização do espaço e valor do museu e da memória como aspectos de compreensão do mundo (Sampaio; Oliveira, 2013).

Por fim, evidenciamos que bibliotecários, educadores, arquivistas e museólogos são profissionais chave no desenvolvimento da competência em informação e na democratização do acesso à informação, sobretudo para minorias sociais e grupos vulneráveis. No entanto, realizar essas práticas educativas nas unidades de informação exige a consciência de que não há neutralidade na atuação desses profissionais. Para Gregory e Higgins (2013) é preciso reconhecer o contexto de produção, disseminação da informação, assim como levar em conta que essas informações podem ser manipuladas por forças e ideologias dominantes, principalmente levando em conta disputas sociais, econômicas, políticas e corporativas implícitas nos fluxos de informação.

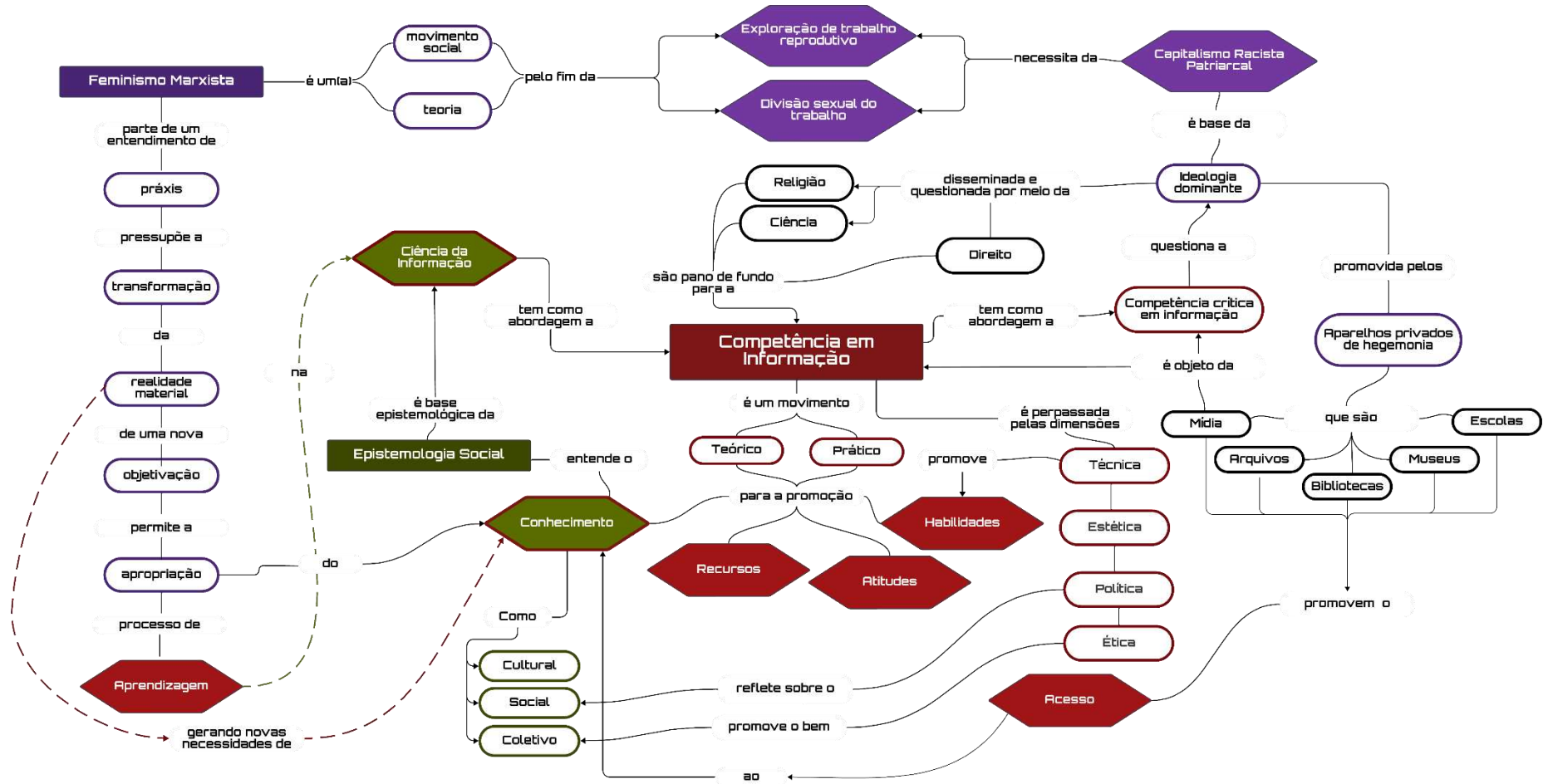
É possível refletir que a informação pode contribuir com a emancipação dos sujeitos, de forma que também pode exercer papel de influência no processo de conscientização e emancipação das mulheres. Nessa direção, evidenciamos que a competência em informação, enquanto área que estuda aspectos relacionados à busca e uso da informação, pode se relacionar com as teorias feministas, visando promover uma formação humana e emancipatória aos sujeitos.

Para Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021) a promoção de ações que visam desenvolver a competência em informação sensível às questões de gênero, envolve a conscientização, o incentivo ao senso crítico, ao processo de apreender constantemente, o desenvolvimento de habilidades digitais e de comunicação, assim como uma perspectiva coletiva de desenvolvimento feminista para transformação da realidade social. A partir da fala das autoras podemos inferir que a competência em informação se distancia das perspectivas mais mercadológicas voltadas a otimização da produção de lucro pelo capital, e se aproxima de debates voltados para a justiça social, à formação de habilidades voltadas às minorias sociais e a perspectivas

coletivas de ações no enfrentamento às desigualdades.

No que tange ao papel das unidades de informação e da competência em informação no acesso à informação, consideramos que há um longo percurso teórico a ser desenvolvido. Apesar desse cenário, entendemos que as ações levantadas nesta pesquisa evidenciaram a relevância de bibliotecas, arquivos e museus na promoção do acesso à informação para o enfrentamento à desigualdade de gênero. Desta forma, cabe à Ciência da Informação, a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia expandirem seus debates sobre acesso à informação e democratização da informação, de maneira a alcançar mulheres e meninas que até então têm sido desfavorecidas nesse processo, dando-lhes condições de converter a informação em ferramenta de luta e transformação.

Visando sistematizar as colocações desta seção, apresentamos a figura 20, que objetiva também amarrar os capítulos teóricos e os dados analisados neste estudo, com a finalidade de visualizar a função dos objetivos específicos na compreensão das questões debatidas neste escrito.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa e na literatura, na ferramenta Lucidchart (2024).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas.” - Karl Marx

Nos questionamos, quais as relações da competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social, com as teorias feministas? Para responder esse questionamento partimos de três pressupostos teóricos, o primeiro deles de o trabalho é categoria central no que concerne a opressão das mulheres, o segundo que a informação e o conhecimento desempenham papel relevante no contexto atual, principalmente sob uma perspectiva coletiva, e por fim, que a competência em informação, em suas abordagens mais atuais, pode contribuir para o enfrentamento às desigualdades sociais.

A partir das bases teóricas desses pressupostos, estabelecemos como hipótese desta pesquisa que a competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social, entendida como um movimento para promoção de recursos, habilidades e conhecimentos voltados ao acesso e avaliação de informações, poderia se relacionar com as teorias feministas, assim como contribuir no enfrentamento às desigualdades entre as distintas categorias de sexo.

Estabelecemos como objetivo principal analisar a competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social e suas relações com as teorias feministas. Para alcançá-los traçamos alguns objetivos específicos, orientados por nossos pressupostos teóricos, de a) levantar iniciativas teóricas da competência em informação relacionadas às teorias feministas; b) caracterizar a competência em informação, sob a perspectiva da Epistemologia Social, nas iniciativas levantadas; c) estabelecer relações da teoria feminista marxista com a competência em informação; d) mapear práticas da competência em informação relacionadas aos debates feministas; e, e) identificar a relevância destas iniciativas para a ampliação do acesso à informação por mulheres e meninas.

Quanto ao primeiro objetivo, relacionado a mapear iniciativas teóricas da competência em informação relacionadas às teorias feministas, identificamos 79 publicações em português, inglês e espanhol que se propuseram a fazer debates distintos relacionando essas duas temáticas. Consideramos que, apesar da pouca incidência destas pesquisas nas publicações, há um movimento crescente entre pesquisadores da competência em informação no Brasil e no mundo de se voltarem

para esses debates.

Evidenciamos com esses dados, que ainda são poucos autores que ao relacionarem a competência em informação e o feminismo, utilizam-se de aportes teóricos feministas para fazerem seus estudos. Em diversas pesquisas analisadas conceitos relevantes como gênero, patriarcado e desigualdade foram poucos ou inexplorados, prejudicando uma compreensão mais profunda de resultados empíricos e teóricos desenvolvidos. Reforçamos que os estudos feministas têm, com muito rigor, se preocupado em compreender e explicar fenômenos de opressão relacionado as mulheres, apresentando inclusive múltiplas teorias, abordagens e pensadores para olhar para essas questões.

Diante disso, é essencial que pesquisadores da competência em informação se apropriem destes debates no intuito de desenvolver reflexões mais densas e embasadas sobre como a informação, o conhecimento e a própria competência em informação podem se relacionar com esse contexto. Reforçamos que autoras centrais do feminismo como Angela Davis, Judith Butler, Heleieth Saffioti, Nancy Fraser, Donna Haraway, Lélia Gonzalez, entre outras, não possuem destaque entre as autorias mais referenciadas. Mesmo sendo citadas pelo *corpus* de análise, a única feminista presente entre as autorias mais citadas é bell hooks. Vale ainda dizer que quando mencionadas essas teóricas feministas, aparecem sobretudo em trabalhos brasileiros, os quais têm se preocupado mais em ancorar esses debates.

Além do mais, indicamos que esses textos também não têm se apropriado de teóricos e epistemólogos da Ciência da Informação, e têm dedicado pouco espaço a compreender profundamente categorias essenciais para pensar qualquer debate da competência em informação, como conceito de informação, conhecimento, habilidades, valores, etc. Entendemos que um campo científico da Ciência da Informação deve se apropriar de seus constructos e debater aspectos centrais para o campo, contribuindo com suas reflexões acerca de seu objeto.

Sobre o objetivo que se relaciona com a caracterização da competência em informação sob a perspectiva da Epistemologia Social, não houve entre as pesquisas levantadas aquelas que tivessem especificamente uma resposta para essa questão. No entanto, com base nos dados teóricos levantados foi possível identificar quais aspectos são relevantes ao delimitar uma compreensão de competência em informação. Evidenciamos que a contribuição da Epistemologia Social, encontra-se em uma compreensão de conhecimento. Isso porque os estudos de competência em

informação têm entendido o conhecimento como a capacidade de cada indivíduo de se apropriar de aspectos conceituais. A Epistemologia Social apresenta um novo olhar possível para um dos aspectos centrais da competência em informação. Essa abordagem visa compreender como o conhecimento é socialmente construído. Desta forma, cabe à Epistemologia Social pensar todos os processos e sistemas que permite aos sujeitos conhecerem coletivamente.

Esse processo coletivo se dá sobretudo na relação da sociedade com o conhecimento estruturado e sistematizado por todas as gerações antes de nós, gerações essas que em esforços conjuntos garantiram o registro, a síntese e a sistematização necessárias para a compreensão de aspectos complexos da realidade e do desenvolvimento da humanidade, aspectos esses que jamais poderiam ter sido apreendidos pelos sujeitos individualmente através de suas experiências. Entendemos assim que, olhar para o processo individual de apropriação do conhecimento é algo já tradicionalmente desenvolvido pela competência em informação, e visamos nesta pesquisa lançar mão de novas compreensões que poderão trazer a luz dos estudos da competência em informação, novas questões e práticas sobre os processos de aprendizagem informacional.

Desta forma, nos propomos aqui olhar a competência em informação como um movimento científico e profissional, voltado para o desenvolvimento de habilidades informacionais, mas também direcionado à promoção de recursos – tecnológicos e informacionais – que permitam aos sujeitos compreenderem aspectos informacionais complexos, como os fatores contextuais que interferem na criação e no compartilhamento da informação, nos impactos e interesses relacionados à informação, permitindo, à partir disso, que os sujeitos compreendam suas comunidades e possam desempenhar uma atuação ética e política na sociedade. Complementar a isso, compreendemos que a competência em informação não se dá isolada dos aspectos materiais, sociais, culturais e econômicos, mas pelo contrário é permeada por eles. Desta forma, para além das questões já amplamente estudadas pela competência em informação, nos propomos aqui a compreender a aprendizagem no contexto informacional também de um ponto de vista coletivo.

É sob essa perspectiva de competência em informação que podemos traçar uma relação com a teoria feminista marxista, cuja categoria central é o trabalho e, portanto, ainda é uma teoria pouco utilizada no contexto informacional. Apesar desse aparente distanciamento, identificamos que a promoção de acesso aos recursos,

habilidades e conhecimento, promovidos pelas unidades de informação por meio de ações educativas, têm contribuído para a compreensão dos mais diversos aspectos sobre a condição da mulher na sociedade. As ações de práticas mapeadas indicam que ainda que de forma isolada e não sistematizada, as bibliotecas, arquivos e museus têm proposto ações voltadas para debates relevantes do feminismo. Inferimos que essas ações que desenvolvem distintas dimensões da competência em informação por meio da arte, da política, da literatura, da música e etc. podem ser relevantes na formação da consciência das mulheres e meninas sobre as relações sociais e materiais que as condicionam a opressão do sistema vigente.

Como já delimitado no corpo deste trabalho, a alteração da consciência é que muda a realidade, mas também sem a conscientização dos sujeitos sobre questões centrais do sistema capitalista racista patriarcal, a mudança das condições materiais também não se dá. Nesse sentido, reivindicamos o termo práxis, em uma perspectiva marxista, ao entender que o movimento dialético entre a consciência dos sujeitos e a realidade concreta nos permite um enfrentamento às condições de opressão e exploração vivenciadas pelas mulheres, abrindo espaço na teoria feminista marxista para debates como cultura, educação, informação, conhecimento e aprendizagem.

Sobre as práticas mapeadas, identificamos uma série de ações de bibliotecas, museus e arquivos que podem contribuir para o desenvolvimento da competência em informação relacionada às questões de gênero. É importante evidenciar que essas ações têm sido desenvolvidas, majoritariamente, de forma isolada e muitas vezes sem explicitar objetivos de aprendizagem. Uma exceção são as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas Públicas de São Paulo, que mostraram proposições semelhantes em diversas unidades, se evidenciando integradas nas atividades e ações desenvolvidas. Ponderamos também que as unidades de informação têm focado em ações de memória, literatura e arte e esse escopo tem, respectivamente, mais relações com as atividades de arquivos, bibliotecas e museus.

Entretanto, advogamos que, ao desempenhar um papel social relevante no acesso à informação de todos os tipos, essas unidades de informação podem propor ações sobre outras temáticas relevantes às mulheres, entre essas temáticas destacamos os direitos sexuais e reprodutivos, o trabalho do cuidado e trabalho reprodutivo, a divisão sexual do trabalho e direitos das mulheres, tais como, direitos de mulheres LGBTQ+, mulher com deficiência, assentadas, moradoras de áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, mulheres em situação de rua, imigrantes e etc.

Evidenciamos que essas instituições devem ampliar o leque de temáticas abordadas, tornando as unidades de informação espaços de informação seguro para mulheres e suas mais distintas demandas.

Apesar disso, as ações de visibilidade das mulheres nos mais distintos aspectos da sociedade, de promoção da arte e da literatura, já figuram como ações relevantes ao tirar das sombras da história grandes nomes locais, regionais, nacionais e internacionais de mulheres que ajudaram a construir o mundo que vivemos hoje. Além disso, entendemos que a criação de espaços de acolhimento, debate e protagonismo feminino, em uma sociedade patriarcal que costuma hierarquizar os interesses, gostos e aprendizagens relacionadas às mulheres sempre como inferiores, já faz das unidades de informação espaços de questionamento ao *status quo*.

Ponderamos que as unidades de informação podem agir no sentido de reforçar a estrutura social vigente, como podem também ser um espaço de promoção da consciência das mulheres sobre as condições impostas a elas nessa sociedade. Entender isso, significa compreender que as unidades de informação, assim como outros espaços de ensino e aprendizagem, são espaços em permanente disputa, e imbuídos nas contradições próprias da nossa totalidade social. Assim sendo, é papel dos pesquisadores da Ciência da Informação, bibliotecários, arquivistas e museólogos, direcionarem sua teoria e sua prática para uma transformação social nesse contexto.

A partir de uma competência em informação, cujas compreensões de conhecimento, habilidade e informação estão relacionadas aos demais aspectos que conformam a nossa sociedade, as unidades de informação podem abrir espaços para agirem no sentido de promover acesso à informação, conhecimento e cultura para as mulheres e meninas. Garantindo a elas condições iniciais de transformação de suas vidas, de seus familiares e, a partir de laços coletivos, de suas comunidades. Nesse contexto, as ações de competência em informação e as unidades de informação, sob as perspectivas aqui evidenciadas, podem promover aprendizagem informacional e serem espaços profícuos para desenvolvimento de reflexões sobre questões como o patriarcado e o machismo, e como eles impactam na vida dessas mulheres.

Por fim, entendemos que há sim uma compreensão de competência a partir da Epistemologia Social, e nessa tese defendemos o conhecimento como ponto de encontro dessas questões, mas outros pontos podem ser desenvolvidos em pesquisas futuras, como a comunicação e o papel dos profissionais da informação.

Quanto as relações dessa perspectiva com as teorias feministas, a competência em informação já tem se relacionado com teorias feministas diversas, como pode ser observado nos resultados teóricos e práticos aqui apresentados.

Indicamos a ineditibilidade deste trabalho em três aspectos, o primeiro ao propor uma relação teórica dos preceitos da Epistemologia Social com a competência em informação, resultando em uma proposição de conhecimento coletivo para as reflexões desta temática. O segundo, ao mapear ações de unidades de informação em território brasileiro direcionada às mulheres, lançando luz as práticas profissionais desenvolvidas por essas unidades de informação para auxiliar no acesso à informação por mulheres e meninas. E o terceiro, que concerne à teoria feminista marxista, destacamos essa proposta inédita de uma relação entre seus preceitos com os estudos informacionais no Brasil. Ademais, indicamos que esta pesquisa se propôs a fazer um debate inicial, que pode trazer à tona novos questionamentos e proposições relativas a essa relação.

Visto os limites desta pesquisa, não pretendemos aqui amarrar cada uma destas relações possíveis entre os conceitos feministas e informacionais apresentados, mas propor uma compreensão inicial de uma proposta feminista marxista para a compreensão e possibilidades de ações para os problemas informacionais de mulheres e meninas. Sugerimos para futuras pesquisas que os temas aqui apresentados, seja o papel das unidades de informação na promoção do acesso à informação, o conhecimento coletivo para a competência em informação ou a análise feminista marxista das questões informacionais, que estas problemáticas possam ser aprofundadas, respondendo questões que se levantaram durante o desenvolvimento deste trabalho, como: reflexões mais amplas sobre uma desigualdade informacional de gênero, já que esse termo não é utilizado na literatura brasileira; análise dos conceitos de competência em informação e suas compreensões de conhecimento, informação, aprendizagem e outros conceitos chave para a teorização desse campo; ampliação das análises métricas empreendidas trazendo metodologias como acoplamento bibliográfico, rede de citações co-citações, entre outros.

Refletimos por fim que a informação e o conhecimento não podem agir individualmente para uma alteração das estruturas materiais sob as quais se sustentam todas as formas culturais e teóricas da nossa totalidade social. Enquanto ser social, também só podemos compreender essas mesmas estruturas e suas

relações dialéticas a partir de todos os sistemas teóricos e filosóficos desenvolvidos antes de nós, assim como tentamos fazer nesta pesquisa, ao propor uma competência em informação voltada às mulheres, a partir do materialismo histórico dialético e da Epistemologia Social.

Finalizamos, ponderando que, mesmo com o desenvolvimento e complexificação da sociedade e as distintas características de um ambiente permeado por informação, a análise marxista da sociedade nunca foi tão atual, visto que assim como Marx (2013), concluímos que uma teoria também pode se converter em força material quando se apodera das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABATH, R. J.; IRELAND, T. A tecnologia da informação e comunicação e o empoderamento da mulher. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002.
- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABILOCK, D. Sex in the library: How gender differences should affect practices and programs. **Emergency Librarian**, [S. l.], v. 24, n. 5, p. 17-18, 1997.
- ADDISON, C.; MEYERS, E. Perspectives on information literacy: A framework for conceptual understanding. **Information Research**: An International Electronic Journal, Boras, v. 18, n. 3, 2013. Disponível em: <http://informationr.net/ir/about.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- ADEKANNBI, J. O.; ADENIRAN, O. M. Information literacy of women on family planning in rural communities of Oyo State Nigeria. **Information Development**, [S. l.], v. 33, n. 4, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305647355_Information_literacy_of_women_on_family_planning_in_rural_communities_of_Oyo_State_Nigeria. Acesso em: 20 fev. 2024.
- ADGER, W. N. Vulnerability. **Global environmental change**, v. 16, n. 3, p. 268-281, 2006. Disponível em: https://www.projectenportfolio.nl/images/4/41/Adger_2006.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022
- AGÚNDEZ-SORIANO, M. A.; CUEVAS CERVERÓ, A. Alfabetización informacional para mujeres reclusas: una experiencia en la comunidad de Madrid. **RICI**: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 11, n. 3, p. 769-788, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/10465/9645/19750>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- AIDAR, A. M.; SANTOS, F. F.; BARROS, J. M.; SANTOS, L. S. S.; AIDAR, M. A. M. A orientação sexual e identidade na constituição dos movimentos sociais. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 7., 2010, Franca. **Anais** [...] Franca: UNESP Franca, 2010. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100033&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 22 jun. 2021.
- ALMEIDA, A. V. de. A introdução dos Grundrisse de 1857: o método de pesquisa marxiano em contraposição às posições pós-modernistas. **Revista Eletrônica Armada da Crítica**, Fortaleza, n. 10, p. 6- 27, out. 2018. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/1%20-%20a%20introduo%20dos%20grundrisse%20de%201857.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- ALMEIDA, M. N.; SILVA, A. F. F. Voluntary and Compulsory Sterilization in Brazil and the Reproductive Rights of Women. **AG About Gender-Rivista internazionale di studi**

di genere, local, v. 8, n. 15, 2019.

ALVARENGA, C. F.; VIANNA, C. P. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso do tempo no trabalho docente.

Laboreal, Porto, v. 8, n. 1, p. 11-27, 2012. Disponível em:

<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/11429>. Acesso em: 16 jul. 2021.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - ALA. **Intellectual Freedom and Censorship Q & A**. Washington: ACRL/ALA, 2007. Disponível em:

<https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/censorship/faq#ifpoint1>. Acesso em: 05 maio 2022

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago, ACRL/ALA, 2000.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: Final Report. Washington: ACRL/ALA, 1989. Disponível em:

<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 15 jul. 2022

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: Final Report. Washington, ACRL/ALA, 1989. Disponível em:

<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ANAEME, F. O. Reducing gender discrimination and violence against women through library and information services. **Library Philosophy and Practice (e-journal)**, [S. l.], p. 1 - 7, 2012.

ANDERSON, A.; JOHNSTON, B. **From information literacy to social epistemology**: Insights from psychology. Chandos Publishing, 2016.

ANDRADE, K.; LIMA, I. F. Memórias de mulheres e o acesso à informação no enfrentamento à violência doméstica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., João Pessoa, 2015. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015.

ANTUNES, C.; SILVEIRA, N. C. O papel do bibliotecário no acesso à informação: a escolha informada na opção do modelo de parto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB). 18. Marília, 2017. **Anais [...]** Marília: ANCIB; UNESP, 2017.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANWAR, M.; OLIVER, G.; FRINGS-HESSAMI, V.; SAHA, M.; SARKER, A. Collective aspects of information literacy in developing countries: a Bangladeshi case. **Journal of Documentation**, [S. l.], v. 78, n. 6, p. 1305-1320, 2022. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/358779340_Collective_aspects_of_information_literacy_in_developing_countries_a_Bangladeshi_case. Acesso em: 20 fev. 2024.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da**

Informação, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, C. A. Á. de. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n.1, p. 145-159, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/9896/7372>. Acesso em: 25 set. 2019.

ARRUDA, A. M. A.; ALVES, A. L. Construções epistemológicas e o papel do sujeito ativo no processo da informação a partir da competência crítica em informação: uma análise de caso. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 111-124, 2019.

ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 39-60, 2017.

ARTIGO 19. **Acesso à Informação e Aborto Legal**: mapeando desafios nos serviços de saúde, São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2019. Disponível em: <https://artigo19.org/2019/06/19/acesso-a-informacao-e-aborto-legal-mapeando-desafios-nos-servicos-de-saude/>. Acesso em: 25 maio 2022.

ARTIGO 19. **Acesso à informação e direito das mulheres**. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016. Disponível em: <https://artigo19.org/blog/2016/12/05/acesso-a-informacao-e-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ARTIGO 19. **Violência Contra a Mulher no Brasil** – Acesso à Informação e Políticas Públicas, São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2015. Disponível em: <https://artigo19.org/2015/03/09/violencia-contr-a-mulher-no-brasil-acesso-a-informacao-e-politicas-publicas/>. Acesso em: 22 maio 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES – ACRL. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ATIKUZZAMAN, M.; YESMIN, S.; KARIM, M. A. Measuring health information literacy in everyday life: a survey among tribal women in a developing country. **Global Knowledge, Memory and Communication**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/GKMC-09-2022-0224/full/html?skipTracking=true>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a política de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2, p. 465 - 469, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q9MctdsGhp3QSKspjPt5Rx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BACHELARD, G. A epistemologia não cartesiana. In: BACHELARD, G. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Traduções de Joaquim José Moura Ramos, Remberto Francisco Kuhnen, Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 158-179. (Os pensadores).

BANDURA, A. The evolution of social cognitive theory. In: SMITH, K.G.; HITT, M.A. **Great minds in management**. Oxford University Press, 2005. p. 9-35.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social?: uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARO, E. E.; FYNEMAN, B. Information literacy among undergraduate students in Niger Delta University. **The Electronic Library**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 659-675, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220677069_Information_literacy_among_undergraduate_students_in_Niger_Delta_University. Acesso em: 20 fev. 2024.

BARRETO, P. H. História – Bretton Woods. **IPEA: Desafios do Desenvolvimento**, v. 6, ed. 50., maio 2009. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28. Acesso em: 15 mar. 2022.

BASTOS, P. N. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **MATRIZES**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 193-220, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157540>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BATTISTA, A.; ELLENWOOD, D.; GREGORY, L.; HIGGINS, S.; LILBURN, J.; HARKER, Y. S.; SWEET, C. Seeking social justice in the ACRL Framework. **Communication in Information Literacy**, Tulsa, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321820207_Seeking_Social_Justice_in_the_ACRL_Framework. Acesso em: 13 jun. 2022.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo**: a experiência vivida. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELLUZZO, R. C. B. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na Sociedade da Informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, Bauru. **Anais [...]** Bauru: UNESP, 2001. Disponível em: https://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=8. Acesso em: 22 abr. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Folha de Rosto**: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2018.

BELLUZZO, R. C. B. Competências em informação: vivências e aprendizado. *In*: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. **Competências em informação**: de reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013. p. 65-80.

BELLUZZO, R. C. B. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 30, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/772>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BENEDITO, B. O.; WOIDA, L. M. Gênero, política e informação: estudo sobre as barreiras de acesso à informação enfrentadas por mulheres na política. *In*: REUNIÃO DA LINHA DE PESQUISA "GESTÃO, MEDIAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO", 12., Marília, 2020. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2020. Disponível em: https://portalconferenciasppgci.marilia.unesp.br/index.php/XII_Reuniao_Linha_3/XII_Reuniao_Linha_3/paper/viewPaper/15. Acesso em: 22 maio 2022.

BENEDITO, B. O.; WOIDA, L. M.; RIBEIRO, M. A. A mediação da informação no combate à violência contra mulheres no espaço público. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 14, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/546>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BENSTON, M. The political economy of women's liberation. **Monthly Review**, [S. l.], v. 41, n. 7, p. 31-44, 1989. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/09/01/the-political-economy-of-womens-liberation/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERRIO-ZAPATA, C.; ARRAÍZA, P. M.; SILVA, E. F. da; SOARES, E. das C. Desafíos de la Inclusión Digital: antecedentes, problemáticas y medición de la Brecha Digital de Género. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, Montevideo, v. 7, n. 2, p. 162-198, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/pcs/v7n2/1688-7026-pcs-7-02-00121.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BERRÍO-ZAPATA, C.; SILVA, E. F.; GUARALDO, T. S. B.; CARVALHO, A. M. G. Exclusão Digital de Gênero: quebrando o silêncio na Ciência da Informação. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín (Colômbia), v. 43, n. 1, p.??, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127569>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais)

BEZERRA, A. C. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., João Pessoa, 2015. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2716>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BEZERRA, A. C.; BELONI, A. Os sentidos da “crítica” nos estudos de competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208-228, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/82243/0>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BEZERRA, A. C.; SANCHES, T. Copyright infringement: between ethical use and legal use of information. *In*: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 15., Porto, 2018. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35247>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 5-22, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, ed. 32, p. 99-113, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 34, p. 269-299, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/HgrSHSrY5xLSQGB3WSjv8cm/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2022.

BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 71-98, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/ZfDzKkixRqhx5J9xRqzsbhF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Introdução. *In*: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BLOODWORTH, S. The origins of women’s oppression – a defence of Engels and a new departure. **Marxist Left Review**, [S. l.], n. 16, 2018. Disponível em: <https://marxistleftreview.org/articles/the-origins-of-womens-oppression-a-defence-of-engels-and-a-new-departure/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BORGES, A. L. A. Emancipação na era do trabalho mediado por algoritmos em plataformas digitais. *In*: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e praxis**. Rio de Janeiro, 2022. p. 63-76.

BORGES, J.; BEZERRA, L.; DIOMONDES, S.; COUTINHO, L. Competências infocomunicacionais: um conceito em desenvolvimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 2-14, 2012. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/265>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BOTTOMORE, T. (eds.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOZZETTI, R. P.; SALDANHA, G. Jesse shera, the wars and the pietá: social epistemology as criticism of information ontology. **Brazilian Journal of Information**

Science: research trends, Marília, v. 11, n. 2, p. 79-87, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/6681>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150**, de 1º de junho de 2015. Dispões sobre o trabalho doméstico, Casa Civil, 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.263**, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasil: Casa Civil, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021**. Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Brasil: Casa Civil, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14149.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade**. Brasília: MTE, 2007.

BRISOLA, A. C. **Competência Crítica em Informação como resistência à Sociedade da Desinformação sob um olhar freiriano**: Diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1165>. Acesso em: 21 jan. 2024.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 68-87, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054/1054>. Acesso em: 26 maio 2022.

BRISOLA, A. C.; VIOLA, C. M. M. Dimensão da competência crítica em informação de gênero e feminismos: um aprofundamento necessário. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Ancib; UFRGS, 2022.

BROOME, M. A. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; KNAFL, K. A. (orgs.). **Concept development in nursing: foundations, techniques, and applications**. 2. ed. Philadelphia: Saunders, 2000. p. 231-50.

BRUCE, C. **The seven faces of information literacy**. Adelaide: Auslib, 1997.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 13 mar. 2022.

BUDD, J. M. Jessa Shera, Sociologist of Knowledge? **The Library Quarterly**, [S. l.] v. 72, n. 4, p. 423-440, 2002. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/lq.72.4.40039791>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A Questão do Gênero na Literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CAMARERO CALANDRIA, E.; HERRERO-DIZ, P.; VARONA-ARAMBURU, D. Desinformación de género en Honduras: medios de comunicación y jóvenes frente a las noticias sobre violencia contra las mujeres. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Madrid, v. 28, n. 1, p. 41-52, 2022. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/73263>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CANANÉA, L. V. T.; ROCHA, M. M. V.; TARGINO, M. das G. Maternidade em pauta: reflexões sobre ativismo digital e sua relação com a competência em informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 20-39, set./dez. 2018.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da Informação Social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, 1994. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76140>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/99818>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CARIBÉ, R. de C. do V.; PINTO, A. A.; DIOGENES, F. C. B. Necessidades de informação do gênero mulher no Distrito Federal, Brasil: resultados de um survey. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 418-436, maio/ago. 2015.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço social em revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CARVALHO, E. F. M. de; LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S. F. Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 27, p. 1273-1287, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/gqsfZP3BmhDKZcvrtmdKPYy/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 ago. 2022.

CARVALHO, J. S. F. **Construtivismo**: uma pedagogia esquecida da escola. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

CARVALHO, K. M.de. **Contribuições do uso de tecnologias da informação e comunicação pela mulher durante a gestação para o seu empoderamento no processo parturitivo e amamentação**. 2020. 157 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226748>. Acesso em: 21 ago. 2022.

CARVALHO, M. A. P.; CORTES, G. R.; SILVA, A. R. A mediação da informação e o protagonismo social das mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 91-120, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/45018>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CASTAÑO COLLADO, C. **Género y TIC**. Presencia, posición y políticas. Barcelona: UOC, 2010. (Vol. 3).

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Mulheres na economia digital Superar o limiar da desigualdade**. XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, 2013. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publications>. Acesso em 21 ago. 2022.

CHEGE, A.; NJOROGI, G. G.; MANKONE, A. M. An evaluation of information Literacy Skills of Parliamentarians in Kenya: A Case Study of County Women Representatives. **Saudi Journal of Humanities and Social Sciences**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 437-442, Jun. 2017. Disponível em: <https://scholarsmepub.com/wp-content/uploads/2017/07/SJHSS-26437-442.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CISNE, M. Feminismo e Marxismo: ortodoxia no método e teoria em movimento. *In*: MIGUEL, L. F.; BALLESTRIN, L. **Teoria e Política Feminista**: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, M. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 202 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COLIVER, S. The right to information necessary for reproductive health and choice under international law. *In*: COLIVER, S. (ed.). **The right to know: human rights and access to reproductive health information**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.

COLLING, A. M. **A construção da cidadania da mulher brasileira: a questão da igualdade e da diferença**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CORNWALL, A. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, nov. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000100202&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 31 jan. 2024.

CORRÊA, E. C. D.; CASTRO JUNIOR, O. V. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 35-51, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/99364>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., João Pessoa, 2015. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3028/1050>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. (eds.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ministério da Economia; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. 77 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4381/1/Atlas_da_vulnerabilidade_social_nos_municipios_brasileiros.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projetos de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, 248 p.

DADZIE, P. S. Information literacy: assessing the readiness of Ghanaian universities. **Information Development**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 266-277, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249751176_Information_Literacy_assessing_the_readiness_of_Ghanaian_universities. Acesso em: 24 fev. 2024.

DAMIÃO, N. A. **Se podes olhar, vê: o aborto no cotidiano de trabalho das assistentes sociais**. 2018. 224 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000218077>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DATA SENADO. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Pesquisa Violência doméstica e familiar contra a mulher**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DE LUCCA, D. M. de. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso sob o foco da dimensão política**. 2019. 423 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/206334>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DE LUCCA, D. M. de; VITORINO, E. V. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da Ciência da Informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, p. 22-48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25503>. Acesso em: 15 abr. 2022.

DELPHY, C. Patriarcado. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DERVIN, B. **The Development of Strategies for Dealing with the Information Needs of Urban Residents: Phase III - Applications**. Final Report. [S. l.: s. n.], 1977.

DIAS, K. C. O.; LIMA, F. R. A. de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em Ciência da Informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 1 15, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17428/14210>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DORNER, D. G.; GORMAN, G. E. Information literacy education in Asian developing countries: cultural factors affecting curriculum development and programme delivery. **IFLA journal**, v. 32, n. 4, p. 281-293, 2006.

DOUGLAS, V. A. Moving from Critical Assessment to Assessment as Care. **Communications in Information Literacy**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 46-65, 2020. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1256637.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DOWNEY, A. **Critical information literacy: foundations, inspiration, and ideas**. Sacramento, CA: Library Juice Press, 2016. 204 p.

DOYLE, A. **Competência crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/960>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DOYLE, A. **Competências em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero: práticas de ensino críticas**. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1195/1/PPGCI_IBICT_UFRJ_Tese_DoyleAndrea_2021.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

DOYLE, A. Ideologia e Competência Crítica em Informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 25-33, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/274>. Acesso em: 15 abr. 2022.

DOYLE, A. Paridade bibliográfica-conceitual: resistências de gênero nos estudos críticos da informação. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 12, 2020, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2020.

DOYLE, A.; BRISOLA, A. C. Dois dedos de prosa sobre competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 77-100, abr./jun. 2022.

DOYLE, A.; MOURA, A. C. G. de. Leitura reflexiva para igualdade de gênero: um relato de experiência. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, n. especial, 2023.

DOYLE, A.; OLINTO, G. Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Ancib; UFRGS, 2022.

DOYLE, A.; OLINTO, G. Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 575-594, out./dez. 2021.

DOYLE, C. **Outcome measures for information literacy within the national education goals of 1990**: final report of the National Forum on Information Literacy. Washington, DC: ERIC, 1992.

DUARTE, N. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. Campinas: Autores associados, 1993.

DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 33-49, 2010.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores associados, 2008.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DUDZIAK, E. A. Competência em Informação: melhores práticas educacionais voltadas para a Information Literacy. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: FEBAB, 2005. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/385468>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-52, maio/ago. 2008. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_6b42e3951e_0000016662.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

DUDZIAK, E. A. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. de O. **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: Edufba, 2011. p. 19-50. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22598>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DUDZIAK, E. A. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. In: ALVES, F. M. M.; CORREA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. (eds.). **Competência em Informação**: Políticas Públicas, teoria e prática. Salvador: UFBA, 2016. p. 19-50 (Parte 1 - Políticas Públicas). Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22598>. Acesso em: 24 fev. 2024.

DURRANI, S. **Information and liberation**: Writings on the politics of information and librarianship. Duluth: Library Juice Press, LLC, 2008.

DZIEKANIAK, C. V. Trilha dos sentidos-encontro com a natureza: relato de experiência de um projeto de extensão da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão da Universidade Federal do Rio Grande. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (CBBBD). 25., Florianópolis, 2013. **Anais** [...] Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 4491-4498. Disponível em: jul. <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1596>. Acesso em: 7 jul. 2022.

ECKERDAL, J. To jointly negotiate a personal decision: a qualitative study on information literacy practices in midwifery counselling about contraceptives at youth centres in Southern Sweden. **Information Research: An International Electronic Journal**, [S. l.], v. 16, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <http://informationr.net/ir/16-1/paper466.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

EGAN, M. E.; SHERA, J. H. Foundations of a theory of bibliography. **The Library Quarterly**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 125-137, 1952. Disponível em: <http://paginaspersonales.unam.mx/app/webroot/files/5880/Asignaturas/1876/Archivo2.4536.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ELMBORG, J. Critical information literacy: Definitions and challenges. In: WILKINSON, C. W.; BRUCH, C. (ed.). **Transforming information literacy programs**: Intersecting frontiers of self, library culture, and campus community. [S. l.]; ACRL, 2012. p. 75-95. (ACRL publications in librarianship, v. 64).

ELMBORG, J. Critical information literacy: Implications for instructional practice. **The**

journal of academic librarianship, v. 32, n. 2, p. 192-199, Feb. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/2608643/Critical_information_literacy_Implications_for_instructional_practice. Acesso em: 15 abr. 2022.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** [Tradução Leandro Konder]. 4. ed. - Rio de Janeiro: BestBolso, 2019.

ENRIGHT, N. F. The Violence of Information Literacy: Neoliberalism and the Human as Capital. *In*: HIGGINS, S.; GREGORY, L. **Information literacy and social justice: Radical professional praxis**. Sacramento: Library Juice Press, 2013.

FALCÃO, P.; SOUZA, A. B. de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2219>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FARIAS, C. M.; VITORINO, E. V. Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 2-16, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/6LsLsXSgddQkrshmcq9jQtM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FARNÉ, A. Alfabetización informacional con perspectiva de igualdad y justicia social: una experiencia docente para Documentación informativa. *In*: REVERTER BAÑÓN, S. (ed.). **Experiencias docentes de la introducción de la perspectiva de género**. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I; Grupo de Innovación Educativa PEPI (Prácticas educativas para la igualdad), 2022. p. 53-64. (Innovación Educativa, 27).

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNÁNDEZ, M. T. **"La alfabetización informational (ALFIN) y las mujeres: aprender a aprender."** Estudio sobre la situación y perspectivas de aprendizaje en la ciudad de San Nicolás de los Arroyos, Provincia de Buenos Aires. Rol del profesional de la información. 2012. 92 f. Tesis (Licenciatura en Bibliotecología y Documentación) – Universidad Nacional de Mar del Plata, Buenos Aires, 2012.

FERRARESE, E. (Re)fazer a teoria crítica: por uma (re)leitura feminista. **Dissonância**, Campinas, n. 1, v. 2, p. 176-194, 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/2993/2262>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FERREIRA, L. Meninas são mais do que dobro de meninos entre jovens fora da escola e sem atividade remunerada. **Gênero e Número**, [S. l.], 27 mar. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/meninas-sao-mais-do-que-o-dobro-dos-meninos-entre-jovens-que-nao-completaram-ensino-medio-e-nao-exercem-atividade-remunerada/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FERREIRA, R. R. **Desinformação em processos eleitorais**: um estudo de caso da eleição brasileira de 2018. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo e

Comunicação) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/93397>. Acesso em: 21 ago. 2022.

FERREIRA, R. V.; COSTA, M. R.; MELO, D. C. S. Planejamento Familiar: gênero e significados. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 387-397, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/17277/12520>. Acesso em: 21 ago. 2022.

FEVRIER, P. R.; GARCEZ, D. C. Competência em informação para atuação política e social na Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma análise da produção científica produzida por mulheres sobre o tema. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 345-356, abr./jun. 2019.

FIELDS, A. M. Women's epistemological development: Implications for undergraduate information literacy instruction. **Research Strategies**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 227-238, 2001. Disponível em: <https://www.infona.pl/resource/bwmeta1.element.elsevier-11f3ef75-139e-3deb-84be-5a83c8751cc0>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLAVELL, J. H. Metacognition and cognitive monitoring: A new area of cognitive-developmental inquiry. **American psychologist**, [S. l.], v. 34, n. 10, p. 906, 1979.

FOUNTAIN, K. C. Critical Information Literacy Beyond the University: Lessons From Service in a Women's Health Interest Group. **Behavioral & Social Sciences Librarian**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 24-45, 2013. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ993998>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRASER, N. **Escalas de justicia**. Ed. do Kindle. Barcelona: Herder Editorial, 2012. (E-book).

FRASER, N. Injustice at intersecting scales: on social exclusion and the global poor. **European Journal of Social Theory**, Nova Iorque, n. 13, p. 363-371, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431010371758>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIGHETTO, R. Memória, história e identidades: considerações a partir da história Wambae de Juliano de Toledo (século VII). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 50-73, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/5>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FROHMAN, B. Revisiting "what is document?". **Journal of documentation**, [S. l.], v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. Disponível em: http://csis.pace.edu/~marchese/SE735/New_Papers/Revisiting%20what%20is%20a%20document.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. (org.). **A dimensão epistemológica da**

informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Fundepe; Fapesp, 2008. Palestra proferida pelo Prof. Dr. Bernd Frohmann, na abertura do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 7., 2006, Marília. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5167774/mod_resource/content/1/Aula%204_02%2004_Texto%201_O%20carater%20social%20material%20e%20publico.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

FULLER, S. O projeto de epistemologia social e o problema esquivo do conhecimento. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 155-166, 2001. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_a665ea6f29_0008785.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

FULLER, S. On regulating what is known: A way to social epistemology. **Synthese**, [S. l.], v. 73, n. 1, p. 145-183, 1987. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/FULORW>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FURNER, J. A brilliant mind: Margaret Egan and social epistemology. **Library trends**, Urbana, v. 52, n. 4, p. 792-809, 2004. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.89.9973&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FURTADO, R. L.; SILVA, V. M. O papel do Arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da Competência em Informação. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, São Cristovão, v. 2, n. 2, p. 23-43, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/11782>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GARCIA, T. K.; VITORINO, E. V.; ORELO, E. R. M.; OLIVEIRA, A. C. P. de.; DE LUCCA, D. M. Os temas "vulnerabilidade" e "vulnerabilidade em informação" no buscador Google. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 102-122, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/818>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GARZÓN CLEMENTE, R. Alfabetización informacional de madres de familia: una experiencia de inclusión digital. **REMEIED: Memorias del Encuentro Internacional de Educación a Distancia**, Guadalajara, n. 3, dic. 2014. Disponível em: <https://www.udgvirtual.udg.mx/remieid/index.php/memorias/article/view/17>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **Atoz**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/FULORW>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Editora FCI/UnB, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13025>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GEBHARDT, E.; THOMSON, S.; AINLEY, J.; HILLMAN, K. **Gender Differences in Computer and Information Literacy: An In-depth Analysis of Data from ICILS**. [S. l.]: IEA; SpringerOpen, 2019. (IEA Research for Education, v. 8).

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 f.

GHISSE, A. Bibliotecas populares comunitarias: tr nsitos y negociaciones socioculturales. *In*: PRIMER COLOQUIO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE DE SERVICIOS DE INFORMACIÓN A LA COMUNIDAD, 1., Medellín, 2001. **Anais [...]**. Medellín: [s. n.], 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 7. ed. - [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

GLOBAL GENDER GAP REPORT. Insight Report March 2021. [S. l.]: WORD ECONOMIC FORUM, 2021. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

GOETZ, M.; M LLER, M.; MATTHIES, L. M.; HANSEN, J.; DOSTER, A.; SZABO, A.; PAULUSCHKE-FRÖHLICH, J.; ABELE, H.; SOHN, C.; WALLWIENER, M.; WALLWIENER, S. Perceptions of patient engagement applications during pregnancy: a qualitative assessment of the patient's perspective. **JMIR mHealth and uHealth**, [S. l.], v. 5, n. 5, 2017.

GOLDMAN, A. I. Social epistemology. *In*: E. Z. (ed.) **Stanford encyclopedia of philosophy**. Stanford: Stanford University, 2001. Disponível em: <https://meinong.stanford.edu/entries/epistemology-social/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. A noção de competência em informação e a de sociologia da educação e do trabalho: embate epistemológico. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 84-105, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89929>. Acesso em: 1 abr. 2022.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, J. A.; SAOR  N, T. **Tendencias en programas de alfabetización informacional para empoderar a las personas y a las comunidades**: tecnologías sociales y nuevas prácticas ciudadanas. E-Lis, Murcia, 2015. Disponível em: http://eprints.rclis.org/28990/1/2016_VersionOpenAccess_Tendencias_empoderamiento_gomez_saorin.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, p. 55-67, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52995>. Acesso

em: 16 abr. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_6d5abbf137_0008552.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

GONZÁLEZ PÉREZ, L.; HEREDIA ACEBAL, J. J. La brecha digital en materia de género: características y acciones al respecto. *In*: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 10., 2021, Brasília. **Anales** [...]. Brasília: Universidad de Brasília (UnB); Madrid: Universidad Complutense de Madrid (UCM), 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364193007_LA_BRECHA_DIGITAL_EN_MATERIA_DE_GENERO_CARACTERISTICAS_Y_ACCIONES_AL_RESPECTO_X_Seminario_Hispano-Brasileño_de_Investigación_en_Información. Acesso em: 20 fev. 2024.

GOTTFRIED, H. Compromising positions: emergent neo-Fordisms and embedded gender contracts. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 51, n. 2, p. 235-259, 2000. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-4446.2000.00235.x?casa_token=eQ8ZCmQ3vc8AAAAA:TOtn33alqvsUHLeeoakKmZ64RZsVdactUpLI1kz-VIAPL8tS6dxkDmhisCUmNRJtPmSBn48QXTIpNhk. Acesso em: 02 abr. 2022.

GRÁCIO, M. C. C. **Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. 254 p.

GREGORY, L.; HIGGINS, S. Introduction. *In*: HIGGINS, S.; GREGORY, L. **Information literacy and social justice: Radical professional praxis**. Sacramento: Library Juice Press, 2013.

GUARALDO, T. de S. B.; AVELINO, C. M.; SANTOS, C. R. G. dos. Desenvolver competências na universidade e sociedade: o enfrentamento à violência contra a mulher. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-15, 2021.

GUERRILLA GIRLS. Guerrilla girls: reinventing the 'f' word: feminism. **Guerrilla Girls**, New York, [2024]. Disponível em: <https://www.guerrillagirls.com/our-story>. Acesso em: 26 fev. 2024.

GUILLAUMIN, C. **L'idéologie raciste: genèse et langage actuel**. La Haye: Mouton, 1972. 256 p.

GUIMARÃES, C. Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e 'pós-verdade'. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 25, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/19158>. Acesso em: 24 fev. 2024.

GUNDU, M. **The impact of the level of literacy on access to information by urban black women in Zimbabwe: the case of Kariba town**. 2006. 87 f. Project

(Master degree) – University of Fort Hare, South Africa, 2006.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, Washington, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3178066?origin=crossref>. Acesso em: 24 fev. 2024.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, USA, 2005.

HASSAN, S.; MASOUD, O. Online health information seeking and health literacy among non-medical college students: gender differences. **Journal of Public Health: From Theory to Practice**, [S. l.], v. 29, p. 1267–1273, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339837272_Online_health_information_seeking_and_health_literacy_among_non-medical_college_students_gender_differences. Acesso em: 20 fev. 2024.

HATSCHBACH, M. H. L. **Information literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/722/1/mariahelena2002.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbkMZB7PYMvxTwZrXf9t/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

HICKS, A. E. Making the Case for a Sociocultural Perspective on Information Literacy. In: NICHOLSON, K.; SEALE, M. (ed.). **The Politics of Theory and the Practice of Critical Librarianship**. Sacramento: Library Juice Press, 2018. p. 69-85.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 61-63, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2022.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. **Journal of the American society for information science**, [S.l.], v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/%28SICI%291097->

4571%28199507%2946%3A6%3C400%3A%3AAID-ASI2%3E3.0.CO%3B2-Y.
Acesso em: 16 abr. 2022.

HOBBSAWM, E. J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOLLANDA, H. B. de. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. *In*: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 31-68.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In*: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

HULL, B.; BROADY-PRESTON, J. Social class and gender as predictors of information literacy skills report of a research in progress. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION (ISKO Ibérico), 7., 2005, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: ISKO, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2966308>. Acesso em: 20 fev. 2024.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ILO, P.; IFIJEH, G.; SEGUN-ADENIRAN, C.; MICHAEL-ONUOHA, H. C.; EKWUEME, L. Providing reproductive health information to rural women: The potentials of public libraries. **African Journal of Reproductive Health**, [S. l.], v. 25, n. 5s, p. 210-218, 2021. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ajrh/article/view/221458>. Acesso em: 21 ago. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Development and Access to Information**, Netherlands. 2017. Disponível em: <https://da2i.ifla.org/sites/da2i.ifla.org/files/uploads/docs/da2i-2017-full-report-es.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Recomendaciones IFLA sobre Alfabetización Informacional y Mediática**. [S. l.], 2011. [S. l.]: IFLA, 2011. Disponível em: https://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/612/articles-132155_recurso_02.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Vulnerabilidade Social. 2017. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 25 jun.

2022.

JACOBS, H. L. M. Information literacy and reflective pedagogical praxis. **The journal of academic librarianship**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 256-262, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/72789763.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

JACOBSON, T. E.; MACKEY, T. P. Proposing a metaliteracy model to redefine information literacy. **Communications in information literacy**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 84-91, 2013.

JAPIASSÚ, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1997.

JEYSHANKAR, R.; NACHIAPPAN, N. Study on Gender Differences in Information Literacy Skills among Research Scholars of Alagappa University, Karaikudi, Tamil Nadu. **Library Philosophy and Practice** (e-journal), [S. l.], 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/4946/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

JONES, S.-L.; PROCTER, R. Young peoples' perceptions of digital, media and information literacies across Europe: gender differences, and the gaps between attitudes and abilities. **Technology, Pedagogy and Education**, [S. l.], v. 32, n. 4, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1475939X.2023.2210152>. Acesso em: 20 fev. 2024.

KAPITZKE, A. C. Information literacy: A review and poststructural critique. **Australian Journal of Language and Literacy**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 53-66, 2003. Disponível em: <https://eprints.qut.edu.au/8867/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

KAŠČÁK, O.; PUPALA, B. Governmentality-Neoliberalism-Education: the Risk Perspective. **Journal of Pedagogy/Pedagogický časopis**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 145-160, 2011. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.2478/v10159-011-0007-z>. Acesso em: 16 abr. 2022.

KASSIM, M.; NDUMBARO, F. An assessment of health information literacy among women in rural Lake Zone, Tanzania. **International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)**, [S. l.], v. 48, n. 4, p. 646-660, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353701704_An_assessment_of_health_information_literacy_among_women_in_rural_Lake_ZoneTanzania. Acesso em: 20 fev. 2024.

KERÄNEN, T.; ENWALD, H. Everyday Energy Information Literacy and Attitudes towards Energy-Related Decisions: Gender Differences among Finns. **Resources**, [S. l.], v. 12, n. 6, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2079-9276/12/6/70>. Acesso em: 20 fev. 2024.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNNxSrszcVLQGfHFf85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2022.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

KERN, H.; SCHUMANN, M. Cambio técnico y trabajo industrial, con polarización tendencial de las capacidades medias. *In*: LABARCA, G (comp.). **Economía política de la educación**. México: Nueva Imagem, 1980.

KHALIL, O. A. K.; DA SILVA KHALIL, S.; JUNIOR, E. C. Xenofobia: um velho sintoma de um novo Coronavírus. **Revista Thema**, [S. l.], v. 20, ed. Especial COVID-19, p. 132-142, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1855>. Acesso em: 16 abr. 2022.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

KLEIN, L. R. Construtivismo piagetiano: considerações críticas à concepção de sujeito e objeto. *In*: DUARTE, N. (org.) **Sobre o construtivismo: contribuições à uma análise crítica**. Campinas: Autores associados, 2005.

KRÚSPKAIA, N. K. Guerra e maternidade. *In*: SCHNEIDER, Graziela. (org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

KUHL, N. Women's healthcare, censorship, and the library: Problems, issues, questions. *In*: SIITONEN, L (ed.). **Women's Issues at IFLA: equality, gender and information on Agenda**. [S. l.]: IFLA, 2003. p. 142-154. (IFLA publications, v. 106).

KUHNEN, S. de S.; VITORINO, E. V. **Vulnerabilidade em informação e mães solo: possibilidades à competência em informação**. 2021. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 7. ed. - [3. Reimp.]. São Paulo: Atlas, 2019.

LAMA, A. R. Epistemologia social: possível origem e alguns momentos de seu percurso. **Pro-posições**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 103-113, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643577>. Acesso em: 12 jun. 2022.

LAU, W. W. F.; YUEN, A. H. K. Factorial invariance across gender of a perceived ICT literacy scale. **Learning and Individual Differences**, [S. l.], v. 41, p. 79-85, 2015. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S104160801500134X?via%3Dihub>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B. H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEACOCK, E. B. **Mitos da dominação masculina**: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. Tradução de Susana Vasconcelos Jimenez. São Paulo: Instituto Lukács, 2019, 416 p.

LEAL, M. L.; VITORINO, E. V.; ORELO, E. R. M.; OLIVEIRA, A. C. P. de.; DE LUCCA, D. M. de. O tema "vulnerabilidade" no Portal BU-UFSC: subsídios para a construção de um conceito de vulnerabilidade em informação no âmbito da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 53-80, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/816>. Acesso em: 12 jun. 2022.

LECKIE, G. J.; GIVEN, L. M.; BUSCHMAN, J. (ed.). **Critical theory for library and information science**: exploring the social from across the disciplines. Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited, 2010.

LE MOS, J. O problema da museologia como emancipação no conflito entre patrimônio e memória coletiva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA, 2., Goiás, 2014. **Anais [...]** Goiás: UFG, 2014. Disponível em: https://74a6256a5c.cbacdnwnd.com/5fda1b48ab3520ca364de714b27e2eb7/200000020-ac2a1ad25e/Anais%20seminario%20internacional_FINAL.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEWISON, M.; FLINT, A. S.; VAN SLUYS, K. Taking on critical literacy: The journey of newcomers and novices. **Language arts**, [S. l.], v. 79, n. 5, p. 382-392, maio 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284055039_Taking_on_critical_literacy_The_journey_of_newcomers_and_novices. Acesso em: 12 jun. 2022.

LI, S.-Y.; GUO, J.-Y.; ZHOU, J.; SHEN, Q.; NIU, S.-Y.; WANG, L.; CHEN, H.-J.; OUYANG, Y.-Q.; REDDING, S. R. Development and psychometric properties of a medication information literacy scale for Chinese pregnant women. **Research Square**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://assets.researchsquare.com/files/rs-2981039/v1/d064c071-c0a4-48b6-bf21-2dfdfaeadce1.pdf?c=1698818392>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LING, C. L. Gender Influence on Information Literacy Skills in Completing Group Discussion Assessment Among Semester One Students at Selected Polytechnics in Malaysia. **Borneo Engineering & Advanced Multidisciplinary International Journal (BEAM)**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 11-19, May 2023. Disponível em: <https://beam.pmu.edu.my/index.php/beam/article/view/47>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LIPU, S. Exploring information literacy from feminist perspectives. In: LLOYD, A.; TALJA, S. (ed.). **Practising information literacy**: bringing theories of learning,

practice and information literacy together. Cambridge: Chandos publishing, 2010. p. 331-356.

LIU, T.-T.; SUN, H.-B. Gender Differences on Information Literacy of Science and Engineering Undergraduates. **I. J. Modern Education and Computer Science**, [S. l.], v. 2, p. 23-30, 2012. Disponível em: <https://www.mecs-press.org/ijmecs/ijmecs-v4-n2/IJMECS-V4-N2-4.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LIVINGSTONE, S. Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. **The communication review**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 3-14, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714420490280152>. Acesso em: 12 jun. 2022.

LLOYD, A. Information literacy landscapes: an emerging picture. **Journal of Documentation**, [S. l.], v. 62, n. 5, p. 570-583, 2006. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/217978523?sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LLOYD, A.; WILKINSON, J. Tapping into the information landscape: refugee youth enactment of information literacy in everyday spaces. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 252-259, 2019. Disponível em: <https://research.monash.edu/en/publications/tapping-into-the-information-landscape-refugee-youth-enactment-of>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, Colômbia, n. 9, p. 73-102, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MAHMOOD, M.; BATTOOL, S. H.; AHMMAD, M. Investigating digital information literacy in relation with demographic factors: a case of women in Pakistan. **Library Philosophy and Practice** (e-journal), [S. l.], 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350793312_Investing_Digital_Information_Literacy_in_relation_with_Demographic_Factors_A_Case_of_Women_in_Pakistan. Acesso em: 20 fev. 2024.

MAHMOOD, M.; BATTOOL, S. H.; RAFIQ, M.; SAFDAR, M. Examining digital information literacy as a determinant of women's online shopping behavior. **Information Technology & People**, [S. l.], v. 35, n. 7, p. 2098-2114, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355586153_Examining_digital_information_literacy_as_a_determinant_of_women's_online_shopping_behavior. Acesso em: 20 fev. 2024.

MALLMANN, P. S. P.; OLINTO, G.; LAMAS, T. Desconstrução de estereótipos de gênero e perspectiva feminista na literatura infanto-juvenil: análise de livros publicados no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 22., Porto Alegre, 2022. **Anais [...]** Porto Alegre: PPGCIN; UFRGS, 2022.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações

vulneráveis e minoria, 2013. Disponível em: http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

MANIVANNAN, A. Gender inequalities in access to information about Ebola as gender-based violence. **Harvard Human Rights Journal**, [S. l.], 2015.

MARAZZI, C. **The Violence of financial capitalism**. Los Angeles: Semiotext(e), 2009. (Intervention Series, v. 2).

MARTELETO, R. M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno?. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n 2, p. 169-180, jul./dez. 1987. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

MARTÍNEZ-ABAD, F.; RODRÍGUEZ-CONDE, M. J.; CALVO, M. B.; TORRECILLA-SÁNCHEZ, E. M. Assessment, training and innovation in information literacy in secondary education: Mediation and moderation techniques in gender studies. *In*: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON COMPUTERS IN EDUCATION (SIIE), Salamanca (Spain), 2016. **Proceedings** [...]. Salamanca, Spain: IEEE, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/310807834_Assessment_training_and_innovation_in_information_literacy_in_secondary_education_Mediation_and_moderation_techniques_in_gender_studies. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARTINS, A. A. L. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da marcha das vadias. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8SGYA>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MARTINS, A. A. L. Mediação informacional: uma perspectiva a partir do campo social da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., Florianópolis, 2013. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/184504>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. **O capital - Livro 1**: Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATA, M. L. da. **Inserção da Competência Informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e de Informação e Documentação na Espanha**. 2014. 196f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade

Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110393>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MATEUS, D. L.; MANGUE, M. V.; ORTIZ-REPISO, V. La alfabetización digital de mujeres hacia la inclusión digital y el cumplimiento de la agenda 2030: una comparación entre las políticas públicas de inclusión digital en Mozambique y España. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 320-354, abr./jun. 2022. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40004>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MATIAS-RODRIGUES, M. N.; ARAÚJO-MENEZES, J. de. Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do movimento hip hop. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Manizales, v. 12, n. 2, p. 703-715, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/773/77331488013.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MATTHAEI, J. Por que os/as economistas feministas/marxistas anti-racistas devem ser economistas feministas/marxistas anti-racistas. In: FARIA, N; NOBRE, M. (org.). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

McCREADICE, M.; RICE, R. E. Trends in analyzing access to information. Part 1: cross-disciplinary conceptualizations of access. **Information Processing & Management**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 45-76, Jan. 1999. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306457398000375?via%3Di> hub. Acesso em: 20 jul. 2022.

MEELISSEN, M. Computer attitudes and competencies among primary and secondary school students. In: VOOGT, J.; KNEZEK, G. (eds.). **International Handbook of Information Technology in Primary and Secondary Education**. US: Springer US, 2008. p.381–395.

MELLO, D. A. de; ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S. Práticas Informacionais das mulheres negras: construindo Competência Crítica em Informação. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 5, n. especial, p. 5-23, 2019.

MELO, D. A. de; ROCHA, P. M. da S.; ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S. As práticas informacionais e os estudos contemporâneos sobre competência em informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 26, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2021.

MELO, D. A. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação**: Um estudo na Bamidelê—Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:
https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16348?locale=pt_BR. Acesso em: 21 ago. 2022.

MELO, D. A.; ALVES, E. C.; BRASIELEIRO, F. S. A competência crítica em informação e o enfrentamento às desigualdades de gênero. In: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e

práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

MELO, T. C. B. de. **Nem fraquejada e nem do lar: a Rede de Bibliotecas Populares de Niterói em prol da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas.** 2020. 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2020.

MENDES, J. M. **Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015.

MENEZES, P. L.; VITORINO, E. V. A Competência Informacional fundamentada na dimensão ética. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 86-107, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/46044>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRANDA, A. M. M. Educação e competência crítica em informação: análise a partir da pedagogia histórico-crítica. *In*: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e praxis.** Rio de Janeiro, 2022. p. 35-47.

MIRANDA, A. M. M. **Multiplicadores da competência em informação e o uso da metacognição nas ações formadoras.** 2020. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000232768>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MIRANDA, A. M. M.; ALCARÁ, A. R. Debates iniciais sobre o papel da competência em informação no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Ancib; UFRGS, 2022.

MONTEIRO, S. R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MORAES, M. A. **A configuração interdisciplinar da Ciência da Informação pelo olhar da análise de citações.** 2020. 189 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193488>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORGAN, L. H. **A sociedade antiga.** Tradução de Maria Lúcia de Oliverira. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUDHAI, O. F.; WRIGHT, B.; MUSA, A. Gender and critical media-information literacy in the digital age: Kenya, South Africa and Nigeria. **Journal of African Media**

Studies, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 267-280, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311862188_Gender_and_critical_media-information_literacy_in_the_digital_age_Kenya_South_Africa_and_Nigeria. Acesso em: 20 fev. 2024.

NASCIMENTO, M. de J. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003.

NEUMAN, L. The Right of Access to Information: Exploring Gender Inequities. **IDS Bulletin: Transforming Development Knowledge**, Brighton, v. 47, n. 1, p. 83, 2016. Disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/7692/IDSB_47_1_10.190881968-2016.108.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 jun. 2022.

NEVES, L. P. O Martelo das Feiticeiras (*Malleus maleficarum*) e a misoginia: introdução às lutas feministas na educação de surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, 2020. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/650>. Acesso em: 12 jun. 2022.

NIERENBERG, E.; DAHL, T. I. Is information literacy ability, and metacognition of that ability, related to interest, gender, or education level? A cross-sectional study of higher education students. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 57-69, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356692647_Is_information_literacy_ability_and_metacognition_of_that_ability_related_to_interest_gender_or_education_level_A_cross-sectional_study_of_higher_education_students. Acesso em: 20 fev. 2024.

NORD, M. I. Understanding Critical Information Literacy through Social Epistemology. **Canadian Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://cjal.ca/index.php/capal/article/view/28630/25276>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ODDONE, N. E.; MENEZES, V. S. de. Situando a Epistemologia Social no contexto da ciência contemporânea. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 11., Rio de Janeiro, 2010. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ; IBICT, 2010.

ODDONE, N. Revisitando a "epistemologia social": esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/VSpQ8bTV8LYcvjckZRxk6Sj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

OHMANN, R. Literacy, technology, and monopoly capital. **College English**, [S. l.], v. 47, n. 7, p. 675-689, Nov. 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/376973>. Acesso em: 12 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. P.; VITORINO, E. V. Os sentidos da dimensão técnica: abordagem sobre a competência em informação no âmbito da filosofia e da ciência da informação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 40-65,

2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32400>. Acesso em: 12 jun. 2022.

OLIVEIRA, E. F. T. de; GRACIO, M. C. C. Indicadores bibliométricos em ciência da informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema estudos métricos na base Scopus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, p. 16-28, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/gvXyLnSGnLxbxSzR9v4HcLq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2022.

OLIVEIRA, R. C. de. **Música e política**: percepções da vida social brasileira no rap. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16401/1/Diss%20Roberto.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

ORELO, E. R. M.; VITORINO, E. V. Competência informacional: um olhar para a dimensão estética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 41-56, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36802>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU BRASIL) **Transformando Nosso Mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2015. 49 p. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU Mulheres Brasil). **Por um Planeta 50-50 em 2030**: um passo decisivo pela igualdade de gênero. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO; Celtic.br, 2016. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/8/246421POR.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Gender equality in the workplace remains elusive**. [S. l.]: OIT, 2020. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/gender-equality-in-the-workplace-remains-elusive/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. Desinformação alimenta dúvidas sobre vacinas contra a COVID-19, afirma diretora da OPAS. Washington, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/21-4-2021-desinformacao-alimenta-duvidas-sobre-vacinas-contracovid-19-afirma-diretora-da>. Acesso em: 12 jun. 2022.

OSSAI, O. V. Gender Differences in Information Literacy Self-Efficacy among Academic Librarians in Federal University Libraries in South-East Nigeria. **Library**

Philosophy and Practice (e-journal), [S. l.], 2022. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/7260/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

OTTONICAR, S. L. C.; FURTADO, R. L.; YAFUSHI, C. P. O estereótipo de gênero no contexto inteligência artificial: uma nova missão da competência em informação. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN)*, 8., Londrina, 2019. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2019. p. 109-124.

OXFAM. **Uma economia para o 1%: como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido**. São Paulo: OXFAM, 18 jan. 2016. (Documento informativo da OXFAM, 210).

OYERONKE, A. Information as an economic resource: the role of public libraries in Nigeria. **Chinese Librarianship: An International Electronic Journal**, [S. l.], v. 34, p. 66-75, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/20540420>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PADMA, P.; RAMASAMY, K. Seven Pillars of Information Literacy Skills: A Gender-Based Evaluation. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LIBRARIES, INFORMATION AND SOCIETY (ICoLIS) – Romanticizing the library: creating what users need and what*, 6., Kuala Lumpur, Malaysia, 2016. **Proceedings [...]**. Kuala Lumpur, Malaysia: Department of Library and Information Science, Faculty of Computer Science, 2016. p. 145-162. Disponível em: <https://umlib.um.edu.my/images/library%20publication/icolis/2016/Seven%20Pillars%20of%20Information%20Literacy%20Skills%20A%20Gender-Based%20Evaluation.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PAIANO, G. de S.; VITORINO, E. V.; ORELO, E. R. M.; OLIVEIRA, A. C. P. de.; DE LUCCA, D. M. de. O tema "vulnerabilidade" na SciELO: contribuições para a construção conceitual de "vulnerabilidade em informação". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 81-101, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/817>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PAO, M. **Concepts of Information retrieval**. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1989.

PAPEN, U. Conceptualising information literacy as social practice: a study of pregnant women's information practices. **Information research**, [S. l.], v. 18, n. 2, Jun. 2013. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1044691.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PARK, J.; KIM, S.; LEE, E. Proficiency level and Gender Difference in Computer and Information Literacy. **Indian Journal of Science and Technology**, [S. l.], v. 9, n. 24, Jun. 2016. Disponível em: <https://indjst.org/articles/proficiency-level-and-gender-difference-in-computer-and-information-literacy>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PECK, J. Regulating labour: the social regulation and reproduction of local labour markets'. *In: AMIN, A.; THRIFT, N. Globalization, institutions, and regional development in Europe*. Oxford: Oxford university press, 1994.

PEGUES, C. R. Engendering Social Justice in First Year Information Literacy Classes. **Communications in Information Literacy**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 193-202, 2018. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol12/iss2/8/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PELEGRINI, E. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento**. 2022. 323 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V. A dimensão ética da competência informacional dos Bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., João Pessoa, 2015. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2667/1065>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V.; HERRERA, K. M. Competência em informação e empoderamento de mulheres. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 21., Rio de Janeiro, 2021. **Anais** [...] Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/18>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V.; HERRERA, K. M. Competência em informação e empoderamento feminino: delimitações teóricas para a área de Ciência da Informação. **TPBCI: Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 14, 2021.

PEREIRA, J. A. O conceito de raça e racismo brasileiro. **Laboratório Didático - USP ensina Sociologia**, São Paulo, 2017. Disponível em: https://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/TTJuliaAdujasPereira_site.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

PÉREZ PAIS, C.; PICALLO MARTÍNEZ, M. D. Las nuevas tecnologías al servicio de la igualdad: análisis de las páginas web de las unidades de igualdad de las universidades españolas. *In*: XORNADA UNIVERSITARIA GALEGA EN XENERO, 2., 2014, Ferrol. **Anales** [...]. Ferrol: Universidad da Coruña, Servizo de Publicacións, 2014. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/15815>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PETERS, M. Estruturalismo e pós-estruturalismo. **Análise Musical**, Florianópolis, p. 1-15, 2005. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Peters-Estruturalismo_pos-estruturalismo.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir a adversidade**. Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2009.

PINHEIRO, A. dos S. Mulheres e leitura: entre regras sociais e escolhas pessoais. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 62-76, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1450>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PINHEIRO, C. F. Feminismo marxista e trabalho doméstico. In: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO: DE O CAPITAL À REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1867-1917), 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: NIEP-MARX, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC18/mc182.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PINTO, M.; SALES, D.; FERNÁNDEZ-PASCUAL, R. Gender perspective on information literacy: An interdisciplinary and multidimensional analysis within higher education settings. **Library and Information Science Research**, [S. l.], v. 41, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336575905_Gender_perspective_on_information_literacy_An_interdisciplinary_and_multidimensional_analysis_within_higher_education_settings. Acesso em: 20 fev. 2024.

POMPEO, D. A.; ROSSI, L. A.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 22, p. 434-438, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/apel/a/KCrFs8Mz9wG59KtQ5cKbGgK/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, São Luís, n. 1, p. 55-65, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/viewFile/1641/1302>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PRETTI, I. Sobre o dia internacional da mulher. **CCSP**, São Paulo, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://centrocultural.sp.gov.br/sobre-o-dia-internacional-da-mulher/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PRICE, J. D. de S. **Little science, big science**. New York: Columbia University Press, 1963.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, London, v. 25, n. 4, p. 348-349, Dec. 1969. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb026482/full/html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PUNTER, R. A.; MELISSEN, M. R. M.; GLAS, C. A. W. Gender differences in computer and information literacy: An exploration of the performances of girls and boys in ICILS 2013. **European Educational Research Journal (EERJ)**, [S. l.], v. 16, n. 6, p. 762-780, 2016. Disponível em: <https://research.utwente.nl/en/publications/gender-differences-in-computer-and-information-literacy-an-explor>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli: revista**

eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 17-46, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39634>. Acesso em: 26 jun. 2022.

RAMOS, M. N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 401-422, 2002.

RAMOS, M. N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, M. N. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-114, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/sN3qXYKkxSYSQNmr6b7gT6K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2024.

RANAWEERA, P. Information Literacy Programmes Conducted by the Universities in Sri Lanka. **Journal of the University Librarians Association of Sri Lanka**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 61-75. Disponível em: <https://jula.sljol.info/articles/10.4038/jula.v14i1.2688>. Acesso em: 24 fev. 2024.

RAO, A.; SHOKEEN, A. Health information literacy among rural women of Panchkula District of Haryana. **Journal Of Indian Library Association**, [S. l.], v. 58, n. 1, Jan./Mar. 2022. Disponível em: <https://www.ilaindia.net/jila/index.php/jila/article/view/1531>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RECHENA, A. M. D. **Sociomuseologia e gênero: imagens da mulher em exposições de museus portugueses**. 2011. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011. Disponível em: https://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/aida_rechena.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

RIBEIRO, A. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, Salvador, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/26678>. Acesso em: 26 jun. 2022.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95395>. Acesso em: 04 jul. 2022.

RIOS, A.; CUEVAS-CERVERÓ, A.; LINHARES, R. Mulheres e mães do Bolsa Família: acesso à informação, empoderamento e cidadania em três comunidades de Sergipe. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 889-904, set./dez. 2019.

ROMEIRO, N. L. **Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro

de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2019.

ROMEIRO, N. L.; SILVA, F. C. G. da; BRISOLA, A. C. C. de A. S. A página arrumando letras como um espaço para a desconstrução da dominação do patriarcado. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 317-337, set./dez. 2018.

ROSENFELD, C. L. Paradoxos do capitalismo e trabalho em call centers: Brasil, Portugal e Cabo Verde. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 447-462, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/5g4r9tJ5V5G8kn6jKr4qKRz/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2022.

ROSSI, J. Si.; BRIGNOL, L. D. Práticas de leitura compartilhada nos clubes leia mulheres: estudo exploratório com mediadoras de leitura. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2020. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0752-1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

RUAS, R. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 379-415, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/46086/33034>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SÁ, T. C. de. Revolução através da palavra: reflexões acerca do uso da literatura e da oralidade como expressão social e atuação política no *slam* das minas – RJ. **GIS – Gesto, Imagem e Som: Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 2-19, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/175918>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Patriarcado-capitalismo: Heleieth Saffioti a partir de “A Ideologia Alemã”. **LavraPalavra**, 12 fev. 2016. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2016/02/12/patriarcado-capitalismo-heleieth-saffioti-a-partir-de-a-ideologia-alema/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, H.I. B. A mulher na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALOMON, N. de A. M. **Prática Informacional e Competência em Informacional: um estudo dos filtros na busca e recuperação sobre violência doméstica contra a**

mulher. 2017. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/2720>. Acesso em: 21 ago. 2022

SAMPAIO, D. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória, museus e ciência da informação: Uma perspectiva interdisciplinar. **Bíblios**, Rio Grande, n. 52, p. 35-42, 2013.

SANTO, P. E. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SANTOS, B. A. **Centros de referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação**: um estudo na cidade de São Paulo. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BELLUZZO, R. C. B. Ações educacionais de mediação da informação e da competência em informação (Coinfo) como fatores de interferência na realidade social. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (EPIM). 2., Marília, 2015. **Anais [...]** Marília: Unesp, 2015. Disponível em: <http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/33/43>. Acesso em: 21 ago. 2022

SANTOS, S. M. de M. dos; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, p. 11-19, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SARDENBERG, C. M. B. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/17700>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SARTORE, A. R.; SANTOS, A. R.; SILVA, C. F. Tecendo fios entre o feminismo latino-americano descolonial e os estudos pós-coloniais latino-americanos. **INTERRITÓRIOS**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/5011>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**, quadragésimo ano [livro eletrônico]: novas aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, D. Perspectiva Marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. *In*: DUARTE, N. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores associados, 2022.

SCHMITT, F. F. Social epistemology. *In*: **Routledge encyclopedia of philosophy**. New York: Routledge. 1998. p. 828–832.

SCHNEIDER, M. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como

dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R. M.; SALDANHA, G. S. (org.). **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R. M. Marx, Ética e a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38685>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2. ed. New York: Columbia University Press, 1989; Recife, 1995.

SELVI, K. S.; GANESAN, P. Exploring the university research scholars' information literacy competency: a focus on the knowledge and skills. **Information Discovery and Delivery**, [S. l.], v. 50, n. 4, p. 365–373, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357911419_Exploring_the_university_research_scholars'_information_literacy_competency_a_focus_on_the_knowledge_and_skills. Acesso em: 20 fev. 2024.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36594>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SERRO, D. A. C. **A mulher no mundo do trabalho**: peculiaridades, conquistas e perspectivas. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Ijuí, 2010.

SHERA, J. H. An epistemological foundation for library science. *In*: MONTGOMERY, E. B. (ed.). **The foundations of access to knowledge**: A symposium. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1968. p. 7–25. Disponível em: https://grazian-archive.com/~graziana/archive/pdf/1968_00_00_the_foundations_of_access_to_knowledge.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

SHERA, J. H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jun. 1977. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_dde99ac1c9_0009749.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

SHERA, J. H. **The foundations of education for librarianship**. New York: Becker-Hayes, 1972. Disponível em: <https://lib.ugent.be/en/catalog/rug01:000024827>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SHERA, J. H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1973. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SICILIANO, M.; SOUZA, C. da M. de; METH, C. de M. e S. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31447>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SILVA, A. C. P. **Informatio complex**: a complexidade da informação ambiental e a promoção do desenvolvimento humano. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15366?locale=pt_BR. Acesso em: 21 ago. 2022.

SILVA, A. G. da.; OLINTO, G. Gender Differences in ICT Use and Information Literacy in Public Libraries: A Study in a Rio de Janeiro Public Library. *In*: KURBANOĞLU, S.; BOUSTANY, J.; ŠPIRANEC, S.; GRASSIAN, E.; MIZRACHI, D.; ROY, L.; ÇAKMAK, T. (eds.). **Information Literacy: Key to an Inclusive Society**. European Conference on Information Literacy (ECIL), 4., Prague, Czech Republic: ECIL, 2016.

SILVA, E. G.; NOGUEIRA, M. da C.; NEVES, A. S. A. das. (RE)Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Gênero e Trabalho-Família. **Psico**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8312>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, F. C. C. da. A Sociedade da Desinformação. **LOGEION**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 143-161, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5953>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SILVA, G. R. Competência em informação e educação: campo de interlocução entre bibliotecários e educadores. *In*: MORAES, J. A. do N. de.; VESZ, P.; PEREIRA, P. C. (org.). **Inclusão ou exclusão**: os impactos na educação do século XXI e suas contribuições educacionais, digitais e sociais. Rio de Janeiro: Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional, 2021. p. 53-68.

SILVA, G. R. da. **Tessituras da temática information literacy**: análise bibliométrica e de conteúdo em artigos científicos empíricos da Austrália, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra (2000-2013). 63 f. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2014.

SILVA, J. A. F. **A representação das mulheres negras nos museus de Salvador**: uma análise em branco e preto. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18548/1/JOANA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SILVA, J. B. da; BARROS, M. B. A. Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, US, v. 12, n. 6, p. 375-383, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2002.v12n6/375-383/pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SILVA, J. L. C. **Fundamentos da informação I: perspectivas em Ciência da Informação**. São Paulo: Abecin, 2017.

SILVA, J. L. C. **Múltiplas interlocuções da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos**. 2014. 490 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17065>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SILVA, M. P. A. S. da; GOMES, G. P. Movimentos antifeministas e desinformação: uma análise dos discursos promovidos no Instagram. **REBECIN: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, número especial, p. 1-13, 2022.

SILVEIRA, M. A. A.; BAZI, R. E. R. As referências nos estudos de citação: algumas questões para discussão. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 10, n. 4, 2009. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_b5ff85e7c9_0007879.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

SIMEÃO, E. L. M. S.; BELLUZZO, R. C. B.; DIÓGENES, F. C. B.; NUNES, E. M.; LEITE, C. Estruturação estratégica do campo científico da Competência em Informação no Brasil: integrando redes e instituições. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 440–453, 8 jan. 2019.

SINGH, R.; KUMAR, S. An empirical assessment of information literacy competency of social science researchers: a gender perspective. **Annals of Library and Information Studies**, [S. l.], v. 67, p. 7-16, Mar. 2020. Disponível em: <https://nopr.niscpr.res.in/bitstream/123456789/54670/1/ALIS%2067%281%29%207-16.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto (SP), v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SOARES, P. S. G.; ROSENDA, L. C.; SOUZA, K. D.; VIGNAGA, T. G. G. Direitos humanos das mulheres e acesso à informação: uma experiência de extensão com um programa de rádio durante a pandemia da covid-19. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 52, p. 224-238, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5800>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SOCIETY OF COLLEGE, NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARIES (SCONUL). **The SCONUL Seven Pillars of Information Literacy: Core Model For Higher Education**. [S. l.]: SCONUL Working Group on Information Literacy, 2011.

SOLANO, A. S. **Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural- Brasília**. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em

Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19214>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SOUZA, A. C. de; BAHIA, E. M. dos S.; VITORINO, E. V. Dimensões da competência em informação sob a perspectiva de Zarifian. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 56-76, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/142162>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SOUZA, C. S.; SPUDEIT, D. Empreendedorismo social na Biblioteconomia: Análise da atuação bibliotecária em ações com foco na Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 3-22, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1231/1114>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. **Revisão integrativa**: o que é e como fazer. Einstein, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010.

SOUZA-LOBO, E. A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 3. ed. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 2021.

SPUDEIT, D. Programas para desenvolvimento de competências informacionais: implementação, metodologias e avaliação. *In*: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. (org.). **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22598>. Acesso em: 21 ago. 2022.

TASHAKKORI, A.; CRESWELL, J. W. Exploring the nature of research questions in mixed methods research. **Journal of mixed methods research**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 207-211, 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1558689807302814>. Acesso em: 21 ago. 2022.

TAYLOR, A.; DALAL, H. A. Gender and Information Literacy: Evaluation of Gender Differences in a Student Survey of Information Sources. **College & Research Libraries**, [S. l.], v. 78, n. 1, p. 90-113, Jan. 2017. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1125502>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TEBALDI, R. Contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os debates sobre alfabetização midiática e informacional. **RBBd: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 196-212, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/652>. Acesso em: 26 jan. 2024.

TENÓRIO, F. G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1141-1172, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/7DZRgxs8gXXWKGps4HWZxCQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2022.

TEWELL, E. A Decade of Critical Information Literacy: A Review of the Literature. **Communications in Information Literacy**, Tulsa, v. 9, n. 1, p. 24-43, 2015. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol9/iss1/2/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

TEWELL, E. C. Employment opportunities for new academic librarians: Assessing the availability of entry level jobs. **portal: Libraries and the Academy**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 407-423, 2012. Disponível em: <https://eamontewell.files.wordpress.com/2008/03/employmentopportunities.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

THE LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION – CILIP. **Definition of Information Literacy**. UK: CILIP Information Literacy Group, 2018. Disponível em: <https://www.cilip.org.uk/news/421972/What-is-information-literacy.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.

THEIS, I. M. A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual. **URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 133-148, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/b5hsS8jrLQTNG44w9sK3KBf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

TODD, R. J. Information literacy: agendas for a sustainable future. **Journal of Information Literacy**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 120-136, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317354420_Information_Literacy_Agendas_for_a_Sustainable_Future. Acesso em: 24 fev. 2024.

TORREGROSA CARMONA, J. F. Brecha digital. Notas desde una perspectiva de género. **Asparkia: Investigación Feminista**, Castellón de la Plana (España), n. 22, p. 51-59, 2011. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/asparkia/article/view/597>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Unesco in action for gender equality (2020-2021)**. [S. l.]: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380680>. Acesso em: 04 jul. 2022.

URIBE-TIRADO, A. Interrelaciones entre veinte definiciones-descripciones del concepto de alfabetización informacional: propuesta de macro-definición. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud (ACIMED)**, La Habana, v. 20, n. 4, 2009. Disponível em: <https://www.medigraphic.com/cgi-bin/new/resumen.cgi?IDARTICULO=31222>. Acesso em: 24 fev. 2024.

VAZ, G. A.; VENÂNCIO, R. P. Marketing, difusão, ação e mediação cultural em arquivos públicos. **RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 01-29, 2018. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_n1/racin_v6_n1_artigo01.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 454 p.

VERONA, S. O. Aproximações entre Michel Foucault e o feminismo pós-estruturalista de Donna Haraway, Judith Butler e Margaret McLaren sobre a sexualidade e a produção do conhecimento. **História e Cultura**, Franca, v. 10, n. 1,

p. 183-202, jul. 2021. Disponível em:
<https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3299>. Acesso em:
 24 fev. 2024.

VIEIRA, K. R. **As contribuições da Escola de Chicago para a Ciência da Informação**. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204479>. Acesso em: 21 ago. 2022.

VIEIRA, K. R.; KARPINSK, C. Relações de gênero na constituição epistemológica da biblioteconomia: Margaret Egan e Frances Henne na escola de Chicago. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 197-215, jul. 2022. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/184987>. Acesso em: 24 fev. 2024.

VILLELA, G. **Conferência de Bretton Woods decidiu rumos do pós-guerra e criou FMI**. O Globo: fatos históricos, 2014. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/conferencia-de-bretton-woods-decidiu-rumos-do-pos-guerra-criou-fmi-13310362>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VIOLA, C. M. M.; SCHNEIDER, M. A. F. Direitos das mulheres e a encontrabilidade da informação no portal da câmara dos deputados: perspectivas brasileiras rumo à Agenda 2030 das Nações Unidas. **Biblios**, [S. l.], n. 78, 2020.

VIOLA, C. M. M.; SCHNEIDER, M. A. F. Regime de informação, acesso à informação e direitos das mulheres: um estudo das proposições em tramitação na câmara dos deputados do Brasil (2017). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., Londrina, 2018. **Anais [...]** Londrina: UEL; ANCIB, 2018. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103317>. Acesso em: 21 ago. 2022.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 71-85, 2018. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187>. Acesso em: 14 fev. 2022.

VITORINO, E. V. A formação contínua do profissional da informação: princípios epistemológicos à competência informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., São Paulo, 2008. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2922007.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

VITORINO, E. V. Análise dimensional da Competência Informacional: bases teóricas e conceituais para reflexão. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 421-440, 2016a. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2420>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VITORINO, E. V. Competência em informação: relatório de pesquisa realizada com os dirigentes de bibliotecas de instituições de educação superior do Sul do Brasil. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. de O. (Org). **Competência em**

informação: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016c. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22598>. Acesso em: 21 ago. 2022.

VITORINO, E. V. Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 2016b. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/397/397>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação:** conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Editora UFSC, 2020.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/NvH6pxqHKCtpWMw6SQR7c8J/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VOGEL, L. **Marxism and the oppression of women:** Toward a unitary theory. Brill, 2013.

VOLMAN, M. Gender-related effects of computer and information literacy education. **Journal of Curriculum Studies**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 315-328, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261679088_Gender-related_effects_of_computer_and_information_literacy_education. Acesso em: 20 fev. 2024.

WARD, D. Revisioning information literacy for lifelong meaning. **The Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 396-402, 2006. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.676.6904&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

WHITWORTH, A. The reflective information literacy educator. **Nordic Journal of Information Literacy in Higher Education-NORIL**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 38-55, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287342080_The_reflective_information_literacy_educator. Acesso em: 17 jul. 2022.

WOIDA, L. M. Coletivos ciberfeministas como fonte de informação. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e70464>. Acesso em: 17 jul. 2022.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

YINGQIN, Z. Information culture and development: chinese experience of e-health. *In: ANNUAL HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES*, 38., 2005, Big Island. **Anais** [...]. Big Island: IEEE, 2005. p. 1-11. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221181396_Information_Culture_and_Development_Chinese_Experience_of_E-Health. Acesso em: 24 fev. 2024.

ZANDONADE, T. Social epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. **Library trends**, [S. l.], v. 52, n. 4, p. 810-832, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/4812069.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ZANELA, M. Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do Nome Social como estratégia de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 367-396, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/795>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ZATTAR, M. Competência em Informação e Desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/157544>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ZETKIN, C. Surrender of the Second International in the Emancipation of Women. **Communist International**, [S. l.], v. 6, p. 371-382, 1929. Disponível em: <https://mrc-catalogue.warwick.ac.uk/records/MSH/1/54/69>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ZHANG, N.; WANG, L.; OUYANG, Y.-Q.; REDDING, S. Survey on medication information literacy and influencing factors among pregnant Chinese women. **The Journal Of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine**, [S. l.], v. 34, n. 10, p. 1619–1626, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31331258/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ZURKOWSKI, P. G. **Information Literacy and The New of Era Enlightenment**. Sheffield: LILAC; Sheffield Hallam University, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8DXnUvseNTs>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ZURKOWSKI, P. G. **Information services environment relationships and priorities**. Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro 14 – Produções levantadas que relacionam competência em informação e feminismo

	Ano	Autor	Título	Natureza da publicação	Conceitos chave para a tese
1	1997	Volman	Gender-related effects of computer and information literacy education	Artigo de periódico	Desigualdade de acesso à informação e as tecnologias;
2	2003	Nascimento	Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense	Artigo de periódico	Necessidade de informação; Acesso à informação;
3	2005	Hull e Preston	Social class and gender as predictors of information literacy skills report of a research in progress	Trabalho publicado em anais de evento	Competência em informação;
4	2006	Gundu	The Impact of the level of literacy on access to information by urban black women in Zimbabwe: A case for Kariba town	Dissertação	Acesso à informação; necessidades de informação; alfabetização; competência em informação; gênero; informação.
5	2009	Baro e Fyneman	Information literacy among undergraduate students in Niger Delta University	Artigo de periódico	Competência em informação; gênero e acesso à informação;
6	2011	Torregrosa Carmona	Brecha digital. Notas desde una perspectiva de género	Artigo de periódico	Desigualdade de acesso; lacuna digital; lacuna doméstica; meios de comunicação; pedagogia crítica; ideologia
7	2011	Eckerdal	Young women choosing contraceptives Stories about information literacy practices related to evaluation and use of information sources	Artigo de periódico	Direitos sexuais e reprodutivos; abordagem construtivista na competência em informação
8	2012	Fernández	La alfabetización informational (ALFIN) y las mujeres: aprender a aprender	Tese	Competência em informação; desigualdade informacional de gênero; divisão sexual do trabalho;
9	2012	Liu e Sun	Gender Differences on Information Literacy of Science and Engineering Undergraduates	Artigo de periódico	Competência em informação; conhecimento.
10	2013	Fountain	Critical Information Literacy Beyond the University: Lessons From Service in a Women’s Health Interest Group	Artigo de periódico	Competência em informação; competência crítica em informação; acesso à informações sobre saúde
11	2013	Papen	Conceptualising information literacy as social practice: a study of pregnant women’s information practices	Artigo de periódico	Competência em informação; acesso à informação;

12	2014	Pérez Pais e Picallo Martínez	Las nuevas tecnologías al servicio de la igualdad: análisis de las páginas web de las unidades de igualdad de las universidades españolas	Trabalho publicado em anais de eventos	Competência em informação;
13	2014	Clemente	Alfabetización informacional de madres de familia: una experiencia de inclusión digital	Trabalho publicado em anais de eventos	Competência em informação; desigualdade informacional de gênero
14	2015	Caribé, Pinto e Djones	Necessidades de informação do gênero mulher no Distrito Federal, Brasil: resultados de um survey	Artigo de periódico	Necessidade de informação;
15	2015	Solano	Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural (Brasília – DF)	Dissertação	Acesso à informação; Saúde sexual e reprodutiva; competência em informação; abordagem construtivista na competência em informação
16	2016	Martínez-Abad, Rodríguez-Conde, Calvo e Torrecilla-Sánchez	Assessment, training and innovation in information literacy in secondary education Mediation and moderation techniques in gender studies	Trabalho publicado em anais de eventos	Desigualdade informacional de gênero;
17	2016	Park, Kim e Lee	Proficiency level and Gender Difference in Computer and Information Literacy	Artigo de periódico	Desigualdade informacional de gênero; ICILS 2013
18	2016	Adekannbi e Adeniran	Information literacy of women on family planning in rural communities of Oyo State Nigeria	Artigo de periódico	Justiça sexual e reprodutiva;
19	2016	Mudhai, Wright e Musa	Gender and critical media information literacy in the digital age: Kenya, South Africa and Nigeria	Artigo de periódico	Competência crítica; alfabetização midiática;
20	2016	Punter, Meelissen e Glas	Gender differences in computer and information literacy: Na exploration of the performances of girls and boys in ICILS 2013	Artigo de periódico	Desigualdade informacional de gênero; ICILS 2013; socialização;
21	2016	Padma e Ramasamy	Seven Pillars of Information Literacy Skills: A Gender-Based Evaluation	Artigo de periódico	Competência em informação;
22	2016	Silva e Olinto	Gender Differences in ICT Use and Information Literacy in Public Libraries: A Study in a Rio de Janeiro Public Library	Artigo de periódico	Competência em informação; desigualdade de gênero; divisão sexual do trabalho;

23	2017	Tebaldi	Contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os debates sobre alfabetização midiática e informacional	Artigo de periódico	Alfabetização midiática; correntes do feminismo; conceito de performance.
24	2017	Zapata, Arraiza, Silva e Soares	Desafíos de la Inclusión Digital: antecedentes, problemáticas y medición de la Brecha Digital de Género	Artigo de periódico	Exclusão Digital de Gênero; divisão sexual do trabalho; socialização;
25	2017	Salomon	Prática informacional e competência em informação: um estudo dos filtros na busca e recuperação sobre violência doméstica contra a mulher	Monografia de conclusão de curso	competência em informação; violência contra mulher;
26	2017	Chege, Njoroge e Mankone	An evaluation of information Literacy Skills of Parliamentarians in Kenya: A Case Study of County Women Representatives	Artigo de periódico	Habilidades informacionais;
27	2017	Taylor e Dalal	Gender and Information Literacy: Evaluation of Gender Differences in a Student Survey of Information Sources	Artigo de periódico	Desigualdade informacional de gênero;
28	2018	Belluzzo	Competência em informação (Colnfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea	Artigo de periódico	Competência em informação; três visões da competência em informação;
29	2018	Pegues	Engendering Social Justice in First Year Information Literacy Classes	Artigo de periódico	Desenvolvimento da competência em informação;
30	2018	Agúndez-Soriano e Cerveró	Alfabetización informacional para mujeres reclusas: una experiencia en la comunidad de Madrid	Artigo de periódico	Competência em informação; Desigualdade de gênero;
31	2018	Farné	Alfabetización informacional con perspectiva de igualdad y justicia social: una experiencia docente para documentación informativa	Capítulo de livro	Competência em informação; Desigualdade de gênero;
32	2018	Cananéa, Rocha e Targino	Maternidade em pauta: reflexões sobre ativismo digital e sua relação com a competência em informação	Artigo de periódico	Maternidade; competência em informação
33	2018	Romeiro, Silva e Brisola	A página arrumando letras como um espaço para a desconstrução da dominação do patriarcado	Artigo de periódico	Patriarcado; desconstrução de gênero; competência crítica em informação;

34	2019	Gebhardt, Thomson, Ainley e Hillman	Gender Differences in Computer and Information Literacy An In-depth Analysis of Data from ICILS	Livro	Desigualdade informacional de gênero;
35	2019	Pinto, Sales e Fernández-Pascual	Gender perspective on information literacy: An interdisciplinary and multidimensional analysis within higher education settings	Artigo de periódico	Competência em informação; desigualdade informacional de gênero;
36	2019	Fevrier e Garcez	Competência em informação para atuação política e social na Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma análise da produção científica produzida por mulheres sobre o tema	Artigo de periódico	Produção científica feminina no contexto da competência em informação;
37	2019	Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares	Mulheres e mães do Bolsa Família: acesso à informação, empoderamento e cidadania em três comunidades de Sergipe	Artigo de periódico	Maternidade, acesso à informação; empoderamento
38	2019	Melo	Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba	Dissertação	competência crítica em informação; interseccionalidade; luta das mulheres e movimento feminista;
39	2019	Melo, Alves e Brasileiro	Práticas Informacionais das mulheres negras: construindo competência crítica em informação	Artigo de periódico	competência crítica em informação; interseccionalidade; socialização;
40	2020	Viola e Schneider	Direitos das mulheres e a encontrabilidade da informação no portal da câmara dos deputados: perspectivas brasileiras rumo à Agenda 2030 das Nações Unidas	Artigo de periódico	competência em informação; direitos das mulheres;
41	2020	Singh e Kumar	An empirical assessment of information literacy competency of social science researchers: a gender perspective	Artigo de periódico	Competência em informação;
42	2020	Doyle	Paridade bibliográfica-conceitual: resistências de gênero nos estudos críticos da informação	Trabalho publicado em anais de eventos	Teoria crítica; abordagem construtivista; competência crítica em informação; pedagogia feminista.
43	2020	Douglas	Moving from Critical Assessment to Assessment as Care	Artigo de periódico	Competência em informação; cuidado;
44	2021	Brisola	Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano	Tese	Competência crítica em informação; competência em informação; abordagem

			diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas		construtivista; Teoria Crítica; Pedagogia Crítica; gênero; feminismos.
45	2021	Kassim e Ndumbaro	An assessment of health information literacy among women in rural Lake Zone, Tanzania	Artigo de periódico	Competência em informação para a saúde; acesso à informação
46	2021	Doyle	Competências em informação, mídias e tecnologias Digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero: Práticas de ensino críticas	Tese	competência em informação, mídias e tecnologias digitais;
47	2021	Doyle e Olinto	Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero	Artigo de periódico	competência em informação, mídias e tecnologias digitais; desconstrução de estereótipos de gênero
48	2021	Melo, Alves, Rocha e Brasileiro	As práticas informacionais e os estudos contemporâneos sobre competência em informação	Trabalho publicado em anais de eventos	competência em informação; gênero e feminismo
49	2021	Pelegri e Vitorino	Competência em informação de mulheres rurais: primeiras impressões com base nos estudos publicados em periódicos internacionais	Capítulo de livro	competência em informação; vulnerabilidade; saúde sexual e reprodutiva; empoderamento
50	2021	Pellegrini, Vitorino e Herrera	Competência em informação e empoderamento feminino: delimitações teóricas para a área de Ciência da Informação	Artigo de periódico	Empoderamento; competência em informação; vulnerabilidade
51	2021	Guaraldo, Santos e Avelino	Desenvolver competências na universidade e sociedade: o enfrentamento à violência contra a mulher	Artigo de periódico	Competência em informação; violência de gênero;
52	2021	Kuhnen e Vitorino	Vulnerabilidade em informação e mães solo: possibilidades à competência em informação	Monografia de conclusão de curso	Maternidade; vulnerabilidade; competência em informação
53	2021	Pellegrini, Vitorino e Herrera	Competência em informação e empoderamento de mulheres	Trabalho publicado em anais de eventos	Empoderamento; competência em informação
54	2021	Pérez e Acebal	La brecha digital en materia de género: características y acciones al respecto	Trabalho publicado em anais de eventos	Desigualdade informacional de gênero;
55	2021	Jeyshankar e Nachiappan	Study on Gender Differences in Information Literacy Skills among Research Scholars of Alagappa University, Karaikudi, Tamil Nadu	Artigo de periódico	Competência em informação;

56	2021	Mahmood, Batool e Ahmmad	Investigating digital information literacy in relation with demographic factors: a case of women in Pakistan	Artigo de periódico	Competência digital;
57	2021	Hassan e Masoud	Online health information seeking and health literacy among non-medical college students: gender differences	Artigo de periódico	Competência em informação para saúde;
58	2021	Nierenberg e Dahl	Is information literacy ability, and metacognition of that ability, related to interest, gender, or education level? A cross-sectional study of higher education students	Artigo de periódico	Competência em informação e metacognição;
59	2021	Zhang, Wang Ouyang e Redding	Survey on medication information literacy and influencing factors among pregnant Chinese women	Artigo de periódico	Competência em informação e saúde;
60	2021	Mahmood. Batool, Rafiq e Safdar	Examining digital information literacy as a determinant of women's online shopping behavior	Artigo de periódico	Competência em informação; competência digital e midiática; preconceito de gênero;
61	2022	Brisola e Viola	Dimensão da competência crítica em informação de gênero e feminismos: um aprofundamento necessário	Artigo de periódico	competência crítica em informação; lutas feministas;
62	2022	Doyle e Brisola	Dois dedos de prosa sobre competência crítica em informação	Artigo de periódico	competência crítica em informação; teoria crítica da informação; competência em informação; pedagogia crítica; alfabetização midiática; desconstrução; empoderamento
63	2022	Pellegrini	Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento	Tese	Competência em informação; vulnerabilidade; empoderamento; gênero; dimensões da competência em informação
64	2022	Doyle e Olinto	Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais	Artigo de periódico	Teorias feministas; competências em informação, mídias e tecnologias digitais
65	2022	Melo, Alves e Brasileiro	A competência crítica em informação e o enfrentamento às desigualdades de gênero	Capítulo de livro	Teoria crítica da informação; competência crítica em informação; desigualdades de gênero
66	2022	Miranda e Alcará	Debates iniciais sobre o papel da competência em informação no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos	Trabalho publicado em anais de eventos	Acesso à informação; direitos sexuais e reprodutivos; competência em informação.

67	2022	Silva e Gomes	Movimentos antifeministas e desinformação: uma análise dos discursos promovidos no Instagram		Desinformação; movimento feministas; competência crítica em informação;
68	2022	Camarero, Herrero-Diz e Varona-Aramburu	Desinformación de género en Honduras: medios de comunicación y jóvenes frente a las noticias sobre violencia contra las mujeres	Artigo de periódico	Desinformação de gênero; violência doméstica; competência midiática;
69	2022	Mateus, Mangue e Ortiz-Repiso	La alfabetización digital de mujeres hacia la inclusión digital y el cumplimiento de la agenda 2030: una comparación entre las políticas públicas de inclusión digital en Mozambique y España	Artigo de periódico	competência em informação para a cidadania; desigualdade de gênero;
70	2022	Anwar, Oliver, Frings-Hessami, Sah e Sarker	Collective aspects of information literacy in developing countries: a Bangladeshi case	Artigo de periódico	Desigualdade informacional de gênero; competência em informação; abordagem construtivista;
71	2022	Atikuzzaman, Yesmin e Karim	Measuring health information literacy in everyday life: a survey among tribal women in a developing country	Artigo de periódico	Desigualdade de gênero; competência em informação em saúde; Desigualdade informacional de gênero;
72	2022	Ossai	Gender Differences in Information Literacy Self-Efficacy among Academic Librarians in Federal University Libraries in South-East Nigeria	Artigo de periódico	Competência em informação; autoeficácia; gênero;
73	2022	Rao e Shokeen	Health information literacy among rural women of panchkula district of haryana	Artigo de periódico	Competência em informação em saúde;
74	2022	Selvi e Ganesan	Exploring the university research scholars' information literacy competency: a focus on the knowledge and skills	Artigo de periódico	Competência em informação;
75	2022	Jones e Procter	Young peoples' perceptions of digital, media and information literacies across Europe: gender differences, and the gaps between attitudes and abilities	Artigo de periódico	Competência em informação, midiática e digital; competência em informação como prática social; literacia operacional; literacia cultural; literacia crítica; informação; acesso à informação; gênero
76	2023	Keränen e Enwald	Everyday Energy Information Literacy and Attitudes towards Energy-Related Decisions: Gender Differences among Finns	Artigo de periódico	Competência em informação; competência digital.

77	2023	Doyle e Moura	Leitura reflexiva para igualdade de gênero: um relato de experiência	Artigo de periódico	Competência crítica em informação
78	2023	Li et al.	Development and psychometric properties of a medication information literacy scale for Chinese pregnant women	Artigo de periódico	Competência em informação em saúde;
79	2023	Ling Ling	Gender Influence on Information Literacy Skills in Completing Group Discussion Assessment Among Semester One Students at Selected Polytechnics in Malaysia	Artigo de periódico	Competência em informação; desigualdade informacional de gênero; TIC

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

APÊNDICE B

Quadro 15 – Ações relacionadas às mulheres desenvolvidas em arquivos

Ano	Título	Unidade de informação	Público	Objetivos	Tipologias	Temática tratada	Link	
1.	2021	Quilombos, Mulheres e as diversas invisibilidades	Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.	Ampla	Propomos ressaltar a riqueza cultural, as articulações políticas e as demandas atuais de políticas públicas que envolvem a temática. Com enfoque na trajetória dessas mulheres na construção e na história dos Quilombos.	Curso	Acesso à informação	https://www.instagram.com/p/CXK CdaUFioL/
2.	2023	Clube de Leitura do ALB	Arquivo Lésbico Brasileiro	Ampla	Promover obras de autoras lésbicas ou que abordem a lesbianidade.	Clube de leitura	Direitos das mulheres	https://www.instagram.com/arquivol lesbico brasileiro/
3.	2023	As mulheres nas instituições de memória	Arquivo Nacional	Profissionais de arquivo	Presença e a atuação das mulheres em instituições de memória, como pesquisadoras ou responsáveis pelo tratamento técnico e disponibilização dos acervos ao público.	Palestra	Visibilidade	https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/eventos-1/as-profissionais-dos-arquivos-sao-foco-de-encontro-virtual-entre-an-e-fgv
4.	2021	Mulheres e seus arquivos privados	Arquivo Nacional	Ampla	Tratará das histórias dessas mulheres, assim como de seus arquivos e de suas decisões de doá-los ao AN.	Palestra	Visibilidade	https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/mulheres-e-seus-arquivos-privados-o-olhar-das-doadoras
5.	2019	Arquivo em Cartaz festival internacional de cinema de arquivo	Arquivo Nacional	Ampla	A iniciativa busca valorizar e dar visibilidade ao trabalho de mulheres cineastas, diretoras, produtoras, roteiristas e profissionais de arquivo.	Mostra cinematográfica	Visibilidade	https://www.facebook.com/taigafilms/photos/a.486357584833189/1655913901210879/
6.	2020	Arquivos de mulheres memória e representatividade	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Ampla	Discutir a presença feminina nas instituições arquivísticas.	Palestra	Visibilidade	https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/webinario-arquivos-de-mulheres-memoria-e-representatividade?fbclid=IwAR2I2v9IMWXgMnQLG45o1xXohQsChLU5_7DhWLM0VINGrZRq6VXc7Vw8KRQ
7.	2021	Imagens da mulher brasileira	Arquivo Nacional	Ampla	A exposição a contar uma história da mulher dentro de um universo marcadamente masculino. Afinal, uma história das mulheres é também uma história de homens e de como se distinguem e se misturam papéis,	Exposição	Visibilidade	https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/photos/a.646412452119303/3783814921712358/

					poderes, silêncios e palavras.			
8.	2023	Arquivo e visibilidade de mulheres: relatos de experiência	Arquivo Nacional	Amplio	Espaço de troca de experiências e produção de reflexões sobre os arquivos de mulheres e as mulheres nos arquivos.	Roda de conversa	Visibilidade	https://www.facebook.com/photo/?fbid=622460056662320&set=a.531711365737190
9.	2019	Professoras Primárias: profissionalização e feminização do magistério capixaba (1845-1920)	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	Amplio	A obra relata os resultados da pesquisa da autora sobre o histórico de inserção das mulheres na docência pública e seus desdobramentos.	Lançamento de livro	Visibilidade	https://www.facebook.com/arquivopublico/photos/a.140190162736111/2396912710397167/
10.	2019	Outubro Rosa - Arquivo Histórico Estadual promove evento em campanha contra o câncer de mama	Arquivo Histórico de Goiás	Amplio	O evento oferece palestras sobre a saúde da mulher e direitos especiais das pessoas com câncer.	Palestra	Saúde	https://www.cultura.go.gov.br/noticias/2314-outubro-rosa-arquivo-hist%C3%B3rico-estadual-promove-evento-em-campanha-contra-o-c%C3%A2ncer-de-mama.html?highlight=WYJhcnF1aXZvII0=
11.	2021	Encontro Marcado	Acervo de Escritores Mineiros	Amplio	Objetivo de fomentar o debate público acerca de temas caros ao universo da literatura brasileira contemporânea, bem como contribuir para a formação de leitores literários.	Palestra	Literatura	https://www.facebook.com/escritoresmineiros/photos/a.1780083602300558/2614120758896834/
12.	2023	Mulheres no Mercado em Transição	Memória da Eletricidade	Amplio	A iniciativa que preza pela maior integração de homens e mulheres no setor.	Palestra	Visibilidade	https://www.facebook.com/photo/?fbid=607877648034913&set=a.465490328940313
13.	2020	Luz sobre as Mulheres	Memória da Eletricidade	Amplio	discutirá a carreira e atuação feminina em três setores fundamentais do setor de energia: academia, indústria e governança.	Palestra	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/CHqTL9fJ-NR/
14.	2020	Luz sobre as Mulheres	Memória da Eletricidade	Amplio	Debater a participação feminina no setor.	Palestra	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/CHNjGvpJJXL/
15.	2023	Mulheres atrás das câmeras: FOTOGRAFIA	Rede Arquivo de Mulheres (RAM)	Amplio	Uma sessão com duas fotógrafas que farão um relato de suas experiências profissionais e conversarão sobre o papel da fotografia enquanto um instrumento que reflita questões sociais – como protestos, eventos religiosos, comemorações e festejos, e o cotidiano da cidade.	Palestra	Visibilidade	https://www.facebook.com/photo/?fbid=685126953640264&set=a.621619756657651
16.	2023	Mulheres, cultura e política: novos olhares dos acervos	Centro de Pesquisa e Documentação de História	Amplio	Com o objetivo de discutir a atuação de mulheres na política e na cultura a partir de seus arquivos pessoais	Palestra	Acesso à informação	https://www.facebook.com/photo/?fbid=629144509238509&set=a.621619756657651

			Contemporânea do Brasil - CPDOC					
17.	2021	Mulheres escritoras: arquivos literários e feminismos na América Latina	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Amplio	De discutir a contribuição das mulheres intelectuais para o pensamento social, assim como para pensar os feminismos na América Latina.	Palestra	Visibilidade	https://www.facebook.com/FGV.CPDOC/photos/a.980978218583918/4900205406661160/
18.	2021	Dilma Rousseff e a representação feminina na política brasileira	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Amplio	Refletir até que ponto o gênero da primeira mulher presidente do Brasil teve um papel nos eventos de seu mandato – incluindo o impeachment.	Palestra	Visibilidade	https://www.facebook.com/FGV.CPDOC/photos/a.545699778778433/4734839516531084/
19.	2021	Museologia, Arquivologia e Feminismo	Rede Arquivos de Mulheres	Amplio	A organização dos arquivos e a invisibilização das mulheres nos acervos. E museu e a memória social das mulheres.	Palestra	Visibilidade	https://www.facebook.com/FGV.CPDOC/photos/a.3915256185156092/5293393624009001/
20.	2020	Grandes personalidades e memória audiovisual	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Amplio	Debater memórias femininas e apresentar os arquivos de mulheres depositados no CPDOC.	Palestra	Visibilidade	https://www.facebook.com/FGV.CPDOC/photos/a.545699778778433/3697236946958018/
21.	2022	Oficina Online de Uso de Fontes Históricas em Sala de Aula – Arquivos de Mulheres	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	professores, estudantes de graduação em história e áreas afins	A concepção, debate e produção de materiais didáticos a partir do uso de fontes históricas do acervo de arquivos de mulheres da FGV CPDOC.	Oficina	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/Ch68BeHO7c8/
22.	2023	Novos Olhares Sobre o Arquivo	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	alunos e professores regularmente vinculados ao ensino médio, cursos de graduação e pós-graduação	Criar um espaço de discussão e reflexão sobre as relações entre a linguagem audiovisual, história e memória, e viabilizar a realização de documentários a partir da temática proposta.	Oficina	Acesso à informação	https://www.instagram.com/p/Cpn4bU9LN0s/
23.	2023	Mulheres no Arquivo: Reflexões sobre o trabalho com os arquivos de Luiza Erundina e Alba Zaluar no CPDOC (FGV)	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC	Amplio	Discute os desafios encontrados durante a organização dos arquivos de Luiza Erundina e Alba Zaluar.	Palestra	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/Cvx3Irt9Ry/

24.	2022	Arquivos e mulheres: memórias a contrapelo?	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	Amplio	Tem o intuito de debater a presença, ou a não presença, a visibilidade ou a invisibilidade de mulheres nos arquivos.	Palestra	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/Ca7arvXO6QA/
25.	2022	Mulher Chapecoense: possibilidades de estudos a partir de documentos arquivados no CEOM	Ceom Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	Amplio	Pretende-se demonstrar as possibilidades do estudo das desigualdades de gênero, no contexto Chapecoense, a partir das fontes históricas arquivadas no CEOM/Unochapecó.	Palestra	Visibilidade	https://www.facebook.com/centrode.memoriaceom/photos/a.343942359361798/1320537108368980/
26.	2023	exposição virtual em homenagem à Lícia Mônaco Perin	Arquivo Público e Histórico de Rio Claro	Amplio	Ver e relembrar um pouco da atuação dessa grande cidadã rio-clarense.	Exposição	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/CphxpsOuH7r/
27.	2022	O protagonismo feminino no Brasil "independente" - A contribuição de Beatriz Góis Dantas para a História de Sergipe	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Amplio	Refletir sobre o processo histórico, social, político e cultural da Independência do Brasil, os seus 200 anos, as rupturas e continuidades desse processo, a participação dos grupos sociais que compõem o território brasileiro e, não menos importante, a imprescindibilidade dos acervos arquivísticos públicos como interlocutor não somente da garantia de contribuir com a administração pública e na defesa de direitos, mas, também, na história, memória e cultura de uma nação.	Palestra	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/CbsWKgbuAHu/?hl=en
28.	2020	Semana da Mulher no APES	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Amplio	Expor, fotografias, livros e o histórico sobre a vida da professora emérita, escritora e pesquisadora sergipana.	Exposição	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/B9PLJWhhqqK/?hl=en
29.	2019	Sergipanidades e gênero: Mulheres, resistência e a cultura sergipana	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Amplio	Refletir o que nós somos e o que temos, deliberando vivenciar as ruas das cidades sergipanas, suas manifestações culturais e outros aspectos que revelam a identidade do povo de Sergipe.	Palestra	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/B38Stc4pee1/?hl=en
30.	2021	Mulheres artistas indígenas: questões de gênero na produção e reconhecimento	Pinacoteca de São Paulo	Amplio		Palestra	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/CJy3Cy8M81/?hl=pt-br
31.	2023	Regina Parra: Pagã	Pinacoteca de São Paulo	Amplio	Reflexão sobre o corpo feminino, seu prazer, liberdade e insubordinação.	Exposição	Visibilidade	https://pinacoteca.org.br/programacao/exposicoes/regina-parra-paga/

32.	2021	Presentes! Artistas mulheres no acervo da Pinacoteca – segunda metade do século 20	Pinacoteca de São Paulo	Educadores	Propõe a tomar o novo rearranjo da exibição do acervo como referência, para sublinhar alguns nomes, apontar alguns lapsos, e questionar conexões.	Curso	Visibilidade	https://pinacoteca.org.br/programacao/cursos/capitacao/presentes-artistas-mulheres-no-acervo-da-pinacoteca-segunda-metade-do-seculo-20/
33.	2023	Representação de mulheres negras no acervo da Pinacoteca	Pinacoteca de São Paulo	Ampla	O objetivo do curso é tecer reflexões críticas, debates teóricos e perceber novos olhares sobre os modos de representar essa parte da população brasileira.	Curso	Acesso à informação	https://pinacoteca.org.br/programacao/cursos/formacao/curso-representacao-de-mulheres-negras-no-acervo-da-pinacoteca/
34.	2023	Entre tramas e brechas: conquistas das mulheres negras nas artes e na sociedade	Pinacoteca de São Paulo	Ampla	Reflexões e compartilhamentos sobre conquistas e trilhas percorridas pelas mulheres negras nas artes e na sociedade.	Roda de conversa	Visibilidade	https://pinacoteca.org.br/programacao/atividades/projetos/entre-tramas-e-brechas-conquistas-das-mulheres-negras-nas-artes-e-na-sociedade/

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Quadro 16 – Ações relacionadas às mulheres desenvolvidas em bibliotecas

	Ano	Título	Unidade de informação	Público	Objetivos	Tipologia	Temática tratada	Link
35.	2019	Eu sou BEN linda	Biblioteca Municipal Eugênia Monfrinati – Londrina/PR	mulheres atendidas pelos CRAS, Sul A e Sul B.	Realizar um debate sobre autoestima, além de proporcionar uma tarde de produção de beleza.	Roda de conversa	Beleza e autoestima	https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=62860
36.	2019	Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais	Biblioteca Mário de Andrade		Debater os conceitos fundamentais do feminismo e relembrar sua própria trajetória nesse movimento, iniciada na década de 80.	Roda de conversa	Visibilidade	https://www.capital.sp.gov.br/noticia/heloisa-buarque-de-hollanda-lanca-coletaneas-de-artigos-no-sarauzodromo
37.	2019	Filme “Que horas ela volta”	Biblioteca do CPNA - UFMS Nova Andradina	Comunidade acadêmica e comunidade externa da universidade	Debate sobre trabalho, saúde e opressão da mulher na sociedade atual.	Cine debates e Roda de conversa	Trabalho	https://bibliotecas.ufms.br/biblioteca-do-cpna-exibira-filme-na-semana-da-mulher/
38.	2019	Mês das Mulheres	Bibliotecas Públicas Herbênia Gurgel e Cristina Poeta - Fortaleza	Amplo	Ofertas de serviços, palestras, dinâmicas e exposição refletindo questões relacionadas as mulheres.	Palestra	Saúde da mulher	https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/bibliotecas-municipais-realizam-programacao-especial-em-alusao-ao-dia-internacional-da-mulher
39.	2019	Biblioterror: as mulheres no terror	Biblioteca Pública Municipal Álvaro Guerra - Pinheiros	Amplo	Proporcionar visibilidade as mulheres que trabalham com terror em são paulo	Contos	Mulher na literatura	https://www.youtube.com/watch?v=7z5M6ekV35g
40.	2019	Bate-papo Resistência e Representatividade	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	Amplo	Reflexões acerca da mulher preta na sociedade. A trajetória para superar e ocupar todos os espaços	Bate-papo	Visibilidade	https://bvl.org.br/evento/bate-papo-resistencia-e-representatividade-2019-03-31
41.	2019	EU, MULHER! – Teatro e Empoderamento no Noroeste Paulista	Biblioteca Municipal Birigui	Amplo	Refletir sobre a Mulher no Teatro Brasileiro	Oficina e roda de conversa	Empoderamento	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipalbirigui/posts/pfbid027XiCeF7Ze1k32eC2pLyUFJML5Gco3CMj1NFKZrhCiuEdejBXHSSLwv9fsuk4hHUIl
42.	2019	Coletivo de Mulheres falando de Violência Contra Mulheres	Biblioteca Municipal e na Praça Dr. Gama	Amplo	Debater as consequências da violência doméstica	Roda de conversa	Violência contra mulher	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipalbirigui/posts/pfbid0m95KgnjEAQGLuru5gNrh2vbN8ELD2CyRujBWM Czx8RFiuSYvN1oViTyxziSfRngAl

43.	2019	A Violência Doméstica contra a Mulher	Biblioteca Municipal Birigui	Ampla	Debater e lutar contra a violência doméstica	Roda de Conversa	Violência contra mulher	http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=6298&fbclid=IwAR2-hgr2ZON5YUj5c486h-Ng1s4YoNpMLoHQWUcC_nrUzo595X-82UvAQuE
44.	2019	A representatividade nas HQs	Biblioteca Pública Municipal Professor Ernesto Manoel Zink - Campinas	Ampla	Debater temas como feminismo, gênero, LGBT+, poesia e monstros, através dos Hqs.	Roda de conversa	Visibilidade	https://www.facebook.com/events/2112170689093072/2112170702426404/?post_id=2118761541767320&view=permalink
45.	2019	A voz feminina pelo olhar popular	Biblioteca Parque Rio de Janeiro	Ampla	Refletir sobre a situação das mulheres nos dias de hoje, múltiplas jornadas, relações afetivas e de trabalho.	Palestras	Arte e direitos das mulheres	https://www.facebook.com/bibliotecaparquerr/photos/pb.100071027273572.-2207520000/1780012798811395/?type=3
46.	2019	Trabalhadoras domésticas em cena: Direitos e desafios	Biblioteca Parque Rio de Janeiro	Ampla	Ressalta a importância do papel das trabalhadoras e as dificuldades enfrentadas.	Mesa Redonda	Trabalho e as mulheres	https://www.facebook.com/photo/?fbid=1781443255335016&set=pb.100071027273572.-2207520000
47.	2019	Elas – Memórias e Conquistas	Biblioteca Municipal de Belém	Ampla	Retrata o universo feminino mediado pela história e impresso em folhas de jornais, onde será possível encontrar um espaço interativo com mulheres paraibanas que fizeram história, a exemplo de Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Zabé da Loca, entre outras.	Exposição	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecadebelem/posts/pfbid02raULtQDzBgYXrDcDhH7p8WV16SErmQymRQp8YFMtFGnqscm3BLk2TzujJpYjdoodl?locale=pt_BR
48.	2019	BPSC 165 anos: bate-papo destaca a importância da mulher na literatura de SC	Biblioteca Pública de Santa Catarina	Ampla	Contribuições das mulheres para a literatura catarinense	Roda de conversa	Literatura	https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/1424-noticias-biblioteca-publica-de-sc/21826-bpsc-165-anos-conversa-destaca-a-importancia-da-mulher-na-literatura-catarinense
49.	2019	Documentário - As Mil Mulheres	Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa.	Ampla	Debater a violência contra mulher a partir do comentário.	Cine debate	Violência doméstica	https://www.facebook.com/bibliotecapublicaimbituba/posts/pfbid0kdhMQZnYurFTayyW2pThYeyF3NWQQZBhCoxXjqEU9y3LzHxBVAstU9zM6W5fCsA8l
50.	2019	Leia mulheres Lages	Biblioteca Carlos Dorval Macedo	Ampla	Além de fortalecer a literatura feita por escritoras de todos os lugares do mundo, o clube atua ativamente à diminuição da desigualdade entre homens e mulheres no mercado editorial (e também na sociedade).	Clube de Leitura	Literatura	https://lageshoje.com.br/leia-mulheres-lages-sera-nesta-sexta-feira-na-biblioteca-publica-carlos-dorval-de-macedo/

51.	2019	Feminismo em movimento: é pela vida das mulheres	Biblioteca Hans Christian Andersen – São Paulo	Ampla	Promover espaço de debate sobre questões feministas ligadas a classe, raça, arte e autonomia.	Seminário	Acesso à informação	https://www.facebook.com/events/737536906662861/?post_id=737536929996192&view=permalink
52.	2019	Mulheres Negras na Biblioteca	Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato – São Paulo	Ampla	Conhecer os cordéis de Jarid Arraes, que contam as histórias das nossas heroínas brasileiras, mulheres negras que marcaram o Brasil.	Clube de Leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bijmlobato/photos/a.155737191444322/1016094588741907/
53.	2019	Mjiba	Biblioteca Pública Milton Santos	Ampla	Apresentam e discutem de maneira lúdica os problemas enfrentados pelas mulheres negras na sociedade.	Intervenção artística	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecaMiltonSantos/posts/pfbid0hQd69H3RL8bu9CwPifjd9cY2r8i5s3Sq7tqTnRxfpqSPdZTAjpKBYGa76m4wzR6Xl
54.	2019	Sarau itinerante	Biblioteca Pública Narbal Fontes	Ampla	Sarau é uma tentativa de resgate e reverência ancestral, pensando em escritoras pretas contemporâneas trazendo à memória, as escrivências de mulheres pretas que viveram em outros tempos.	Sarau	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecanarbalfontes/posts/pfbid02MPietvx5Av7W6Ue95q581cHaNv2TAfB96uYqihJTCVPG8fpJJeHAfg69SSwfcAnl
55.	2019	Rastros das Marias	Biblioteca Pública Narbal Fontes	Ampla	Contribui para a afirmação da identidade da mulher negra brasileira, valorizando sua luta e sua história.	Intervenção artística	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecanarbalfontes/posts/pfbid024DWBWxcpkB92BGNJmoeHMuQhKHvC5hTLJmQHkhaVArvZ6JKa8bbtCYXU7PSYN2Zxl
56.	2019	As Sufragistas	Biblioteca Pública Municipal Roberto Santos	Ampla	Compreender e debater o movimento pelo sufrágio feminino	Roda de conversa	Direito das mulheres	https://www.facebook.com/bibliotecarobertosantos/posts/pfbid02kC2ytqHFsWnqnDmxz5U7W8zgkBMz8bzEyQM3Qa2cwaEkHjDmLb3479gRKSfMm8AYl
57.	2019	Leia Mulheres Sertãozinho	Biblioteca Pública Municipal "Dr. Antônio Furlan Jr. – Sertãozinho - SP	Ampla	Dar mais visibilidade a livros escritos por mulheres.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecafulran/posts/pfbid034dy5Y5LadDeEzwLLK9fXghmdE25j2DnSEuKPKr1Soibz7LSAWwfkake1wAmUoPcYl
58.	2019	Vou repetir até que escutem	Biblioteca Pública Pelotense	Ampla	Tem como temas a desconstrução do mito da beleza e de mitos relacionados à tradição, a relação com o corpo, o escancaramento do assédio cotidiano, as relações do feminino e da natureza a partir da metáfora sobre uma flor extinta	Intervenção Artística	Arte	https://www.facebook.com/BPPelotense/photos/a.158592037605513/1531615193636517/
59.	2019	Tarde das gurias	Biblioteca Comunitária Girassol	Ampla	Refletir sobre a saúde da mulher e sexualidade	Roda de Conversa	Saúde e sexualidade	https://www.facebook.com/bibliotecacomunitariagirassol/posts/pfbid0GQCtHpc6rXmtymwe12BKH17JFaKvnShg1wgsTtgYVhXbck56g6rgw5oLFKUXmrLSl

60.	2020	Noções Básicas de Computação: Informática como Recursos Terapêutico	Biblioteca Municipal de Domingos Martins, no Espírito Santo	Mulheres com depressão	Desenvolvemos um curso de informática para mulheres que lutavam contra a depressão. As aulas serviram como um recurso terapêutico e contribuíram muito para melhorar a autoestima das participantes.	Curso	Informática para saúde mental	https://recode.org.br/biblioteca-parceira-da-ong-recode-ganha-premio-internacional-2/
61.	2020	Grandes personalidades: Mulheres, escritoras e suas obras	Biblioteca Iraci Heringer Lisboa, do IFNMG-Campus Salinas	Ampla	Dar visibilidade as obras produzidas por mulheres	Exposição	Visibilidade	https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-portal/554-portal-noticias-2020/23583-atividade-na-biblioteca-do-campus-salinas-destaca-escritoras-e-suas-obras
62.	2020	Mês da mulher	Biblioteca Municipal José Sarney, São Luís	Mulheres adultas	Informar essas mulheres sobre seus direitos e ofertar formações para que consigam conquistar a própria renda,	Oficinas, exposições e palestras	Violência contra mulher	
63.	2020	Mulher e a produção literária e acadêmica feminina	Bibliotecas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	Ampla	trazer ao conhecimento do público o acervo de autoras femininas presentes nas bibliotecas das duas Casas, pretende ainda promover a fala, a escuta, o protagonismo e o empoderamento feminino.	Palestra	Literatura	https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bibliotecas-do-senado-e-da-camara-debater-em-live-producao-literaria-feminina
64.	2020	Mês da Mulher	Biblioteca Parque de Niterói	Ampla	Reforçar a importância da mulher ocupar os espaços.	Roda de conversa, Sarau	Maternidade, empoderamento, trabalho e literatura	https://www.comunicsoniaapolinario.com.br/single-post/2020/02/28/niter%C3%B3iter%C3%A1-um-m%C3%AAs-inteiro-de-programa%C3%A7%C3%A3o-com-foco-no-empoderamento-feminino
65.	2020	Mulheres com Deficiência nas Artes e na Ciência	Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência - BCH - UFC	Ampla	Proporcionar visibilidade as mulheres com deficiência.	Roda de conversa	Direito das mulheres PcD	https://www.youtube.com/watch?v=7z5M6ekV35g
66.	2020	Clube de Leitura- "Pequeno Manual Antirracista"	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	Ampla	reflexão para aprofundar a percepção sobre discriminações racistas estruturais.	Clube de leitura	Mulher na literatura	https://bvl.org.br/noticia/clube-de-leitura-de-setembro-traz-livro-de-djamila-ribeiro-para-o-centro-do-debate
67.	2020	Terça dos jovens na biblioteca	Biblioteca Pública Municipal de Itanhém - BA		discutir a escalada de ódio contra as mulheres, contra a cultura estrangeira e contra as bibliotecas	Cine debate	Violência contra mulheres	https://www.facebook.com/BibliotecaAntonioCanela/posts/pfbid0HCvWte7DP3ZpAFax5SaMKhHMaar1vdsoXNzGuXyY1yYseb8XqJX1142wJnsnbEWI
68.	2020	A mulher nos tempos atuais, mas com velhos desafios.	Biblioteca Municipal Maria do Socorro Rocha - MA	Ampla	O objetivo foi discutir em grupo, não somente as conquistas, mas também os tabus e preconceitos ainda vivenciados por mulheres na sociedade atual.	Roda de conversa	Acesso à informação	https://www.facebook.com/silva.moura.794628/posts/pfbid0dHKwtJ7PNPQcWAgRC4aTf5juCg79qP21MZb2GeEFU6eJcEWnED9aqcdd9UmXh1yal

69.	2020	Palestra sobre a Violência contra a mulher	Biblioteca Sousândrade - Timon! - MA	Ampla	Refletir sobre a influência da violência doméstica na vida das mulheres	Palestra	Violência doméstica	https://www.facebook.com/redebandeiratribuzi/posts/pfbid02X3WjBdmTYiy4eegZn7khULFPVYkskP7tEntWDyFJCYTg367xMNQv59Q7rF8bKntI?locale=pt_BR
70.	2020	Literaturas feministas	Biblioteca Municipal Maria Geaquinto - ES	Ampla	Conhecer literaturas que todas as mulheres deveriam ler para reconhecer sua voz, seu espaço e sua importância no mundo.	Indicação de Leitura	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/B9eQ4M0puiq/
71.	2020	II Ciclo de Pensamentos Contemporâneos	Biblioteca Pública Estadual "Dr. Isaías Paim" - MS	Ampla	Debater machismo, empoderamento e a mulher na educação e na ciência.	Roda de conversa	Empoderamento	https://www.facebook.com/bibliotecaisaiaspaim/posts/pfbid0n75y9ESPysquCQfJvXcokPCV4zs8F2gTEjrCGkr8SbEnRHnPBdZuedRVdSBUBS6I
72.	2020	Leia Mulheres Negras	Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais	Ampla	estimular a leitura de obras produzidas por mulheres negras.	Indicação de Leitura	Mulher na literatura	https://www.facebook.com/bibliotecapublicaestadualmg/posts/pfbid0afXTDpfkmxVvoPPrsyq9RwTk5Rb7dkJxBna4WnMdiG14FGxU5RcTMuh3Xah1qJpI
73.	2020	Livroterapia	Biblioteca Municipal de Itapetininga - SP	Maiores de 18 anos	trabalhará autoestima e autoafirmação femininas através de obras literárias.	Biblioterapia	Autoestima	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipalitape/posts/pfbid0afKaNwdRnaWhRyJwYpGHjGVPVLWGLoV6YdVAnNG2mGL1XJnmE8HZCq8roNX8VjabI
74.	2020	Leia Mulheres Jundiá	Biblioteca Municipal de Jundiá	Ampla	incentivando a leitura de autoras contemporâneas e clássicas, de diversos gêneros e o debate sobre temas tão significativos e importantes para as mulheres.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipaljundiai/posts/pfbid02LkFsz1EmhgMPwsKTgiciNujMSz7b5Pst6TN1wWBuqHykuSXu8N6pfZoc8awWbkJvI
75.	2020	Dia Nacional da Mulher	Biblioteca Municipal de Marília	Ampla	Exposição de obras literárias, biográficas e de escritoras, mostrando suas conquistas.	Exposição	Literatura	https://www.facebook.com/photo/?fbid=915728538829881&set=pcb.915737008829034
76.	2020	Café Literário	Biblioteca Orlando Lima Lobo - Pará	Ampla	lançamento do coletivo de mulheres escritoras e leitoras, um encontro de mulheres participantes do Clube de Escrita Criativa as "Ycamiabas".	Café literário	Literatura	https://maraba.pa.gov.br/cultura-biblioteca-municipal-disponibiliza-programacao-de-marco-especial-para-mulheres/
77.	2020	Escritoras Sergipanas	Biblioteca Epiphany Dória - Sergipe	Ampla	Promover as mulheres sergipanas e suas escritas.	Exposição	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/B9RkDvIBbZl/?img_index=1
78.	2020	Mulheres Incríveis	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Ampla	Contar a trajetória de 3 mulheres com pouca visibilidade social ou política: Mãe Beata de Iemanjá, mãe Arlene do Katendê e D.Aparecida.	Roda de conversa	Arte	https://www.instagram.com/p/B9jrwQxp0Kt/?hl=em
79.	2020	Exposição Vozes de Mulheres	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Ampla	Visibilidade as obras literárias produzida por mulheres	Exposição	Literatura	https://www.instagram.com/p/CqAkLciLboT/

80.	2020	Discriminação e abuso de mulheres na cena Hip Hop	Biblioteca Pública Municipal Jovina Rocha Álvares Pessoa	Ampla	Debater a discriminação e abuso de mulheres na cena Hip Hop.	Roda de conversa	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecajovinarapessoa/posts/pfbid0TYBGvYYiF66fde4hvvxkndJGTEVeVSHAGnJEyKAc2ob7gv43UrJMF7FPfUZSy7BvI
81.	2020	RPG para elas	Gibiteca Municipal de Santos	Mulheres	Aborda a necessidade de criação de espaços seguros para mulheres na cultura pop e geek	Roda de conversa	Literatura	https://www.facebook.com/gibitecadesantos/posts/pfbid0RjMVDVwggYNbibDAsH7qx7BY9y7rH2zQgmo3xXFUbmYLYEytNwzNKdsGjmfyZ3KFI
82.	2020	Vozes Periféricas - Mulheres e Literatura	Biblioteca Adelpha Figueiredo	Ampla	A intervenção poética tem como plano de fundo o debate sobre a visibilidade das mulheres na literatura.	Declamação de poesia	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecadelphafigueiredo/posts/pfbid02pVUEnVTQRk7TPQGh8eZyPH4SLWSD9j59RVEap1AvinNLRCQKtWLGbtevvro7fYjBI
83.	2020	Deve-se queimar Beauvoir?	Biblioteca Anne Frank - SP	Ampla	Debate sobre a construção filosófica da autora.	Oficina	Acesso à informação	https://www.instagram.com/p/B_7ZeTbHRj0/?hl=en
84.	2020	Força Feminina: A Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres no Butantã	Biblioteca Pública Municipal Camila Cerqueira Cesar	Ampla	Debater a série que aborda a relação da Feira com a Cultura Reggae e outros temas, como Agroecologia, Feminismo e Economia Solidária.	Cine debate	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecacamila/posts/pfbid033NMjnY65YhfBF6kinLjPH2Qv3v5e2acBvgRWnRL79kQjgkmZreqs4ep6J3HVZHX3I
85.	2020	Mulheres plurais: talentosas, de poesia potente, política e transformadora	Biblioteca Pública Marcos Rey	Ampla	Pensar sobre a questão da negritude, de ser mulher e também sobre afetividade e amor entre os nossos.	Intervenção artística	Arte	https://www.facebook.com/bpmarcosrey/posts/pfbid02TpnD81V6e9YTfSgAyC9KdCcM4p7qxe6BjayvcNTFUBN5w35bHw47QYbeDH1CaX5ml
86.	2020	A saúde das mulheres negras	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	Refletir sobre as formas que a violência de raça e gênero tem se manifestado na realidade dessas mulheres à partir da fala de nossas convidadas.	Roda de conversa	saúde	https://www.instagram.com/p/B9jrWRjna67/?hl=en
87.	2020	Mulher e o envelhecimento	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	Continuidade às discussões sobre o envelhecimento das mulheres e seus desdobramentos.	Roda de conversa	Saúde	https://www.instagram.com/p/B8t3jtbHYPS/?hl=en
88.	2020	Precisamos falar sobre violência	Biblioteca Pub. Mário Quintana - Alegrete/RS	Ampla	Refletir sobre formas de realizar o enfrentamento a violência contra as mulheres.	Roda de conversa	Violência doméstica	https://www.instagram.com/p/CB0vFfpnH3o/?hl=en

89.	2020	Leia Mulheres	Bibliotheca Pública Pelotense	Ampla		Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/BPPelotense/posts/pfbid02D5ZKZ6MVn854Bma5Qz3eXK8q2ig1Ud7Lbfgz67LEBYa3Za2kJ5YAjPv3kdH2dVvfl
90.	2021	Como a violência doméstica te afeta?	Biblioteca UFG	Ampla	Este projeto busca levantar algumas reflexões sobre violência doméstica na nossa sociedade.	Exposição virtual	Violência contra mulher	https://www.bc.ufg.br/p/37833-como-a-violencia-domestica-te-afeta?atr=fr&locale=fr
91.	2021	Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história	Biblioteca Central, na Unicap		Apresentar fotografias e registros relacionados à história da ativista, uma importante personalidade na luta pela igualdade racial no Brasil no ativismo do feminismo negro.	Exposição	Acesso à informação	https://portal.unicap.br/w/exposicao-leila-gonzalez
92.	2021	O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação	Biblioteca UFMG	Comunidade acadêmica	Refletir sobre a mulher como sujeito intelectual e ativista.	Palestra	Visibilidade	https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/eventos/v-semana-do-bibliotecario-da-eci/
93.	2021	Livros sobre o protagonismo feminino	Rede de Bibliotecas do Sesc Santa Catarina	Ampla	Pensar e dimensionar a complexidade de ser mulher.	Lista de indicações	Feminismo e empoderamento	https://www.sesc-sc.com.br/cultura/mulheres-o-protagonismo-feminino-por-meio-da-literatura
94.	2021	Dicas de Leitura – Empoderamento feminino	Sistema Municipal de Bibliotecas - São Paulo	Ampla	Contribuir para o fortalecimento do tema igualdade de gênero e dar exemplo de força e determinação para adultos e crianças.	Indicação de Leitura	Feminismo e empoderamento	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/noticias/?p=29838
95.	2021	Clube do Audiobook - Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	Ampla	pensar a sociedade como um todo, promovendo a reflexão sobre direitos civis, preconceito e violência.	Clube de audileitura	Literatura	https://bvl.org.br/noticia/clube-do-audiobook-de-agosto-trata-de-obra-com-textos-de-mulheres
96.	2021	Mulheres negras: quatro biografias e um cordel	Biblioteca Nacional de Brasília	ampla	Conhecer sobre a história e produções de mulheres negras influentes da literatura brasileira.	Indicação de Leitura	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/CWfzOmJrg0_/?hl=em&img_index=1
97.	2021	Mulheres que fazem história na mala do livro	Biblioteca Pública de Brasília	Ampla	Homenagem e reflexão com as mulheres que se dedicam à democratização do acesso à arte, à cultura e à leitura.	Palestra online	Mulher na literatura	https://www.youtube.com/watch?v=KG97zPL7A1I
98.	2021	Case-se consigo mesma	Biblioteca Castro Alves - SP	Ampla	propõe uma reflexão sobre os desafios de autoaceitação que os desafios que as meninas dessa faixa etária enfrentam.	Intervenção teatral	autoestima	https://www.facebook.com/bibliotecacastroalvessp/posts/pfbid0a1rx5RkjMfgss3tDNQ81e3KnSP8TgW5aNoADe354mGL3cj6aLmkzsomuvTEdUje2I

99.	2021	Clube de leitura: a literatura estranha escrita por mulheres nas américas	Biblioteca Pública Municipal de Araçatuba-SP	amplo	estimulará a discussão e o levantamento de impressões sobre a leitura de sete contos contemporâneos de países e autoras latino-americanas, que trazem vieses diferentes do que pode ser considerado "terror", "estranho", "fantástico" e "insólito", na literatura e no nosso mundo.	Clube de leitura	Mulher na literatura	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipaldearacatuba/posts/pfbid0BEXdXMDX1YkaspYi57qnZgazmgAmmW31Bp2a3peM1EN55z5k8ASprXMT45XzU12BI
100.	2021	Mulheres e Consciência Negra	Biblioteca Municipal de Marília	Amplo	A mostra mescla fotos de mulheres negras e obras de escritoras negras de diversas nacionalidades.	Exposição	Literatura	https://www.facebook.com/bmmviva/posts/pfbid02BwUv3MywZLdHXDsszt9k4sErGrj1qk4Z53U4WJ4nb8bfpSAvN26CBugvdCvLqsbil
101.	2021	Mulher dos povos originários	Biblioteca Orlando Lima Lobo - Pará	Amplo	Debater o papel das mulheres dentro das comunidades indígenas	Roda de conversa online	Acesso à informação	https://maraba.pa.gov.br/secult-biblioteca-publica-orlando-lobo-realiza-programacao-semana-mulher-com-varios-escretores-e-artistas/
102.	2021	Mulheres na Cultura Pop	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Amplo	olhares femininos sobre as mulheres nas HQ's e Cinema, discutindo questões de gênero, configurações estéticas e estereótipos.	Roda de conversa	Arte	https://www.instagram.com/p/CS0F_yKrQ2z/?hl=en
103.	2021	Atualização sobre o câncer de mama	Biblioteca Rio das Ostras - UFF	Amplo	Promover o diálogo e troca de saberes sobre o câncer de mama entre profissionais da saúde e estudantes.	Curso	Saúde	https://www.instagram.com/p/CUGAH2jLGe8/?hl=en&img_index=1
104.	2021	Hip hop mulher na rua	Biblioteca Sinhá Junqueira	Amplo	Fortalecer as minas na cena HIP HOP da cidade, nas batalhas, nos slams e nas ruas.	Roda de conversa	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecasinhajunqueira/posts/pfbid03682J1bsUz3eKfxVpfn1Ffd66Abu5NJKN7YjxL23yNa3Z3WYd5REWCxJbt8JG9BsEI
105.	2021	Hip hop e mães	Biblioteca Sinhá Junqueira	Amplo	Proliferar a cultura Hip-Hop, seus ideais e seus talentos diante de uma sociedade que ainda não enxergam mulheres como protagonistas de suas histórias, à frente de um movimento cultural.	Roda de conversa	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecasinhajunqueira/posts/pfbid0nwGG4JwJ2VR4SZbwzdk8zbVBqjTqAUcuYUHZPiJBwNcv3yAdkWdvbYebkCsASFLI
106.	2021	Academia Internacional de Poetas Pretas	Biblioteca Pública Municipal Alceu Amoroso Lima - SP	Amplo	Reflexão, escritas, música, performance e subjetividades poéticas oriundas das trajetórias de militâncias ligadas ao hip-hop e das culturas negras tradicionais.	Encontro Literário	Artes	https://www.facebook.com/bibliotecaalceuamorosoalima/posts/pfbid024kjinSA7U6ewKJUFufYjGEhCe6qyeV1238vej2zns3We9aD1rstfzs4SJ9K2mx8Kel
107.	2021	Casamento LGBTQI+	Biblioteca Anne Frank - SP	Amplo	Refletir sobre os mitos por trás dos casamentos lésbicos e as dificuldades encontradas nessas viências	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://www.instagram.com/p/CWLVS03rsE1/?hl=en
108.	2021	Elas que amam elas: convida brisa flow	Biblioteca Anne Frank - SP	Amplo	bate-papo com as convidadas artistas LGBTQIA+ onde expressarão para além do afeto das relações, a resistência no amor diante de uma	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://www.instagram.com/p/CNSLTDyH0CW/?hl=en

					sociedade alienada, homens invasivos e política pública sem cuidado.			
109.	2021	Mulheres indígenas: conexões, potências e ciclos	Biblioteca Pública Aureliano Leite	Ampla	Um ciclo de encontros e conversas entre mulheres indígenas, ligando suas vivências e sabedorias à força dos cinco elementos da natureza, que estão presentes em toda forma de vida.	Roda de conversa	Visibilidade	https://www.facebook.com/bpaureliano leite/posts/pfbid02ssB6mfWY4oYoKjE Q2si4zy57xyGGvnWR6NJJBUz296curYnHWTdRGdermhLDkzcdl
110.	2021	INSUBMISSA S - Mulheres na ciência.	Biblioteca Pública Municipal Camila Cerqueira Cesar	Ampla	Parte de um questionamento do grupo sobre a falta de exemplos femininos na história das ciências.	Intervenção artística	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecac amila/posts/pfbid0nj9AZpAjyctpNcdSB R1hQiDZXH2zBf2WKz8WLTjes5Rnys QKREkuQubAsyXP8q49l
111.	2021	Segue o Samba	Biblioteca Pública Cassiano Ricardo Tatuapé - SP	Ampla	Um projeto musical que homenageia mulheres no samba, com intervenções poéticas e mistura do samba de raiz com o samba contemporâneo e autoral	Intervenção artística	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecass iano/posts/pfbid02RqLyVnjKMfZyqSG DpBex4W3FVjYL24goF3MTqPqacrL WXS3tZzLbWn15hPMLa1jGl
112.	2021	MãeSÓlos	Biblioteca Pública Municipal Cora Coralina – São Paulo	Ampla	Discute o maezismo em nossa sociedade, na busca de um feminismo materno com valores comunitários ancestrais e decoloniais.	Oficina	Maternidade	https://www.facebook.com/bibliotecac oracoralinasp/posts/pfbid033Ti7YU53 341rZZdos4Lr2z4TcqsFDg9zo3icwzW Q6HF7aFc9Yh5TTX6aBcbBuyq4l
113.	2021	Cine Minas	Biblioteca Pública Érico Veríssimo – São paulo	Ampla	O podcast trará discussões e assuntos do universo cinematográfico, com aquele olhar feminino. Com temas semanais diversos, serão abordadas discussões que estão em torno da "imagem" que as grandes produções reproduzem em relação a mulher, trazendo percepções pessoais em como certos padrões são repetitivos quando se trata da estereótipos femininos.	Podcast	Arte	https://www.facebook.com/bpmericove rissimo/posts/pfbid02VG7CCeM8zKie JQDAm1oD8uPwDQidvkSweBCUQpv rAE23N6ziv3WRdMeDQh3E1JaWI
114.	2021	Oficina de Teatro das Oprimidas	Biblioteca Pública Érico Veríssimo – São paulo	Ampla	Teatro das Oprimidas é um teatro social e popular, tem como objetivo tornar acessível o fazer teatral e que nós possamos contar nossas próprias narrativas, nos tornando multiplicadoras do Teatro das Oprimidas em nossos territórios e espaços ocupados.	Oficina	Arte	https://www.facebook.com/bpmericove rissimo/posts/pfbid02i9S2jVzupc44SJ sqmSPUF376kQ11yoCXh8GiN2S59D PrA1LrPgWm2swTDb4Yfi9Ql
115.	2021	Mulheres indígenas: conexões,	Biblioteca Pública Municipal	Ampla	Um ciclo de encontros e conversas entre mulheres indígenas, ligando suas vivências e sabedorias à força	Web conferência		https://www.facebook.com/bibliotecah elenasilveira/posts/pfbid0yNHeo6BAC 6FKaGjUH3qWiNkuUsEJ16mKzk6i34

		potências e ciclos	Helena Silveira – São Paulo		dos cinco elementos da natureza, que estão presentes em toda forma de vida.			QfcW4S5TdagYu3Jw4CppteRkul
116.	2021	Live com as escritoras da Coletânea “Oito histórias que vão dar o que falar”	Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato – São Paulo	A partir de 7 anos	Conhecer as histórias escritas por oito mulheres que fazem parte do Coletivo “Elas na LIJ”.	Palestra	Literatura	https://www.facebook.com/bijmlobato/posts/pfbid0m8K7BYeJrsenzh3V1yw4uFIV4VB2bF7bvXpkZsBwuJeX9ea3cuRZvgHTGX1SFFy9l
117.	2021	Protagonismo da mulher na área técnica	Biblioteca Lenyra Fraccaroli	Ampla	O projeto foi pensado como uma maneira de refletir a respeito do lugar das mulheres cis e transvestigeneres nas formações técnicas-práticas desenvolvidos nos equipamentos culturais pelo Programa Jovem Monitor Cultural e analisar quais motivos as distanciam das áreas técnicas.	Roda de conversa	Visibilidade	https://www.facebook.com/lenyra.fraccaroli/posts/pfbid02bp3pyj54nZz8Eq5BYoFLJsm7Gd1s75mmCWWBasAW9XqMmm8o7exsdNDHgjBySa3sl
118.	2021	Canções e Poesias Para celebrar o Feminino	Biblioteca Menotti Del Picchia	Ampla	Propõe a apresentação de canções e poemas de mulheres artistas brasileiras de todos os tempos.	Sarau	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecamenotti/posts/pfbid02AJMwMnAeJpsEnjYnSFDYQsrw4Frc6gnqfcA23RfQ4Mn1sXEwE8PJ6ixcApjHuzPI
119.	2021	Negras Cabeças	Biblioteca Pública Milton Santos	Ampla	Projeto de exposição gamificada, uma experiência que, através de 8 artes criadas por illi, focadas nos cabelos e penteados de mulheres das etnias Betsimisaraka, Mangbetu, Suri, Mursi, Mwila, Mblantu, Fulani e Himba.	Exposição	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecaMiltonSantos/posts/pfbid02puH6EfzGow2DkGcbhkLu7GvYsTiMmagQd3gZ3XdCqzw1CGtovoM4WQ6pEnj58iPKI
120.	2021	Reclusas	Biblioteca Pública Milton Santos	Ampla	Problematizar as possíveis distinções de corpos negros no ambiente de aprisionamento, suas diferenças tanto no campo prático, como em relação a suas existências subjetivas, refletindo sobre seus afetos, ou mesmo a negação dos mesmos.	Cine debate	Direito das mulheres	https://www.facebook.com/bibliotecaMiltonSantos/posts/pfbid0z7KKcwYMyB2FQLA4eUSshoHwAHQ6eCoq55rdh2rp21qodAJrhJSp9QoteP4L6tol
121.	2021	Sarau Pretas Peri	Biblioteca Pública Milton Santos	Ampla	Experiência de mulheres no hip hop.	Sarau	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecaMiltonSantos/posts/pfbid0wBH22d4NLf4ZKZDT6Sh36EF5LVpwWK8oepxdw5QmVe7pGh8FrTMEVLoja741tCvdl
122.	2021	Slam Delas: Brasil x África	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	O objetivo principal é, além de unir culturas, aproximar poetas que antes da pandemia estavam afastados pelo espaço e a distância, mas que hoje se aproximam, dividem experiências e saberes.	Slam	Arte	https://www.instagram.com/p/CLW90s2HbgZ/?hl=en

123.	2021	Leia Mulheres Farroupilha	Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac – Farroupilha/RS	Amplo	Estimular a leitura de obras produzidas por mulheres.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bpmolavobilac/posts/pfbid02rYjKRDTuF3uByimd5FVub44NzzMWQmWTyZzYqHiZeHHGKy2Fd4NGZ6EEDNw7bFLil
124.	2022	Violência contra mulher - Diálogos	CEU Parque	Feminino Adulto	Apresentar prevenção, atenção, enfrentamento, redes e serviços abordando as principais leis que protegem as mulheres, como forma de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.	Palestra	Violência contra mulher	https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/ceu-parque-bristol/violencia-contra-mulher/
125.	2022	Palestra Violência doméstica	Bibliotecas Públicas de São José dos Campos	Adolescentes	Apresentar o que é violência doméstica e quais são as formas de violência --física, psicológica, verbal, entre outras.	Palestra	Violência contra mulher	https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2022/outubro/05/patrolha-maria-da-penha-faz-palestras-em-bibliotecas-publicas/
126.	2022	Catálogo de obras femininas	Biblioteca da (ESMPU)	Amplo	Dar uma visão geral dos materiais bibliográficos e da maior parte dos subtemas relacionados as mulheres.	Catálogo	Literatura	https://escola.mpu.mp.br/a-escola/comunicacao/noticias/mes-da-mulher-biblioteca-da-esmpu-disponibiliza-catalogo-de-obras-sobre-tematica-de-genero/boletim-da-biblioteca-mulher.pdf
127.	2022	Contação de Histórias – “Malala e seu lápis mágico	Biblioteca do IFSC	Público infantil	Debater a importância de lutar pelos seus próprios direitos.	Contação de História	Direitos da Mulheres	http://www.saocarlos.usp.br/na-biblioteca-do-ifsc-contacao-de-historias-malala-e-seu-lapis-magico/
128.	2022	Covid-19 e gestantes	Rede de Bibliotecas Fiocruz	Público adulta e gestantes	Levantamento de artigos que tratam do grau de ansiedade das gestantes na época da pandemia, passando por características laboratoriais das gestantes comparadas a mulheres não grávidas infectadas com o vírus Sars-CoV-2, a edição de fevereiro do Boletim BiblioCovid traz dez artigos indicados pelos profissionais da Rede de Bibliotecas da Fiocruz.	Boletim	Saúde da gestante	https://www.icict.fiocruz.br/content/bibliocovid-covid-19-e-gestantes-e-tema-da-edicao-de-fevereiro
129.	2022	O papel da mulher e o trabalho	Biblioteca pública de Dracena	Amplo	Conscientizar sobre a luta das mulheres por igualdade de direitos e oportunidades na sociedade, além de homenagear as conquistas femininas ao longo da história. A importância da saúde mental na qualidade de vida das mulheres	Pintura em tecido, palestras e oficinas	Trabalho	https://www.facebook.com/photo/?fbid=576472604520244&set=pcb.576477474519757

130.	2022	Conhecendo Intelectuais Negras Brasileiras	Biblioteca Parque Villa-Lobos	Mulheres adultas	O objetivo é romper com a invisibilidade e apresentar a genialidade de intelectuais negras ainda pouco conhecidas e seu protagonismo nos processos históricos.	Roda de conversa	Acesso à informação	https://saopauloparacrianças.com.br/dia-das-mulheres-na-biblioteca-parque-villa-lobos/
131.	2022	Mulheres Negras que fazem a história	Biblioteca Pública de Araraquara	Ampla	Visibilizar a luta de mulheres que diuturnamente são apagadas da história e têm seus direitos violados.	Exposição	Visibilidade	https://rciararaquara.com.br/destaques/biblioteca-mario-de-andrade-recebe-duas-atividades-do-julho-das-pretas/
132.	2022	Por mais mulheres pretas na política: porque representatividade importa	Biblioteca Pública de Araraquara	Ampla	Visibilizar a luta de mulheres que diuturnamente são apagadas da história e têm seus direitos violados.	Roda de conversa	Visibilidade	https://rciararaquara.com.br/destaques/biblioteca-mario-de-andrade-recebe-duas-atividades-do-julho-das-pretas/
133.	2022	o lugar da mulher é onde ela quer estar	Biblioteca Municipal Victor Lima Barreto	Mulheres adultas	Incentivar o debate e acesso à informações sobre os direitos da mulheres e melhores condições de vida.	Roda de conversa	Violência contra mulher	https://www.gazetavg.com.br/2022/03/16/dia-internacional-da-mulher-na-biblioteca/
134.	2022	Mulherio das Letras	Biblioteca Municipal Centenário, Minas gerais	Mulheres adultas	congregação, integração, revelação e apoio a mulheres ligadas às letras como escritoras, editoras e acadêmicas	Mesa de debate	Literatura	
135.	2022	2º Festival Mulheridades	Biblioteca Pública Estadual do Ceará		promoção de pautas de interesse das mulheres, pessoas com deficiência, população negra e LGBTQIA+.	Oficina	Direito das mulheres	https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-realiza-segunda-edicao-do-festival-mulheridades-neste-sabado-02-07
136.	2022	Cativas: Presas Pelo Coração	Biblioteca Pública do Paraná	Maiores de 12 anos	Busca conectar a comunidade com os realizadores locais e contribuir na formação de repertório do público.	Cinedebate	Direito das mulheres	https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Biblioteca-Publica-exibe-o-documentario-Cativas-Presas-Pelo-Coracao-neste-sabado
137.	2022	Mulheres Trabalhadoras	Biblioteca Municipal "Jorge Guilherme Senger"	Ampla	A mostra tem como objetivo exaltar a força, a sensibilidade, a luta e a altivez da mulher negra latina, americana e caribenha	Exposição	Trabalho	https://jornalznorte.com.br/cultura/exposicao-fotografica-mulheres-trabalhadoras-entra-em-cartaz-na-biblioteca-municipal-de-sorocaba-nesta-quarta-feira-31
138.	2022	Livros: a voz da mulher contando o mundo	Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará	Ampla	homenagem às grandes escritoras e personagens femininas.	Oficinas	Mulheres na literatura	https://www.ufc.br/noticias/17263-com-inscricoes-gratuitas-bccp-realiza-iii-semana-nacional-do-livro-e-da-biblioteca-de-24-a-27-de-outubro

139.	2022	Empoderamento feminino: buscando o melhor de si	Biblioteca Pública Municipal Santa Maria de Jetibá	Ampla	promover o empoderamento feminino, utilizando-se de todo o potencial que a literatura traz, reunido mulheres de diversas profissões e faixas etárias.	Clube de leitura	Empoderamento	https://www.montanhascapixabas.com.br/projeto-de-leitura-e-empoderamento-feminino-ganha-destaque-em-santa-maria-de-jetiba/
140.	2022	Biografias Femininas	Biblioteca Alberto Sousa - Santos	Ampla	Retratar memórias da vida de grandes autoras brasileiras e da região da Baixada Santista.	Exposição	Mulheres na literatura	https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/biblioteca-em-santos-abre-exposicao-em-homenagem-a-mulheres-escritoras
141.	2022	Sarau Cartas na Manga	Biblioteca Municipal Ernesto Simões Filho - BA	Ampla	Lançamento do livro "A chuva que cai no mar não o torna doce"	Lançamento de livro	Mulher na literatura	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipalesf/posts/pfbid0TatusnsA7FQssQiNHCKvBLynJkgVUufLe2qixkPdud5NK1Ph9FsxTg4rQcazwUwil
142.	2022	Contação de história, jogos e brincadeiras	Biblioteca Municipal Ernesto Simões Filho - BA	Crianças	A atividade buscou, de maneira lúdica, exaltar a beleza da mulher negra latino-americana, dentro de uma proposta de educação antirracista.	Contação de história	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipalesf/posts/pfbid0Wos1oXLDdrmk1tsiViLbDmAkVNGSziNi5UCy5pwNV31mgEQUet2UrcZkDb9DSTqnl
143.	2022	O protagonismo feminino no Maranhão no séc. XIX e início séc. XX: as analogias possíveis entre Maria Firmina dos Reis, Herculana Firmina e Mariana Luz	Biblioteca da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX do Tribunal de Contas do Maranhão	Ampla	Refletir sobre o protagonismo feminino na história do Maranhão.	Palestra	Visibilidade	https://www.youtube.com/watch?v=szAZwYyFnD4
144.	2022	História de Mulheres e de Mulheridades	Biblioteca Francisca Nogueira - Alto Santo	Ampla	reúne textos de treze autoras, entre acadêmicas, intelectuais e ativistas políticas, que se dedicam a relatar e analisar o processo de conquista do sufrágio feminino.	Indicação de leitura	Direito das mulheres	https://www.instagram.com/p/Ca0fXJDJoMP/?img_index=2
145.	2022	Leitura e Escrita Feminina: um debate necessário	Biblioteca Pública Municipal Leonardo Mota	Ampla	Conversar sobre obras de autoras femininas e a importância de sua escrita e voz durante a história.	Roda de conversa	Literatura	https://www.facebook.com/SecultPedraBranca/videos/764209964938321/
146.	2022	Leia Mulheres Bragança	Biblioteca Pública Municipal de Castro e Souza - Pará	Ampla	O projeto estimula a leitura e diálogo sobre livros escritos por mulheres	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/events/454321136458842/?post_id=454321146458841&view=permalink

147.	2022	Fala aí, Julieta!	Biblioteca da Uefs	Ampla	Debater a violência doméstica	Podcast	violência doméstica	https://www.instagram.com/p/Caj9KmyrbNO/
148.	2022	A Menina que nasceu sem cor	Biblioteca Castro Alves	Ampla	Busca trazer ao palco a experiência versada da jovem mulher negra que é, com suas lutas, dores e paixões.	Slam	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecacastroalvessp/posts/pfbid024sHgnuZLmGU1mwCL5KG84JhyeMWmzrChkTg27zVkk3P6D7bHFCyY8n8q8n6r4XPul
149.	2022	Tudo sobre funk: histórias e trajetórias femininas	Biblioteca Municipal Birigui	Ampla	Esta palestra visa destacar a historicidade do movimento funk, além de ressaltar a importância das mulheres e das crianças dentro desta cultura.	Palestra	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipalbirigui/photos/a.1558762747473614/5611694615513720/
150.	2022	Leia Mulheres Botucatu	Biblioteca Municipal Emilio Pedutti – Botucatu/SP	Ampla	ampliar seu contato com a produção de mulheres na literatura.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0PoHeykZc2BiPTZ65enmMigw2t28s4M69r7pN3R1CpwPMgNYRa51HVz6iZPWWNuPgl&id=997645607101770
151.	2022	Leia Mulheres Diadema	Biblioteca Interativa de Inclusão Nogueira - Diadema	Ampla	Promover debate e reconhecido em torno da literatura produzida por mulheres.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecanogueiradiadema/posts/pfbid024zVv4HNU32uRSVARTNxxvUAUj3tcE1DjTctdmFPtqHppYG6bBfmBeC9ucsUfjsjXCI
152.	2022	Exposição Dia Internacional da Mulher	Biblioteca Municipal de Marília	Ampla	Promover divulgação de obras literárias produzidas por mulheres.	Exposição	Literatura	https://www.facebook.com/bmmviva/posts/pfbid0oUPNyqtzQoTv1t4oLEjtT6xcGhF5SceLkY8yBh6nBcKm5Y4CKFsaiUgwrE8TmQ9T8l
153.	2022	Estante temática leia mulheres	Biblioteca João Luiz Alvarenga	Ampla	O objetivo do projeto é dar visibilidade, valorizar determinados temas, por meio dos livros e também incentivar a prática da leitura.	Indicação de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02RxmaMPRVHahxucJRRNTqLpVKCFwWtBa6b7kApu9XzbVfCZt93dutGfBEnzeczy3ml&id=100013319589487
154.	2022	Leia Mulheres Bragança	Biblioteca Municipal de Castro e Souza - Pará	Ampla	O projeto incentiva a leitura de escritoras femininas e a discussão de suas obras pelos leitores de forma presencial ou on line.	Clube de leitura	Literatura	https://braganca.pa.gov.br/projeto-leia-mulheres/
155.	2022	Meninas que pensam no amanhã	Biblioteca Orlando Lima Lobo - Pará	Ampla	Meninas falando sobre mudanças e melhorias, que desejam ver na sociedade para que as mulheres vivam com mais respeito, dignidade e valorização.	Cinedebate	Direitos da mulheres	https://maraba.pa.gov.br/secult-biblioteca-marco/
156.	2022	Elas Entrelinhas	Biblioteca Epiphany Dória - Sergipe	Ampla	Idealizado para que mulheres possam compartilhar um pouco das suas vivências	Roda de conversa	Arte e literatura	https://www.instagram.com/p/Cdn45WVOAKP/
157.	2022	Roda de Literatura Feminina: Poesia fora da	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Ampla	promover a visibilidade da produção literária feita por mulheres no Brasil, resgatando-as do silenciamento histórico e trazendo para estudo e	Roda de conversa	Arte	https://www.instagram.com/p/CIUSMcDvu9/?hl=em

		margem			debate a literatura contemporânea feminina, sobretudo do Estado do Rio de Janeiro.			
158.	2022	Mulherismo e Resistência	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Ampla	debater sobre os desafios da resistência histórica nos vários campos da cultura, do trabalho, da subjetividade e da vida das mulheres.	Roda de conversa	Arte	https://www.instagram.com/p/CbYb6EsLmcc/?hl=em
159.	2022	Falatório Transeunte – vozes das mulheres	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Ampla	Refletir sobre as produções poéticas e performáticas de Stella do Patrocínio que pretende investigar a força e mover das palavras nas vidas de mulheres que diariamente circulam pelos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro	Palestra	Literatura	https://www.instagram.com/p/Cd59KpuLuYt/
160.	2022	Campanha de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher	Biblioteca Barreiros Filho – Florianópolis	Ampla	Conscientizar mulheres pelo fim da violência, além de oferecer serviços importantes relacionados ao tema.	Palestras	Violência doméstica	https://www.facebook.com/bibliotecabarreirosfilho/posts/pfbid0C9PKvyEEFQLd1mXqYhxS2KSLDg4vs89PomU8rJH96JKBr6DxFiWT97YudTh4frsl
161.	2022	Oficina Artemísia	Biblioteca Sinhá Junqueira	Ampla	Promover saúde mental para mulheres, através da arte. A partir do resgate e a expressão artística de emoções reprimidas, é possível ressignificar traumas e desenvolver novos pontos de vista.	Oficina	Saúde	https://www.facebook.com/bibliotecasinhajunqueira/posts/pfbid02rGTMLNXn3Jd9faDYcHezpeDnW6XQFXJTCr3XEqwPAWrpAeajSPQufwhAYDWzHRHnl
162.	2022	Oficina de Escrita Criativa	Biblioteca Sinhá Junqueira	Ampla	Ações formativas nas linguagens audiovisual e literária, tendo como protagonistas figuras femininas e suas trajetórias de representatividade e influência na construção da história local e regional.	Oficina	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecasinhajunqueira/posts/pfbid02mbcZyknhgawDCGztJ5jM8g44C9344aVX6VBLVrM46iKe2VeMyHofJe6z87SZBL2nl
163.	2022	Escrivências de Conceição Evaristo e o cotidiano de artistas das periferias	Biblioteca Amadeu Amaral	maiores de 14 anos	As palestrantes vão trazer histórias de suas vivências como mulheres e artistas pretas e periféricas, dialogando com a leitura de textos da homenageada, Conceição Evaristo.	Palestra	Literatura	https://www.facebook.com/bpamadeuamaral/posts/pfbid0zbpZy5Ae7cjC12WEc7tUABXssMRphgPNQrb78c7r4gvcQy6QaDXcpZcbj7kMtoXvl
164.	2022	Memória da Resistência	Biblioteca Anne Frank - SP	Ampla	A mostra, com curadoria de Alecsandra Matias, aborda temas como feminismo, racismo, ambientalismo e causa LGBTQIA+ por meio de registros fotográficos, documentos e depoimentos	Exposição	Acesso à informação	https://www.instagram.com/p/CfKDY-KOVPK/?hl=en
165.	2022	Dandara, A Guerreira Quilombola	Biblioteca Pública Aureliano Leite	Ampla	Narrar a partir de relatos e lendas populares sobre a história de Dandara, a guerreira negra rainha do	Contação de história	Acesso à informação	https://www.facebook.com/bpaureliano leite/posts/pfbid03SgarXUGK4zCJwH9Tmy4LBYydLgvjCmhTQ113gn2ZHZ

					Quilombo dos Palmares.			ASedp6H3un2ZYdMZEedkwl
166.	2022	<i>Slam</i> das Minas SP - Homenagem a Carolina Maria de Jesus	Biblioteca Pública Municipal Cora Coralina – São Paulo	Ampla	Para além da batalha a coletiva busca experimental - se acessando outros espaços como música, teatro, formação, etc. A poesia promove a formação, troca e diálogo. A <i>Slam</i> trabalha para que mulheres descubram e explorem essas ferramentas.	<i>Slam</i>	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecacoralinasp/posts/pfbid0d1WRuqytfDRdPS4UuukMwBwKkBVUPZMoMtZR4HC9HouxapNzF62krLhEbtY9StVXI
167.	2022	Especial dia das Mulheres	Biblioteca Menotti Del Picchia	Ampla	Debater os efeitos da pandemia nas mulheres.	Oficina	Saúde	https://www.facebook.com/bibliotecamenotti/posts/pfbid0ttuz4zKX9tp1EvqSEc3Lx6dfjJvyrCG83WrR9gucearrxoUxzBwVWYU5HRwQWA4I
168.	2022	Roda de mulheres: reconexão com o ser	Biblioteca Menotti Del Picchia	Ampla	Despertar o feminino, trabalhando todos os aspectos do ser: corpo, mente e alma	Roda de conversa	Saúde	https://www.facebook.com/bibliotecamenotti/posts/pfbid02PHUVBNpULuwcpXjQdBgda8XSVmzJXT7AnYRZSbxa4Zng6deBercvbGJ5wccD44kKI
169.	2022	Apoio e Atuação das Mulheres no Movimento Sindical	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	Vamos discutir sobre o apoio que as mulheres deram aos sindicalistas, a sua sindicalização e atuação enquanto sindicalistas.	Roda de conversa	Trabalho	https://www.instagram.com/p/CbLVQCfrF7v/?hl=en
170.	2022	Leia Mulheres Tarumã	Biblioteca Pública de Tarumã - SP	Ampla	Dar mais visibilidade a livros escritos por mulheres.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecapublicataruma/posts/pfbid08ZLyUUVgMea1TgbbJkWYWyrtzCMobPeDkMnz5qUiJ421ePflLoS6eHUqP95cRVzal
171.	2022	Leia Escritoras Negras	Biblioteca Pub. Mário Quintana - Alegrete/RS	Ampla	Uma oportunidade para ampliar o repertório literário conhecendo um pouco mais de escritoras nacionais e internacionais.	Exposição	Literatura	https://www.instagram.com/p/CiZYIfDpIOE/?hl=en
172.	2022	Exposição sobre Elza Soares	Biblioteca Pública Municipal Professora Vera Maria Gauss	Ampla	Dar visibilidade a carreira da cantora Elza Soares	Exposição	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliocharqueadas/posts/pfbid02QQTRguSn5naSkBpkPpMDkqVi2vsGt2MuPyXzyH1rNHUT6SMm4scJuoFpqXgBYkvl
173.	2022	Dia da Mulher: Empoderamento Feminino	Biblioteca Pública Municipal de Eldorado do Sul/RS	Ampla	Levar a Biblioteca além do seu espaço	Palestra	Empoderamento	https://www.facebook.com/bibliotecaeldorado2015/posts/pfbid0bVACQ4biomMLsK7oSwvoQ6KFwfZdb6GHhufsR3jWnffgvFwMNPSikjEtKH2gTjenl
174.	2022	Do fio à trama:  Mulheres tecendo Arte	Bibliotheca Pública Pelotense	Ampla	Reflexão entre a ancestralidade da mulher, sua conexão com a natureza e o ato de tecer e fiar.	Exposição	Arte	https://www.facebook.com/BPPelotense/posts/pfbid0g1ov3UjhY5eH4UJMLVq88MCEUdJ9U6oFGYC2MmfTwCLbmbiiohRPXvh5xTEa8mFI

175.	2023	Segundas Intenções: Lubi Prates	Biblioteca Villa Lobos – São Paulo	Ampla	oportunidade única para os presentes mergulharem na rica e instigante jornada literária e pessoal de Lubi Prates, uma autora que desafia limites, expande horizontes e provoca reflexões essenciais sobre identidade, representatividade e linguagem na contemporaneidade.	Entrevista	Mulher na literatura	https://bvl.org.br/noticia/lubi-prates
176.	2023	As mulheres e suas conquistas em diversas áreas do conhecimento	Casa de Cultura Josué Montello - MA	Ampla	Através de obras literárias e científicas são discutidas e mostradas as transformações ocorridas no papel das mulheres diante de diversos cenários: nas artes, na história, nas questões de gênero, nas letras, na ciência, na política e na religião.	Exposição	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/CpgEVXFPVcu/?hl=sk
177.	2023	Liderança Feminina, Trabalho e Crescimento Econômico para as Comunidades	Biblioteca Municipal José Sarney - MA	Ampla	Debater sobre a mulher e o mercado de trabalho.	Roda de conversa	Trabalho	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipaljosesarney/posts/pfbid02eUZnYoMSN9fPfzihW1sszTBUKbzDMkssvZwiDZZpCRKTyvkn56Y3MsvRF3sE6hKnl
178.	2023	Maria Firmina e a Consciência Negra: a trajetória inspiradora da primeira romancista do Brasil	Biblioteca Municipal José Sarney - MA	Ampla	Refletir sobre vida e obra de Maria Firmina, e sua atuação na literatura brasileira.	Roda de conversa	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/Czg063FuysE/?hl=en
179.	2023	Mulheres da Música	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Ampla	Conhecer mulheres influentes da música brasileira.	Indicação de leitura	Mulher e arte	https://www.instagram.com/p/CqLtgbKpjE-/?hl=en&img_index=7
180.	2023	Exposições bibliográficas de autoras maranhenses	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Ampla	Conhecer as mulheres da literatura maranhense;	Exposição	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/Cpfr4dvJwaE/?hl=en&img_index=1
181.	2023	Exibição de documentários e falas sobre a Mulher	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Ampla	Conhecer as mulheres da literatura maranhense;	Cinedebate	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/Cpfr4dvJwaE/?hl=en&img_index=1
182.	2023	Exposição Literária Espelhos da Vida	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Ampla	Conhecer as mulheres da literatura maranhense;	Exposição	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/Cpfr4dvJwaE/?hl=en&img_index=1

183.	2023	Angela Davis	Biblioteca Pública Benedito Leite - MA	Ampla	Conhecer a obra da pensadora e feminista Angela Davis	Indicação de Leitura	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/CpdV3t4JNXm/?hl=en
184.	2023	Saúde Mental e motivação: um desafio	Biblioteca Argentina Lopes Tristão - ES	Mulheres do campo	Refletir sobre a saúde mental das mulheres do campo	Palestra	Saúde mental	https://www.facebook.com/bibliotecadedomingosmartins/posts/pfbid02QPtiW1ogBFxHoerV6iXbb1oedV9UtmcmTwUyF42pEn4aPsAgwWwD5U71YNqna5el
185.	2023	Encontro Regional das Letras: Mulheres Escritoras do Centro-Oeste	Biblioteca Nacional de Brasília	Ampla	Intuito de visibilizar a produção literária de autoras nacionais contemporâneas e promover a igualdade de gênero no universo literário.	Exposição	Mulher na literatura	https://www.instagram.com/p/CsXIUaWMVt/?hl=en&img_index=1
186.	2023	Março Mais Mulher	Biblioteca Pública de Ceilândia - Brasília	Ampla	Visa dar assistência jurídica e psicológica para mulheres da comunidade, assim como conversas sobre temas importantes relacionados.	Consultoria, palestra e oficina	Direito das mulheres e saúde	https://www.instagram.com/p/CpVI5DrUQsG/?img_index=2
187.	2023	Leia Mulheres Capanema	Biblioteca de Capanema/PA	ampla	Debater o livro Feminismo em Comum para todas, todes e todos e às várias perspectivas do pensamento feminista da autora Márcia Tiburi.	Debate	Mulher na literatura	https://www.facebook.com/biblioteca.capanema.pa/posts/pfbid027EmdpYJNiFrL9soul1X8YQF4SpatGZ5bkuGkzgj8G8rXjr41rzq9skYY7PTDzGkNI
188.	2023	Encontro de escritoras	Biblioteca Nacional de Brasília	Escritoras brasileiras	Iniciativa tem como objetivo incentivar e dar visibilidade às mulheres na literatura	Encontro literário	Mulher na literatura	https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/03/16/encontro-de-escritoras-reune-mais-de-150-mulheres-na-biblioteca-nacional/
189.	2023	Mulheres negras apagadas: As sete rainhas e a cidade	Biblioteca Municipal de Bauru – SP	ampla	Heroínas negras apagadas da história, expondo pinturas feitas em materiais reciclados, lonas de marquises de lojas e prédios públicos.	Exposição	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecas municipaisbauru/posts/pfbid02UmvppwngS4a1QBGD3NnRxi3Xcc3xLhJJpJaPuRA2226yehw2zQ2VgD6FP8nTDmkul
190.	2023	Elas e Eu - Reflexões sobre o feminino	Biblioteca Municipal de Bauru – SP	Ampla	reflete sobre a importância de considerar que a ausência ou a pequena participação da mulher relatada na história até metade do século XX é consequência da forma como os fatos foram narrados.	Lançamento de livro	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecas municipaisbauru/posts/pfbid0E3ubdmwThATegfCEcF4d8LPifjvVoPBBD25NdtMjM5pqJi2AcnXhQiAGcp3bssl
191.	2023	A Voz das Mulheres Negras na Literatura Brasileira	Biblioteca Municipal de Bauru – SP	maiores de 16 anos	Busca explorar a literatura escrita por mulheres negras, promovendo leituras, análises sociológicas e literárias das obras, além de exercícios de escrita.	Oficina	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecas municipaisbauru/posts/pfbid0JnF3oeCDvEeuvxvjL6N84JkR5Ao3ivV6sDgdUr96JK8Y2pTznDUG9LsZyLC7U6jal
192.	2023	Mulheres e Crianças Com Autismo:	Biblioteca Interativa de Inclusão	Ampla	objetivo dessa roda de conversa é o compartilhamento das experiências em relação a luta, desafios, cuidados	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://www.facebook.com/Sec.culturaDiadema/posts/pfbid02MMYAAH35H7r4WrS3bfALSyr5pjKvq5E2ogYEeURt

		Troca de Experiências	Nogueira – Diadema		e criação de crianças com Transtorno do Espectro Autista!			NLfpPQvMjBVxFfo4pGNCcrul
193.	2023	Frida Kahlo - uma mulher à frente de seu tempo	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Itapetininga - SP	Ampla	Destaca traços, cores, formas, olhares e expressões poéticas de cada artista, refletindo sobre a vida e legado da Frida Kahlo.	Exposição	Arte	https://www.instagram.com/p/Cxsq14kufOO/?hl=en
194.	2023	Sarau 60+	Biblioteca Municipal de Itaquaquecetuba Professor Aroldo de Azevedo	Ampla	Debate sobre saúde, ciclos femininos e menopausa.	Sarau	Saúde e autoestima	https://www.facebook.com/biblioteca.itaquaquecetuba/posts/pfbid0B1kXjdutPqR3sxJRz1uJj3mkgNbAp1qz7jcT4HB9RX297ng92HQk2DjypRgt3G5Cl
195.	2023	Leia Mulheres Marília	Biblioteca Municipal de Marília	Ampla	Um convite à leitura de obras escritas por mulheres, de clássicas a contemporâneas.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/secultmarilia/posts/pfbid0hnnogF4AbHKYum1ZCmAJ6ih72MHtEhm5VS4EKFSx8pbo4Mb338m9KnnRUuCdM8l
196.	2023	Sarau Cultural Dia Internacional das Mulheres	Biblioteca Municipal "Prof. Fausto Ribeiro de Barros"	Ampla	objetivo de provocar a reflexão sobre a importância do Dia Internacional das Mulheres, destacando a história de lutas sociais, políticas e econômicas das mulheres.	Sarau	Visibilidade	https://www.facebook.com/biblioteca.fautoribeiro/posts/pfbid0e5s8KPjhZeU6CD2ebQLAdYPLLgy7BNj3VxFdfQKCXmg6QDPP56tTXruzkhbDyGLKl
197.	2023	Mensagens Tecidas: Vozes Contra a Violência	Biblioteca Orlando Lobo e Comdim – Pará	Mulheres a partir de 16 anos	Tecer mensagens contra a violência e promover a conscientização sobre a importância do respeito e da igualdade de gênero.	Oficina	Violência doméstica	https://maraba.pa.gov.br/oficina-mensagens-tecidas/
198.	2023	Leia Mulheres Duque de Caxias	Biblioteca Municipal Gov. Leonel de Moura Brizola – Rio de Janeiro	Ampla	objetivo celebrar as mulheres na Literatura e incentivar que mais pessoas leiam mulheres.	Clube de Leitura	Literatura	https://www.facebook.com/biblioleonel/photos/pb.100064504520629.-2207520000/4903965826355036/?type=3
199.	2023	Mulher: Potência Criativa	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Ampla	Debate sobre empreendedorismo e mundo dos negócios.	Palestra	Empoderamento	https://www.instagram.com/p/C0hqD5PMe8r/?hl=en
200.	2023	A Arte da Feminilidade - O Sagrado Feminino	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Ampla	Promove um espaço para trocas de experiências entre mulheres, através da dança, literatura, música e performances artísticas.	Roda de conversa	Arte e literatura	https://www.instagram.com/p/CygyVks0U/?hl=en
201.	2023	Mulheres em rede, homens heróis: o que a luta antimanicomial nos ensina sobre a luta	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Ampla	Dar visibilidade a luta antimanicomial realizada por mulheres e apagadas da história	Curso	Saúde	https://www.instagram.com/p/CyESYdqxYjr/?hl=en

		feminista						
202.	2023	Exposição MINA – Mulheres Ilustres da Nona Arte	Biblioteca Parque de Niterói – Rio de Janeiro	Ampla	Apresenta uma retrospectiva do cenário fluminense de histórias em quadrinhos da última década contada através de páginas, tiras, charges, ilustrações e artes originais produzidas inteiramente por mulheres.	Exposição	Arte	https://www.instagram.com/p/Csb_AnFxoDJ/?hl=en
203.	2023	A Força das Mulheres Reais	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Ampla	trabalho de multilinguagem que foca na autoestima e o empoderamento das mulheres periféricas.	Roda de conversa	Empoderamento	https://www.instagram.com/p/CtHE5glLMjs/
204.	2023	Roda de memórias oral	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Ampla	Circuito de contação de histórias orais, cada participante contará a sua história.	Oficina	Empoderamento	https://www.instagram.com/p/CqTR2QDJ5aK/
205.	2023	Mulher Maria Firmina dos Reis	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga - Campo Grande	Ampla	Debater vida e obra de Maria Firmina dos reis no contexto sociocultural do Brasil, ontem e hoje.	Roda de conversa	Literatura	https://www.instagram.com/p/Cki7GclJ1J3/
206.	2023	Mulheres do Além-Mar	Biblioteca Pública de Santa Catarina	Ampla	A exposição tem o intuito de resgatar e valorizar o papel feminino exercido pelas mulheres de origem açoriana que participaram ativamente da história da colonização do litoral catarinense e marcaram sua presença, e depois por suas descendentes guardiãs da cultura.	Exposição	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecapublicadesc/posts/pfbid02GwekQukispN7DthJ74iCuFqimJjq3GRR8r1sfQLXHjUZXTvDLD7fdBSVAD246W94I
207.	2023	Diretoras no Óscar	Biblioteca de Piracicaba	Ampla	Divulgação de obras premiadas de diretoras.	Cinedebate	Arte	https://www.instagram.com/p/CpbZl_oOv4c/?hl=en
208.	2023	Os papéis da mulher na sociedade	Biblioteca de Piracicaba	Ampla	A palestra aborda os desafios da mulher contemporânea, sobre a violência contra a mulher, o fortalecimento, reconhecimento, representatividade e ativismo feminino, tratando dos desafios de cuidar da saúde física e mental	Palestra	Saúde	https://www.instagram.com/p/CpgKpFkPY7K/?hl=en
209.	2023	Vivência sobre as mulheres indígenas	Biblioteca Sinhá Junqueira	Ampla	Exibição do Doc Mãri Hi - A árvore do sonho e debate sobre Expressividades Indígenas.	Cinedebate	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecasinhajunqueira/posts/pfbid0P8JT4LgTxFCFGpTY4jmjonpqNryK2HUR4N91H8KkQZ3UoEnTLsmUtpi7ikcTJRxwl

210.	2023	Leia Mulheres Ribeirão Preto	Biblioteca Sinhá Junqueira	Ampla	Estimular a leitura de obras produzidas por mulheres.	Clube de leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecasinhajunqueira/posts/pfbid0PCT9c3MuEMVtjpMHPvHrVNZBvodqYUmbk2chW4QWT86qnpfXJD3r2bxsLpRosS45l
211.	2023	Mulheres e Quadrinhos	Gibiteca Municipal de Santos	Ampla	Refletir sobre a história das mulheres nos quadrinhos e suas dificuldades.	Palestra	Arte	https://www.facebook.com/gibitecadesantos/posts/pfbid0Ri918sTTMVoTD4DUD4tSvLKYTyQZabHSZYi1Hxyq4PbYFpRsYZbvB3ZMFt9uRqLql
212.	2023	Sarau DI Rainha	Biblioteca Pública Municipal Alceu Amoroso Lima - SP	Ampla	Promover o protagonismo feminino nas artes	Sarau	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecaalceuamorosolima/posts/pfbid0pbNLvf7PzKcCmZd8Lcg39k45QMd2KmZaAbovPFzurw2MbfsRij35rXULGKCAyR2EI
213.	2023	Luzia Rosa Canto e Cena de Carolina Maria de Jesus	Biblioteca Pública Municipal Alceu Amoroso Lima - SP	a partir de 12 anos	Apresentação combina música e cena para trazer à vida, as histórias e mensagens da obra de Carolina Maria de Jesus.	Intervenção artística	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecaalceuamorosolima/posts/pfbid032qLq4yk5tTzJwSsMwAUWoEbWpGeM92msVUcKAg74Q3tJZMz5CAQWzXfA88JrdHTI
214.	2023	As Clês contam Chiquinha Gonzaga	Biblioteca Amadeu Amaral	Ampla	O propósito da circulação é enaltecer a narrativa de mulheres que fizeram parte da composição historiográfica do nosso tempo, bem como fortalecer vozes femininas, mostrando seu protagonismo na transformação social do país e do mundo.	Intervenção artística	Literatura	https://www.facebook.com/bpamadeuamaral/posts/pfbid0Mo6EHXN1Gnh55urU7BgfPBQkVgebwAsrXgs2ThkXJMujroEpb8LYRn2MY9Bimykl
215.	2023	Mulheres & escritas do corpo	Biblioteca Anne Frank - SP	maiores de 16 anos	Propõe a escrita criativa como mecanismo de retomada política no contexto feminino a partir da pesquisa poética e acadêmica de Laura Redfern Navarro, poeta e autora de "O Corpo de Laura"	Palestra	Literatura	https://www.instagram.com/p/CzT7wK2uVII/?hl=en
216.	2023	Margarida: para você lembrar de mim	Biblioteca Brito Broca	Ampla	Para conhecer mais da jornada dessa heroína	Espectáculo performático	Visibilidade	https://www.facebook.com/bibliotecabritobroca/posts/pfbid0xiih7NYgqDj24rin2nxijvMcCesfov1TpdCXHA87u7CBXoEB1mnssohweHGzrvsZl
217.	2023	Histórias de Mulheres Fortes	Biblioteca Brito Broca	Ampla	Contos de tradição oral de diversas culturas e que ressaltam virtudes femininas são narrados de forma lúdica, envolvente e interativa	Contação de história	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecabritobroca/posts/pfbid0mHpBVBjhdUzrirtTAUkX7jgrUK3mNuYJtnFSA8sTb983T1BC5G18UzL65KGGF4yl
218.	2023	Procuro mulheres que sonham futuros	Biblioteca Brito Broca	Ampla	Provocar reflexões e trocas entre mulheres no espaço público da cidade, lugar muitas vezes negado ao gênero feminino. Também pretende problematizar o que seria arte, já que essa experiência de conversar é uma experiência que não pertence à arte, mas sim à vida cotidiana.	Intervenção artística	Arte	https://www.facebook.com/bibliotecabritobroca/posts/pfbid0unu2rDw9Din6qKMUaL7GngfgGtbvrvPWbdsXaSvkcThYUQa4Pi885qZjYpLwUrCil

219.	2023	A Fabulosa Saga de Cangica Espirulina D'Esbaratina	Biblioteca Pública Municipal Camila Cerqueira Cesar	Ampla	O espetáculo aborda, de forma lúdica e cômica, a pauta da visibilidade lésbica e luta das mulheres por direitos.	Intervenção artística	Direitos das mulheres	https://www.facebook.com/bibliotecacamilaposts/pfbid02bUclQeqjBY6kpPkUvifhTLM1YYZTyZGAsZHKfuvxvDaPxxHDGdEpzESBWG3jv7FzRI
220.	2023	Mulheres que Poetizam o Mundo	Biblioteca Pública Municipal Clarice Lispector – São Paulo	Ampla	Apresentam ao público autoras do mundo todo. A poesia feminista pode vir como forma de manifesto, narrativa, diálogo ou até canção.	Declamação de poesia	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecapublicaclaricelispector/posts/pfbid0qsxbP5bU4vxPccP7qSy8AGkkZNWSy2vMkEb5kt39WQBmd1mNhMpQ42L4qUNGfMRKI
221.	2023	Pergunte à cientista	Biblioteca Pública Érico Veríssimo – São paulo	Ampla	apresentar mulheres que trabalham em diversas áreas da ciência e que respondem perguntas, feitas por crianças, sobre sua área de trabalho.	Cine debate	Visibilidade	https://www.facebook.com/bpmericoverissimo/posts/pfbid02LHW8NXXVT17mu23irud3tmbdyd6ttY4A85QeQD2HnuxgZpZeFSTbDoWZefybUGBhel
222.	2023	Mulheres na roda da vida	Biblioteca Hans Christian Andersen – São Paulo	Ampla	Roda de conversa sobre questões da vida das mulheres com mediação de psicólogas	Roda de conversa	Saúde	https://www.facebook.com/bibliotecahans.christianandersen/posts/pfbid02J2ZSPXbiLSeACnB6rgPXptEuH4AkPGKv98NF1Hwfr05bC7WUH28s8y4mYDkif8wMI
223.	2023	Literatura Viva	Biblioteca Jayme Cortez	Ampla	A autora Elizandra Souza conversa com o público sobre a sua trajetória e criação literária, a publicação dos seus livros e o panorama da literatura negra feminina.	Roda de conversa	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecaJaymeCortez/posts/pfbid0tggZCHnmbKf1XGEWb4M2TqwtRum3LiWHmeco2VG9w7edMfr5MZzJcjwjiCpSEJvol
224.	2023	Tramarias: libertando-se das tramas	Biblioteca Pública Malba Tahan	Ampla	Discute a questão da violência doméstica – que para além da violência física, abrange a violência moral, psicológica, patrimonial, sexual e simbólica –, buscando evidenciar comportamentos naturalizados do cotidiano.	Intervenção artística	Violência doméstica	https://www.facebook.com/bibliotecapublicamalbatahan/posts/pfbid02ft9qNixXAYwEBHirUJZTQf2TSfCSgefuUtbSa59nmXW5ZfMVTWWLzbaFuZa69yAkl
225.	2023	Fadas de Black	Biblioteca Pública Marcos Rey	Ampla	Fadas de Black, vem do imaginário popular onde fadas com mulheres pretas tem em seus cabelos a força e a magia.	Intervenção artística	Direitos das mulheres	https://www.facebook.com/bpmarcosrey/posts/pfbid0SsQqWUjXPj2buYNYYLZa8DDaf27yh9pNY6Nhhf7RsGs1Hg6XBT6fFNG8KbmaN496l
226.	2023	SEBRAE DELAS - Formação para Mulheres	Biblioteca Menotti Del Picchia	Ampla	Formação para mulheres interessadas em dar o primeiro passo no empreendedorismo ou que já tem uma ideia de negócio.	Curso	Trabalho	https://www.facebook.com/bibliotecamenotti/posts/pfbid02GUnmAAR548Y9Amwuq2k36k56mCMuoC7qrCxVHXoVROEfntbMXdb8PpvViYgyhyl
227.	2023	Nossas Rainhas do Cordel	Biblioteca Menotti Del Picchia	Ampla	Um encontro para conversar sobre mulheres indígenas e negras, por meio da arte literária do Cordel.	Roda de conversa	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecamenotti/posts/pfbid0yszYvDTri1dYKHmg5i8vj5zPUijFrXFYBYsd3Vqh5eJzPXeoGLw4hDmRC92ShWSql
228.	2023	Mães: a maternidade e sua influência	Biblioteca Nuto Sant'Anna	Ampla	O objetivo deste encontro é não só propor uma reflexão, como também um espaço aberto para o desabafo e	Roda de conversa	Maternidade	https://www.instagram.com/bibliotecanutosantanna/p/CzbpWOPuPvN/

		na sociedade			acolhimento de igual pra igual. Juntas somos mais fortes.			
229.	2023	Mulheres e Moradia	Biblioteca Padre José de Anchieta	Ampla	Discutir a importância da articulação entre mulheres nos movimentos populares por moradia.	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://www.instagram.com/p/CsEOhbQu2JA/?hl=en
230.	2023	Mulheres pela Educação	Biblioteca Padre José de Anchieta	Ampla	Conversaremos sobre as lutas e, também sobre o protagonismo feminino nos movimentos pela educação	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://www.instagram.com/p/CrgHDhFO6cJ/?hl=en
231.	2023	Mulheres na Cultura	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	Conversa sobre cultura, arte, empoderamento e igualdade de gênero	Roda de conversa	Arte	https://www.instagram.com/p/Cq5vljorb9I/?hl=en
232.	2023	Chega de Fiúfiú	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	A obra mostra, por meio de imagens coletadas por câmeras escondidas, o dia a dia de três mulheres, destacando como a violência de gênero é constantemente praticada no espaço público urbano.	Cine debate	Violência doméstica	https://www.instagram.com/p/CqYETC eOApY/?hl=en
233.	2023	Mulheres em Cena	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	Reconhecer e celebrar o protagonismo das mulheres na luta por territórios afetivos, plurais, justos e de oportunidades.	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://www.instagram.com/p/CqDkgATMDos/?hl=en
234.	2023	Saúde da Mulher	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	Debater sobre o movimento pela saúde em Perus, sobretudo a luta pela implantação de UBS - Unidade Básica de Saúde no Recanto dos Humildes. Também estará em pauta, a disponibilidade de especialidade médicas dedicadas ao atendimento de mulheres em áreas periféricas	Roda de conversa	Saúde	https://www.instagram.com/p/Cpx1EsUp3gE/?hl=en
235.	2023	FRONT - Mulheres em Luta	Biblioteca Padre José de Anchieta – São Paulo	Ampla	Traz elementos visuais que direcionam os holofotes para lideranças femininas atuantes em diversas áreas no território de Perus.	Exposição	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/Cpx0sG6Jp9H/?hl=en
236.	2023	A mulher e o câncer de mama no Brasil	Biblioteca Universitária UFC	Ampla	Conscientização sobre o câncer de mama	Exposição	Saúde	https://www.instagram.com/p/CyDdb27LQ2L/
237.	2023	Grupo Leia Mulheres Toledo	Biblioteca Municipal De Toledo/PR	Ampla	Objetivo de dar visibilidade às escritoras, principalmente as periféricas, pouco conhecidas e pouco divulgadas e/ou que tratam temas considerados importantes pelo grupo para a busca de conhecimento sobre a igualdade de direitos para as	Clube de Leitura	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecamunicipal.detoledo/posts/pfbid0zFQ9gsx62UshVj94igDtmag4VnBh8sTVtmke1Ej7sY9wBGhyKUGQgErMmoZoXmznI

					mulheres na sociedade.			
238.	2023	Então eu vou te cortar a cabeça, Maria Chiquinha	Biblioteca Municipal De Toledo/PR	Amplo	Apanhado histórico sobre violência contra as mulheres no Brasil e possíveis enfrentamentos.	Roda de conversa	Violência doméstica	https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=1653691391745449
239.	2023	O feminino e a comida campeira na região do Alegrete	Biblioteca Municipal De Toledo/PR	Estudantes EJA, magistério, universitários, pesquisadores, comunidades tradicionais	Reflete sobre as memórias femininas em torno da comida campeira	Roda de conversa	Visibilidade	https://www.instagram.com/p/CwBZ0irpnX4/?hl=em
240.	2023	O Respeito às gurias	Biblioteca Pub. Mario Quintana	Amplo	Trabalhar a potencialidade feminina e as formas de se prevenir de todo e qualquer tipo de Violência Contra a Mulher.	Oficina	Violência Contra a Mulher	https://www.instagram.com/p/CtXkXb1peWD/?hl=em
241.	2023	Doce Final - Até onde vai a doçura de um homem?	Bibliotheca Pública Pelotense	Amplo	Causar reflexão e discussão acerca da problemática do machismo e violência contra a mulher.	Cine-Debate	Violência contra a mulher	https://www.facebook.com/BPPelotense/posts/pfbid02vYFmXds1YfzJUaioMGcqVng1pSQFnReyWbgn9VXc6gX9NuRJEMUfdoBN3WYPgKNul
242.	2023	Segundas literárias: as escritoras da ABL	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	Amplo	Apresentar as escritoras da Academia Brasileira de Letras	Roda de conversa	Literatura	https://www.facebook.com/bibliotecapublicadoestadores/posts/pfbid0uBquaaW6FQVJHHDgeZWBVeU9ay8iRkWKKK7GJ94gFZyN8WZ2Fa9zvMSqBzVyir3HI

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Quadro 17 – Ações relacionadas às mulheres desenvolvidas em museus

	Ano	Título	Unidade de informação	Público	Objetivos	Tipologia	Temática tratada	Link
243.	2019	Bonecas Pretas	Museu vivo de São Bento	Ampla	Esforço realizado na direção de um registro que assegure maior visibilidade para as trajetórias femininas militantes e para as atuações de mulheres comuns que, de alguma forma, provocaram debates ou estabeleceram denúncias acerca das injustiças sociais vividas no território local.	Exposição	Acesso à informação	https://www.museuvivodosabento.com.br/exposicoes/mostra-bonecas-pretas
244.	2019	Estamos aqui!	Museu de Arte Contemporânea do Paraná	Ampla	Pensar um corpo social e político; o corpo da superfície, da linguagem e cosmos; visual mas também tátil.	Exposição	Arte	https://www.mac.pr.gov.br/sites/mac/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/guia_educadores_interativo.pdf
245.	2019	Histórias feministas: depois de 2000	MASP	Ampla	exposição reúne 30 artistas e coletivos que emergiram no século 21 e que trabalham com base em perspectivas feministas, ampliando um debate que ganhou visibilidade nas artes visuais entre os anos 1960 e 1980, mas que segue cruzando lutas, narrativas e conhecimentos.	Exposição	Arte	https://masp.org.br/exposicoes/historias-feministas
246.	2019	Histórias feministas: artistas até 1900	MASP	Ampla	Histórias das mulheres destaca trabalhos para além das categorias tradicionais das belas artes, procurando oferecer perspectivas mais amplas e mais plurais.	Exposição	Arte	https://masp.org.br/exposicoes/historias-das-mulheres
247.	2019	Sala de vídeo: Anna Maria Maiolino	MASP	Ampla	tratar de temas como a migração e o feminismo, com uma visão reflexiva sobre o corpo e a vida cotidiana.	Exposição	Arte	https://masp.org.br/exposicoes/sala-de-video-anna-maria-maiolino
248.	2019	Poderia ser Rosa	FCS - Fundação Clóvis Salgado	Ampla	Refletir sobre a violência contra mulher.	Roda de conversa	Violência doméstica	https://fcs.mg.gov.br/eventos/cia-de-danca-palacio-das-artes-faz-conversa-virtual-sobre-o-espetaculo-poderia-ser-rosa/
249.	2019	Elas por Elas	Fundação Pró-Memória São Caetano do Sul	Ampla	As imagens expostas nos levam ao universo do trabalho de 48 mulheres que residem ou trabalham em São Caetano.	Exposição	Trabalho	http://www.fpm.org.br/Noticias/Informacao/3065
250.	2019	Mulheres Negras	Museu Afro Brasil Emanuel Araújo	Ampla	Destacar a presença de mulheres negras na exposição de longa duração do Museu Afro Brasil.	Visita	Visibilidade	https://www.facebook.com/museuafrobrasil.oficial/photos/pb.100064568144210.-2207520000/2346618015371091/?type=3
251.	2019	Mulheres, desobediência e resiliência	Museu do Futebol	Ampla	A mostra reúne jogos femininos espalhados pelo país nas décadas de 50, 60 e 70, em seus respectivos contextos, como eventos beneficentes, através de imagens e manchetes de jornais da época,	Exposição	Visibilidade	https://museudofutebol.org.br/exposicoes/mulheres-desobediencia-e-resiliencia/

					chegando à liberação da modalidade e sua primeira regulamentação em 1983.			
252.	2019	Lea Campos, a primeira árbitra	Museu do Futebol	Ampla	A exposição mostra que ela destacou em todas as áreas que se propôs a atuar, desde concursos de beleza à política, até conseguir o tão sonhado diploma de arbitragem.	Exposição	Visibilidade	https://museudofutebol.org.br/exposicoes/lea-campos-a-primeira-arbitra/
253.	2019	Direitos das mulheres em debate	Museu Municipal de Varginha	Ampla	Debater a sobre a aplicação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, e trouxeram relatos de mulheres vítimas da violência doméstica.	Cine debate	Violência doméstica	https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/direitos-das-mulheres-em-debate-no-museu-municipal/
254.	2019	Seminário sobre racismo e machismo	Museu Udo Knoff	Ampla	Sobre o olhar feminino, sob a perspectiva da psicologia, acerca das lutas contra o racismo e machismo nos dias atuais.	Seminário	Acesso à informação	https://dimusbahia.wordpress.com/2019/03/14/museu-udo-knoff-promove-seminario-sobre-racismo-e-machismo-em-comemoracao-aomes-da-mulher/
255.	2019	A Mulher e o Câncer do Colo do Útero	Museu da República	Ampla	A exposição conta com 20 painéis ilustrados e traz informações para que a população conheça melhor a doença e suas formas de enfrentamento ao longo da história até os dias de hoje.	Exposição	Saúde	https://museudarepublica.museus.gov.br/museu-da-republica-recebe-exposicao-sobre-cancer-do-colo-do-utero/
256.	2019	Mulheres em Foco	Museu de Antropologia do Vale do Paraíba	Acima de 14 anos	Tem a função de instigar o público feminino enquanto criadoras, abrindo um mundo de possibilidades.	Oficina	arte	https://fundacaocultural.com.br/old/2019/06/25/evento-encerra-mes-de-oficinas-de-fotografia-para-mulheres-em-jacarei/
257.	2019	Mulheres do Amanhã	Museu do Amanhã	Ampla	Debater sobre o quanto é preciso avançar e quão longe as mulheres já foram. E queremos reforçar o direito das mulheres, de todas as idades, de ser, estar e ir aonde elas quiserem.	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://museudoamanha.org.br/pt-br/semana-das-mulheres-do-museu-do-amanha-mulheres-do-amanha
258.	2019	O feminismo é para todo mundo	Museu do Amanhã	Ampla	O encontro tem como objetivo estimular os participantes a discutirem mais a fundo os temas presentes na programação do Museu.	Clube de leitura	Acesso à informação	https://museudoamanha.org.br/pt-br/clube-de-leitura-o-feminismo-e-para-todos
259.	2019	Mulheres no Esporte	Museu do Amanhã	Ampla	Se propõe a discutir temáticas relacionados ao universo feminino e ao empoderamento de mulheres na sociedade.	Roda de conversa	Visibilidade	https://museudoamanha.org.br/pt-br/semana-das-mulheres-do-museu-do-amanha-mulheres-no-esporte
260.	2019	Ciências às Seis e Meia Sem mulheres, a ciência fica pela metade	Museu do Amanhã	Ampla	Como chegamos até aqui e o que poderia ser feito serão alguns dos pontos da discussão. O encontro também coloca em pauta a participação de mulheres jovens e meninas na ciência.	Roda de conversa	Visibilidade	https://museudoamanha.org.br/pt-br/ciencias-as-seis-e-meia-sem-mulheres-a-ciencia-fica-pela-metade
261.	2019	Mulheres que conquistaram o Espaço	Museu do Amanhã	Ampla	Lembrar a história de grandes mulheres que conquistaram o Espaço.	Cine debate	Visibilidade	https://museudoamanha.org.br/pt-br/evento-dia-internacional-das-mulheres-na-ciencia-mulheres-que-

								conquistaram-o-espaco
262.	2019	Mulheres Contra a Cultura da Violência	Centro Cultural São Paulo	Ampla	Debater o impacto da violência contra mulheres e meninas sob a perspectiva do racismo, visto que a violência de gênero atinge muito mais gravemente as mulheres negras.	Podcast	Violência doméstica	https://centrocultural.sp.gov.br/mulheres-contra-a-cultura-da-violencia-debate-debate-ocorrido-no-dia-28-11-2019-no-espaco-mario-chamiedo-ccsp/
263.	2019	Djanira: a memória de seu povo	Museu de Arte de São Paulo - MASP	Ampla	A exposição tenta trazer um pouco essa diversidade de maneiras e imagens que ela criou sobre o país.	Exposição	Visibilidade	https://www.hypeness.com.br/2019/03/masp-abre-ano-de-exposicoes-dedicado-ao-feminismo-com-a-cronista-do-brasil/
264.	2019	Histórias das mulheres: artistas até 1900	Museu de Arte de São Paulo - MASP	Ampla	Olhar para as artistas dessa época, hoje, nos ajuda a estabelecer genealogias feministas. O encontro com essas várias precursoras — nomeadas ou anônimas, famosas e desconhecidas — nos convida, assim, a repensar as hierarquias da história tradicional, que costuma celebrar a arte como uma atividade de homens brancos e europeus.	Exposição	Visibilidade	https://masp.org.br/exposicoes/historias-das-mulheres
265.	2019	Histórias feministas: artistas depois de 2000	Museu de Arte de São Paulo - MASP	Ampla	Esta exposição reúne 30 artistas e coletivos que emergiram no século 21 e que trabalham com base em perspectivas feministas, ampliando um debate que ganhou visibilidade nas artes visuais entre os anos 1960 e 1980, mas que segue cruzando lutas, narrativas e conhecimentos.	Exposição	Visibilidade	https://catracalivre.com.br/agenda/masp-da-destaque-a-mulheres-apagadas-da-historia-da-arte/
266.	2019	Tarsila Popular	Museu de Arte de São Paulo - MASP	Ampla	Tarsila popular não busca esgotar os debates, que levam em conta também questões de raça, classe e colonialismo, mas apontar para a necessidade de estudar essa artista tão fundamental em nossa história da arte a partir de novas abordagens.	Exposição	Arte	https://masp.org.br/exposicoes/tarsila-popular
267.	2019	Curso de Iluminação Cênica para Mulheres	Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães	Mulheres maiores de 18 anos	Promover o empoderamento dos termos técnicos na prática artística.	Curso	Empoderamento	https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/05/2019/mamam-oferece-cursos-de-mediacao-cultural-bordado-e-iluminacao-para-mulheres
268.	2020	Design por Mulheres II	Museu de Arte da UFC – Mauc	Ampla	busca, na sua essência, dar visibilidade à mulher designer e almeja chegar a todos que se permitirem fluir pelas trajetórias apresentadas em forma de exposição, relevando e revelando nomes cunhados ou em avançado processo de reconhecimento.	Exposição	Arte	https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2020-4-design-por-mulheres-ii-05-03-2020/

269.	2020	Meninas do Rio	Museu de Arte da UFC – Mauc	Amplio	É uma proposta/guia de uma caminhada pelo ambiente encantador da lavadeira, em que cores e formas se apresentam como balsamo ao olhar. Revelador de um percurso inexplorado pelo qual podemos ampliar os modos de ver e sentir o tema, inferindo, desse modo, em suas tessituras poéticas.	Exposição	Arte	https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2020-2-meninas-do-rio-18-01-2020/
270.	2020	Mulheres Modernas	Acervo Artístico-Cultural do Palácio Bandeirantes	Amplio	A exposição “Mulheres Modernas” apresenta um conjunto de pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e esculturas que permite identificar mudanças no campo da arte. São mulheres autoras e retratadas por artistas do fim do século XIX a primeira metade do século XX.	Exposição	Arte	http://www.acervo.sp.gov.br/expoHist/exp_Mulheres_2020_pb.html
271.	2020	Conversas a partir da arte	Maes perto	Amplio	Com base em intelectuais negras, serão analisadas produções de discursos e de imagens em ações pedagógicas, curatoriais e artísticas nas artes visuais, que buscam gerar cuidado e cura – individuais e coletivos –, dos sofrimentos causados pelo racismo entrecruzado com discriminações de gênero, classe, território, entre outras.	Roda conversa	Saúde mental	https://www.facebook.com/MaesMuseu/photos/pb.100063883337740.-2207520000/2984536778248135/?type=3
272.	2020	Semana da Mulher	Fundação Catarinense de Cultura	Amplio	Debates sobre mercado de trabalho e saúde da mulher, seguido de apresentação de curta-metragem. Para finalizar, haverá ainda uma visita guiada pelo Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), com foco nas obras de artistas mulheres.	Palestra e Visita Guiada	Trabalho e Arte	https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/22501-fundacao-catarinense-de-cultura-participa-da-programacao-da-semana-da-mulher
273.	2020	Grita Mulher	Museu da Diversidade Sexual	Amplio	Buscando estratégias em conjunto, pensaremos lutas de mulheres LGBTI+ através da elaboração de cartazes.	Oficina	Visibilidade	https://www.facebook.com/museuda-diversidadeoficial/photos/pb.100064473740509.-2207520000/2634884306792364/?type
274.	2020	Empoderamento da mulher negra no século XXI	Museu Tempostal	Amplio	Promover um Roda de conversa a respeito do passado, presente e futuro dos direitos e qualidades dessas mulheres na sociedade.	Roda de conversa	Direito das mulheres	https://dimusbahia.wordpress.com/2020/05/19/live-do-museu-tempostal-discute-o-empoderamento-da-mulher-negra-no-seculo-xxi/
275.	2020	Nossas curvas não se curvam	Museu Tempostal	Amplio	Promover a reflexão a respeito dos direitos e qualidades da mulher negra plus size na sociedade. Incentivá-las a ocuparem os seus lugares de fato e a serem protagonistas de suas próprias histórias, lutando contra o preconceito e valorizando-se	Exposição	Visibilidade	https://dimusbahia.wordpress.com/2020/03/05/o-empoderamento-e-a-luta-da-mulher-negra-plus-size-e-o-tema-da-exposicao-nossas-curvas-nao-se-curve/

276.	2020	Mulheres da Ponte	Museu do Recolhimento dos Humildes	Amplio	Promover visibilidade para as particularidades da vida de mulheres quilombolas do Recôncavo da Bahia, para seus desafios, suas formas de resistência, para sua cultura, bem como aponta para a ausência de políticas que atuem na garantia de seus direitos fundamentais.	Exposição	Visibilidade	https://dimusbahia.wordpress.com/2020/01/29/exposicao-mulheres-da-ponte-em-cartaz-ate-fevereiro-no-museu-do-recolhimento-dos-humildes/
277.	2020	Sonhar o Mundo	Museu Casa de Portinari	3º ano do ensino médio	Entender como é o processo de construção da mulher empreendedora, desafios da jornada de trabalho tripla feminina, a conquista da confiança do mercado e a importância da constante atualização.	Roda de conversa	Mulheres e trabalho	https://www.museucasadeportinari.org.br/noticias/museu-casa-de-portinari-homenageia-as-mulheres/
278.	2020	Museu Amazônico festeja o dia da Mulher em: 06 de março de 2020	Museu Amazônico	Amplio	Diálogo descontraído, mas afirmativo, sobre as questões que envolvem as lutas das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos na sociedade.	Roda de conversa	Violência doméstica	https://www.facebook.com/museumamazonico/photos/a.438411459528027/2910526825649799/
279.	2020	Mulheres nos Acervos	Museus de Arte Contemporânea do Dragão do Mar e do Rio Grande do Sul	Amplio	Falar sobre esse projeto e comentar as experiências do MAC-RS relacionadas à presença de mulheres artistas nos acervos de arte contemporânea.	Roda de conversa	Visibilidade	https://www.secult.ce.gov.br/2020/07/13/museus-de-arte-contemporanea-do-dragao-do-mar-e-do-rio-grande-do-sul-conversam-sobre-o-projeto-mulheres-nos-acervos-nesta-terca-feira-14/
280.	2020	Arte por elas	Museu de Arte Moderna	Amplio	Aulas sobre a produção e atuação de artistas e colecionadoras mulheres em contextos históricos, sociais, políticos e econômicos distintos.	Curso	Visibilidade	https://www.folhape.com.br/cultura/mam-sp-promove-curso-de-historia-da-arte-com-foco-em-artistas-mulheres/159322/
281.	2020	Gostem ou não — Artistas mulheres no acervo do MARGS	Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)	Amplio	Exposição apresenta obras de artistas mulheres que consolidaram suas carreiras através de instâncias de legitimação ou autolegitimação em diferentes períodos da história da arte.	Exposição	Visibilidade	https://www.margs.rs.gov.br/midia/margs-apresenta-exposicao-dedicada-as-artistas-mulheres-presentes-no-acervo-do-museu/
282.	2021	Mulheres e Resistência	Museu de Arte da UFC – Mauc	Amplio	a exposição busca discutir as diversas as diversas condições no qual as mulheres estão submetidas diariamente no ambiente doméstico, e que se intensificaram com a pandemia do corona vírus.	Exposição	Arte	https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2021-1-mulheres-e-resistencia-22-03-21/
283.	2021	Cartografia Afetiva da Pampulha	Museu de Arte da Pampulha	Amplio	consiste em um processo de mediação e escuta de memórias femininas.	Intervenção artística	Arte	https://www.facebook.com/map.fmc/photos/a.379437042152538/4280631192033084/
284.	2021	Mulheres nas Migrações Internacionais	Observatório das Migrações em São Paulo	Amplio	Destaque a importante participação das mulheres nos movimentos migratórios	Atlas	Direito das mulheres	https://www.facebook.com/photo/?fbid=3943256229112482&set=t.100064552095089
285.	2021	Sete Véus	Museu Municipal de São Caetano	Amplio	Refletir sobre questões de representação de identidade e gênero e autoconhecimento através da reprodução de cenários oníricos e narrativas pictórica	Exposição	Arte	http://www.fpm.org.br/Noticias/Informacao/3083

286.	2021	Negras Palavras A palavra da mulher em movimento e memória	Museu Afro Brasil Emanuel Araújo	Amplio	Debate sobre o papel e o lugar da voz africana e afro-diaspórica em diferentes manifestações culturais, como a produção literária e suas diversas formas de difusão.	Mesa de debates	Visibilidade	https://www.facebook.com/museuafrobrasil.oficial/photos/pb.100064568144210.-2207520000/4443519712347567/?type=3
287.	2021	Mulheres, arte e a cidade	Museu Afro Brasil Emanuel Araújo	Amplio	Reflete sobre as participações, presenças, protagonismos e usos que mulheres fazem das artes no espaço público, especialmente da cidade de São Paulo.	Mesa de debates	Visibilidade	https://www.facebook.com/museuafrobrasil.oficial/photos/pb.100064568144210.-2207520000/4089349431097932/?type=3
288.	2021	Mulheres Protagonistas	Museu Casa de Portinari	Amplio	Compartilhar informações sobre rotina, preconceitos enfrentados, vitórias adquiridas e sonhos ainda almejados.	Roda de conversa	Mulheres e trabalho	https://www.museucasadeportinari.org.br/programacao/roda-de-conversa-mulheres-protagonistas-sonharomundo/
289.	2021	Diários de Viagem de Damiana da Cunha	Museu das Bandeiras	Amplio	Lembrar e refletir sobre essa mulher indígena Caiapó que viveu na Província de Goiás, na passagem do século XVIII para o século XIX	Oficina	Visibilidade	https://www.facebook.com/museudabandeiras/photos/a.387373351397072/2369541346513586/
290.	2021	Evidências das Culturas Negras: Mobilidade Ativa	Museu do Amanhã	Amplio	Debate com vozes de mulheres ativistas, pautando a conversa sobre mobilidade através de falas de corpos pretos e femininos nos diferentes territórios.	Roda de conversa	Direitos das mulheres	https://museudoamanha.org.br/pt-br/programa-evidencias-das-culturas-negras-mobilidade-ativa
291.	2021	Duhigó é a primeira mulher indígena do Amazonas no acervo do Museu de Arte de São Paulo (MASP)	Museu de Arte de São Paulo (MASP)	Amplio	A artista apresenta em suas obras aspectos da memória e do cotidiano de etnias indígenas da Amazônia, como uma forma de preservar sua ancestralidade e garantir que as futuras gerações possam conhecer a cultura amazônica e indígena por meio da arte.	Exposição	Visibilidade	https://cultura.am.gov.br/duhigo-e-a-primeira-mulher-indigena-do-amazonas-no-acervo-do-museu-de-arte-de-sao-paulo-masp/
292.	2021	Mulheres varzeanas Mesa 1	Museu do Futebol		Debater a Liga Feminina de Futebol Amador e as perspectivas do futebol feminino no Brasil.	Mesa redonda	Visibilidade	https://museudofutebol.org.br/evento/mulheres-varzeanas-mesa-1/
293.	2021	Colcha de retalhos: mulheres e trabalhos	Museu Antropológico	Amplio	Debater o trabalho não formal das mulheres nas suas múltiplas dimensões: olhar o trabalho feminino, que ora é visto como contribuição para a construção da autonomia das mulheres, ora é percebido como fator de continuidade das desigualdades entre os gêneros; dar visibilidade ao trabalho feminino; reconhecer a ampliação da participação da mulher no mundo do trabalho.	Exposição	Trabalho	https://www.unijui.edu.br/extensao/comunidade/20-conteudo-editores/museu/exposicoes-temporarias-museu/1927-exposicao-colcha-de-retalhos-mulheres-e-trabalhos
294.	2021	Exposição com obras de mulheres	Museu do Ingá	Amplio	A exposição reúne 150 obras de uma centena de mulheres artistas constantes nos acervos dos espaços da Funarj, vindas de várias partes do Brasil e selecionadas por suas contribuições históricas à arte brasileira.	Exposição	Visibilidade	https://www.ofluminense.com.br/entendimento/2021/03/1175923-exposicao-com-obras-de-mulheres-reabre-museu-do-inga.html

295.	2021	Mulheres transformam os museus no museu afro brasil: histórico, balanço e horizontes	Museu Afro Brasil	Amplio	Configurar uma cartografia contemporânea de boas práticas sobre as questões da memória através do protagonismo feminino e narrativas de comunidades, por meio da análise das práticas museológicas, educacionais e artísticas envolvidas com os territórios, promovendo a equidade de gênero e os direitos humanos em contexto ibero-americano.	Seminário	Acesso à informação	http://www.museuafrobrasil.org.br/noticias/detalhe-noticia/2021/12/07/semin%C3%A1rio-mulheres-transformam-os-museus-no-museu-afro-brasil-hist%C3%B3rico-balan%C3%A7o-e-horizontes-
296.	2021	Histórias Brasileiras - Maria Martins	MASP	Amplio	Maria Martins: Desejo Imaginante celebra essa artista fundamental na história do modernismo brasileiro e no panorama do surrealismo internacional.	Exposição	Visibilidade	https://noitedosmuseus.com.br/masp-inaugura-exposicoes-sobre-artistas-mulheres-modernistas/
297.	2021	As mulheres que estão no mapa	Museu Antropológico	Amplio	Aborda a visibilidade e representação feminina no contexto das ruas de Ijuí.	Exposição virtual	Visibilidade	https://madp.unijui.edu.br/exposicao-virtual-as-mulheres-que-estao-no-mapa/
298.	2022	Palavras de uma mulher preta	Museu UdoKnoff de Azulejaria e Cerâmica	Amplio	reflexões sobre a construção da identidade da mulher negra, entre outras percepções acerca da temática negra.	Lançamento de livro	Arte	https://dimusbahia.wordpress.com/2022/11/03/lancamento-do-livro-palavras-de-uma-mulher-preta/
299.	2022	O lugar do feminino no modernismo brasileiro	MAV Unicamp	Amplio	Apresenta uma sequência de quatro palestras virtuais entre os meses de março e abril que instigam e alimentam nosso interesse pela arte e cultura moderna brasileira e por suas reverberações até o tempo presente.	Palestra	Arte	https://www.mav.unicamp.br/noticias/o-lugar-do-feminino-no-modernismo-brasileiro
300.	2022	Fora das Sombras: Novas Gerações do Feminino na Arte Contemporânea	Museu Oscar Niemeyer	Amplio	Por meio de um conjunto de obras, muitas inéditas, essas potentes artistas questionam a situação da mulher numa história da arte dominada pelos homens. A resistência é expressada pelo processo criativo de cada uma delas, formando um conjunto inquietante e questionador.	Roda de conversa	Arte	https://www.museuoscarniemeyer.org.br/noticias/noticia-2023-02-22
301.	2022	Outubro-se de Janeiro a Janeiro	Museu da Imagem e do Som - PR	Amplio	A mostra propõe um diálogo entre cada fotografia e os conceitos considerados essenciais para a prevenção, saúde e qualidade de vida para as mulheres, à medida que reforça que a conscientização não se limita apenas ao mês de outubro.	Exposição	Saúde da mulher	https://www.mis.pr.gov.br/Noticia/Outubro-Rosa-no-MIS-exposicao-traz-importante-mensagem-no-mes-da-conscientizacao-do-cancer
302.	2022	Imersão no gênero feminino	Museu de Arte da UFC – Mauc	Amplio	oferece um território às mulheres artistas para finalmente compensar a falta de representação feminina mesmo nas mostras que se pretendem universais, mas que, na verdade, expressam majoritariamente a perspectiva masculina	Exposição	Arte	https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2022-1-imersao-no-genero-feminino-19-01-2022/
303.	2022	Narrativas Do Feminino	Museu Julio de Castilhos - RS	Amplio	trata da construção sociocultural do feminino e apresenta reflexões sobre a vinculação da mulher ao ambiente privado.	Exposição	Arte	http://museujuliodecastilhos.blogspot.com/2022/06/novidades-nas-exposicoes.html

304.	2022	Múltiplos Olhares - Mulheres Artistas nas Coleções FUNARJ	Casa da Marquesa de Santos - Museu da Moda Brasileira	Ampla	reúne 150 obras de uma centena de mulheres artistas constantes nos acervos dos espaços da FUNARJ	Exposição	Arte	https://www.facebook.com/watch/?v=572961834534167
305.	2022	A mulher como transmissora do conhecimento para novas gerações	Museu Índia Vanuïre	Ampla	compartilhar com o público sua experiência sobre os conhecimentos adquiridos de seus ancestrais e transmitidos para novas gerações.	Roda conversa	Visibilidade	https://museuindianuivre.org.br/programacao/semana-da-mulher-indigena-a-mulher-como-transmissora-do-conhecimento-para-novas-geracoes/
306.	2022	A mulher na luta pela preservação da cultura tradicional indígena	Museu Índia Vanuïre	Ampla	falar sobre a mulher na luta pela preservação da cultura tradicional indígena.	Palestra	Visibilidade	https://museuindianuivre.org.br/programacao/semana-da-mulher-indigena-a-mulher-na-luta-pela-preservacao-da-cultura-tradicional-indigena/
307.	2022	Roda de Conversa Mulher Negra	Museu Índia Vanuïre	Ampla	um diálogo sobre o empoderamento da mulher negra, os desafios para sua autoafirmação e outros aspectos relativos à temática.	Roda conversa	Visibilidade	https://museuindianuivre.org.br/programacao/consciencia-negra-roda-de-conversa-mulher-negra/
308.	2022	Narrativas e reflexões sobre mulheres	Fundação Catarinense de Cultura	Ampla	O objetivo é trazer ao público, por meio de proposições de pesquisadoras, algumas reflexões, problematizações e questionamentos a respeito de temas que envolvem o gênero feminino e seus desdobramentos e transbordamentos na atualidade.	Mesa redonda	Arte	https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/1421-noticias-museu-historico-de-sc/23383-museu-historico-promove-a-live-narrativas-e-reflexoes-sobre-mulheres
309.	2022	Mulheres em Movimento	Museu da Imigração	Ampla	Apresentar um panorama da presença feminina nas migrações, partindo das experiências vivenciadas tanto no âmbito da Hospedaria de Imigrante do Brás e do atual Museu da Imigração, quanto de um contexto mais amplo da história de São Paulo, desde o final do século XIX até o presente.	Exposição	Acesso à informação	https://museudaimigracao.org.br/exposicoes/temporarias/mulheres-em-movimento
310.	2022	Mulheres além das fronteiras	Museu da Imigração	Ampla	Debates sobre as mulheres migrantes, seus direitos e suas vivências.	Palestra Roda de conversa	Acesso à informação	https://www.facebook.com/Museudaimigracao/photos/pb.100064552095089.-2207520000/5718457721514744/?type=3
311.	2022	Visita Virtual MULHERES	Museu Afro Brasil Emanuel Araújo	Ampla	Esta visita propõe diálogos e reflexões acerca das produções artísticas de mulheres, por meio das obras do acervo do Museu Afro Brasil.	Visita Virtual	Visibilidade	https://www.facebook.com/museuafrobrasil.official/photos/pb.100064568144210.-2207520000/5582089638490563/?type=3
312.	2022	Negras Palavras Mulheres, Ancestralidade e	Museu Afro Brasil Emanuel Araújo	Ampla	um encontro sobre a experiência de mulheres na ciência e na relação com suas ancestralidades.	Mesa de debates	Visibilidade	https://www.facebook.com/museuafrobrasil.official/photos/pb.100064568144210.-

		Ciência						2207520000/5200206500012214/?ty pe=3
313.	2022	Mulheres entre pinturas, fotografias espelhos e balanças	Museu de Arte Sacra de São Paulo	Amplio	Refletir sobre a historicidade da beleza e também daquilo que é considerado feiura e que devia ser combatida através dos usos e abusos de: cosméticos, espartilhos, dietas, drogas lícitas e ilícitas entre outros artifícios divulgados pelos discursos hegemônicos a favor da beleza feminina.	Palestra	Saúde	https://museuartesacra.org.br/mulheres-entre-pinturas-fotografias-espelhos-e-balanças/
314.	2022	Mulheres: História e Trabalho	Fundação Pró-Memória	Amplio	A palestra teve uma fala de cunho histórico sobre o percurso feminino ao longo dos anos até chegar em questões contemporâneas e os desdobramentos dessa jornada e, assim, uma reflexão sobre a importância dessa fatia da população muitas vezes subestimada ou subalternizada na vida cotidiana.	Palestra	Mulher e trabalho	http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=317:palestra-mulheres-historia-e-trabalho&catid=33:noticias&Itemid=159
315.	2022	Quais são as mulheres que te inspiram?	Museu da Diversidade Sexual	Amplio	Trazer a visão sobre ser uma mulher lésbica, negra, e que expressa uma outra feminilidade diferente da imposta.	Palestra	Direito das mulheres	https://www.facebook.com/museuda-diversidadeoficial/photos/pb.100064473740509.-2207520000/3241146566166132/?type=3
316.	2022	Palavras de uma mulher preta	Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica	Amplio	A obra traz em seu conteúdo reflexões sobre a construção da identidade da mulher negra, entre outras percepções acerca da temática negra.	Lançamento de livro	Acesso à informação	https://dimusbahia.wordpress.com/2022/11/03/lançamento-do-livro-palavras-de-uma-mulher-preta/
317.	2022	Oficinas comemorativas do dia da mulher	Museus do Ipac	Amplio	Refletir e se conscientizar sobre as desigualdades de gênero e a importância da mulher na sociedade.	Oficina	Visibilidade	https://dimusbahia.wordpress.com/2022/03/09/escola-severino-vieira-recebe-oficinas-comemorativas-do-dia-da-mulher/
318.	2022	Berta Ribeiro	Museu Nacional dos Povos Indígenas	Amplio	Berta representa, para o museu, uma referência para a recuperação da história da política indigenista e da antropologia brasileiras. O conjunto documental e etnográfico reunido pela cientista registra a trajetória dos povos indígenas do Brasil e sua cultura material, com ênfase para o artesanato.	Exposição	visibilidade	https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2022/museu-do-indio-homenageia-bertha-ribeiro-no-dia-internacional-da-mulher
319.	2022	Afinidades II – Elas	Museu Oscar Niemeyer	Amplio	A mostra reúne dez artistas brasileiras, com a intenção de ser uma celebração da arte feita por mulheres.	Exposição	visibilidade	https://www.museuoscarniemeyer.org.br/noticias/oficinasartistasmulheres
320.	2022	Mulher Cientista na fronteira do conhecimento.	Museu Ciência e Vida	Amplio	Conversar sobre possíveis caminhos para prover a representatividade das mulheres na ciência, o papel da Divulgação Científica neste processo e muito mais.	Roda de conversa	visibilidade	https://www.facebook.com/museucienciaevida/photos/pb.100064706051749.-2207520000/1970974286420550/?type=3

321.	2022	Oceano e Gênero	Museu do Amanhã	Amplio	Nos inspira a convidar educadoras, mulheres, pesquisadoras e professoras para juntas investigar, refletir e se conectar.	Oficina	Acesso à informação	https://museudoamanha.org.br/pt-br/workshop-oceano-e-genero-em-sintonia-com-dia-da-agua-e-dia-das-mulheres
322.	2022	Mulheres do Ayê: saberes ancestrais através das ervas	Centro Cultural São Paulo	Amplio	Participar do processo de desconstrução do racismo estrutural que violenta corpos historicamente e evidenciar as construções coletivas potentes no campo de disputa de narrativas e protagonismo preto.	Cine debate	Acesso à informação	https://centrocultural.sp.gov.br/lançamento-do-documentario-mulheres-do-aye-saberes-ancestrais-atraves-das-ervas-com-coletivo-onile/
323.	2022	Sagrado Feminino	Museu de Arte Sacra (MAS)	Amplio	O público verá em 31 imagens feitas por fotógrafas paraenses muito da emoção que transborda em todas as romarias.	Exposição	Arte	https://www.secult.pa.gov.br/noticia/1518/exposicao-sagrado-feminino-abre-preamar-do-cirio-na-galeria-fidanza
324.	2022	Mulheres: Identidade e resistência	Museu da Imagem e do Som	Amplio	Objetivo de democratizar a arte fotográfica. Além disso, de ampliar o acesso aos bens culturais do museu na sua pluralidade. Assim, o objetivo é criar novos olhares e releituras, contribuindo para o maior uso do espaço museológico pela comunidade.	Exposição	Acesso à informação	https://diaonline.ig.com.br/aproveite/cidades/goiania/museu-da-imagem-e-do-som-mis-inaugura-duas-exposicoes/?utm_source=Aproveite+a+cidade&utm_campaign=dia-online-author
325.	2023	Mulheres que mudaram 200 anos	CAIXA Cultural Brasília	Amplio	reconhecer a relevância da produção de artistas contemporâneas, que, em seus processos criativos e pesquisas, propõem diferentes olhares sobre ser mulher.	Exposição	Arte	https://www.caixacultural.gov.br/Paginas/Programacao.aspx?idEvento=439
326.	2023	As escrituras que nos aproximam	Fundação Casa de Rui Barbosa	Amplio	Trazer através de autoras negras uma outra perspectiva de Brasil.	Roda de Conversa	Acesso à informação	https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/2023/as-escrevivencias-que-nos-aproximam-comemoracao-o-dia-nacional-de-terezinha-de-benguela-e-o-dia-internacional-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha
327.	2023	Exposição Cidade Mulher	Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica	Amplio	busca visibilizar suas ações e intervenções urbanas, que apontam caminhos para cidades melhores para todas as pessoas.	Exposição	Acesso à informação	https://artsoul.com.br/revista/eventos/exposicao-cidade-mulher
328.	2023	Mulheres Negras e o Cinema – conhecer o presente e inventar o futuro	FCS - Fundação Clóvis Salgado	Amplio	propõe uma investigação acerca do olhar do cinema para mulheres negras, suas construções estéticas e as invenções dessas mulheres sobre si.	Mostra	Arte	https://fcs.mg.gov.br/eventos/mulheres-negras-e-o-cinema-conhecer-o-presente-e-inventar-o-futuro/
329.	2023	Roda de conversa com geocientistas	O Instituto de Geociências USP apresenta	Amplio	O encontro tem como objetivo principal apresentar vivências, histórias e divulgar rede de apoio a mulheres dentro da universidade.	Roda conversa	Visibilidade	https://www.facebook.com/photo.php?fbid=686640040129971&set=pb.100063519430210.-2207520000&type=3

330.	2023	Histórias não contadas: sacerdotisas voduns e Rainhas do Rosário	Museu da Inconfidência	Ampla	Traz em sua edição especial do bicentenário da independência um resgate das histórias não contadas e que foram apagadas da memória nacional.	Mesa de debate	Visibilidade	https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/museu-da-inconfidencia-celebra-o-21-de-abril-com-programacao-especial
331.	2023	Semana da Mulher Indígena	Museu Índia Vanuïre	Ampla	Contar a histórias de mulheres indígenas do Oeste de São Paulo, destacando iniciativas e desafios enfrentados por elas ao longo dos anos.	Roda conversa	Visibilidade	https://museuindianuivre.org.br/museu-india-vanuïre-realiza-semana-da-mulher-indigena-2/
332.	2023	A representatividade da mulher indígena	Museu Índia Vanuïre	Ampla	Trazer ao público os objetos que fazem parte do acervo da instituição e que foram confeccionados ou utilizados por mulheres indígenas de diversos povos.	Exposição	Visibilidade	https://museuindianuivre.org.br/expoicao-representatividade-da-mulher-indigena-no-acervo-do-museu-india-vanuïre/
333.	2023	Contra-ataque: As mulheres do futebol	Museu de esportes	Ampla	Exposição apresenta a história de resistência das mulheres brasileiras que foram proibidas por Lei de jogar bola, entre 1941 e 1979, e driblaram as dificuldades para manter o esporte vivo como sonho de mulheres e meninas das gerações atuais.	Exposição	Visibilidade	https://museudeesportes.sjc.sp.gov.br/exp_tematica.asp?codigo=47
334.	2023	Mães no imaginário da arte	Museu Afro Brasil Emanoel Araújo	Ampla	celebra as variadas representações e sentidos da figura materna em toda a sociedade.	Exposição	Direito das mulheres	https://www.urbiaparques.com.br/noticias/inauguracao-da-mostra-maes-no-imaginario-da-arte-no-museu-afro-brasil-e-novo-espaco-de-fomento-ao-esporte-integram-a-programacao-do-fim-de-semana-do-parque-ibirapuera
335.	2023	Maternidades e representações na arte africana e na arte diaspórica	Museu Afro Brasil Emanoel Araújo	Ampla	Compartilhar experiências e pontos de vista sobre os processos de deslocamento, desafios e projetos migratórios.	Roda de conversa	Direito das mulheres	https://www.facebook.com/photo.php?fbid=698273879001544&set=pb.100064568144210.-2207520000&type=3
336.	2023	Múltiplas vozes femininas	Museu Afro Brasil Emanoel Araújo	Ampla	Trouxe ao público produções de 28 artistas presentes no acervo da instituição.	Catálogo	Visibilidade	https://www.facebook.com/photo.php?fbid=593331482829118&set=pb.100064568144210.-2207520000&type=3
337.	2023	Rainhas de Copas	Museu do Futebol	Ampla	O público poderá conhecer as trajetórias das rainhas do futebol feminino do Brasil, que marcaram para sempre a história da modalidade, como Sissi, Marta, Cristiane e Formiga, entre outras.	Exposição	Visibilidade	https://museudofutebol.org.br/exposicoes/rainhas-de-copas/
338.	2023	Linha, Cor, Ação	Museu de Arte de Blumenau	Ampla	A exposição disponibiliza 17 gravuras que evidenciam a riqueza e a importância da produção artística de mulheres gravadoras, tanto para a história da arte, como em especial para a história da gravura no Brasil.	Exposição	Visibilidade	https://www.blumenau.sc.gov.br/setor/fundacao-cultural/fcblu/mab-expaoe-acervo-de-mulheres-na-sala-roy-kellermann68

339.	2023	Pioneiras: Militares que Marcaram a História da Mulher na Marinha do Brasil	Museu Naval	Amplio	O livro aborda a jornada das mulheres na Força Naval, destacando a carreira de militares pioneiras em atividades que, até então, eram realizadas somente por homens.	Lançamento de livro	visibilidade	https://www.marinha.mil.br/dphdm/cerimonia-da-DPHDM-marca-Encerramento-do-Ano-Cultural-da-Marinha
340.	2023	Retrato Reencanto	Museu da Imagem e do Som de Alagoas	Amplio	Para valorizar a cultura popular alagoana e proporcionar um reencontro com as tradições.	Exposição	visibilidade	https://seculat.al.gov.br/noticia/22-rotativas/1332-exposicao-imersiva-sobre-mulheres-e-mestras-da-cultura-alagoana-chega-ao-museu-da-imagem-e-do-som-de-alagoas
341.	2023	Mulheres: histórias e conquistas	Centro Cultural Câmara dos Deputados	Amplio	Destacar os avanços e conquistas das mulheres desde a luta por direitos no final do século XX.	Exposição	visibilidade	https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/historia-arte-e-cultura/exposicoes-2023/mulheres-historias-e-conquistas
342.	2023	Fora das Sombras: Novas Gerações do Feminino na Arte Contemporânea	Museu Oscar Niemeyer	amplo	Questionam a situação da mulher numa história da arte dominada pelos homens.	Oficinas	visibilidade	https://www.museuoscarniemeyer.org.br/noticias/noticia-2023-02-22
343.	2023	Meninas e Mulheres na Ciência	Museu Ciência e Vida	Amplio	Sobre sua carreira como mulher, mãe e pesquisadoras e tantas outras camadas que a compõe.	Roda de conversa	visibilidade	https://www.facebook.com/photo.php?fbid=686834496816746&set=pb.100064706051749.-2207520000&type=3
344.	2023	Educação Museal e Feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial	Museu das Bandeiras	Amplio	Compreender os diálogos entre feminismo e os espaços museais.	Palestra	Arte	https://www.facebook.com/photo/?fbid=766487522152749&set=a.727278766073625
345.	2023	Mulheres no samba	Museu da Língua Portuguesa	Amplio	Destacar a presença feminina, sobretudo das mulheres negras, na criação e no desenvolvimento de um dos gêneros musicais determinantes para a formação da identidade do povo brasileiro.	Visita guiada	Arte	https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/museu-promove-show-sobre-a-cultura-das-margens-do-rio-sao-francisco-e-visita-sobre-mulheres-no-samba/
346.	2023	Femininos Transversais	Museu da Língua Portuguesa	Amplio	A ação é um convite à reflexão sobre as pluralidades das identidades femininas a partir da palavra travesti.	Visita temática	Direito das mulheres	https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/mes-das-mulheres-inspira-programacao-de-marco/
347.	2023	Líderes Comunitárias e o Fazer Culinário Presente	Museu do Seringal	Amplio	Incentivar a valorização das raízes e da cultura local, trazendo este fator através da culinária, do artesanato e da arte como um todo.	Feira	Direito das mulheres	https://cultura.am.gov.br/museu-do-seringal-recebe-edicao-do-expomulher-com-oficina-de-culinaria/

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa